

The background of the cover is a photograph of a stone wall covered in green moss. A dark grey mailbox is mounted on the wall, flanked by two small green plants. Below the mailbox, the number '463' is embossed in a gold-colored font on the stone.

B. C

BOLETIM CULTURAL

V SÉRIE ● N°12 E 13

2018 | 2020

463

B.С

SUMÁRIO

CAR

TAS

O.

I ABERTURA 6

Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Cunha

II EDITORIAL 10

Coordenador editorial, Artur Sá da Costa

III DA FUNDAÇÃO DO CONCELHO. BERNARDINO MACHADO E AS LIBERDADES MUNICIPAIS 16

1. Primórdios do Município - Correspondência da Câmara Municipal (1836 - 1837) 18

António Joaquim Pinto da Silva

2. Bernardino Machado e as liberdades municipais 66

Norberto F. Cunha

3. Saídos das Choças 108

João Afonso Machado

4. Memórias de Guerra, de Augusto Casimiro 143

António José Queiroz

5. Fontes para o estudo da Guerra Colonial Portuguesa: “Os Diários de Guerra” 154

José Manuel Lages

IV ARTE E PATRIMÓNIO 194

1. O Outeiro do Castro da Bóca, Vila Nova de Famalicão. Crónica de uma escavação atribulada 196

Felisbela Oliveira Leite

2. O marco miliário da Quinta do Vinhal, Vila Nova de Famalicão 221

Gonçalo Ferreira

3. Reabilitação do Moinho de S. Marçal e Reconstituição do Pisão 229

Rogério Bruno Guimarães Matos

4. Três Retábulos Rococó da “Sala da Capela de Delães” do Museu de Santa Maria de Lamas 247

José Carlos de Castro Amorim

5. Inquérito ao Arciprestado de Vila Nova de Famalicão de 1845 279

Luis Gonzaga Cardoso

6. A Nova Igreja de Antas 346

A. MartinsVieira

V DO LOCAL AO GLOBAL 368

1. Raízes famalicenses no Brasil de Setecentos em Minas Gerais: do brilho dos diamantes às luzes da Ciência e das ideias 370

Odete Paiva

2. Ângelo Vaz, Medicina e Neomalthusianismo 390

Jorge Fernandes Alves

3. Aprender e Ensinar História: assumir a localidade como laboratório didático 406

Arminda Ferreira, Isabel Barca e Luis Alberto Alves

VI HISTÓRIA DO PRESENTE 428

1. Armando Bacelar - O Democrata Intransigente 430

Artur Sá da Costa

2. “Conta-me a História” Armando Bacelar - o político 439

Filipa Sousa Lopes

3. Pinheiro Braga - O Artista por detrás do Cidadão e do Democrata 448

Artur Sá da Costa

4. Lino Lima - Uma Vida pela Liberdade 458

Artur Sá da Costa

5. Homenagem a Lino Lima 467

Jerónimo de Sousa

6. Homenagem a Lino Lima - Vila Nova de Famalicão 472

José Manuel Gonçalves de Aguiar

7. Fazer existir uma ideia 474

António Gonçalves

8. Arquivo Municipal Alberto Sampaio 492

Arquivo Municipal Alberto Sampaio

9. Entre, a casa é sua! 495

Casa do Território

10. Gabinete do Património Cultural 498

Gabinete do Património Cultural

11. Ligados em rede: os Museus de Vila Nova de Famalicão 515

Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão

12. Destaques de projetos / atividades culturais desenvolvidas 543

Nelson Pereira

VII CURRÍCULOS 548

1. Breves currículos 550

2. Ficha Técnica 553

ABERTURA

CORREIO



CTT

CORREIO





1. Abertura

O pó do tempo!

Em 2020, faleceu um dos pensadores mais proeminentes da cultura portuguesa, Eduardo Lourenço. Em 2008, numa conversa com a revista Ler, Eduardo Lourenço afirmava que “difícilmente” conseguiria imaginar o mundo sem livros em papel. “Bom, de qualquer modo os livros ainda estarão aí. Estarão aí, mas como museu. Em vez de termos uma biblioteca, que é uma floresta viva da memória humana, os livros estarão lá como espectros. Mas, enfim, podem ser ressuscitados pela leitura de cada um”. E acrescentava: “No livro, a gente pode voltar atrás, andar para frente. Também podemos fazer isso com a imagem, provavelmente, mas há sobretudo esse tempo que é transportado fisicamente pelo livro. Esse pó que fica nos livros. O pó do tempo. Nos novos instrumentos, não haverá pó. É só o que lhes falta. Esse pó quer dizer o tempo, quer dizer a própria essência da nossa vida.”

Talvez nesta reflexão do filósofo, ensaísta e escritor Eduardo Lourenço esteja a principal razão porque insistimos em manter a publicação do nosso Boletim Cultural, uma das mais antigas edições do género do país.

Cada edição do Boletim Cultural é um pedaço da nossa história e da nossa identidade que salvaguardamos do tempo e mantemos vivo na memória coletiva e das novas gerações. É o pó do tempo!

Nesta edição contamos mais uma vez com a participação de autores que se dedicaram à investigação da memória e da identidade de Famalicão possibilitando aos leitores uma viagem pela nossa história, pelas nossas raízes levando-nos àquilo que somos hoje em dia. A todos muito obrigado pela disponibilidade.

Boas leituras!

Paulo Cunha
Presidente da Câmara Municipal



EDITORIAL





2. Editorial

40 Anos de Investigação e Reflexão

2.1

O Boletim Cultural, aquele que o leitor tem entre mãos, acaba de celebrar o 40º aniversário, corria ainda o ano de 2020. Nascido poucos anos (1980) após a Revolução de Abril de 1974, cresceu no meio do alvoroço que afadigava as autarquias, em particular, os municípios, que consumiam as suas energias e recursos, na transposição para o terreno dos poderes e competências, que os deputados constituintes, com o olhar no futuro, lhes atribuíram, e ficaram inscritos na Constituição da República de 1976.

Perante a imensidão de carências que afetavam as populações – um pesado legado do Estado Novo – era fatal fazer-se opções e estabelecer prioridades, no ataque à resolução dos instantes problemas sociais. A autonomia municipal reconquistada, atribuía aos autarcas, eleitos por sufrágio popular, a responsabilidade da escolha. A decisão de lançar o B.C. é assim, no meio deste turbilhão de desafios e expectativas, uma opção lúcida, ousada e feliz, ameaçada pelo cutelo da escassez de recursos financeiros, sempre a estrangular os caminhos a desbravar, e a adiar o déficit crónico das carências básicas das comunidades locais. O município de V. N. Famalicão não esteve só neste pioneirismo em publicar – apenas foi ultrapassado em um ano pelo município de Espinho – um “Boletim Cultural”, ou “Revista”, denominação por outros adotada. Integra um conjunto de meia centena, que apostaram, na década de 80, numa forte e inovadora política cultural nos seus territórios, carreando para este sector avultados investimentos, sem cuidar de auscultarem a Administração Central, e sem aguardar por decisões de descentralização, que, por regra, tardam ou nunca ocorrem! Um fatalismo nosso? Não, tão só, um anacronismo cultural e político, que domina o pensamento das elites políticas, e de boa parte da intelectualidade (não apenas Lisboa), que faz de Portugal o país europeu mais centralista, de forte pendor macrocéfalo. Não havia alternativa senão dar combate a esta posição retrógrada, que a todos prejudicava. Os “Boletins” ou “Revistas” são exemplos minúsculos, que podem ser replicados em muitos outros, apesar de representativos de um movimento municipalista, carregado de simbolismo, de afirmação da autonomia do Poder Local. Que tem como limite, como sabemos, apenas o interesse municipal! E hoje, será diferente?

A longevidade que se reivindica, quer para o B.C., quer para a acentuada intervenção municipal no sector cultural, nos idos da década de 80, do século passado, pode não ser assim tão significativa. Tem sempre a seu benefício a ousada e precoce antecipação. Porém, o teste decisivo do seu mérito está dependente da avaliação que se fizer dos resultados alcançados, e consequentemente do contributo que deu (ou não) no desenvolvimento cultural - no estudo,

reflexão e debate - e mais especificamente, no avanço proporcionado ao incentivo à investigação da história local e regional. Neste exercício, será insuficiente arrolar os números publicados (31, repartidos por quatro séries), ou somar as páginas (mais de 6.000) escritas. O essencial está vertido nas centenas de artigos de grande qualidade científica, que desvendam páginas inéditas de história, do pensamento e da sociedade onde residimos e trabalhamos, assinados por uma panóplia de investigadores locais e universitários, convivendo em perfeita harmonia, vinculados em idênticas metodologias de trabalho, e utilizando os mesmos padrões científicos.

O abismo entre a I série, e mesmo as intermédias, e a actual não tem limites. O que apraz afirmar é que, após este percurso de quatro décadas, a investigação faz-se, dentro de portas, com investigadores locais, ou oriundos da Academia. Não menos importante, utilizam-se fontes que se encontram depositadas e acessíveis à consulta em Centros de Documentação instalados nos nossos museus, bibliotecas e no arquivo histórico municipal. Ou seja, às fontes dos arquivos institucionais e universitários juntam-se as fontes municipais. As últimas séries do B.C. refletem bem esta dimensão.

Não foi um percurso linear, sem falhas, nem oscilações. Teve ligeiros percalços, fruto das vicissitudes dos ciclos políticos, inevitáveis, mas antídotos milagrosos para a boa saúde da administração e da gestão dos negócios públicos. Deve enfatizar-se: atravessaram-se quatro presidências municipais, mantendo sempre o rumo, e, mais importante, respirando sempre autonomia e liberdade!

2.2

O presente volume é mais um exemplo do que acaba de ser dito. Sem cuidar do rigor científico dos estudos publicados, que fica endossado à apreciação dos leitores, verificamos pelo índice dos assuntos sumariados, que este volume reúne um conjunto alargado de temas, agrupados por quatro capítulos, já prevalecentes nos últimos números. Uma primeira parte com assuntos mais gerais, englobando: a) um estudo sobre os primórdios do município, que nos dá a conhecer a correspondência da câmara de 1836 – 1837 (salva dos incêndios dos Paços do Concelho de 1952); b) um trabalho que analisa o pensamento de Bernardino Machado respeitante ao municipalismo, ou às liberdades municipais como Norberto Cunha prefere qualificá-lo; c) dois artigos relacionados com a I República, tributários dos estudos e debates que o Centenário potenciou, que ficaram encalhados na avalanche investigatória produzida (o relato do golpe do 5 de Outubro enviado por carta de um amigo ao Visconde de Pindela, para a quinta em Cruz S. Tiago, onde se ausentara, memórias da I Grande Guerra, e ainda o rosário infindável da Guerra Colonial – uma história por contar – que tira do baú do esquecimento os Diários da Guerra Colonial, desencadeada por Salazar, faz agora 60 anos). Desta forma, coloca-se frente a frente as duas Guerras – aquele monstro – em que Portugal se envolveu no século XX, em dois regimes

diferentes. Segue-se um segundo capítulo, já habitual “Arte e Património”, que agrega seis estudos sobre o património cultural do concelho, com um raio temporal muito alargado, e uma pluralidade de temas (cultura castreja, ocupação romana, património molinológico, arte rococó, arquitetura contemporânea). Este capítulo prima pelas novidades, como sejam, o “Inquérito de 1845 ao Arciprestado de V. N. de Famalicão”, que Luís Gonzaga encontrou no Arquivo Distrital de Braga; a leitura há anos perseguida, das inscrições no marco miliário da Quinta do Vinhal; o artigo de José Carlos Amorim sobre os retábulos rococó da Sala da Capela de Delães, que se encontram no museu de Santa Maria de Lamas.

Um capítulo consagrado à temática do “Local ao Global,” que entra na discussão sempre atual, iniciada em números anteriores, sobre o significado e as imbricações destes dois conceitos, de que os artigos de Odete Paiva e de Jorge Alves são casos paradigmáticos. Por último, na linha do defendido no número anterior, mantém-se um capítulo sobre a “História do Presente”, divulgando alguns acontecimentos culturais e artísticos mais significativos recentemente ocorridos entre nós.

Um apontamento final. Um Boletim/Revista não é um repositório inerte de artigos. Pelo contrário. A sua divulgação potencia o debate, abrindo perspetivas de abordagem, por vezes inusitadas, aos temas investigados. Apenas um exemplo. O artigo sobre os três retábulos rococó da Sala da Capela de Delães, que se encontram no museu de Santa Maria de Lamas, suscita a questão, de que o nosso município tem sido vítima, ao longo dos tempos, da perda, ou do roubo, de valores patrimoniais, os quais sendo parte da nossa identidade comunitária, foram apropriados por entidades (quando não por particulares) exteriores ao município. De norte a sul do país (em Guimarães, Braga, Lisboa, etc.) encontram-se tesouros que pertencem à nossa comunidade e fazem parte da nossa história. No mínimo deve perguntar-se. Que fazer? A menos que se entenda que é assunto encerrado!

Artur Sá da Costa
Coordenador Editorial



DA FUNDAÇÃO DO CONCELHO. BERNARDINO MACHADO
E AS LIBERDADES MUNICIPAIS



1. Primórdios do Município - Correspondência da Câmara Municipal (1836 - 1837)

Os incêndios de abril e maio de 1952, que destruíram os Paços do Concelho e o edifício das antigas escolas paroquiais Conde de S. Cosme do Vale, além de todas as consequências no arquivo municipal, tiveram também uma grande incidência na documentação produzida nos primeiros anos do novo município.

De todos os documentos desta época, existentes então no arquivo da Câmara, sabemos apenas que o 1º Livro de Atas, não foi destruído porquanto já estava desaparecido anos antes, concretamente em 1946, quando Vasco de Carvalho publicou 'A Justiça'.

Esta ausência de documentos contemporâneos da fundação do concelho, torna ainda mais importante o aproveitamento de todos os dados ainda disponíveis.

Esta circunstância justifica, só por si, a publicação da correspondência, recebida e expedida, que ainda se conservou.

O Copiador da Correspondência Recebida, em razoável estado de conservação, teve início a 9 de dezembro de 1836 e nele se guarda correspondência de carácter institucional, maioritariamente remetida pela Administração Geral do Distrito de Braga.

O Copiador da Correspondência Expedida, em péssimo estado de conservação, teve princípio em 3 de janeiro de 1837. Os destinatários têm um âmbito bastante mais lato, com ofícios dirigidos não só À Administração Geral, mas também a Câmaras Municipais, Juntas de Paróquia, Juntas da Décima, etc.

Através destes documentos podemos seguir a atividade autárquica nestes primeiros anos, no que se refere à organização do território, eleições, instalação de serviços judiciais, cabos de polícia, entre vários outros assuntos.

Um dos assuntos mais interessantes é, sem dúvida, a sequência das próprias vereações municipais, nestes tempos conturbados, marcados pela Revolução de Setembro e pela Revolta dos Marechais.

Dois e três anos depois destes acontecimentos, em Janeiro de 1839, os membros destas vereações foram chamados para assinarem as contas da Câmara relativas a 1836 e 1837. Assistiu-se então a uma curiosa e insólita partilha de responsabilidades.

Manuel de Sá Malheiro Sottomayor assumiu as contas do município de 17 de Fevereiro de 1836 até 28 de Abril de 1837. Assinaram também os vereadores Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro, Joaquim de Sá Leonardo, Higinio Ferreira de Macedo e João de Faria dos Guimarães Freitas e Castro.

Segundo essas Contas da Câmara, a vereação presidida por Manuel de Sá Malheiro Sottomaior, deverá ter tomado posse em 17 de fevereiro de 1836.

Esta data é indiretamente confirmada por um documento recentemente incorporado no Arquivo Municipal Alberto Sampaio e procedente do arquivo da Casa de Pindela, datado de 4 de fevereiro de 1836 e que ainda está assinado pelos membros da Comissão Municipal, liderada por António Ribeiro de Queirós Moreira.

Por seu lado, Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva tomou a responsabilidade das Contas de 29 de Abril de 1837 até 31 de dezembro desse mesmo ano, acompanhado pelos vereadores Manuel de Sá Malheiro Sottomayor, Domingos da Costa e Sá, José António de Araújo, Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro, José António da Costa Araújo, Manuel Luís Pereira e Higinio Ferreira de Macedo.

Como podemos ver por estes ofícios foi substituída até ao final de fevereiro de 1837 e talvez desde outubro/novembro de 1836, por uma outra presidida por José António Vidal.

Depois das eleições realizadas a 26 de fevereiro de 1837, tomou posse uma nova vereação eleita, desta vez sob a presidência de Bernardo José da Fonseca e Castro.

Embora as já muito referidas Contas da Câmara, refiram os dias 28 e 29 de abril, como data de transição destas vereações, estes ofícios mostram que a partir de 15 de abril, desse ano de 1837, já era Gaudêncio Xavier quem assinava como Presidente da Câmara.

E, em ofício dirigido ao Administrador Geral do Distrito de Braga, datado de 19 de abril de 1837, explica-se o que levou a esta mudança de Presidente e Vereador Fiscal:

‘Foram chamados dois vereadores para completar o número de nove designado no Código Administrativo, artº 22, e por força do artº 23 procedeu-se à eleição de presidente, a qual recaiu em mim e de Procurador Fiscal, que recaiu no benemérito chamado Manuel de Sá Malheiro Sottomayor.’

Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, como ele próprio refere em ofício aqui publicado, era natural do Porto, embora residisse nesta época em Landim. Bacharel em Direito e advogado,

tinha feito a sua primeira matrícula no Curso Jurídico da Universidade de Coimbra, no ano letivo de 1819-1820.

Claro que esta vereação ainda tentou manter-se no poder, depois da derrota da Revolta dos Marechais, enviando um officio encomiástico ao Administrador Geral do Distrito de Braga, mas que de pouco lhe serviu, sendo demitida no princípio de Agosto de 1837, e substituída pela vereação, supomos que Comissão Administrativa, que geriu os destinos do município entre Outubro de 1836 e Fevereiro de 1837.

Pelo meio temos ainda a tentativa de substituição de Francisco Jerónimo de Vasconcelos e Castro por Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro, para o cargo de Administrador do Concelho. Tentativa, aliás falhada, já que Vasconcelos e Castro se encontra documentado como Administrador, pelo menos até Abril de 1839.

Enfim, estes documentos agora publicados trazem nova luz a muitos aspetos da vida política e administrativa desses primórdios do município de Vila Nova de Famalicão.

[1]

Administração Geral do Distrito de Braga

Ilmos. Srs.

Desejando S. Exa. o Sr. Administrador Geral munir-se sempre de meios e provas claras, para conceder justiça aos pretendentes que sejam obrigados por cavilosas pretensões contra propriedade alheia, ordena que Vossas Senhorias, tendo chegado a essa Câmara os requerimentos de Manuel Gomes de Araújo e outros os façam unir ao incluso requerimento e informem escrupulosa e exatamente sobre o direito do requerimento e pretensão dos outros requerentes, devendo devolver para esta Secretaria, em officio, os supra declarados requerimentos.

Deus guarde a Vossas Senhorias

Braga, 9 de Dezembro de 1836

Ilmos. Srs. Presidente e membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Secretário interino, Joaquim da Silva Oliveira Maia

[2]

Administração Geral do Distrito de Braga

1ª Repartição, 1ª Seção, nº 1118

Ilmos. Srs.

Para devida satisfação da portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos, datada de 14 do

corrente, ordena S. Exa. o Sr. Administrador Geral Interino, que Vossas Senhorias com toda a circunspeção e exata verdade, informem sobre o comportamento político do padre José Pereira de Araújo, abade colado da freguesia do Louro, não só no decurso da nefanda usurpação, como depois dela até o presente e com toda a brevidade possível enviem a esta Secretaria o resultado que puderem colher das suas averiguações, para ser levado à presença do Governo de Sua Majestade a Rainha.

Deus guarde a Vossas Senhorias

Braga, 22 de Dezembro de 1836

Ilmos. Srs. Presidente e membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Secretário Interino, Joaquim da Silva Oliveira Maia

[3]

Administração Geral do Distrito de Braga

1ª Repartição, 1ª Seção, nº 68. Circular

Ilmos. Srs.

Manda Sua Majestade a Rainha, para melhor regular a organização de um sistema administrativo, fazer uma nova divisão do território, por Decreto de 6 de Novembro último e sendo necessário

proceder-se segundo as eleições das respetivas autoridades eletivas; ordena S. Exa. o Sr.

Administrador geral Interino que Vossa Senhoria faça ciente à Câmara ou Câmaras desse

concelho, que devem esperar ordem desta Administração Geral para proceder às eleições das autoridades que hão de servir para o ano de 1837, as que devem ser feitas na conformidade do

referido decreto, para o que se lhe dará parte convenientemente.

Deus guarde a Vossa Senhoria

Braga, 23 de Dezembro de 1836

Ilmo. Sr. Sr. Administrador de Vila Nova de Famalicão

O Secretário Interino, Joaquim da Silva Oliveira Maia

Está conforme. O Secretário, Rebelo

[4]

Administração Geral do Distrito de Braga

1ª Repartição, 2ª Seção, nº 1122

Ilmos. Srs.

S. Exa. o Sr. Administrador Geral Interino, a quem foi presente o officio de Vossas Senhorias, datado de 16 do corrente, no qual expõem a dúvida em que se acham, sobre se devem principiar primeiro a eleição da Câmara, se a das Juntas de Paróquia, ordena-lhes participe que procedam

primeiramente à eleição das Juntas de Paróquia e que, enquanto à das Câmaras, devem esperar ordem desta Administração Geral para este fim, que lhes será convenientemente transmitida.

Deus guarde a Vossas Senhorias

Braga, 26 de Dezembro de 1836

Ilmos. Srs. Presidente e membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Secretário interino, Joaquim da Silva Oliveira Maia

[5]

Administração Geral do Distrito de Braga

1ª Repartição, 1ª seção, nº 1108

Ilmos. Srs.

Para cumprimento da Portaria Circular do Ministério do Reino, 3ª Repartição, em data de 21 de novembro último, manda S. Exa. o Sr. Administrador Geral Interino, remeter a Vossas Senhorias a inclusa cópia autêntica do Decreto de 18 de novembro passado, inserto no Diário do Governo, nº 276, relativo às Posturas das Câmaras Municipais que devem ficar em vigor, e em harmonia com a legislação vigente, para que Vossas Senhorias, com a maior brevidade, executem pontualmente o determinado no referido Decreto na prontificação dos trabalhos nele indicados.

Deus guarde a Vossas Senhorias

Braga, 10 de Dezembro de 1836

Ilmos. Srs. Presidente e membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Secretário interino, Joaquim da Silva Oliveira Maia

[6]

Administração Geral do Distrito de Braga

1ª Repartição, 1ª Seção, nº 1135

Ilmos. Srs.

Remeto a Vossas Senhorias as Instruções adjuntas relativas à nova Divisão Territorial, a fim de que Vossas Senhorias lhes deem a devida e pronta execução na parte que diz respeito à municipalidade de Vila Nova de Famalicão.

As operações eleitorais deverão, impreterivelmente, estar concluídas por todo o mês de janeiro próximo, de sorte que a nova Câmara Municipal e Administrador do Concelho sejam revestidos das suas atribuições respetivas, quando menos no 1º domingo do mês de fevereiro do ano seguinte.

Vossas Senhorias darão imediatamente parte de qualquer inconveniente que se encontrar na execução do Decreto de 6 do mês último, ou das dificuldades que por semelhante motivo possam aparecer, assim como satisfarão por si e segundo lhes sugerir o seu zelo e inteligência, todas as medidas e providências que em virtude das presentes Instruções lhes fiquem pertencendo.

Quanto às participações dirigidas a outras Câmaras Municipais que são extintas, para fazer cessar suas funções, só serão feitas quando delas se houver colhido todas as indispensáveis averiguações, de modo que o serviço público não seja interrompido, pelo que Vossas Senhorias ficam inteiramente responsáveis.

A importância deste objeto é assaz de Vossas Senhorias conhecido; qualquer omissão ou negligência se torna criminosa e seguramente Vossas Senhorias, pela sua parte, não desejarão ser os culpados e do modo como em tudo se houveram me farão logo ciente.

Deus guarde a Vossas Senhorias

Braga, 28 de Dezembro de 1836

Ilmos. Srs. Presidente e membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

José Manuel Teixeira de Carvalho, Administrador Geral Interino

[7]

Administração Geral do Distrito de Braga

Mapa n° 2

Concelho de Vila Nova de Famalicão

Em conformidade do Decreto de seis do mês último e execução da Portaria Circular do Ministério do Reino, de 30 do mesmo; manda S. Exa. o Administrador Geral Interino transmitir à atual Câmara Municipal de Vila nova de Famalicão as instruções seguintes:

1º A Câmara Municipal que presentemente é cabeça do concelho fará imediatamente proceder à eleição das Juntas e Comissários de paróquia em todas as 59 fregeusias, que pelo referido Decreto, cujo exemplar lhe é remetido, constituem o novo concelho de Vila Nova de Famalicão;

2º Em seguimento, e depois de instaladas as Juntas de Paróquia, se procederá igualmente à eleição da Câmara Municipal e Administrador do Concelho, observando-se tanto nas eleições do artigo precedente, como nestas últimas, o que determina a Lei de 9 de Janeiro de 1834 e o Decreto de 18 de Julho de 1835;

3º A atual Câmara Municipal da cabeça do concelho fica subsistindo interinamente e autorizada

a tomar as providências que julgar acertadas quanto às freguesias pertencentes aos concelhos de Barcelos, Landim e Arentim, que são anexadas ao concelho de Vila Nova de Famalicão, ficando na inteligência de que na mesma data se oficia às respetivas Câmaras daqueles concelhos, que cessam suas funções administrativas sobre as freguesias deles desanexadas, logo que da atual Câmara da cabeça do concelhos, a qual tomará com antecipação os esclarecimentos precisos, recebam as competentes participações;

4º A atual Câmara da cabeça do concelho tomará conta do arquivo e mais objetos pertencentes às Câmaras Municipais extintas pelo citado Decreto, que tenham sido feitos à custa das rendas dos respetivos concelhos. Guardará nesta arrecadação as solenidades necessárias e a efetuará com toda a autenticidade possível, entendendo que só isso terá lugar no concelho de Vila Nova de Famalicão, a respeito das Câmaras Municipais de Landim e Arentim;

5º O determinado nos artigos acima transcritos se deve entender, e pelo mesmo modo segundo a natureza das suas funções a respeito dos Administradores respetivos e incluídos na presente ou antiga divisão do território, aos quais a atual Câmara da cabeça do concelho transmitirá oficialmente as presentes instruções, para sua inteligência e efeitos necessários;

6º Finalmente, a atual Câmara Municipal da cabeça do concelho dará toda a publicidade a esta nova organização da divisão territorial, tanto por editais como por qualquer outros meios que julgar mais convenientes, a fim de que os povos p que pela decretada Divisão se julgarem mal colocados, possam por via dela dirigir suas queixas ou representações a esta Administração Geral, para na forma do artº 4 do referido Decreto, serem presentes a sua Majestade a Rainha. Advertindo, outrossim, que se alguma freguesia tiver sido omitida no Mapa, ou seus nomes se acharem alterados ou trocados, a mesma Câmara Municipal a semelhante respeito e outros análogos, dará todos os esclarecimentos e informações que for mister.

Secretaria da Administração Geral em Braga

29 de dezembro de 1836

O Secretário Interino, Joaquim da Silva Oliveira Maia

[8]

Administração Geral do Distrito de Braga

1ª Repartição, 2ª Seção, nº 1

Circular

Ilmo. Sr.

O Ilmo. Sr. Conselheiro da Junta Geral do Distrito servindo interinamente de Administrador Geral manda remeter a V. Sª os 62 inclusos exemplares dos decretos de 25 e 30 de novembro,

da Portaria circular do Ministério do Reino, 1ª Repartição, de 22 de dezembro do ano passado, para que V. Sª faça distribuir um exemplar à municipalidade e a cada uma das Juntas de Paróquia desse concelho a fim de que se proceda ao recrutamento na conformidade dos referidos decretos. V. Sª fará entrega dos inclusos exemplares à Câmara e Juntas de Paróquia, segundo a nova Divisão do Território e Decreto de 6 de novembro do ano passado, ficando na inteligência de que esse concelho pela sua população e número de fogos pertence dar 64 recrutas.

Deus guarde a V. Sª

Braga, 10 de Janeiro de 1837

Ilmo. Sr. Administrador do Concelho de Vila Nova de Famalicão

O Secretário Interino, Joaquim da Silva Oliveira Maia

[9]

Administração Geral do Distrito de Braga

1ª Repartição, 2ª Seção, nº 13

Ilmo. Sr.

Foi presente a S. Exa. o Sr. Administrador Geral Interino o ofício de V. Sª nº 229, datado de 30 do mês passado, no qual expõe a necessidade de serem compostas as armas que tem a polícia desse concelho, pedindo ao mesmo tempo autorização para fazer uma subscrição e com ela mandar compor as referidas armas. Em resposta manda o mesmo Exmo. Sr. declarar a V. Sª que a Câmara desse concelho é a quem V. Sª deverá fazer a competente requisição, não tendo lugar por isso o pretendido.

Deus guarde a V. Sª

Braga, 11 de Janeiro de 1837

O Secretário Interino, Joaquim da Silva Oliveira Maia

Ilmo. Sr. Administrador do Concelho de Vila Nova de Famalicão

[10]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 3

Dirigido à Administração de Braga

Ilmo. Sr.

Acuso a receção do ofício de V. Sª, 1ª Repartição, 1ª Seção, nº 1106, em data de 9 de Dezembro último, e em seu cumprimento remeto inclusa a V. Sª a informação sobre o direito do requerimento de Manuel Gomes de Araújo e outros da freguesia de Santa Eulália de Arnoso, para em vista dela, V. Sª mandar o que achar de justiça.

Deus guarde a V. S^a
Vila Nova de Famalicão, em Sessão de 14 de janeiro de 1837
Ilmo. Sr. Joaquim da Silva Oliveira Maia
O Presidente, José António Vidal

[11]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 7

Ilmo. e Exmo. Sr.
Tenho a honra de levar à presença de V. Exa. o ofício que esta Câmara dirigiu à Câmara do extinto Couto de Arentim, em data de 14 do corrente, como consta da inclusa cópia, assim como igualmente remeto o ofício que ela enviou a esta municipalidade, em satisfação do mesmo.

V. Exa. em vista destes acontecimentos determinará a esta Câmara o que achar justo.

Deus guarde a V. Exa.
Vila Nova de Famalicão, 18 de Janeiro de 1837
Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral Interino do Distrito de Braga
O Presidente, José António Vidal

[12]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 9

[...] As instruções sobre este objeto que foram remetidas da Administração Geral a esta Câmara, igualmente o foram a essa de Landim, segundo o ofício recebido da mesma Administração Geral que assim o declara. Nelas se lê, no § 4º das mesmas, que a atual Câmara da cabeça do concelho tomará conta do arquivo e mais objetos pertencentes às Câmaras Municipais extintas; Em ofício que acompanhou as ditas instruções determina o Administrador Geral que tendo esta Câmara recebido os esclarecimentos passe a oficiar a essa Câmara e à de Arentim declarando-lhe que cessam suas funções administrativas. Desta forma, não tendo esta Câmara esclarecimentos mais alguns eu pedir a essa, declara desde já suspensas suas funções administrativas. Outro sim no dia 30 do corrente aí se apresentará o Secretário e Fiscal desta Câmara para tomar conta por inventário do arquivo e mais objetos pertencentes a essa extinta Câmara que tenham sido feitos à custa das rendas desse concelho para o que deve V. S^a e Secretário comparecer neste ato para fazer a dita entrega com as solenidades necessárias.

Deus guarde a V. S^a

Vila Nova de Famalicão, em Sessão [...] janeiro de 1837

O Presidente, José António Vidal

[13]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 10

Ilmo. Sr.

Em cumprimento do ofício de V. S^a de 21 do corrente cumpre-me dizer [...] que no arquivo desta Câmara não existem objetos [...] alguns pertencentes às freguesias de Guisande, S. Pedro de Oliveira e [...] só sim os recenseamentos de jurados, votantes e Guarda Nacional dos quais se V. S^a precisarem se lhe remeterá cópia.

[...]V. S^a

Vila Nova de Famalicão, 26 de janeiro de 1837

Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Braga

O Presidente, José António Vidal

[14]

Administração Geral do Distrito

1^a Repartição, 1^a Seção, nº 2

Ilmos. Srs.

Para cumprimento da Portaria Circular do Ministério do Reino, 3^a Repartição, em data de 27 de dezembro do ano passado, manda o Ilmo. Sr. conselheiro da Junta Geral que V. S^a procedam à eleição da Câmara Municipal e Administrador desse concelho, segundo a nova Divisão do Território, criada por Decreto de 6 de novembro do ano próximo findo. E outro sim ordena participe a V. S^a que esta eleição não obsta a qualquer justa reclamação sobre a divisão do concelho e designação da capital, cuja reclamação deve ser remetida a esta Administração Geral para depois ser elevada à presença do Governo de Sua Majestade a Rainha. O Ilmo. Sr. conselheiro manda recomendar muito a V. S^a a execução do determinado nas instruções que lhe foram dirigidas por esta Secretaria e por mim assinadas, em data de 28 de dezembro último que dizem respeito às eleições das Juntas e Comissários de Paróquia, bem como da Câmara e Administrador desse concelho.

Deus guarde a V. S^a

Braga, 26 de janeiro de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Secretário Interino, Joaquim da Silva Oliveira Maia

[15]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 13

Acuso a receção do ofício de V. S^a de 27 do corrente. Respondo a V- S^a que tendo-se determinado na Sessão passada que eu fosse tomar conta do arquivo desse extinto Couto não é possível revogar essa ordem, salvo se se apresentasse nesta municipalidade. Despacho [...] prior, porquanto o dia designado para a entrega se acha lançado no Livro dos Acórdãos, além do que V. S^a talvez deverá estar ao facto que esta Câmara, pela pouca atividade com que tem entrado nesta entrega já tem entrado em alguma suspeita de omissão.

Deus guarde a V. S^a

Vila Nova de Famalicão, 28 de janeiro de 1837

Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal do extinto Couto de Landim

O Presidente, Bernardo José da Fonseca e Castro

[16]

Administração Geral do Distrito de Braga
1^a Repartição, 1^a Secção, nº 25

Ilmos. Srs.

De ordem do Ilmo. Sr. Conselheiro da Junta Geral deste Distrito servindo interinamente de Administrador Geral, sirvam-se V. S^a fazer ciente à Junta de Paróquia de Areias que deve obedecer às ordens da Câmara Municipal de Santo Tirso, a cujo concelho hoje pertence pela nova Divisão do Território, e não a essa de Vila Nova de Famalicão, apesar de vir inserta no mapa que faz parte do Decreto de 6 de novembro último, como pertencente a esse concelho; hoje pelo mapa de erratas e emendas enviado pelo Ministério do Reino em 28 de dezembro pretérito foi do concelho riscada de Vila Nova de Famalicão.

Deus guarde a V. S^a

Braga, 30 de janeiro de 1837

Olmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Secretário Interino, Joaquim da Silva Oliveira Maia

[17]

Nº 14

Ilmo. Sr.

De ordem do Ilmo. Sr. Conselheiro da Junta Geral do Distrito, servindo interinamente de

Administrador Geral, comunicada a esta Câmara em officio de 30 de janeiro último, participo a V. S^a que desde hoje em diante deve essa Junta obedecer às ordens da Câmara Municipal do concelho de Santo Tirso, a cujo concelho hoje pertence pela nova Divisão Administrativa apesar de vir inserta no mapa que faz parte do Decreto de 6 de novembro último como pertencente a este concelho.

Deus guarde a V. S^a

Ilmo. Sr. Presidente e mais membros da Junta de Paróquia de Areias

O Secretário, José Joaquim Ribeiro de Campos

[18]

Nº 16

Ilmo. Sr.

Junto remeto a V. S^a as atas da Câmara e do Administrador do Concelho resultado do apuramento no dia 26 de fevereiro próximo passado, a cujas V. S^a lhes dará o destino que a lei lhe incumbem.

Deus guarde a V. S^a

Vila Nova de Famalicão, 1 de Março de 1837

Ilmo. Sr. Administrador do Concelho

O Presidente, José António Vidal

[19]

Administração Geral do Distrito de Braga

1^a Repartição, 1^a Seção, nº 11

Ilmos. Srs.

Convindo que o Governo de Sua Majestade Fidelíssima tenha exato conhecimento da diferença que tem feito a força da Guarda Nacional de todo o reino desde o 1º de setembro último até o presente, e sendo impraticável obter este fim sem que V. S^a prestem os necessários esclarecimentos sobre semelhante objeto, como explicitamente lhes foi recomendado na Circular da 1^a Repartição e Seção, nº 36, de 28 de dezembro de 1835, expedida pelo extinto Governo Civil, sirvam-se V. S^a imediatamente enviar a esta Administração Geral um mapa com os necessários esclarecimentos e precisas observações exigidas naquela citada circular para que eu possa fazer subir à presença do Governo de Sua Majestade Fidelíssima, com toda a exatidão possível qual era a força da Guarda Nacional deste distrito no 1º de setembro de 1836. Tenho muito a recomendar a V. S^a a solicitude da execução desta ordem, devendo igualmente enviar o mapa relativo do mês atual, ficando V. S^a responsáveis pela negligência com que se houverem

no cumprimento desta determinação. Outro sim lhe comunico que os mapas exigidos devem vir preenchidos com a força dos cidadãos do concelho, concelhos ou freguesias que porventura fossem anexados a esse concelho na conformidade do mapa que faz parte do Decreto de 6 de novembro do ano findo, o que participo a V. S^a para sua inteligência e inteiro cumprimento da Portaria circular do Ministério do Reino, 2^a Repartição, da data de 16 de fevereiro último.

Deus guarde a V. S^a

Braga, 3 de Março de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
O Administrador Geral Interino, João José Barbosa Marreca

[20]

Administração Geral do Distrito de Braga

1^a Repartição, 1^a Seção, N^o 69

Ilmos. Srs.

Tendo-me remetido o Administrador desse concelho em ofício datado do 1^o de Março corrente as atas por cópia das eleições da Câmara e Administrador para o presente ano, e não vindo conjuntamente a proposta dos cidadãos mais votados para Administrador desse município, sirvam-se V. S^a, em virtude do disposto no art^a 43 do Código Administrativo, enviar a esta Administração Geral a referida proposta, a fim de ter o destino conveniente.

Deus guarde a V. S^a

Braga, 9 de março de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
O Administrador Geral Interino, João José Barbosa Marreca

[21]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão

N^o 17

Dirigido ao Administrador Geral Interino

Ilmo. e Exmo. Sr.

Em satisfação à Circular, 1^a Repartição, 1^a Seção, n^o 11 em 3 do corrente, cumpre esta Câmara declarar a V. Exa. que se acha instalada desde o dia 1^o do corrente. Que não acha trabalhos alguns feitos relativamente à Guarda Nacional, e mal apenas um princípio de recenseamento para a mesma, em cujos trabalhos tem a continuar e desta forma não está esta Câmara habilitada para poder dar satisfação ao exigido na mesma circular e não pode responder pelos atos das anteriores Câmaras; porém, imediatamente se vai continuar até se levar a efeito a organização

definitiva da Guarda Nacional deste concelho.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, em Sessão de 11 de Março de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. João José Barbosa Marreca

O Presidente, Bernardo José da Fonseca e Castro

[22]

Administração Geral do Distrito de Braga

1ª Repartição, 1ª Seção, nº 19

Ilmos. Srs.

Chegando ao conhecimento de Sua Majestade a Rainha, que em vários distritos administrativos do reino não se tem verificado a eleição das novas Juntas de Paróquia e dos Comissários (hoje Regedores) por não haverem concorrido à votação os moradores das respetivas freguesias, nos dias para isso destinados pelas Câmaras Municipais, o que tem dado motivo a paralisar-se o andamento regular da administração com grave prejuízo público e sendo necessário remover este inconveniente, sem contudo obrigar os membros das atuais Juntas a servir contra sua vontade, além do tempo que a lei exige. Manda pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, conformando-se com o parecer do Procurador Geral da Coroa, autorizar as Câmaras Municipais dos concelhos em cujas paróquias não tenha tido lugar por aquele motivo a eleição das Juntas e dos regedores para nomearem os membros e substitutos das mesmas Juntas, bem como os Regedores das paróquias e seus substitutos, observando-se para a instalação daqueles o que está determinado no artº 151, § 1º e 2º do mesmo Código, no que for aplicável. O que em cumprimento da Portaria do Ministério do Reino, em data de 2 do corrente, comunico a V. Sª para sua inteligência e devida execução na parte que lhes respeita, recomendando-lhes neste objeto a mais decidida eficácia.

Deus guarde a V. Sª

Braga, 20 de Março de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Administrador Geral Interino, João José Barbosa Marreca

[23]

Administração Geral do Distrito de Braga

1ª Repartição, 1ª Seção, nº 21

Ilmos. Srs.

Para satisfazer à determinação de Sua Majestade em Portaria Circular urgente, datada

de 10 do corrente mês, expedida pela 2ª Repartição da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, sirvam-se V. Sª fazer saber imediatamente a esta Administração Geral:

1º Qual a força da Guarda Nacional do seu concelho no fim de agosto de 1836;

2º Qual a força da mesma Guarda em 28 de fevereiro último;

3º Qual era a força armada em 30 de agosto de 1836 e qual no fim de fevereiro deste ano, remetendo para esse fim a esta Repartição os respetivos mapas segundo o modelo junto no mais curto prazo de tempo possível.

Observando-lhes que Sua Majestade igualmente me determina fazer uma semelhante remessa respetiva a todo este distrito dentro de oito ou dez dias e dar a razão de não ter enviado àquele ministério, com aquela regularidade que cumpre os mapas mensais de que trata a Portaria Circular nº 36, da 1ª Repartição, em data de 28 de dezembro deste referido ano, cuja omissão é só devida à falta de execução do serviço público de V. Sª, nesta parte que espero ver remediada de hora avante pelo patriótico zelo de V. Sª no fiel desempenho e pontual exercício de suas funções para terem o pleno cumprimento as ordens da mesma Augusta Senhora e se conseguir o inteiro bem estar dos cidadãos desse município, a quem mereceram tão conspícua confiança.

Deus guarde a V. Sª

Braga, 20 de Março de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Administrador Geral Interino, João José Barbosa Marreca

[24]

Administração Geral do Distrito de Braga

1ª Repartição, 1ª Seção, nº 23

Ilmos. Srs.

Para plena execução das determinações de Sua Majestade Fidelíssima a Rainha, em Portaria Circular do Ministério do Reino, 3ª Repartição, datada de 31 de janeiro último, cumpre que V. Sª sem perda de tempo procedam à eleição dos Juizes Ordinários pela forma determinada no Decreto de 29 de novembro do ano passado, artº 40 inserto no Diário do Governo, de 9 de dezembro último, nº 292, dando igualmente o cumprimento devido aos mais artigos análogos.

Deus guarde a V. Sª

Braga, 27 de março de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Administrador Geral Interino, João José Barbosa Marreca

[25]

Administração Geral do Distrito de Braga
1ª Repartição, 1ª Seção, nº 24

Ilmos. Srs.

Cumprê que sem perda de tempo V. S^a procedam à formação dos distritos dos Juizes de Paz, pelo modo indicado no § 1º, do artº 7º, do Decreto de 29 de novembro do ao passado, inserto no Diário do Governo de 9 de dezembro, nº 292, remetendo depois sucessivamente as propostas dos respetivos escrivães em listas tríplexes a esta Administração Geral, para subirem competentemente informadas ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, tudo na conformidade dos artº 23 e 31, § 2º do referido Decreto.

O que comunico a V. S^a para eficaz e pronta execução da Portaria do Ministério do Reino, 3ª Repartição, datada de 31 de janeiro, que por certo V. S^a desempenharão com um zelo verdadeiramente cívico pelo serviço público nacional que muito os deve caracterizar.

Deus guarde a V. S^a

Braga, 27 de Março de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
O Administrador Geral Interino, João José Barbosa Marreca

[26]

Administração Geral do Distrito de Braga
2ª Repartição, nº 109

Ilmos. Srs.

Não sendo admissível incluir o lançamento de 1835 com o do 1º semestre de 1836, devolvo a V. S^a os lançamentos dos passais dos párocos das freguesias de Lousado e Esmériz, a fim de que V. S^a os façam reformar pela respetiva Junta, observando-se que deve ser separado cada um dos lançamentos, os quais devem imediatamente ser remetidos a esta Administração Geral para ter o conveniente destino.

Deus guarde a V. S^a

Braga, 5 de abril de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
O Administrador Geral Interino, Rodrigo de Freitas Sampaio dos Guimarães Coelho

[27]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 24

Exmo. Sr.

Para esta Câmara poder informar a V. Exa. sobre o expendido no incluso officio do Administrador deste concelho, requisitou-se o competente livro que menciona a certidão do tabelião António Leite de Sousa Pereira e nele se não encontram as assinaturas do Juiz de Paz desta vila, Manuel da Costa Araújo e Sá, nem de seu escrivão Manuel José Pinto de Morais.

É o quanto esta pode informar a V. Exa. sobre este objeto.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, em Sessão do 1º de abril de 1837
Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral do Distrito de Braga
O Presidente Interino, José António Vidal

[28]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 26

Ilmo. e Exmo. Sr.

Em cumprimento ao officio dessa Administração, 1ª Repartição, 1ª Secção, nº 21, com data de 20 de março último, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa. que em agosto de 1836 ainda neste concelho se não tinha procedido ao recenseamento da Guarda Nacional e até são de data muito posterior as ordens que baixaram do Governo Civil deste distrito relativamente à formação da mesma Guarda.

Depois da proclamação da Constituição de 1822, seguiu-se a dissolução da Câmara deste concelho e tudo se paralisou até à eleição da nova Câmara. Esta encetou os trabalhos do recenseamento, mas não pôde ultimá-los, sendo substituída daí a pouco pela nova Câmara. Esta tem-se dado à conclusão desses trabalhos; estão ainda imperfeitamente feitos mas necessita-se de uma Junta de Saúde para inspecionar os recenseados doentes; mas semelhante Junta não pode organizar-se no meio da epidemia atual porque não há facultativos que possam assistir à inspeção, estando sumamente ocupados com a moléstia geral, e demais, seria inútil convocar os povos para tais inspeções por se acharem uns doentes e outros ocupados com as moléstias das suas famílias. Nestas circunstâncias, neste concelho nada mais existe do que o primeiro recenseamento, mas estão por fazer as tais inspeções sanitárias que devem alterar muito aquele recenseamento, e por isso também esta Câmara não pode dar cumprimento ao segundo officio

dessa Administração Geral, 1ª Repartição, 1ª Seção, nº 25, com data de 27 de Março último. Vai porém esta Câmara fazer os possíveis esforços para dar cumprimento ao determinado nos citados officios no termo mais breve que seja possível, sem omitir diligência e trabalho algum.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 8 de Abril de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral Interino

O Presidente Interino, José António Vidal

[29]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 27

Ilmo. Sr.

A Câmara Municipal deste concelho recebeu o officio de V. Sª em que dá parte que por motivo de moléstia não pode assistir por hora às suas Sessões.

A Câmara dá-me a honra de responder a V. Sª de que fica certa do impedimento, esperando contudo que por bem do serviço [...] possa.

Deus guarde a V. Sª

Vila Nova de Famalicão, 15 de abril de 1837

Ilmo. Sr. José António de Araújo

Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente

Igual foi remetido ao Sr. José António Vidal que é o nº 28

[30]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 29

Ilmo. Sr.

A Câmara deste concelho não pode deferir ao que V. Sª pretende no seu officio de 15 de abril, sobre a impossibilidade que julga ter para escusar-se do cargo de vereador substituto. A Câmara portanto espera que V. Sª compareça a prestar juramento, apenas o seu estado de saúde lho permita.

Deus guarde a V. Sª

Vila Nova de Famalicão, 15 de abril de 1837

Ilmo. Sr. António Feliciano Alves Carneiro
Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente

[31]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 30

Foi presente à Câmara Municipal deste concelho o ofício de V. S^a em que comunica o seu estado de moléstia. A Câmara sentindo o impedimento, pelo qual V. S^a deixa de tomar parte nos seus trabalhos, espera que V. S^a reunirá apenas possa, na certeza que não pode chamar-se como V. S^a parece desejar, o seu substituto; sim, a Câmara deseja prover-se da sua tão útil cooperação.

Deus guarde a V. S^a
Vila Nova de Famalicão, 15 de Abril de 1837
Ilmo. Sr. Bernardo José da Fonseca e Castro
Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente

[32]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 31

Ilmo. Sr.
Desejando esta Câmara, como é do seu dever, dar andamento a todos os negócios que lhe estão afetos, encarrega-me de rogar a V. S^a se sirva remeter-me todos quantos papéis V. S^a conserve sobre semelhantes negócios a fim de que possam ter o andamento devido.

Deus guarde a V. S^a
Vila Nova de Famalicão, 15 de Abril de 1837
Ilmo. Sr. Bernardo José da Fonseca e Castro
Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente

Foi outro igual remetido ao Sr. José António Vidal que faz o nº 32

[33]

Administração Geral do Distrito de Braga
1ª Repartição, 1ª Seção, nº 90

Ilmos. Srs.
Tendo V. S^a remetido a esta Administração Geral em ofício de 11 de março próximo findo,

a proposta quintupla dos cidadão mais votados para Administrador desse concelho, sem que viesse acompanhada das necessárias informações de suas capacidades políticas e civis, sirvam-se no próximo seguinte correio infalivelmente enviar a esta Administração Geral as informações que sobre as propostas possam haver e que elucidem a escolha do Governo.

Deus guarde a V. S^a

Braga, 17 de abril de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
O Administrador Geral Interino, Rodrigo de Freitas Sampaio dos Guimarães Coelho

[34]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão
N^o 33

Ilmo. e Exmo. Sr.

É V. Exa. servido ordenar em ofício de 17 do corrente à Câmara deste concelho que informe a proposta quintupla dos cidadãos mais votados para Administrador do mesmo. Mas a ordem de V. Exa. não pode cumprir-se com a brevidade necessária, porque cinco dos vereadores desta municipalidade faltaram à Sessão de hoje por motivo de moléstia. Afianço a V. Exa. que apenas haja reunido número legal de vereadores cumprirá a Câmara com o que lhe é solicitado por V. Exa.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 19 de abril de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral Interino
Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente da Câmara

[35]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão
N^o 34

Ilmo. e Emo. Sr.

O interesse do bem público e o afincio com que a maioria desta municipalidade tem tomado a peito as funções importantes de que está encarregada é causa para que eu leve ao conhecimento de V. Exa. o seguinte:

Foram chamados dois vereadores para completar o número de nove designado no Código Administrativo, art^o 22, e por força do art^o 23 procedeu-se à eleição de presidente, a qual recaiu em mim e de Procurador Fiscal, que recaiu no benemérito chamado Manuel de Sá Malheiro

Sottomayor.

Alguém, que a Câmara em Sessão não terá dúvida em referir a V. Exa., e que por força deseja na municipalidade membros que sejam cegos executores dos preceitos dele, fez com que os três dos vereadores dessem as partes que remeto por cópia a fim de não virem à Câmara; e disse que não voltavam, sem que a mesma fosse dissolvida. Este suborno ou para melhor dizer este escândalo tem entorpecido o andamento dos negócios tão importantes a cargo da Câmara, porque faltando alguns vereadores, como hoje sucedeu, por causa legítima, acontece que não há vereação.

A maioria desta Câmara é composta de homens conhecidos no concelho por sua honra e propriedade mas não agrada a alguém. Represento pois a V. Exa. em nome da maioria desta Câmara a necessidade que há de cumprir o artº 211 do Código Administrativo que manda chamar os substitutos, no caso de impedimentos dos efetivos e rogo a V. Exa. se digne por bem do serviço expedir sobre este objeto resposta urgente.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 19 de abril de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral Interino

Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente da Câmara

[36]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 35

Ilmo. e Exmo. Sr.

Na qualidade de Presidente da Municipalidade deste concelho, acuso a receção do officio de V. Exa. de oito do corrente em que insta pela informação acerca das queixas que existem contra o Correio Assistentes desta vila; posso afiançar a V. Exa. que apenas a Câmara reúna na primeira Sessão cumprirá o que por V. Exa. lhe é solicitado. Mas à Câmara consta extrajudicialmente que uma fração dela um informe, contra o qual esta municipalidade pelo meu órgão desde já protesta e breve no correio seguinte, levará ela ao conhecimento do Governo a sua queixa contra tal atentado e a informação verdadeira com o desenvolvimento levará a Câmara ao conhecimento de V. Exa.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 19 de abril de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. João de Sousa Pinto de Magalhães

Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente da Câmara

[37]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº36

Ilmo. e Exmo. Sr.

Acusando a receção do ofício de V. Exa. datado de oito do corrente, cumpre-me dizer a V. Exa. que enquanto à falta de alistados que tem havido no corpo da Guarda Nacional deste concelho, com o título de cabos de polícia, esta Câmara vai imediatamente tomar sobre esse objeto as medidas necessárias. Enquanto à relação dos estrangeiros, exigida no mesmo ofício não se pode enviar na razão de não existir algum neste concelho.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 19 de abril de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral Interino

Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente da Câmara

[38]

Administração Geral do Distrito de Braga
1ª Repartição, 1ª Seção, nº 93

Ilmo. Sr.

Não devendo estar parados os negócios municipais pelo impedimento de alguns membros dessa Câmara, no caso que eles estejam legitimamente, V. Sª deverá chamar para os substituir durante o seu impedimento os substitutos, na conformidade do artº 211, do Capítulo 2º do Código Administrativo.

Deus guarde a V. Sª

Braga, 20 de abril de 1837

Ilmo. Sr. Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão

O Administrador Geral Interino, Rodrigo de Freitas Sampaio dos Guimarães Coelho

[39]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 38

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tenho a honra de remeter a V. Exa. a relação nominal dos indivíduos que compõem as Juntas da Derrama e mais impostos pertencentes a este concelho como as que já pertenceram e hoje anexadas a outros pela nova Divisão, segundo ordenava a Circular, 2ª Repartição, nº 1, em data

de 20 de março último, a qual julgo ir conforme e com as observações que julguei necessárias.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 22 de abril de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Rodrigo de Freitas Sampaio dos Guimarães Coelho
Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente da Câmara

[40]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 39

Ilmo. e Exmo. Sr.

Em conformidade do artº 87, § 27, nº 2, do Código Administrativo, remeto a V. Exa. para ser presente ao Conselho de Distrito, a cópia das Posturas que fez esta Câmara nos limites deste concelho.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 22 de abril de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral Interino do Distrito de Braga
O Presidente da Câmara, Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva

[41]

Municipalidade de Vila Nova de Famalicão
Nº 41

Ilmo. e Exmo. Sr.

Em cumprimento do que por V. Exa. foi ordenado a esta Câmara, em ofício de 17 do corrente, acerca da proposta quántupla dos cidadãos mais votados para Administrador deste concelho, a Câmara entende que todos aqueles cidadãos estão em circunstâncias de desempenhar funções de tanta monta, mas a pluralidade de seus membros julga dever classificar em primeiro lugar a Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro e em segundo a Francisco Jerónimo de Vasconcelos e Castro.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão 27 de Abril de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral do Distrito de Braga
Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente
Manuel de Sá Malheiro Sottomaior, Fiscal
Higino Ferreira de Macedo

Domingos da Costa e Sá
José António de Araújo
Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro
Manuel Luís Pereira
José António da Costa Araújo

[42]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 42

Ilmo. Sr.

Tendo esta Câmara de informar com urgência as representações feitas a Sua Majestade sobre o emprego de correio assistente desta vila e tendo Vossa Senhoria em seu poder as indicadas representações, convém que sem perda de tempo Vossa Senhoria as envie a esta Câmara, a fim de poder deliberar-se na próxima sessão do dia 29, ficando Vossa Senhoria na certeza que a sua resposta negativa ou omissão será levada ao conhecimento do Governo.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão 27 de Abril de 1837

Ilmo. Sr. José António Vidal

Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente

[43]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 44

Ilmo. e Exmo. Sr.

A Câmara do concelho de Vila Nova de Famalicão, satisfazendo ao que por V. Exa. lhe é ordenado, em ofício de oito de abril, leva ao conhecimento de V. Exa. o seguinte:

José Joaquim de Sousa Ferreira, atual Correio Assistente desta vila, é pessoa dos melhores sentimentos políticos, tanto que por sua adesão ao Governo da Rainha, foi perseguido pelo Governo da usurpação e sofreu então uma sentença condenatória. Goza da melhor opinião e a esta Câmara não consta que tenha cometido transgressão ou omissão no importante serviço de correio de que está encarregado. Haviam nesta Câmara duas representações ou requerimentos de Manuel Joaquim da Costa e Sousa e Francisco José de Azevedo que pretendiam aquele emprego; este negócio foi proposto em Sessão da Câmara de 17 de Março último na qual ficou adiado, como V. Exa. verá pela cópia autêntica junta. Quando a Câmara foi organizada segundo a determinação do Código Administrativo e assim nomeou o seu Presidente e Procurador Fiscal,

oficiou àquele José António Vidal, como consta da cópia nº 2, para que enviasse quantos papéis em si estavam para terem o devido andamento; não respondeu aquele Vidal e agora em resposta ao ofício da cópia nº 3 recebeu a Câmara o ofício da cópia nº 4 pela qual quer inculcar que enviara a V. Exa. essas representações. Se, pois, V. Exa. recebeu os indicados papéis a Câmara tem a informar que tal resultado é apócrifo. Esta Câmara não deu semelhante informação e alguém com fins sinistros certamente pretendeu dar a V. Exa. o resultado da sua opinião.

Em Sessão de Câmara todos os membros desta Câmara rogam a V. Exa. se sirva dar-lhe conhecimento deste apócrifo e falso documento para, pelos meios legais cumprir seus [...] de tão extraordinária [...]

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, em Sessão de Câmara de 29 de abril de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. João de Sousa Pinto de Magalhães

Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente

Manuel de Sá Malheiro Sottomayor, Procurador Fiscal

Higino Ferreira de Macedo

Domingos da Costa e Sá

Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro

Manuel Luís Pereira

[44]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 45

Ilmo. Sr.

Em resposta ao ofício de V. S^a, datado de 16 de março do corrente ano, em que pede os títulos dos empraçamentos pertencentes às quatro freguesias do extinto Couto de Landim, que hoje fazem parte dessa municipalidade, cumpre-me responder a V. S^a que estando aqueles empraçamentos incorporados nos livros do antigo concelho, cuja maioria pertence a este concelho, não é possível dividir em si, mas pode V. S^a enviar à Secretaria desta Câmara pessoa de confiança a quem se franquiarão os livros, dos quais poderá tirar os esclarecimentos ou certidões que lhes convierem.

Deus guarde a V. S^a

Vila Nova de Famalicão, 3 de maio de 1837

Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal do concelho de Santo Tirso

O Presidente, Gaudêncio Xavier de Carvalho e Silva

[45]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 46

Ilmo. e Exmo. Sr.

Esta Câmara devolve a V. Exa. o requerimento do Presidente e Membros da Junta de Paróquia da freguesia de Mouquim para que seja presente em Conselho de Distrito a informação seguinte:

É verdadeira a matéria da súplica e a Câmara usando das suas atribuições legais, tendo julgado nula a segunda eleição, fez proceder a uma terceira à qual presidiu um dos membros desta municipalidade, e fez-se essa com todo o escrúpulo que a lei requer.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 6 de maio de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral Interino do Distrito

Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente

Procurador Fiscal, Manuel de Sá Malheiro Sottomayor

Higino Ferreira de Macedo

Domingos da Costa e Sá

Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro

Manuel Luís Pereira

[46]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 47

Ilmos. Srs.

Como os lugares de Coura e Vilar d'Este pertencentes à freguesia de Nine, estavam até agora sujeitos à freguesia de Lemenhe, o que tinha lugar porque aquela freguesia de Nine pertencia a outro concelho não pode [...] continuar a subsistir depois que a freguesia [...] faz parte deste concelho. [...] por consequência esta Câmara que aqueles [...] fizessem parte do todo da freguesia e sujeitos às autoridades das mesmas o que participo a V. S^a para sua execução e conhecimento.

Deus guarde a V. S^a

Vila Nova de Famalicão, 6 de Maio de 1837

Ilmo. Sr. Presidente e Membros da Junta de Paróquia de Lemenhe

Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva

Outro igual se remeteu à freguesia de Nine que fez o nº 48

[47]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 50

Ilmo. Sr.

Constando a esta Câmara que na feira pública da vila, muitos possuidores de barracas tem obstruído o trânsito com buracos e outros com paus atravessados o que causa prejuízo ao público e impede a livre comunicação da feira, deliberou a Câmara que do exposto se desse conhecimento a V. S^a para que [...] as ordens que julgar convenientes, a fim de que semelhante abuso seja de pronto remediado. Esta Câmara confia do zelo de V. S^a que pelas autoridades suas subordinadas seja servido, deste modo, concorrer para a utilidade pública.

Deus guarde a V. S^a

Vila Nova de Famalicão, 6 de Maio de 1837

Ilmo. Sr. Francisco Jerónimo de Vasconcelos e Castro

Gaudêncio Xavier Carvalho da Silva, Presidente

[48]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 51

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo esta Câmara ordenado às Juntas de Paróquia do concelho que procedessem ao recenseamento para o recrutamento, ordenado pelo Decreto de 25 de novembro de 1836, não só em cumprimento do artº 4º da mesma lei, mas para satisfazer ao que por V. Exa. posteriormente lhe foi ordenado, acontece que as Juntas de Paróquia constantes da relação adjunta participaram à Câmara que nenhum indivíduo encontravam nessas circunstâncias. Destarte vindo o número de recrutas a ser tirado de muito poucas freguesias será isso um peso e porventura violência para as freguesias cujas Juntas de Paróquia cumpriram seus deveres legais. Esta Câmara está persuadida que aquelas outras Juntas seriam menos exatas no cumprimento do artº 4º da lei, e como nela não encontra disposição alguma que coíbe ou evite semelhante abuso, leva tudo ao conhecimento de V. Exa. para que seja servido ordenar as providências necessárias ou solicitá-las do Governo, se tanto for mister.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 10 de Maio de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral Interino

Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente

[49]

Município do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 53

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo sido posteriormente apresentado a esta Câmara o requerimento adjunto com o respeitável despacho de V. Exa., de 25 de janeiro passado, para informar sobre a matéria dele, leva esta Câmara ao conhecimento de V. Exa. que quanto ali se refere é verdadeiro; houveram naquela eleição grandes nulidades, e mesmo o suborno com o característico de letra vermelha. V. Exa. será servido deferir como julgar de justiça.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 10 de Maio de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral

Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente

[50]

Município do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 55

Ilmo. e Exmo. Sr.

É V. Exa. servido perguntar a esta Câmara porque se não tem dado cumprimento às ordens Circulares nº 23 e 24 expedidas pela 1ª Repartição em 27 de março último, e cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa. que a eleição do Juiz Ordinário fica amanhã definitivamente concluída e a proposta dos Escrivães do Juiz de Paz acha-se em termos de ser prontamente enviada a V. Exa. e a dificuldade de [...] círculos um concelho tão grande foi a causa da demora.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, [...] de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral Interino do Distrito de Braga

Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente

[51]

Município do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 56

Exmo. Sr.

Em cumprimento à Portaria de V. Exa., 2ª Repartição, nº 4, datada de 19 de abril último, tenho a honra de remeter a V. Exa. a totalidade dos rendimentos dos extintos Coutos de Landim e Arentim, para V. Exa. ordenar o que for servido.

Vila Nova de Famalicão, 26 de maio de 1837

Ilmo. Sr. Administrador Geral

[52]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 62

Dirigido ao Administrador do Concelho

Ilmo. Sr.

A fim de se dar cumprimento ao artº 157 do Código Administrativo, como por S. Exa. o Sr. Administrador Geral foi ordenado a esta Câmara em ofício de 20 do corrente, sirva-se V. Sª enviar a esta municipalidade com a brevidade que ser possa a proposta dos cabos de polícia com os círculos que convier pertencer-lhes.

Deus guarde a V. Sª

Vila Nova de Famalicão, 27 de maio de 1837

O Presidente, Gaudêncio

[53]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 63

Dirigido ao Administrador do Concelho

Ilmo. Sr.

Para dar cumprimento ao artº 118 e 119 do Código Administrativo, que se acha em plena execução, sirva-se V. Sª enviar a esta Câmara a proposta em lista tríplice para Escrivão dessa Administração e declarar os amanuenses de que precisa para coadjuvarem aquele Escrivão.

Deus guarde a V. Sª

Vila Nova de Famalicão, 27 de Maio de 1837

O Presidente, Gaudêncio

[54]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 66

Dirigido ao Administrador Geral do Distrito

Ilmo. e Exmo. Sr.

A Câmara Municipal deste concelho tem a honra de enviar a V. Exa. a relação dos círculos dos Juizes de Paz do mesmo e proposta em lista tríplice dos candidatos para os mesmos, na conformidade do artº 31, § 2º da Lei de 29 de novembro de 1836.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 7 de junho de 1837

Gaudêncio

O Fiscal, Manuel de Sá

Higino Ferreira

José António de Araújo

Joaquim de Aguiar, Manuel Luís Pereira

José António da Costa Araújo

[55]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 70

Ilmo. e Exmo. Sr.

Pelo Secretário interino dessa Administração Geral foi comunicado a esta Câmara, em officio de 15 do corrente mês, que V. Exa. a remessa de uma e outra proposta para escrivães dos diferentes círculos de juizes de Paz deste concelho, a qual continha circunstâncias da informação da conduta moral, política e civil de cada um dos candidatos. A Câmara entende que tem plenamente satisfeito aos desejos de V. Exa com a proposta que já enviou a essa Administração Geral, conquanto é certo que todos os seus propostos são pessoas hábeis, honradas e dignas por sua adesão ao Governo da Rainha, de exercerem qualquer emprego público, e a ordem por que vão na proposta também classifica a sua habilitade. Por último esta Câmara está persuadida que deste modo tem satisfeito ao que lhe é ordenado pelo § 2º, artº 31 do Decreto de 29 de novembro do ano próximo passado.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 27 de junho de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral do Distrito de Braga

O Presidente, Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva

[56]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 71

Ilmo. e Exmo. Sr.

Adjunto remete esta Câmara a V. Exa. o mapa dos distritos e círculos dos Juizes de Paz, segundo o modelo que foi remetido por ordem de V. Exa.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 27 de Junho de 1837

Ilmo e Exmo. Sr. Administrador Geral do Distrito de Braga
Gaudêncio, Presidente

[57]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 72

Dirigido à Câmara do Porto

Ilmo. Sr.

Recebi a carta de V. S^a de 8 do corrente mês com exemplares do projeto e regulamento para o magnífico monumento destinado a perpetuar nessa cidade heroica a glória do imortal Duque de Bragança. Esta Câmara não poupará diligências e fadigas para que o seu município concorra o quanto em si couber para esse monumento de eterna recordação e a coincidência de ser esta Câmara presidida atualmente por um portuense, testemunha ocular dos feitos gloriosos do libertador português, nessa cidade eterna, fará redobrar os esforços de que essa Câmara carece para realizar a obra grande e gloriosa que empreendera. A Câmara do Porto, composta de patriotas beneméritos, empreendendo um monumento à glória de D. Pedro torna-se credora da gratidão de todas as Câmaras do reino, e esta a que tenho a honra de presidir é a primeira a confessar essa tão grata dívida em que se constituiu para com V. S^a e seus ilustres colegas.

Deus guarde a V. S^a

Vila Nova de Famalicão, Casas do Concelho, 27 de Junho de 1837

Ilmo. Sr. Luciano Simões de Carvalho

Gaudêncio Xavier de Carvalho Silva, Presidente

[58]

Administração Geral do Distrito de Braga

1^a Repartição, 1^a Seção

Ilmos. Srs.

Apresso-me a participar a V. S^a que no dia de hoje, pelas 9 horas da manhã, foi restaurado nesta

cidade o Governo legítimo e a Constituição de 1822 que um punhado de tropa vendida ao interesse, pretendiam aniquilar. Eles vão em pequeno número em vergonhosa retirada, tendo-os desamparado o Batalhão de Infantaria nº 9 e uma boa parte do Regimento da Rainha que aqui se acham fazendo a guarnição da cidade, até que chegue o digno e honrado Barão de Almargem à frente das bravas e fieis tropas que por momentos estão a entrar.

O que comunico a V. S^a para sua inteligência e para que façam imediatamente o competente Auto da Restauração, chamando pelos meios ao seu alcance os povos desse município à obediência e ordem.

Deus guarde a V. S^a

Braga, 15 de julho de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Administrador Geral Interino, Rodrigo de Freitas Sampaio dos Guimarães Coelho

[59]

Município do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 75

Ilmo. e Exmo. Sr.

Foi presente à Câmara Municipal deste concelho o ofício de V. Exa. de 15 do corrente com a mais grata comunicação de haver-se nessa cidade restaurado o governo legítimo e a Constituição de 1822, o que um punhado de tropa vendida ao interesse pretendia aniquilar. Esta Câmara perfeitamente identificada com os sentimentos de V. Exa. tem a honra e glória de participar que fiel ao juramento que prestaram no início de sua administração municipal [...] do Governo atual não aderiu à rebelião e suposto que por espaço de um dia os revoltosos ocupassem esta vila, nem essa força maior e armada foi capaz de arrancar à Câmara um perjúrio. Como, pois, não houve auto de aclamação rebelde e criminoso não há necessidade de auto de restauração, e neste caso pode V. Exa. estar certo que seria essa a primeira solicitude desta municipalidade, que de ordem da Câmara tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa.

Deus guarde a V. Exa

Vila Nova de Famalicão, 22 de Julho de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral do Distrito de Braga

Presidente, Gaudêncio

[60]

Município do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 76

Dirigido ao Administrador do Concelho

Ilmo. Sr.

A Câmara Municipal deste concelho desde que V. S^a em 6 de junho passado lhe indicou para amanuense a Manuel Joaquim da Costa, não duvidou jamais de assinar-lhe ordenado, conquanto seja duvidosa a inteligência do artº 119 do Código Administrativo e suposto que uma severa hermenêutica jurídica desse em resultado opinião contrária à de V. S^a. Contudo esta Câmara não quer fazer questões de que não apresenta decidida vantagem ao concelho; e assim com grada sua assinará na primeira vereação ordenado segundo as forças do cofre do município ao amanuense de V. S^a o quanto deve considerar-se com vencimento desde que V. S^a lhe fez a honra de o escolher.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 24 de julho de 1837

Ilmo. Sr. Francisco Jerónimo de Vasconcelos e Castro

O Presidente, Gaudêncio

[61]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 77

Dirigido ao Administrador do Concelho

Ilmo. Sr.

Não foi recebido no tempo da atual Câmara o ofício de 6 de janeiro que com o de 22 do corrente, V. S^a teve a bondade de enviar a esta Câmara, e os atuais vereadores não têm obrigação de saber o que se passara fora da sua administração.

A matéria daqueles dois ofícios é tendente a aumentar as despesas do município com uma verba que não foi contemplada no orçamento. O objeto da despesa é contudo muito sagrado. Asseguro a V. S^a que na primeira vereação o proporei e apressar-me-ei a participar a V. S^a o que a Câmara deliberar dentro das suas atribuições legais.

Deus guarde a V. S^a

Vila Nova de Famalicão, 24 de julho de 1837

Ilmo. Sr. Francisco Jerónimo de Vasconcelos e Castro

O Presidente, Gaudêncio

[62]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 78

Ilmo. Sr.

Em cumprimento do officio de V. S^a esta Câmara fica inteirada de que o extinto Couto de Arentim fica desanexado deste concelho e anexado a esse. Enquanto aos utensílios pertencentes à dita Câmara não pode esta Câmara satisfazer, porquanto se acha neste arquivo e pode V. S^a mandar pessoa de confiança e então se franqueará, passando o competente recibo.

Deus guarde a V. S^a

Vila Nova de Famalicão, 2 de agosto de 1837

Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga

Gaudêncio, Presidente

[63]

Administração Geral do Distrito de Braga

O Dr. Rodrigo de Freitas Sampaio dos Guimarães Coelho, Administrador Geral Interino de Braga, por Sua Majestade a Rainha que Deus guarde.

Não convindo ao serviço de Sua Majestade a Rainha, que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão continue a exercer as funções a seu cargo, a suspendo das mesmas, devendo ser imediatamente convocada a antecedente Câmara para servir interinamente em seu lugar.

Dado e passado nesta Administração Geral em Braga, 2 de agosto de 1837.

O Administrador Geral Interino, Rodrigo de Freitas Sampaio dos Guimarães Coelho

[64]

Administração Geral do Distrito de Braga

1^a Repartição, 2^a Seção, nº 155

Ilmos. Srs.

Para satisfação do officio do Ministério do Reino, em data de 31 de julho último, cumpre que V. S^a informem por esta Administração Geral se José Joaquim de Sousa Ferreira, Correio Assistente dessa vila, tomou parte nos acontecimentos revoltosos que tiveram ultimamente lugar nesta província, declarando circunstanciadamente os factos que praticou por esta ocasião.

Deus guarde a V. S^a

Braga, 7 de agosto de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
O Administrador Geral Interino, Rodrigo de Freitas Sampaio dos Guimarães Coelho

[65]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 81

Ilmo. e Exmo. Sr.

Em cumprimento da Circular, 1ª Repartição, 1ª Seção, nº 35, em data de 20 de maio último, tem esta Câmara a honra de remeter a V. Exa. a relação nominal dos cabos de polícia que lhe foram propostos pelo Administrador do Concelho e por ela aprovados.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 15 de Agosto de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral do Distrito de Braga
Bernardo José da Fonseca e Castro, Presidente

[66]

Administração Geral do Distrito de Braga
1ª Repartição, 1ª Seção, nº 160

Ilmos. Srs.

Tendo Sua Majestade a Rainha dissolvido por Decreto de 7 do corrente mês, a Câmara Municipal desse concelho, mandando proceder imediatamente à eleição da nova Câmara, cumpre que V. Sª logo que esta receberem procedam à referida eleição, na conformidade do disposto no artº 209 do Código Administrativo.

Deus guarde a V. Sª

Braga, 17 de agosto de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
O Administrador Geral Interino, Rodrigo de Freitas Sampaio dos Guimarães Coelho

[67]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 84

Ilmo. e Exmo. Sr.

Em resposta ao ofício de V. Exa. de 21 do corrente cumpre-me participar que o número dos eleitores para a Junta Geral do Distrito não se acha ainda completo, não obstante haver-se

ordenado segunda eleição na conformidade das ordens de V. Exa. Esta Câmara entra em dúvida se em semelhantes círculos deve ordenar terceira vez aquela eleição.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 26 de agosto de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral do Distrito de Braga

O Presidente Interino, Domingos da Costa e Sá

[68]

Município do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 87

Exmo. Sr.

Respondendo-se ao ofício de V. Exa. datado de 7 do corrente, sobre o porte e sentimentos que adotara ou seguira José Joaquim de Sousa Ferreira, Correio Proprietário desta vila, nos acontecimentos políticos que tiveram lugar no mês de julho passado, procurando esta Câmara informar-se a semelhante respeito com pessoas desinteressadas, fidedignas e zelosas do bem comum, não achou coisa alguma contra ele e nada sabe esta Câmara que possa informar a V. Exa. mais do que o referido, por serem todos os membros dela de fora da vila em distância e ter entrado há pouco, por dissolução da Câmara eleita. É quanto tem esta Câmara a honra de informar a V. Exa. a respeito do ofício para ser presente a quem competir.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, em Câmara de 23 de agosto de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral do Distrito de Braga

Domingos da Costa e Sá, Presidente Interino

Manuel José de Sá Correia do Lago

Tomás Carneiro de Araújo Correia

Manuel Luís Pereira

[69]

Administração Geral do Distrito de Braga

2ª Repartição, nº 150

Ilmos. Srs.

Para cumprimento do ofício do Tesouro Público Nacional, 1ª Repartição, de 12 do corrente, remeto a V. Sª o incluso requerimento documentado dos moradores da freguesia de Requião, para que ouvindo os membros da Junta mencionada no dito requerimento, informem por esta Administração Geral, interpondo o seu parecer acerca do objeto de que trata.

Deus guarde a V. S^a
Braga, 26 de agosto de 1837
Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
O Administrador Geral Interino, Rodrigo de Freitas Sampaio dos Guimarães Coelho

[70]

Municipalidade de Vila Nova de Famalicão
Nº 89

Ilmo. Sr.
Em presença do officio de V. S^a em data de 28 do passado, se me oferece dizer que não havendo na Secretaria desta municipalidade entrega alguma a fazer relativa à Câmara do extinto Couto de Arentim, mais do que cinco cadernos pequenos e um livro de capa de pergaminho, isto se acha à disposição de V. S^a em todo e qualquer dia e hora que melhor lhe convier.

Deus guarde a V. S^a
Vila Nova de Famalicão, 2 de setembro de 1837
Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da cidade de Braga
O Presidente, Vidal

[71]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 90

Ilmo. Sr.
Tendo-se pela nova Reforma Administrativa reunido a este concelho as freguesias de Gondifelos, Nine, Jesufrei, Mosteiro de Arnoso, Santa Eulália de Arnoso, Sezures, Santa Maria de Arnoso e Ferreiró, que de antes eram pertencentes a essa municipalidade, faz-se necessário para dar cumprimento às ordens superiores, lançar nos livros desta municipalidade os manifestos e foros relativos às sobreditas freguesias. Por isso que se faz necessário V. S^a queira mandar uma relação e quando isto não seja possível, conceder que aí se vão tirar, franqueando-se para isso os livros respetivos no dia que para o mesmo V. S^a determine.

Deus guarde a V. S^a
Vila Nova de Famalicão, 2 de setembro de 1837
Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Vila de Barcelos
O Presidente, Vidal

[72]

Município do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 100

Ilmo. Sr.

Havendo V. Sª saído eleito Eleitor de Distrito no círculo eleitoral da freguesia de S. Cosme do Vale na forma que foi determinada por S. Exa., cumpre-me participar a V. Sª que no dia 10 do corrente, pelas 9 horas da manhã, se deverá achar na Casa da Câmara da capital do distrito para procederem à eleição da Junta Geral do mesmo.

Deus guarde a V. Sª

Vila Nova de Famalicão, 6 de setembro de 1837

Ilmo. Sr. Rodrigo António de Araújo Leão

Do mesmo teor e data se remeterão aos seguintes senhores

Remetido a José António da Costa Araújo – nº 101, do Louro

Dirigido a Bernardo José da Fonseca e Castro – nº 102, de Castelões

Dirigido a Francisco Jerónimo de Castro – nº 103, de Gavião

Dirigido a Manuel José de Sampaio – nº 104, de Vila Nova

[73]

Município do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 105

Exmo. Sr.

Em cumprimento do ofício de V. Exa., datado de 17 do corrente, cumpre-me participar esta Câmara que neste município nada ouve de alteração nos povos nem ordens dos facciosos às autoridades constituídas, antes prevaleceram adidas ao atual Governo que felizmente nos rege. Julga portanto desnecessário fazer auto de aclamação e se chegar à notícia desta Câmara houvesse alguma ordem dos rebeldes a qualquer autoridade administrativa ou Juntas de Paróquia, seja qual for a sua natureza, fica cuidadosa de as cassar.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 20 de Setembro de 1837

Ilmo. e Exmo. Administrador [...]

Domingos da Costa e Sá

Manuel Luís Pereira

Tomás Carneiro de Araújo Correia

Manuel José de Sá Correia Lago

[74]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 106

Exmo. Sr.

Esta Câmara passa a enviar ao Juiz Ordinário deste concelho uma relação dos cidadãos mais votados na Câmara do ano passado a fim de servirem de adjuntos no Tribunal de Polícia Correccional na forma da Lei, para que possam ser avisados por ordem do dito juiz, quando necessário for a sua comparência no Tribunal respetivo.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 23 de Setembro de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral do Distrito de Braga
Bernardo José da Fonseca e Castro, Presidente

[75]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 108

Ilmo. Sr.

Havendo V. S^a saído eleito eleitor de distrito no círculo eleitoral do Louro, na conformidade das ordens de S. Exa., cumpre-me participar a V. S^a que no dia 15 do corrente, pelas 9 horas da manhã, se deverá achar na Casa da Câmara da capital do distrito para procederem à Junta Geral do mesmo.

Deus guarde a V. S^a

Vila Nova de Famalicão, 1 de outubro de 1837

Ilmo. Sr. José António da Costa Araújo
José Joaquim Ribeiro de Campos

Manuel José de Sampaio – Nº 109

Francisco Jerónimo de Vasconcelos e Castro – Nº 110

Rodrigo de Araújo Leão – Nº 111

Bernardo José da Fonseca e Castro – Nº 112

[76]

Administração Geral do Distrito de Braga
1^a Repartição, 1^a Seção, nº 53

Ilmos. Srs.

Estando chegado o tempo em que se deve dar princípio sucessivamente às eleições de todos os corpos e autoridades eletivas deste distrito, cumpre que V. S^a, logo que esta receberem, expeçam imediatamente as suas ordens a fim de que sejam levadas a efeito as referidas eleições, na conformidade do Código Administrativo Português, decretado em 31 de dezembro de 1836 e Reforma Judiciária, decretada em 29 de novembro do mesmo ano, de modo que as mencionadas eleições sejam terminadas nos prazos que marcam os mesmos decretos. O que participo a V. S^a para sua inteligência e devida execução.

Deus guarde a V. S^a

Braga, 10 de outubro de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
O Administrador Geral Interino, Rodrigo de Freitas Sampaio dos Guimarães Coelho

[77]

Nº 119

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tenho a honra de remeter a Vossa Senhoria a cópia da ata da eleições dos eleitores de Deputados. e igualmente a cópia da lista do Recenseamento para Deputados da Nação, conforme o determinado nos artigos 56 e 57 do Código Administrativo.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão 13 de Outubro de 1837

Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da cidade de Braga
Bernardo José da Fonseca e Castro, Presidente Interino

[78]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 120

Ilmo. e Exmo. Sr.

Para cumprimento da Circular nº 53, de 19 de Julho próximo findo, cumpre-me participar a V. Exa. que havendo-se ordenado, terceira vez, eleição no círculo eleitoral da freguesia de Landim, nem assim foi possível o poder-se concluir semelhante eleição, em consequência de não concorrer àquele ato número suficiente de cidadãos que, ao menos, pudessem compor a mesa provisória, o que comunico a V. Exa. para sua inteligência.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão 14 de outubro de 1837
Ilmo. Sr. Administrador Geral do Distrito de Braga

[79]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 121

Ilmos. Srs.

Determinando o artº 15 do Código Administrativo português que as eleições da Junta de Paróquia tenham lugar todos os anos no 1º domingo de novembro, cumpre que a Junta de Paróquia de Vila Nova de Famalicão dê princípio em tempo competente aos atos preparatórios para a referida eleição na sua paróquia, e prossiga nas operações eleitorais nas épocas designadas no citado Código para o necessário efeito daquela determinação.

O que comunico à Junta para sua inteligência e devido cumprimento.

Vila Nova de Famalicão 14 de outubro de 1837
Ilmos. Srs. da Junta de Paróquia desta vila
O Presidente, Vidal

Idênticos se expediram a todas as Juntas de Paróquia do concelho, até o nº 170

[80]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 171

Exmo. Sr.

Em cumprimento do ofício de V. Exa., datado de 26 de agosto último, temos a honra de declarar a V. Exa. que ouvindo-se a Junta do Lançamento da freguesia de Requião, daquele ano a que alude o requerimento dos moradores da dita freguesia, e vistos os lançamentos que existem no arquivo desta Câmara, não sofre dúvida o ter-se remetido para o Tesouro a décima e acréscimo tudo junto, sendo certa a dúvida de que se queixam em pagar duas vezes, se tinham pago a décima antes que o Governo de Sua Majestade mandara aumentar os lançamentos.

É quanto achamos a respeito segundo o dito requerimento e informa da Junta daquele tempo.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, em Sessão de 18 de outubro de 1837
Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral do Distrito

José António de Araújo, Presidente
Manuel Luís
Lago
Tomás Carneiro

[81]

Administração Geral de Braga
1ª Repartição, 1ª Seção, nº 57

Ilmos. Srs.

Tendo Sua Majestade ordenado em Portaria do Ministério do Reino, de 22 de março do ano próximo passado, que os Secretários das Câmaras, hoje Escrivães das mesmas, logo que tenham obtido sua nomeação devem solicitar do Governo as confirmações no prazo de quatro meses, sob pena de serem inibidos de tal emprego, e podendo dar-se a circunstância de não ter essa Câmara feito executar aquela soberana resolução, em prejuízo dos direitos da Fazenda nacional, que devo fiscalizar, cumpre que V. Sª portanto façam dar imediato cumprimento àquela determinação, participando-me se nesse município se acha compreendido naquela cominação algum dos indicados empregados.

Deus guarde a V. Exa.

Braga, 30 de outubro de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
O Administrador Geral, José Manuel Teixeira de Carvalho

[82]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 173

Ilmo. Sr.

Havendo de proceder-se à eleição da Junta de Paróquia no 1º domingo de novembro, conforme determina o Código Administrativo Português, e tendo-se oficiado ao Presidente da atual Junta de Paróquia da freguesia de Ribeirão para este servir de presidente da mesa provisória e não convindo ao sossego da mesma paróquia que o mesmo indivíduo ocupe aquele lugar, rogo a V. Sª queira tomar conta da mesma presidência devendo officiar-lhe quanto antes para lhe servir de governo e anunciar por edital o dia e hora da mesma eleição.

Deus guarde a V. Sª

Vila Nova de Famalicão, 31 de outubro de 1837

Ilmo. Sr. José da Costa e Sá, de Esmeriz

O Presidente, Vidal

[83]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 174

Exmo. Sr.

Tendo sido determinado a esta Câmara por essa Administração Geral, em ofício da 1ª Repartição e Seção, nº 53, em data de 10 de outubro último, que se desse princípio sucessivamente às eleições de todos os corpos e autoridades eleitorais deste concelho, expedindo-se imediatamente as ordens necessárias para o dito fim; e como em Janeiro do corrente ano se procedesse à eleição da Câmara, Administrador e Regedores, na conformidade do Decreto de 18 de julho de 1835 e não na forma do Código Administrativo, roga esta Câmara a V. Exa. se digne esclarecer-lhe se sim ou não se deve proceder à eleição do Administrador e Regedor.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 3 de novembro de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral

O Presidente, Vidal

[84]

Administração Geral de Braga
1ª Repartição, 1ª Seção, nº 207

Ilmos. Srs.

Em resposta ao ofício de V. Sª de 3 do corrente, devo dizer-lhe que por esta Administração se expediram ordens para se proceder à eleição de todos os corpos administrativos e em consequência delas V. Sª deverão também expedir as suas, para que se verifiquem as eleições das referidas autoridades na forma do Código Administrativo.

Deus guarde a V. Sª

Braga, 11 de novembro de 1837

Ilmos Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Administrador Geral, José Manuel Teixeira de Carvalho

[85]

Administração Geral de Braga
2ª Repartição, nº 151

Ilmos. Srs.

Devolvo a V. S^a a conta dos rendimentos dos extintos coutos de Landim e Arentim, remetida em ofício n^o 56, de 24 de maio último, tanto por não vir autenticado com a competente assinatura, como porque a execução da Circular n^o 4, de 19 de abril, que havia sido dirigida a V. S^a, é agora por outra cometida ao respetivo Administrador, e por isso V. S^a lhe deverão apresentar a dita conta para que ele a tome em contemplação.

Deus guarde a V. S^a

Braga, 14 de novembro de 1837

O Administrador Geral, José Manuel Teixeira de Carvalho

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

[86]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

N^o 175

Exmo. Sr.

Para cumprimento da Circular 1^a Repartição e Seção, n^o 58, em data de 10 do corrente, tem esta Câmara a responder a V. Exa. que respeito ao Real d'Água se paga há muitos tempos, 240 rs. Por cada pipa de vinho e um real em cada arrátel de carne fresca. Este ano foi deliberado pelos Procuradores deste concelho com esta Câmara para as despesas do município em orçamento direto, 5 reis em cada arrátel de carne de boi e 1200 rs. A cada pipa de vinho. Também não chegando tudo isto para as ditas despesas se lançou ou adicionou o orçamento direto.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 15 de novembro de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral de Braga

O Presidente, Fonseca

[87]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

N^o 176

Ilmo. Sr.

Em consequência de um ofício da Administração Geral, datado de 14 do corrente, devolvendo a conta que se lhe havia enviado dos réditos dos extintos coutos, determina-se remeta agora e para o futuro a V. S^a por Circular que assim o determina. A qual conta V. S^a dará o destino que tiver em virtude da dita Circular.

Deus Guarde a V. S^a
Vila Nova de Famalicão, 18 de novembro de 1837
Ilmo. Sr. Francisco Jerónimo de Castro
O Presidente, Fonseca e Castro

[88]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
N^o 177

Em satisfação ao ofício de V. S^a recebido com data de 23 do corrente, cumpre-me declarar-lhes que todas as baixas que dimanam desta Secretaria, desde 1836 até 1837, deve entrar o que se achar vencido até o dia da baixa, para se não prejudicar a Fazenda Nacional.

Deus guarde a V. S^a
Vila Nova de Famalicão, 24 de novembro de 1837
Ilmo. Sr. Presidente e Membros da Junta da Décima do Louro
O Secretário, Campos

[89]

Administração Geral de Braga
1^a Repartição, 1^a Seção, n^o 224

Ilmos.Srs.

Em satisfação ao ofício do Ministério do Reino com data de 24 do corrente, remeto a V^a S^a o incluso requerimento de José Joaquim Ribeiro de Campos em que pede a Sua Majestade a Rainha, a confirmação do lugar de Escrivão da Câmara Municipal desse concelho, a fim de que V. S^a me informem se o pretendente possui as precisas qualidades para exercer aquele ofício e receber a mercê requerida.

Deus guarde a V. S^a
Braga, 30 de novembro de 1837
Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

[90]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão
N^o 178

Ilmo. e Exmo. Sr.
Em resposta ao ofício de V. Exa. expedido pela 1^a Repartição, 1^a Seção, n^o 224, com data de 30

de novembro passado, na qual V. Exa. manda que esta Câmara informe sobre a pretensão do Secretário desta municipalidade para obter a confirmação de Sua Majestade, no ofício de Escrivão da Câmara deste concelho, para que foi nomeado, podemos certificar a V. Exa. que no mencionado Escrivão José Joaquim Ribeiro de Campos, concorrem as qualidades que se necessitam para o bom desempenho do ofício que pretende, pois que além da sua aptidão para o desempenho do expediente dos negócios desta Municipalidade demais incorrem no mesmo as relevantes qualidades de suma inteireza e desinteressa e uma firme adesão às liberdades pátrias e às instituições liberais que felizmente nos regem.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 6 de dezembro de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral do Distrito de Braga

O Presidente, Fonseca e Castro

Araújo

Pereira

Lago

Tomás Carneiro

Costa

[91]

Municipalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 179

Exmo. Sr.

Para satisfação do ofício, 1ª Repartição, 1ª Seção, nº 223, em data de 30 de novembro último, cumpre-me participar a V. Exa. que no Livro de Matrícula deste concelho se acham escritos 481 jurados como certifica a certidão inclusa do Secretário desta municipalidade, o que levo ao conhecimento de V. Exa. para sua inteligência e devida execução.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 6 de dezembro de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral do Distrito de Braga

O Presidente, Fonseca e Castro

[92]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão

Nº 180

Exmo. Sr.

Somos mandados informar pelo officio de V. Exa., datado do 1º de novembro do corrente ano sobre o porte e conduta do Correio que foi nesta vila e é o seguinte: Quanto aos seus padecimentos e incómodos são verídicos, e a respeito a tomar parte na última revolta não sabemos o que fizesse.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 13 de Novembro de 1837

O Presidente, Bernardo José da Fonseca e Castro

Manuel José de Sá Correia do Lago

Tomás Carneiro de Araújo Correia

António José da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Subinspetor Geral dos Correios

[93]

Nº 181

Em cumprimento do §1º, art. 40 do Código Judicial, tenho a honra de enviar a V. Sª a cópia da ata da eleição do Juiz Ordinário deste Julgado que teve lugar no dia 3 do corrente.

Deus Guarde a V. Sª

Vila Nova de Famalicão, 13 de Dezembro de 1837

Illmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Barcelos

O Presidente, Bernardo José da Fonseca e Castro

[94]

Administração Geral do Distrito de Braga

2ª Repartição, nº 11

Circular confidencial

Ilmos. Srs.

Para exato cumprimento da Portaria Circular do Tesouro Público Nacional, 3ª Repartição, nº 130, de 4 de novembro último, cumpre que V. Sª procedendo a um rigoroso exame, e não poupando diligências algumas, informem confidencialmente por esta Administração Geral se o Administrador do Concelho, ou algum de seus antecessores, tem recebido e conserva em seu poder alguns dinheiros pertencentes à Fazenda Pública, proveniente de rendimentos de Bens Nacionais.

Deus guarde a Vª Sª

Braga, 19 de dezembro de 1837

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

[95]

Administração Geral do Distrito de Braga
2ª Repartição, nº 240

Ilmos. Srs.

Sendo presente ao Conselho de Distrito a inclusa representação da Junta de Paróquia de Santa Maria de Oliveira, em que se queixava de não ter essa Câmara atendido, segundo a lei, à divisão dos círculos para a eleição dos Juizes de Paz, resolveu o mesmo que V. Sª reformem o referido círculo como convém e a lei exige, fazendo entregar a representação aos interessados.

Deus guarde a V. Sª

Braga, 20 de Dezembro de 1837

O Administrador Geral, José Manuel Teixeira de Carvalho

Ilmos. Srs. Presidente e Membros da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

[96]

Municipalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão
Nº 182

Ilmo. e Exmo. Sr.

Em cumprimento do art. 43 do Código Administrativo Português, tenho a honra de enviar a V. Exa. a cópia da ata da eleição dos membros da nova Câmara deste concelho que teve lugar no domingo passado, 17 do corrente.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, 20 de dezembro de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr. Administrador Geral do Distrito de Braga

Bernardo José da Fonseca e Castro, Presidente Interino

2.



2. Bernardino Machado e as liberdades municipais

Norberto F. Cunha

2.1

É corrente a opinião que Bernardino Machado teve um especial apreço político pelos municípios — chegou mesmo a invocar, publicamente, o nome de Jacinto Nunes, como seu “mestre” nesta matéria—porque considerava as “franquias locais” e o seu exercício, mais ou menos imediato, pelos cidadãos, como condição essencial de um regime, verdadeiramente, liberal (no sentido moral, antes do político), fosse ele uma Monarquia ou uma República. Esta auréola deve-se, em minha opinião, sobretudo a três ordens de factores: ter sido o dirigente republicano que, publicamente, de modo mais intenso e acutilante, denunciou e atacou as políticas de *engrandecimento do poder real* dos últimos governos monárquicos (e conseqüente cerceamento das liberdades publicas e enfraquecimento do Poder do Parlamento, instituição representativa da vontade popular); ter defendido que o município, além de uma unidade administrativa, era “uma pessoa moral”— que depois da família era o elemento fundamental da pátria — e uma “organização essencialmente democrática” que, num regime político, era uma “pequena república dentro da República” (como dissera Tocqueville acerca das comunas norte-americanas) e o baluarte das conquistas liberais (como também mostrava a própria história)¹; e, por fim, ter apelado, recorrentemente, antes e depois, da revolução do *5 de Outubro* de 1910, para a permanente participação política das *comissões paroquiais republicanas*, como garante da democraticidade da República e da realização das aspirações populares.

Estas atitudes e convicções de Bernardino Machado são suficientes para o identificarmos como um prosélito do municipalismo. Mas será prudente introduzirmos alguns matizes nesta qualificação e acrescentarmos alguns esclarecimentos.

A descentralização e o municipalismo já tinham sido, muito antes de Bernardino entrar na vida política, objecto de amplas controvérsias nas Cortes, sobretudo, por ocasião das reformas administrativas. Como dizia Luciano de Castro, em 1867, desde os anos 40, a descentralização convertera-se numa “palavra mágica” e numa “panaceia universal”. Para isso, muito tinham contribuído os trabalhos, entre outros, de Victor Cousin, Silvestre Pinheiro Ferreira, Prevost-Paradol, Girardin, Vivien-Raudot, Molinari, Odillon-Barrot, Jules Simon, Édouard Laboulaye (para quem “a comuna é a escola da liberdade”²) e, mais que todos, Alexis de Tocqueville que em 1835, na *Démocratie en Amérique*, fazia a mais cabal demonstração da conexão existente entre liberalismo e descentralização. O que fora um estudo de caso — a que podemos acrescentar a sua última obra *L’Ancien Régime et la Revolution* (um dos ataques mais vigorosos contra a centralização) — tornara-se uma evidência racional. Mas já em 1832 — diz Júlio de Vilhena — José Xavier Mouzinho da Silveira tomara várias medidas para descentralizar a administração, embora, passado algum tempo, tenha reconhecido a sua impossibilidade prática³; por sua

[1] Apud “Vida Local” (s.n.), in *AVanguarda* (Lisboa), 27 de Outubro de 1908, p. 1.

[2] Édouard de Laboulaye, *L’Etat et ses limites* (1863), 5^{ème} édition, Paris, Charpentier et Cie, Libraires-Éditeurs, 1871, p. 93.

[3] Julio de Vilhena, in acta n°29, da *Camara dos Senhores Deputados*, sessão de 19.02.1878, p. 406.

vez, Passos Manuel, em conformidade com o código administrativo de 1836 (cujas bases foram lançadas por Rodrigo da Fonseca) ordenou que os administradores de concelho fossem eleitos por sufrágio local, mas, rapidamente, verificou que a medida se revelou impraticável⁴. Posteriormente, vários governos tomaram diversas medidas legislativas quer para reformar os princípios da administração quer para tratar da divisão administrativa. E todas elas, em *teoria*, aceitavam as vantagens da descentralização sobre as da centralização. O debate das reformas administrativas não era, pois, desde a década de 40, o debate em volta do binómio centralização *versus* descentralização. O problema era outro: *como* fazer a descentralização. Recorrendo a uma classificação de Júlio de Vilhena, poderíamos dividir as inúmeras intervenções parlamentares que se fizeram sobre esta questão, ao longo de várias décadas, em duas atitudes: uma metafísica e a outra, positiva⁵; a primeira, decorrente duma reflexão teórica, do ensinamento dos livros e do estudo comparado com as reformas feitas além-fronteiras (especialmente com a legislação administrativa da Bélgica, França e Itália), reconhecia a legitimidade das extrapolações e generalizações e a capacidade da teoria cativar e explicar, cabalmente, a realidade concreta; a atitude positiva, ainda que considerando úteis os contributos da abordagem metafísica, dava precedência, no debate e solução dos problemas de uma reforma administrativa, ao conhecimento da realidade concreta — considerada do ponto de vista histórico, geo-humano e étnico — sobre os princípios abstractos em que se pretendia basear. As dificuldades em conciliar estes dois pontos de vista explicam, em parte, o centralismo do código administrativo de 1842 e o carácter descentralizador da reforma administrativa de 1867 (salvaguarda das franquias locais e devolução, aos cidadãos, da livre gerência dos seus interesses), cujo relator foi Ridrigues Sampaio. Em ambos os pontos de vista lá estão os mesmos problemas: a divisão territorial; a dimensão demográfica dos novos municípios; as suas atribuições e recursos; as autoridades administrativas e os seus poderes (de modo a que os direitos e liberdades dos cidadãos não sejam diminuídos); as relações das corporações locais eleitas com as autoridades administrativas e distritais e com a tutela do poder central, etc..

[4] Apud *ibidem*.

[5] Idem, *ibidem*

Pelo que acabamos de dizer, não me parece crível que Bernardino Machado — que iniciara a sua carreira política como membro da Junta Central de Coimbra — ignorasse estes problemas, quando entrou para a vida política, como deputado, em 1882; inclusive, ainda presenciará— embora sem intervir—no amplo debate, teórico e prático, que pouco tempo depois terá lugar na Câmara dos Deputados, sobre a reforma administrativa do município de Lisboa. Todavia, Bernardino, ao longo da sua carreira política, quer durante a Monarquia quer durante o tempo da propaganda republicana e, depois, durante a República, não participou, activamente, nos debates parlamentares (ou mesmo fora do Parlamento) em volta do municipalismo, nem mesmo quando esta questão foi amplamente debatida, na Assembleia Constituinte de 1911, quando do debate do projecto constitucional. Aparentemente, isto é surpreendente, porque quando se realiza o I Congresso Nacional dos Municípios, Bernardino Machado é convidado a presidi-lo e a fazer a intervenção de abertura; e só não a fez porque adoecera. A este convite — devido,

certamente, ao facto de presidir ao Directório do P.R.P., cujo programa político defendia o município como instituição fundamental da futura reforma administrativa da República — não seria estranho o conhecimento público do seu combate acutilante, demolidor e sem tréguas, à política de engrandecimento do poder real, ao centralismo e, mais recentemente, ao franquismo. Mas da defesa da descentralização ao municipalismo vai uma distância grande. Note-se, por exemplo, que tanto Jacinto Nunes como Bernardino Machado eram defensores da descentralização; mas esta levou Jacinto Nunes a um municipalismo que estava longe, na sua radicalidade, daquele que defendeu Bernardino Machado, pois enquanto o primeiro se deteve na *re-forma* administrativa, da qual esperava, como conseqüências, mudanças de *fundo*, o segundo apelava à descentralização para chegar a mudanças de *fundo* — a pessoa e o cidadão — que mudassem, conseqüentemente, as instituições, a começar pelos municípios, dando a estes, direitos, liberdades e garantias, que lhe tinham sido usurpados, ao longo dos séculos, pelo poder central. Eu diria, que Jacinto Nunes tem uma concepção *institucional* do municipalismo, enquanto que Bernardino tem dele uma concepção *personalista* (no sentido moderno que a este conceito é dado por Mounier). A primeira concepção arrasta o debate da descentralização e do municipalismo, sobretudo, para o campo financeiro, económico, administrativo e jurídico-político; a segunda concepção, centra-o no campo da moralidade e da cidadania. Mas as fronteiras entre estes dois campos, quando nos aproximamos, de perto, dos seus problemas, tornam-se ténues, o que ajuda a explicar não só porque é que Bernardino Machado, um tenaz defensor da descentralização, foi precipitado, pela opinião pública, no campo “municipalista” (na acepção institucional) mas também porque, nesta acepção, não o encontramos nas batalhas parlamentares.

Estas considerações exigem, pois, um esclarecimento mais cabal do que foi o “municipalismo” de Bernardino Machado sob pena de, folheando os seus escritos, se concluir, *prima facie*, que, embora defensor da descentralização, foi reservado quanto ao municipalismo (o que não é verdade) pela simples razão de que quase *não falou* dele. O que também mostra — falando num sentido mais geral — que as palavras e as coisas são, radicalmente, heterogéneas, e que é na sua recíproca *intencionalidade* fenomenológica (glosando Husserl) e não na sua correspondente *verificabilidade*, que o historiador deve procurar o *sentido* de umas e outras.

2.2

A carreira política de Bernardino Machado, começou com a sua eleição de deputado, pelo *Partido Regenerador*, em fins de 1882; governava, então, Fontes Pereira de Melo, que fará uma renovação governamental no início de Fevereiro do ano seguinte⁶. A sua actividade política quer até 1886 (ano em que Fontes se demite, devido ao conflito administrativo entre Braga e Guimarães) quer depois, na Oposição ao Governo do *Partido Progressista* de Luciano de Castro (de 1886 ao *Ultimatum*) e durante o exercício do cargo de Ministro das Obras Públicas (1893),

[6] Entraram para o novo elenco governativo, José Vicente Barbosa do Bocage (que inicialmente ficou com a pasta da Marinha e do Ultramar, mas, meses depois, foi transferido para a pasta do Negócios Estrangeiros, tendo passado a sua antiga pasta para o jornalista e historiador Manuel Pinheiro Chagas); Hintze Ribeiro, que ficou com a pasta da Fazenda; Barjona de Freitas, que se encarregou da pasta do Reino em substituição de Tomás Ribeiro; e Lopo Vaz de Sampaio e Melo que substituiu Júlio de Vilhena, na pasta da Justiça. A pasta das Obras Públicas, por preencher, inicialmente, virá a sê-lo, no mês de Outubro, por Saraiva de Carvalho, antigo ministro reformista. Este Governo manter-se-á no Poder, até 1886, e entre as suas medidas, para além das de fomento (as mais visíveis) são de assinalar a fixação do numero de deputados para as eleições legislativas de 1884, uma amnistia geral para todos os crimes de abuso de liberdade de imprensa, em 14 de Junho de 1884 (depois de ouvido o Conselho de Estado), e a lei de 24 de Julho de 1885, que passou a servir de fundamento ao 2º Acto Adicional à Carta Constitucional.

no Governo de Hintze Ribeiro, privilegiou as questões da *educação e da instrução pública*, os debates sobre o *Acto Adicional à Carta Constitucional* e as *funções do Estado*. Se prestarmos cuidadosa atenção a todas essas intervenções, verificamos que as afivela um denominador comum: a intenção de Bernardino deslocar, para o cidadão, a *iniciativa e auto-determinação* da sua vida e do seu destino individual e colectivo (e a escola, enquanto escola “profissional”, era uma instituição óptima para esse fim); refrear a intervenção abusiva do Poder central na esfera privada e na determinação exclusiva e arbitrária da “coisa pública”, pela limitação das suas atribuições (e o Acto Adicional era uma ocasião excelente para isso); e, por fim, advertir que a liberdade — pelos seus excessos (com o agravamento das desigualdades e arbitrariedades) — podia converter-se em carrasco da própria liberdade, pelo que se exigia do Estado, quando fosse necessário, que intervisse, na dinâmica social, protectoramente (pelo “proteccionismo”) como fiel da balança.

Todas as intervenções de Bernardino, em todos estes anos, sem desprestigiar o Estado (que distingue claramente dos Governos, ainda que estes, quando centralistas, se tenham procurado identificar com ele, totalitariamente), visam desmultiplicar os seus poderes centralizadores pelas instituições intermédias e, sobretudo, entregá-las às corporações eleitas e, por fim, à vontade soberana dos cidadãos. E é pela escola, melhor dizendo, por um certo *modo de aprendizagem*, que espera conseguir esse desiderato; será essa *aprendizagem* — que enquanto *voluntária*, considerará “o viático da alma”⁷, no discurso inaugural do 3º Congresso do Ensino Primário, efectuado no Porto, de a 27-30 de Dezembro de 1897 — que formará as pessoas e os cidadãos que hão de devolver aos municípios as suas franquias--e não os Governos, que são parte interessada na solução do problema — e farão dessas instituições elementares da administração pública, aquelas “pequenas repúblicas” que Bernardino tanto apreciava nas povoações suíças. Por isso, nesses primeiros dez anos de vida política não encontramos, se não estou em erro (e creio que não estou) nos seus discursos políticos, uma única referência ao municipalismo e, em contrapartida, uma multiplicidade de referências ao “centralismo” e aos seus efeitos nefastos (diga-se, a este propósito, que muitos anos depois, já republicano, Bernardino confessou que aceitara o cargo de ministro, no Governo de Hintze, para ajudar a travar e inverter o *centralismo* político que vinha a agravar-se). Implicitamente, a via alternativa a esse centralismo era a descentralização; mas Bernardino, nestes anos, nunca a associou, *directamente*, aos municipalismo, numa relação de causalidade necessária, porque nunca pensou nos municípios como artífices da *liberdade* do homem e do cidadão, mas como o seu efeito e o seu primeiro bastião institucional e instrumental. Mas esmiuçemos estas questões um pouco mais.

2.3

Em 1883, no debate parlamentar sobre o projecto de reforma do ensino secundário, Bernardino Machado justificou a ênfase posta nas suas intervenções por estar convicto que a instrução traz

[7] Bernardino Machado, *Obras, II. Pedagogia, tomo 3*, coord. científica de Norberto Ferreira da Cunha, Edições Humus Lda. e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2010, p. 103. Doravante, referir-nos-emos a esta obra pela sigla *O/II/Pedagogia/3*.
[8] Idem, *Obras, II. Pedagogia, tomo 1*, coord. científica de Norberto Ferreira da Cunha, Edições Humus Lda. e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2009, p. 86 (ver *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 7.III.1883, pp. 592-594). Doravante, referir-nos-emos a esta obra de Bernardino Machado pela sigla *O/II/Pedagogia/1*.

“não só a riqueza mas também a moralidade”⁸ ou seja, que não só o saber é poder⁹ e mesmo o *capital* gerador dos demais *capitais* (como disse, em carta de 23 de Outubro de 1886, a Oliveira Martins)¹⁰ — sublinhando, por mais de uma vez e em diversas ocasiões que as nações mais poderosas eram, simultaneamente, as mais instruídas — mas que só pela instrução popular (primária e profissional) se podia levar a cabo a regeneração moral da sociedade e da nação portuguesas¹¹. Consistia esta regeneração moral, como disse, 9 de Julho de 1883, em ter a liberdade nos costumes e não apenas nas leis, porque ninguém é livre sem o saber, e só o sabendo se pode caminhar, em progresso, para a igualdade e para a felicidade. Portanto, só por via da educação ou *instrução voluntária* se podia ser livre¹². E outra liberdade que não se baseasse na instrução voluntária (doravante referir-nos-emos a esta simplesmente como “instrução”, distinguindo-a da “instrução maquinal” ou instrução imposta por agentes ou factores exógenos ao educando¹³) seria antiliberal, como seria uma mistificação o regime político que não associasse, umbilicalmente, liberdade e instrução, pois se aquela podia ser imaginada, para o corpo — como disse em 1902, nas *Notas de um Pai* (1896-1903) — como “a força nervosa” que presidia às funções da nutrição, a instrução podia ser imaginada, para o espírito, como a nutrição para o organismo¹⁴. Liberdade e instrução eram, pois, solidárias e indissociáveis (o *deficit* de uma implicava um *deficit* na outra e vice-versa)¹⁵, como solidários — dirá nas suas *Conferências de Pedagogia*, ministradas na Universidade de Coimbra, de 21 de janeiro a 11 de Março de 1900 e na *Academia de Estudos Livres*, em 21.XI.1903 — eram, conseqüentemente, o governo e o ensino¹⁶, sendo não só a diferença entre ambos a mesma que há entre a escola e a sociedade — “ao ensino compete ser um governo-modelo, como à escola uma sociedade exemplar”¹⁷ (cujo ideal devia ser a assimilação recíproca¹⁸), mas “toda a escola”, desde a primária até à superior — como disse em 8 de Dezembro de 1897, no *Instituto* de Coimbra — era, sobretudo, “uma instituição política”¹⁹, forjando-se nela, desde os graus mais elementares, como disse na sua célebre “oração de sapiência” de 1904, sobre a *Universidade e a Nação*, monarquias ou repúblicas, regimes democráticos ou autoritários²⁰.

Foi esta convicção de que não havia uma diferença “essencial” entre o Governo e o ensino e que este, quanto mais livre fosse, mais liberal e social seria aquele, que o levou a deixar a sua cátedra em Coimbra e a tomar assento na Câmara dos Deputados ao serviço do *Partido Regenerador* e, mais ainda, ao serviço de uma política — progresso (melhoramentos materiais) e instrução — que, segundo ele, só os regeneradores tinham dado provas de fazer (e não apenas apregoar, como faziam os progressistas). Infelizmente — lamentou Bernardino, na Câmara de Deputados — os regeneradores tinham-se empenhado mais nos melhoramentos materiais do que na instrução, mas chegara a hora de inverter a ordem de prioridades da sua política, apostando na “socialização do ensino”, única estratégia política, em sua opinião, capaz de sustentar, operatoriamente, o progresso e, com ele, a liberdade e a perseguição da igualdade. Ora o *Partido Regenerador* era um partido de *acção* e havia que aproveitar a sua força, para mudar o factor motriz desse progresso: a “mentalidade” dos operários e dos cidadãos e, por via dela, criar

[9] Idem, *ibidem*, p. 101 (ver *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 6.IV.1883, pp. 964-965).

[10] Idem, *ibidem*, p. 205.

[11] Idem, *ibidem*, pp. 102-103 (ver *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 6.IV.1883, pp. 964-965).

[12] Idem, *ibidem*, p. 114-115 (Discurso proferido em 9 de Julho de 1883, no cemitério do Prado do Repouso, no Porto, junto ao túmulo dos mártires da Liberdade, de 1832).

[13] Idem, *Obras, II. Pedagogia, tomo 2*, coord. científica de Norberto Ferreira da Cunha, Edições Humus Lda. e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2009, p. 535. Doravante, referir-nos-emos a esta obra pela sigla *O/II/Pedagogia/2*.

[14] Idem, *ibidem*, p. 207.

[15] Idem, *ibidem*. Ver também a sua conferência, realizada em Lisboa, na *Academia de Estudos Livres*, em 21.XI.1913, in *O/II/Pedagogia/3*, 2010, pp. 227-32. Dirá, ainda, na sua célebre “oração de sapiência” de 1904, sobre a *Universidade e a Nação*, que “ser instruído é ser livre” e que os governos liberais que se desinteressaram pela instrução — e os nossos governos depois do *Ultimatum* eram disso um lamentável exemplo — abriram as portas à reacção e ao despotismo (in Bernardino Machado, *O/II/Pedagogia/3*, 2010, pp. 243-44).

[16] Idem, *O/II/Pedagogia/3*, 2010, pp. 154 e 227.

[17] Idem, *ibidem*, p. 154.

[18] Idem, *ibidem*.

[19] Idem, *ibidem*, p. 129.

[20] Idem, *ibidem*, p. 244.

uma moral da livre iniciativa, da associação e do solidarismo (que só o estudo teórico-prático, também impropriamente chamado “profissional”, podia proporcionar).

Mas que instrução era essa que preconizava Bernardino? Uma instrução centrada na iniciativa e nas actividades e interesses dos alunos (que deveria ser o *centro* da aprendizagem e que, depois de *elaborar, assimilar e reproduzir* a lição do mestre se viesse a a tornar capaz, progressivamente, de dispensar o mestre (como disse em carta de 17 de Julho de 1895, a Teixeira Bastos)²¹; na sua capacidade de interacção com a realidade envolvente (conteúdos e colegas); na integração congruente e gradual da aprendizagem de conhecimentos (tendo em conta a idade e o desenvolvimento das suas faculdades); na ênfase posta na observação, análise, experimentação e indução (até ao fim do ensino médio), e na dedução e síntese, no ensino superior (mas sem excluir o afinamento de qualquer destas categorias cognitivas, em qualquer nível etário); no recurso a professores não apenas competentes, mas moralmente exemplares (e se necessário fosse sacrificar alguns destes dois atributos, seria o primeiro a favor do segundo); que o ideal do professor fosse, além de *auxiliar* (do ponto de visto dos conhecimentos e da moral) da *auto-governo* do aluno, dar precedência, no seu ensino, ao “livro da vida” sobre o livro escolar”, ao concreto sobre o abstracto, apagando-se cada vez mais diante da autonomia do aluno; e não dissociar nunca a instrução do “tirocínio oficial” (como disse, por exemplo, na sessão de abertura do curso para operários, no *Instituto* de Coimbra, na noite de 1 de Fevereiro de 1897²²) desde o ensino primário até ao fim do ensino médio (recorrendo para o efeito ao fomento intensivo do ensino profissional e ao equipamento técnico e laboratorial das escolas), pois, em seu entender, sem essa revolução hierárquica não teríamos os operários e cidadãos de que precisava uma sociedade democrática²³. Com este tipo de instrução, os alunos aprenderiam a livrar-se, progressivamente, do constrangimento de um conjunto de resistências naturais, tornariam-se-iam mais “dóceis” e sociáveis pela comunhão de ideias e sentimentos (papel da “socialização” do ensino) e, acima de tudo, aprenderiam a ser capazes de se governarem a si mesmo (como várias décadas depois repetirá Sérgio) e a contribuir para o progresso nacional²⁴. A importância atribuída por Bernardino Machado a este grau de ensino (o primário) era de tal ordem que, nas considerações prévias que fez, na Câmara dos Deputados, em 18 de Janeiro, à reforma do ensino secundário de 1883, não só elogiou, rasgadamente, o município de Lisboa, pelo seu investimento na instrução popular (na qual se incluía a instrução primária)²⁵, como considerou, esta, a única “fundamental e profissional” (como afirmara Rodrigues Sampaio), porque era, também, a única onde se imbricavam a observação, o raciocínio e a acção²⁶; e por isso — disse — quem a não tinha não reunia as condições mínimas para participar, num acto eleitoral e, portanto, nos negócios públicos.

Com tal importância atribuída ao ensino primário, Bernardino, obviamente, tinha de o defender para todos; e efectivamente defendeu (“não fique uma só criança de hoje, sem a instrução primária” — disse²⁷); para todos e ministrado, obrigatória e gratuitamente. Mas sendo este

[21] Idem, *O/II/Pedagogia/1*, 2009, p. 635.

[22] Idem, *O/II/Pedagogia/3*, 2010, p. 85.

[23] Idem, *O/II/Pedagogia/1*, 2009, p. 115 (Discurso proferido em 9 de Julho de 1883, no cemitério do Prado do Repouso, no Porto, junto ao túmulo dos mártires da Liberdade, de 1832).

[24] Idem, *ibidem*, p. 117.

[25] Idem, *ibidem*, p. 57 (ver *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 19.I.1883, pp. 95-96).

[26] Idem, *ibidem*, p. 75 (ver *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 7.III.1883, pp. 592-594).

[27] Idem, *ibidem*, p. 116 (Discurso proferido em 9 de Julho de 1883, no cemitério do Prado do Repouso, no Porto, junto ao túmulo dos mártires da Liberdade, de 1832).

grau de ensino de interesse nacional, era de opinião que não podia ficar entregue a particulares.

E aqui se revela até onde vai a aceitação de Bernardino da descentralização em matéria de instrução. O ensino primário, secundário, técnico-superior e universitário, devia ser ministrado e administrado, pelo Estado e de forma modelar, porque há finalidades nacionais que não podiam ficar ao arbítrio dos decisores particulares; quanto ao ensino profissional (primário e técnico-secundário) que, segundo Bernardino, devia ter sempre um carácter local e particular, devia ser entregue aos municípios — e só no caso destes os não puderem instituir, entregá-los ao Estado — e, simultaneamente, solicitar, a este, recursos, subsídios, professores e outras medidas, para as associações que ministravam a instrução popular (como a *Sociedade de Instrução do Porto*, a *Sociedade Martins Sarmento*, a *Academia de Estudos Livres*, a *Escola Livre das Artes e do Desenho de Coimbra*, etc.), implicando, obviamente, como contrapartida, a sua fiscalização²⁸. Os municípios tinham, pois, um papel subsidiário nesta *instrução para a liberdade*. Sem esta instrução (que podia ou não ser continuada, posteriormente, pelo ensino liceal e/ou profissional e, finalmente, pelo superior) não era possível criar uma sociedade democrática e, portanto, democratizar as próprias instituições locais — como as juntas de paróquia e os municípios. Note-se como, para Bernardino, em 1883, a democraticidade destas instituições são o corolário de um processo de aprendizagem e não o inverso, não associando, ainda, esta instrução para a liberdade à mediação do município a não ser certos tipos de ensino ou situações excepcionais²⁹. Por isso é que Bernardino nunca se envolveu, afincadamente, nos debates à volta do municipalismo. Em sua opinião, sem um certo tipo de operário e cidadão, os municípios, ainda que descentralizados, continuariam a ser instrumentos do caciquismo. Uma prova exemplar da ausência de conexão necessária entre descentralização e os seus ideais pedagógicos, encontramos-na na sua intervenção de 16 de Julho de 1890, na Câmara dos Pares. Nessa sessão, Bernardino Machado levantou a questão das relações entre a descentralização e a instrução, mais exactamente, as relações do Estado com as localidades no governo do ensino, a propósito da sua defesa da criação do *Ministério da Instrução Pública*, tendo em vista conferir unidade política à educação nacional³⁰. Sublinhou que, ao defender a criação daquele ministério, não pretendia centralizar a instrução; aliás, neste domínio, não defendia nem um exclusivo centralismo nem o extremo inverso, era a função que devia condicionar esse processo; por isso, “para os serviços centrais, gerais, da nação” preconizava a centralização da instrução; e a descentralização desta, “para os seus serviços locais, especiais ou comuns”³¹; embora acrescentasse que a centralização era sempre necessária quando as localidades desconheciam ou desatendiam as necessidades locais de instrução e sempre necessária para coordenar, de um ponto de vista nacional, os distintos serviços locais de instrução³². Como se vê, Bernardino Machado não tem preconceitos reservados, ideológicos — direi mesmo — quanto ao centralismo no ensino. Sabe distinguir em que reino de finalidades este deve intervir e em que circunstâncias deve dar lugar às localidades. Mesmo assim não deixou de justificar essa sua defesa do centralismo na instrução que podia parecer aos defensores da descentralização não só uma posição, tendencialmente, antiliberal

[28] Idem, *ibidem*, pp. 142-43 (Discurso proferido na discussão parlamentar da rectificação do Orçamento de Estado, em 1884).

[29] Idem, *ibidem*, pp. 116-117 (Discurso proferido em 9 de Julho de 1883, no cemitério do Prado do Repouso, no Porto, junto ao túmulo dos mártires da Liberdade, de 1832).

[30] Idem, *ibidem*, p. 285.

[31] Idem, *ibidem*.

[32] Idem, *ibidem*.

mas contraditória com a sua hostilidade para com a política de engrandecimento do poder real.

Mas também não deixou de elogiar o papel da descentralização na instrução. Mas cada qual na sua respectiva esfera de acção. O Estado devia intervir na instrução — disse — para que as liberdades locais não fossem tão desapoderadas, que rompessem ou afrouxassem os liames

da hierarquia social; como devia ser estimulada a intervenção dos municípios, na instrução elementar, pela cooperação que podiam dar ao engrandecimento da nação; era, pois, tão legítima a centralização como a descentralização no ensino elementar. Muito diferente era a adopção de extremismos nesta conexão entre o Estado e as localidades quanto ao ensino. Bernardino repudiou, cerce, a centralização que arrastava o Estado a amesquinhar e a absorver tudo, robustecendo-se à custa das imunidades locais; mas também repudiou a descentralização que só acreditava no incremento da vida local e via como má sombra, com ciúme e temor, o poderio do Estado; ambos os extremos, em seu entender, eram “viciosos e funestos, igualmente condenáveis”, ao contrário da centralização e da descentralização relativas, que, em sua opinião tinham, “respectivamente, um valor disciplinar e uma virtude fortificante de grande alcance educativo”³³. Apesar desta atitude equilibrada e pragmática quanto ao papel da centralização e da descentralização, no que diz respeito ao ensino, a verdade é que, Bernardino Machado, *em princípio*, era mais favorável à segunda do que à primeira; e a prova disso é ter chamado à colação, nesta sua intervenção parlamentar, os elogios que Martens Ferrão fizera, na sua reforma da administração civil, à função educativa da descentralização, afirmando que a educação social e política dos cidadãos se devia fazer nas instituições da administração local, porque esse exercício levava os cidadãos a aprender a deliberar e amar a liberdade e, com ela, a ordem (que era a sua primeira garantia)³⁴. Bernardino tem, pois, clara consciência de que a descentralização efectiva da instrução para os municípios (e não uma mera transferência de encargos do Estado para estes) podia ser um importante factor de emancipação política dos cidadãos, não só porque a escola elementar é um serviço local e não central (ainda que comum a todas as localidades) mas porque a aprendizagem, tal como ele a concebia, proporcionaria aos futuros munícipes uma *forma mentis* — assente na *livre iniciativa* e no *self-government* — que lhes permitiria uma frutuosa intervenção na vida local (tanto no interesse individual como social). Simplesmente, isto nunca ou quase nunca acontecera, entre nós³⁵, porque o Ministério do Reino em vez de servir a descentralização explorou-a, e a esmagadora maioria dos municípios, só por si, não podiam com os pesados encargos da instrução primária com que, ultimamente, a procuravam amparar, sem quase qualquer subsidio pecuniário do Estado³⁶; por isso a instrução primária, “pouquíssimo” ou quase nada progredira³⁷, nem antes nem depois da reforma de 1881, ficando-se em geral, no seu melhor, por reformas legislativas, quase apenas formais. A legislação vigente obrigava as localidades a solicitar ao Governo a criação de escolas, ficando a cargo dos municípios o pagamento dos vencimentos dos professores e a cargo das paróquias, as despesas com a casa do professor, com o edifício da escola e com a biblioteca³⁸. E se é

[33] Idem, *ibidem*.

[34] Apud idem, *ibidem*, pp. 285-286.

[35] Idem, *ibidem*, p. 296.

[36] Idem, *ibidem*, p. 306.

[37] Idem, *ibidem*, p. 296.

[38] Idem, *ibidem*, p. 287.

[39] Idem, *ibidem*.

verdade, que o Governo subsidiava estas despesas, além de dar aos municípios outras garantias suplementares (como revisão de processos disciplinares, promoção dos professores às escolas normais, inspecção, etc.), ficando a seu cargo, fundamentalmente, a administração técnica do ensino (preparação e habilitação dos professores, graduação, por categorias, dos candidatos ao magistério oficial, inspecção e direcção do ensino, reconhecimento dos professores distintos e destituição dos incompetentes, etc.)³⁹, não é menos verdade que nunca os apoios vieram a tempo nem suficientemente⁴⁰, que as verbas do Orçamento para a instrução eram desviadas para outros fins (sobretudo no que diz respeito ao pagamento dos professores, em que o Estado deixou de participar depois de 1881)⁴¹ e que não foram criadas muitas mais escolas, porque o Estado não dispensou às juntas de paróquia os meios necessários para as habilitar a conseguirem os edifícios escolares, nem foi, solicitamente, ao encontro dos municípios com o subsídio para o pagamento dos honorários do magistério⁴². Mas a demissão do Estado quanto aos seus deveres para com a instrução primária não se ficou por aqui. Além de não favorecer, quanto devia, a criação de escolas, o Estado até contrariou e dissuadiu, directamente, essa criação — ainda que tenha havido excepções a esta regra no tempo de Rodrigo da Fonseca, Passos Manuel, D. António da Costa e Rodrigues Sampaio — reprimindo a iniciativa das localidades que tinham esse objectivo, ao fazer depender de licenças prévias o estabelecimento de escolas para as quais tivesse de contribuir com um subsídio; e até publicou uma portaria, com data de 16 de Agosto de 1888, não só censurando a facilidade com que certas localidades criavam escolas cujas despesas revertiam, na totalidade, a cargo do Estado, mas considerando “inadmissível” que uma escola elementar fosse sustentada exclusivamente pelo Estado⁴³ (condicionalismo com que parecia estar de acordo Bernardino, pois não era bom, em seu entender — e invoca aqui uma afirmação de Laveleye, de 1872 — que fosse o Estado a pagar todo o ensino elementar, porque quando a administração local não tinha uma parte suficiente na sua direcção e custeio, tornava-se indiferente ao êxito da instrução primária⁴⁴). Apesar de todas estas deficiências, muito mais da responsabilidade do Estado (devido à escandalosa negligência deste) do que das localidades⁴⁵, Bernardino era da opinião que este sistema de organização da instrução — nem, exclusivamente, centralizador nem, exclusivamente, descentralizador, mas uma ou outra coisa conforme as funções específicas dos fins em causa — era um que sistema não sendo perfeito, merecia ser aperfeiçoado não só porque o considerava “excelente em muitas das suas linhas gerais”⁴⁶ mas porque timbrava de “liberal”, na medida em que o Estado, embora não abdicasse do governo das escolas, tão pouco o monopolizava, porque o repartia, liberalmente, com as localidades⁴⁷. Esse aperfeiçoamento passava não só por obrigar o Estado a cumprir as suas obrigações para com a instrução elementar, mas em desoprimir e estimular o concurso das localidades no governo da instrução primária, mas sem cair em extremismos.

Advertiu Bernardino que “a centralização absoluta é uma só, é o entregar um serviço inteiramente ao Estado; só o Estado conhece da necessidade que o país tem do serviço e o cria, só o Estado conhece dos recursos de que o país dispõe para ele e o dota, só o Estado o

[40] Idem, *ibidem*, p. 299.

[41] Idem, *ibidem*, p. 298.

[42] Idem, *ibidem*, p. 296.

[43] Idem, *ibidem*, pp. 299-300.

[44] Idem, *ibidem*, p. 289-90.

[45] Idem, *ibidem*, p. 296.

[46] Idem, *ibidem*, p. 288.

[47] Idem, *ibidem*.

administra, tanto jurídica e economicamente como tecnicamente⁴⁸. Longe de si a a defesa deste centralismo, mas não o diaboliza. Como esclarece, “há duas formas mitigadas de centralização, ou formas mistas de centralização e descentralização. Pode entender-se que as localidades não têm capacidade para medir o alcance do serviço, nem para o administrar, proficientemente, e ao mesmo tempo reconhecer-se que são capazes, uma vez criado o serviço, de o manter, ou pelo menos de o auxiliar com os seus recursos e descentralizar-se, por isso, a dotação do serviço, tornando assim menos abstracta, mais natural, mais cómoda e justa a tributação escolar, e portanto mais voluntária e mais querida a escola⁴⁹. Era este sistema, misto de centralização e de descentralização do ensino elementar — com um mínimo de centralização (porque o Estado o criara) — que as localidades dotavam e, mais ou menos, administravam, que Bernardino preconizava⁵⁰. Este sistema, minimamente, centralista foi o vigente até 1881. Ora, o sistema que se pretendia estabelecer com a nova reforma (1890) — sublinha Bernardino — era, tendencialmente, “a centralização absoluta”, na medida em que, embora as escolas antigas continuassem a reger-se pelo antigo sistema misto, as novas, a criar, ficariam, a cargo exclusivo do Estado⁵¹. Por isso, esta reforma, do seu ponto de vista, era, a vários títulos, uma violência; em 1º lugar, era uma violência porque se apropriava de edifícios e alfaias que as localidades tinham adquirido para as escolas, mas que não pertenciam ao Estado, eram “propriedade local”⁵² (conforme fixara a lei de 1867, art.º 8º) e, por isso mesmo, os municípios e paróquias não os queriam entregar; em 2º lugar, porque o Estado pretendia apropriar-se dos fundos que os particulares tinham posto à disposição dessas escolas; em 3º lugar, porque a centralização projectada era injusta ao premiar a indolência e castigar a solicitude que houve por parte de umas e outras corporações locais no derramamento da instrução primária, ao atribuir maior dotação às que menos tinham feito pela instrução e menor às que mais tinham feito por ela, dado que aquelas iriam ter de contribuir, através de impostos, para o atraso das retardatárias⁵³.

[48] Idem, *ibidem*, p. 312.

[49] Idem, *ibidem*.

[50] Idem, *ibidem*.

[51] Idem, *ibidem*.

[52] Idem, *ibidem*, pp. 312-313.

[53] Idem, *ibidem*, pp. 313-314.

Como acabamos de verificar, por esta intervenção de Bernardino Machado sobre as relações do Governo com a instrução, apesar de invocar a autoridade de Martens Ferrão — que chamara a atenção, no preâmbulo da sua reforma administrativa, para a conexão entre a descentralização e as liberdades locais, por via da participação activa dos cidadãos na vida política das suas localidades — não é a esta a questão central que o ocupa, ostensivamente, na sua intervenção parlamentar, mas sim a organização da instrução primária (mostrando que seria de efeitos nefastos o exclusivo centralismo governamental ou a exclusiva descentralização), a inércia e indigência qualitativa em que há décadas se encontrava, a negligência e enormes responsabilidades do poder central nessa situação, a incapacidade material e técnica das localidades (paróquias e municípios) assegurarem os encargos desse ensino sem o apoio do Estado (que o sonogava ou menosprezava) e, por fim, a sua opção por uma intervenção mista (centralizadora e descentralizadora) quanto à instrução primária, com ênfase numa ou noutra — consoante as competências e fins dele decorrentes — mas mostrando preferência clara por um centralismo minimalista. Apesar desta posição clara a favor da descentralização, não entra

em pormenores sobre o *modo* de funcionamento da instrução primária que as corporações locais deviam ministrar (o que se entende, porque embora Bernardino coloque o aluno no centro da aprendizagem, também nos diz que, a quem cabe estabelecer os programas e qualificar, nomear e fiscalizar os professores, é ao Estado).

Esta opção por um centralismo minimalista por parte do Governo na educação é por ele reiterada, em 16 de Maio de 1892, na abertura do I Congresso do Magistério Primário celebrado em Lisboa (que se prolongará até ao dia 21), onde diz que, apesar do Congresso não ter discutido a questão da centralização ou descentralização do ensino⁵⁴, sublinha que “mal procederá o Estado se exagerar a sua acção centralizadora até ao ponto de quebrar os liames que, naturalmente, devem prender a escola às preocupações, às simpatias e aos bons ofícios das localidades e dos particulares”⁵⁵; descentralização que reafirmará, em 12 de Maio de 1897, na alocução inaugural do 2º Congresso do Magistério Primário, também celebrado em Lisboa, ao aplaudir a criação, pelo Governo, de “um pelouro de instrução em cada município”⁵⁶ (reivindicando ainda, que o Governo interessasse, cada vez, mais as corporações locais na administração jurídica e económica da escola⁵⁷, pois “sem uma cultura elementar, ninguém estava realmente apto a receber a comunhão social”⁵⁸); e que retomará, de novo, em 1902, nas *Notas de um Pai* (1896-1903), ao insurgir-se contra a supressão, pelo Governo, das províncias e à redução, “a quase nada”, dos distritos criados, que deixaram de ser centros de vida local para passar a ser “círculos políticos”, ficando os municípios indefesos perante a onnipotência, arbitrariedades e usurpações do Poder central.

A crescente orientação política dos governos liberais no sentido do engrandecimento do poder real, desde 1894 até ao franquismo (e mesmo depois dele, após a fugaz e malograda esperança, de sentido contrário, do Governo Ferreira do Amaral), levou Bernardino a deslocar a tónica da sua faina pedagógica, até aí nas reivindicações da descentralização da instrução primária, para uma crítica cirúrgica, devastadora e contundente do centralismo e dos seus efeitos nefastos na instrução e na política. Em 1897, na intervenção inaugural do 3º Congresso do Ensino Primário (Porto, 27-30 de Dezembro), não contestando o direito do Estado “docente” definir os princípios gerais da educação primária, autorizar a criação de escolas, o seu número, local, etc., e ter como prerrogativa exclusiva a formação, inspecção e fiscalização das competências técnicas dos seus agentes de ensino, denunciava, todavia, que desde a reforma de 1890, o Estado apenas se interessara pela instrução primária, para descentralizar despesas, avocando a si, por outro lado, as receitas criadas pelas corporações locais, principalmente, pelas municipalidades, para a sua sustentação. Para além destas usurpações, nem por meio das autoridades administrativas, seculares e eclesíásticas, nem do registo do estado civil e do registo domiciliário, o Estado deu conta da estatística ou recenseamento das crianças na idade escolar (“ponto de partida para o cálculo de todos os elementos constitutivos da escola e de todas as responsabilidades que, por amor dela, impendem aos poderes públicos e às famílias”); e se algumas escolas primárias

[54] Idem, *ibidem*, p. 409.

[55] Idem, *ibidem*.

[56] Idem, *O/II/Pedagogia/3*, 2010, p.101.

[57] Idem, *ibidem*.

[58] Idem, *ibidem*.

se criaram foi porque, “para remediar a incúria do Estado”, as localidades, mais próximas das aspirações e necessidades das populações e com meios para as satisfazer, as requereram e reclamaram⁵⁹; mas quando as suas reclamações foram satisfeitas e as escolas criadas, as localidades quase não foram chamadas senão para entrarem no cofre do Estado com os seus tributos, pois não só o Estado as não dotou com qualquer verba, como ainda se serviu deles, para os distribuir, a seu talante, pelas escolas que lhe aprouve⁶⁰. Mas o centralismo político não só penalizou os municípios que se atreveram a fomentar a instrução primária; com a supressão das franquias locais — como disse na conferência realizada em Lisboa, na *Academia de Estudos Livres*, na noite de 21.XI.1903 — o centralismo também garrotou a liberdade de ensino, porque deixou de amparar a liberdade de frequentar a escola, deixou de a financiar (pelo menos em parte), extinguiu as comissões municipais de beneficência e ensino e deixou de apoiar as crianças pobres (mau governo, mau ensino, como disse então)⁶¹; e na mesma linha de pensamento — evidenciando quanto é nefasta (para o governo de nós mesmos, mas também para o Governo de todos, ou governo político) a falta de liberdade na instrução — foi toda a sua “oração de sapiência” sobre *A Universidade e a Nação* (1904), proferida, na abertura do ano lectivo da Universidade de Coimbra⁶² e a exposição que fez, dois anos depois — já em pleno franquismo — na Associação dos Lojistas de Lisboa, no aniversário do *31 de Janeiro*, em 31 de janeiro de 1906, sobre os efeitos do centralismo político sobre a instrução, desde os tempos de D. Miguel e Costa Cabral até ao franquismo: encerramento de escolas e perseguição de professores, cerceamento do tríplice princípio da obrigatoriedade, da gratuitidade e da secularização da escola primária (entregando a fiscalização da frequência escolar aos representantes do Governo), lançamento de uma contribuição sobre todos os examinados de instrução elementar completa, ataque ao ensino livre e particular, encerramento das escolas primárias republicanas e até a simples intervenção escolar dos conselhos locais de inspecção; enfim, uma apropriação absoluta do ensino geral, primário e secundário e a submissão dos alunos “ao regime despótico que tinha por dogma o preceito de que a actividade do espirito do educando é meramente *receptiva e reprodutiva*, isto é, de que ele nada mais pode fazer na aula do que escutar e responder, devendo mesmo vazar a sua resposta na pergunta do mestre⁶³; maneira de estar na escola que a política de engrandecimento do poder real — o “mau governo” — pretendia extensiva à sociedade.

Como acabamos de ver, Bernardino Machado foi, efectivamente, um paladino da descentralização da instrução primária, mas não excluiu, desse grau de ensino, o centralismo que considerava inerente a certas funções do Estado “docente”, que todo o Estado, também, deveria ser. Todavia, verificamos que à medida que as suas reflexões educativas foram amadurecendo, as suas reservas acerca do centralismo aumentaram, associando-o, concomitantemente, à política de engrandecimento do poder real, do despotismo e da negação da cidadania e a uma instrução passiva, reprodutiva e servil, negação da livre iniciativa e do *self-government*. Se tem consciência — e tem — que as paróquias e os municípios poderiam ter

[59] Idem, *ibidem*, pp. 117-118.

[60] Idem, *ibidem*.

[61] Idem, *ibidem*, p. 232.

[62] Idem, *ibidem*, p. 243-45.

[63] Idem, *ibidem*, p. 287.

um papel determinante na emancipação moral e política dos seus cidadãos, através da instrução elementar (como diz, citando Martens Ferrão), não é esta conexão que está no centro das suas preocupações descentralizadoras, em matéria de instrução, nestes anos de monárquico e propagandista republicano, mas sim o incumprimento negligente e funesto, tantas vezes deliberado, do Estado quanto às suas obrigações (do ponto de vista financeiro e técnico) para com a instrução primária — e, conseqüentemente, ser a sua alegada descentralização da instrução um logro e até um expediente, para ir buscar mais alguns tributos aos municípios a troco de nada — e, também, o seu efectivo centralismo político redundar no cerceamento das liberdades locais, atingindo a liberdade de instrução e, por via desta limitação, cercear a possibilidade da livre emancipação dos cidadãos e do seu trabalho. Defensor do municipalismo, Bernardino Machado sabia, contudo, haver uma questão prévia a resolver, antes de ser instituído — a descentralização da instrução e o fomento de um certo tipo de aprendizagem às crianças e futuros cidadãos — sob pena desse municipalismo perpetuar o caciquismo, ainda que com outra justificação legislativa. Creio que esta longa digressão nos permitirá perceber melhor a problemática da descentralização política, inclusive municipalista, que defendeu.

2.4

No plano político, a atenção de Bernardino Machado sobre o municipalismo foi tardia, o que não aconteceu com a descentralização. Ainda que, nos primeiros anos da sua vida política não utilize, expressamente, o termo “descentralização”, ele mesmo confessará, muito anos depois, que entrou para o corpo ministerial do Governo de Hintze Ribeiro, em 1893, com o intuito de contribuir para contrariar o agravamento da política de *engrandecimento do poder real* (e conseqüente *centralismo* político) que, sua opinião, pecava, sobretudo, por dois efeitos que fragilizavam as bases de legitimação dos governos de soberania popular: acumular poderes no monarca e aumentar, com isso, os riscos de arbitrariedades à revelia da “vontade geral”; e em segundo lugar, diminuir os poderes do Parlamento — órgão representativo daquela “vontade” — e a sua capacidade de fiscalização do Poder Executivo. Foi esse risco de *peçoalização* do poder que fez saltar Bernardino para a ribalta política, ele que era da opinião que esse poder devia derivar sempre, em última instância, não de *peçoas* mas de *princípios* (em última instância, de princípios morais, como Kant os estabelecera, mas despojados do seu “essencialismo” racionalista e submetidos ao lastro da evolução social).

Essa atitude em prol da descentralização, verificamo-la logo no debate sobre o *Acto Adicional* de 1885 (de cuja Comissão parlamentar fez parte, sendo mesmo o relator do projecto), e, na mesma ocasião, pelas opiniões que manifestou sobre as *funções do Estado* e pela defesa de certas propostas de melhoramentos *materiais e espirituais* (estes últimos centrados no ensino agrícola, comercial e industrial). No debate parlamentar do *Acto Adicional*, é notória a sua aversão ao centralismo político ao repudiar, sem reservas nem atenuantes, as ditaduras administrativas

(a que recorreram vários governos monárquicos, com a cumplicidade régia, para contornar a fiscalização das Câmaras); ao defender limitações a algumas prerrogativas do poder régio (que passariam a ficar dependentes da autorização do Poder Legislativo) e ao defender a existência de Pares electivos (que subtraíam parte do poder desta Câmara à inteira dependência do rei e do Governo). Em rigor, estas propostas de Bernardino Machado reforçavam — como disse então — os poderes da Câmara dos Deputados e das corporações científicas e profissionais; e, com esse reforço, reforçava o poder electivo e representativo da *soberania popular*, através do recurso último ao *sufrágio popular* no caso de conflitos irreductíveis entre o Poder Executivo e o Legislativo. Não lhe ocorreu, no entanto, nesse debate constitucional, sugerir a importância e papel dos “órgãos intermédios” (como os municípios) na descentralização do Poder político, na aproximação deste aos cidadãos, para os não deixar indefesos diante do Estado (o seu interesse está centrado, antes, nos “representantes” desses cidadãos), tema que não era novo no Parlamento, onde foi, por mais de uma vez discutido, com minúcia, com rigor e exaustão, sempre que se fizeram ou procuraram fazer reformas administrativas. Quanto às funções do Estado — que abordou em 1883 e 1886 — embora lhe reconhecesse vários méritos (sobretudo, assegurar a *ordem* e o *progresso*) era da opinião que não se devia ter nele uma confiança “cega”; nem nele nem na “omnipotência” dos seus Governos. O Estado — sublinhou — tinha limites, não podia nem devia substituir-se à iniciativa privada, sob pena de se cair na “utopia dos socialistas”; mas também não se devia cair na posição oposta, extrema, do *livre-cambismo*, que os mais bem equipados, em nome da liberdade, utilizavam para explorar o próximo e aumentar as desigualdades e injustiças sociais — o que era contrário aos fins da própria liberdade como a entendia (em sentido kantiano). Os melhoramentos materiais — ainda que valiosos — não deviam, pois, ser levados a cabo em roda livre, mas rodeados de um certo proteccionismo nacional, se o exigisse a “justiça social” (e o recado aplicava-se também ao fontismo como teve ocasião de o dizer); e o mesmo disse, em 1886, sobre as preocupações fazendárias (e o zelo tributário) do Governo de Luciano de Castro que — ainda que sobremaneira respeitáveis, dada a situação económica do país — de modo algum, se deviam sobrepor às preocupações políticas e ao “código da justiça”, mas compaginarem-se, harmoniosamente entre si (pois aquelas, só por si, oprimiam o cidadão); neste sentido de equilíbrio de políticas, apelou ao Governo que intensificasse e multiplicasse o crédito bancário à produção.

Se extrapolarmos estas opiniões para a problemática da centralização *versus* descentralização, facilmente se induz que Bernardino Machado era, totalmente, avesso ao exclusivo centralismo e ao seu oposto. Mas diante do Estado só alevantou o indivíduo e o cidadão; ainda que rejeitando total liberdade ao indivíduo que, só por si, facilmente caía no *egoísmo* (era o nosso “estado de natureza”) e agravaria com ele, o que se pretendia quer minimizar quer aumentar com a liberdade (respectivamente, as desigualdades e a sociabilidade e o solidarismo, a que também, chamou, no seu limite, “socialismo”), não prestou atenção às *instituições intermédias* que

podiam refrear as ameaças possíveis ou reais derivadas quer da onnipotência do Estado quer dos excessos do individualismo, tanto mais que, no ano anterior, discutira-se, amplamente, na Câmara dos Deputados, o novo estatuto administrativo, para o município de Lisboa, tendo intervindo, nesse debate — que se prolongou por várias sessões e onde Bernardino esteve presente — entre outros, Elias Garcia, Augusto Fuschini, Consiglieri Pedroso, etc., que discorreram, amplamente, sobre *descentralização* e *municipalismo*. Não foi, pois, por ignorância que Bernardino não equacionou o papel das instituições intermédias na questão do Estado *versus* individuo nem foi por desinteresse que não interveio no debate. Creio que Bernardino, na abordagem desta questão interessava-lhe, sobretudo, a suas consequências morais, e não era da descentralização e do municipalismo administrativos da monarquia (a primeira ao serviço do Governo, que dela se servia para alienar responsabilidades e encargos, e a segunda nas mãos do caciquismo) que esperava uma resposta satisfatória para aquele desiderato, porque havia uma questão prévia, a resolver antes daquelas — uma instrução centrada na *autonomia* (profissional e cívica) dos educandos e futuros cidadãos — sob pena de se incorrer nos vícios que se pretendiam combater (mudando apenas os nomes dos seus protagonistas). Ainda que os republicanos pudessem pensar o mesmo que Bernardino — e basta lembrar o papel de Elias Garcia na instrução popular do município de Lisboa — tinham uma estratégia distinta do, ainda, seu adversário político: como o *Partido Republicano* não estava no Poder, não lhe restava outro meio senão a possibilidade de se apoderar de “parte” dele (em municípios como Lisboa e Porto) e fazer pela instrução o que não acreditavam que a Monarquia estivesse interessada em fazer — emancipar, material e politicamente, o povo — mas que Bernardino, apesar do seu cepticismo, ainda cria possível.

Não sabemos o que Bernardino Machado pensou do *Ultimatum* inglês de 11.1.1890, quando ele aconteceu. Patriota como sempre fora (e a entrada na I Guerra era prova disso), não terá deixado de o indignar, profundamente; mas não o disse; apenas se referirá a esse nefasto acontecimento em Dezembro de 1908, para sublinhar os protestos das comissões republicanas e assinalar que o Governo que sucedeu, imediatamente, à crise de 1890, “desferiu, contra a capital, o primeiro golpe brutal, promulgando a lei da centralização da instrução primária, com a qual se preparou para o golpe decisivo que logo em seguida, em 1891, veio a descarregar sobre as suas regalias com a reforma municipal”⁶⁴; nessa ocasião, também ele, na Câmara dos Pares (para a qual foi eleito pelas corporações científicas, em 30 de Abril de 1894, tomando posse em 12 de Outubro desse ano, e participando, activamente, nos trabalhos da Câmara Alta nos meses de Novembro a Dezembro, ainda, em 1895, até à abolição dos pares electivos em 25 de Setembro de 1896), esteve ao lado do município lisboeta, votando “contra a opressiva lei centralizadora da instrução do povo, que tinha, sobretudo, por fim, arrancar a Lisboa o seu honrosíssimo pelouro escolar”⁶⁵ e — como Presidente da Comissão de inquérito às escolas do município da capital — “pôs bem em relevo o generoso impulso que ela, quaisquer que fossem as incertezas da sua administração, incontestavelmente, imprimiu à causa da educação

[64] Idem, *Obras, III. Política, tomo 2*, coordenação científica de Norberto Ferreira da Cunha, Edições Húmus Lda e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2012, p. 241 (idem, “Solidariedade Republicana. Homenagem às Comissões Paroquiais. Na Comissão Municipal Republicana. Discursos dos srs. drs. Bernardino Machado, Manuel de Arriaga, Alexandre Braga e Cunha e Costa”, in *O Mundo* (Lisboa), Ano 9, n.º 2912. 12. XII.1908, pp. 1 -2; tb. “As Comissões Paroquiais e a Organização Partidária. Discurso do sr. dr. Bernardino Machado”, in *O Mundo* (Lisboa), Ano 9. N.º 2913, 13. XII.1908, p. 1. [Discurso no Centro Democrático de S. Carlos, em 11 de Dezembro de 1908, segundo o extracto de *O Mundo*]. Doravante, referir-nos-emos a esta obra política de Bernardino Machado pela sigla *O/III/Política/2*.

[65] Idem, *ibidem*.

popular”⁶⁶. Mas o Governo não se ficou por aqui; além deste ataque às regalias municipais, sucederam-se leis eleitorais cada vez mais ignóbeis e outros golpes às liberdades públicas, que visavam, principalmente, impedir a representação parlamentar republicana à cidade de Lisboa⁶⁷. Para ajudar a travar esta espiral centralizadora Bernardino aceitou fazer parte do Governo de Hintze Ribeiro [que vigorou de 22.II.1893 a 7.II.1897], como ministro das Obras Públicas (1893) — embora demitindo-se em Dezembro desse mesmo ano. Não se podendo afirmar que Bernardino, enquanto ministro, tenha tomado iniciativas descentralizadoras, reformou, contudo, num sentido, mais prático e profissional, o ensino industrial, comercial e agrícola — por ser sua convicção que não só podiam trazer mais bem-estar aos cidadãos mas por lhe parecer que a aprendizagem era um processo e um instrumento de “libertação” — e tomou várias medidas de fomento que foram ao encontro de *interesses locais e/ou operários* (como a estação de aquacultura de Vila do Conde, a estação de sericicultura de Mirandela, a colonização agrícola em Portalegre, a criação de um tribunal de árbitros avindores, em Lisboa — para dirimir, pela negociação, os conflitos entre o capital e o trabalho — estabeleceu legislação para diminuir e/ou especificar o trabalho fabril de mulheres e de menores; protegeu a agricultura e indústria vinícola e subsidiou a primeira cooperativa social, em Viana do Alentejo, etc.). Em suma, estimulou a iniciativa particular, tendo em conta as idiosincrasias locais, sem perder de vista o interesse nacional.

[66] Idem, *ibidem*, p. 242.

[67] Idem, *ibidem*.

[68] Idem, “Guerra ao banditismo politico!”

(conferência proferida na *Liga Liberal*, em Lisboa, em 26 de Dezembro de 1894, segundo *O Século*); ver idem, *Obras, III. Política, tomo 1*, coordenação científica de Norberto Ferreira da Cunha, Edições Húmus Lda e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2011, pp. 218-220 e 236-242. Doravante referir-nos-emos a esta obra política de Bernardino Machado pela sigla *O/III/Política/1*.

[69] Idem, *O/III/Política/2*, 2012, p. 619; tb.

“Excursões de propaganda. A República é uma aspiração nacional. Inauguração de um Centro Democrático e um comício em Montemor-o-Novo. Fala o sr. dr. Bernardino Machado”, in *O Mundo* (Lisboa), Ano 10, n.º 3437, 27.V.1910, pp. 1 -2.

Depois da sua saída do Governo de Hintze Ribeiro (dissolvidas as Cortes, ainda no mês de Dezembro), este entrou em Ditadura no início de 1894, “continuando a obra de centralização”, em curso, dos Governos anteriores. Bernardino reagiu, referindo-se, nessa altura, ao banditismo político do Governo, ao seu ataque às corporações electivas (como a *Associação Industrial*, a *Associação dos Loqistas de Lisboa* e a *Associação Comercial*), à sua política de crescente engrandecimento do poder real, à sua hostilidade aos trabalhadores, à sua apropriação do poder judicial e à falsificação dos actos eleitorais (quase suprimindo o eleitor, através da lei eleitoral de 28 de Março de 1895 — a “ignóbil porcaria” — que retirava a representação às minorias, fazia coincidir os círculos eleitorais com os distritos e diminuía a quota censitária, retirando, automaticamente, quer o direito de voto aos chefes de família — o que afastava os eleitores mais pobres, prejudicando, em princípio, sobretudo, os republicanos — quer favorecendo a plutocracia)⁶⁸. Anos depois, mais exactamente, num comício em Maio de 1910, Bernardino lembrava que este Governo pulverizara a vida pública, pusera termo à vida das paróquias, coarctara a dos municípios, liquidara as *Juntas Gerais*, enfim, centralizara todos os poderes, “substituindo todas aquelas instituições, representativas da vontade popular, por comissões nomeadas pelo Poder Executivo”⁶⁹. Todavia, a solução alternativa que ocorreu, então (estamos a falar de 1894) a Bernardino Machado para se opôr a este centralismo asfixiante, a este estrangulamento das liberdades públicas e locais, não foi uma estratégia de “baixo para cima”, não foi o apelo a uma multiplicação e reforço dos órgãos intermédios mais próximos dos cidadãos (como as juntas de paróquia e os municípios), nem uma lei eleitoral que alargasse

a base eleitoral da soberania popular e o reforço das prerrogativas da Câmara dos Deputados. Não. A alternativa a esta ditadura (que Bernardino não acreditava que tivesse a cumplicidade do rei), seria um novo Governo constituído, também ele, de “cima para baixo”: uma frente comum constituída pelo rei, pelas “forças vivas” e pelos homens de bem, tendo como objectivos “desoprimir os eleitores do feudalismo político, e fazer um governo de força, mas de força para o bem, para o serviço do país e não para o afrontar”⁷⁰; em suma, um governo de elites e de pessoas de bem que norteasse a sua acção política pelos “interesses gerais”, com especial atenção aos mais desfavorecidos (que era a maioria da população), mas que não contava, ainda, com a capacidade do poder local — um poder local liberal — como parte da estratégia política de “salvação” nacional, mas com o *sensu moral* dos novos governantes...

O ano de 1897 marca uma viragem na praxis política de Bernardino Machado, como se pode constatar pelas *Notas d’um Pai*, publicadas de 1896 a 1903, no *Instituto* de Coimbra. A governação de regeneradores e progressistas tinham-no desencantado, por completo. E não apenas esses partidos. Também o rei e mesmo os republicanos não lhe mereciam especial simpatia. E menos ainda qualquer ditadura. Achava as classes dirigentes parasitárias, clientelares e incompetentes; o povo vergado a impostos, violências e arbitrariedades; o país endividado e refém dos credores estrangeiros e dos monopólios; um liberalismo económico sem freio, um cada vez maior engrandecimento do poder real pelos governos do arco do Poder e ligações perigosas destes e da monarquia com a plutocracia. A medida desse desencanto podemos avaliá-la pela conferência que fez no *Grémio Lusitano*, em meados de Novembro de 1897, onde apontou o Partido o *Partido Regenerador*, como “o partido do Poder Real” e o *Partido Progressista*, como o seu émulo⁷¹. É neste impasse que lhe ocorre, na transição para a década de 90, a necessidade de constituição de um “partido radical”. Não o constituirá, mas os seus pontos cardeais fixá-los-á no seu opúsculo *Pela Liberdade* (1901)⁷². Poder-se-á dizer, sem exagero, que neste texto está a chave de toda a filosofia política de Bernardino Machado, estabelecendo a *liberdade* e a *sociabilidade* como os seus pilares fundamentais (a primeira, “a sua a maior força singular”; a segunda, “a sua maior força colectiva”). Apesar de reconhecer que o mundo actual era dos “infinitamente pequenos” acreditava que a sociabilidade, levada às últimas consequências, asfixiava as liberdades, a autonomia pessoal e conduzia ao totalitarismo, porque exigia um Estado centralizador e autoritário para a impôr; o inverso, ou seja, uma liberdade sem limites (e a absoluta descentralização que implicava) conduzia ao egoísmo animal e imoral (daí a sua crítica e refutação do *struggle for life* darwinista como critério de perfectibilidade humana e social, que retomará, ainda com mais ênfase, em Maio de 1905, na conferência *Só a liberdade é a paz*) e à intervenção mediadora e protectora do Estado e outras instituições públicas, em prol dos mais desprotegidos. Havia que procurar um ponto de equilíbrio e harmonia entre o *centralismo* (sempre *utópico*, segundo Bernardino, fosse o da *Vida Nova* martiniana, fosse o dos socialistas) e a *descentralização liberal* e *libertária*, mas tendo sempre em conta — sublinhou — que a liberdade era a “condição e lei suprema” da sociabilidade; sem ela, a sociabilidade converter-se-ia em

[70] Idem, “Guerra ao banditismo politico!” (conferência proferida na *Liga Liberal*, em Lisboa, em 26 de Dezembro de 1894, segundo *O Século*); ver idem, *O/III/Política/1*, 2011, pp. 218-220.

[71] Idem, [Em defesa de um Partido Radical alternativo ao rotarivismo regenerador/progressista, in *A Vaguada* (Lisboa), 17.XI.1897, in *O/III/Política/1*, 2011, p. 255.

[72] As expressões, entre comas, que se seguem, no texto, são retiradas deste opúsculo, publicado em Coimbra, pela Imprensa da Universidade, em 1901 e incluído em Bernardino Machado, *O/III/Política/1*, 2011, pp. 273-293.

tirania, não socializava. E como os meios não são indiferentes aos fins, “o socialismo, revestisse a forma que revestisse, leigo ou religioso, fosse qual fosse o seu escopo [como a *Justiça social*], ou havia de ser liberal, organizar-se, liberrimamente, ou, mentindo ao seu nome, não passaria de um absolutismo, condenado pelo seu vício orgânico a não atingir fim algum elevado e nobre”. E o que disse da sociabilidade e do socialismo podia dizer da liberdade e do liberalismo: quanto mais livre é o homem menos refém é do meio e da natureza e mais senhor de si; a sua moral torna-se uma moral da iniciativa, do esforço e os códigos de justiça tendem a tornar-se declarações de direitos e as instituições políticas e económicas, “a constituir-se liberalmente, cooperativamente, pelo sufrágio universal”; sem liberdade, impera o fanatismo e a subserviência aos poderosos, não há liberdades públicas, nem franquias políticas (individuais, associativas, locais, gerais), as arbitrariedades não têm limites, nem o indivíduo nem as corporações têm os seus direitos assegurados, e as “províncias e distritos são como se não existissem”. E não se afirmasse, diz Bernardino, que os municípios eram livres, pois todos os dias se extinguíam, discricionariamente, as suas vereações. Não havia liberdade para nada: nem de palavra, nem de instrução, nem de trabalho, nem de reunião, etc..

Bernardino, como se verifica, faz uma clara associação entre liberdade, descentralização, cidadania, franquias políticas (individuais, sociais, associativas, locais e gerais) e corporações sufragadas pela vontade popular. Só quando o poder político é sujeito a esta descentralização e a esta revolução “copernicana” (o monarca deixa de ser o centro do Poder, para o ser os súbditos que o rodeiam, no seu *todo*) emerge o cidadão — que tem na liberdade e no imperativo categórico, a sua condição e critério regular, respectivamente — e, com ele, as instituições que dependem, mais ou menos imediatamente, da sua vontade soberana (as juntas de paróquia, os municípios e a Câmara de Deputados), impondo-se aos poderes fácticos e/ou hereditários

Mas a defesa das liberdades, por Bernardino Machado, tinha limites; não era um acrata. Não o incomodava ser governado, o que o incomodava era um governo prepotente que apenas pensava no “mando”, alheio à vontade popular e ao dever aos quais se devia conformar. Eram esses “prepotentes” que a sociedade elegera (confundindo individualismo e liberalismo), contra os quais se revoltava e bradava. Ora o que o país queria, dizia Bernardino, não era governos individualistas, mas governos liberais, que governassem mesmo a liberdade, mas sem prejuízo e nem quebra de nenhuma. Era este o sentido da política liberal e progressista que defendia — liberdade, antes de mais e para todos; liberdade radical, porque não se podia ser liberal na praça pública e despótico dentro do partido, no seio da corporação, no grémio da classe, na repartição, no escritório, ao balcão, na oficina ou na granja, com os criados ou com a família; só a partir dela era possível cada um saber *o que* fazer e *como* para se “emancipar” das teias políticas, religiosas e económicas em que fora enredado pelos governos monárquicos. Sem este tempo amniótico, a descentralização e outras medidas administrativas de autonomia do poder local, seriam epidérmicas e falazes.

Como vimos, remonta a este texto, sobre a liberdade, a primeira referência, expressiva e explícita, de Bernardino Machado às *franquias municipais*. Mas refere-se a elas num contexto de crítica ao despotismo e de defesa da liberdade como “substância” do nosso próprio ser. Não relaciona, directamente, liberalismo e municipalismo, não é numa instância política que aborda essa questão. Mas de um ponto de vista filosófico. É uma filosofia moral — a liberdade como substância do próprio ser humano — que o conduz à exigência das liberdades pessoais, locais

e municipais, sob pena do homem cair na subserviência, na escravidão e na alienação. Mas esta liberdade não era uma enteléquia, algo *em si*, mas uma *função* que se desenvolvia pelo exercício e pelo trabalho, que se aperfeiçoava e acumulava, tendo como fins a *emancipação* religiosa, económica e política; mas para a consecução desta emancipação não bastava que os governos a favorecessem, legislativamente (por exemplo, através de leis descentralizadoras, mais atribuições aos municípios e mais recursos), era necessário que os cidadãos soubessem o que queriam — tanto do ponto de vista dos seus interesses particulares como do interesses público — o que só seria possível através de uma educação orientada para o *self-government*, temperado no cadinho de uma aprendizagem baseada na observação e na experimentação, no ensaio e erro, privilegiando quer o concreto sobre o abstracto e o *trabalho* sobre a *especulação* quer a associação e a solidariedade dos educandos e aprendizes. Sem esta *instrução para a liberdade* e a consequente “socialização do ensino”, a descentralização e municipalismo políticos eram objectivos miríficos e, meramente, programáticos. Bernardino, portanto, sem se referir expressamente às relações entre liberalismo e liberdades locais e municipais, deixava perceber duas convicções importantes: que sem o *exercício* da liberdade e da sociabilidade pela instrução (a começar pela elementar), as demais liberdades e “igualdades” concedidas pelos Governos, aos cidadãos, não passavam de meras formalidades legais; e que esse *exercício* levado a cabo, prioritariamente, por via legislativa, era de escassos ou nulos efeitos positivos.

Ora este breviário político-filosófico estava nos antípodas da prática governativa que o *Partido Progressista* e o *Partido Regenerador*. seguiram entre 1896 e 1903; o primeiro, disse Bernardino, centralizou os “serviços materiais”⁷³; o segundo “faz a centralização dos “serviços espirituais na a instrução”⁷⁴; mais: “dissolveu as associações, rasgou as regalias municipais, quase extinguiu os distritos, acabou com a representação das minorias, legislou, ditatorialmente e fez até mesmo ditadura constitucional, com o *Acto Adicional* de 1896, suprimindo o que as Constituições que a precederam permitiram: a criação das juntas de paróquia, a generalização das câmaras municipais a todos os concelhos, a criação das juntas gerais de distrito, o princípio electivo para todas as corporações locais, a eleição — ainda que parcial — da própria Câmara dos Pares, a liberdade de reunião e mesmo a liberdade de associação política (ainda que não inscrita na lei); e por fim, para que toda esta centralização não suscitasse uma revolta violenta, fez a lei sobre o anarquismo [13 de Fevereiro de 1896], que era uma ameaça suspensa sobre todos os liberais”⁷⁵.

[73] Idem, “Formas de Governo” (conferência realizada no *Ateneu Comercial* de Lisboa, em 31.X.1903, segundo o extracto d’*O Mundo*), in *O/III/ Política/1*, 2011, p. 318.

[74] Idem, *ibidem*.

[75] Idem, *ibidem*.

Mas as críticas de Bernardino Machado à Ditadura não se ficaram pelas questões jurídico-políticas; em Março e Outubro de 1902 — em conferências proferidas, respectivamente, no Ateneu Comercial de Braga no Ateneu Comercial do Porto — mostrou também, o seu alcance religioso e económico. Vale aqui a pena assinalar dois aspectos nessas intervenções públicas: por um lado, a sua reivindicação da liberdade religiosa para os crentes (que Laboulaye incluía entre as medidas *descentralizadoras* de um Governo liberal) e a sua denúncia da mancomunação do poder político com a “reação” eclesiástica — inimiga do progresso — tendo em vista perpetuar o fanatismo e servilismo do povo e, com eles, a sua renúncia à liberdade e autonomia religiosas⁷⁶; e por outro, o seu apelo ao derrube desse “despotismo económico” (monopólios e livre-cambismo), obrigando a economia a orientar-se para a *produção* e a servir os “princípios da justiça social”, propondo como medidas para a consecução destes objectivos, entre outras: a *descentralização* dos serviços públicos, “nomeadamente os fiscais, conferindo toda a autoridade, com toda a responsabilidade, ao funcionalismo”; a restituição das “franquias perdidas” às corporações territoriais, para que não continuassem a ser — como ainda eram — “meras sucursais do Terreiro do Paço” (obrigadas a cobrar as receitas que o Governo lhes mandava votar, mas que não consentia que administrassem); a abolição da “vexatória autorização prévia” que, ainda impedia sobre a constituição das associações de classe; a abolição de impostos, como o de consumo; a criação de leis que introduzissem justiça nas relações entre o trabalho e o capital e uma lei de seguros contra os acidentes de trabalho; finalmente, o apoio financeiro do Estado às “iniciativas produtoras” e ao fomento de “um forte movimento de *cooperativismo* público, suprimindo e socializando os monopólios” (monopólios industriais — como os dos tabacos e dos fósforos — comerciais e municipais) e, acima de todos, os monopólios privados da moeda fiduciária, cuja depreciação especulativa era oportunidade de enriquecimento rápido de alguns privilegiados, com a cumplicidade do Estado, e em prejuízo do salário dos pobres⁷⁷.

[76] Idem, “A Liberdade e a Igreja” (Conferência no Ateneu Comercial de Braga, em 8.III.1902), in *O/III/Politica/1*, 2011, pp. 297-300.

[77] Idem, “O despotismo económico” (Conferência proferida no Grémio Comercial do Porto, em 22.III.1902), in *O/III/Politica/1*, 2011, pp. 301-310.

Como se vê, pela primeira vez — estamos na primavera de 1902 — Bernardino Machado — entre as medidas que propunha para combater o despotismo governativo — defendeu a *descentralização dos serviços públicos*, a restituição das franquias perdidas às corporações territoriais e o direito de administrarem as receitas, votadas pelo Estado, a cuja cobrança eram obrigadas. Embora sendo um avanço sobre a estratégia que, até então, utilizara em defesa da democratização das corporações locais (a precedência da autonomia do indivíduo pela instrução que, *depois*, se reflectiria nessas instituições), Bernardino não indicou, todavia, que recursos, direitos e deveres lhe deveriam ser atribuídos, que grau de autonomia tinham relativamente, ao poder central e aos seus delegados (como os administradores de concelho e os governadores civis) e como resolver o contencioso que viesse a surgir entre esse poder local e o poder central (ou dos seus delegados); enfim, Bernardino não entrava nos pormenores da sua aplicação, o que não deixa de ser decepcionante, pois como vimos, durante a Monarquia Liberal, a questão da descentralização — consabida entre os parlamentares, do ponto de vista teórico — foi amplamente debatida quanto aos modos da sua aplicação. Interessante poderia ter sido que

Bernardino Machado mostrasse como aplicá-la de modo a fomentar, salvaguardar e sustentar, pelas instituições locais, aquela liberdade moral e política que exigia, como um imperativo categórico, a sociabilidade e a solidariedade com o próximo. Não o fez, a meu ver, porque a alavanca desta liberdade não estava nas instituições locais (eleitas ou não), mas no *indivíduo* e no *tipo de educação* que lhe fosse ministrada (e esta, em geral, nem o Estado a soube fazer — ou não quis fazer — com proficiência, nem as corporações locais e os municípios dispuseram de recursos, sobretudo financeiros para pagar a professores, para lhe imprimir qualidade); e sem essa nova educação, as franquias locais, em seu entender, eram mera retórica legislativa, quando não cobertura, para velhos ou novos caciquismos.

A partir do fim de Outubro de 1903, consuma-se uma mudança política radical em Bernardino Machado: bandeia-se para o republicanismo (mas não exactamente para o *Partido Republicano Português*) numa conferência proferida no Ateneu Comercial de Lisboa sobre “As formas de Governo”. Depois de discorrer sobre a “faina emancipadora” dos primeiros governos liberais (1852-1885), a saber, a abolição da pena de morte e da escravatura, a ampliação da liberdade religiosa, a liberdade económica (pela extinção dos morgados, pela abolição dos monopólios e pela criação legal das associações de socorros mútuos e cooperativas), as liberdades políticas (pelo alargamento do sufrágio e pela representação das minorias), a descentralização dos municípios, a atribuição das “máximas franquias aos distritos”, e até o princípio liberal da eleição parcial da Câmara dos Pares⁷⁸; e perante as subsequentes e persistentes políticas de engrandecimento do poder real, apelou ao *Partido Republicano* que tomasse, nas suas mãos, a herança *liberal* dos patriarcas do liberalismo português (para quem a nação não era só o Estado, mas havia muitas repúblicas, além da República do Estado, como dissera Tocqueville, a propósito das comunas americanas), a alargasse aos “infinidamente pequenos” e a socializasse⁷⁹, intervindo, sem cessar, na vida pública (pela via parlamentar, municipal e paroquial), não deixando ao abandono nenhum posto, por mínimo que fosse⁸⁰. Anote-se que o socialismo em que Bernardino pensava, tinha a liberdade como limite e condição da sua viabilidade. *Avant la lettre* e, na sua máxima expressão, seria o que poderíamos chamar hoje um “socialismo de rosto humano”.

Bernardino Machado estava agora, mais do que nunca, na oposição à política do *centralismo* governativo e de engrandecimento do poder real, que continuava a ser praticada pelos regeneradores, chefiados, no Ministério, por Hintze Ribeiro e, a partir de 20 de Outubro de 1904 — depois das eleições de 26 de Agosto em que foi derrotado — continuada pelo Governo de Luciano de Castro até 1 de Fevereiro de 1906. Bernardino nesse ano eleitoral, deplorou que Hintze tivesse levado a cisão entre monárquicos realistas e monárquicos liberais até um ponto sem retorno; criticou o aumento incessante e asfixiante de impostos (para suprir a um país cada vez mais endividado); o seu desprezo pela *questão social* (que abordou no Congresso da *Liga Contra a Tuberculose*, celebrado em Coimbra, em Abril de 1904 e, em meados de Julho do mesmo ano, embora já o tivesse feito, dois anos atrás, na Figueira da Foz); a sua indiferença pela

[78] Idem, “Formas de Governo” (conferência proferida no *Ateneu Comercial* de Lisboa, em 31 de Outubro de 1903), in *O/III/Política/1*, 2011, p.317.

[79] Idem, *ibidem*, p. 324.

[80] Idem, *ibidem*.

legislação laboral para as mulheres e para os menores; e a sua rendição à “tripla reacção religiosa, política e económica” (que era hostil a todas as leis de justiça e de progresso). Mas Bernardino não se ficou pela denúncia e demolição do *centralismo* ominoso do Governo; advertiu, também (em diversas conferências e discursos feitos, com vista às eleições gerais de 26 de junho daquele ano) que um “modelo” social e político alternativo ao existente, era indissociável da participação activa dos cidadãos nos actos eleitorais — exortando, sobretudo, os *centros republicanos* e as *juntas de paróquia republicanas* a empenharem-se nessa faina cívica — advertindo-os que quanto maior fosse a sua participação nesses actos, maior e mais vasta seria a sua liberdade e mais o Poder político seria representativo da vontade popular, pois a indiferença pela eleição era, em ultima instância, do seu ponto de vista e de um ponto de vista político, indiferença pela liberdade⁸¹. Por isso, em sua opinião, todos aqueles que amavam a liberdade e tinham vontade de disporem do seu próprio destino, deviam lutar pelo direito de eleição, porque eleger era lutar pela liberdade e por ter uma vida própria e digna. Cabia aos republicanos, que amavam a liberdade — sem a qual, nem o seu partido teria direito a existir — reivindicar não apenas a eleição mas, antes do mais, o sufrágio universal⁸². Mas, como bem advertiu Bernardino Machado, a estreita conexão entre o princípio da eleição e a liberdade, não se esgotava nos “deputados” eleitos; tinha efeitos mais vastos: na “emancipação” religiosa (como a liberdade de cultos), económica (trabalho e sindicatos livres, contratos de trabalho, cooperativismo e outras forças de associação) e política (liberdade de expressão e associação, “eleição e autonomia mais liberal das nossas corporações locais” — na metrópole e colónias — e abolição da “força hereditária” como critério de poder)⁸³. Era uma alternativa que, efectivamente, consagrava — em contraponto ao centralismo governamental — a descentralização e, com ela, a constituição de instituições mais próximas dos cidadãos — como os sindicatos, as cooperativas, as corporações locais e outras forças de associação, donde não estavam excluídas, como é obvio, as juntas de paróquia e os municípios (ainda que não os nomeie).

[81] Idem, “Eleições” (Conferência realizada no Centro Republicano José Falcão, em Coimbra, em 30.V.1904, segundo o extracto d’*A Resistência*), in *O/III/Política/1*, 2011, pp. 353-57, especialmente, p. 355.

[82] Idem, *ibidem*, p. 357.

[83] Idem, *ibidem*, pp. 355-356.

Com saída dos regeneradores do Governo, em 18 de Outubro de 1904, depois de perderem as eleições em Agosto, Bernardino Machado não baixou a guarda diante do novo Governo, pois este seguiu a política centralizadora do anterior, agravada pelo confuso envolvimento do Chefe do Governo, Luciano de Castro, no contrato de concessão do monopólio dos tabacos (que provocou violentas críticas *do P.R.P.* e o abandono do parceiro do Governo, José de Alpoim, em Maio de 1905, constituindo o seu próprio partido — os *Dissidentes*), para onde se mudaram nomes como os de Egas Moniz, Pedro Martins, visconde da Ribeira Brava, Moreira de Almeida e João Pinto dos Santos. Poucos meses depois desta cisão, as Cortes foram dissolvidas. É neste contexto que Bernardino Machado decide intervir, a partir do Porto, na refrega dos tabacos (10.09.1905), para dizer, entre outras coisas, algo que todos sabemos, mas que não é demais repetir: que a política e a economia são interdependentes, mas a política, em seu entender, “devia dominar a economia como a inteligência os nossos actos, [porque] nação onde os

financeiros sobrepujavam os políticos, era nação irremediavelmente delapidada e consumida pela agiotagem”⁸⁴. Dito de outra maneira, quando os fins da política são os seus meios — como algumas décadas mais tarde irão advertir Horkheimer, Adorno, Marcuse e, mais recentemente, Habermas — a política convertia-se numa actividade, meramente, administrativa, unidimensional e *tecnocrática*. Regime, Governo e administração tornavam-se co-substanciais. O centralismo aparecia, então, como inevitável e a única luz ao fundo do túnel. As eleições de 12 de Fevereiro de 1905, serão uma oportunidade para Bernardino Machado desmascarar, em diversos comícios, a mentira desta “fatalidade” política (neste caso, da “luz” única do engrandecimento do poder real). A tónica das suas intervenções eleitorais vai para a reivindicação das liberdades constitucionais, políticas (como a de expressão, reunião e associação), religiosas e económicas, além da “liberdade corporativa” e da “descentralização local” (tanto das divisões administrativas da metrópole como das províncias ultramarinas)⁸⁵; e numa interessante sessão solene, efectuada 8 de Dezembro de 1905 — no aniversário dos 43 anos de vida da *Associação dos Artistas de Coimbra* — defende mesmo um “socialismo liberal”, em que o capital socializado devia ser posto ao serviço da “classe operária” (ainda que os capitalistas continuassem a ser os seus fiéis depositários e zelosos administradores)⁸⁶. Socializava-se o liberalismo, convergindo para uma *descentralização libertária* e, simultaneamente, capitalista?! Certamente, que não. Pondo de parte as imprecisões conceptuais em que Bernardino é fértil, parece, pelo menos, que tomara consciência que a liberdade política ou arrastava consigo a autonomia e solidariedade económicas dos trabalhadores, ou não passava de um *flactus vocis*. Note-se como nestas propostas políticas de Bernardino, que visam a autonomia política, social, religiosa e económica dos trabalhadores, o papel dos municípios é residual (induzido, quase nunca nomeado), o que não acontece com a descentralização que é incontornável e fundamental. A verdade é que os municípios se faziam e funcionavam com pessoas, e sem uma profunda mudança na mentalidade e conduta destas (que tanto podia vir de cima, do Governo, como dos próprios municípios, como diz Bernardino), as suas franquias não passavam de costumes atávicos mais propícios a manter o *status quo* do que a mudá-lo.

Os anos de 1906-1907 foram marcados, na acção de propaganda republicana de Bernardino Machado, pela sua estréna propaganda contra o franquismo e pela sua presidência do *Directório do Partido Republicano*. Depois da demissão de Luciano de Castro, em 19 de Março de 1906, realizaram-se eleições gerais em 28 de Abril, que Hintze Ribeiro venceu; tendo formado Governo, pediu ao Rei, em 15 de Maio, o adiamento da abertura das Cortes; como o rei recusou o pedido, demitiu-se. Foi então chamado João Franco a formar Governo, em 19 de Maio⁸⁷, mantendo-se no poder até ao *regicídio*. Embora João Franco, inicialmente, tenha procurado uma reconversão *liberal* do regime, em breve caiu nos seus erros passados (1894-1897) — como disse Bernardino — recorrendo ao cerceamento das liberdades públicas (em especial a liberdade de imprensa e de reunião), às perseguições arbitrarias aos seus opositores (através do *Juízo de Instrução Criminal*), à falsificação e fraude eleitorais nas eleições de 19 de

[84] Idem, “O contrato dos tabacos” (discurso proferido no comício republicano de 10.IX.1905, no Porto), in *O/III/Politica/1*, 2011, p. 421.

[85] Idem, “Aos eleitores” (discurso proferido, em 1.II.1905, em Lisboa, num comício eleitoral, segundo extracto d’ *O Mundo*), in *O/III/Politica/1*, 2011, p. 386.

[86] Idem, “A Associação dos Artistas de Coimbra” (alocução proferida na sessão solene de 8.XII.1905), in *O/III/Politica/1*, 2011, p. 428; idem, “Campanha municipalista” (conferência proferida, na Amadora, em 23 de Outubro de 1908), in *Obras, III. Política, tomo 1*, coordenação científica de Norberto Ferreira da Cunha, Edições Húmus Lda. e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2012, pp. 212-213.

[87] O elenco governativo, além de Franco, será constituído por José de Abreu do Couto de Amorim Novais (Justiça); Ernesto Schroeter (Fazenda); António Vasconcelos Porto (Guerra), Aires de Ornelas de Vasconcelos (Marinha), Luís Cipriano Coelho de Magalhães (Estrangeiros) e José Malheiro Reimão (Obras Públicas).

Agosto (usando a lei eleitoral de 8.8.1901 ou a “ignóbil porcaria”), à mancomunação com a plutocracia, o clericalismo e a oligarquia, à apropriação do poder judicial, e, por fim, à instauração de uma ditadura, a partir de 14 de Maio de 1907 — para a qual muito concorreu a *greve académica* — com a cumplicidade de D. Carlos. Creio que de todos os publicistas que, então, criticaram a ditadura de João Franco, nenhum outro o escalpelizou com mais rigor e energia do que Bernardino Machado, girando toda sua argumentação à volta de um eixo só: *liberdade* (liberdade religiosa, económica e política). Só por via dela, sublinhou Bernardino, um povo se podia governar a si próprio, só por ela se deviam governar as corporações locais, só por via dela se podiam sustentar e salvaguardar a moral, a dignidade humana e a cidadania. Não adiantavam, pois, reformas administrativas, em que o Poder central descentralizava despesas e ficava aliviado de obrigações, onerando e vexando, ainda mais, as municipalidades (como fazia Franco)⁸⁸. Daí a importância fundamental da liberdade vivida e conquistada (e não da outorgada) — porque viver, como disse, era, sobretudo, ser livre — e, conseqüentemente, a importância da arma eleitoral — “segredo de todas as conquistas do direito, a chave de todas as liberdades” (como disse, em Lisboa, em 12 de Agosto de 1907).

[88] Bernardino Machado, “O neo-liberalismo da monarquia” (conferência no *Centro Democrático* de Lisboa, em 4.VIII.1906, abrindo a campanha eleitoral), in *O/III/Politica/1*, 2011, p. 489.

[89] Idem, “A concentração monárquica” (texto publicado pel’ *O Mundo*, Lisboa, 29.III.1908, p.1), in *O/III/Politica/2*, 2012, p. 89.

[90] Idem, *ibidem*, pp. 89-90.

Depois do regicídio e da queda de João Franco — era ainda Bernardino Machado presidente do Directório do *P.R.P.* e sê-lo-á até ao fim de Abril de 1908 — seguiram-se vários Governos até à proclamação da República: o de Ferreira do Amaral (até Dezembro de 1908), Campos Henriques (26.XII.1908-30.III.1909), Sebastião Teles (12.IV.1909-5-V.1909), Venceslau de Lima (15.5.1909-julho de 1909), Veiga Beirão (22.XII.1909-26-V-1910) e, por fim, o de Teixeira de Sousa. Num primeiro momento, instalou-se a ilusão, entre muitos responsáveis do *P.R.P.*, que a Monarquia iria renunciar à sua política centralista e de engrandecimento do poder real e procuraria medidas correctivas de sentido liberal. Terá sido essa, pelo menos, a intenção inicial de Ferreira do Amaral, a julgar pelas medidas que tomou logo após a tomada de posse do seu Governo de “concentração monárquica”. Por isso Bernardino Machado não só lhe deu o benefício da dúvida como o exortou a que, depois das eleições de 5 de Abril — onde o *P.R.P.* teve o melhor resultado eleitoral da sua história, elegendo 7 deputados (apesar da lei do recenseamento eleitoral e da lei eleitoral se terem mantido inalteráveis e da persistência do caciquismo e do clericalismo, sobretudo nos meios rurais) — reconstituisse o Gabinete, se rodeasse de ministros independentes, radicais ou mesmo partidários (mas liberais) e se apresentasse às Cortes, levando consigo, além de uma nova lei eleitoral, “um projecto de autonomia local, sem governadores civis nem administradores de concelho”⁸⁹, com vista a novas eleições gerais e locais, às quais presidiria, imparcialmente, e teria a surpresa de ver, lado a lado, no futuro Parlamento — assegurava-lhe — monárquicos e republicanos⁹⁰. Mas a bondade da sua exortação, rapidamente, foi desmentida pela realidade. A monarquia, recomposta do choque do regicídio e depois de algumas hesitações governativas iniciais, retomou, no essencial, a orientação centralista e antipopular do franquismo — mas sem recorrer à forma política da “ditadura” — de tal modo que Bernardino Machado deu pública nota dos seus receios de que

se estivesse a preparar uma “ditadura marcial para o futuro”, camuflada por um transitório Governo de “acalmação”⁹¹. Ao contrário do que muitos poderiam julgar — disse — esta sua hipótese não era fruto de uma imaginação inflamada; a comprovar os seus receios estavam os recentes atentados tumultuários e sanguinolentos levados a cabo pela reacção monárquica que, vencida nas urnas, em 5 de Abril, procurou a desforra nas ruas de Lisboa, atacando o povo, acutilando-o e fuzilando-o com as forças policiais, perante a impavidez do Governo. Estes acontecimentos mostraram, a Bernardino Machado, que o Governo estava cada vez mais longe da restauração liberal que prometera. Apesar disto, Bernardino Machado, com o aval do Directório do *P.R.P.*, tomou a iniciativa de propôr, ao Governo Ferreira do Amaral, umas tréguas políticas (o que provocou tensões internas dentro da família republicana), conquanto repusesse, em vigor, certas leis liberais da Monarquia, entre as quais a reforma administrativa de Rodrigues Sampaio, que — como sabemos — era rasgadamente descentralizadora e municipalista (e virá a ser retomada pelo *Governo Provisório* da I República)⁹². A proposta foi apresentada no Parlamento por Afonso Costa, em 14 de Maio. Em vão, pese embora os esforços pessoais de Ferreira do Amaral. Refém do poder real e dos interesses representados no seu Governo de concentração, o Presidente do Ministério não conseguiu ir além de uma revogação parcial das leis da ditadura franquista: manteve inalteráveis a lei do recenseamento eleitoral e a lei eleitoral de 8 de Agosto de 1901 (a “ignóbil porcaria”, como lhe chamou João Franco, que visava diminuir a representação parlamentar das minorias); manteve inalteráveis as regras e funcionamento do *Juízo de Instrução Criminal* que continuava, à margem da lei dos tribunais comuns, a fazer prisões arbitrárias e a torturar presos em busca dos alegados cúmplices do regicídio (onde, à viva força, se pretendia comprometer republicanos); continuou a espionagem à Oposição (Bernardino confirmava que a sua casa estava vigiada por vários *bufos*); continuavam a confundir-se os dois erários; os impostos continuavam a onerar mais os pobres do que os ricos, aumentando as desigualdades; o rei era cada vez mais idolatrado (“as mulheres monárquicas beijam-lhe a mão, beatamente”); a reacção clerical era cada vez mais presente e determinante no Paço; e persistia, cada vez mais vincada, a política de *engrandecimento do poder real* (que o Governo de Ferreira do Amaral, na realidade, não conseguiu contrariar, apesar das medidas cosméticas que tomou⁹³). E a partir de Agosto, a perseguição aos opositores ao regime — a pretexto do regicídio e sob a capa da “lei celerada” de 13 Fevereiro de 1896 — “o *gabinete negro* da imprensa” (espécie de conselhos fiscais de imprensa, compostos por delegados do ministério publico, que passaram a funcionar, censoriamente, desde Maio de 1907) — multiplicou a sua actividade. Bernardino Machado, no fim desse mês, confessava, indignado, numa das suas intervenções na propaganda eleitoral: “não há liberdades locais; ultimamente mesmo, por toda a parte, as corporações locais deixaram de ser electivas para se reduzirem a meras comissões delegadas do Poder Executivo. A lei eleitoral é a que se sabe, inventada de propósito para reunir todos os serventuários do poder e com eles esmagar o eleitorado livre; e a lei constitucional é, principalmente, a lei da prerrogativa régia, acima de todas as liberdades parlamentares”⁹⁴.

[91] Idem, “As eleições de 5 de Abril” (declarações de Bernardino Machado ao *Le Matin*, e publicadas pel’ *O Mundo*, em 10.V.1908), in *O/III/Politica/2*, 2012, p. 105.

[92] Idem, “Reclamações políticas” (discurso proferido no *Centro Republicano de Belém*, em 3 de Maio de 1908, segundo *A Vanguarda*), in *O/III/Politica/2*, 2012, pp. 108-115.

[93] Idem, “O Monarquia nova” (intervenção no comício republicano de Benavente, em 23.VIII.1908, segundo *O Mundo*), in *O/III/Politica/2*, 2012, pp. 167-172.

[94] Idem, “Os partidos monárquicos” (intervenção de Bernardino Machado no comício da Nazaré, em 30 de Agosto de 1908, segundo o extracto de *O Mundo*), in *O/III/Politica/2*, 2012, p. 183.

Apesar da sabotagem eleitoral e da subversão e manipulação dos seus resultados pelo Governo e pelos seus acólitos, Bernardino exortava os republicanos a não desistirem desse direito, a participarem no acto eleitoral (apesar de saberem que seria subvertido), advertindo que a autonomia local começava logo no acto eleitoral, estava, inicialmente, nas mãos do eleitor⁹⁵ e que eram as “eleições locais livres” que vibravam “o primeiro golpe no caciquismo e, portanto, na centralização administrativa, na tirania do Estado, [e] no arbítrio monárquico”⁹⁶; além disso, sublinhava Bernardino, as eleições e eleitos para o governo local, preparavam e habilitavam as eleições e os eleitos para o Governo central e era fazendo a “República local” que se fazia a “República nacional”⁹⁷; por isso, “antes de tudo”, pugnava “pela emancipação política das localidades, pela sua autonomia”, de tal modo que nenhuma delas fosse a inimiga das outras, mas todas, respeitando, mutuamente, a sua independência, convergissem, no mais perfeito consenso, para o funcionamento integral da nação⁹⁸; esta é que era a emancipação da localidade, quando bem entendida. Mas dentro da localidade — advertiu — havia ainda que ter em linha de conta, e como crucial, a emancipação de cada um dos seus concidadãos, a quem pertencia, de direito (fosse quem fosse), “o voto directo na gestão dos negócios locais”, e a emancipação de cada partido, “a quem igualmente de direito pertencia ter nos corpos gerentes uma representação proporcional às suas forças”⁹⁹. Era o exercício de todos estes direitos locais, de toda esta vida política regional, que Bernardino queria que se difundisse, logo na instrução e educação cívica elementares, por todos os membros de cada comunidade¹⁰⁰, com vista a que todos os cidadãos pudessem vir a participar nos negócios públicos. E é esta aspiração que o leva a reclamar a representação proporcional dos partidos, tanto para as eleições municipais como gerais; todos, em sua opinião, deviam ter o direito de virem a ser chamados a governar, e não apenas alguns — como acontecia na maioria dos municípios — que protegiam os ricos e exploravam os pobres, onde também havia uma “lista civil”, e benefícios ostensivos (como estradas, pontes, etc.) para os caciques¹⁰¹.

[95] Idem, “Eleições locais” (Conferência pronunciada na sede da *Comissão Municipal Republicana* de Lisboa, em 16 de Outubro de 1908), in *O/III/Política/2*, 2012, p. 211.

[96] Idem, *ibidem*.

[97] Idem, *ibidem*, p. 202.

[98] Idem, *ibidem*, p. 210.

[99] Idem, *ibidem*.

[100] Idem, *ibidem*.

[101] Idem, “Campanha municipalista” (conferência proferida, na Amadora, em 23.X.1908), in *O/III/Política/2*, 2012, p.214.

Note-se a ênfase com que Bernardino Machado valoriza as eleições e o governo locais, como tirocínio para a governação nacional; é uma extrapolação interessante, nunca a fizera tão abertamente com a fazia agora, nem nos tempos em que presidira ao Directório do *Partido Republicano*. Evidentemente que Bernardino Machado, ao fazer aquela extrapolação do local para o nacional, estava a valorizar não tanto os conteúdos da actividade local dos eleitos, mas a sua *participação e exercício* na esfera do poder político, no debate e solução dos problemas que diziam respeito a uma comunidade; era a *escola* política que podiam ser os municípios que Bernardino estava a enfatizar. Mas não uma participação e exercício quaisquer. Participação e exercício dos cidadãos já existiam, como é obvio, nos municípios monárquicos. O que não visavam eram as *finalidades* que Bernardino reivindicava para essa participação e exercício: a autonomia e emancipação política das localidades (mas convergentes, “no mais perfeito consenso, para o funcionamento integral da nação”); a emancipação cívica e política de cada um dos seus concidadãos (“a quem pertencia de direito, seja quem for, o voto directo na gestão dos negócios

locais”), através do exercício de todos os seus direitos locais, que deviam conhecer desde a instrução primária; a emancipação económica das localidades, quer através do equilíbrio do seu orçamento (“nada de *deficit* e nada de novas dívidas!”) quer pela extinção progressiva de todos os monopólios “para que as localidades administrem, cooperativamente, os bens colectivos”; e, por fim, a emancipação religiosa, condição primordial da capacidade própria de iniciativa, do fazer-se a si mesmo, sem outro critério além da experiência e da livre consciência moral.

De pouco adiantou este caderno de intenções de Bernardino Machado; além de não ser ouvido nem pela Monarquia nem pelos republicanos — não só porque não dizia mais do que estava no programa do *P.R.P.* de 1891, mas porque quase passou a ser ostracizado, pelo novo Directório (que lhe era hostil) — também ocorreu a queda do Governo Ferreira do Amaral (desde que deixou de ter a confiança de Júlio de Vilhena, seu parceiro de coligação). A queda de Ferreira do Amaral provou que um governo monárquico, por mínimo que fosse o seu liberalismo, logo era acusado de “traidor” e desleal à Monarquia e que — como disse Bernardino, no início de Janeiro, ao jornal *República* e, mais tarde, em Maio de 1909 (passado já o Governo de Campos Henriques e em plena governação de Sebastião Teles) — não era possível ser liberal e monárquico em Portugal; Monarquia e Liberdade eram incompatíveis, “inconciliáveis, antagónicas, porque, enquanto uma quer erguer-se, caminhar, progredir, a outra já não pode senão recuar, dissolver-se, morrer”¹⁰².

O Governo de Ferreira do Amaral foi a última esperança de liberalização do regime. Tudo o que veio depois foi pior. Campos Henriques (26.XII.1908 -30.III.1909), que lhe sucedeu, continuou, por via da “ditadura administrativa”, a política de *engrandecimento do poder real*, abriu as portas do poder ao regresso dos rotativos, à influência do clericalismo e à plutocracia. Foi uma manifesta regressão política. A sua consequência foi o bloco governante cair nas garras da agiotagem e a espoliação fiscal, que provocou a revolta em várias localidades (como em Alijó, Murça e Valpaços), ameaçando a coesão nacional, pela guerra civil. Para Bernardino, a Monarquia precipitar-se-ia num abismo, extremamente doloroso e sem retorno, se não parasse o seu centralismo (porque não havia protecção, em sua opinião, que valesse a livre organização das iniciativas locais), estacando esse fermento de rebelião civil pela única via possível: a descentralização. Mas não apenas a descentralização educativa nem esta, prioritariamente. Abandonando, expressamente, a atitude conciliadora de regimes com uma *educação para a liberdade* — que ainda mantinha na “plataforma de acalmação” proposta em Maio de 1908 a Ferreira do Amaral — dirá que “não é verdade que a nossa questão seja só de educação e não de instituições: sem instituições não há educação, como não há química sem laboratório, como não há indústria sem oficina, e medicina sem clínica; e sem instituições livres não há educação liberal”¹⁰³. Bernardino inverteu, finalmente, a ordem de prioridades da descentralização. A Monarquia, se queria evitar o seu irremediável colapso, tinha de restituir, de imediato, “a todas as povoações a sua vida local”, emancipar as paróquias, os municípios e

[102] Idem, “O último ministério” (artigo publicado no jornal *A República*, de 2.I.1909), in *O/III/Politica/2*, 2012, p. 262.

[103] Idem, “Liberdade e autonomia” (conferência proferida no 1º aniversário do *Grupo Democrático ‘Juventude Republicana’*, de Lisboa, em 14.II.1909), in *O/III/Politica/2*, 2012, p.323.

os distritos, e ressuscitar a província¹⁰⁴, porque “a descentralização é a paz e a integridade da Nação”¹⁰⁵ e porque “as liberdades locais são a origem histórica das liberdades gerais”¹⁰⁶. Recorda Bernardino Machado que o povo fora, outrora, às Cortes “porque primeiro conquistou as suas imunidades nos municípios”¹⁰⁷; e essa “vital necessidade de autonomia” sentia-a, agora, ainda muito mais, com a actual complexidade da vida social; por isso, com vista a uma maior satisfação das suas reivindicações, o povo até já fazia listas transpartidárias, a nível de eleições locais e grande número de vereações já se tinham juntado à de Lisboa para, num grande congresso municipalista, reclamarem as regalias locais¹⁰⁸. Mas Bernardino clamava no deserto. E continuou a clamar no deserto com o Governo de Sebastião Teles (12.IV.1909-5-V.1909) — que sucedeu à queda do anterior, em 1 de Abril — general pró-militarista, responsável último da chacina de *5 de Abril*, do Tratado luso-transvaliano, da pena disciplinar e degredo em Elvas, impostos ao capitão Tomás Cabreira e que convidara, para a pasta dos Estrangeiros, do seu Governo, um franquista (João Alarcão) que fora ministro da Justiça do Governo de Campos Henriques. Um e outro Governo eram, pois, Governos de continuidade e governos pessoais do Rei, que também, concedia ao último, um adiamento da abertura das Cortes, por três meses. E que a inclinação do Governo para uma política centralista e pró-ditatorial era cada vez mais acentuada, mostra-o o facto do bloco oposicionista (não incluindo, neste, o *Partido Republicano*), alardeando de radical, declarar, pelo seu órgão de imprensa, que não negava ao chefe franquista, Vasconcelos Porto (1855 -1924), qualidades para, um dia, ser Chefe de Governo. Esta inclinação não se consumou apenas porque o Governo caiu em 5 de Maio, por causa do tratado tratado luso-transvaliano ter sido assinado em Pretória, em Abril de 1909, pelo tenente-coronel Garcia Rosado (já no Ministério de Sebastião Teles), sem o *ad referendum* do Conselho de Ministros e sem a autorização do Parlamento (o que violava a Constituição), ainda que com a autorização de Júlio de Castilho, quando foi ministro da Marinha, em 1908. O Governo que sucedeu a Sebastião Teles (Venceslau Lima, 15.5.1909— Julho de 1909), ainda que tenha manifestado a intenção, através do seu chefe, de não ter cor política, “nem mesmo políticos declarados”, enfim, ser um governo “extra-partidário”, tendo, como critério, “governar com a lei, (...) sem exageros reaccionários, e antes com largo espírito de tolerância e liberdade”, a verdade — disse Bernardino Machado, no Centro escolar de Santos (Lisboa), numa sessão realizada em 9 de Maio — é que o seu líder fora escolhido pelo rei, não pela simpatia de que gozava junto da opinião pública ou dos partidos, mas “pela dupla condição regressiva de pertencer aos rotativos e ter sido, entre eles, à excepção de Osório Alarcão, o mais complacente para com o franquismo e seus aliados nacionalistas”. D. Manuel — continuou Bernardino — ao convidar Venceslau Lima, esquecera o seu papel de *poder moderador*, de Chefe de Estado, para ser, ostensivamente, o chefe dos monárquicos contra os republicanos, o árbitro dos destinos de um Estado que só à nação pertencia; e fazendo jus a esta denúncia, em 17 de Maio, com o parecer unânime do Conselho de Estado (de que faziam parte Júlio de Vilhena, Pimentel Pinto, António de Azevedo, Morais Carvalho, António Cândido, Melo e Sousa e Francisco Beirão) adiou, por votação unânime, a abertura das Cortes, para o dia 17 de Julho (ainda que esse adiamento fosse inconstitucional,

[104] Idem, “Descentralização administrativa” (intervenção no comício republicano, efectuado na Avenida D. Amélia, em Lisboa, em 21 de Março de 1909), in *O/III/Politica/2*, 2012, p.352.

[105] Idem, *ibidem*.

[106] Idem, *ibidem*, p. 350.

[107] Idem, *ibidem*, p. 350.

[108] Idem, *ibidem*, p. 352.

à luz do art.º 7.º do *Acto Adicional* de 1896). Mais uma vez, o Parlamento era emudecido, mais uma vez, o poder régio chamava a si as prerrogativas (usurpando-as) do poder popular, sublinhando a sua incompatibilidade com a política de engrandecimento do poder real, o antagonismo irreduzível entre o partido do rei e o partido do povo — como disse Bernardino em meados de Maio. Apesar de constituído por homens liberais — como sublinhou Bernardino em fins de Maio de 1909 — o seu chefe nada tinha de liberal; o rei chamara “um homem de ciência”, talvez convicto de que o país precisava mais de administração do que de política (João Franco pensara o mesmo...). Mas não era possível esquecer, diz Bernardino, que dos três últimos Presidentes do Conselho, do reinado de D. Manuel, Venceslau Lima fora o único “hóspede de D. Carlos, em Vila Viçosa”, durante a ditadura franquista, sendo sua convicção que a sua passagem pelo poder tinha, por objectivo, abrir caminho à transição para uma nova ditadura. Com o adiamento parlamentar — diz, Bernardino, em 10 de Junho — o novo Governo conseguirá impedir a fiscalização dos seus actos pelo Parlamento e a votação das leis constitucionais (que deviam, normalmente, entrar em vigor no dia 1 de Julho); suspender as reformas políticas; manter a mesma Constituição do engrandecimento do poder real, a mesma ignóbil lei eleitoral, o mesmo código administrativo centralista, a mesma lei de imprensa do *Gabinete negro*, o mesmo juízo de instrução criminal, a mesma lei de 13 de Fevereiro 1896, o mesmo regime de ensino (que tanto precisava de ser, liberalmente, reformado); manter dezenas de decretos franquistas que era preciso revogar; suspender as reformas económicas e financeiras, quando quase todas as questões desta ordem eram urgentes (as questões do vinho, dos cereais e da cortiça, a questão piscatória, a questão manufactureira, a questão do protecçãoismo à lavoura e à indústria, a da assistência ao operariado, e, finalmente, a questão da extinção do imposto de consumo e a transformação de todos os outros impostos, num equitativo imposto progressivo do rendimento); suspender a resolução dos adiantamentos ilegais à Casa Real (quando era aconselhável, moralmente, a sua rápida e completa liquidação); suspender as reformas militares fundamentais (supressão do sorteio, remissão dos recrutas, estabelecimento do serviço pessoal obrigatório e uso da força apenas como meio de impor a ordem (todas elas medidas indispensáveis à democratização do exército e ao fortalecimento da defesa nacional); suspender a reforma instantânea das leis e dos abusos clericais que ameaçavam não só o poder civil, mas ainda a autoridade e a subsistência do clero secular; e, por fim, suspender a resolução de graves questões internacionais pendentes do Parlamento (como a dos sanatórios da Madeira — que nos obrigava a uma indemnização onerosa ao concessionário, enquanto se não resolvia — o tratado comercial inconcluso de Portugal com a Alemanha e o tratado luso-transvaliano)¹⁰⁹. Mas o Governo não se ficou por suspensões, como disse em 31 de Outubro, num comício político Mação: agravou o arbítrio e a opressão das suas medidas políticas, económicas e militares; mancomunou-se, activamente, com os rotativos, com os franquistas e com o clericalismo (de que os nacionalistas eram a expressão política), onde procurou refúgio e socorro; e reatou a política do engrandecimento do poder real de 1894-1896 e de 1906-1907 (em que se extinguíram mesmo os centros monárquicos e cessou a vida colectiva dos partidos — que se

[109] Idem, “Adiamento parlamentar e tratado luso-transvaliano” (intervenção em comício republicano, no Porto, em 10 de Junho de 1909, segundo extracto da *Voz Pública*), in *O/III/Política/2*, pp. 456-458; ver também, idem, “A marcha da reacção” (intervenção no comício republicano de Coimbra, em 20 de Junho de 1909), in *O/III/Política/2*, 2012, pp. 460-464.

transformaram em bandos de caciques e clientelas — “em que se anulou, quase de todo, a vida civil das paróquias; em que se suprimiram as franquias municipais”, em que desapareceram as Juntas Gerais de Distrito, em que se centralizaram todos os poderes locais no Estado e, deste, nas mãos do Rei, acabando-se com a representação eleitoral, na Câmara dos Pares, e impedindo-a, por todos os modos, até na Câmara dos Deputados, onde o Parlamento passou a ser do Rei)¹¹⁰. Foi esta a política do Governo de Venceslau de Lima — que, como ele mesmo disse, “entre o partido e o Paço, não havia que hesitar a favor deste” — cujos efeitos foram a opressão do povo e o enfraquecimento do poder popular, o agravamento da sua pobreza, o desprezo pela sua instrução, a sobrecarga de impostos e dívidas e, quando ousou contestar ou revoltar-se, os maus tratos, as chacinas e os acutilamentos. A política de engrandecimento do poder real, agravava o divórcio entre a Monarquia e o Povo, inviabilizava a sua reconciliação pela descentralização e pelo cerceamento (quando não liquidação) das franquias locais e potenciava, em contrapartida, a revolução. Esta linha de rumo parecia imparável. Se a ditadura durasse mais algum tempo, Bernardino acreditava que regeneradores e progressistas se tinham passado, “em grande parte, para ela”, o que — diga-se em abono da verdade, como sublinhou —, no seu íntimo, não queriam outra coisa.

[110] Idem, “O Partido Republicano e a reacção” (discurso no comício de Mação, em 31 de Outubro de 1909), in *O/III/Política/2*, 2012, p.496.

[111] Idem, “A lógica dos acontecimentos” (conferência efectuada no *Centro Democrático Rodrigues de Freitas*, no Porto, segundo *O Mundo*, de 10.I.1910), in *O/III/Política/2*, p. 530.

[112] Idem, *ibidem*, p. 531.

O Governo de Veiga Beirão (22.XII.1909 a 26.V.1910), que sucedeu ao de Venceslau Lima, ainda que se tenha apresentado com um programa que pretendia ser “acentuadamente liberal e respeitador das leis” (embora firme na “manutenção da ordem pública”), começou, desde logo, por tentar furtar-se ao controlo do poder legislativo, solicitando, ao Conselho de Estado, o adiamento da abertura das Cortes, com o argumento de que precisava de tempo para estar por dentro dos problemas da governação cessante; pedido cuja satisfação acabou por obter, depois de algumas divergências no Conselho de Estado, abrindo as Cortes apenas no início de Março. Desta crise ministerial nos dá conta Bernardino Machado no início de Janeiro de 1910. Sem contrapoderes para fiscalizar as alegadas reformas económicas e financeiras que o Governo se propunha fazer, em colaboração com os demais partidos monárquicos, ou seja, com os franquistas e os nacionalistas (clericais), Bernardino temia que essas reformas trouxessem mais do mesmo do Governo anterior, inclusive, para pior, pois Beirão esperava, com elas, “acabar com a política”¹¹¹ e tudo indicava, do ponto de vista de Bernardino Machado, que a marcha do regime era para “um Governo *apostólico*, como no tempo de D. Miguel”¹¹². Mas apesar das intenções reformadoras de Veiga Beirão, o *mesmo* continuou a ser o motor da governação, ou seja, mantinha-se a falta de liberdades constitucionais (todos os poderes do Estado se concentravam ainda nas mãos do Rei), de liberdades corporativas (a mesma tutela opressiva pesava sobre as localidades), de liberdades associativas (as associações políticas, de mais de vinte membros, ainda eram ilegais) e de liberdades públicas individuais (persistia a lei de imprensa com o seu gabinete negro, e os comícios e as manifestações colectivas dependiam do arbítrio ou capricho governativo); nem as liberdades civis — sublinhou Bernardino — tinham já garantias, deixando de se falar na reforma do júízo de instrução criminal e na derrogação da lei de 13 de

Fevereiro de 1896 (e, pior ainda, aplicavam-se todos os dias essas armas odientas contra o povo republicano); o *déficit* público agravara-se e não se cuidara da reforma das nossas finanças; as relações entre o capital e o trabalho eram menosprezadas (como mostrava o corte na dotação ao Tribunal de Árbitros Avindores); a monarquia não pensava na assistência aos menores, mulheres e inválidos; o analfabetismo continuava a alastrar, “vergonhosamente”, fazendo de cada criança um “egoísta” e um futuro “déspota”; e a todas estas questões de perturbação e descalabro, havia que acrescentar ainda uma outra — a questão religiosa — levantada pelo regime, que procurava fanatizar as almas simples, para lhes erradicar “os sentimentos liberais e patrióticos” e voltar o povo contra aqueles que defendiam as suas liberdades, ou seja, os republicanos¹¹³. Sintoma expressivo da continuidade desta política *centralista* e de *engrandecimento do poder real* foi o assalto que o Governo Veiga Beirão mandou fazer à Câmara de Lisboa — sobre o qual Bernardino discorreu amplamente, em meados de Abril — para nela instalar a bandeira nacional, por ocasião do aniversário do rei, como sempre fora costume. A polícia, por ordem do Governo, assaltara, no dia 17 de Março, a Câmara Municipal de Lisboa, intimando o seu presidente, Anselmo Braamcamp Freire, por um despacho do mesmo dia, do auditor administrativo, que a deliberação da Câmara de 2 de Dezembro de 1909, que fixara os dias normais de embandeiramento e iluminação dos Paços do Concelho (que seriam 1 de Janeiro — abertura solene do Parlamento — o aniversário do Chefe de Estado e a data da Restauração de Portugal, havendo apenas excepções, a esta deliberação, para casos de manifesto regozijo nacional) — ficava suspensa. Esta suspensão decorria de um recurso que o secretário-geral do Governo Civil, na qualidade de representante do ministério público, e em cumprimento de instruções recebidas, interpusera, para a auditoria do contencioso administrativo no distrito de Lisboa, sobre a deliberação de 2 de Dezembro; no recurso pedia-se não só que a deliberação camarária fosse anulada, mas que fosse suspensa nos termos do artigo 337º do Código Administrativo; suspensa porque, alegadamente causava “dano irreparável à autoridade da lei e prestígio do Governo”. É que se a deliberação não fosse suspensa, a vereação da Câmara não deitaria luminárias na noite de 17. Para que tal não acontecesse, o auditor proferiu despacho sobre o recurso supracitado, no dia 17 (exactamente, no dia anterior ao embandeiramento e luminárias de 18), deferindo-o (baseado na “palavra” do Governo) e, conseqüentemente, suspendeu a deliberação de 2 de Dezembro de 1909, da Câmara Municipal de Lisboa e intimou-a a embandeirar o edifício e a acender as luminárias. A verdade é que não havia qualquer ofensa à lei (pois não havia lei sobre o assunto) nem “dano irreparável” para o Governo, por não haver bandeirinhas nem luzes na Câmara Municipal de Lisboa. Mas estas razões de nada valeram e a Câmara foi restituída, ainda que provisoriamente, à situação anterior à da sua deliberação de 2 de Dezembro (suspensa por aquele despacho). Braamcamp Freire tomou, então, a iniciativa de saber se havia qualquer resolução anterior do município sobre o assunto deliberado (e não havia), consultou os seus colegas vereadores, e considerando que não havia lei alguma que autorizasse a despesa da iluminação dos Paços do Concelho Municipais, resolveu não acatar a ordem do auditor administrativo e não ordenar a sua iluminação, no dia 18 (que o Governo pretendia iluminados

[113] Idem, *ibidem*, pp. 533-538; ver tb. “Monarquia ou República? Fala o sr. Bernardino Machado” (in *O Imparcial*, Lisboa, 15.I.1910), in *O/III/Politica/2*, pp. 541-542; idem, “[O Juízo de Instrução Criminal]” (entrevista concedida ao *Século* em 24.I.1910), in *O/III/Politica/2*, 2012, pp. 545-546.

para celebrar o juramento do príncipe herdeiro), até que a Câmara, na sua próxima sessão, tomasse conhecimento do assunto e deliberasse o que entendesse, por mais conveniente, para qualquer caso semelhante e futuro. Ainda que Braamcamp Freire não tenha mandado iluminar os Paços do Concelho — por não ter poderes para efectuar essa despesa (nem a isso a lei o obrigar) e por não querer proceder “ditatorialmente”, ou seja, sem consulta e voto dos vereadores da Câmara (que não fora ouvida para o efeito que pretendia o Governo) — a verdade é que o Governo considerou-se, gravemente, ofendido e, por isso, mandou cercar o Palácio Municipal, entrou nele e abriu o contador que dava iluminação para a coroa, ao mesmo tempo que bombeiros, sobre escadas *Magyrus*, fizeram iluminar os renques de bicos de gás que se encontravam no exterior do edifício! Enfim, o Governo tomou de assalto, como quis, a Câmara — dado que não respeitou a deliberação dos eleitos que a governavam — e iluminou-a para dar satisfação aos seus sentimentos de regozijo pelo juramento do príncipe herdeiro; foi, na óptica de Bernardino, um acto de salteadores¹¹⁴. O Governo pretendeu desculpar-se do assalto, alegando que o praticara sem afronta, limitando-se a mandar escalar as janelas e a invadir o átrio do município. Ora, para Bernardino, como disse em meados de Março, ainda que o assalto tenha sido feito para iluminar o Paço municipal em celebração do juramento do príncipe herdeiro, a verdade é que o desacato à Câmara Municipal de Lisboa foi “mais um golpe da reacção monárquica contra as imunidades populares”¹¹⁵, mais um lance de hostilidades do regime para com o povo e a nação, de tal modo que ou esta acabava com o regime ou este acabava com ela. A monarquia mostrava, uma vez mais — disse Bernardino — que não havia transição possível entre ela e a República: os seus Governos (de João Franco a Veigas Beirão) tinham mantido, de pé, “quase todos os decretos ditatoriais e todas as leis de excepção do reinado anterior” (ao ponto de um franquista se vangloriar de que, só com essa legislação os governos que lhe sucederam e o combateram, mantiveram a normalidade constitucional); derrubara a sua única ponte — o Governo Ferreira do Amaral — acusando-o de traidor ao regime, ele, que tudo fizera para aprovar os adiantamentos ilegais à Coroa e aumentar a lista civil (além de, em grande parte, se manter fiel à legislação franquista); utilizou dois ministérios (Campos Henriques e Sebastião Teles), “ponderadamente liberais” ou seja, formalmente liberais, mas dependentes, de facto, do arbítrio régio, para solucionar, sem a fiscalização parlamentar, questões que comprometiam a seriedade e isenção do regime aos olhos da opinião pública — como a indemnização ao príncipe Hoehnloe, pelo sanatórios da Madeira e o subsídio de 2.000 contos à Companhia Vinícola do Sul; forjou um Governo “apolítico”, o de Venceslau Lima, para — sem fiscalização parlamentar — consumir, de facto, o vexatório tratado luso-transvaliano, do interesse da plutocracia britânica; e, finalmente, pretendeu dar “um simulacro liberal” de Presidente de Conselho e de Ministro sem pasta, na pessoa de Francisco Veiga Beirão (1841 -1916), que já se preparava para derrubar¹¹⁶. Monarquia e poder pessoal tinham-se tornado sinónimos. Conclusão que não surpreendia Bernardino, pois desde o regicídio, ainda não tínhamos tido um Ministério organizado por indicação do Parlamento; todos os governos tinham sido nomeados e demitidos, “despoticamente”, pelo Rei. («os meus ministros», eis o que

[114] Idem, “[Significado do assalto monárquico à Câmara de Lisboa]” (intervenção de Bernardino Machado, na inauguração da sede da Comissão Municipal Republicana, do Centro Guilherme Braga e da Comissão Paroquial, de Vila Nova de Gaia, segundo *O Mundo*, de 4.IV.1910), in *O/III/Politica/2*, 2012, p. 585; ver, sobre este assalto à Câmara Municipal de Lisboa, o relato d’*O Mundo*, de 19.III.1910, pp. 1-2.

[115] Idem, *ibidem*, 586.

[116] Idem, *ibidem*, 586-89; e idem, [Reedição do franquismo] (conferência de Bernardino Machado na inauguração do Centro Republicano de Pontevel, segundo *O Mundo*, de 11.IV.1910), in *O/III/Politica/2*, 2012, pp. 592-596.

desde muito cedo aprendera D. Manuel II a dizer); também o Poder Legislativo era seu, porque a Câmara dos Pares permanecia, toda ela, de nomeação régia; e, de facto, não o era menos a Câmara dos Deputados, pois não só a adiava quando queria, mas até a dispensava, quando queria ver solucionados problemas sem fiscalização parlamentar (como acontecera com o Tratado luso-transvaliano); e se o poder judicial ainda não estava, inteiramente, submetido ao Poder real—como na ditadura franquista — contornava a sua frágil autonomia com auditorias administrativas (como a que se fizera, recentemente, à Câmara de Lisboa) — invocando a autoridade do rei e não da lei, para fundamentar as suas sentenças — e com as arbitrariedades do Juízo de Instrução Criminal.

Com esta política de engrandecimento do poder real, era previsível, como veio a acontecer, que quando o Governo Veiga Beirão pediu em 23 de Março, um novo adiamento da abertura das Cortes Gerais, para o dia 1 de Junho, este lhe tenha sido concedido, ao abrigo do artigo 110 da *Carta Constitucional*, pelo Conselho de Estado, apesar de alguma resistência minoritária que nele surgiu (votaram contra o adiamento Pimentel Pinto, Júlio de Vilhena e Melo e Sousa), mas com o agrado do Rei (que o assinou em 13 de Abril). Bernardino Machado, sempre tão afoito à divisão dos poderes e às suas prerrogativas e desafecto ao poder *peçoal*, combateu, asperamente, este adiamento. Mas Veiga Beirão pouco tempo se manterá no Poder apesar do apoio clerical-nacionalista e franquista e, ainda, do apoio dos progressistas de José Luciano de Castro. Na sequência dos escândalos do “caso Hinton” e das irregularidades e eventuais fraudes detectadas no *Crédito Predial* (que provocou várias prisões e ao qual estava ligado o nome do chefe do *Partido Progressista*, José Luciano, do qual dependia o Governo de Beirão) pediu a demissão; simultaneamente, pediu ao Chefe de Estado, a dissolução das Câmaras, pedido que lhe foi recusado, tendo o rei, depois de ouvir os pareceres de Teixeira de Sousa, José de Alpoim, Campos Henriques, Jacinto Cândido e Vasconcelos Porto sobre a crise governamental, convidado Julio de Vilhena a formar “um Governo de concentração de todos os partidos monárquicos” (convite que recusou por não aceitar formar um Governo cujos membros não saíssem da maioria parlamentar). Em alternativa, o rei convidou Teixeira de Sousa, que fora eleito chefe do *Partido Regenerador*, em meados de Janeiro, e se comprometera, publicamente, a não recorrer a qualquer ditadura (porque suspendia o sistema parlamentar), a defender a existência de Pares electivos, a não recorrer ao adiamentos de abertura das Câmaras, a defender os círculos plurinominais e uninominais, para dar representação às minorias (era o sistema da lei de 21 de Maio de 1884), a defender a reforma da nefasta lei de 13 de Fevereiro de 1896, a retirar atribuições de julgamento ao juízo de instrução criminal e, finalmente, a defender a restauração da lei de imprensa de 1866.

Esta escolha régia, que deixou os regeneradores contentíssimos e, em contrapartida, “irritadíssimos”, os clericais, os franquistas e os progressistas, não era tão *liberal e tolerante*, como pretendeu fazer crer, à opinião pública, o chefe regenerador, na entrevista que concedeu

em 28 de Junho a 'O Mundo, pois num passado político recente, já dera provas inequívocas de se acomodar, facilmente, aos desejos régios (como no caso dos adiantamentos à Casa Real e no caso Hinton). Apesar do Conselho de Estado ter votado a favor da dissolução das Cortes e pela convocação de eleições num período máximo de três meses, Bernardino disse não ter ilusões quanto ao malogro das mudanças que este Governo pretendia introduzir. Em sua opinião, como disse no início de Julho, só uma mudança de instituições podia ir de encontro das aspirações nacionais; a Nação estava desenganada quanto aos partidos e quanto aos governos monárquicos; não se podia ser, tibiamente, a favor da liberdade (como fora o Governo Ferreira do Amaral), mas a favor ou contra ela (e a monarquia rotulava de traidores os que estavam ao lado da liberdade); a questão política — em sua opinião — era, pois, clara: liberais *versus* antiliberais; e como no número daqueles já não se podiam incluir os monárquicos — sob pena de serem tidos por traidores ao regime — os liberais reduziam-se aos republicanos; a questão política era, pois, Republica (liberdade) *versus* Monarquia (reação). Esta bipolaridade enraizara-se de tal modo, nos próprios monárquicos, que — disse Bernardino — qualquer Governo monárquico que tomasse qualquer medida liberal (como fora o caso do Governo Ferreira do Amaral e agora o de Teixeira de Sousa) era denunciado por eles como uma ameaça para a Monarquia e suspeito de conluio com o *P.R.P.*. Por isso Bernardino tinha boas razões para não acreditar nas realizações do Governo de Teixeira de Sousa: quem, no actual reinado de D. Manuel II, combatera pelas liberdades fora apenas o *Partido Republicano* (e não o *Partido Regenerador*, cujo chefe era o Presidente do Ministério); quem combatera invariavelmente, “o arbítrio régio dos adiamentos e das dissoluções parlamentares e das nomeações e demissões ministeriais”, fora da acção dos representantes da Nação, fora apenas o *Partido Republicano*; quem “formulou a proposta da acusação da ditadura e dos ditadores” fora o *Partido Republicano*; quem atacou sempre a lei eleitoral vigente, “reclamando o sufrágio universal, a representação proporcional e todas as garantias do voto livre” fora o *Partido Republicano*; quem sempre pugnara pela reforma administrativa e pelas autonomias locais, fora o *Partido Republicano*; como a este se ficou a dever a realização dos “Congressos Municipalistas”; quem “combateu o aumento da lista civil e a liquidação tortuosa dos adiantamentos ilegais à Casa Real” foi o *Partido Republicano* (enquanto o *Partido Regenerador* votou a favor da proposta de lei do Governo); quem fez as campanhas contra o Tratado do Transvaal, que feria, a um tempo, os nossos direitos e interesses coloniais, fora o *Partido Republicano* (e não o *Regenerador* que veio a ser um dos acataram o adiamento parlamentar que tinha por fim tornar esse Tratado um facto consumado e irrevogável); quem fez o cortejo anticlerical de 2 de Agosto (promovido pela *Associação do Registo Civil* que juntou cerca de 40000 pessoas, na avenida D. Amélia em Lisboa e foi presidido por Miguel Bombarda, recém filiado no *P.R.P.*) foram os republicanos; quem fez “a campanha parlamentar contra as concessões de favor a Hinton” foram os republicanos; quem fez a campanha contra o júízo de instrução criminal, foram os republicanos; quando os republicanos apoiaram as “intenções liberais” do Governo de Ferreira do Amaral, não se ouviu uma voz, a seu favor, da parte do *Partido Regenerador*; e quando os republicanos propuseram, no Parlamento, uma acusação contra a ditadura franquista,

os regeneradores colocaram-se ao lado dos que a absolviam; e quando o Governo de Veiga Beirão desacatou a Câmara Municipal de Lisboa, impondo-lhes as luminárias, em 18 de Junho, o *Partido Regenerador* não se pôs ao lado dos direitos do município, mas da autoridade do rei¹¹⁷. Para Bernardino, portanto, quem sofrera, até então, com as “leis liberticidas” dos Governos do reinado de D. Manuel tinham sido não os monárquicos (que delas se tinham, antes, alimentado) mas os republicanos, porque elas foram feitas contra estes¹¹⁸. Por tudo isto, ainda que o Governo de Teixeira de Sousa promettesse reformas liberais e invocasse, em prol da sua linha de rumo, as tradições de Fontes, Sampaio, Barjona, Bernardino não acreditava nele; também Veiga Beirão, ao entrar para o Governo, invocara Passos Manuel e o *Pacto da Granja*, e depois foi o que se viu. Ao menos seria desejável que o Governo de Teixeira de Sousa não agravasse, na sua execução, as leis liberticidas do regime, e reparasse, se possível, os seus agravos; mas nem isso, disse Bernardino, parecia disposto a fazer: já dissolvera a Câmara dos Deputados, sem primeiro se apresentar perante ela; já nomeara “antigos eleiçoeiros”, como Governadores civis, tornando, na prática, ainda pior a lei eleitoral existente; acabara de confiar um alto cargo de influência política local ao juiz administrativo que, tantas vezes, contestou os direitos da Câmara Municipal republicana de Lisboa, piorando, ainda mais, uma lei administrativa que já era má; conseguiu tornar ainda pior o juízo de instrução criminal, mantendo, sem fim à vista, o processo do regicídio – favorecendo, deste modo, a continuação da campanha da reacção que nele pretendia envolver os republicanos – não pondo termo às “revoltantes torturas inquisitoriais aos membros das associações secretas” e mostrando-se incapaz de propor uma “amnistia a todos que estão sofrendo as lastimosas consequências desse processo”¹¹⁹. Ao proceder deste modo, o Governo — diz Bernardino — estava na lógica da sua legitimidade, que não era a da opinião pública, livremente, expressa nas urnas, mas a da sua nomeação pelo rei, que “governava, soberanamente, os partidos”¹²⁰. Fossem qual fosse as suas intenções restauracionistas e liberais não tinha outro caminho a seguir senão o de engrandecer o poder real. Por isso — disse Bernardino, numa notável conferência proferida no Centro António José de Almeida, no início de Julho de 1910 — o que víamos era, de um lado, uma monarquia “emocional, clerical, em que não há Governo de princípios, nem mesmo de interesses, mas só de paixões”; e do outro, um povo que luta, também, com paixão, mas abnegada e humanamente, pelo bem comum, pela felicidade das suas famílias e da sua Pátria¹²¹. Esta oposição ou se resolvia, pacífica e justamente — porque a *Monarquia nova* regressara, “em tudo”, ao regime sinistro da *Monarquia velha* e não só “não revogou a sua obra liberticida, mas fez pior: aplica, rancorosamente, as suas leis” — ou era de recear que “a Nação se lançasse na Revolução” (e não porque o *P.R.P.* a incitasse a isso)¹²². Sabemos que nenhuma destas soluções era, *exclusivamente*, verdadeira, porque ambas estavam em curso. Numa primeira etapa, os republicanos foram às eleições de 28 de Agosto e elegeram 15 deputados (dez por Lisboa; três por Setúbal; um por Santarém; e um por Beja), abrindo, finalmente, as portas à República, que Estêvão de Vasconcelos chamou (segundo Bernardino) “uma República ideal socializante”: uma República de “princípios”, onde, à política (democrática), se subordinasse a economia; descentralizada e reabilitadora das franquias locais;

[117] Idem, “[A República e as liberdades]” (intervenção no comício republicano de Lisboa, segundo *O Mundo*, de 7.VII.1910), in *O/III/Politica/2*, 2012, pp. 641-643.

[118] Idem, *ibidem*, p. 642.

[119] Idem, *ibidem*, p. 643.

[120] Idem, *ibidem*.

[121] Idem, “[O P.R.P. e a reacção clerical]” (conferência proferida por Bernardino Machado no Centro Dr. António José de Almeida, segundo *O Mundo*, de 4.VII.1910), in *O/III/Politica/2*, 2012,

[122] Idem, *ibidem*, p. 639.

tolerante e neutra em matéria confessional (a nível do Estado); empenhada no ensino (embrião da cidadania) elementar e profissional; outorgando direitos civis e políticos à mulher; respeitadora da propriedade (mas hostil aos monopólios, à plutocracia, à agiotagem e ao absentismo agrícola); criadora de mecanismos de protecção e assistência social às classes trabalhadoras, às crianças, mulheres e inválidos; procurando harmonizar o capital e o trabalho (mas respeitando o direito à greve) e aliviando as classes mais desfavorecidas de contribuições e impostos (em especial do consumo); e numa segunda etapa, fizeram a revolução em 5 de Outubro de 1910. Até que ponto este movimento acentuou a sensibilidade e as ideias descentralizadoras e municipalistas de Bernardino Machado?

2.5

Bernardino Machado, ministro dos Negócios Estrangeiros (e, durante algumas semanas, ministro interino da Justiça) do *Governo Provisório* da I República, acreditava (além de estar no programa do *P.R.P.*, de 1891), que a autonomia dos cidadãos implicava o estabelecimento de várias medidas emancipatórias (a nível religioso, político e económico), e que a democratização das localidades (condição da democratização da República), era um processo que passava pela renúncia do Estado ao papel tutelar e onipotente que até aí desempenhara, de modo *pessoal* e asfixiante (passando a ser o de regulador, de referência de princípios, de auxiliar e de prestador de serviços “nacionais”), pela reforma da instrução elementar no sentido do *self-government* a partir da “lição das coisas”, e pelo reforço da descentralização e concomitante atribuição de amplos direitos e competências aos municípios e paróquias. E, efectivamente, foram muitas as medidas tomadas pelo Governo Provisório, para deslocar para o cidadão, a *auto-determinação* da sua vida pessoal, religiosa, política e económica: a laicização da instrução elementar e a sua orientação no sentido da lição das “coisas”; a liberdade de crenças e cultos (sob a jurisdição do poder civil), a obrigatoriedade do registo civil (que veio livrar os cidadãos da tirania do padre, desde o baptismo até à morte), a abolição do juramento religioso nos actos públicos, o decreto do divórcio (lei de 4.XI.1910) que devolveu aos cidadãos a sua vontade e direito de estarem juntos ou não, a Lei da separação do Estado da Igreja, a abolição dos privilégios hereditários como critério de mérito, a liberdade pensamento, reunião e associação, a liberdade de imprensa, as “leis de família” (27.XII. 1910), a lei da liberdade de imprensa, a abolição dos tribunais de excepção e extinção do Juízo de Instrução Criminal (dec. nº 15, 21.X.1910), a elaboração de uma nova lei eleitoral que garantia a todo o cidadão o direito de exprimir, livremente, a sua vontade, o estabelecimento do direito à greve, a reforma das rendas de casa, do imposto predial, uma nova lei do inquilinato, a abolição do imposto de consumo em Lisboa, legislação assistencial a favor dos mais carenciados (pobres e alienados), combate aos monopólios, etc.; mesmo a acusação feita ao *Governo Provisório*, por alguns responsáveis republicanos (como o *Directório* do Partido, o grupo d’*A Lucta*, de Brito Camacho, os revolucionários “machadistas” e os *dissidentes progressistas*, convertidos ao novo regime), que o Governo exercia o poder, *ditatorialmente* —

porque exorbitava das competências que cabiam a um Governo revolucionário — não tinham fundamento, como demonstrou Bernardino, no início de Dezembro de 1910, ao sublinhar que o *Governo Provisório* nunca fora além do prometido pelo programa do P.R.P. de 1891 e pela propaganda republicana anterior ao 5 de Outubro de 1910, sempre tivera um grande apoio popular e estava em preparação uma nova lei eleitoral e uma grande reforma administrativa, descentralizadora¹²³. E Bernardino, nesse mesmo mês de Dezembro, perguntava aos críticos do *Governo Provisório*, se não seriam medidas de *descentralização* democrática, tendo em vista criar condições para a autonomia moral e material dos cidadãos, a instrução primária (universal e gratuita) e as medidas de “emancipação” religiosa económica e política, promulgadas pelo *Governo Provisório*¹²⁴. Aliás, ainda neste mesmo mês, Bernardino voltava ao assunto, mas mais acutilante e preciso: era necessária uma lei administrativa que acabasse com as opressões locais, que desse ao município e à paróquia “o direito de respirar livremente”, para que se criassem condições para a educação do cidadão para a vida pública, “de modo a permitir-lhe poder, um dia, seguindo a escala política, ser o representante da nação, com legítimo direito e provada competência, fazendo-se uma benéfica renovação dos homens do Governo”¹²⁵. Foi este “basismo popular” e democrático, sempre partilhado e incentivado por Bernardino, que levou o *Governo Provisório* a repôr, em vigor, em 13 de Outubro de 1910, com pequenas alterações, o *Código Administrativo* de 1878, profundamente descentralizador, de Rodrigues Sampaio (e, para o contencioso administrativo, parte do *Código Administrativo* de 1896, de João Franco), indo ao encontro do programa do P.R.P. de 1891, elaborado por Teófilo Braga, que previa uma República assente numa federação de municípios e a nomear, em 25 de Outubro, uma Comissão para a elaboração de um novo *Código* — da qual faziam parte Jacinto Nunes (o paladino do municipalismo dentro do Partido), como seu presidente, Francisco António de Almeida, José Maria de Sousa Andrade, Francisco José Fernandes Costa e António Macieira — que foi apresentado às *Constituintes*, em 15 de Agosto de 1911, por António José de Almeida (ainda que não tenha sido aprovado nem o será nunca, ficando reduzido a um diploma — correspondente a 2/3 do *Código* — sobre a “organização, funcionamento, atribuições e competências dos corpos administrativos”, aprovado por lei do Governo de Afonso Costa, de 7 de Agosto de 1913, que o regulamentou, por uma outra lei de 23.VI.1916). Este malogro do *Código* apresentado às *Constituintes*, por António José de Almeida, terá sido, também, uma grande decepção para Bernardino que, no início de Abril tinha manifestado grande esperanças que viesse a ser publicado ainda antes das próprias *Constituintes*¹²⁶, tanto mais que, sempre que Bernardino teve oportunidade, salientou a importância da descentralização e da autonomia dos municípios para a democraticidade e consolidação da República. Citemos, a título de exemplo, a ênfase que pôs, numa das suas reuniões semanais com a imprensa estrangeira, em Abril de 1911, na informação dada sobre o empenho e voluntarismo com que os municípios se queriam administrar, autonomamente (destacando-se, em toda a parte, o seu cuidado pela higiene, pela instrução e pelos melhoramentos materiais)¹²⁷; na satisfação que lhe proporcionava saber da constituição de “ligas” para o desenvolvimento regional (“no Porto acabava de se criar, com recursos especiais,

[123] Idem, “[O que fez e tem de fazer o Governo Provisório]” (discurso proferido por Bernardino Machado, ministro dos Negócios Estrangeiros, na inauguração dos retratos de Miguel Bombarda e Candido dos Reis, no Centro Republicano Andrade Neves, segundo *O Mundo*, de 5.XII.1910), in *Obras, III. Política, tomo III*, coordenação científica de Norberto Ferreira da Cunha, Edições Húmus Lda. e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2013, p.22. Doravante citaremos esta obra de Bernardino Machado pela sigla *O/III/Política/3*.

[124] “Uma festa democrática no Monsanto. Uma festa democrática. O sr. dr. Bernardino Machado visita o lugar de Monsanto. Faz a apologia de um Governo de união republicana”, in *O Mundo* (Lisboa), Ano 12, n.º 3960, 25.IX. 1911, pp. 1-2.

[125] Idem, “[Medidas a tomar pelo Governo Provisório]” (discurso de Bernardino Machado, in *O Mundo*, de 12.XII.1910, p. 2), in *O/III/Política/3*, 2013, p.33.

[126] “Os Acontecimentos da Semana. Palavras do sr. dr. Bernardino Machado aos jornalistas estrangeiros”, in *O Mundo* (Lisboa), Ano 11, n.º 3742, 1.IV. 1911, p. 5.

[127] “A recepção aos jornalistas estrangeiros. O que disse o sr. Dr. Bernardino Machado”, in *O Mundo*, (Lisboa), Ano 11, n.º 3694, 12.II.1911, p. 2.

a Junta Autónoma das obras da cidade”); assim como não deixou de assinalar, em Fevereiro de 1911, o empenho das Juntas de Paróquia na criação de escolas, cantinas e balneários para crianças, reclamando todas a instrução, inteiramente, gratuita, sem taxas de exames e de certidões¹²⁸, o que indiciava que o tempo do Estado-Providência, todo-poderoso, passara (mas não as obrigações “nacionais” do Estado)¹²⁹.

Manteve-se este interesse de Bernardino pela descentralização e pelas municipalidades nas *Constituintes*? Explicitamente, *não*, ou seja, Bernardino, ainda que interveniente no debate do projecto de *Constituição* — apresentado, em 3 de Julho, por Magalhães Lima, Presidente da Comissão que o redigiu — absteve-se de o fazer, sempre e quando esteve em causa a discussão do papel dos Municípios na estrutura orgânica do Estado. Efectivamente, o supracitado projecto estabelecia que o Poder Legislativo seria exercido por dois órgãos — um *Conselho Nacional* e um *Conselho dos Municípios* (art.6º) — que formavam conjuntamente o *Congresso*, cujos membros seriam representantes da Nação e não dos círculos ou “municipalidades” que os elegeram (art.6º, §1º). Segundo o art.7º, “o *Conselho Nacional* seria eleito por sufrágio directo e o *Conselho dos Municípios* pelos vereadores em exercício à data da eleição, e ambos nos termos e pela forma que a lei determinar”; e no § 1º deste artigo dizia-se: “os membros do *Conselho Nacional* denominam-se Deputados do Povo e os do *Conselho dos Municípios* Deputados dos Municípios. Os primeiros não podiam ser eleitos contando menos de vinte e cinco anos de idade e os segundos menos de trinta e cinco. Cada província elegia, no Continente Europeu, cinco Deputados dos Municípios; nas ilhas adjacentes, cada arquipélago, dois; no ultramar, cada província, um”. O *Conselho dos Municípios* seria eleito por seis anos e sempre que houvesse de se proceder a eleições gerais para o *Conselho Nacional*, o *Conselho dos Municípios* seria renovado em metade dos seus membros (art.17º); competia, privativamente, a este *Conselho* aprovar ou rejeitar, por votação secreta, as propostas de nomeação dos governadores gerais ou comissários da República, para as províncias do Ultramar, e dos juizes do Supremo Tribunal de Justiça (art.18º). Os primeiros deputados dos Municípios seriam em número de 52, eleitos de entre os deputados à *Assembleia Nacional Constituinte* (§1º do art.72º). Como sabemos esta estrutura orgânica municipalista da *Constituição* não colheu os votos da maioria dos *Constituintes*, ainda que o projecto tivesse sido, ampla e longamente, debatido — e por arrastamento a questão do *municipalismo* — por José de Castro, Teófilo Braga, João de Meneses, Djalme de Azevedo, António Maria da Silva, Celestino de Almeida, João de Freitas, Miranda do Vale, Jacinto Nunes, Adriano Pimenta, etc.. Mas sem a contribuição de Bernardino Machado. Aparentemente, é uma abstenção surpreendente. Mas recorde-se que Bernardino Machado, entrevistado, por mais de uma vez, entre Maio e Agosto de 1911, sobre a Lei Fundamental também foi *quase* omissivo quanto ao papel que podiam ter os municípios na estrutura orgânica do Estado republicano: disse que qualquer *Constituição* devia ter em consideração as nossas “tradições políticas” (que, no seu entender, iam no sentido do reforço do poder popular, representado pelo Parlamento); que devia estabelecer o parlamentarismo e o bicameralismo; limitar as prerrogativas do Chefe

[128] Idem, *ibidem*.

[129] Idem, *ibidem*.

de Estado, eleito pelo Congresso (e não, directamente, pelo voto popular), com um mandato temporário e sem o direito de veto sobre o órgão que o elegia; ser uma Constituição amplamente liberal, garantindo a liberdade a todos os cidadãos — “a fórmula mais perfeita da garantia dos direitos individuais” (Julho de 1911) — ter o Poder Executivo dois presidentes (o do Ministério e o da República) e o Congresso, duas Câmaras electivas: uma, a dos Deputados, representativa dos interesses de classe e eleita por sufrágio universal; a outra, o Senado, ser representativa das “corporações administrativas” e “territoriais” (desde a paróquia, aos municípios, distritos e províncias) e, também, da própria Câmara de Deputados, “pelo que não era da opinião que se desse, à Câmara Alta, “exclusivamente, o nome de Conselho de Municípios”¹³⁰. E por aqui se ficou a alusão de Bernardino ao papel dos municípios na organização do Estado republicano.

Ora eu creio que uma só razão justifica que se tenha alheado do debate, em 1911, em volta do papel dos municípios na estrutura orgânica do Estado republicano: a sua descrença num municipalismo, forjado e imposto, de “cima para baixo” e, inicialmente, exercido, por deputados extraídos das *Constituintes*, inquinados dos vícios do antigo regime; e, portanto, uma pseudo-representação municipalista no Congresso. Sem um novo código administrativo, descentralizador e municipalista — pensava Bernardino — o que se pretendia fixar na Lei Fundamental sobre o papel dos Municípios na estrutura orgânica e no funcionamento do Estado, eram meras formalidades legais. Não há aqui, da sua parte, uma manobra dilatória sobre o papel dos municípios na política. Senão vejamos a posição de Bernardino Machado sobre a descentralização, quando fez parte do Senado, a partir de Outubro de 1911, durante os sucessivos governos do “bloco” (republicanos “conservadores” — como disse António José de Almeida — desafectos à facção de Afonso Costa, ao próprio Bernardino e à política do *Governo Provisório*) até à sua ida para o Brasil, como ministro de Portugal, em Julho de 1912. É verdade que durante a vigência dos três Governos do “bloco” (João Chagas, Augusto de Vasconcelos e Duarte Leite) as preocupações políticas de Bernardino Machado se centraram na crítica à inconstitucionalidade de formação desses Governos (por não “saírem” do Parlamento), na defesa da “unidade” do *Partido Republicano*, na continuidade e conclusão da obra do *Governo Provisório* (que tomou sempre como referência matricial e substantiva), na denúncia dos conspiradores anti-republicanos (sobretudo os que estavam instalados além-fronteiras) e na análise das causas do seu aumento e das suas incursões em território português, na crítica à repressão sobre o operariado, em Lisboa, por parte do Governo de Augusto de Vasconcelos (fins de Novembro de 1911) e no subsequente “estado de sítio” que decretou (criando tribunais militares para julgar os agitadores), na severa crítica à precoce fragmentação político-partidária do *P.R.P.* (1912), na defesa da sua honorabilidade moral e política — posta em causa por deputados do “bloco” e ex-dissidentes progressistas, levantada por causa do “caso” Batalha Reis (diplomata que alegadamente teria beneficiado, mas que veio a demonstrar-se ser uma falsidade) — e, finalmente, no seus apelos à implantação de medidas económicas tomadas em defesa dos

[130] Idem, “[Entrevista sobre a futura Constituição da República]” (in *O Mundo*, Lisboa, 20.VII, 1911, p. 1), in *O/III/Política/3*, pp. 184-191.

trabalhadores e à “republicanização da província”. Portanto, a problemática da descentralização é periférica às suas principais preocupações políticas — ou está mesmo ausente destas — durante os Governos do “bloco”. Todavia, se atentarmos nas suas considerações sobre o programa do I Governo Constitucional, verificamos que exorta João Chagas a dar continuidade à obra do *Governo Provisório*, ou seja, ao combate por este feito à reacção clerical, económica e política, através de medidas de *emancipação* e de *republicanização* dos cidadãos, que realizou na província, no município, na paróquia e na família, mobilizando para essa faina, todas as agremiações populares e unindo-as, estreitamente, entre si, de tal modo que o Governo e a autoridade fossem pertencendo, cada vez mais, a cada cidadão. E em meados de Janeiro de 1912, quando a reforma administrativa foi objecto de amplo debate, no Parlamento, Bernardino solicitou ao ministro do Interior, Silvestre Falcão, que se comprometesse, categoricamente, a apresentar na legislatura em curso, o projecto governamental, para discussão e aprovação, tendo-o, informado, Estevão de Vasconcelos, o ministro do Fomento, que o projecto estava já concluído, que lhe parecia que já recebera mesmo parecer da Comissão e estaria para dar entrada na Câmara dos Deputados, o que deixou Bernardino especialmente satisfeito¹³¹. Mas não deixa de ser, à primeira vista, surpreendente que **não tenha participado** no debate sobre o papel do Estado (centralização *versus* descentralização) sobre várias questões agrícolas (como as estações agrárias), que teve lugar no Senado, em fins de Fevereiro de 1912, em que intervieram Malva do Vale e Nunes da Mata (o 1º, abertamente descentralizador; o 2º, a favor da intervenção do Estado); como também nada disse sobre a descentralização e o municipalismo, a propósito de certas reivindicações do Porto, (30.4.1912 e 6.05.1912) em que intervieram, no Senado, entre outros, Malve do Vale e Goulart de Medeiros; e tenha deixado passar, ao lado, o debate sobre a descentralização educativa e colonial (26 e 28.06.1912). Eu creio que há uma explicação simples para este alheamento: o ataque cerrado que lhe foi feito pelos seus adversários do “bloco” e pelos ex-dissidentes progressistas, com o “caso” Batalha Reis e o inquérito às despesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, enquanto o geriu (objectivos com os quais pretendiam liquidá-lo, moral e politicamente, perante a opinião pública).

[131] In *Diário do Senado* (Lisboa), Sessão n.º 21, 11.1.1912, pp. 4, 7-8.

A sua ida para o Brasil, em meados de 1912, afastou-o das lides político-partidárias e quando regressou a Portugal, no início de 1914, foi para formar Governo, a convite do Presidente da República, Manuel de Arriaga. Embora o seu Governo tivesse uma missão específica — propôr uma amnistia (que conseguiu), rever a Lei da Separação (que mal se fez) e fazer eleições (que não fez) — coube-lhe o mérito de ter feito uma proposta de lei orgânica de administração civil das províncias ultramarinas, que foi discutida na Câmara em 22-VI-1914 e que representava a máxima descentralização compatível com o grau de civilização e especificidades das colónias. Já quanto aos municípios, a sua relação com eles não foi pacífica. Com o objectivo de fazer eleições que primassem pela máxima isenção dos intervenientes e salvaguardasse ao máximo a liberdade de voto dos cidadãos; e pretendendo retirar qualquer pretexto de contestação àqueles que denunciavam os governadores civis e os administradores de concelho existentes, como “paus

mandados” dos *democráticos*, por quem tinham sido nomeados, no ano anterior (1913), procedeu à substituição da sua maioria, no que foi pouco feliz, pois, em geral, as suas nomeações foram ao encontro dos desejos do republicanismo conservador e manter-se-ão, muitas delas, pelo ano de 1915 (durante a ditadura de Pimenta de Castro). Estas substituições são passíveis de uma leitura ambígua: ou, para Bernardino Machado, a questão municipalista, considerada “de baixo para cima”, tornara-se secundária, face às exigências de paz entre os partidos republicanos; ou Bernardino Machado, ao ceder ao republicanismo conservador, suspeitava do “facciosismo” das nomeações de administradores e governadores civis feitas pelo Governo democrático, no ano anterior. Há ainda uma outra interpretação a considerar: embora Bernardino tenha substituído os governadores civis nomeados pelo Governo anterior de Afonso Costa, recomendou aos novos governadores que apenas fossem substituídos os administradores de concelho que eram contestados pela população local. Não me parece que fosse critério de fácil discernimento, mas o que, afinal, prova é que a principal preocupação de Bernardino Machado — como a de muitos outros republicanos — passou a ser a defesa do regime, mesmo que isso implicasse o recurso a uma política centralizadora. E o futuro — não só nele, mas nos demais republicanos — acentuará essa tendência. A chamada “realidade” postergará, para segundo plano, o sonho municipalista, mas não a suas simpatias pelo “regionalismo”, que emerge na década de 20, onde todavia compartilhavam o mesmo palco, os correligionários de um nacionalismo anti-democrático e organicista e os de um sincero aprofundamento da descentralização política.

3.



3. Saídos das Choças

Nota Prévia - As Choças

Não se façam confusões. Não há qualquer intuito depreciativo no título deste trabalho. Não é a gente enfarruscada e faminta, – de pão e de sangue – emergindo dos seus tugúrios que ele se refere. Antes ao enquadramento e organizações populares, as genuínas obreiras da República em Portugal. Conforme transparece das cartas ao diante transcritas, muito embora o seu subscritor, ou por receio ou por ignorância, não chame (passe a expressão) *os bois pelos nomes*.

As *choças* eram as unidades de base em que se estruturava a Carbonária Portuguesa, cuja chefia – a *Alta Venda* – desempenhavam, no ano decisivo de 1910, Luz de Almeida, Machado dos Santos e António Maria da Silva. Dava-lhe corpo gente tão díspar como trabalhadores oficinais, empregados de escritório, lojistas, caixeiros, operários fabris ou da construção civil, jornalistas, pequenos proprietários ou funcionários públicos e (em menor escala) professores primários, médicos e advogados; a revolução estava em ponto de marcha quando também a Carbonária logrou subverter oficiais de baixa patente, sargentos e praças.

Era muito o ambiente das tabernas e das vielas dos bairros da Lisboa mais pobre. O trabalho conspirativo incluía a politização dos seus membros e os republicanos davam a mão aos anarquistas, estes os temidos fabricantes de bombas artesanais – a “*artilharia civil*” de tanta utilidade no contrariar das movimentações militares nos dias 3 e 4 de Outubro.

Aquando da implantação da República, a Carbonária contaria, em todo o País, talvez uns 34.000 militantes. Dois terços dos quais em Lisboa e no Barreiro, Almada e Setúbal. Era o bastante. Se a revolução triunfasse na Capital, dizia-se com desdém, alastraria ao resto de Portugal “*por telegrama*”.

Por isso a leitura das cartas que seguidamente se faz poderia nunca discordar da tese de Vasco Pulido Valente, exposta no seu *O Poder e o Povo*: em 1910 o País não queria a República; o “*democratismo republicano*” era apenas “*a expressão ideológica da vontade revolucionária da pequena burguesia urbana*”.

Mas a leitura de *A Carbonária em Portugal (1897-1910)*, de António Ventura, é igualmente recomendável para quem melhor queira entender a génese, a disciplina e a actividade desta que conseguiu incutir - a uns veneração, a outros o terror, de norte a sul do estertor da Monarquia e da permanente conturbação da I República.

Um Breve Apontamento sobre o Autor das Cartas

Quem era Alfredo Guimarães? Talvez não seja difícil descobrir dados mais relevantes sobre o signatário das cartas enviadas ao 2º Visconde de Pindela (Vicente Pinheiro) ao diante transcritas e comentadas. Mas, verdade seja dita, entre tantas pesquisas bibliográficas e averiguações junto dos mais consagrados sabedores desta matéria, nada e ninguém foi capaz de ajudar. A este Alfredo Guimarães se chega por caminhos ínvios, quiçá erróneos. Alguns apontados pelo próprio. Quais sejam os seguintes:

O negócio de antiguidades, o coleccionismo de bricabraque, estavam seguramente entre os seus afazeres. Porventura não nascera em Lisboa, mas aí residia habitualmente, na Rua Cruz dos Poiais. Era, em Outubro de 1910, funcionário do Ministério dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Com razoável desafogo financeiro, casado e pai de uma filha, e conhecimentos e amizades nos círculos políticos e literários, culturais o bastante. Neles talvez tivesse sido introduzido pelo Conde de Arnoso, Bernardo Pinheiro. A não profissão de fé republicana adivinha-se em Alfredo Guimarães. O mesmo o refere, numa destas cartas, frequentava a Havaneza, onde os janotas – os “rapazes” – usavam chapéu alto ou nem tanto, fumavam *cigarettes* e produziam muita “conversa fiada”.

Se não observou da sua janela os acontecimentos de 5 de Outubro de 1910, chegou a Lisboa logo de seguida. A tempo de os relatar, ainda frescos, ao Visconde de Pindela – vindo de Berlim directamente para V. N. de Famalicão – nas duas extensíssimas cartas objecto deste trabalho. Mas então, mais precisamente, sobre Alfredo Guimarães:

Em *O Espírito e a Graça de Eça de Queiroz*, de Luís de Oliveira Guimarães¹, conta-se um episódio acontecido já na recta final de Oitocentos, quando o romancista, chegado de Paris, fez luz aos amigos, na residência do Conde de Arnoso, à Lapa, sobre alguns trechos da sua novidade *A Cidade e as Serras*. Presente estava «um indivíduo muito conhecido em Lisboa (...), grande amador de coisas de arte, negociando mesmo, mais ou menos ostensivamente, em bricabraque» que pediu ao anfitrião «a honra de assistir (...) e de conhecer pessoalmente Eça de Queiroz». Sobremaneira enlevado com a leitura acabada de ouvir, propôs-se oferecer ao autor «duas cadeiras D. João V», segundo o próprio «duas preciosidades».

A dádiva, parece, nunca chegaria a concretizar-se. Arnoso ainda recordou ao seu convidado a aludida promessa mas este – tratando-o por Senhor Conde – saiu pelo buraco mais esconso, justificando-se com a pequenez dessas peças ante a magnitude da obra a que fora apresentado em primeira mão. A ocorrência suscitaria, naturalmente, jocosos comentários de Eça. E o refractário é identificado como «de nome Alberto Guimarães».

[1] Edição Romano Torres, 1945, pág. 82 e ss. O mesmo episódio é mais abreviadamente narrado, também por Luís de Oliveira Guimarães, em *O Conde de Arnoso (Conferência pronunciada no Paço Ducal de Vila Viçosa na tarde de 16 de Julho de 1956)*, edição da Fundação da Casa de Bragança, 1958, pág. 22 e ss.

A mencionada compilação dos queirosianos aforismos contem, por vezes, algumas imprecisões ou exageros. Alfredo Guimarães estaria então ainda em maré de se instalar socialmente nos menos acessíveis salões lisboetas. Mas quaisquer dúvidas sobre o caso se esvanecem pelo próprio

Eça, em carta de 1899 (não datada) remetida de Paris para o Conde de Arnoso: «(...) *as duas famosas cadeiras do Guimarães. Mas virão elas jamais, essas cadeiras? São duas realidades com palhinha e pernas? São duas hipóteses com ilusão e fumo?*». A missiva está publicada na *Correspondência* editada pela *Livros do Brasil* e em nota de rodapé diz-se: «*Alusão a duas cadeiras do tempo de D. João V que o colecionador Alfredo Guimarães ofereceu a Eça de Queiroz*».

Ofereceu? Terá realmente oferecido? Aí está o que ora não interessa averiguar. Assente fica a inclinação de Alfredo Guimarães para as antiguidades e concomitantes mercancias.

E é certo haver distinguido, em 1907, o 2º Visconde de Pindela com o préstimo de uma gravura retratando «*Beresford, Conde de Trancoso*», conforme o beneficiário dava notícia ao seu amigo António Feijós² em carta que leva a supor ambos conhecerem perfeitamente o personagem. Já haveria, assim, mais intimidade. Aliás, em uma outra (do Arquivo da Casa), esta dirigida à Viscondessa D. Maria Amália, sua Mulher, a 28 de Maio de 1893, Vicente Pinheiro refere a determinado passo: «*O Alfredo Guimarães vai mandar para aí o pote*», certamente mais uma peça a embelezar a Casa. E, em 1910, nas aludidas missivas a Pindela, a forma de tratamento utilizada é um familiar «*Vicente*».

Consabidamente, ante o triunfo da República – e não obstante a insistência de Bernardino Machado para ficar – o Visconde de Pindela fez as malas, fechou a Legação portuguesa em Berlim e veio para a sua Casa, onde permaneceu até à mortes³. Mas ao seu atento ajuizar faltava o presenciar dos factos ou um registo fiel dos mesmos. É o que o prestável Alfredo Guimarães tentará na sua correspondência ora divulgada, ainda atordoado embora, com as novidades do fim de um grande ciclo histórico.

A Primeira Carta

Em folha larga, de boa qualidade, Alfredo Guimarães esboça ao correr da pena, sem quaisquer preocupações literários, a Lisboa da Revolução. Assim:

«16-10-910

Caro Vicente

Desde que cheguei que todos os dias tenciono escrever-lhe; mas chega a noite, sem ter tido

[2] In João Afonso Machado, *Minhotos, Diplomatas e Amigos – A Correspondência (1886-1916) entre o 2º Visconde de Pindela e António Feijó*, ed. DG Edições, 2007, pág. 178.

[3] João Afonso Machado, *O Morgadio de Pindela*, ed. do Autor, 1999, pág.

tempo nem cabeça para me entregar a essa agradável tarefa. Falta-me o tempo, sempre todo é pouco, para tratar da minha pobre vida, que tudo isto desorganizou e atrapalhou por completo – não tenho tido cabeça porque a cada momento o que me contam e o que vejo me perturba o espírito, ora desarrumando-me, ora enfurecendo-me e desesperando-me.

Principiemos pelo princípio. Eu quero dar-lhe a minha impressão das coisas desde que cheguei a Lisboa, até o dia em que concluir esta carta, que pelo que vejo terá de ser longa e feita por etapas.

A revolução foi uma farsa indigna, que V. mais ou menos conhece. Esses heroísmos de que se falava, tudo mentira... tudo. Exceptuando o Couceiro que andou bem e que tomou proporções de herói, porque tudo ao redor dele foi vil e pusilânime, porque afinal ele não fez mais do que cumprir o seu dever».

Não avancemos por ora mais. *Principiando pelo princípio*, na instauração da República em nada se viram atitudes grandiosas. Muito ao invés, mandou o acaso, a indefinição, o puro andar da roda da sorte. Numa imensa sucessão de lances caricatos, quase todos resultantes da cobardia de militares, pode dizer-se – renegados. Encurtando razões, a revolução deveu o seu sucesso ao clima de terror instalado nos espíritos após o Regicídio, à determinação da Carbonária e à firmeza de um homem – Machado dos Santos – conhecedor de quão frouxas eram as forças supostamente fieis à Monarquia.

No tocante a estas últimas, a excepção residiu, efectivamente, no capitão Henrique de Paiva Couceiro, o comandante das baterias a cavalo de Queluz. E em outros poucos oficiais, alguns dos quais pereceram no desempenho das suas funções. Lá chegaremos... Devolvamos, entretanto, a palavra a Alfredo Guimarães:

«O resto foi odioso, infame. Traições sobre traições, cobardia, sobre cobardia; parece que estavam todos apostados em qual se havia de mostrar mais porcamente ignóbil! Que da parte dos monárquicos o espectáculo foi degradante e abaixo de tudo o que se deve imaginar, sabe-o o Vicente, porque o sabe toda a gente, mas os outros, os vencedores, que intrujões, que farsistas! Não morreram ao todo dez! Os mais que fizeram alguma coisa foram as duas dúzias de populares que entraram a dar o sinal no quartel do 16, para resolverem os soldados a sair para a rua – o resto comédia, pura comédia».

Há imprecisões, historicamente averiguadas depois. Morreu mais gente. E «populares», além de o quantitativo referido na missiva dever obedecer a um propósito redutor e menosprezante, é um termo vago, a tal omissão de Alfredo Guimarães (desconhecimento ou medo?) das milícias civis

da Carbonária. Na madrugada de 4 de Outubro, o início da revolução, muitas centenas de carbonários disseminavam-se em grupos pelas ruas escuras de Lisboa, tolhendo a actuação das tropas e, sobretudo, as comunicações entre as forças monárquicas. Uma vez mais - a eles se deve a implantação da República⁴.

Refira-se, a propósito, dos dez regimentos que compunham a guarnição militar da capital, sete estavam infiltrados e sob a manipulação da Carbonária. De confiança para a Coroa permaneciam apenas os elitistas Lanceiros 2 (os “Lanceiros d’El-Rei”) e Cavalaria 4, além de Infanteria 1, a quem competia usualmente a guarda do Paço Real das Necessidades⁵. E a temida Guarda Municipal, a cavalo ou apeada.

Quis o destino, essa madrugada o primeiro regimento a ser inquietado fosse Infanteria 16, à Estrela, a unidade mencionada por Alfredo Guimarães. Apesar do alerta de prevenção geral superiormente decretado, os oficiais dormitavam ou jogavam às cartas. Os carbonários “residentes” (três cabos e três soldados) invectivaram as praças à adesão aos revoltosos, assaltaram o paiol e distribuíram armas. Lograram cerca de 100 adesões entre os mais de 300 homens que integravam o contingente. Já por essa altura os portões do quartel eram abertos a Machado dos Santos, à frente de uns 150 civis armados. Alertada pelos “Vivas!” à República, a oficialidade assomou às janelas dos quartos, quis vir à parada, mas foi recebida a tiro pelos insubordinados. Assim morreu o comandante da unidade, o coronel Celestino da Costa, e o capitão Barros, seu ajudante-de-campo. Registaram-se mais três feridos e os restantes oficiais, em lugar de lançarem o alerta pelo telefone, optaram por se encaminhar, pacificamente, para o primeiro posto da Guarda Municipal. Todavia, o comandante desta, – a Guarda Municipal era chamada a «*guarda pretoriana*» da Monarquia! – general Malaquias de Lemos, informado do sucedido, declarou nada fazer por não dispor de «*ordens superiores*»!!!⁶.

No entanto, não foi fácil a Machado dos Santos trazer para a rua os revoltosos, sabedores de que a Municipal andaria nas imediações. Quando, por fim, conseguiu os seus intentos, os oficiais regressaram ao quartel onde ajuntaram quatro pelotões e foram guarnecer as Necessidades. Grande número de armas e munições nem foi retirado do paiol e a estas movimentações seguiu-se o esvaziamento, o abandono total de Infanteria 16, assim *deixada às moscas*, de portas escancaradas⁷!

A «*comédia*» refinaria, noite fora:

«Pois se não houve a mínima resistência da parte dos monárquicos?! *Se todos ou porque eram conspiradores (e esses eram a maioria) ou por cobardia não se bateram, davam ordens em contrário às que recebiam dos comandantes; ou as sustavam ou atrasavam sem as dar, ou as entregavam a torto e a direito, ou fugiam! Duas ou três vezes as tropas que*

[4] Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, ed. Círculo dos Leitores, 1999, pág. 104.

[5] Idem, pág. 86.

[6] Cfr. depoimento do filho do coronel Celestino da Costa in Joaquim Leitão, *Diário dos Vencidos (O 5 de Outubro visto pelos monárquicos em 1910)*, reed. Aletheia Editores, 2010 (com prefácio de Vasco Pulido Valente), págs. 40 e 41.

[7] Pulido Valente, obra cit., pág. 98.

guarneciam a Rotunda, por parte dos revoltosos a abandonaram quase completamente, tornando-se fácil desbaratar os poucos soldados que lá ficaram comandados por um curioso. Pois não houve uma companhia (isso bastava) de infantaria que atacasse aquela posição!! Uma das vezes houve verdadeiro pânico: os revoltosos considerando-se perdidos, abandonaram a Rotunda (à exceção de uma dúzia), a infantaria do 16 correu em doida para o quartel – a fugir, e que não de fazer os poucos oficiais que lá tinham ficado por não quererem aderir à revolução? Quando os viram perto do quartel, se deviam de deixá-los entrar e fechar-lhes as portas, receberam-nos a tiro obrigando-os a voltar para a Rotunda – onde eram toda a protecção dos poucos artilheiros que lá tinham ficado! Que heroísmos podiam praticar estes homens se os não atacaram nunca?»

Alfredo Guimarães, mencionando os «monárquicos», pensa sem dúvida nos militares. E, destes, a maioria não era conspiradora. Também não seria – e esse o problema – convictamente monárquica. Havia muitos conspiradores entre os oficiais de média e baixa patente. A maioria, contudo, optou por se declarar «neutral» e aguardar serenamente pelo desfecho das operações para tomar o partido dos vencedores, o favorável às suas carreiras. Já no apogeu das velhas glórias africanistas, depois da morte d’El-Rei D. Carlos, a tropa era essencialmente a burocracia, a repartição, a completa ausência de experiência de combate⁸. Daí as facilidades encontradas pelos revolucionários e uma República em que nem os próprios republicanos acreditavam.

Conforme Pulido Valente – a reforçar Alfredo Guimarães... - desde início das movimentações de tropas fieis, no Quartel-General instalado no Rossio «reinou a maior das confusões. De tenentes a generais, toda a gente pontificava e dava conselhos contraditórios, mas aparentemente ninguém mostrava muito empenho em descer à rua»⁹.

Aliás, retomando o curso dos acontecimentos, após a saída dos revoltosos de Infantaria 16, o capitão da Guarda Fiscal Afonso Palla, acompanhado de 17 cabos e sargentos da comissão revolucionária – e contando sempre com a negligência da oficialidade face à prevenção decretada – facilmente se apoderou do regimento de Artilharia 1, em Campolide, para onde se dirigiu, entretanto, o grupo de Machado dos Santos e, finalmente, o capitão Sá Cardoso, que assumiu o comando das forças. Convidados a aderir ao movimento, os oficiais artilheiros recusaram, prometendo, porém, permanecer «neutros», retidos no quartel à guarda de 12 civis^{10!!!}

Mas não se verificaram outros distúrbios nas restantes unidades, ressalvando o caso dos marinheiros, em terra (o Tenente Ladislau Parreira fez entrar no quartel os carbonários civis que o ocuparam) ou a bordo dos navios de guerra surtos no Tejo.

Os insubordinados intentaram então assaltar o Paço das Necessidades e o quartel do Carmo,

[8] Idem, pág. 94.

[9] Idem, pág. 105.

[10] Idem, pág. 99.

o bastião maior da Municipal. Mas esta saiu-lhes a caminho, na Estrela, e rapidamente Sá Cardoso optou por não se separar de Palla, avançando em conjunto para o Rossio, contra o Quartel-General.

Uma vez mais a Municipal carregou sobre eles na Rua Alexandre Herculano. Salvaram-nos a «artilharia civil» dos carbonários anarquistas – bombas de mão, carregadas de pedaços de metal que, explodindo no chão, aterrorizavam ou dilaceravam os cavalos¹¹.

Assustados, pouco acreditando já, os chefes republicanos decidiram entrincheirar-se na Rotunda.

Ainda assim, gabou-se Machado dos Santos, – um comissário naval de 2ª classe! - na descida da Rua Alexandre Herculano, as suas douradas e reluzentes dragonas apavoraram muitas praças, imaginando que a «coluna revolucionária era numerosíssima, pois à sua frente vinha... um oficial general!»¹².

De trechos assim picarescos se ia fazendo a República!...

Postados na Rotunda (onde as oito peças trazidas de Artilharia 1 se revelaram preciosas), Machado dos Santos arriscou avançar para o Carmo. Mas foi rapidamente retido pelo fogo da Municipal. Esta, por seu turno, perseguindo-o, baqueou ante os canhões de Palla¹³.

Seriam 5 horas da manhã do dia 4. O que restava dos insurrectos de Infantaria 16, ainda pouco depois sofreu uma carga da Municipal, no Largo de S. Roque¹⁴. Após o que se gerou o impasse.

E com ele a deserção de civis e militares. Não aproveitada pelas tropas fieis à Monarquia que sitiavam a Rotunda onde já só sobravam umas 100 praças e cerca de 50 paisanos¹⁵.

Julgando a revolução perdida, o seu principal chefe militar, o almirante Cândido dos Reis, suicidou-se. Essa a notícia chegada ao alvorecer a Machado dos Santos e afoitamente ocultada para que não mais esmorecessem os revoltosos¹⁶. Porque até Sá Cardoso e Palla e a demais oficialidade republicana tinham desistido.

É de Hermano Neves, um jornalista presente na Rotunda, a espantosa visão das circunstâncias – constatavam os hierarcas rebeldes, «se fossemos única e simplesmente soldados, ficávamos. Como oficiais, não devemos arcar com as responsabilidades do que possa acontecer»¹⁷!!!

O capitão Sá Cardoso, contabilizando as forças em confronto, a enorme desproporção entre elas, também concluiu: «A resistência é inútil e é crime sacrificar sem vantagens as vidas de todos os que

[11] Idem, pág. 102.

[12] In Ernesto Rodrigues, *5 de Outubro, uma Reconstituição*, ed. Gradiva Publicações, 2010, pág. 112, onde se contem esta narrativa.

[13] Pulido Valente, obra cit., pág. 102.

[14] Ernesto Rodrigues, obra cit., pág. 132.

[15] Pulido Valente, obra cit., pág. 102.

[16] Idem, pág. 103.

[17] Hermano Neves, *Como triunfou a República*, reedição fac-similada da Livraria Letra Livre, 2010, pág. 122.

*ali estão»*¹⁸.

E fugiu. Como ele, muitos. O capitão Palla para Espanha...

Ficaram os revolucionários autênticos. Os ajuramentados das choças. Muito poucos, sentindo nada ter a perder. Machado dos Santos - o «curioso» a que na carta alude Alfredo Guimarães - encarou serenamente a hipótese do suicídio. A derradeira esperança residia no desembarque dos marinheiros, nos dois fogos entre que o Quartel-General no Rossio seria colocado¹⁹.

Como se disse, a oportunidade foi desprezada pelos comandos das tropas fieis. Nada aconteceu, sequer o episódio narrado no termo deste pedaço da carta, acerca de um suposto regresso ao quartel dos sublevados de Infanteria 16.

E prossegue Alfredo Guimarães:

«Esse tal Machado dos Santos (o curioso que comandava os revoltosos) chamam-lhe o herói dos heróis, porque das várias vezes que tudo fugiu da Rotunda, não porque fossem atacados, mas por pânico – não quis ele fugir e lá ficou com meia-dúzia, a fazer medo aos monárquicos! O Couceiro é que lhe mandou ainda alguns tiros, mas acabaram-se-lhe as munições e mesmo que assim não fosse, retirava na mesma porque recebeu *uma ordem superior para cessar o fogo!!!*»

«*A fazer medo aos monárquicos!*». Nada mais acertado! As horas do dia 4 iam-se somando e, perante a imobilidade das forças supostamente leais ao Rei, recompunha-se a confiança entre os revoltosos. Os fugitivos tornavam à Rotunda. Ao princípio da tarde já lá estavam para cima de 1500, incluindo muitos desertores de outros regimentos. Nas ruas da cidade a Carbonária circulava livremente, praticava emboscadas, estabelecia barreiras, controlava o trânsito de pessoas e veículos²⁰.

É bom se esclareça, existia um «*plano secreto*» de defesa, da autoria do general Sebastião Teles, à data (em 1909) Ministro da Guerra, e do tenente-coronel José Joaquim de Castro, neste Outubro o Chefe do Estado-Maior da Divisão, logo chegado ao Rossio para dirigir as operações²¹. Mas o dito «*plano*» - tão «*secreto*» que efectivamente era desconhecido de quase todas as altas patentes – previa apenas a ocorrência de uma insurreição civil, não de um levantamento militar em que, apesar de tudo, oito peças de artilharia estavam nas mãos dos revoltosos.

Era obra de académicos, produto de laboratório, inútil não se verificando absolutamente os pressupostos em que assentava²². Daí o impasse, o desnorteamento que perpassava

[18] Ernesto Rodrigues, obra cit., págs. 140 e 141.

[19] Ernesto Rodrigues, obra cit., págs. 140 e 141.

[20] Pulido Valente, obra cit., pág. 104.

[21] Ernesto Rodrigues, obra cit., pág. 140, e Joaquim Leitão, obra cit., pág. 254 (onde se reproduz uma carta do tenente-coronel José Joaquim de Castro ao Autor).

[22] Pulido Valente, obra cit. pág. 104.

o Quartel-General, cá em baixo no Rossio, onde estiolavam ao sol dois regimentos inteiros – Caçadores 5 e Infanteria 5. Ao fim dessa fatídica manhã, uma resolução enfim do general Rafael Gorjão («*uma nulidade burocrática notória*», chama-lhe Pulido Valente), o Comandante da Divisão Militar de Lisboa: avançar sobre as já bem nutridas e protegidas forças da Rotunda. As quais, dali não saindo, mal algum provocariam. O general esquecia completamente os marinheiros à solta e o risco de que os cruzadores e os respectivos canhões caíssem na sua alçada²³...

E para o assalto à Rotunda eram necessárias as baterias a cavalo de Queluz. É neste ponto que entra Paiva Couceiro. Sigamos o seu percurso.

A noite de 3 de Outubro passava-a em Cascais o capitão Henrique de Paiva Couceiro, em vilegiatura na residência do seu sogro, o Conde de Paraty. Pelas quatro da manhã recebeu um telefonema informando-o dos acontecimentos e solicitando a sua presença no aquartelamento de Queluz, cuja artilharia seria a derradeira esperança da Monarquia. Rapidamente se fardou e apanhou um comboio para onde o chamavam. Não logrando transporte além de Paço de Arcos, seguiu a pé daí até ao seu destino, onde chegou pelas 9 horas.

[23] Idem, pág. 105.

Era aguardado com ansiedade. Disponibilizaram-lhe uma bateria composta por quatro peças a quatro carros, municada para 250 tiros, todos os que havia no paiol. Missão: defender o Paço das Necessidades, para onde já encetara a marcha. Foi nessa direcção que Paiva Couceiro saiu a galope, no seu cavalo, Estrada de Benfica fora, temendo sempre chegar tarde, não a tempo de evitar outros lhe tirassem o governo das operações.

Quando, pelas 11 horas, alcançou a bateria, deram-lhe conta de que a mesma se encontrava às ordens do coronel Alfredo de Albuquerque, ajudante-de-campo d'El-Rei e o comandante de Lanceiros. Tinha consigo, também, uma brigada de Cavalaria e uma força de Infanteria 2. Só não tinha era tomado, ainda, qualquer iniciativa bélica...

Couceiro foi rápido nas suas decisões. Ao meio-dia, a bateria de Queluz e uma coluna de infantes, pouco mais de cem, posicionavam-se nas imediações da Penitenciária, num alto propício a fogo sobre a Rotunda. Mas na troca de tiros que se seguiu, foram muitas as suas praças, ainda recrutas, a fugir desabridamente.

Eram as bocas de fogo da Rotunda e de Artilharia 1. O tiroteio de parte a parte durou quase uma hora. Os republicanos fraquejavam, mas o pequeno contingente de infanteria ao dispor de Couceiro foi insuficiente para os desalojar enquanto a artilharia monárquica demonstrava a sua eficiência.

Houve oficiais com ele que nunca saíram de trás dos muros de protecção. Couceiro, apeado,

furioso, chegou a ver-se apenas com um tenente (o corajoso Ferreira Viana) e 20 praças, dispostas em atiradores, no ataque ao reduto inimigo. O restante debandara. E com tão pouca gente era pura loucura. A cavalaria já retirara. Mandou pedir reforços. E o general Carvalhal, em boa verdade o supremo comandante da Divisão²⁴ - nomeado por Machado dos Santos, uma vez que o general Gorjão recusou a rendição! - ordenou retirasse também... Ao anoitecer chegava a sua bateria ao Largo de S. Domingos, onde se instalara o Quartel-General.

Ficou então incumbido de prevenir um eventual desembarque de marinheiros no Terreiro do Paço. O tempo passava, os militares mostravam-se cada vez mais sensíveis ao assédio dos carbonários civis, a animá-los a desertar. E uma nova ordem surgiu: que fosse bombardear a Rotunda do alto do Torel. Amanhecia o dia 5. Couceiro deu voz de marcha à bateria. Esgotou as suas munições, semeando a desordem e o medo entre os republicanos. Mandado regressar ao Quartel-General, novamente, os “*Vivas!*” à República multiplicavam-se e os paisanos abraçavam-se aos soldados. O armistício pedido por um diplomata alemão para evacuar os seus nacionais, a bandeira branca subindo a Avenida para esse efeito, a multidão «*fraternizando*» já... era o fim da Monarquia! O general Gorjão reuniu os comandantes das unidades para lhes dar conta disso. Queria que assinassem uma acta. Couceiro recusou e redarguiu – estava ali para combater, não para assinar actas. Fez seguir a bateria para Queluz, daí para Sintra e para Mafra, a ver se encontrava ainda o seu Rei²⁵...

[24] Rui Ramos, in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, ed. Circulo de Leitores, 1994, vol. VI, pág. 396.

[25] Ernesto Rodrigues, obra cit., pág. 159 e ss, onde se contem a narrativa de Carlos Malheiro Dias sobre a acção de Paiva Couceiro.

Esta, resumida mas não tanto quão Alfredo Guimarães a refere, a valorosa intervenção de Paiva Couceiro. Volvamos à carta daquele:

«Para V. fazer bem ideia do que foram os desaires dos revoltosos, vou-lhe contar um episódio da revolução. Uma criada nossa tem um sobrinho de 15 anos. Na quarta-feira da revolução apanharam o rapaz para os lados da Praça da Alegria, meteram-lhe uma enorme espingarda nas unhas, afivelaram-lhe um revólver à cinta e levaram-no cheio de medo para a Rotunda, onde uma dúzia de soldados guarneciam as peças e grande porção de populares fazia enorme vozearia. Chegados ali, um que parecia chefe apontou ao pequeno um cesto e disse-lhe: “se quiseres comer ali há bacalhau, pão com carne e queijo – se quiseres carne pede àquele, que ali anda em baixo e se vires chegar algum desses malandros dos monárquicos atira-lhe sem dó...”. O rapaz não quis ouvir mais nada, desatou a comer *beefs, pois de bacalhau estava ele farto e de vez em quando atirava para o ar, para se divertir e porque assim lhe tinha recomendado um dos chefes: “é preciso dar tiros rapaz, para assustar essa canalha”. Inimigos nunca os viu e no fim de dois dias, morto de sono esperou um momento propício, encostou a espingarda a uma árvore e raspou-se com o revólver».*

A peripécia é perversa mas credível. O rapaz foi mais um arrebanhado e armado pela Carbonária. Os seus chefes lá se encontravam na Rotunda. A multidão também, gente que

à vontade entrava e saía. De início hesitantes, como se viu, fugindo depois, em face das escassas investidas monárquicas. Mas o arraial instalara-se. As deserções passaram a verificar-se de fora para dentro. Tudo se assemelhava a uma feira, tanto mais que ali habitualmente se realizava um mercado e sobravam ainda algumas barracas com enchidos e vinho. Ia-se à Rotunda por comida e notícias e regressava-se fornecido das mesmas. A catraíada assaltava lojas onde roubava armas e munições destinadas ao acampamento rebelde e o mulhierio servia água e cuidava dos feridos. Petiscava-se, bebia-se e cantava-se, animadamente já²⁶... O próprio Machado dos Santos escreveu - «quase todos os maçons e carbonários que não puderam desempenhar as missões de que estavam encarregados, convergiram para a Rotunda: Malva do Vale [do Directório do Partido Republicano] e António Maria da Silva [co-fundador da Carbonária] vinham várias vezes trazer-me notícias do que por lá fora se ia passando»²⁷.

O burlesco não fica por aqui:

«Um amigo meu, Dr. *Anahory*, que mora ao pé do quartel da municipal dos Paulistas, viu, sem haver para isso motivo algum, e só porque chegavam rumores desfavoráveis à causa monárquica, oficiais superiores entregarem as espadas a simples cadetes que lhas não queriam aceitar protestando que não tinham patente para isso e a que eles objectavam: “mas é o mesmo, o Sr. é republicano, não é? Então está muito bem, eu rendo-me e aqui está a minha espada”. Num dado momento ouviu-se uma voz gritar: lá vêm eles e desatou tudo a fugir para o quartel onde se entregaram à meia dúzia de revoltosos, que a isso os intimou!

No Rossio as tropas fieis estiveram 36 horas sem comer, por fim mortos de fraqueza aceitaram comida e bebidas que os populares lhes levaram aconselhando-os a que se rendessem nas barbas dos oficiais, mortos por se entregarem. De repente começaram a dar vivas à República».

O Dr. Anahory – decerto o pacato Dr. Isaac Jaime Cardozo Anahory²⁸ – era de uma família judia, ainda de religião, financeiramente sem desleixos e há muito radicada em Lisboa. O peso da idade ainda não o atingira e as questões políticas com certeza passavam-lhe ao lado. O que viu e relatou tem, por isso, o carimbo da isenção e um atestado de vergonha relativamente ao procedimento de tantos «*oficiais superiores*». Grassava já o pavor entre as unidades da Divisão lisboeta, como o referido quartel da Municipal à Calçada do Combro. E se «*eles*» vinham aí, a revolução era, enfim, triunfante. Há uma outra atitude que melhor ilustra a falta de escrúpulos de quantos militares – a do tenente-coronel Sande, de Caçadores 5, avançando de braços abertos para o povo, no Rossio; na manhã do dia 5, adiantando-se às praças (também elas a bandearem-se para o outro lado...), depois de lançar ao chão a bandeira realista e a sua espada, ávido dos aplausos da multidão²⁹...

[26] Pulido Valente, obra cit., pág. 104.

[27] In Ernesto Rodrigues, obra cit., pág. 144.

[28] José Maria Abecassis, *Genealogia Hebraica*, ed. Autor, 1990, vol. I, pág. 362.

[29] Joaquim Leitão, obra cit., pág. 95.

Esta recta final dos dois dias em que Portugal se transfigurou merecem uma elucidação adicional. Realçou-se já, a rua era da Carbonária. Do cimo da Rotunda, Machado dos Santos, o homem da Revolução, afinal um estratega da mais requintada classe, intuiu a facilidade e o proveito de minar as tropas inimigas, postadas no Rossio. Eram elas, já se disse, os regimentos de Caçadores 5 e Infanteria 5. Este último acobertava 9 oficiais, 18 sargentos e 4 cabos carbonários. Entre os quais o tenente José Ascensão Valdez que, ciente de nada poder fazer de imediato, passou o tempo a desmoralizar os seus subordinados e a encorajar a multidão aderisse e forçasse as praças a aderirem à República. Não tardou, sentiu-se à vontade para também assim proceder em relação aos sargentos e demais oficiais³⁰. Deste modo a deliberação foi comunicada ao Estado-Maior: Caçadores 5 e Infanteria 5 não se bateriam se os marinheiros desembarcassem no Terreiro do Paço. Ia-se no alvorecer do dia 5. Enquanto Couceiro “trabalhava”, a tal chegara o palavrorio entre oficiais, sargentos e praças dos regimentos com que a monarquia contava e os magotes de gente acumulados no reduto monárquico³¹.

Era o resultado das directivas de Machado dos Santos que aproveitou a marcha do diplomata germânico para descer ao Rossio tentando fundir povo e militares numa só massa ululante e republicana. A meio da Avenida era puxado abaixo do cavalo e trazido em ombros, descomposto, os colarinhos soltos e uma dragona perdida. Foi assim que se apresentou aos generais da Monarquia, cuja rendição exigiu. Às 9 da manhã, a República era proclamada por José Relvas da varanda dos paços do Concelho³².

Tudo isto se ficara devendo a muito mais:

«Do Malaquias já deve saber pelo Bernardo, no campo entrincheirado onde quase não houve munições, porque quem as distribuía dando-as a rodos aos revoltosos deixando as tropas que supunham leis – quase sem elas, era o General Barreto, hoje ministro da Guerra – e antes da revolução era o *Director da fábrica de pólvora e munições do exército!! No campo entrincheirado, repito, o comandante Elvas Carneira – declarou-se neutral!!*».

O mencionado Bernardo era o Conde de Arnoso, irmão mais novo do destinatário da missiva.

E o «Malaquias», o general Filipe Malaquias de Lemos, comandante da Guarda Municipal. Acerca dele, peremptoriamente, em entrevista ao *Correio da Manhã*, afirmou o capitão Martins de Lima – um dos raros de quem a Monarquia se pode orgulhar, combatente até ao fim, - apenas isto: «a República deve-lhe muito»³³!

Já atrás se enunciaram as contadas investidas da Municipal. Sem dúvida, ímpetos de coragem, logo tornados estéreis ou pelas bombas artesanais dos carbonários civis ou por falta de apoio de infantas e das metralhadoras. Na inacreditável descoordenação das unidades fieis pontificava

[30] Ernesto Rodrigues, obra cit., pág. 151.

[31] Pulido Valente, obra cit., págs. 108 e 109.

[32] Idem, pág. 108.

[33] Joaquim Leitão, obra cit. pág. 180.

o silêncio do general Malaquias de Lemos. Parece, sempre aguardando as tais «*ordens superiores*».

Mas não. O general Malaquias vangloriar-se-ia de se manter sempre no seu posto – no quartel do Carmo, sentado à secretária! Expedindo sucessivas «*ordens e contra-ordens inúteis*» através de «*cinco telefones*» ante si perfilados³⁴. Restará acrescentar, mirou pela sua janela a eufórica maré republicana que tudo levou à frente no Rossio. Como reagiu? Mandou buscassem um lençol branco para a sacada, «*ó homem, desdobra o lençol!*», «*tragam daí um lençol!*» e outros sinais de rendição, «*um clarim que toque a cessar fogo para que eles vejam que por cá não há resistência!*»... E quando um sargento do aquartelamento da Municipal à Estrela alvitrou ainda podia combater, exaltou-se: «*Entreguem-se também, que eu já me entreguei!*»; «*Ora vejam a que estado de indisciplina chegou o exército! Um sargento a discutir comigo a oportunidade de se render. Que me dizem a este sargento, hã? Que me dizem ao sargento!?*».

Contou-o o tenente Estevão Van Zeller, de Lanceiros d’El-Rei, – outro dos raros nomes que se podem inscrever no álbum de glórias das tropas do Regime deposto – em entrevista também ao *Correio da Manhã*³⁵.

Outrossim o «*campo entrincheirado*» se desenhou em mais uma tolice dos fraquíssimos estratégias da defensiva de Lisboa. Gente possuída da maior cegueira militar. Consistia num conjunto de baterias – a *Rainha D. Amélia*, a *Rainha Maria Pia* e as *Duque de Bragança* e *S. Gonçalo* na margem norte do Tejo; e a bateria da *Raposeira* na margem sul. Todas dispostas de modo a defender a cidade de ataques vindos do mar, pelo que nunca serviria para bombardear os navios já navegando aquém da foz. Desde 1907, por isso mesmo, se andava pensando em agilizar as peças que as integravam: mas o gerúndio foi ficando... E assim o Campo Entrincheirado assistiu como só podia assistir – à janela... - ao desenrolar dos acontecimentos³⁶, conquanto Alfredo Guimarães faça supor carecesse de munições para – decerto – bombardear os cruzadores insurrectos e de canhões apontados ao Paço Real das Necessidades.

Menos tolos são os oficiais mencionados pelo subscritor da carta ao Visconde de Pindela: o coronel de Artilharia Correia Barreto, à data da revolução o director da fábrica de pólvora e munições do Exército; e o general Elvas Carneira, comandando então o Campo Entricheirado. Este último aderiu à República no dia seguinte; aqueloutro, conhecido embora pela sua fidelidade à Coroa, apoiante de João Franco, estava afinal filiado na Maçonaria desde 1893 e fazia parte do comité revolucionário. Obviamente, rebentando a insurrecção, deixou-se ficar em Sintra, só aparecendo em Lisboa consumada a República, para angariar um cargo compatível com a sua notória vaidade, o de Ministro da Guerra³⁷. A traição, a falta de vergonha, o arrivismo – os «*adesivos*» - começavam a ganhar identidade...

E Alfredo Guimarães não os esquece:

[34] Pulido Valente, obra cit., pág. 107.

[35] Joaquim Leitão, obra cit., pág. 162 e ss.

[36] Idem, pág. 132.

[37] Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, ed. Editorial Verbo, vol. XI, pág. 48.

«No estado-maior, primeiro a maior confusão, depois cobardia enorme e por fim traição sobre traição – um dos chefes, coronel Abel Botelho é um dos *enfants gatés da República*. Na noite do banquete do brasileiro, o D. Afonso foi avisado de que ia rebentar a revolução e mandaram-no meter na cidadela de Cascais – Ele obedeceu e lá ficou até fugir. Dizem que quis vir para Lisboa, que fez várias tentativas, mas que não veio assim como muitos monárquicos, porque populares armados não os deixaram passar, não sei onde! É boa! Então porque não lutaram, porque não forçaram o cordão? Apre que tudo isto enoja! Nada se fez do lado dos monárquicos, senão atraiçoar e fugir – os outros quase nada fizeram, porque não lhes foi preciso».

O coronel Abel Botelho: ex-membro do Estado-Maior da Monarquia e um republicano de última hora, dedicado e pronto, mimado pelos vencedores com o cargo de Ministro da República na Argentina. Só poderá ter concluído – ficou a ganhar com o virar do Regime, a mudança de ares...

[38] Cfr. a crónica de Santos Tavares em *O Primeiro de Janeiro* de 03.NOV.1910.

[39] Pulido Valente, obra cit., pág. 91.

Da imbecilidade ou do oportunismo adoentando do Comando supremo das forças militares já muito se disse. Da Lisboa, palco fervilhante de conspiração também. Assim como da politização e do proselitismo das choças. Essa tarde do dia 3 de Outubro, um louco e antigo internado no hospital de Rilhafoles havia assassinado o psiquiatra e deputado republicano Miguel Bombarda. Foi chama que chegaram ao rastilho. Que o crime fora induzido pelos jesuítas... Que desta vez é que era, a revolução... A tropa colocada de prevenção, ineficazmente embora... O Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da Republica do Brasil, viera em visita oficial e à noite oferecia um banquete em Belém a El-Rei D. Manuel II.

Foi uma noite soturna, pesada. Ao ponto de, rabiscando um cartão de *menu*, Sua Majestade pedir para «*apressarem um pouco o jantar*»³⁸. E alguns pratos foram assim suprimidos. Presentes estavam, entre outros, o Chefe do Governo, Teixeira de Sousa, quase todo o Ministério, os generais Gorjão e Malaquias de Lemos e o coronel Alfredo de Albuquerque, comandante de Lanceiros 2.

O jantar encheu-se de sussurros, lugares vagos de convidados, telefonemas alarmantes, gente que levantava para os atender e chegava com novidades segredadas ao ouvido. Dos militares no activo, o coronel Albuquerque foi o único, galhardamente, a não incumprir o protocolo ...

O infante D. Afonso, Duque do Porto e o Condestável do Reino, compareceu igualmente ao banquete³⁹. Indubitavelmente seguiu depois para Cascais. Determinado por quê ou por quem? Estratégia ou fuga? Trata-se de interrogações a que – sobretudo – as convicções de cada um responderão. As Rainhas encontravam-se em Sintra, no Palácio da Pena. E El-Rei seguiu para as Necessidades, em automóvel escoltado por dois esquadrões de Lanceiros 2. Não se deitou – a noite prometia...

E foi assim incomodado – «*enojado*» – que Alfredo Guimarães recolheu ao seu descanso, para prosseguir a carta dias depois.

«Lisboa, 20-10-910

Continuo hoje a carta.

Duas vezes os republicanos viram a coisa perdida, está averiguado: quando o Couceiro atacou e quando uma companhia, ou não sei quê, da municipal se defendeu com certa coragem – isto bastou para eles verem tudo perdido. Calcule V. calcule! E o Rei? E a Rainha?»

Em síntese, «*os republicanos viram a coisa perdida*» sempre que as forças adversárias se manifestaram como tal. Literalmente, até quando a Guarda Municipal «*se defendeu*»... certamente das suas investidas. Em boa verdade, a Monarquia não foi derrubada – tropeçou em si mesma e caiu!

Mas, outra vez, Lisboa isolada do País, cercada por barricadas de civis armados, os verdadeiros beligerantes: os revolucionários das choças carbonárias. Cortando todos os acessos a movimentação dos maiores e das tropas monárquicas. «*O trabalho da Carbonária entre os soldados tinha sido persistente e oculto*», na síntese precisa e insuspeita de Raul Brandão⁴⁰.

Por isso... «*E o Rei? E a Rainha?*». Dois anos após o cruel assassinato do Pai e do Marido e do Filho e do Irmão, assustados, mais humanos do que monarcas, empurrados por quem também queria rapidamente apaziguar os ânimos, deram consigo na Ericeira, no embarque do iate Amélia. Rumo ao Porto, rumo aonde? Rumo a Gibraltar e depois a Inglaterra. Era o desterro e o nunca mais.

A sequência da missiva de Alfredo Guimarães debruça-se já sobre o pós-revolução.

«Proclamou-se a república no meio do maior pasmo dos republicanos que não queriam acreditar semelhante coisa. – *E agora é o que V. vê: trata-se de dividir o bolo; tira-se o João para se meter o Pedro – atira-se poeira aos olhos da população estúpida e ignara, que como sempre se volta para o vencedor e escarnece do vencido – não têm homens de maneira que na febre de dar empregos e de fingir que estão a abarrotar de capacidades fazem as nomeações mais absurdas. O Zé Relvas é para tudo: ontem ministro em Londres, hoje ministro das finanças – ministro das finanças – Relvas que eu trato por tu, que conheço como as palmas das mãos, é boa, é boa! E o chefe do Governo a dizer numa interview que é preciso reabilitar a memória de Ferrer e que as mulheres devem votar? E o Afonso Costa*

[40] In *Memórias*, ed. Perspectivas e Realidades, vol. II, págs. 38-39.

a rebentar de ódios acumulados, esquadrinhando por onde poder fazer mal a torto e a direito, visando sobretudo os que o contrariaram e humilharam? E o Padre Matos aderindo? E o Patriarca dizendo que o Afonso Costa é um grande carácter? E o Alpoim? E o Teixeira de Sousa? O Imparcial hoje monárquico enrayé e amanhã a colocar placards em que se dizia que cinco das freiras encontradas sem saias estavam grávidas? Esse espectáculo dos adesivos é de horrorizar os mais dispostos a aceitar tudo e a não pasmar de nada!

E a glorificação dos infames que sem serem republicanos sustaram telegramas favoráveis à monarquia por lhes parecer que os outros tinham maior probabilidade de vencer? E os oficiais do Exército (e isto ainda é o mais extraordinário) que tendo-se conservado fieis querem por força passar por traidores, inventando para isso, que deram ordens contrárias às que recebiam, como se lê no Diário de Notícias de hoje? Dir-lhe-ei apenas para terminar, que o povinho anda radiante - acredita nos jornais como nos evangelhos. Lê que foram abolidos os títulos, que foram exonerados estes ou aqueles, que as riquezas dos reis vão ser propriedade do povo, que vai ser abolida esta contribuição e aquela - que o único soberano é ele e fiado em toda esta cantiga - imagino em nenhuma outra, embala-se em tais sonhos. O pior é que já andam por aí aos milhares sem trabalho, que a crise económica por ora latente, começa a adivinhar-se e que quem mais há-de sofrer com isso - é ele o povo soberano! Valha-o Deus!».

[41] In obra cit., pág. 115.

Era realmente outra - e surpreendente - Lisboa. Logo no dia seguinte... Uma situação política nova e a gente que vinha ocupar-se nela. Pulido Valente é conciso: entre 5 e 10 de Outubro, enquanto os grupos armados da Carbonária e as «massas» dominavam as ruas da Capital, o Partido Republicano Português (PRP) tomou conta da máquina do Estado⁴¹. A vida complicava-se. Porque, não obstante os apelos dos mais moderados, surgiam os atropelos à liberdade e integridade sobretudo de membros do clero, religiosas e órgãos da imprensa monárquica. E a recém-nascida República, ainda vacilante, via-se a braços com as instantes reivindicações dos seus próceres, que exigiam a recompensa do seu heroísmo, o emprego, a colocação, - e com a notória ausência de *meritocratas*.

A onda de histeria foi crescendo. Lisboa perdeu a cabeça e a «canalha» soltou-se atrás dos eclesiásticos que imaginava armados e cercando já a República, na vanguarda da contra-revolução. Porque não conseguisse provas materiais de semelhantes aleivosias, na repetida vandalização dos recolhimentos de padres, frades e freiras, definiu como verdadeira uma rede de subterrâneos por onde esses “meliantes” se escapuliam; e a cumplicidade de particulares, cujas residências passou a assaltar em busca de armas e guerrilheiros de batina. Como pôr cobro a tais desmandos se a ordem vigente era a própria rua, as espingardas da revolução?

Deste jeito se responde a algumas interrogações de Alfredo Guimarães: o Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo - em 1911 desterrado para Santarém⁴² – tentaria obstar à violência consensualizando com o mais assanhado anticlerical: o ministro da Justiça...; o Padre Matos, jesuíta, um «*ultramontano*» – enxovalhando algumas Damas do Paço, Gomes Leal apelidou-as de «*Amazonas do Padre Matos*»⁴³ – o director do jornal católico *O Portugal*, temendo pela sua vida, *adesivou-se* também...

... Como também se declarou republicano *O Imparcial*, jornal ao serviço do Partido Regenerador e de Teixeira de Sousa⁴⁴! Este último, um político amaldiçoado para o resto dos seus dias.

Avulta, enfim, a difamante e insidiosa notícia de *A Capital*⁴⁵, pelo que se vê também reproduzida em «*placards*» de *O Imparcial*, sobre o estado de gravidez de algumas religiosas. Chegara-se a tão aviltante ponto!

E, inquestionavelmente, chegara ainda a hora de «*dividir o bolo*», como escreve Alfredo Guimarães. De não ser diferente... Mas muito pouco sobraria para os revolucionários. Assim que instituiu poderes e sentiu o Exército submetido, o PRP marginalizou Machado dos Santos e desmobilizou as tropas carbonárias. Por esta forma criou um nunca sanado conflito com o «*fundador*» da República; e criou também desemprego bastante, depois agravado por toda a crise económica decorrente de greves⁴⁶ e da crónica instabilidade política e social.

Tratava-se, como se adivinha, de um péssimo começo. O partido ora senhor do regime entrava em clivagem profunda. Eram necessárias pessoas, dirigentes, capazes. Aos mais sensatos não repugnava a opção por monárquicos competentes, em lugar da funcionalização dos incompetentes republicanos. Esse o ponto de vista de homens como António José de Almeida, Brito Camacho, José Relvas⁴⁷. Mas estes tinham pela frente os furiosos reclamantes do «*tacho*».

O «*Zé Relvas*», que Alfredo Guimarães tratava «*por tu*» e conhecia com «*as palmas das mãos*», «*ministro em Londres*» jamais fora. Somente, no Verão de 1910, acompanhado do Grão-Mestre da Maçonaria, Sebastião de Magalhães Lima, andara entre a França e a Grã-Bretanha, sondando o pessoal dos Negócios Estrangeiros em vista das reacções a uma eventual mudança de regime⁴⁸. Mas Relvas era um caso diferente: um abastado proprietário de Alpiarça, vinicultor e violinista, um apaixonado pela Arte, mecenas e coleccionador. Um “aristocrata”... E republicano desde 1907, por alergia ao consulado franquista. Sempre presente na beligerância de Outubro, ministro das Finanças apenas por recusa para o cargo de Basílio Teles. A sua independência consentia-lhe os mais ásperos comentários à pessoa de Afonso Costa, que em absoluto desprezava.

[42] Ernesto Rodrigues, obra cit. pág. 201.

[43] Idem, pág. 69.

[44] Pulido Valente, obra cit., pág. 116.

[45] Idem, págs. 118-119.

[46] Idem, págs. 122-123.

[47] Idem, pág. 128.

[48] Rui Ramos, obra e vol. cits., pág. 364.

Desde logo – garante-o Relvas – o Governo Provisório foi “cozinhado” por Afonso Costa, num hotel lisboeta onde se acoitavam os membros do Directório do PRP durante as horas aflitas da indefinição das movimentações revolucionárias. Nos nervosíssimos momentos em que os chefes republicanos aguardavam o sinal dado pelo primeiro tiro de canhão, na madrugada de 4 de Outubro. Aproveitando o ensejo para – todos de cabeça a ferver – impor-se a si mesmo ministro da Justiça, Bernardino Machado dos Negócios Estrangeiros e Teófilo Braga Presidente do Governo Provisório! Sem papas na língua, Relvas acusaria Costa e Bernardino – de terem morto a República⁴⁹!

E Afonso Costa?! A mais odienta personalidade do novo Regime! Muito bem biografado por Eurico Carlos Esteves Lage Cardoso que, citando Jesus Pabón, assim se lhe refere: *«guardava o rancor dos velhos tempos que o Poder não conseguiu minorar. Juntamente com a ambição, o desejo insaciável de exibições e de prazer acalentava nele um ressentimento que dava à sua actividade política a tenacidade e a amargura de uma vingança pessoal»*.

Afonso Costa abriu o baile!

Assim que instalado no Ministério da Justiça, logo chamou o seu irmão Artur Costa a assessorá-lo; e, para Director-Geral do Secretariado do Supremo Tribunal de Justiça, o seu cunhado José Abreu; Germano Martins, advogado e seu sócio, nomeou ele Director-Geral dos Negócios Jurídicos; o seu procurador Ribas do Avelar, funcionário judicial; o amigo Bessa de Carvalho, igualmente o despachou para o seu ministério... Necessitava nesses lugares de pessoas da sua confiança – assim se justificou quando interpelado pelo iracundo puritanismo de Machado dos Santos⁵⁰.

Sobre o *«chefe do Governo»*, Teófilo Braga, a que Alfredo Guimarães também alude... Dito um símbolo de uma república que nunca existiu⁵¹ – viajando de eléctrico de sua casa para Belém, mal ataviado, o guarda-chuva sempre no braço, uma imagem construída de desprendimento, rigor, austeridade. Mas, na realidade, um solitário amargo, de mal com toda a gente, terrivelmente invejoso e hábil na causticidade das suas palavras. Perante o *«herói da Rotunda»* não soube senão comentar: *«o senhor é como o bom sapateiro, que vem entregar as botas já prontas ao freguês»*⁵²!

E nos alvares da República, cujo primeiro Governo encabeçava, Teófilo – como que alheado do peso histórico do momento – discorria sobre a reabilitação da memória de Francisco Ferrer, um catalão anarquista fuzilado na *Barcelonada*, em 1909, e sobre o direito de voto das mulheres (o qual, aliás, havia depois de ser negado por via legislativa, mesmo nos casos de viuvez e consequente assunção da chefia da família).

[49] Ernesto Rodrigues, obra cit., págs. 136 e 204.

[50] Eurico Carlos Esteves Lage Cardoso, *Afonso Costa (1871-1937) – O político mais amado e mais odiado da Primeira República*, ed. do Autor, 2010, págs. 33 e 34.

[51] Rui Ramos, *Teófilo Braga*, colecção Presidentes da República – Fotobiografias, ed. Museu da Presidência da República, 2006, pág. 6.

[52] Idem, pág. 49.

Alguém completamente deslocado do cargo para que fora nomeado. É Relvas, ainda, nas suas *Memórias Políticas*, a decifrar a enigmática indigitação. Quando o descreve, logo nos primeiros festejos do sucesso republicano, na Câmara Municipal de Lisboa, - Teófilo «*esfregava as mãos, sorria inexpressivamente, a procurar debalde alguém a quem pudesse fazer uma dissertação*»; e acrescenta - «*por isso Afonso Costa pôde logo assumir o poder dirigente, redigindo as proclamações e os primeiros decretos do Governo Provisório*»⁵³.

Breves palavras guardou ainda Alfredo Guimarães para o ambiente que se respirava numa Lisboa carregada de «*adesivos*» e da traição de muitos, onde o povo se enchia de ilusões. Ficam, antes de prosseguirmos a leitura da sua carta, dois expressivos quadros sobre a Capital então. O primeiro é de Câmara Reys que a poetiza assim: «*As ruas apinhadas de gente, de uma multidão festiva, ruidosa, cheia da alegria infável da liberdade. No céu sem nuvens, o azul vivíssimo resplende de luz. O Tejo sereno fáiça sob o Sol a prumo. Nos navios de guerra flameja a bandeira nacional*».

E o segundo, de Fialho de Almeida, em 1911, talvez mais próxima do realismo de Dickens: «*A mesma gente das ruas, tão pacífica nos tempos monárquicos, agora aparece em cena com propósitos de dirigir o Estado e impor à lei da razão a força bruta. Os carbonários mandam em tudo, são árbitros de tudo, nas cores da bandeira, como na escolha dos funcionários e distribuição das recompensas. A gentuza dos bairros foscos que debutou na política por vias de facto anarquistas, atirando bombas, terrorizando pelo assassinato das choças, agora quer fazer parte da polícia cívica (!), para ter a cidade à mercê do seu espírito de vendetta*.

[53] In Ernesto Rodrigues, obra cit., pág. 219.

[54] Idem, págs. 209 e 210.

Lisboa tem o ar de uma cidade coacta e constrangida, com as casas fechadas, as avenidas desertas, os restaurantes e as grandes lojas às moscas. Pelas ruas, de quando em quando, ajuntamentos de plebe arremangada, que parece esperar não sei que Páscoa; ou bichas de gente correndo ao governo civil e aos ministérios, e atroando os ares com berrarias que os jornais chamam pomposamente “manifestações”»⁵⁴.

Continuando, depois de uma interrupção de dois dias:

«*Caro Vicente 22-10-910*

Ainda ontem não mandei esta carta, que não sei se irá hoje. Principio por lhe contar um episódio sucedido ontem à tarde ao pé da Havaneza. Estava eu conversando com o António Cabral, com o Pissarra e o irmão do Campos Henriques, quando passou para o lado do Camões o Alpoim. Depois de estar a uma certa distância chamou por mim com tal insistência que eu, apesar da pouca vontade que tinha de o fazer – lá fui falar-lhe.

Mal eu cheguei perto dele começou a gritar (foi um escândalo) que todos o tinham abandonado, até Você que lhe não respondera a uma carta, ou duas, que estava

desgraçado – que perdera a sua brilhante situação mas que tudo dava por bem empregado, vendo perdidos os fidalgos e os padres, que eram a origem de todas as desgraças. “Estou perdido, estou perdido talvez tenha que ir para o Brasil, mas não importa!”. E berrava como um possesso, vociferava apoplético com o fraque sujo, despenteado, o chapéu na mão esmurrado, de bater com ele ao declamar... um inferno! Parecia um energúmeno, um louco fugido de Rilhãfoles! Fez-me impressão aquele homem, que podia ter uma situação excepcional, prestando serviços à terra em que nasceu e que se reduziu, pelas suas próprias mãos, a esta triste figura arrastando consigo o país!! Que miséria, que porcaria!

E agora mudemos de assunto por algum tempo, pois dói-me a cabeça hoje e esta coisa do Alpoim que agora recordei aumentou-ma».

Quinze dias volvidos sobre a Revolução... a incontornável Havaneza! Reconstituindo (ao de leve) o grupo desta cavaqueira, seriam Alfredo Guimarães, António da Costa Cabral, que secretariara a Legação de Berlim no tempo do Visconde de Pindela, o tenente Pissarra, um *não-adesivo*, e o irmão de Artur de Campos Henriques, regenerador dissidente e Presidente de um dos Ministérios pós-Regicídio. Assim se entreteriam quando, em direcção ao Largo de Camões, passou José Maria de Alpoim, cuja atitude fica satisfatoriamente descrita na missiva. Um personagem de peso – literalmente... - à época. Deputado, conselheiro, Par do Reino e ministro em três executivos do Partido Progressista, com o qual se incompatibilizaria. Criou então a chamada Dissidência Progressista e não mais cessou de zurzir o Rei e a Monarquia, ao ponto de se envolver na conspiração republicana de 28 de Janeiro de 1908. É claro, aderiu ao novo Regime mas, tão desacreditado estava, já ninguém o quis⁵⁵. Morreu longe da Política que amava...

Dele foi muito amigo o Visconde de Pindela. O qual, ainda em 1908, assim se lhe referia: «*Com o José Maria estou em completo desacordo. (...) desde a aclamação de D. Manuel o seu procedimento é dum trincoso, dum exagerado e dum apaixonado que não tem maleabilidade e que, dia a dia, perde a confiança de todos os Marechais (...). O João Chagas escreveu a verdade dizendo que dentro da Monarquia, ele só pode hoje ser dissidente (...). Tenho pena. Sou e serei seu amigo*»⁵⁶.

Mas nem assim aconteceu. Foram tantos os desmandos de Alpoim, o afastamento tornou-se inevitável. Na sua ânsia de auditório, na torrente das suas explicações do inexplicável, da sua escrita, as cartas foram merecendo cada vez menos resposta. Como folhas caducando até à ruptura total.

E Alfredo Guimarães apresta-se a enviar a sua longa missiva para o correio. Os parágrafos finais são de índole vincadamente familiar:

[55] Cfr. José Hermano Saraiva, *História de Portugal (Dicionário de Personalidades)*, ed. QuidNovi, 2004, vol. XII, pág. 228.

[56] João Afonso Machado, obra cit. na nota (2), pág. 228.

«Fui a Cascais. Sua filha pareceu-me bem e nada assustada – fazia moldurinhas sem retratos e por sinal que com um certo jeitinho. O Bernardo encarando bem as coisas; pareceu-me que o desgosto de não ter feito o discurso, que realmente era bom, dominava os outros. De resto fundamenta s suas esperanças no futuro, na paz e tranquilidade que vai gozar em Tarrío. O Vicente diz de vez em quando o seu dito com certa graça; a D. Ana prescruta no olhar do Irmão a gravidade das circunstâncias e como o não vê grandemente preocupado, vai vivendo e rezando. Os pequenos brincam alegremente, enquanto a Mãe se preocupa com o futuro deles e com a maneira pela qual se há-de passar este inverno – pela qual o Bernardo há-de passar este inverno. Na cozinha creio que prevalece a opinião, que de resto invadiu todas as cozinhas, de que os patrões andam muito impertinentes, que os monárquicos eram uma choldra e que daqui por diante podem meter mais a unha, porque os patrões se hão-de encolher com medo.

Vou-me deitar, porque me não sinto lá muito bem. Provavelmente logo deito esta carta ao correio, depois de dizer mais uma coisa de que me lembro.

L.ª 27-10-910

Caro Amigo:

Outro dia fui para casa depois de ter saído a tratar de uns negócios urgentes, muito incomodado – deitei-me e só me levantei hoje. Acabei por adoecer caro Vicente, desde o dia 4 de Outubro que ando numa excitação tal que havia de ter visto. Recebi a sua carta ou melhor o seu postal. As ferragens já mandei tratar delas – brevemente lhas mandarei, pode estar sossegado. A respeito da minha vida, está enganado, cada vez vejo o caso mais bicudo e sem esperanças de se resolver sem grande fracasso. Brevemente lhe escreverei nova carta. Calculo que Você percebe a letra, gostará de saber novidades. Os meus respeitos para Sª Mulher e Mãe, assim como para a Sª D. Ana. A Júlia recomenda-se muito à Sra. Viscondessa assim como a Berta.

Amigo velho e dedicado
Rua Cruz dos Poiais 16
Alfredo Guimarães».

Por isso, apenas uns ligeiros esclarecimentos, sobretudo identificativos das pessoas: Alfredo Guimarães visitara o Conde de Arnoso na sua Casa de S. Bernardo, em Cascais. O seu anfitrião estava, parece, resignado, tranquilo, lamentando apenas o discurso que não fizera, mais um bocado de justiça pedida para os assassinos d’El-Rei D. Carlos; ansiando por partir para a sua Quinta de Tarrío, em Mouquim, Famalicão, encostada à Pindela do seu sangue.

E ali encontrou também a primogénita do Visconde de Pindela, D. Júlia Leonor Pinheiro Lobo Machado, já então nos seus 20 anos (nasceu na Haia em 1890 e morreu em Guimarães em 1996, com 106!), sossegadamente com os Tios e os primos. Lêem-se mais nomes. São os de Vicente Miguel de Paula Pinheiro de Melo, o 3º Conde de Arnoso, e D. Ana Maria Isabel do Carmo Pinheiro de Melo, ambos filhos do primeiro matrimónio do Conde de Arnoso; a Condessa D. Matilde Munró dos Anjos, sua segunda mulher, e toda a prole de ambos: Bernardo Miguel António, D. Maria do Carmo, Jorge Maria Baltazar, D. Isabel de Jesus Maria... As crianças, os únicos em que não se detecta alguma preocupação quanto ao futuro e à saúde do patriarca Arnoso. A revolução chegara entretanto à cozinha, outra maçada, e o próprio Alfredo Guimarães confidencia estar muito apreensivo acerca da sua vida. Promete continuar a dar «novidades» da nova Lisboa... Os seus cumprimentos e os das suas Mulher, D. Júlia, e filha, D. Berta, vão dirigidos à Viscondessa D. Maria Amália e à Viscondessa D. Eulália (Mãe de Vicente Pinheiro) e à irmã desta, D. Ana Elvira de Freitas.

A Segunda Carta

Não se fizeram esperar, as novidades, sempre espantosas, de Alfredo Guimarães. Em muitas folhas numeradas de papel miudinho:

«4-11-910

Caro Vicente

Visto ter-lhe dado prazer a minha primeira carta continuo hoje a escrever-lhe sobre os acontecimentos reatando o fio no ponto em que outro dia foi interrompido. Tínhamos chegado ao capítulo divisão do bolo. Como, porém, no capítulo pessoas deixo algumas lacunas vou tratar de as preencher agora para que estas cartas possam ser para si um repositório de informações a que possa dar todo o crédito porque se estribam em factos positivos e são colhidos em fontes de absoluta segurança. E senão veja como tudo o que eu dizia na minha primeira carta condiz perfeitamente com as interviews e notícias que depois há-de ter visto publicadas nos jornais. Principiemos – Quando rebentou a revolta, ou melhor, o pronunciamento a que pomposamente estes senhores dão o nome de revolução, era general da Divisão um tal senhor Gorjão a quem várias vezes ouvi chamar militar valente e que afinal se portou como um poltrão que, ou por estar doente como alguns dizem, ou porque o corpinho lhe pedia sossego, o que é o mais provável, nomeou comandante em chefe das tropas fieis um general de brigada chamado Carvalhal. Ora a primeira ordem dada por este brioso militar foi a que fez cessar o fogo à bateria do Couceiro justamente quando ele fazia tais destroços no campo inimigo que chegou a pô-las em debandada. Foi também dele que partiu a ordem que fez retirar a artilharia

que se preparava para bombardear o quartel dos marinheiros – etc, etc... Ora a quem foi que o Directório ou o Governo Provisório entregou o comando da Divisão – o posto de mais responsabilidade naquele momento? (logo depois da proclamação da república) Ao general Carvalhal!! Não há nada mais claro e é isto justamente a meu ver a chave de todo o intrincado labirinto em que a gente se perde quando procura ligar e relacionar os diferentes episódios de infâmias e traições que entregaram a estes cavalheiros indefesa e manietada a monarquia portuguesa».

Um mês volvido sobre os acontecimentos, alguma luz se fazia já. O inaudito tinha as suas causas e os seus agentes. Embora «*poltrão*», refira-se que o general Rafael Gorjão recusou render-se. E quando o deu a conhecer ao próprio Machado dos Santos, em pessoa, o alferes Gomes da Silva, um dos republicanos infiltrados em Caçadores 5, fez-lhe ver que o seu Comando já de nenhumas tropas dispunha. Furioso, o general Gorjão ter-lhe-á respondido: «- Quem lhe disse que não temos? O senhor fez uma salsada e uma burla!»⁵⁷. Tardio, muito tardio, acordar para as traições - quando o Comandante da Divisão Militar de Lisboa já não o era, vítima da substituição *ad hoc* (Gorjão por Carvalhais) processada, como já ficou dito, pelo imparável Machado dos Santos.

O general Gorjão, pese embora o seu tristíssimo desempenho, nunca se bandeou, permaneceu sempre fiel à Monarquia. Já não assim com o seu sucessor, também nomeado na carta de Alfredo Guimarães, o tal «*general de brigada*» António Carvalhais. Efectivamente, é a partir deste militar que se explica todo o descalabro sequente à entrada em acção de Paiva Couceiro.

Aliás, o próprio, decerto incomodado com os comentários de que seria alvo, em Novembro de 1910 assinava uma declaração⁵⁸, nos termos da qual na tarde de 4 de Outubro um civil (!) veio ao Quartel-General dando conta do fortíssimo poder de fogo dos revoltosos; perante o que o declarante e signatário decidira mandar retirar a bateria de Couceiro, então posicionada na Penitenciária a bombardear a Rotunda.

Um general impressionável pelos informes de um civil! Perdera-se completamente o pudor!

A verdade é que na altura em que proferira a mencionada ordem de recuo, o general Carvalhais «*estava já combinado com os revoltosos, com a promessa de um bom cargo no novo regime*»⁵⁹. A República galarda-lo-ia Comandante da 1ª Divisão Militar, de Lisboa⁶⁰. Cargo este, insiste-se, em que, de facto, se encontrava empossado por Machado dos Santos antes ainda da projectada manobra final das forças monárquicas sobre a Rotunda. A determinação de não atacar não se devera à incompetência do general Carvalhais, mas à sua nova, escondida, «*lealdade*»⁶¹. À punhalada assim cravada nas costas do general Gorjão e no Estado-Maior de que era membro.

Há outras espantosas revelações:

[57] Hermano Neves, obra cit. na nota (17), pág. 130

[58] ANTT, cód. ref. PT/TT/GAV/23/6/75.

[59] Alexandre Borges, *Histórias secretas dos reis portugueses*, ed. Casa das Letras, 2012, pág. 255.

[60] Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República (1910-1919)*, ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pág. 140.

[61] David Ferreira, in *Dicionário da História de Portugal* (direcção de Joel Serrão), ed. Livraria Figueirinhas, 1985, vol. IV, págs. 500-504.

«Na minha última carta disse eu que o comandante dos revoltosos da Rotunda, o curioso Machado dos Santos, tinha sido herói, não porque combatente com valentia, mas porque tinha ficado quando os oficiais que comandavam fugiram em massa – não foi bem assim: está hoje averiguado que esse senhor quis também safar-se vendo a coisa perdida, mas que alguns companheiros lhe meteram as armas à cara com estas palavras que não admitiam réplica: «já que Você nos meteu nesta agora há-de aguentar-se».

Foi pois um herói à força, digno de Molière. Creio que ainda tinha mais algumas coisas a dizer neste capítulo, mas como agora não me recordo, ficarão para depois. – Dividindo o bolo – Que me lembre o primeiro brinde foi a Direcção da *Imprensa Nacional*, lugar de primeiríssima ordem do qual exoneraram o João Costa, homem seguríssimo, trabalhador, honrado e inteligente, para o darem a um tal Luís Derouet, redactor do *Mundo* e com a capacidade literária e moral compatível com este louvado officio! Depois pelo Ministério da Justiça foi uma avalanche de nomeações. Só de uma penada o Afonso Costa nomeava para os primeiros lugares de Portugal o irmão, dois cunhados, o Ribas de Avelar procurador do seu escritório de advogado, os dois ajudantes e sócios do mesmo escritório e quatro indivíduos íntimos dele e seus factotuns em maquinações diversas. Para substituir o João Franco no Contencioso Fiscal foi nomeado o Alexandre Braga cuja biografia porca e reles, verdadeiramente pornográfica todo o país conhece. J'en pense... porque só este ministério me tomaria todo o tempo de que precisaria para esta carta».

[62] Pulido Valente, obra cit. pág. 160.

[63] Ernesto Rodrigues, obra cit., pág. 191.

Teria alguma consistência a versão de Alfredo Guimarães? Intentaria Machado dos Santos também a fuga da Rotunda?

A História oficial não guarda quaisquer vestígios desse hipotético momento de fraqueza, com os mais carbonários a segurá-lo na mira das espingardas. Nem mesmo se descobre, entre os seus inimigos e a moda da época, publicação alguma que o denuncie um «herói à força». Excepção feita ao bilioso *O Mundo*, já em pleno conflito de Afonso Costa com Machado dos Santos, que, numa das suas edições do Inverno de 1911, levantou uma lebre semelhante: o «herói» afinal fora obrigado a não fugir pela pistola firme de um sargento apontada à sua pessoa⁶².

Sabemos apenas, ao certo, – conforme já se fez alusão – a mente apoquentada de Machado dos Santos foi repetidamente assaltada pela tentação do suicídio. Até que ponto obrigando a uma intervenção “encorajante” dos que o rodeavam?

A «divisão do bolo» tinha quem pegasse na faca... Ainda na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, na manhã de 5 de Outubro, José Barbosa, do Diretório do PRP, exclamara: «Eles já comeram tudo; chegou agora a nossa vez!»⁶³. E abraçava-se aos circunstantes...

Hermano Neves, no seu revolucionarismo primário, não hesitava: «*Os dias seguintes foram empregados pelo nosso governo em derruir as últimas torpezas da extinta monarquia, e em alcançar com mão vigorosa as bases de uma grande nacionalidade.*

Expulsos os jesuítas e congregacionistas pela decidida iniciativa do Dr. Afonso Costa, e liquidados os incidentes que surgiram em alguns conventos – os derradeiros baluartes dos sectários de D. Manuel – a obra da República afirmou-se como um trabalho imenso de ordem e de paz»⁶⁴.

Entre essas «últimas torpezas», estaria a Administração-Geral da Imprensa Nacional. Nesse mesmo dia 5 era nomeado para o cargo, em substituição do jornalista e escritor João Costa, o redactor de *O Mundo* Luís Derouet. Alfredo Guimarães dedica-lhe depreciativos comentários. A verdade, porém, é que Derouet se manteve à frente da Imprensa Nacional até 1927, quando foi assassinado à saída do trabalho com três tiros de pistola disparados por um desempregado. E o seu nome e a sua obra são ali, ainda hoje, mercedores dos maiores encómios⁶⁵.

Já sobre as proezas remodeladoras de Afonso Costa no “seu” Ministério da Justiça se disse o preciso. A nomeação de Alexandre Braga, deputado republicano no Parlamento monárquico, foi mais um assinalável favor a um amigo muito pouco creditado.

Daí talvez Alfredo Guimarães aludisse a João Franco, no que parece sobretudo uma comparação: de um lado o líder regenerador-liberal, o homem de Estado (amado ou odiado), em 1886 designado auditor do Tribunal do Contencioso Fiscal; do outro, Alexandre Braga, o polémico orador, o advogado transfigurado em juiz daquele tribunal, o dissoluto – o sempre fiel a Afonso Costa, ainda designado Ministro do Interior no Gabinete de Vítor Hugo de Azevedo Coutinho (em funções de Dezembro de 1914 a Janeiro de 1915...) apelidado «*o Governo dos Miseráveis*» - alusão ao célebre romance do grande escritor francês homónimo – ou «*Adega Alexandre Braga*», em louvor do instalado e inocultável alcoolismo deste último⁶⁶.

Mas o autor da missiva conhece ainda outras proezas dos primeiros dias da República:

«No ministério da Guerra quem manda são 2 ou 3 oficiais de pequena patente – dos revoltosos, é claro. Um deles conheço eu de ginjeira e vou apresentar-lho – É o Sr. Álvaro Poppe antigo oficial de cavalaria que passou para a Guarda Fiscal a pedido instante de D. Carlos que se interessava imenso por ele e o protegia imenso. Foi como oficial da Guarda Fiscal que ele introduziu em Lisboa toda a espécie de armas para o 28 de Janeiro. Descoberta a revolta foi preso e sem mais castigo nenhum passado à disponibilidade, que era o que lhe convinha, para trabalhar à vontade na introdução de novo armamento para o movimento de agora! Foi este oficial um dos 3 ou 4 que foram escolhidos para acompanharem o ministro de guerra (o da fábrica de pólvora) no seu

[64] Hermano Neves, obra cit., pág. 140.

[65] Cfr. *Prelo*, blog da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, disponível em prelo.incm.pt.

[66] Rui Ramos, obra cit. na nota (24), pág. 504.

passeio triunfal às terras do norte. É tal a confusão e tal a ausência de senso moral que se observa em tudo, que em Évora foi dado um grande banquete ao Governador Civil pessoa séria, velho republicano, de serviços assinalados ao partido e ao mesmo tempo a dois aspirantes do telégrafo que, sem serem republicanos, mas esperando os acontecimentos, se puseram de capa e sonegavam telegramas em que de Lisboa pediam que partisse, sem perda de tempo, a cavalaria ali aquartelada!

Em Penafiel, ou não sei onde, um sargento revoltoso do 16 que chegou à terra com licença, foi aclamado pelo povo até aí monárquico – e uma deputação de oficiais dos aderidos de agora foi visitá-lo e abraçá-lo – dando-lhe depois um banquete. Como estes são aos milhares os factos – cito-lhe estes por serem típicos».

Factos, de resto, que falam por si. Pouco há acrescentar, a decifrar. A pasta da Guerra, sobraçada pelo general Correia Barreto, um trãnsfuga de última hora (que não o era...) “repescado” por Afonso Costa, fatalmente havia de ser dominado pelos sicários deste, uma chusma de oficiais ainda de patente menor. Aliás, devidamente organizados desde o princípio e a si mesmos se apelidando – sinistramente – os «*jovens turcos*» ou a «*Jovem Turquia*».

[67] Vd. Instituto da História Contemporânea, disponível em ihc.fcsh.unl.pt/pt/recursos/biografias/item/4452-poppe-alvaro-1872-1972.
[68] Jaime Nogueira Pinto, *Nobre Povo – Os Anos da República*, ed. A Esfera dos Livros, 2010, pág. 243.
[69] Pulido Valente, obra cit. pág. 120.

Era um grupo numeroso quanto baste. A sua tarefa – a «*organização e a republicanização do Exército*» com sequentes campanhas por todos os quartéis do País, especialmente no Norte⁶⁷. Entre os inscritos nesta “quinta coluna”, o capitão de Cavalaria Álvaro Poppe cujas façanhas revolucionárias Alfredo Guimarães sintetiza. Atribuem-lhe – a ele e aos seus parceiros – honrosas folhas de serviço. Não será bem assim... Todos *afonsistas* intransigentes, e como tal entusiastas da participação portuguesa na Guerra Mundial, a verdade é que na mesma buscaram para si colocações mais resguardadas, bem longe das frentes de combate. Assim a História lhes reservou assento no denominado «*Rol da Desonra*»⁶⁸.

O mais são episódios da longa série do caricato: os telegrafistas – em boa verdade, os membros da choça local⁶⁹ - heroicizados por não transmitirem pedidos de Lisboa à Cavalaria eborense; o sargento de Infanteria 16 vindo à sua Penafiel natal e aclamado pelo povo, reverenciado pela hierarquia militar, como se dum libertador se tratasse...

Continuando:

«Zé Relvas meu amigo do bric-a-brac depois de escorraçar meio mundo e transferir outro meio, sem pés nem cabeça, nomeou Director Geral dos Próprios Nacionais – lugar de ministro – um homenzinho chamado Alfredo Leal – personagem conhecidíssimo em toda a Lisboa, criatura da mais baixa extracção, de vida suja e absoluta ignorância, que tinha, ali para as Portas de Santo Antão, uma casa de leilões. Uma vez (na ocasião contei eu

isto a seu irmão que deve lembrar-se) um homem do Porto mandou a este cavalheiro para ele vender à comissão um quadro de Sequeira um tanto deteriorado, mas muito bonito e pelo qual me pediram 600:000 rs. Fui uma das primeiras pessoas que viram o quadro e ofereci por ele 250:000 rs. Responderam-me que era provável que não quissem entregar o quadro, por essa oferta, mas que em todo o caso ia escrever nesse sentido.

Passados dias voltei a perguntar pelo quadro e recebi como resposta que o dono o retirara da venda.

Passou-se bastante tempo e conversando um dia com o Relvas vim a saber que o quadro fora adquirido por ele por 100.000 rs.

O Sr. Leal para ser agradável ao Relvas, roubou o dono do quadro em 150:000 pelo menos, visto que ainda podia ter obtido maior oferta do que a minha.

Isto conto eu apenas para provar como o homenzinho é patife – pois estou convencido que o Relvas não teve conhecimento desta roubalheira, porque de contrário não se aproveitaria dela. Apenas estes esforços que o Sr. Leal fazia, porque ele era incansável em servir o Relvas, concorreram agora para facilitar-lhe a nomeação pois para pagar os serviços, que ele fez à causa republicana, bastava nomeá-lo 2º ou 3º oficial e já estava com sorte. Um dia muito antes de eu ir para França o secretário de Inglaterra, Herbert Meraviyer, contando-me que em Lisboa os negócios de antiguidades eram coisa pouco segura, falou-me com horror desse Leal, a cuja casa nunca mais voltara porque o considerava un imbecile doublé d'un valeur. Que diria a Grã-Bretanha se soubesse que a República Portuguesa escolhia assim os seus Directores Gerais!».

[70] ANTT, cód. ref. PT/PNA/DGFP.

De volta ao «Zé Relvas», o seu «amigo do bric-a-brac», Alfredo Guimarães comete outra imprecisão. A saber:

Depois de Outubro de 1910, o Ministério da Fazenda foi crismado “Ministério das Finanças”. E, na sua estrutura, as Direcções-Gerais do Tesouro e da Estatística e dos Próprios Nacionais ficaram resumidas na Direcção-Geral da Fazenda Pública. Paralelamente, o Governo Provisório criou a Superintendência- Geral dos Paços Reais, encarregue da administração dos bens da Casa de Bragança. Foi nesta última que o citado Alfredo Leal desempenhou o cargo de secretário⁷⁰.

Quem era este apaniguado de José Relvas? Um republicano, sem dúvida. Dono do seu comerciazinho, razoavelmente agiota, na Rua das Portas de Santo Antão, ao Rossio. Gostando de agradar ao seu ícone, a acreditar em Alfredo Guimarães, e depois devidamente recompensado. Personagem de quarto ou quinto plano, não constante das fileiras dos revolucionários, ainda

assim deu entrevistas, por exemplo sobre o drama do Almirante Reis⁷¹. E um sobrevivente: em 1936, já na II República, ainda se via alcandorado à chefia de secção da Direcção-Geral da Fazenda Pública⁷².

Durante três dias Alfredo Guimarães tomou folego. A Revolução completara já um mês e a questão das colocações era candente. A da instabilidade do Governo Provisório também:

«*Caro Vicente*

8-11-910

Só hoje posso voltar a escrever-lhe e continuarei a passar em revista os ministérios – principiando pelo meu. Aqui por agora são poucas as novidades. O nosso ministro (que creio ser boa pessoa) pouco tempo se demora à testa dos negócios das Obras Públicas pois vai para o Brasil – para onde foi nomeado embaixador e onde tem de sociedade com um patusco uma loja de cabedais...

Que inveja vai este homem fazer aos colegas (os das caixas) se consegue que se afreguesem na loja os outros colegas (os diplomatas) e o respectivo pessoal.

Diálogos prováveis no Rio de Janeiro

Onde vais tu, oh caixa? Vou à Legação de Portugal comprar vitela para umas gáspeas – ou então

- Estes diabos destas solas que comprei ao Ministro de Portugal não duram nada –

ou então

- Quem quiser andar bem calçado é fornecer-se na embaixada de Portugal; não há Legação onde os coiros sejam de tão boa qualidade!»

À data da Revolução, o autor da missiva era funcionário do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, a partir de 10 de Outubro designado Ministério do Fomento. O PRP entregou essa pasta a António Luís Gomes, «um portuense que levou algum muito tempo a perceber o que se passava em Lisboa»⁷³.

E o que se passava então em Lisboa? Como se tem visto, desde o tiro de partida para

[71] Hermano Neves, obra cit., pág. 104.

[72] Cfr. Fundo da Direcção-Geral da Fazenda Pública, disponível em www.sgmf.pt/formulario/Arquivo/Newsletters/Newsletters_26_Out-Dez_12_ficheiros/DGFP/DGFP_TES_PI.pdf.

[73] Rui Ramos, obra cit., págs. 439-440.

o movimento revolucionário, no dia 3, um amontoado de intrigas, desconfianças e um ódio infrene nos bastidores, onde mandavam Afonso Costa e Bernardino Machado, e a “frente de batalha” em que deram a cara Machado dos Santos e uns tantos oficiais marinheiros.

Comentando a anterior carta se referiu já como o PRP abocanhou o aparelho de Estado e Afonso Costa forjou um governo a seu contento, rematado por António Luís Gomes e Azevedo Gomes, o ministro da Marinha, também «*figura mais ou menos irrelevante*»⁷⁴.

Em suma, desde o primeiro minuto a República foi um contínuo distúrbio intestino. A favor ou contra a *entourage* de Costa (*O Mundo* de França Borges, o rico comerciante Grandela, o malfeitor “Borges das Bombas”...) e de Bernardino, sempre amável e solícito, sempre tratando os seus maiores inimigos por «*meu queridíssimo amigo*»⁷⁵...

Por tudo isto se afastou António Luís Gomes da política, «*enojado*» e «*revoltado*»⁷⁶, quando em Novembro os comités revolucionários exigiam a demissão em massa dos funcionários públicos⁷⁷.

Depois Alfredo Guimarães entra em troça vã sobre o seu ministro e um pretense negócio de cabedais com um brasileiro. António Luís Gomes, licenciado em Direito, recusaria um convite para lente na sua Faculdade, em virtude de necessitar deslocar-se ao Brasil para tratar de interesses familiares desguardados com a morte do seu pai. Voltaria a Portugal, ao Porto, onde a Revolução o foi buscar para integrar o Governo. Aceitou este convite, sempre sob condição, e acelerou a saída face ao que assistiu⁷⁸. O lugar de embaixador no Brasil convinha-lhe e foi seu. Mas não se livrou das críticas enraizadas na sua «*casa de couros no Rio Grande do Sul*»⁷⁹. Fraca paga para quem tão lhanamente tratara todos os funcionários que o seu Ministério herdara da Monarquia.

Identicamente, pelos outros ministérios a vida não corria tranquila:

«No Ministério da Marinha pediu a sua exoneração um tal Hugo de não sei quê, nomeado ultimamente Director-Geral e homem de confiança do Governo Provisório, tais foram as imposições que lhe fizeram e as poucas vergonhas e as injustiças que viu fazer e queriam que fizesse, que se pôs ao fresco dias depois de tomar posse.

Nos Estrangeiros passaram-se as coisas mais ridículas que mais ou menos deve compreendido pelos jornais. D. Bernardino estende-se a cada passo e creio que tem tido grandes amargos de boca de valha a verdade se compensa largamente tirando o chapéu a torto e a direito, agradecendo as contumélias que lhe fazem e as que lhe não fazem.

Outro dia é que foi para casa muito triste e abatido. A mulher coitada vendo-o entrar tão

[74] Rui Ramos, obra cit., págs. 439-440.

[75] Rui Ramos, obra cit., págs. 439-440.

[76] Costa Brochado, *O Sr. Norton de Matos e a sua Candidatura*, ed. Portugal Editora, 1949,, pág. 90.

[77] José Adelino Maltez, *Polítipédia*, disponível em www.politipedia.pt/governo-provisório-1910-1911.

[78] Joaquim Veríssimo Serrão, obra cit., pág. 47.

[79] Joaquim Leitão, *Anais Políticos da República Portuguesa*, vol. I, pág. 193.

murcho não se fartava de lhe perguntar os motivos, mas ele ... moita!

Pôs-se a sopa na mesa e Bernardino preocupado, ainda não tinha levado a primeira colherada à boca já os meninos e a madame tinham inteiramente rapado os pratos. De vez em quando dizia entre dentes – só trezentos e vinte e cinco! Suspirava e de novo se recolhia à sua amargura. Já farta de lhe ouvir repetir aquele número a madame aflita perguntou-lhe: oh homem – que história é essa de trezentos e vinte e cinco? O cidadão – nada! Daí a pouco outra vez a madama – oh Deidinho porque estás sempre a dizer – só trezentos e vinte e cinco? Queres dizer na tua que o ordenado é pouco, que mereces mais do que trezentos e vinte e cinco? Então D. Bernardino magoado com a ideia da esposa resolveu-se a falar – oh menina tu sempre tens coisas! Pois então serviços como os meus podiam lá ser pagos com trezentos e vinte e cinco diários?! Isso de teres dado á luz tantos meninos deu-te volta ao miolo Lili, e, inclinando-se ao ouvido da companheira, explicou amargurado – não Lili não! Não se trata de honorários. É que hoje desde que sai de casa até me sentar na cadeira ministerial só fui cumprimentado por trezentas e vinte e cinco cidadãos – não fazes ideia Lili (e aqui já os soluços lhe embargavam a voz) quanto estas coisas me desgostam. Nos primeiros dias, filha, era um chapéu por dia, tu sabes Lili, chegava a casa sem abas. Depois a coisa foi diminuindo. Ontem ainda tive 487 e hoje 325!! Se isto assim continua dou a demissão e passo-me para os monárquicos. Estou aqui estou Talassa!»

[80] Joaquim Veríssimo Serrão, obra cit., pág. 48.

A escolha do capitão-de-mar-e-guerra Amaro de Azevedo Gomes para ministro da Marinha e das Colónias fora também «uma improvisação do último momento»⁸⁰. Tratava-se de um homem sério. Não custa, assim, perceber se visse logo a mãos com embrulhadas. O «tal Hugo de não sei quê» seria, decerto, o então 1º tenente Vítor Hugo de Azevedo Coutinho. Três vezes ministro, a primeira das quais (1914-15) presidindo ao Executivo que antecedeu o do general Pimenta do Castro, este último findo em um verdadeiro banho de sangue. Será de questionar como, dada a sua – fidelíssima – ligação ao verdadeiro comando do Governo Provisório (Costa, Bernardino), encontrou Vítor Hugo motivo para um pedido de demissão. A não ser que Azevedo Gomes se revelasse – como parece que nunca se revelou – um homem decidido e capaz de enfrentar a dita chefia do PRP.

Já nos Negócios Estrangeiros Bernardino confirmava-se todos os dias igual a si próprio. Alfredo Guimarães alcunha-o jocosamente de «D. Bernardino» e a sua ingénita e burlesca deferência para com todos não desmereceria o epíteto. Mas sempre um «cidadão», o novo título oficial atribuído pela República a todos os portugueses. A anedota anexa, frouxa embora, também vai igual com o personagem.

Casara com D. Elzira Dantas, de quem teve 18 (!) filhos. Vida familiar à parte, não

é entusiasmante sobre ele se ler que, não obstante a sua postura de gentil-homem de Richelieu, sempre «*desagradou a gregos e troianos*», razão porque Guerra Junqueiro criou o verbo «*berdardinizar*», sinónimo de «*imbecilizar*»; e porque Fialho de Almeida lhe chamou «*bacoco*» e Ramalho Ortigão um «*maluco irresponsável sobre cujos actos e cujos escritos os psiquiatras lavrarão um dia o mais tremendo diagnóstico de irresponsabilidade mental*»⁸¹.

E quanto a este Sr. Ministro fiquemos por aqui em apreciações dos seus contemporâneos... Até porque a hipotética candidatura de Magalhães Lima à presidência da República já sobejamente o incomodava. A carta é sempre a mesma:

«12-11-910

Caro Vicente

Acabo de ouvir dizer que o Sebastião de Magalhães Lima se proporá para presidente da República. Subiram-lhe à cabeça as manifestações e não fez a coisa por menos. D. Bernardino já anda aflitíssimo com isso e parece que a coisa o entreterá definitivamente. Coisas extraordinárias se têm passado. Foram nomeadas umas comissões de sindicância dos ministérios – pois umas comissões publicavam nos jornais um convite à valsa – quero dizer à delação e à denúncia. Todos aqueles, seja qual for a sua categoria, podem escrever cartas dirigidas a um certo membro das comissões sobre modificações a fazer, alterações, procedimento de empregados, etc, etc. Já têm recebido tantas cartas os tais das comissões – de amanuenses acusando oficiais, de oficiais acusando os chefes, de chefes acusando os directores-gerais e de toda esta canalha a acusar-se uma à outra – que os democráticos a terem de as ler todas, levarão anos na sindicância!»

Avaliou-se ter sido a maior manifestação de sempre em Lisboa, a 31 de Outubro, de boas-vindas a Sebastião de Magalhães Lima, Grão-Mestre da Maçonaria, recém-chegado de Paris⁸². Foi na gare da estação do Rossio, até à sua casa na Rua de S. Roque (hoje da Misericórdia). E o sucesso tê-lo-á entusiasmado a voos mais altos, estava ainda por definir o modo de eleger a primeira figura do Estado e candidatos ao cargo, então, só no segredo dos deuses. O “modesto” Bernardino sonharia já com ele... Enquanto tal, a ala mais extremista do PRP preparava-se para varrer à vassourada os corredores do Poder, ante os protestos dos mais moderados António José de Almeida, Relvas e António Luís Gomes.

Daí a purga. E as inevitáveis denúncias e delações. Para completar o quadro de demagogia, o propósito republicano de trazer «*o povo para dentro das instituições, mostrar-lhe como as coisas funcionavam, governar na sua frente*»⁸³.

[81] Ernesto Rodrigues, obra cit., págs. 205 e 206.

[82] Rui Ramos, obra cit., pág. 431.

[83] Idem, pág. 432.

Mas falharam estrondosamente as centenas de sindicâncias efectuadas em toda a Administração Pública, em situação «*pouco menos que impecável*». Do mesmo passo, os militantes do PRP «*não tinham nem as qualificações nem a experiência necessárias para substituir o pessoal nomeado pela Monarquia*»⁸⁴.

O partido fragmentava-se. A alusão final deste trecho aos «*democráticos*» era já um prenúncio do seu remanescente afonsista, após as cisões perpetradas por António José de Almeida (Evolucionistas) e Brito Camacho (Unionistas). As notícias sobre as iniciativas políticas do furibundo Machado dos Santos ficariam para dois dias depois.

«14-11-910

Como não mandei esta ontem ainda hoje rabisco umas linhas. O tal desse Machado dos Santos não quis aceitar a promoção que o Governo lhe oferecia! Achou pouco – e deu o nome para se fundar um jornal chamado O Intransigente – já saíram dois números e eu mando-lhe o de hoje – que vem cheio de críticas ao Governo. Quando a república foi declarada, o Afonso Costa, que é pardal de três assobios, disse ao ver não sei que atitude desta peça: «este há-de ser o maior inimigo da República» e parece que não se enganou!

Para acabar dir-lhe-ei que há muito quem diga que o Governo luta com grandes dificuldades de toda a ordem. As juntas de paróquia impõem-lhe demissões, nomeações, transferências – medidas de toda a ordem – o diabo! Os carbonários ameaçam-nos como fizeram outro dia ao Afonso Costa, por ele empregar a família. Querem os lugares para eles!

*Dificuldades financeiras não faltam também. 500.000.000 reis não chegam para as dívidas do movimento de agora e do 28 de Janeiro - e até do 31 de Janeiro - de que aparecem «custas por pagar». As recompensas, as promoções, as indemnizações, as manifestações e várias coisas acabadas em ões *também levam muita massa e os pensionistas estão atrapalhados, cedem, caro Vicente. Brevemente lhe escreverei outra se responder a esta contando também alguma coisa.**

Já cá tenho as ferragens que vou mandar-lhe como encomenda postal.

Escrevi ao António para Berlim, pedindo-lhe para ir ao cidadão Mai saber das gravuras e peço ao meu caro Vicente o favor de lhe escrever também, recomendando-lhe toda a atenção e cuidado neste assunto – é grande favor. A casa do cidadão Bernardo não tenho ido – brevemente aí irei e então direi as impressões colhidas.

[84] Pulido Valente, obra cit. pág. 127.

Adeus caro Vicente. Julia e Berta recomendam-se à Sra. Viscondessa e eu peço-lhe que apresente os meus respeitos a S. Ex.cia

Amigo do coração

Alfredo

Ainda e sempre a perfídia de Afonso Costa. Era sua meta eliminar as oposições dentro do PRP e pôr cobro à rua republicana e reivindicativa dos carbonários de Machado dos Santos. De permeio, porque lhe faltasse gente competente, não dispensaria os «adesivos» recicláveis. Combatia, por isso, em diversas frentes - «*Sim, a República fez-se para todos, mas isto não quer dizer que todos hão-de conservar na República a situação que tinham na Monarquia*», proclamava Brito Camacho no seu jornal *A Luta* de 22 de Outubro... Quanto a Machado dos Santos, ainda se cuidou de aliciá-lo com o governo da remotíssima Moçâmedes⁸⁵. O «fundador» recusou, e foi fundar mais um periódico republicano, *O Intransigente*, o órgão dos «verdadeiros carbonários», implacavelmente perorando contra o Governo Provisório e os «adesivos». Auxiliam-no nessa empreitada os portuenses Sampaio Bruno, Basílio Teles e António Claro, escrevendo muitos editoriais que depois Machado dos Santos assinava⁸⁶.

[85] Idem, pág. 159.

[86] Rui Ramos, obra cit., pág. 445.

Até à sua morte, em 20 de Outubro de 1921, assassinado pelos ocupantes da famigerada «*camioneta fantasma*», sempre o «*herói da Rotunda*» manteve bem acesa a chama oposicionista – por vezes com armas – a Afonso Costa. Quase sempre perdendo...

A I República prosseguiria neste ritmo até final. E, já depois da despedida (e da menção a vários «*cidadãos*» entre os quais António da Costa Cabral, secretário da Legação de Berlim, e o Conde de Arnoso), em jeito de *post-scriptum* Alfredo Guimarães não resistiu a deixar o registo do que seria voz corrente nas suas tardes de Havaneza.

Deste modo:

«*Diz-se*

Que as Novidades vão aparecer dirigidas pelo cidadão Colen que dará pancadaria a torto e a direito – inclinando-se entretanto levemente para os talassas.

Que o Povo de Aveiro teve um tal êxito que chegaram a parar os eléctricos na Rua do Ouro, pela gente que se sentava em redor dos vendedores.

Que antes da revolução – Couceiro, Martins de Lima e José Lobo quiseram impor

ao reizito a deposição do asno do Teixeira de Sousa o que não se fez por causa do Vasconcelos Porto.

Que o ódio entre Brito Camacho e Afonso Costa é tal que qualquer dia se engolem um ao outro.

Que entre o próprio povo já há muitos descontentes e que até alguns republicanos começam a descrer da Republica.

Que os géneros em Lisboa têm subido todos, o que faz ficar o povinho com a pedra no sapato.

Que o que lhes vale é o povinho ver que há sangue nos empregados públicos e no que eles se acostumaram a invejas, pois de outra forma ser-lhes-ia difícil entreter o fogo sagrado.

Que o título de D. Carlos não foi mudado ao cruzador por imposição do Governo Inglês, mas sim porque os oficiais do barco inglês que aqui esteve mostraram o seu desgosto – o que bastou para o governo se encolher, como sempre tratando-se de Inglaterra.»

[87] Pulido Valente, obra cit., pág. 252.

Decifrando a mais expressiva maledicência: O *Novidades* era um jornal afecto ao Partido Regenerador e José Barbosa Colen o seu director até 1907. Um jornalista e notável polemista cujo regresso a estas lides – na sua nova categoria de «cidadão» - agradaria aos meandros politiquieiros da Lisboa caladamente monárquica. E o *Povo de Aveiro* o semanário fundado por Francisco Homem Christo, um republicano do 31 de Janeiro cujo desprezo pela pessoa e pela conduta de Afonso Costa o traria ao convívio com a imprensa e as organizações realistas, e cuja escrita demolidora o levaria, já depois de 1910, ao exílio em Paris. Vasconcelos Porto: oficial de Engenharia, foi o Ministro da Guerra de João Franco; antes da Revolução participava do grupo mais conservador rival de Teixeira de Sousa – donde a ironia da *boutade* acima reproduzida.

Concluindo. No intervalo da agitação nas ruas dos carbonários e das «massas», ou mesmo dos pronunciamentos militares e das milícias armadas civis, a Capital ia-se habituando às novas condições de vida e os “rapazes” retomavam o seu jogo preferido – a chalaça! Assim decorreriam 16 anos mais na História. Ao sabor – palavras de Pulido Valente⁸⁷ – da «fraseologia plebeia e igualitária dominante de todos os partidos ou grupos republicanos», dos quais «só a Carbonária Portuguesa se pareceu com uma autêntica organização popular. No PRP e, a seguir, no Partido Democrático de Afonso Costa, os dirigentes e os militantes não provinham dos mesmos grupos sociais: e se os dirigentes estavam dispostos a usar os militantes para os seus próprios fins, não estavam, evidentemente, dispostos a permitir que se pusessem em causa os seus santos privilégios».

4.



[1] Augusto Casimiro dos Santos, filho natural de Casimiro Augusto Pinto de Magalhães (bacharel) e de Cândida Rita dos Santos Pargo Mester (costureira), nasceu em Amarante, na freguesia de S. Gonçalo, no dia 11 de Maio de 1889. Foi legitimado por sentença judicial de 4 de Fevereiro de 1928. Casou duas vezes: com Judite Zuzarte Cortesão, irmã do médico e historiador Jaime Cortesão (5 de Junho de 1911), e com Adelina de Sousa Casimiro (2 de Setembro de 1944). Do primeiro casamento houve descendência (cinco filhos). Republicano, sem filiação partidária, foi poeta e escritor. Esteve ligado à Renascença Portuguesa e à *Seara Nova* (de que foi director). A sua carreira militar iniciou-se em 1905, ano em que assentou praça como voluntário no Regimento de Infantaria n.º 23, de Coimbra. Em 1909 concluiu o curso de Infantaria e no ano seguinte, 15 de Novembro de 1910, foi promovido a alferes. Em 1914 embarca para Luanda, sendo nomeado auxiliar e comandante da escolta da missão de delimitação da fronteira luso-belga. Nesse mesmo ano, a 1 de Dezembro, é promovido a tenente. Por motivo de doença, regressa a Portugal a 25 de Janeiro de 1915. É colocado no Colégio Militar como comandante da 4.ª Companhia, aí exercendo, mais tarde, a docência do 1.º grupo de disciplinas. Em 1916, já reintegrado no Regimento de Infantaria n.º 23, participa, em Tancos, na instrução preparatória do CEP. No ano seguinte, a 22 de Fevereiro de 1917, parte para o sector português que se encontrava no norte da França, passando a comandar a 3.ª Companhia do Batalhão de Infantaria n.º 23, a que chamou Quixote Company. É na Flandres que, a 29 de Setembro de 1917, em pleno teatro das operações, recebe as divisas de capitão. Terminada a guerra, fica ao serviço da Delegação Portuguesa à Conferência da Paz. Regressa a Portugal no dia 27 de Junho de 1919. A 23 do mês seguinte é nomeado vogal da comissão dos trabalhos de preparação histórica do CEP. No final do ano é novamente colocado na 5.ª Companhia do Regimento de Infantaria 23. A 20 de Janeiro de 1920 passa ao 5.º Grupo de Metralhadoras. A 30 de Junho de 1923, passa à situação de adido em consequência de requisição do Ministério das Colónias para desempenho de comissão de serviço em Angola. Desembarca em Luanda a 15 de Julho. Exerce as funções de chefe da brigada de topografia da missão portuguesa de delimitação da fronteira luso-belga até 13 de Agosto, data em que toma posse do cargo de governador do distrito do Congo, situação que mantém até 12 de Maio de 1926. Nesta

4. Memórias da Guerra, de Augusto Casimiro

Segundo o testemunho que Augusto Casimiro¹ deixa nas suas memórias, começou a ser bem aceite por todos “aquela afirmação arrojada e bela das primeiras horas da guerra: – a neutralidade, a inércia será a traição e a morte”². A ligação histórica de Portugal à Inglaterra, os laços que nos ligavam intimamente à França “pela comunidade diferenciada da cultura”, a par dos receios “quanto às intenções alemãs sobre as nossas colónias”, davam como “bem clara a indicação primeira da nossa atitude”³.

Não ignorava que em Portugal a guerra não “era popular”, que só uma minoria compreendia “a vantagem, a absoluta necessidade da nossa intervenção”⁴. Sabia que não se ateara “um incêndio de exaltação patriótica”. A classe média, “pseudo-culta”, não compreendia “a instante necessidade da nossa intervenção militar”. Não faltava nela quem supusesse essa intervenção o criminoso resultado duma cabala beneficiando apenas os republicanos que a defenderam e promovem”⁵. Havia até quem, “nos limites da sua indecisão covarde e medo de afirmação”, fomentasse “a ideia de rebelião perante a ordem do primeiro embarque”.

Entretanto, o povo esperava. E se não ardia “em entusiasmos bélicos excessivos”, era, porém, a única “camada livre do grande contágio”. O povo compreendia, sabia...

As nossas tropas marchariam pois para França. Os soldados saberiam encontrar as razões que lhes moveriam “o orgulho e valor esquecidos”; os oficiais aprenderiam “a melhor sentir a verdade que suspeitam já...”⁶. Que viesse, pois, a ordem de embarque. Que dessem ordem de partida. Seriam outros. Partiriam todos. “Apesar de tudo”⁷.

No dia 21 de Fevereiro de 1917 deu-se início à mobilização da sua unidade, o Regimento de Infantaria n.º 23, de Coimbra. De Tancos, onde se fizera a preparação para o teatro de guerra, levava “uma impressão cheia de promessas”⁸.

Nas notas que escreveu, e de que resultou aquele que foi talvez o mais famoso livro de memórias de guerra do seu tempo (*Nas Trincheiras da Flandres*), notas que, como diz, constituem um “sinceríssimo depoimento” de quanto ia passando nessas “horas supremas [...] entre oscilações, da mais segura confiança ao desânimo mais desmoralizado”⁹, regista Augusto Casimiro, com um contido realismo que a circunstância aconselhava e o pudor impunha, o retrato físico e moral dos seus homens, que, em azáfama apressada, se cruzavam nos corredores das casernas:

“Uma grande severidade em todas as faces. Alguns olhos vermelhos de lágrimas. Os soldados riem, dum riso tumultuoso, excitando-se. [...]

Os mais entusiastas resolvem tudo, dobram a facilidade desta pesada tarefa que é vestir tanto homem, encaixotar, pôr em ordem, com tão pouco tempo, toda a impedimenta dum batalhão que parte.

Dos outros, uns protestam, sem convicção, contra o imprevisto de tal ordem. Outros despedem-se das famílias...¹⁰.

Em casa, passa essa última noite em claro. Os gemidos da mãe não o deixam sossegar. Chora mas é feliz. No dia seguinte, dia de partida, há parada em ruas e avenidas cheias de gente. Ouvem-se soluços, há “olhos rasos, ansiedade”¹¹.

O barco larga do Tejo. Para trás ficam os Jerónimos, a Torre de Belém; “os soluços mudos largam voo... o coração dilata-se...¹². Bailam nos lábios do poeta-soldado os versos que um dia há-de escrever. É a “hora da prece”:

*Cale-se a voz do Mar, durmam as ondas mansas,
Tombem as velas no convés da nau veleira...
Nasça o luar beijando o berço das crianças,
Venha a noite embalar, materna, a terra inteira...¹³*

Nessa nau que é Portugal e o marujo é Poeta arribam à “Terra de França” numa noite de Fevereiro. De manhã, no cais onde desembarcam, e onde andam, “tão sujos”, soldados portugueses, uma banda da Marinha francesa toca “A Portuguesa”. “Que belo é” o nosso hino! E a Marselhesa! O sol, mais claro, entra no peito dos soldados, que gritam “França! França! Pátria! Portugal!”.

Chegam (é já Março) ao primeiro acantonamento. Os franceses estranham “o ar comedido, afável, amigo...” dos nossos soldados. Mal conhecem Portugal. Supunham-no um país “sem exército, sem instrução, sem cultura”. Ficam por isso surpreendidos e gratos com o amor dos portugueses pela França¹⁴.

Ao longe ouve-se o canhão. A ausência é um calvário. Mas “os calvários redimem”, escreve Augusto Casimiro, que pedia apenas uma coisa: que os 250 homens da sua Companhia, que já distinguia de todos os outros, estivessem sempre consigo¹⁵.

Os dias passam. Chega o mês de Abril. À sua volta a neve cobre ainda tudo de branco. Que saudades da florida Primavera portuguesa! Lê uma carta de sua mulher. Os olhos ficam rasos de água, o coração “cheio de tumulto”. Nunca sentiu Deus como agora o sentia, nem nunca a sua “alma respirou um ar mais puro e forte”¹⁶.

data, chamado pelo ministro das Colónias, regressa a Lisboa. Com situação indefinida (viviam-se então os primeiros tempos da Ditadura Militar), por portaria de 6 de Julho “foi considerado demorado na Metrópole (...) por um período de seis meses desde a data da apresentação no Ministério das Colónias”. A 1 de Dezembro embarca novamente para Angola. Chega a Luanda no dia 20 desse mês. Exonerado do cargo de governador do distrito do Congo, passa a exercer, em comissão de serviço, as funções de secretário Provincial do Interior, de que toma posse em 24 de Dezembro. Por portaria de 26 de Janeiro de 1927, é nomeado vice-presidente do Conselho Executivo, tendo sido encarregado do governo de Angola durante a ausência do Alto-Comissário Norton de Matos, desde 28 de Janeiro a 7 de Março desse ano. Chamado a Lisboa pelo ministro das Colónias, embarca a 3 de Maio de 1928. Por portaria de 28 desse mês, é-lhe concedida a situação de demora por 90 dias. A 10 de Outubro, é exonerado do cargo de secretário Provincial do Interior. A 12 de Dezembro apresenta-se no Ministério da Guerra. A 8 de Maio de 1931, na sequência das actividades revirralhistas a que esteve ligado, nomeadamente na Revolta da Madeira, é demitido de efectivo do Exército. Nos termos do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 26.636, de 25 de Maio de 1936, é reintegrado no serviço do Exército, ficando na situação de reformado. Augusto Casimiro faleceu em Lisboa, a 23 de Setembro de 1967. Para um estudo mais completo sobre o percurso militar (e não só) de Augusto Casimiro, vd. Luís Alves da Fraga, “Augusto Casimiro: Militar, Cidadão e Escritor”, in *Actas do Colóquio Os Militares na Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1999, p. 313-356.

[2] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, Viseu, Quartzos Editora/Lisboa, Direcção de História e Cultura Militar, 2014, p. 30.

[3] *Ibidem*.

[4] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 32.

[5] *Ibidem*.

[6] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 33.

[7] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 35-36.

[8] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 31.

[9] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 29.

[10] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 39.

[11] *Ibidem*.

[12] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 41.

Mas também em França a Primavera acabaria por surgir. E era ainda Abril. Ele e os seus homens preparam-se para ir à trincheiras. Partem ao meio-dia, sob um sol ardente. São muitos os quilómetros a percorrer. O peso do equipamento e a dureza do calçado deixam marcas penosas nalguns dos seus homens. Ainda assim, os pelotões seguem a cantar. Entre essas vozes perde-se a voz do poeta-soldado¹⁷.

Passam a noite em Haversquerque. Ouvem-se com mais nitidez os canhões. No dia seguinte retomam a marcha. Atravessam Merville, La Gorgue e Estaires. Marcham com orgulho, como se fossem um só homem.

Perto de Laventie, Augusto Casimiro brinda com um oficial inglês que viera ao seu encontro. Brindam à vitória dos Aliados e à sorte dos seus homens. A marcha continua. Já se ouve “o silvo inimigo das granadas”. Chega a noite. No dia seguinte vão pela primeira vez à “primeira linha”¹⁸. Eis finalmente “A Hora de Nun’Álvares”, que ecoa na confissão destes seus versos:

[13] Augusto Casimiro, “A Hora de Nun’Álvares”, in *Obra Poética*, Lisboa, INCM, 2001, p. 293.

[14] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 52.

[15] *Ibidem*.

[16] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 53.

[17] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 63.

[18] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 65.

[19] Augusto Casimiro, “A Hora de Nun’Álvares”, in *Obra Poética*, p. 295.

[20] Augusto Casimiro, “A Hora de Nun’Álvares”, in *Obra Poética*, p. 299.

Pátria, perdoa... eu venho alvoroçado!
Sinto em mim, num receio e ardor divino,
Que o momento supremo é já chegado,
Que és frente a frente, ó Pátria, ao teu destino!
...
Venho de ouvir a rude Profecia.
— Somos na límia duma idade nova!
Dum lado a luta e, ao fim, a aleluia.
*Doutro a vergonha inerte ao pé da cova!*¹⁹
...
— Pátria, subo os degraus do teu altar!
No meu Amor fundiu-se a tua graça
Com a graça de Deus, como um luar
Que em minha alma e sobre nós esvoaça!

De lágrimas nos olhos, Pátria, eu venho,
Puras as mãos, a alma ajoelhada!
E venho dar-te tudo quanto tenho:
*— Meu Amor, o meu canto, a minha espada!*²⁰

Num dia de Maio, ao cair da tarde, o seu “orgulho de chefe” impõe-lhe um gesto. E sai do parapeito. Logo se ouve a rajada de um *boche*. Tomba no chão. Julgam-no ferido ou morto. Mas logo se levanta e regressa à trincheira.

No mês seguinte tudo continua na mesma. Defronte do seu abrigo há duas campas. Uma delas tem uma dedicatória, em inglês, “à amável memória dum soldado desconhecido”. Sobre essa campinha, “de joelhos, uma figura de anjo vela de mãos postas”. Na outra campinha, a Virgem com o Menino. Duas “imagens exiladas” da igreja de Neuve-Chapelle, que as balas de canhão fizeram em ruínas.

Um dia, o soldado-poeta irá ao mosteiro da Batalha, que é altar da Pátria, e como se fora um ramo de flores aí deixará os seus versos ao soldado-desconhecido, que Portugal também os teve. Com orgulho, mas de coração a sangrar, dir-lhe-á nesses versos:

*Morto desconhecido! — Ó vulto puro
Que resumes em ti a Pátria inteira
Ao serviço do Mundo e do Futuro!
Ó Morte heróica, Vida verdadeira.*

...

*Eis que junto de ti, não pra chorar-te,
Mas pra servir teu grito de comando,
Pra nos darmos à Pátria em toda a parte
Em que esse grito ecoe, comandando.
Eis que nós vimos!*

— Somos a corte

*Dos que foram contigo, - pela terra
Por Portugal e o Mundo, — face à Morte!
— Os da França, da África, da Guerra!*²¹

Na “ronda da Morte” uma metralhadora cortou “toda a santa noite”. O barulho parecia ser então ainda mais sinistro. Há morteiros que caem. Ouve-se uma voz, que é arauto da desgraça: “Lá se foi o Penetra... Um estilhaço no coração... Tão bom rapaz”²².

Há meio ano que Augusto Casimiro não vê a família. Escreve uma carta a seu filho que a mãe há-de ler-lhe. Fala das trincheiras, onde estão soldados, “onde as metralhadoras cantam, carquinam, rufam, vomitando balas”, onde rebentam morteiros que “despedaçam” e “rasgam”²³.

E os dias passam, os meses passam. Sente-se “envelhecido, — de sono, da fadiga...”²⁴. Com as chuvas de Verão, é só “lama, sempre lama”. Escreve novamente ao filho. Que não tema, não tenha medo. Um tenente inglês do Regimento de Norfolk disse-lhe que não morreria na guerra.

E ele acreditou, “porque os mortos têm sempre razão”. Na guerra não se morre. Poderia o seu filho entender estas palavras?

[21] Augusto Casimiro, “Oração Lusíada”, in *Obra Poética*, p. 319-320.

[22] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 80.

[23] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 92.

[24] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 127.

Chega Setembro, a promoção a capitão e uma licença de campanha. Admite, “pela primeira vez, que a linha é fortemente insalubre”, a guerra “dura”, a vida “um inferno”.

Parte para Portugal no dia 16. Mas a visita é breve. A licença era de 15 dias apenas. E as saudades dos seus soldados “inquietavam-lhe os dias”. Apresenta-se na sua unidade a 29 de Setembro. Regressa a França e a 8 de Outubro já está novamente com eles.

Em Novembro a “Quixote Company” vai, enfim, descansar “longe da linha”. Partem em camiões, debaixo de chuva, por caminhos lamacentos. Mas o destino de Augusto Casimiro não é o mesmo. No dia 7 fora nomeado instrutor do 4.º curso da Escola Preparatória de Oficiais Milicianos. Era “o fim das trincheiras, a vida garantida...”. Dura pouco, porém, esse afastamento. Não quer. A seu pedido, é exonerado a 23 de Dezembro para regressar à sua companhia que ia entrar nas linhas após 40 dias de permanência à retaguarda.

A neve também regressa. E é sobre um manto alvíssimo que os seus soldados marcham, “cabeça levantada”, atravessando vilas e cidades da Flandres.

[25] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 185.

[26] *Ibidem*.

À noite, por vezes, há tempo para confidências. O alferes Turíbio, seu jovem camarada, campeão nacional dos 200 metros, nunca pensou ir à guerra. Quis, porém, “contra a patriótica indignação familiar”, ser soldado. Esteve no *front*, combateu o *boche*, foi três dias a Paris. A licença deu para visitar a terrinha, lá para os lados da Beira Alta. Não se deu bem. Os ares da serra faziam-lhe mal. Sufocava. Tinha saudades da Linha. Voltou para a Flandres. E quando pôde, numa prosa “indiscreta” e “pesada”, escreveu a sua história que deu a ler a Augusto Casimiro.

Chegam ordens para um ataque de surpresa ao parapeito dos *boches*. O coração de Augusto Casimiro bate-lhe apressado. Chama os seus sargentos. São precisos voluntários. Esvazia os bolsos. Escreve uma carta. Para o caso de não voltar. “Tudo pronto”, dizem os sargentos.

Os que ficam olham em silêncio. De repente há um que corre e grita: “Meu tenente, meu tenente! Deixe-me ir, quero ir! Ó meu tenente!”²⁵.

120 metros separam-nos do objectivo. Rastejam. Alguns não querem. Acham mais cómodo “a marcha a quatro membros...”²⁶.

As vozes dos *boches* já se ouvem. Guinam à esquerda. O arame deles já se vê. Dois *boches* estão apenas a oito metros. São duas horas e meia da madrugada. De repente caem algumas granadas e um *boche* “faz cantar as culatras”. Os nossos *cavam* “por grupos, conforme o plano”.

“– Quem falta?”

– Há gente a mais, meu tenente”.

Deviam ser 19; contaram 21. Alguns, mais teimosos, mesmo sem licença também quiseram ir. Mas um, o mais valente, ninguém o vê. Nem no abrigo nem em lado nenhum. Os minutos passam e o “Santo André” (como os seus camaradas chamavam a esse soldado “pequeno e loiro”) não aparece. Um camarada procura-o novamente. E traz a notícia que todos recebiam. Estava morto, “nos arames, numa cova de morteiro”. Não, não ficaria nas mãos deles. Era preciso ir buscá-lo. Os mortos só dormem sossegados ao lado dos companheiros, nos cemitérios onde vão visitá-los.

O comando, porém, opõe-se. Receia a violência do *boche*. Augusto Casimiro argumenta em vão. Chama, porém, o cabo e nomeia dois maqueiros. E sobe à linha com um alferes da Companhia. Desobedece pela primeira vez.

No parapeito alemão erguem-se quatro cabeças.

“– Meu tenente, vou?”, pergunta o cabo.

E o cabo avança com os maqueiros pela terra de ninguém. Os *boches* levantam a cabeça. Augusto Casimiro fecha os olhos. Junto à linha, os maqueiros levantam o cadáver. Devagarinho. O cabo saúda os *boches* que retribuem o gesto. Augusto Casimiro sobe ao parapeito e grita: – *Danke Schön*. O seu “Santo André”, de ventre desfeito e coxas dilaceradas, “veio dormir ao lado dos seus irmãos”²⁷.

Último dia do ano de 1917. Tempo de balanço. Na Flandres, apesar de tudo quanto testemunhou, “visões teatrais, de epopeia” nunca Augusto Casimiro as viu. Essas só as viam “quem nunca fez a guerra”, aqueles a que chama “cronistas ausentes, palavrosos escrivães”, autores de “lugares comuns”, que ele e os seus camaradas liam indignados nas trincheiras, os que não sabiam da “austera severidade” dos que cumpriam “o seu dever na lama, no sangue, em luta consigo e com todas as forças tumultuosas e miseráveis ... Perto da Morte”, essa que lhes ensinava “graves silêncios...”²⁸.

A França (escreve nessa data) vivia “na aceitação cristã da dor, na atitude que oferece, na exaltação ardente”. Sabia que se batia “em defesa de Deus”. Lá longe, porém, havia um “Portugal desfeito, torvelinhando em ciclone de loucura inútil”, onde era grande “o desprezo pela Pátria” e pelos seus soldados, que na Flandres estavam “no exílio, exilados de todo o carinho, perdidos para a fé dos que ficaram em nevoeiros torpes”²⁹.

O golpe militar de Sidónio Pais, iniciado no dia 5 de Dezembro, em Lisboa, teve graves

[27] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 187-206.

[28] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 25.

[29] Augusto Casimiro, *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 220-221.

consequências para o CEP. Contra a opinião dos seus comandos, o governo sidonista assinou com a Inglaterra a Convenção de 21 de Janeiro de 1918, que haveria de reduzir as nossas forças e limitar a sua autonomia.

Nesse mês de Janeiro, a 17, 18 e 25, patrulhas alemães atacam em Chapigny, Neuve Chapelle e Ferme du Bois. No mês seguinte, novos ataques ao sector português são desencadeados nos dias 6, 9, 11, 17, 24 e 27. Nos dois últimos já Augusto Casimiro não estava ao parapeito. No dia 18 partira para Portugal, no gozo de 53 dias de licença. Mas contra a sua vontade ficaria até ao Verão desse ano.

Não esteve, pois, na tragédia de 9 de Abril, que considerou ser “a primeira expiação do *maior crime da nossa história*”³⁰. Não viu os soldados das linhas a debaterem-se como leões, a artilharia a rugir “de desespero”³¹. Não viu tombar os seus camaradas, muitos dos quais caíram, cegos e envenenados, “entre nuvens de gases mortais”³². Não viu a rendição do 13, o cortejo silencioso dos prisioneiros ingleses e portugueses, alguns dos quais seriam vítimas de roubo e fuzilamento à queima-roupa por parte dos *boches*³³, actos infames que estiveram à altura da baixa do futuro exército nazi.

[30] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, Porto, Renascença Portuguesa, 1920, p. 84.

[31] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 83.

[32] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 82.

[33] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 52-53.

[34] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 19.

[35] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 21.

[36] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 67.

[37] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 80.

[38] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 83.

[39] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 85.

Para o que acontecera em La Lys, tinha Augusto Casimiro explicação. A 1.ª Divisão (com excepção de uma Brigada) retirara-se para a região de Desvres. As nossas tropas estavam esgotadas, reduzidas “pelas baixas de Março e pelo envio nulo de reforços desde Dezembro”. Diminuídas também moralmente pela falta de licenças e pela ausência (voluntária ou involuntária) de oficiais, situação que espelhava “o desinteresse evidente” dos que governavam em Portugal³⁴. Entre os soldados ouvia-se com frequência que Portugal declarara guerra à Alemanha e ao C.E.P³⁵.

Quando Augusto Casimiro regressa ao teatro de guerra, nas planícies flamengas erguiam-se “calvários”, agonizando, “crucificadas” e “exangues”, as “almas lusíadas”³⁶. À retaguarda das linhas acampavam os batalhões portugueses. Muitos dos soldados que os compunham não gozaram um único dia de licença, já que “os gemidos das linhas nunca chegaram a Portugal”³⁷. Como eram “vazios, nulos, irreais esses dias sem alma!”³⁸.

Nesses meses ardentes de Julho e Agosto, romperam, para os Aliados, “as horas doiradas, violentas, das primeiras vitórias”. Mas entre as legiões vitoriosas mal se avistavam os nossos estandartes: “os pecados de Portugal” tinham “roubado [...] o sol” aos nossos soldados³⁹.

Em Setembro, porque as horas corriam “sem perigo e sem tarefas nobres”, Augusto Casimiro teve, enfim, “a difícil coragem” de ceder aos seus “velhos achaques” e baixou ao Hospital de Sangue d’Herbelle. Mas o major Ferreira do Amaral queria formar batalhões de elite, batalhões

para a “pancada”. Precisava de oficiais, “gente rija”⁴⁰. Os males de que Augusto Casimiro se queixava logo desapareceram. Parte para Béthune e daqui para Roquetoire. Os seus camaradas de Infantaria 23, em “pobres tendas”, acampavam entre ruínas, onde outrora “foram terras de Croix Marmuse, Epinette ou Tombe Villot...”⁴¹.

– “Quer comandar o 23?”, disse-lhe no dia seguinte o major Hélder Ribeiro⁴² Aceitou. E assim nascia a nova “Ala dos Namorados”⁴³.

Na manhã de 5 de Outubro, “um bando desvairado” tentou “chamar à revolta o batalhão inteiro”⁴⁴. Em boa verdade, não foi uma surpresa. Depois do 9 de Abril haviam começado as “deserções e as dúvidas”⁴⁵ e em fins de Setembro “as insubordinações das nossas unidades”⁴⁶. Augusto Casimiro não ficara surpreendido com essas reacções. Eram (dizia), “a eclosão dolorosa, em pobres espíritos mortificados pela saudade e o abandono, de um protesto do instinto rebelde, menos por covardia que por excesso de sofrer”⁴⁷.

Mas em Infantaria 23 “não se transigia com revoltas”⁴⁸. Choraram, pois, os insubordinados. Chorou também Augusto Casimiro, ao vê-los desandar, “vítimas todos de crimes alheios mais pesados que os próprios”⁴⁹. Chorava porque conhecia o rigoroso código de disciplina militar em tempo de guerra. Sabia, pois, quais seriam as consequências desses actos irreflectidos de desespero, que regista deste modo amargurado: “Em 19 de Outubro, no Bosque de Pacaut, correu sangue português, inglória, dolorosamente”⁵⁰. E assim, tragicamente, cessaram as rebeliões.

Retomam a marcha. Passam Lille. Continuam a marchar. As companhias de Barros Basto e Augusto Casimiro (curiosamente dois capitães amarantinos) entram na Bélgica ao lado dos batalhões ingleses. Estacionam em Honnevain, junto a Froyenes⁵¹.

A 8 de Novembro, o *boche* começa a abandonar as suas posições sobre o canal do Escalda. Mas ao 23, que viera para atacar, são dadas ordens para reparar estradas. Um sentimento de revolta paira nos soldados portugueses que choram de raiva. Augusto Casimiro não se conforma. Fala novamente com Hélder Ribeiro, que por sua vez fala com o general Kennedy, comandante da 148.^a Brigada. Chega a ordem desejada. Acompanhada de uma garrafa de rum e uma carta do major Newton, “with the compliments for capt. Casimir”⁵².

O 23 segue, pois, com a referida Brigada, enfrentando uma chuva de granadas e as últimas rajadas das “baterias alemãs de Warchinles-Tournai”⁵³.

Tournai está livre. Retiram os *boches* em direcção a Alh. Seguem-lhe no encalço os batalhões ingleses, com o 35 mais o 23. Por onde passam é a alegria da libertação. Agitando palmas,

[40] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 131.

[41] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 138.

[42] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 141.

[43] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 144.

[44] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 144-145.

[45] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 82.

[46] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 130.

[47] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 145.

[48] *Ibidem*.

[49] *Ibidem*.

[50] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 148.

[51] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 151.

[52] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 153.

[53] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 153-154.

as crianças cantam “Vivent les Portugais!”... E os nossos soldados também cantam: “Pela Pátria, pela Bandeira / Para a frente até morrer!”⁵⁴.

E marcham, marcham durante oito dias atrás dos *boches*. Descansam a 10 de Novembro em Quantes. Bruxelas já está perto.

11 de Novembro. Sete horas da manhã. “Os pelotões vão largar”. Chega, porém, uma ordem. Era o armistício. Não tardam a ouvir-se as notas vibrantes de uma banda inglesa. Os soldados ríem e choram, num misto de alegria e desencanto.

No dia seguinte retomam a marcha. Para trás. Em direcção à França. Passam pelas antigas linhas, pelo velho parapeito de tantos meses de inferno, olham uma última vez “o Cristo das Ruínas, intacto, dominando o Calvário da terra”, onde, sob esses “olhos divinos”, sofreram e calaram, rezando “saudades e lágrimas, heroísmos ou desalentos”. Onde expiaram “todos os pecados”⁵⁵.

Em Paris, “para lá dos Campos Elíseos”, é mais vasto e mais suave o “abraço harmonioso do Arco do Triunfo ao céu”⁵⁶. E é olhando esse céu que Augusto Casimiro deixa uma última reflexão (que era também desejo e esperança) sobre o tempo novo que se anunciava:

“Nas névoas frias de Novembro, para lá de todas as sombras, começa a grande Primavera. [...] Deus será sobre a terra. Os campos cobertos de oiro. E os mortos da Guerra Grande exultarão nas suas campas”⁵⁷.

[54] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 157.

[55] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 197-199.

[56] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 206.

[57] Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres*, p. 211-213.



5.



5. Fontes para o estudo da Guerra Colonial Portuguesa: “Os Diários de Guerra”

José Manuel Lages

Contextualização da Guerra Colonial Portuguesa

A Guerra Colonial, no século XX, arrastou-se por um período de treze anos, em três regiões distintas de África que ocupámos em resultado das descobertas realizadas no século XV. Outras potências europeias experimentaram a mesma situação, como aconteceu com a Espanha, a Inglaterra e a França, só para falar dos maiores colonizadores à volta do Mundo.

A partir de 1950, ou talvez seja correto dizer, após a II Guerra Mundial, foi reavivado o direito à independência por que já haviam lutado outros povos.

Depois da II Guerra Mundial, as nações africanas, dominadas pelas europeias durante 500 anos, deram início à reivindicação da sua independência. É fácil entender o que defendiam os colonizadores que exploravam as riquezas daquelas terras, eles não concordaram nada com o pedido para saírem dali e voltarem para suas casas. Então, os nacionalistas africanos começaram a organizar-se e pegaram nas armas que tinham à mão, as catanas com que cortavam o capim e os “canhangulos” que carregavam tiro a tiro, para matar caça. Esses povos escolheram a via da força, já que o diálogo lhes tinha sido recusado pelos Portugueses.

A resposta dos Portugueses não se fez esperar e durante demasiados anos a guerra prolongou-se de forma trágica, com muitas vítimas para os dois lados.

A Guerra Colonial foi decidida e alimentada num regime de Ditadura, saída de um golpe de Estado em 28 de Maio de 1926 e construída segundo os modelos do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão.

Em 1961, o povo português foi empurrado para a guerra em África sem ser consultado, uma vez que não havia eleições democráticas e os resultados eram falsos.

Os jovens eram chamados para a “tropa” até que regressavam a casa, dois ou mais anos depois. A grande maioria ia para a especialidade de atirador mas havia também outras especialidades como a de amanuense, enfermeiro, cozinheiro, e muitas mais.

Os jovens da geração de 1961 a 1974 foram envolvidos nesta guerra, principalmente, nas províncias ultramarinas de Angola, de Moçambique e na Guiné. Dizem os combatentes “que esta guerra só serviu para os destruir e que não estiveram preparados convenientemente para ela ao nível do armamento e dos exercícios militares que eram feitos em zonas de clima frio,

normalmente em quartéis como o de Santa Margarida ou Lamego e depois colocaram-nos em ambientes com mais de 40 graus à sombra”.

Para além dos aspetos apontados, neste início de guerra, foram mal armados, mal alimentados, mal instalados e mal informados para esta guerra designada de “guerrilha”. Os guerrilheiros atuavam com o objetivo de desmoralizar as nossas tropas, criando ciladas, emboscadas, e armadilhas por onde os Portugueses passavam. Não se mostravam, seguiam a tropa colonial sem serem detetados, e no momento mais favorável para provocar baixas e destruição, atacavam de surpresa.

As consequências desta forma de fazer guerra foram trágicas para nós, participaram nela cerca de um milhão e duzentos jovens durante os treze anos de conflito armado, morreram muitos homens, quase nove mil no conjunto das colónias, e cerca de 30 mil ficaram estropiados com graves deficiências para o resto da vida. Quanto aos traumatizados e aos stressados de guerra, os médicos especialistas falam em muitos milhares de antigos combatentes.

Durante a guerra tivemos “enfermeiras-paraquedistas” que acompanhavam os feridos em combate desde o mato, onde os iam buscar de helicóptero, até ao hospital ou a enfermaria mais próxima.

Nos intervalos dos combates, havia momentos para divertir a “malta”: cantar e tocar música, havia jogo de cartas sempre a bater na mesa, jogos de bola quando era possível, a piada certa que podia fazer rir durante o dia inteiro. No norte de Moçambique houve uma companhia que até criou um cancionero musical (Cancioneiro do Niassa), adaptando às músicas mais populares daquele tempo, com letras de crítica aos chefes da guerra e sobre as condições de vida dos militares.

A correspondência era um apoio psicológico muito importante para os soldados. O momento da distribuição do correio era marcante, podia chegar só, de quando em vez, mas isso não impedia que alguns escrevessem todos os dias, uma ou mais cartas à mãe, à namorada ou às madrinhas de guerra. Momentos de descontração haviam poucos.

De quinze em quinze dias apareciam os “foto cine” com a máquina para projetar um filme. Antes do Natal levavam o gravador e a máquina de filmar para gravar as célebres mensagens de Natal para a família que as via na Televisão.

Como resultado recuperou-se aquilo a que se chamou o “Baú da Guerra” que, depois de aberto forneceu fontes importantíssimas para o estudo do combatente português na Guerra Colonial. Assim, recuperaram-se e ordenaram-se vários documentos e fontes, tais como: processos

1. Panfletos distribuídos com conselhos úteis a ter no espaço geográfico da guerra.
2. Baú da Guerra – Museu da Guerra Colonial, Vila Nova de Famalicão.



de morte e de ferido, correspondência, diários pessoais e de companhia, documentos de ação social e psicológica, relatos e processos confidenciais, bibliografia diversa, objetos de arte, fotografias, objetos religiosos e documentos vários, enfim um manancial documental histórico que proporciona abordar aspetos desconhecidos da Guerra Colonial (Anexo Militar, Hospital militar da Marinha de Hamburgo, os prisioneiros de guerra, entre outros), dá-nos a possibilidade de organizar áreas de estudo que nos permitem traçar o itinerário do combatente português na Guerra Colonial.

O Início da Guerra

“Andar rapidamente e em força é o objetivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão. Com um só dia pode poupar sacrifícios e vidas, é necessário não desperdiçar desse dia uma só hora, para que Portugal faça todo o esforço que lhe é exigido a fim de defender Angola e com ela a integridade da nação”. (Declarações proferidas, através da rádio e da televisão, por António de Oliveira Salazar, ao assumir a pasta da Defesa nacional, a 13 de abril de 1961)

“Para *Angola rapidamente e em Força*” era o que se ouvia por todo o lado como é referido pelos jovens combatentes da época.

O regime português negava qualquer aspiração independentista das suas províncias africanas de Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa, assumindo uma atitude bélica em defesa da integridade nacional. Os primeiros sinais de revolta surgiram em Angola, a 4 de fevereiro de 1961, dando origem, algumas semanas depois, à decisão de Salazar, partilhar com o país através dos meios de comunicação social, de avançar com forças militares para defender o território.

Estas declarações de Salazar em abril de 1961, constituem para os jovens portugueses e potenciais militares a “participar” nesta guerra, o momento fundamental na memorização da guerra que era comum a todos. Também para as famílias foi um momento marcante e gravado nas suas memórias pois foi um momento de “stress”, angústia, medo pela vida dos filhos e dos maridos.

Abel Fortuna, atual Presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas da Delegação do Porto, refere, constantemente, esta psique nacional: “... *tenho uma memória que nunca mais perdi... estava sentado à mesa a jantar com o meu pai, a minha avó, e a minha irmã ... estávamos a ouvir o noticiário e ouvimos o spot, **Angola é nossa... Angola é nossa** e viam-se imagens de soldados a marchar. Esta notícia / publicidade do regime criou a consciência nacional para um dever patriótico que gerou, ao mesmo tempo, preocupação e angústia na sociedade portuguesa... O meu pai ouviu o que se passava na televisão e olhou para mim e disse: ... ainda bem que esta guerra começa agora, pois quando chegar a altura de ele (eu) ir para a tropa já a guerra deve ter acabado... Eu tinha 12 anos, e para vermos a dimensão*

desta guerra basta verificar que eu acabei por ir para a guerra, e por ser uma vítima dela, sou deficiente da mesma...com todo o sofrimento da minha família...e depois de vir da guerra, ela ainda continuou, e ainda sobrou para outros jovens portugueses depois disso...

Iniciava-se, nesse momento, um conflito, que se vai estender às outras províncias ultramarinas, e que se chama “Guerra Colonial”.

Coube às Forças Armadas, entre 1961 e 1974, concretizar as “campanhas de África”, integrando cerca de um milhão de jovens portugueses da metrópole, mobilizando-os para a guerra no cumprimento do serviço militar obrigatório. Oficialmente, o país não estava em guerra, apenas desempenhava ações de “policiamento e pacificação dos terroristas que ameaçavam o território nacional”.

Entre 1961 e 1973, Portugal manteve contingentes militares nos três contextos de guerra com cerca de 105 mil militares (incluindo operacionais africanos).

Nesta época, cerca de 40 por cento (40%) do orçamento de Estado era aplicado na Defesa Nacional.

Oficialmente, o número de mortos são perto de nove mil. Quanto a este aspeto julga-se que os números não são corretos, pois serão muitos mais tendo em conta relatos que são indicados por antigos combatentes que justificam e colocam dúvidas por tudo o que testemunharam: prisioneiros que morreram em cativeiro, desaparecidos de guerra, mortos abandonados em combate, grandes acidentes em movimentações e transporte militares com posterior desaparecimento dos corpos e finalmente, enormes ossários que se encontram em alguns cemitérios (cemitério de S. José em Maputo) que não indicam nomes nem a quantos mortos se referem.

As mazelas físicas e psicológicas são visíveis em milhares de combatentes para um país, que na época (1970), tinha cerca de nove milhões de habitantes. A população masculina em idade militar que cumpriu este serviço, neste contexto, equivaleria, sensivelmente, a um por cento da população e a sete por cento da população ativa. São números que mostram o impacto sócioeconómico e histórico da guerra colonial, confirmando que praticamente todas as famílias portuguesas foram afetadas e criaram impacto social.

Teremos que referir, também, que havia um elevado número de soldados portugueses africanos que integraram as Forças Armadas Portuguesas, especialmente no exército e que há inúmeros mortos, feridos e deficientes de guerra. Apresenta-se, a título de exemplo, o Núcleo da Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas de Maputo que em território

3. Lápide do ossário de soldados portugueses falecidos em Moçambique – Cemitério de S. José de Maputo.

4. Os que não voltaram - Militares Portugueses falecidos em Moçambique – Cemitério de S. José de Maputo).

5. Delegação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Maputo (ADFA).

6. Delegação da ADFA – Maputo – Reunião com A Direção.



moçambicano continuam com o espírito e orgulho de terem defendido Portugal.

Fontes para o Estudo da Guerra Colonial

Os Diários da Guerra

É um escrito de guerra muito especial que pode assumir a forma de um relato coletivo, o Diário de Companhia, um relato pessoal. O Diário do Combatente ou o relato do observador e crítico da vivência no contexto da guerra, como é exemplo o Diário do Capelão (militar sem arma).

Com estas fontes temos a história de uma guerra que se desenvolveu nas colónias portuguesas, na qual intervieram milhares de jovens. Esta história leva-nos ao mundo rural da época porque um grande número desses jovens eram um produto dessa ruralidade. Transporta-nos ao “dia a dia” dos muitos meses de campanha militar, alimentação, passatempos, solidão e incertezas vividas. Arrasta-nos às consequências físicas e mentais sofridas que foram recaindo sobre esses jovens, protagonizadas na pessoa de todos os que escreveram estas memórias da guerra.

Ao abordarmos “O Diário de Companhia ou da Guerra” tem como objetivo contribuir tanto para a análise representativa da Guerra Colonial como para a análise do Diário como género literário (Diários de guerra, p. 95). Os romances cuja temática é a Guerra Colonial têm sido escritos com alguma frequência. Nos últimos tempos, têm sido publicados alguns diários ou textos híbridos com textos diarísticos que incidem na totalidade ou parcialmente sobre a Guerra Colonial.

Vários autores apresentaram estudos sobre este tipo de escrita e as suas análises incidem sobre a construção do sujeito do diário que se apresenta, necessariamente fragmentada, como consequência ocasionada pelo género em si e devido à individualidade de cada um e à forma de estar e ver esta Guerra. Podemos ver estas conclusões nas obras de Cristóvão de Aguiar (Relação de bordo), Alexandra Marta (A arma), Isabel Perdigão (S.P.M.), Gustavo Pimenta (Guerra Colonial) e Sérgio de Sousa (Diário pueril da guerra).

A permanência prolongada na guerra, na juventude, fora da sua terra, num outro ambiente e ainda por cima de guerra leva a que os intervenientes, entre outras formas de manifestação escrita, façam registos autobiográficos. Normalmente, este tipo de literatura, demora muitos anos para que ela seja assumida de forma pública. Se um diário é publicado durante a vida do autor, é sempre uma ocasião de revelação e

a publicação de um diário da Guerra Colonial é-o ainda mais devido ao carácter encoberto que sempre tem envolvido a vida pública portuguesa. Como foi anteriormente referido, foram publicados vários romances sobre esta guerra mas quase sempre foi desmotivada a publicação. Este tipo de registos proporcionariam a discussão das várias abordagens da Guerra Colonial em si, bem como, percecionavam as experiências, as vivências diárias, os sentimentos, o medo, a saudade, a solidariedade, a morte, a fome, a sede, o desejo, a revolta, a coragem, o sacrifício e o registo real das ocorrências diárias da permanência na guerra de milhares de jovens portugueses que nela participaram, quer ainda das repercussões dessas experiências, muitas delas traumáticas, para a sociedade portuguesa.

Todas as publicações, romance, ficção, poesia ou outra têm como teia literária os registos autobiográficos e nunca foi dissimulado. Rui de Azevedo Teixeira, nas suas publicações e nos seus estudos sobre a Guerra Colonial, afirma que as obras publicadas pelos vários autores, contêm evidentes registos autobiográficos e vivenciados pelos autores (A tentação autobiográfica, p.p 301-304), afirmando que “se distancia de assumir a experiência de guerra como condição para a escrita sobre a guerra”.

Estes diários da guerra mostram a operacionalidade da guerra embora apresentados de maneira muito pessoal com alguns aspetos de ficção. No entanto, são diários próprios e autobiográficos, de guerra, pessoais, de memórias com círculos completos de datas ou incompletos, apresentando, por tal, a reconstrução mais ou menos cronológica de acontecimentos vividos.

O Museu da Guerra Colonial contém no seu espólio vários diários de guerra, cedidos por antigos combatentes que se distinguem na organização, na metodologia, no conteúdo, notando-se alguns laivos de ficção, levando a que classificássemos estes escritos autobiográficos em quatro grupos distintos: Os Diários de Companhia, Os Diários Pessoais, Os de Capelães e os Diários Atípicos (revolta contra o pré-determinado pelas estruturas).

A diversidade destes escritos (escritos autobiográficos) permite-nos comparar, verificar e analisar semelhanças da estrutura, organização, vivências e linhas comuns que nos permitem distinguir o que é real e o que é ficção, e por tal, valorizar esta escrita que permite cruzar os textos com outros registos trazidos pelos combatentes portugueses da guerra onde estiveram envolvidos permitindo traçar o “Itinerário do combatente português na guerra colonial”, fazendo a história do “eu”, escrevendo-se na perspectiva do participante (cerca de um milhão e duzentos mil combatentes), o elemento mais significativo nesta guerra e com maior impacto social, familiar, económico e

político na sociedade portuguesa da época.

Tipologia de um Diário de Companhia

Escolhemos um Diário de Companhia do início deste conflito (1960 – 1962), a Companhia de Caçadores Especiais n.º 63 do Regimento de Infantaria n.º 10 (R.I.10) de Aveiro onde é contada a história da sua passagem pelas terras do Norte de Angola, a exemplo dos muitos que existem, e que é a tipologia e padrão normal de um registo deste tipo.

Em Angola, nos anos de 1960 e 1962 são integrados como 4.ª Companhia de caçadores Especiais (4.ª C.C.E.) do Regimento de Infantaria de Luanda (R.I.L.) e nele mostram a dureza “real” do conflito com “a guerrilha angolana” e os “movimentos independentistas” do território, bem como, o contacto direto com as “políticas coloniais” do regime de Salazar.

Pretendem fazer a história dos homens desta companhia, do seu perfil humano, das dificuldades que forçadamente sofreram e ultrapassaram. Ilustram com fotografias inéditas, com testemunhos e deixam o registo de episódios desta companhia.

Este registo documental é apresentado com uma capa com os símbolos e o nome da Companhia e muitas das vezes, são ilustrados de acordo com a criatividade dos autores ou responsáveis pela elaboração do Diário de Companhia, Diários Pessoais ou de Capelão.

As primeiras folhas, para além do enquadramento do quartelamento, figura a lista nominal com o nome e o número mecanográfico de todos os elementos operacionais do quartelamento. De igual modo são indicados os mortos e feridos que houve na comissão (em vários casos descrevem as circunstâncias da morte, combate, doença, caça, acidentes distração com armas e até homicídios).

A Formação – a Instrução Militar Inicial na Metrópole e a Formação em Angola

Iniciou-se em Lamego, em 1960, no Centro de Instrução de Operações Especiais, C.I.O.E., em Lamego. Esta localidade situa-se no Norte de Portugal, junto à Serra do Marão e tendo como vizinhança o Rio Douro e o Rio Balsemão cobrindo, atualmente com cerca de 151 quilómetros quadrados e tinha a população aproximada de 30mil habitantes.



A instrução durava cerca de 40 dias, sendo enquadrados Oficiais, Sargentos, um grupo de 6 Praças e Cabos. Os restantes elementos da 4ª C.C.E só viriam a receber instrução em Luanda, Angola. Os instrutores C.I.O.E eram Oficiais e Sargentos com formação obtida além-fronteiras e conhecedores da anti - guerrilha, com passagem prolongada por centros de instrução e treinos com forças estrangeiras nos Estados Unidos, em França e na Argélia.

O treino e formação dados no C.I.O.E. constava de:

- . Educação física e ginástica de aplicação militar;
- . Marcha (com equipamento completo) de 10, 20, 30 quilómetros;
- . Natação (no rio e em condições adversas);
- . Construção e operação de jangadas (com material recolhido no terreno e de construção improvisada – troncos, recipientes de combustível e outros materiais);
- . Construção de pontes com troncos e cordas;
- . Passagem de cursos de água com sistemas de cordas e roldanas para transporte de pessoal e equipamento;
- . Topografia, cartografia e orientação (bússola e astros);
- . Tiro com diversos tipos de armas (pistola, pistola-metralhadora, espingarda (Mauser), metralhadora, metralhadora pesada, bazooka, morteiro ligeiro):
- . Tiro instintivo e apoiado em carreira de tiro e em campo contra alvos fixos e móveis (balões e figuras de madeira);
- . Montagem e desmontagem de todo o armamento (por vezes com os olhos vendados);
- . Luta, compreendendo boxe, judo e práticas de luta corpo a corpo de aplicação militar;
- . Operações de sistemas de comunicação Rádio, montagem e suporte de antenas associadas;
- . Explosivos, minas e armadilhas, conhecimento teórico e operacional de explosivos (TNT, explosivo plástico 404), cordões de rastilho, cordões detonantes, detonadores

pirotécnicos e elétricos;

. Prática de campo na construção e uso de armadilhas improvisadas e artesanais;

. Formação teórica avançada sobre guerra subversiva, ação psicológica, ação social e ação presença;

. Treinos de mobilidade avançada compreendendo descidas em “rappel” a partir de uma torre através de um cabo de aço esticado até uma viatura pesada, saltos de viatura de transporte em andamento com equipamento completo e arma, rastejar e ultrapassar obstáculos como arame farpado, fossos de lama e esgoto;

. Formação teórica e operacional em tática de luta anti - guerrilha: “golpes de mão” (manobra de envolvimento a um objetivo com as forças a progredir de volta “a cercar” seguindo um plano estabelecido sobre uma carta), emboscadas, operações de batida e limpeza, patrulhamento e reconhecimento ofensivos entre outros;

. Primeiros socorros em combate.

Todos estes elementos humanos foram posteriormente incorporados no “Centro de Instrução Básica” do Regimento de Infantaria nº10 em Aveiro sendo organizados como Companhia de Caçadores nº 63 deste mesmo Regimento.

Uma vez completa a instrução básica (recruta) de 4 meses dos seus vários elementos, os mesmos são mobilizados para o Ultramar, para comissão de serviço em Angola, onde por sua vez, a unidade passaria ser identificada como a 4ª Companhia de caçadores especiais (4ª C.C.E.), estacionada em Luanda e juntando-se, assim, às três outras Companhias já estacionadas em Cabinda, no Toto e em Malange (Diário de Companhia 4ªCCE, pp 3 e 4).

A preparação dos elementos que não passaram pelo C.I.O.E. de Lamego teve lugar em Luanda em moldes semelhantes aos descritos e ministrados pelos Oficiais e Sargentos que fizeram parte da formação e treino iniciais, agora com melhor adequação ao terreno e envolventes reais das operações de luta anti – guerrilha a desempenhar.

A maioria dos elementos da 4ª C.C.E., em particular Praças e Cabos, eram oriundos da região de Aveiro: Murtosa, Estarreja, Águeda, e S. João da Madeira. Os Oficiais e Sargentos e um grupo restrito de Praças e Cabos, eram oriundos de diversas regiões de Portugal.

Desta forma, a maioria dos elementos da Unidade já se conheciam, por proximidade e afinidade regional.

O nível médio de habilitações literárias seguia o padrão nacional da época, com a maioria dos Cabos e Praças a possuírem a 4ª classe. As profissões de origem eram bastante diversas: agricultores, pescadores, motoristas, mecânicos, empregados comerciais e industriais.

Este primeiro capítulo deste Diário de Companhia permite-nos conhecer, neste caso, uma Unidade de Forças Especiais, a formação básica para guerra antes da Companhia e Unidade ser mobilizada para o Ultramar. De uma forma geral é descrita a preparação (recruta) com as várias áreas de formação que, de uma forma geral, havia um núcleo teórico ou prática comum com exceção das especialidades ou forças especiais.

Podemos ver qual a preparação ministrada para a guerrilha e o tempo de preparação necessário e os quartéis onde decorria esta formação/recruta.

Pelo exposto e pelas muitas tipologias teóricas e práticas parece-nos que os nossos militares estavam preparados para esta guerra. Mas na realidade, muitos diários descrevem que a preparação não era a ideal para este conflito:

A ida para a guerra era precedida, como já foi abordado, da instrução militar, concebida pelo regime a um ilusório patriotismo, não raras vezes conseguida através de processos que raiavam a humilhação alegando que o militar devia estar preparado para resistir mentalmente às situações adversas próprias da guerra, e por tal, a preparação amesquinhava, humilhava e ofendia os direitos do ser humano, a sua dignidade.

Na recruta e na especialidade, os militares eram sujeitos às mais diversas vicissitudes, entre elas a do insensato prazer de alguns jovens graduados, geralmente sem experiência da guerra e em quem o aparelho militar delegava poder, que mais não faziam do que submeter o instruendo a constantes vexames: “ Quando estava a recolher material militar perguntei: -Meu Alferes e os abafadores? quais abafadores?!... Isto é guerra, é para homens não é para maricas...” (A Geração da Rutura, A Guerra Colonial, 25 de abril e reintegração social, p. 32).

Os portugueses em geral desconheciam não só o móbil da guerra, como o que acontecia nas três frentes. “Realmente nós fomos para uma guerra numa ignorância total. Era uma coisa impressionante...era uma ignorância total sobre as situações

de crise, de ferimentos... falava-se que íamos para África que íamos para a guerra, sem nada nos mostrarem, pelo menos com o conhecimento que eu tenho, aquilo que lá se passava e uma previsão daquilo que iríamos enfrentar nesse período que lá permaneceríamos... só nos diziam que a preparação física para nós era uma das coisas essenciais... não diziam sequer (o que poderíamos encontrar) para, se calhar, não irmos com medo...” (A Geração da Rutura, A Guerra Colonial, 25 de abril e reintegração social, pp. 35 e 36).

Outro assunto que poderemos analisar e estudar é a mobilização dos soldados por localidade e região de forma intencional. Os serviços de organização militar agrupavam as companhias e unidades como forma de unidade de grupo e por região dos militares, como forma para eles suportarem o sacrifício, os problemas, a resistência e desânimo nos aquartelamentos e na operacionalidade pela identificação cultural e religiosa de cada militar por região.

Também, em cada unidade podemos traçar o perfil académico de todos os que compunham cada unidade e, por tal, dos militares que eram mobilizados para os palcos da guerra.

Viagem e Destino

A 4ª C.C.E. partiu de Lisboa, para Luanda, Angola, em 24 de agosto de 1960 a bordo do navio de carga e passageiros “Timor” cujo porão fora modificado para garantir as condições necessárias para transporte da companhia. O regresso teria lugar no paquete “Vera Cruz” no dia 2 de agosto de 1962.

Na chegada a Luanda ficou instalada no Regimento de Infantaria de Luanda. Este regimento era composto na esmagadora maioria por militares nativos, com pouco mais de 60 a 100 efetivos da metrópole. Em inícios de 1958 existiam em Angola cerca de 1000 efetivos militares sendo, em meados de 1960, esse número na ordem dos 8000, dos quais, mais de 5000 sendo tropas nativas.

Mobilizados, os jovens para a guerra, não raras vezes com as expetativas defraudadas, por viverem a esperança de que já não seriam mobilizados, ou porque ansiavam que lhes calhasse outro cenário de guerra, era-lhes concedido um período de férias, geralmente de 10 dias, que, visto à distância, servia convenientemente, a que o aparelho se recusava sujeitar, de preparar e consciencializar as famílias sobre a ida de um elemento destes para a guerra. Essa preparação ficava à responsabilidade do próprio e que tentava desdramatizar o momento da despedida, acontecesse ela em ambiente

8. Navio da Companhia nacional de Navegação Timor.

9. Paquete da Companhia nacional de Navegação Vera Cruz.

10. Mapa de Angola -1960.

11. Desembarque de tropas portuguesas em Luanda -1960.



familiar ou no cais de embarque.

O embarque foi sempre um dos momentos mais marcantes, recordando-se as despedidas no cais da Rocha do Conde de Óbidos ou de Alcântara, do Porto de Lisboa. Milhares de lenços brancos a acenar de e para o navio, que, lentamente, se ia afastando Tejo fora, levando consigo e deixando no cais infindáveis esperanças de regresso, mas também inquietude e incerteza de uma possível fatalidade. Ficavam no cais, os rostos com lágrimas de pais, esposas, filhos, irmãos e outros familiares e amigos, esperando que nos dois anos seguintes o telefone não tocasse ou o carteiro não entregasse uma notícia menos desejada.

“O embarque em Alcântara, 1960, no navio Timor, ao partir, como qualquer outro deixei corações partidos, dos meus pais e demais família ...nunca mais esquecerei isto... no navio as praças foram alojadas nos porões do navio em condições que considero desumanas...foram montados patamares para colocar as camas...o calor, com muitas queixas, era de morrer, pelo que se tinham de espalhar pelo navio... sanitários improvisados e refeições servidas por turnos...tudo isto só era possível por o povo português ser extraordinário... mais nenhum soldado do mundo se deixava tratar como os nossos foram tratados e transportados ... quando desci ao porão, eu de uma vez, fui espreitar os homens do meu pelotão e... tudo a cheirar mal, uma coisa horrível... a sensação que eu tive, quando entrei lá dentro, foi a do transporte de escravos.” (A Geração da Rutura, A Guerra Colonial, 25 de abril e reintegração social, pp.. 33 e 34).

Através dos Diários Pessoais, de Companhia e de Capelães podemos entender como era a notícias da ida para a guerra, os momentos de despedida, toda a emotividade e a angústia de uma possível morte ou de uma incapacidade resultante de ferimento grave. Conhecemos os vários navios utilizados no transporte de soldados, as suas condições de higiene, conforto e alimentação, assim como momentos de solidão e passatempos.

Percebemos a expressão do impacto da chegada a novas terras, o impacto da sua beleza e os sentimentos provocados pela receção e o desfile militar.

Serviços de Informações

Elementos civis e da PIDE (Polícia de Investigação e Defesa do Estado) forneciam informações à 4ª C.E.E em função das quais era-se envolvido em rusgas a sanzalas e muceques (comunidades civis) em redor de Luanda, tais como Rangel, Lixeira, Prenda,

Calema e Ilha, entre outras. Os moradores eram levados para largos junto dos mesmos e sentados no chão. Dentro de carrinhas estavam informadores que indicavam elementos ligados aos moimentos independentistas para serem interrogados e desta forma garantiam o seu anonimato e segurança, indicavam via rádio quais os presentes que não seriam efetivamente, moradores da comunidade civil em causa. Os suspeitos, depois de triados e interrogados eram transportados do local para as instalações dos Serviços de Informação onde eram interrogados. Destas ações resultavam, muitas vezes, informações e denúncias sobre a localização e organização de movimentos de guerrilha ou ações terroristas.

Há várias descrições nos diários sobre a organização dos movimentos da guerrilha estruturando-se em células urbanas e células rurais, e por tal razão, esta ação atrás descrita fornecia informações à PIDE que, posteriormente, forneciam ao exército através dos diversos aquartelamentos e estruturas militares urbanas. Assim, a guerrilha urbana tinha elementos infiltrados nos Liceus, nas Igrejas, especialmente, Evangélicas e em determinadas instituições e empregos como Empresa de Eletricidade de Angola, Caminhos de Ferro de Angola, Escola Industrial de Luanda e os bairros da Cuca e do Operário entre outros.

Os Diários de Companhia enquadravam sempre as regiões onde o aquartelamento estava implantado, a fauna, flora, as gentes e as comunidades, a arte, a etnologia e etnografia fornecendo dados interessantíssimos. O contacto com as populações revestia-se de uma importância fundamental, não só numa perspetiva de demonstração de força e pela presença “permanente e próxima” dos efetivos militares (num trabalho de patrulha e controle apertados), mas também para, fruto de um relacionamento social, obter informações sobre elementos e movimentações da guerrilha. Paralelamente são descritos serviços de assistência médica, ensino básico do português (ler e escrever e contar), apoio e construção reabilitando ou construindo novas habitações, formação de auto - defesa das comunidades civis face a infiltrações e ataques da guerrilha e ainda, para as comunidades fornecerem esclarecimentos sobre formas de comunicarem e partilharem problemas e informações junto dos militares. Refere-se que há anexados em vários diários documentos destas atividades descritas a que se chamava ação social e ação psicológica.

Dispositivo Operacional

Os Diários de Guerra e principalmente de Companhia descrevem os meios e dispositivos operacionais que a companhia tinha.

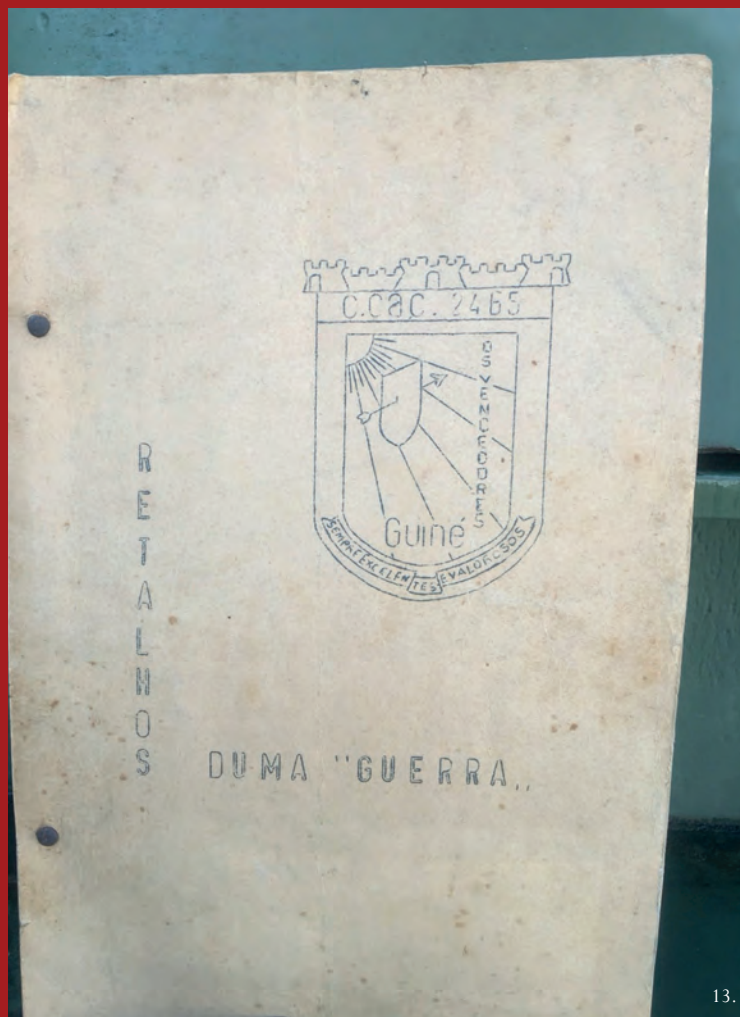
12. Escola Liceu Salvador Correia de Luanda.
13. Diário de Companhia (MGC).
14. Escola Industrial de Luanda.
15. Panfletos de ação psicológica.



12.



14.



13.



15.

Normalmente, o dispositivo operacional em campanha assentava numa organização por Secções ou Pelotões com incursões apeadas a partir de pontos a vários quilómetros de distância do terreno de ação (normalmente com deslocações feitas durante a noite). Pontualmente e face à disponibilidade de meios e adequação operacional, no caso de existir pista de aterragem nas proximidades do local de destino, o transporte era feito por via aérea, num *Nord Atlas* que se encontrava estacionado no aeroporto de Luanda em estado de prevenção. Na época existiam poucos helicópteros estando os mesmos afetos à evacuação e transporte de emergência de feridos em combate.

Outro dos meios de transporte utilizados eram as viaturas que tinham proteções em chapa de 10 milímetros desenhadas e colocadas pelo pessoal de cada Companhia.

Em 1961, o transporte das companhias era feito tendo por base os jipes *Willes MB 4x4 mod 1944*, *Jipões Dodge 4X4 Mod 1948*, camiões *GMC 6X6 mod. 1952 E Ford*. Canadá (rodado simples). Esta última viatura possuía no tejadilho da cabine, sobre o lado do condutor, uma abertura circular na qual se podia colocar em operação uma metralhadora.

Geralmente, nas viaturas eram instaladas proteções em chapa de aço de 10 milímetros desenhadas e colocadas pelo pessoal das companhias. Estas proteções foram arquitetadas após patrulhas ou ações operacionais, após violentos tiroteios que atingiam, principalmente a viatura que seguia à frente da coluna e que atingia violentamente o condutor e quem seguia ao seu lado ou danificava de imediato a viatura (perfuração do radiador).

Todos os oficiais assumiam a responsabilidade direta pelos seus pelotões, sendo que todos eles participavam direta e ativamente nas ações de patrulha, de reconhecimento, golpes de mão, batidas, emboscadas, e outras situações.

Neste caso a 4ª C.E.E de Caçadores Especiais era composta por:

- . 1 Capitão, Comandante de Companhia;
- . 1 Secção de Lança-Granadas Foguetes, 10 elementos, (1 Sargento – comandante de sessão, 2 Cabos e 7 Praças);
- . 1 Sessão de Morteiros Ligeiros de 60 mm, 10 elementos, (1 Sargento – comandante de Sessão, 2 Cabos e 7 Praças);
- . 1 Sessão de Metralhadoras, 12 elementos, (1 Sargento – comandante de sessão,

16. Nord Atlas.

17. Allouette III.

18. Jipe Willis MB 4X4.

19. Dodge 4X4 1948.



16.



17.



18.



19.

20. GMC 6X6 1952.

21. Panhard.

22. Willis com proteção frontal.



2 Cabos e 9 Praças);

. 3 Pelotões de Caçadores (3 x31 elementos), 1 Oficial (Alferes), 4 Sargentos, 8 Cabos, 19 Praças;

. 1 Sessão de Alimentação e reabastecimento, 9 elementos, 1 Sargento, 3 Cabos, 5 Praças;

. 1 Sessão de Manutenção Automóvel, 3 elementos, 1 Sargento, 1 Cabo e 1 Praça;

. 1 Sessão de Cães de Guerra, 1 elemento, 1 Furriel (Sargento),

. 1 Sessão de serviços Médicos e Sanitários, 7 elementos, 1 Oficial (Médico), 1 furriel enfermeiro, 3 Cabos enfermeiros, 2 Praças (Condutores Auto);

. 1 Sessão de Foto Cine (fotografia e Cinema), 2 elementos, 2 Cabos;

. 1 Sessão de batedores (Guias), (excepcional), utilizada em operações especiais;

. 1 Sessão de “Bazookas”, excepcional, como aconteceu na operação militar “Pedra Verde”.

Como podemos inferir, estes “Diários” permitem-nos compreender toda a estrutura e organização militar das Companhias na operacionalidade e termos acesso à organização por Sessões com o pessoal envolvido e ainda os meios, viaturas e armamento utilizado por especialidades. (Diário de Companhia da 4ª Companhia de Caçadores (4CCE) – Angola.pp6 e 7).

Teremos ainda possibilidade de ter acesso a informações sobre a organização dos vários serviços associados à atividade militar:

Serviço de Engenharia Reparação Auto - Mecânica - desenvolvia trabalhos de construção, reparação e manutenção automóvel, vias de comunicação, montagem e exploração de redes de distribuição elétrica, pesquisa e exploração de fontes de água e fornecimento de cartas topográficas;

Serviço de transmissões: Implementava a comunicação entre comandos e unidades, fornecimento do respetivo material, sua manutenção e reparação;

Serviço de transportes: Organização e execução de transportes marítimos e terrestres.

Serviço de material: Operações de carácter técnico relativas a armamento, viaturas e munições;

Serviço de intendência: Abastecimento de víveres, combustíveis e lubrificantes, de fardamento, calçado, equipamentos e material de aquartelamento;

Serviço de saúde: Preservação da saúde das tropas e recuperação dos feridos e doentes, produção e distribuição de medicamentos.

Além destes, foram ainda implantados outros serviços especiais, de que se destaca pela sua importância:

Serviço Postal Militar (SPM):

Responsável pelo encaminhamento de toda a correspondência oficial e particular

Polícia Militar (PM): Manutenção da disciplina, lei e ordem militar.

Serviço cartográfico, cinematográfico e fotográfico (SCE): Execução de levantamentos cartográficos, de reportagens cinematográficas e fotográficas;

Assistência religiosa: Apoio religioso (Cerimónias religiosos e culto dos mortos) e apoio psicológico junto dos militares (Soldado sem arma).

No exército, a responsabilidade superior, a nível logístico, cabia a um general.

Na Marinha, o apoio aos navios e embarcações pertencentes aos comandos navais e de defesa marítima processava-se nos serviços de assistência oficial das instalações navais, existindo serviços destes em Luanda e Lourenço Marques, a partir de 1964, em Bissau a partir de 1965.

Na Força Aérea, o sistema logístico de apoio às aeronaves em operações nas regiões aéreas de Angola e Moçambique e no Comando da zona Aérea da Guiné e Cabo Verde processou-se de forma idêntica estabelecida para as aeronaves que se encontravam nas bases em Portugal. As grandes manutenções e reparações eram efetuadas nas OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico), situadas em Alverca, e as manutenções e reparações de nível orgânico e intermédio faziam-se nos grupos de material das

próprias bases.

A cadeia de reabastecimento de material era suportada pelo Depósito Geral de Material da Força Aérea, situado junto das OGMA, e a atividade de intendência e de contabilidade foi organizada a partir das Delegações da Direção do Serviço de Intendência e Contabilidade junto dos comandos das regiões e zonas aéreas.

Em Angola, no início da guerra não existia estrutura capaz de apoiar as unidades do Exército, que chegavam em ritmo crescente, e a sua criação assentou no estabelecimento de uma base logística em Luanda e na divisão da região militar em duas áreas logísticas, uma englobando o Norte (ZIN) e a outra o restante território.

Os reabastecimentos processavam-se a partir de Luanda e os serviços estavam aí centralizados. A partir dos depósito-base dos vários serviços eram enviadas para as unidades remessas periódicas dos artigos requisitados, em transportes terrestres, marítimos e aéreos, civis ou militares. Os abastecimentos eram levados para todo o território de Angola, exceto Cabinda, em viaturas militares ou civis fretadas, através dos movimentos logísticos, os MVL, como ficaram conhecidos.

A Força Aérea e a Marinha participaram também no sistema de transporte.

O caminho-de-ferro foi utilizado em Angola e Moçambique para abastecer as várias unidades militares dos artigos requisitados. Para fazer face à ameaça de minas, eram colocados vagões carregados de sacos de terra (areia), antes da máquina.

Para além do armamento apresentado ainda foi utilizado (comprado), no início da guerra, o seguinte material: metralhadora Dreyse e Borsig, obuses de 10,5 cm, metralhadora Breda, obuses de 7,5 cm, canhões sem recuo de 57 mm, 75 mm e 106 mm, metralhadoras de 12,7 mm, morteiros de 60 mm, 75 mm e 106 mm, viaturas blindadas e carros de combate (Material recebido após a entrada na NATO). Material pesado, obuses de 8,8 cm e 14 cm, peças de 11,4cm, peças de AA de 4 e 9,4 cm, recebido como contrapartida da utilização dos Açores durante a II Guerra Mundial. A necessidade de uniformizar os calibres que dificultavam a aquisição de munições, e por outro lado havia necessidade de substituir o material obsoleto. Assim, em 1961, compraram armas automáticas G3 2400 (com e sem bipé) de origem alemã e a FN 3835 (com e sem bipé) de origem belga sendo as munições fabricadas em Portugal. Refere-se que estas últimas armas eram mais funcionais, mais leves e mais adequadas a este contexto de guerra. Antes de as G3 serem fabricadas em Portugal importaram-se 8000 G3, 12500 FN belgas e 14500 alemãs. Em 1965 1965, havia já

23. e 24. Fairbairn Sykes e punhal.



cerca de 140 000 de fabrico nacional. Havia Lança granadas-foguete (bazuca) que existiam modelos de 6 cm e de 8,9 cm de pouca eficácia antipessoal, que compensava com o forte efeito neutralizante da sua potente granada. Em Angola e na Guiné foi utilizado o rocket de 37mm, um sistema de lançamento ao ombro para tiro ar-solo mais leve que a bazuca, de munições mais baratas e fácil acesso, e que foram muito utilizadas ao uso das *Panhard*, já consideradas antiquadas nos anos 60, e fizeram a guerra na década de 60 em condições especialmente desgastantes (*Panhard* AML com morteiro de 60 mm produzida na África do Sul sob licença francesa). (Centro de documentação 25 de abril, Arquivo Eletrónico, 2004, p. 1, 2). Foram utilizados obuses, principalmente após 1968 em Angola pela cavalaria.

Pode-se concluir que o armamento ligeiro existente em 1061 estava obsoleto, as espingardas eram de repetição, de calibre ultrapassado, sendo a maioria do material anterior à II guerra mundial.

Quando eclodiu a guerra apanhou o exército desprevenido, mal equipado, e num contexto internacional que não favorecia o reequipamento das forças militares portuguesas.

Destaca-se na indústria militar portuguesa, a Fábrica Braço de Prata (FBP), que em poucos meses conseguiu produzir componentes para a G3 e em pouco mais de um ano fabricar a arma completa, bem como, produziu em 15 meses a HK 21.

Também se destaca a criatividade na produção de materiais novos: o dilagrama, lança-roquetes-morteiro, quer na adaptação e manutenção do material velho existente, especialmente viaturas blindadas, adaptadas para a guerrilha em África.

Cronologia das Operações

Estes “Diários” descrevem o Planeamento, reuniões de preparação, organização das forças militares de operacionalidade com as funções específicas de cada pelotão de forma a aniquilar os grupos de guerrilheiros terroristas que estavam na região.

Para concretizar a operação são descritos “golpes de mão”, rusgas, batidas, escoltas, controle do trânsito rodoviário e ferroviário das vias de comunicação ao mesmo tempo desenvolvendo a ação psicossocial sobre as populações, entre outros objetivos, para normalizar a vida das populações e sanzalas.

Uma operação militar carecia de preparação especial, cada militar dispunha de um



fato de combate (camuflado ou cáqui), de equipamento com cinturão, mochila, cartucheiras, porta-carregadores, cantil e de arma individual e cada pelotão tinha que se apetrechar com a alimentação para os dias da operação (rações de combate para 4 a 6 dias) com armamento e munições, rações de combate e água (a possível) e apoio médico com enfermeiros para socorro médico no caso de haver feridos resultantes de ataques dos inimigos ou do rebentamento de minas. Também é interessante referir o papel desempenhado pelos cães de guerra e as suas competências e funções neste conflito, assim como, o papel do militar tratador. No entanto são referidos cães, frequentemente, a acompanhar nas rondas aos aquartelamentos e na dianteira dos pelotões para detetarem aquartelamentos e movimentos anormais.

Nos Diários há um relato cronológico das operações militares onde havia uma síntese da mesma e onde registava as baixas nas tropas portuguesas, desaparecidos, feridos e mortes bem como inutilização de viaturas e armamento, assim como, prisioneiros, feridos e mortos infligidos no inimigo (IN) assim como armamento capturado, literatura política e registos com interesse para obter informações.

Neste “Diário da 4ª CEE” são narradas as referidas operações mês a mês, dia a dia, com todas as informações já referidas. No entanto, teremos, neste caso, referir algumas operações que marcaram a passagem desta companhia na Guerra Colonial:

- . Operação Novo redondo, de 16 a 20 de dezembro de 1960;
- . Operação Baixa de Cassange, 5 de fevereiro a 19 de março de 1961;
- . Recontro na “Teca Ria Quinta” 6 de fevereiro de 1961, duas praças mortas;
- . Ocupação de Caombo, 11 de fevereiro de 1961, obtenção de, informações:
 - . Reconhecimento armado às áreas de Caxito, Mabubas, Lifune e Úcua, 19 a 24 de junho de 1961;
- . “Golpa de Mão” na área de Cacucaco, 19 de julho de 1961;
- . Operação Ventarola, rio Bengo (uma praça morta e uma praça ferida gravemente), 23 de novembro a 2 de dezembro de 1961;
- . Operação Pé Leve, Quicabo, (um sargento morto e uma praça ferida gravemente), 13 de fevereiro a 16 de fevereiro de 1962;

RESERVADO

BU-CAP. II PAR. XII PÁG. 49

CAPÍTULO II - ACTIVIDADES NO CPTM

PARAGRÁFO XII - PERÍODO DE 21 MARÇO A 31 MARÇO

A - SITUAÇÃO GERAL

1 - Generalidades

Nada.

2 - Terreno

Sem alteração.

3 - Tático

Em 21 MARÇO um numeroso grupo de subversivos atacou uma coluna da ET na estrada MANGABÉ-CUTIA, perto desta dilimando com armas de fogo, RIF. RIF. e morteiros 66. As ET sofreram 64 mortos, 89 feridos graves, 18 feridos ligeiros.

4 - População Civil

Nada a referir.

5 - Rouba e Furtos

a - O efectivo das ET devido às baixas sofridas durante o período está reduzido a 2 grupos de combate.

b. Sem alteração.

6 - Moral, disciplina, coesão e actividades

a. O moral das ET foi fortemente afectado pela subversiva montagem de que consistiu a retirada de unidades desfavoráveis.

b. Não houve dificuldade nos reabastecimentos.

RESERVADO

26.

RESERVADO

BU-CAP. II PAR. V PÁG. 23

ACTIVIDADES

8100T -#1 GR.COMB. (...) patrulhou DEMBA DO-DEMBO-MANSOM DRE.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

8200T -#1 GR.COMB. patrulhou SAPE JOBO-MÁZIA-SARE PATE-MANSASSUNTO.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

8300T -#2 GR.COMB. efectuaram coluna a MANGOA a fim de levar correspondência urgente.

#1 GR.COMB. embocou em MANSOM DRE.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

8400T -#1 GR.COMB. patrulhou a região de MANGASSUNTO-SERRAÇÃO-MANSOM DRE.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

8500T -#2 GR.COMB. efectuaram coluna a MANGOA a fim de levar pessoal.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

8600T -#2 GR.COMB. efectuaram coluna a MANGOA a fim de escoltar viatura freecor.

#1 GR.COMB. embocou no Alto de Bissoci.

8700T -#1 GR.COMB. patrulhou a região de DEMBA DO-COBU DO.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

8800T -#1 GR.COMB. patrulhou o itinerário MANSABÉ-MANHAU.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

8900T -#1 GR.COMB. (...) patrulhou MERRACONDO-ODU DO.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

9000T -#2 GR.COMB. efectuaram coluna a MANGOA a fim de escoltar a viatura de delegação.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

1100T -#1 GR.COMB. patrulhou a região de MANSOM-MANSASSUNTO.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

1200T -#2 GR.COMB. efectuaram coluna a MANGOA.

#2 GR.COMB. patrulharam COCUTO-DEMBO-MATE-BIONQUE.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

1300T -#1 GR.COMB. patrulhou MANSASSUNTO-SARE PATE-MÁZIA-SARE JOBO.

1400T -#2 GR.COMB. efectuaram coluna a MANGOA.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

1500T -#1 GR.COMB. patrulhou COCUTO e a COLINA DE MANGAU.

#2 GR.COMB. efectuaram coluna a MANGOA.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

1600T -#2 GR.COMB. efectuaram coluna a CUTIA a fim de escoltar o Excm. Dr. Comandante.

#2 SEC.MIL. protegeram trabalhos da população.

27.

RESERVADO

BU CAP. I
PÁG. 2

Em 16.30 horas quando embarcamos na Estação dos Caminhos de Ferro da cidade.

O espírito altamente mentalizado de todos os rapazes conseguiu que à partida fossem ouvidos alguns comentários de despedida. Foi num ótimo ambiente que decorreu toda a viagem até à Estação de Santa Apolónia onde chegamos cerca das 17.30 horas. Transportados em viaturas militares, dirigimo-nos ao 2º Grupo de Companhias de Administração Militar onde nos foi servida uma primeira refeição, seguindo posteriormente para o Aeroporto da Perla a fim de tomar-nos o Bôing 707 rumo ao Aeroporto de Bisselton.

Foi este o efectivo da C.ANTº que em 27 MARÇO embarcou em Lisboa

OFICIAIS

88662665	Capitão do Q.E.O.	Atirador	João Pereira Tavares
87713978	Alf. Mil. de INF.	"	Augusto Correia da Silva
88035578	" " "	"	Helton Emaco Moura Pereira
12091478	" " "	ART.	Júlio Alberto da Silva Rodrigues
86954571	" " "	"	Bai Emanuel Ruyto Serra

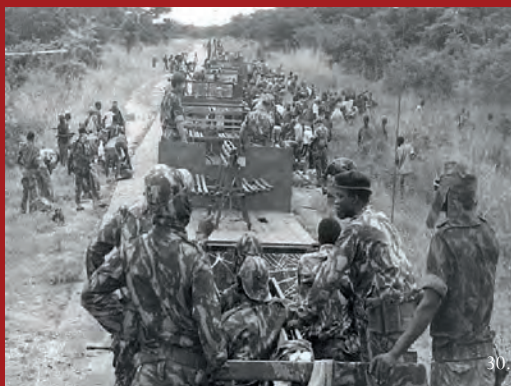
SARGENTOS

52136111	1º Sargento de Art.		Cipriano Viegas de Oliveira Camelas
81859663	Furriel	"	Francisco de Jesus Martins
11184778	" MIL. S.S. INF.	"	José Martins de Carvalho
13474371	" " "	de Art. Atirador	Luís Gonçalves Beteira.
86713471	" " "	"	José Fernandes de Jesus Costa
85060371	" " "	"	Manuel Neta e Silva
13543671	" " "	"	Joaquim de Lima Fernandes Coimbra
19187371	" " "	"	Bernardino Silva Paiva
10895971	" " "	"	José Joaquim Lopes
86236671	" " "	"	Fernando Emil Quadros Rocha Ramos

28.



29.



30.

26. Diário de Companhia (descrição).
27. Diário de Companhia (descrição).
28. Diário de Companhia (descrição).
29. Ração de combate (MGC).
30. Coluna militar numa operação.

. Operação Feitiço Branco, Bengo, 2 de março a 6 de março de 1962;

. Apoio ao domínio da quadrícula de Nambuanguongo rendendo as Companhias do Batalhão de Caçadores 158, 12 de março de 1962.

O Apoio Moral e Religioso, Psicológico e de Saúde

A Igreja católica e o papel do capelão

A Igreja Católica teve um papel muito importante na ascensão e queda do colonialismo português durante o Estado Novo (1926-1974).

Na época, o regime assentava numa aliança entre a administração pública, as Forças Armadas e a Igreja católica. Por esta razão, a Igreja aparece ao lado do estado português na guerra colonial escudando-se no acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé, assinado no mesmo dia da Concordata, em 7 de maio de 1940, e que vigorou enquanto vigorou a soberania portuguesa em África.

A religião tem, desde sempre, uma presença incontornável na sociedade. Também nas Forças Armadas essa ligação existe desde tempos ancestrais, através da assistência religiosa e sanitária que era prestada aos combatentes por sacerdotes. Ao longo da História muitas alterações houve que afetaram o enquadramento da assistência religiosa no seio das Forças Armadas, a qual oscilou entre uma valência perfeitamente integrada na instituição militar e um tipo de apoio praticamente reduzido ao mínimo estritamente essencial, como aconteceu no período a seguir à implantação da República. Atualmente, a assistência religiosa nas Forças Armadas é ministrada por capelães que se encontram distribuídos pelas suas várias Unidades e Órgãos, dependendo de um serviço central – o SARFA – que surge integrado na estrutura orgânica das próprias Forças Armadas (Ferreira, 2009, IV, 18).

O capelão militar na assistência religiosa não se resume à sua vertente estritamente religiosa, assumindo-se antes como um suporte multifacetado que está à disposição dos militares em áreas como o enriquecimento cultural, ético e humanista. Comporta ainda, claro, uma faceta de um certo acompanhamento psicológico, limitado e levado a cabo de forma muito própria pelos capelães.

Assim, a assistência religiosa proporcionava um importante e relevante apoio de cariz multidisciplinar aos militares. O apoio que a assistência religiosa proporciona aos militares não pode ser tão efetivo sem a inclusão do Serviço de Assistência Religiosa

31. Assistência do capelão.
32. Elemento do fardamento do capelão militar.



(SAR) na própria estrutura das Forças Armadas. Os militares valorizavam o apoio dado pela assistência religiosa na sua vivência diária. Os militares valorizam particularmente o apoio dado pela assistência religiosa em situações de maior desamparo emocional, como quando deslocados em missões mais delicadas. O apoio psicológico complementava em muitos casos a assistência religiosa, mas não a substituiu.

O início da luta armada dos movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas apanhou as Forças Armadas não só impreparada técnica e operacionalmente para esta guerra independentista africana (desde 1940) como não havia formas de apoio moral aos combatentes neste contexto. Não havia legislação para regular os casos de feridos e mortes nem para o apoio às famílias dos mobilizados para esta guerra.

No início deste conflito faltava a organização para a resolução de casos especiais resultantes desta ação bélica, morte, assistência e transporte dos mesmos, da pensão de sangue, da transladação dos corpos, dos prisioneiros e desaparecidos de guerra, do pagamento de vencimentos, das férias e da distribuição da correspondência. Para tal, o governo apoiou a criação do Movimento Nacional Feminino (MNF), a sessão feminina da Cruz vermelha (a par com os Capelães militares), para debelarem falhas de apoio e ainda como elementos de propaganda ideológicas da sociedade e das mulheres em particular.

O MNF passou a dedicar-se ao apoio moral e social dos militares e suas famílias e assim surge como motor no lançamento dos aerogramas (bate-estradas) fomentando a correspondência entre militares, família e jovens portuguesas (madrinhas de guerra). Eram gratuitos e estima-se que foram impressos 300 milhões. Destacam-se as visitas de artistas, organização de festas, as ofertas no embarque e prendas no natal (o célebre vinil oferecido pelo Natal aos soldados (que nunca tocaram por falta do gira-discos), bolas de futebol, isqueiros e sacos de viagem.

A Cruz Vermelha desenvolvia a sua ação junto dos militares feridos e estropeados, especialmente nos hospitais militares nas colónias e na metrópole, no Anexo de Lisboa e no Hospital da Estrela, bem como prestavam ajuda às famílias para manter direitos no caso de morte e a transladação de corpos sem custos para as famílias.

O Inimigo

Neste tipo de documentos fazem-se referências ao inimigo (Turras), desde o seu equipamento, apreensões, mortos feridos prisioneiros e mecanismos de encaminhamento para o oficial da companhia e posteriormente para a P.I.D.E para

serem interrogados com a finalidade de obterem informações.

Os movimentos de libertação assentavam o seu apoio logístico em bases (no exterior) normalmente nos países limítrofes.

Os abastecimentos eram transportados por viaturas até à fronteira e daqui para o interior por meio de colunas apeadas.

As linhas de reabastecimento tinham estratégias e dificuldades diferentes em cada colónia. Assim, em Angola, o MPLA para fazer chegar ao interior todo o tipo de equipamentos, víveres, armamento e munições passou grandes dificuldades percorrendo longos itinerários para fornecer às diferentes bases os meios para levar a cabo as suas ações.

No entanto, os principais problemas foram o transporte de minas, munições e o apoio sanitário aos seus combatentes e às populações sob seu controle.

Nesta época, para além da terminologia “turras” aplicava-se, igualmente a designação de “terroristas”. No início da guerra eram referidos por grupos mal equipados, com armas como catanas e canhangulos.

Mais tarde, o armamento usado pelos movimentos de guerrilha alterou-se pois além das armas referidas começaram a usar espingardas automáticas e semiautomáticas de fabrico soviético bem como começaram a coordenar as suas ações baseadas em “meios rádio”.

A kalash era a arma individual adotada pelos exércitos da URSS e da China e dos antigos países do antigo Pacto de Varsóvia, e foi com ela que os movimentos de libertação se equiparam. É uma arma robusta leve e com elevado poder de fogo, fiável mesmo nas situações mais extremas e que não tinha equivalente nas armas individuais fabricadas noutros países europeus e americanos.

Os movimentos de libertação utilizaram armamento e equipamentos de diversas proveniências, mas a grande maioria do seu material de guerra tinha origem em países do bloco socialista. A URSS e os seus aliados foram os principais fornecedores das forças de guerrilha. Refira-se que no início da guerra surgiram armas e minas de países ocidentais como pistolas metralhadoras *Thompson*, minas italianas e inglesas e metralhadoras alemãs, sendo algumas destas armas também utilizadas pelo exército português.

33. Citanas utilizadas em 1961.
34. Canhangulo - Angola.
35. Arma Kalash.



As minas foram as mais temidas de todas as armas que os nossos militares enfrentaram nos três teatros de operações. Foram utilizadas isoladas ou conjugadas com emboscadas e limitaram muito a mobilidade das forças militares portuguesas em ações táticas e logísticas, apeadas ou em viaturas, sendo também responsáveis por atrasos nos reabastecimentos, por destruições em veículos e principalmente, por elevada percentagem de baixas que provocava.

A primeira mina utilizada pelos movimentos de libertação contra as forças portuguesas era antipessoal (A/P) implantada na estrada Zala - Vila Pimpa, no Norte de Angola, em 6 de junho de 1962 e a primeira mina anticarro (A/C) surgiu em 12 de junho de 1962

Para lutar contra esta arma os militares portugueses utilizavam a picagem para a sua deteção e os rebenta minas (blindadas com sacos de areia) que seguia à frente da coluna militar.

Considerações Finais

São inúmeros os Diários de Guerra (de Companhia, Pessoais e de Capelão) que existem nos arquivos oficiais e na posse de particulares. Todos eles mantêm uma estrutura, mais ou menos, linear e por analogia da temática dos mesmos podemos traçar as fases da “peregrinação na Guerra Colonial e assim, estudar e fazer a história deste conflito.

Neste trabalho, utilizamos como base um Diário de Companhia que por analogia com outros descrevemos os “momentos vividos e expressados na primeira pessoa” associando e completando com informações pertinentes sobre a área abordada.

Cronologicamente, situámo-nos nos anos de 1960/61, início do conflito da guerra e o seu palco em Angola.

Focou-se o início do conflito e a posição do Estado com a decisão de enviar “rapidamente e em força para Angola” os militares portugueses

As expectativas das famílias e dos jovens da geração de 60, são evidenciadas perante a mobilização nacional para este conflito.

A preparação e impreparação dos jovens soldados para esta guerra.

A organização militar.

As várias formas de despedida e o momento do embarque.

A viagem, em barcos adaptados, com más condições de acomodação, sanitárias e de alimentação e com tratamentos diferenciados (oficiais, sargentos e soldados).

A chegada à colónia e o primeiro impacto produzido nos soldados.

A partida e a difícil viagem para o palco das operações militares, os quartéis nas cidades e os aquartelamentos da operacionalidade.

O “dia a dia” no aquartelamento, com tarefas de segurança, as operações e a rotina de longos dias sob a pressão dos guerrilheiros.

Os contactos com as populações (Tantas recordações e muitas delas amorosas).

Nas permanências no bar, no jogo a dinheiro entre muito tabaco e álcool. Na correspondência com a família, na prática de algum desporto (especialmente futebol) e, por vezes a caça.

Havia, sempre, um calendário à vista que indicava a comissão que durava 365 dias, duas vezes.

Media-se a distância a que se estava de casa.

Os quartéis (aquartelamentos) reproduziam a cultura de origem dos seus ocupantes, vendo-se, frequentemente, a organizar pequenas explorações agrícolas, onde se cultivavam produtos metropolitanos que melhoravam e complementavam a alimentação diária.

As relações com a população local eram de uma maneira geral fáceis e traduziam-se na troca de serviços, dos domésticos aos sexuais, alimentos e tratamentos sanitários.

O correio foi um aspeto/pilar durante a permanência dos militares em África. A correspondência com familiares, as namoradas, e os amigos consumia grande parte do tempo disponível e servia como escape no contexto de isolamento e de guerra. Todo o serviço do correio era da responsabilidade do Serviço Postal militar (SPM) com a colaboração do Movimento Nacional Feminino (MNF). O momento da chegada do correio era um momento de alegria ou tristeza (para quem o não recebia).

Podemos inferir como eram as operações militares com a sua cronologia e consequências: feridos, mortos, desaparecidos, prisioneiros e material inutilizado, bem como, tudo o que se provocou nos inimigos. As nossas armas, viaturas e diversos recursos, assim como, aquelas que

os movimentos de libertação tinham ao seu dispor, bem como, os apoios internacionais que tinham.

As críticas aos militares do quadro e especialmente, a alguns que os chefiavam. Pelo contrário, há muitas referências de elogio aos graduados milicianos, Oficiais e sargentos, que os acompanhavam em todas as situações.

Há referências ao Capelão como o elemento que intermediava com as chefias, a quem podiam recorrer para encontrar uma palavra de apoio e ajuda e como aquele que cuidava do respeito pelo corpo e da última bênção e oração no momento da morte.

Os momentos de tristeza e saudade expressos na chamada arte e literatura da guerra: diários pessoais, poesia, textos e canções de revolta e ironia (como foi o cancionero do Niassa).

As referências e conhecimentos linguísticos, etnográficos e etnológicos locais (abundantes no “baú da guerra”.

As recordações, boas ou más, registadas ou não registadas figuram na memória coletiva futura dos combatentes e estão expressas nos Diários da Guerra que pela pesquisa e análise dos mesmos permitem elaborar, na primeira pessoa dos combatentes, a “história” da Guerra Colonial Portuguesa.

Bibliografia

I. A.D.F.A, (2017), A Geração da Rutura, Guerra Colonial, 25 de abril, Reintegração Social. Lisboa: Parsifal.

II. Aguiar, Cristóvão de (1999), Relação de Bordo (1964-1988), Diário ou nem tanto ou talvez muito mais. Porto: Campo das Letras.

III. Mateus, Manuel da Graça e Mateus Pedro(204), Diário de Companhia da 4ª Companhia de Caçadores (4CCE) – Angola.

IV. Figueiredo, M. Fátima Viegas Brauer / Karin Hopfe (org.): Companhia de Caçadores Especiais Metamorfoses do Eu: O Diário e Outros Géneros Autobiográficos na Literatura Portuguesa do Século XX. Lisboa: Hamburgo: Associação Luso-Hanseática/ Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian.

V. Marta, Alexandra (1999): A Arma. Lisboa: Roma Editora.

VI. Perdigão, Isabel (1999): S.P.M. 9644. Lisboa: Roma Editora.

VII. Pimenta, Gustavo (1999): Sairòme M. A Guerra Colonial. Viseu: Palimage Editores.

VIII. Soares, Luís Martins (2015): UIM UKULU – Luanda de antigamente. Cultiva Editora.

IX. Sousa, Sérgio de (2000):Diário Pueril da Guerra. De 20 de maio de 1979 a 3 de maio de 1971. Lisboa. Escritor.

X. Teixeira, Rui de Azevedo (1999):A guerra colonial e o Romance Português. Lisboa: Editorial Notícias.



DA 1ª GRANDE GUERRA À GUERRA COLONIAL

CORREIO



1. O Outeiro do Castro da Bóca, Vila Nova de Famalicão. Crónica de uma escavação atribulada

Introdução

O presente artigo visa a apresentação sumária dos trabalhos arqueológicos realizados no Outeiro do Castro da Bóca, S. Cosme do Vale, concelho de Vila Nova de Famalicão, Distrito de Braga.

Durante o processo de visitas realizadas pelo Gabinete de Arqueologia para a atualização da Carta do Património Arqueológico a incluir no Plano Diretor Municipal, em 2004, foi detetada uma remoção de terras, no Outeiro do Castro, que punha em perigo parte do que restava dessa estação. De imediato foram suspensos os trabalhos de remoção de terras e acordado com o proprietário a escavação de emergência do local.

Para o efeito, elaborou-se um pedido de autorização de trabalhos arqueológicos enquadráveis na categoria D, que foi enviado ao então Instituto Português de Arqueologia. Os trabalhos decorreram, após aprovação, durante o mês de Julho de 2004, tendo-se prolongado pelos anos seguintes até 2015. Estiveram a cargo do Gabinete de Arqueologia e contaram com a participação da equipa do serviço bem como, com a colaboração de jovens da Escola Profissional de Arqueologia do Freixo, Marco de Canaveses, em formação em contexto de trabalho; com alunos do Curso de Arqueologia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Universidade do Minho; bem como com jovens do concelho de Vila Nova de Famalicão, inseridos nos programas de Ocupação de Tempos Livres, do Instituto Português da Juventude e no programa CEI-Património, do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Todos os meios técnicos necessários à realização da intervenção foram disponibilizados pelo Município de Vila Nova de Famalicão, que também suportou, integralmente, os custos da intervenção.

Objetivos da Intervenção

Os trabalhos realizados no povoado tiveram como objetivo a recolha e salvaguarda dos dados ainda existentes no terreno, assim como, a contextualização de alguns materiais recolhidos durante a destruição do sítio.

O pequeno Outeiro, ao longo e da sua existência, sofreu vários danos que o foram destruindo e votando ao desaparecimento:

- Um profundo corte provocado pela construção da Estrada Municipal n° 625, que lhe

removeu a vertente Oeste;

- A extração de saibro para a construção da autoestrada - A3, que o esventrou da plataforma central e sistema defensivo a Sul;

- A continuação da extração de saibro colocava-o na iminência de ser completamente arrasado pelo que se tornava necessário salvaguardar a informação do pouco que restava.

Face ao estado de destruição encontrado e à estratigrafia visível nos cortes, que rondava os 30 a 50 cm de altura, previa-se uma intervenção de curta duração. Contudo, o desenvolvimento dos trabalhos vieram impor uma abordagem mais minuciosa que implicou um aumento exponencial do tempo de investigação.

Metodologia

Metodologia de Campo

A metodologia utilizada para a realização da escavação foi a que vem sendo tradicionalmente utilizada no Gabinete de Arqueologia de Vila Nova de Famalicão. Na área a intervir, denominada por BC.1- área C, foi implementada uma quadriculagem de metro, seguindo o sistema decimal referenciado por três coordenadas axiais, estando o eixo dos X orientado “sensivelmente” a Norte.

Definiu-se que as quadrículas correspondentes ao nº 0, do eixo do X, e as quadrículas correspondentes ao nº 9, no eixo do Y, seriam utilizadas como banquetas, para que fosse possível a leitura de perfis e a circulação na escavação.

Por falta de pontos altimétricos, ligados à rede, selecionou-se um afloramento granítico onde se marcou o nosso ponto zero. Este ponto passou a ser a referência altimétrica de todos os trabalhos efetuados. No final foi possível realizar o levantamento topográfico da área intervirada pelo que o ponto 0 passou a ter o valor absoluto de 248.24m de altitude.

Numa primeira fase dos trabalhos procedeu-se à abertura de valas com dois metros de largura por nove de comprimento que rapidamente se alargaram à restante área devido à complexidade da estratigrafia encontrada.

A remoção de sedimentos fez-se por meios manuais, com decapagem por camadas naturais, às quais se atribuiu uma numeração sequencial crescente, com respetivo registo de nível, número de camada, variação de coloração e textura do solo. Para o efeito utilizaram-se fichas adaptadas com referência à estação. Nos contextos mais antigos, e dentro dos espaços habitacionais recolheram-se amostras de terra (baldes de 3L, por unidade estratigráfica e quadrícula) para

análise posterior.

Todo o espólio recolhido foi posicionado por quadrículas, com referência à unidade estratigráfica (UE) ou contexto e registo de nível.

Os perfis, planos de quadrículas e estruturas foram registados com recurso ao desenho à escala 1:20, efetuou-se também, o registo fotográfico sistemático dos trabalhos, bem como algum registo de vídeo.

Metodologia de Gabinete

Após a recolha, os materiais foram lavados ou, quando se justificava, limpos mecanicamente; as amostras de terra foram processadas por flutuação, com utilização de detergente neutro para auxílio na desfloculação das argilas, e secas à temperatura ambiente.

Posteriormente, foram associados a uma pequena etiqueta onde consta o acrónimo da estação e o ano da recolha (BC.1-04), acrescido de número sequencial de ordem crescente. Toda esta informação foi vertida na base de dados de campo da estação.

Enquadramento do Povoado

Localização e Contexto Geográfico

O Outeiro do Castro da Boca localiza-se na União de Freguesias de Vale São Cosme, Telhado e Portela, Concelho de Vila Nova de Famalicão, Distrito de Braga.

Coordenadas geográficas:

Latitude 41°27'25"N

Longitude 8°28'36"W

Altitude – 241m

O povoado assenta num rebordo, a sudoeste do Monte Cerdeiras, de um relevo que do Penedo das Letras desce sobre o fértil vale do rio Pelhe. No seu sopé desenvolvem-se várias linhas de água que vão entroncar no rio Pelhe, a cerca de 2 quilómetros.

O posicionamento topográfico do Outeiro do Castro, em zona de ladeira, condiciona a visibilidade da sua envolvente tendo, apenas, domínio visual a Sul e Sudoeste.

A paisagem que daí se avista caracteriza-se por ser um povoamento concentrado disposto ao



1. Localização do Outeiro do Castro da Bóca na Carta 1:25.000 (folha 84- Selho/Guimarães, SCE).

longo do declive das vertentes e que invade a zona da planície. Os campos de cultivo adotam a disposição do relevo e suportam hortas, vinhas de enforcado e, já na planície, culturas forrageiras destinadas ao consumo de animais bovinos.

A mancha florestal é maioritariamente constituída por eucaliptos vislumbrando-se algumas manchas de espécies autóctones tais como, castanheiros e carvalhos.

O substrato geológico é constituído por granito denominado de Guimarães e Santo Tirso, monzogranito biotítico, porfiroide, de grão grosseiro (MONTENEGRO de Andrade, 1986). O solo, pouco evoluído, caracteriza-se por ter “matriz muito fina, com seixos de granito e grãos de fenocristais de feldspato potássico e, ainda, com abundantes raízes” (PAMPLONA, et al., 2016-17, p. 387).

O acesso ao povoado faz-se pelo Caminho Municipal n.º 626 que liga S. Cosme do Vale a Sezures.

Enquadramento Histórico-arqueológico

Na área compreendida pela União de Freguesias de Vale São Cosme, Telhado e Portela, Concelho de Vila Nova de Famalicão, são vários os sítios e referências de vestígios arqueológicos conhecidos e identificados no PDM, e que poderão aumentar substancialmente se for elaborada uma prospeção minuciosa e sistemática do vale.

Os vestígios mais antigos encontram-se representados nas “Mamoas de Vermoim/ de Mar de Água”, referidas na documentação medieval, como marcos de delimitação e cuja funcionalidade se perpetua, com a existência de dois marcos, em granito, na Mamoa 1 e 2 insculpidos com as letras S.C. (S. Cosme). Trata-se de um núcleo de quatro monumentos megalíticos cujo espólio arqueológico, recolhido nas escavações da Mamoa nº 1, os posiciona cronologicamente no 3º milénio a.C.. Associam-se cronologicamente a estes monumentos, um considerável conjunto de achados avulsos ou de superfície, certamente relacionados com acampamentos sazonais, que se posicionam estrategicamente no vale do Pelhe, ou a meia encosta; podendo ser tomados como exemplo o Lugar de Pilatos/Povoado do Rio (S. Martinho do Vale), Sítio de Seara (Cruz) e a Bouça do Pique (Pousada de Saramagos). Ainda da pré-história recente, mas relacionados com o 2º milénio a.C. identificaram-se nas imediações, alguns artefactos tais como, uma lâmina de ouro em Sezures, cerâmicas no Monte de Santo Antoninho (Sezures) e no Povoado do Rio (S. Martinho do Vale).

No que refere ao povoamento proto-histórico dos 16 sítios identificados no concelho de Vila Nova de Famalicão, 9 deles (Monte Redondo, Bóca, Santo Antoninho, Eiras, Vermoim, Santa



2.

2. Aspeto do morro após remoção de saibro para A3.
3. Destruição do morro em 2004.



3.

Cristina, Cruito, Lamela e Ermidas) posicionam-se num raio de 3 quilómetros do Outeiro, sendo que dois deles, castro da Bóca e Santo Antoninho lhe estão associados.

O Outeiro do Castro da Bóca é um pequeno povoado fortificado cuja forma não é clara, devido ao elevado grau de destruição que sofreu. Contudo ainda é possível identificar o que resta da plataforma central, com duas pequenas plataformas adossadas a Oeste e parte do sistema defensivo a Noroeste, composto por uma linha de muralha protegida por um fosso e, pelo menos, um talude.

A ocupação humana do pequeno outeiro foi detetada nos anos 90, do séc. XX, a quando da realização de prospeções arqueológicas e referida em DINIS, 1993, p. 4; 61.

Nessa altura, foi possível verificar que o morro fora cortado a meio, no sentido Este-Oeste, para a extração de saibro que se destinou à construção da autoestrada- A3 (figura 2). Esta intervenção destruiu a maior parte da plataforma central do povoado e parte das plataformas a Oeste. Todavia, a destruição terá começado muito antes, durante a construção e alargamento do caminho municipal nº 626, que corta o Outeiro a Este, e que terá eliminado os vestígios que permitiriam relacioná-lo com o Castro da Boca, e o sistema defensivo dessa vertente. O impacto do alargamento da rua do Castro da Bóca, que o circunda a Norte e Oeste, no sistema defensivo é ainda, um dos estragos que importará avaliar.

Posteriormente, já nos inícios deste século, durante uma das visitas periódicas realizadas às estações do concelho, com o objetivo de verificar eventuais irregularidades que possam ter sofrido, foi detetada uma exploração clandestina de saibro (figura 3), no que ainda restava.

No seguimento desta visita foi possível identificar o proprietário e conseguir a sua permissão para se elaborar um pedido de escavação de emergência da área.

Trabalhos Realizados

Tal como foi referido, os trabalhos incidiram no que restava da acrópole do povoado com o objetivo de contextualizar os materiais identificados na terra que tinha sido revolvida, e de salvaguardar a informação que ainda não tinha sido afetada.

No decurso dos trabalhos foi possível efetuar a limpeza de uma facha de 2x18m, no sistema defensivo virado a Noroeste. Ainda que esta se tenha ficado apenas pela limpeza, identificou-se um alinhamento de pedras que terá pertencido à muralha, um fosso e um talude.

A primeira fase dos trabalhos, em 2004, constou da remoção cuidadosa de toda a terra revolvida



4. Revolvimento de terras e espólio.
5. Processo de escavação de fchas de 2x9m.
6. C72 após abertura de valas e remoção da camada vegetal.

para limpeza e recolha do espólio descontextualizado.

Após a remoção das raízes e terra solta realizou-se a implantação da quadriculagem já referida, na secção referente à metodologia, e à delimitação das banquetas. Procedeu-se, então, à abertura de valas de diagnóstico, com 2 metros de largura e 9 metros de comprimento (figura 5), no C721(0,8)XX, C722(0,8)XX, C731(0,8)XX, C741(0,8)XX e C742(0,8)XX.

Tomando em consideração a complexidade da estratigrafia detetada e os inúmeros contextos de revolvimento encontrados, optou-se por alargar as áreas de escavação à totalidade das quadrículas, mantendo-se as banquetas para circulação e registo gráfico posterior.

Estratigrafia

A estratigrafia detetada em toda a área intervencionada revelou-se mais imbricada do que o esperado, tomando em conta a avaliação efetuada a quando da verificação da destruição do sítio. Tal situação deveu-se essencialmente ao tipo de contextos presentes. Se inicialmente se julgava existir um nível de ocupação assente no saibro de alteração, o avanço dos trabalhos veio revelar uma série de sobreposições de níveis saibrosos. Resultantes de vários revolvimentos e exploração de granito bem como, do derrube de estruturas construídas em terra, cuja deteção só foi possível graças à realização de uma intervenção extremamente lenta e cuidada.

Neste âmbito foram registadas 210 unidades estratigráficas divididas por 5 fases de ocupação, sendo a mais antiga a fase 1 e a mais recente a fase 5.

As fases 1 a 4 correspondem a contextos relacionados com a Idade do Ferro, especificamente com período em que se desenvolve a cultura castreja. Na fase 5 agregaram-se todas as alterações posteriores.

Estruturas

Foram várias as estruturas detetadas, em toda a área intervencionada, e que obedecem a tipologias distintas, no que refere à matéria-prima utilizada na sua construção.

Dentro deste universo registaram-se estruturas construídas em pedra, que utilizaram o granito como matéria-prima principal; estruturas construídas em terra, que utilizaram o saibro, algumas pedras e vegetação como matéria-prima; e estruturas escavadas na rocha. Dentro de cada um destes grandes grupos destacam-se algumas particularidades que poderão permitir subdivisões.

Apresenta-se, de seguida, uma descrição das estruturas detetadas, a sua implantação ou projeção

poderá ser consultada na planta geral, no final.

Estrutura C1 – Vestígios de estrutura circular definida por dois níveis de piso (P1 e P1a) com uma espessura que varia entre os 20 e 25cm, em saibro compacto. Estes estavam delimitados por uma vala de saque aparentemente realizada para remover o nível de pedras do edifício (figura 7).

Localizada no C64(7,9)(6,9)XX.

Estrutura C2 - Estrutura circular em pedra com cerca de 3.40m de diâmetro. Muro circular de duas faces com 40 cm de largura, constituído por fiadas de pedras médias de granito, sem vestígios de pico, entremeadas por cascalho e cimentadas por uma argamassa (UE.135). O nível de circulação é definido por um nível de saibro compactado (P8) com cerca de 20cm de espessura (figura 8). Parte da estrutura não foi escavada porque se encontra no terreno vizinho.

Localizada no C65(8,9)(2,3)/C75(0,2)(1,4)XX.

Estrutura C3 - Estrutura circular com cerca de 4,80m de diâmetro, constituída por uma camada de saibro muito compactado (adobe ou taipa) de 50cm de largura, revestida no interior com uma camada de reboco e estuque, assenta num anel de pedras irregulares, compactado. O nível de circulação encontrava-se definido por um piso de saibro comprimido (PG), com cerca de 25cm de espessura; a área correspondente ao espaço central apresenta-se queimada e decorada com linhas impressas de corda e círculos (figura 9).

Localizada no C72(0,6)(0,4)XX.

Estrutura C4 - Vestígios de estrutura circular definida por um piso, com cerca de 20 cm de espessura e 3,9m de diâmetro, em saibro esbranquiçado muito compactado e uma sapata do mesmo material, separados por uma vala de saque (figura 10). Grande parte da estrutura desenvolvia-se para a parte que foi cortada pela exploração de saibro, no morro.

Localizada no C75(3,6)(3,7)XX.

Estrutura C5 - Vestígios de estrutura circular com cerca de 3,9m de diâmetro, constituída por uma camada de saibro compactado, com 40cm de largura e com características muito semelhantes às da estrutura C3 (figura 21). Parte da estrutura desenvolve-se para o terreno contíguo.

Localizada no C64(1,4)(1,5)XX.

Estrutura C6 - Vestígios de estrutura circular da qual resta um pequeno murete, irregular, constituído por uma fiada de pedras, sem sinais de pico (figura 11) e uma lareira circular, descentrada, e com uma elaboração que sugere uma utilização especializada.

Localizada no C62(1,6)(0,4)XX.

7. Processo de escavação da C1, com P1 em primeiro plano.

8. Estruturas C2 e L1.

9. Piso decorado (PG) da estrutura C3.

10. Estrutura C4.

11. C6 e M2.





12. Buraco de poste estruturado da C7.
13. Piso correspondente ao nível de ocupação do C8.
14. C9 final.
15. Nível de derrube de cobertura da C11.
16. Corte na C12.



Estrutura C7 – Vestígios de estrutura circular constituída por camadas alternadas de materiais argilosos de coloração alaranjada e camadas de coloração acinzentada escura e negra (figura 12). Para implantar a estrutura foi escavada a alteração do afloramento, ficando o interior da estrutura rebaixada. O nível de circulação interior era de terra batida distinguindo-se apenas, devido à quantidade de cerâmica encontrada, da qual se destaca um tacho de asas interiores quase completo.

Localizada no C72(0,3)(6,9)XX

Estrutura C8- Vestígios de estrutura destruída para exploração de granito. Dela restam alguns fragmentos de piso de saibro compactado com algumas zonas queimadas (figura 13).

Localizada no C63(4,7)(7,9)XX e C64(4,7)(0,1)XX.

Estrutura C9 – Vestígios de estrutura da qual resta parte do negativo circular escavado no afloramento, cerca de metade do negativo foi destruído pelo corte do morro (figura 14).

Localizada no C74(3,5)(4,8)XX.

Estrutura C10- Vestígios de estrutura circular da qual restam alguns fragmentos de piso, e um pequeno bloco cilíndrico de granito aparentemente usado para suporte de poste central de cabana.

Localizada no C74(1,4)(2,6)XX.

Estrutura C11- Vestígios de estrutura circular constituída por camadas alternadas de saibros e camadas de coloração acinzentada escura e negra. Para implantar a estrutura foi escavada a alteração do afloramento, ficando o interior da estrutura rebaixada e encaixada no mesmo. O nível de circulação interior era de terra batida distinguindo-se devido à quantidade de pequenas pedras, aparentemente da cobertura, que o cobriam, assim como, a maior concentração de cerâmica detetada (figura 15).

Localizada no C74(0,4)(0,4)XX.

Estrutura C12- Vestígios de estrutura do qual resta o derrube, de materiais percíveis associados a um rebaixamento no afloramento (figura 16). Grande parte da possível estrutura foi destruída com a exploração de saibro no morro em 2004.

Localizada no C61(7,9)(8,9)XX e C62(4,9)XX.

Estrutura C13 – Vestígios de estrutura circular da qual resta o negativo escavado no afloramento, todo o resto foi destruído pela exploração de pedra (figura 17).

Localizada no C51(5,8)9XX e C52(5,8)(0,1)XX.

Estrutura C14 - Cova irregular escavada no afloramento, aparentemente para extração de



17. Aspeto final da C13.
18. C15 em escavação.
19. Fragmento de saibro/ tabique do nível de destruição da C17.
20. C20 em escavação.



saibro e de pedras. Esta intervenção também destruiu o M3, que se prolongaria para essa área. Localizada no C53(8,9)(0,2)XX e C630(0,2)XX.

Estrutura C15 – Vestígios de estrutura da qual restam fragmentos de piso e a cova de implantação, escavada no afloramento (figura 18).
Localizada no C52(8,9)(4,8)XX e C62(0,1)(4,8)XX.

Estrutura C16 – Vestígios de estrutura, da qual restam alguns fragmentos de piso. Localizada no C73(2,3)(7,9)XX e C74(2,3)(0,1)XX.

Estrutura C17 – Vestígios de estrutura, da qual restam alguns fragmentos de piso, de saibro compacto/tabique e pequenas pedras (figura 19).
Localizada no C73(1,5)(5,9)XX e C74(1,5)0XX.

Estrutura C18 – Vestígios de estrutura, da qual restam alguns fragmentos de piso. Localizada no C73XXXX.

Estrutura C19 - vestígios de estrutura, da qual restam fragmentos de piso, saibro e algumas pedras. Aparece ter um sistema construtivo semelhante à C3.
Localizada no C73XXXX.

Estrutura C20 – Vestígios de estrutura da qual resta a cova de implantação, escavada no afloramento e atulhada de fragmentos de piso desordenado, cerâmica, carvões e saibro (figura 20).
Localizada no C72(4,6)(8,9)XX e C73(4,5)(0,1)XX.

Estrutura C21- Vestígios de estrutura destruída para a exploração de granito e saibro (figura 24).
Localizada no C62(5,7)(7,9)XX.

Estrutura SI – estrutura escavada no afloramento rochoso que terá servido como silo/celeiro (figura 21).
Localizada no C64(1,3)(2,5)XX .

Estrutura SII – estrutura negativa aparentemente resultante da exploração de saibro para construção dos edifícios contíguos (figura 22).
Localizada no C64(4,6)(6,9)XX.

Estrutura L1 – Lajeado. Camada de lajes de granito de forma irregular, colocadas a formar um



21. Estrutura C5 e SI- Silos.
22. SII - Saibreira.
23. C3 e M1.
24. C21 durante a escavação.
25. M3 e C15.



plano horizontal de circulação (figura 8).
Localizado no C65(8,9)(0,2)XX e C75(0,3)(0,2)XX.

Estrutura M1 - Muro de contenção de terras, em granito, com uma face virada a Norte. O topo tinha pedras de pequeno porte, as da base tinham maior dimensão, sem vestígios de pico (figura 23). Trata-se de um muro que também poderá ter servido para dividir unidades familiares. Aparentemente terá sido construído na I ou II fase de ocupação do povoado e apresenta várias intervenções de restauro até à fase III, altura em que ainda se mantinha funcional.

Localizado no C72(0,6)(6,9)XX.

Estrutura M2 - Muro de contenção de terras, em granito, de aparelho ciclópico, com algumas pedras fincadas, assentes no afloramento (figura 11). Muro com uma face, aparentemente construído para conter desnível, mas que poderá ter sido também utilizado para separar unidades familiares.

Localizado no C62(6,7)(1,5)XX.

Estrutura M3 - Muro tosco, em granito, do qual resta o enchimento (pedras soltas cimentadas com terra). Muro de contenção de terras, de aparelho irregular o que resta é o enchimento (figura 25), a face estava derrubada e foi saqueada. Aparenta ser prolongamento do M2 e pertencer à II fase, ou remodelado nessa fase.

Localizado C62(1,2)(7,9)XX.

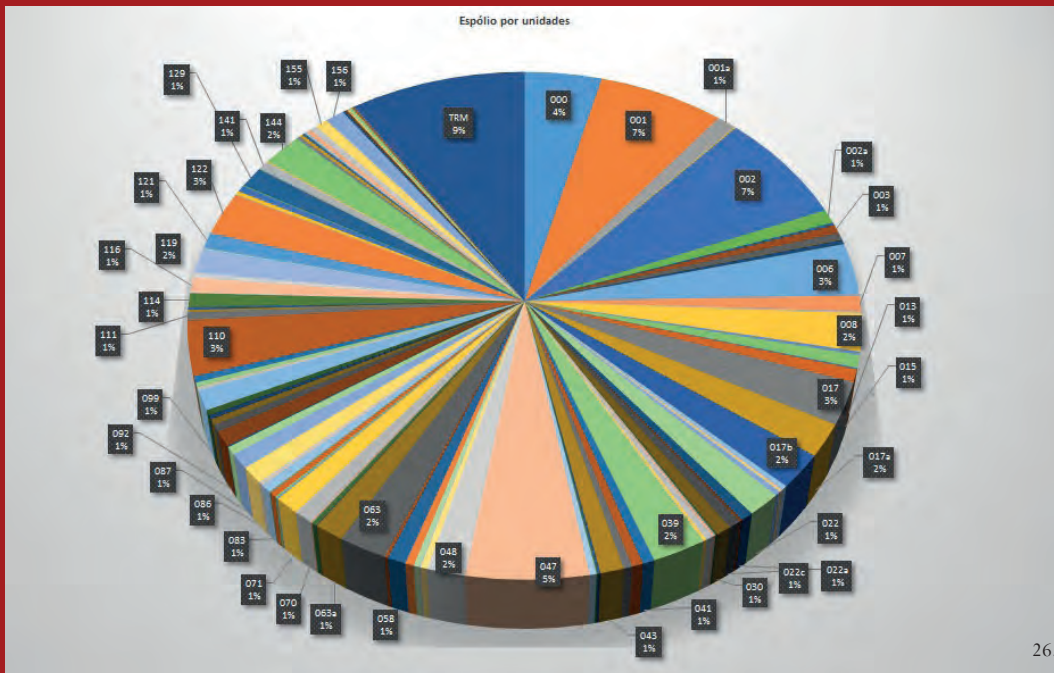
Espólio¹

Todos os materiais recolhidos durante o processo de escavação, constam da base de dados de campo da estação (base de dados Access – denominada Outeiro do Castro - Bóca II), aí ficou registada a sua localização espacial, a sua relação estratigráfica, relação altimétrica, tipo de material e observações relevantes. Foram posteriormente acondicionados, em contentores apropriados a cada tipo, e depositados na reserva de materiais do Gabinete de Arqueologia da Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Verifica-se que a maior parte dos materiais recolhidos (9%) pertencem às terras revolvidas pela máquina (TRM) tendo ficado sem referência estratigráfica, mas que têm sido úteis no que refere à caracterização e definição de tipologias da estação.

Nos restantes casos a percentagem de materiais relaciona-se diretamente com a área de dispersão das unidades e /ou com unidades que marcam a transição de fases (001, 002, 006, 063); contrariamente ao que seria de supor, apenas 4 unidades, relacionadas com níveis

[1] Por se tratar de um conjunto extremamente vasto, apresenta-se uma breve abordagem do tema remetendo para uma próxima edição a elaboração do catálogo referente ao inventário dos materiais da estação.



de ocupação e circulação (047, 119, 144 e 122) se destacam.

No que alude aos tipos apresenta-se, de seguida, a quantidade de materiais separados por tipos.

Tal como se referiu o espólio recolhido foi separado, até à data, por 16 tipos cuja abordagem sumária se apresenta de seguida:

6 AB – amostras de bronze que se referem a um pequeno anel e cinco fíbulas/alfinetes de pé alto, peças enquadáveis na fase mais antiga de ocupação do sítio;

4 AE – amostras de escória. Os restos de fundição recolhidos resumem-se a 4 amostras procedentes das unidades 001, 002, 017 e piso 6, unidades que correspondem às fases de ocupação mais recente do sítio;

30 AF – amostras de ferro. As amostras de ferro recolhidas apresentam-se muito oxidadas e informes, procedem de unidades estratigráficas associadas a todas as fases do povoado. Destacam-se, neste conjunto, pedaços de “gato” (agrafos), ainda cravados nos fragmentos cerâmicos que uniam; e um aro, provavelmente de uma fíbula anular hispânica;

58 AT – As 58 amostras de terra registadas foram processadas por flutuação. Daí resultaram os resíduos leves denominados de AC e os resíduos pesados denominados por AT/RA. Estes últimos encontram-se apenas armazenados não tendo sofrido ainda qualquer tipo de estudo;

86 AC – Do conjunto de 86 amostras de carvão selecionadas, 58 são produto do processamento de amostras de terra por flutuação, as restantes resultam da colheita direta no campo. Até à data foi enviado para estudo, no âmbito do “Projecto O Efeito de Reservatório Oceânico nas Áreas de Transição do Upwelling Costeiro Oeste-Ibérico PTDC/MAR/68932/2006”, um conjunto de nove amostras que inicialmente se destinavam à datação por C14, mas que foram utilizadas para a identificação de carvões de madeira, contribuindo para a caracterização do coberto vegetal do território durante o 1 milénio a.C.;

10 AO – amostras de osso. Os restos osteológicos recolhidos e inventariados são o resultado da identificação e recolha direta no campo. Trata-se de um conjunto de fragmentos de pequenas dimensões, provenientes maioritariamente dos níveis mais antigos da estação e cujo estudo será um contributo precioso para a caracterização da fauna da época;

11 BC – As bolotas atualmente listadas são fruto da recolha direta em escavação. Uma primeira abordagem permite constatar que a maioria ocorre em contextos associados a níveis de circulação interior, preferencialmente junto a níveis de lareira, e que se relacionam com a fase II

da ocupação da estação;

279 AP – O grupo das AP's (amostras de pedra) constitui-se como o segundo maior conjunto espólio recolhido na estação. Dele fazem parte pequenos seixos de quartzito que poderão ter sido utilizados como pedras de jogo; seixos que apresentam vestígios de percussão; seixos fissurados, devido à ação do calor e outros que aparentam ter sofrido um processo de debitagem; a este subgrupo juntam-se os fragmentos de granito com evidências de vários graus de polimento; fragmentos com vestígios de metal incrustado (possíveis moldes de fundição); fragmentos de xisto e lascas de quartzo; destacando-se ainda 4 fragmentos de movente de mó giratória e uma dormente circular. De realçar que as unidades atribuídas à fase I e II são as que concentram maiores quantidades deste tipo de espólio;

30 AX – amostras de estuque e argamassa. Trata-se amostras de material diretamente relacionado com a construção das paredes, ou com a impermeabilização das mesmas. Até à data foi possível efetuar, no Departamento de Ciências da Terra da UMinho, a análise de 7 amostras que se encontram publicadas em PAMPLONA, VALENTE e BRAGA 2016-17, 392. O estudo das restantes será certamente um grande contributo para a compreensão dos processos de construção em terra, na antiguidade;

312 FP – fragmentos de piso. Os pisos ou fragmentos de piso recolhidos caracterizam-se por serem camadas de saibro argiloso muito compactadas, na sua maioria endurecidas devido à ação do calor, apresentam colorações acastanhadas ou, quando submetidas a temperaturas elevadas, colorações alaranjadas; uma das faces é normalmente alisada, a oposta, é muito rugosa e irregular; a parte lisa pode ostentar impressões ou negativos de cordas associadas a motivos vegetalistas. Estes fragmentos foram recolhidos em unidades relacionadas com ambientes de ocupação mas também, em níveis de destruição e revolvimento;

1 Cau – conta em ouro. Trata-se de uma pequena conta de colar que se encontra espalmada, recolhida num dos níveis intermédios da estação.

5 CV – contas de vidro. As cinco contas de pasta vítrea recolhidas proveem de unidades estratigráficas distintas pertencendo cronologicamente às fases mais antigas da estação;

Por fim, deverá referir-se os materiais cerâmicos. O conjunto de espólio mais abundante e significativo que contempla 98% das recolhas realizadas, e que é constituído pelos materiais cerâmicos. Estes associam-se à maior parte das unidades estratigráficas e enquadram-se em dois grandes grupos o dos objetos de tecelagem e ou fiação, e o da cerâmica utilitária de cozinha e mesa.

28. Tacho de asas interiores, no C3.
29. Bordo de talha.



28.



29.

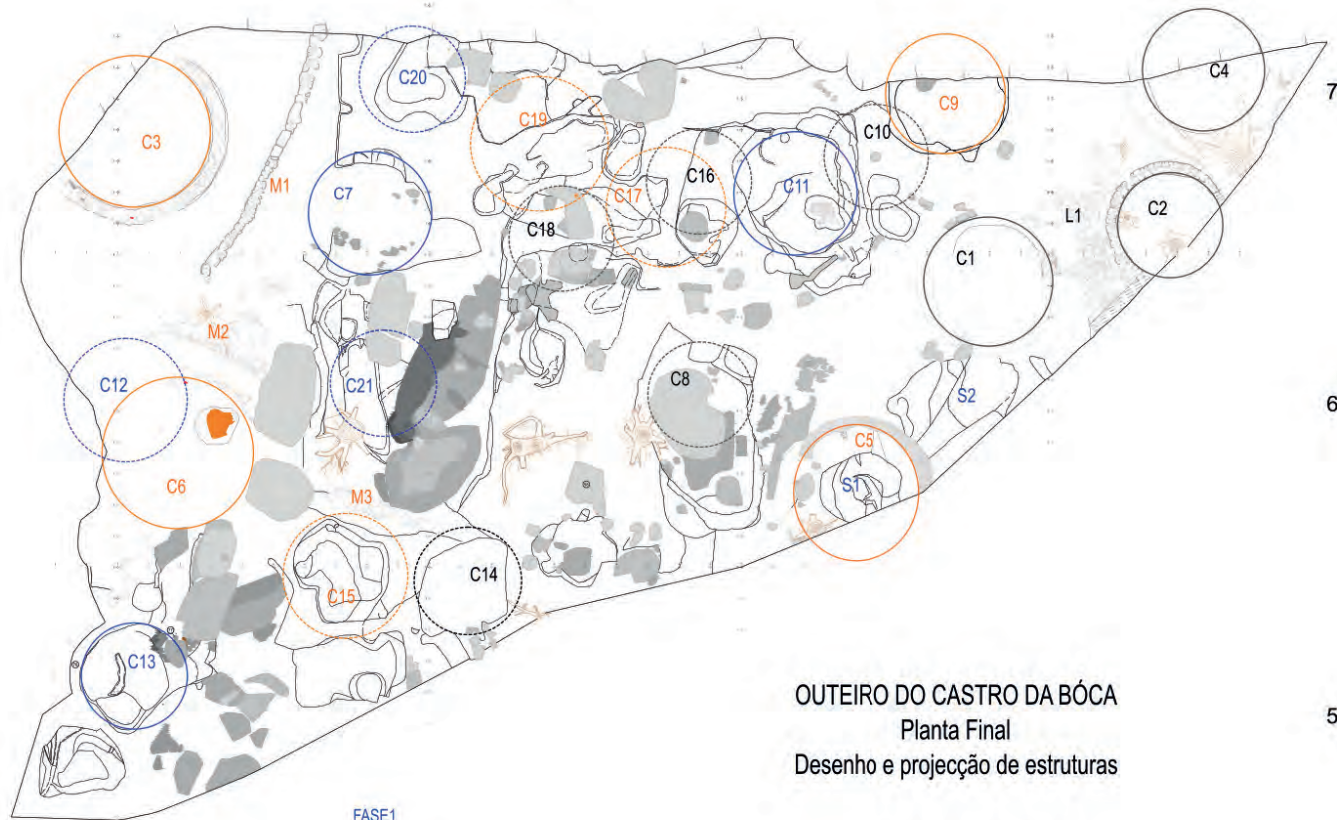
1

2

3

4

5



OUTEIRO DO CASTRO DA BÓCA
Planta Final
Desenho e projecção de estruturas

FASE1

FASE2

FASE3



0 5m

7

6

5

4

34 CS – Cossioiros. Estas peças normalmente associadas a atividades de fiação, proveem maioritariamente de níveis antigos sendo que 10 foram recolhidos em unidades relacionadas com níveis de habitat (C07, C09, C11, C13 e C14), os restantes em níveis de revolvimento;

50010 – Cerâmica. No que refere aos fragmentos cerâmicos será importante referir que se trata de um conjunto caracterizado por ter sido fabricado com pastas predominantemente micáceas onde, as produções manuais e de torno lento assumem grande relevo. Não se enquadram neste conjunto 33 fragmentos de cerâmica recente (vasos para resina) e 4 fragmentos de cerâmica romana (com pastas bem depuradas e rosadas). Dentro deste universo 11% são bordos, 5% fundos, 1% asas, 3% são fragmentos decorados e 80% dos fragmentos são lisos. Predominam as formas de perfil em S, com várias dimensões, pertencentes a potes, púcaros, taças e talhas; as panelas ou tachos de asa interior também se encontram bem representados; aparecem ainda alguns testos.

Considerações Finais

A partir de uma simples visita de rotina ao Património Arqueológico de Vila Nova de Famalicão foi possível resgatar de um passado esquecido, em nome de um progresso comandado pelo desenvolvimento económico e pela amnésia coletiva e seletiva de um património cultural imaterial, o pequeno Outeiro do Castro da Bóca.

Os trabalhos de salvaguarda realizados permitiram o acesso a um manancial de informação, sobre o 1º milénio antes de Cristo, no concelho, pouco conhecida e que se teria perdido irremediavelmente.

Esta informação subdivide-se por quatro fases que se enquadram cronologicamente entre o séc. III a.C. e o séc. I d.C. e uma quinta fase que engloba uma série de destruições muito imbricadas que se iniciam em tempos romanos prolongando-se até aos nossos dias.

No Outeiro do Castro viveu a partir, pelo menos, do séc. III a.C., uma pequena comunidade. Numa primeira fase, construía cabanas circulares, com diâmetros entre os 3,5/4m, parcialmente escavadas no afloramento rochoso, usando para as paredes, pequenos troncos e ramos entrançados, colmatados por saibros e argilas compactadas. Para os telhados não foi possível recolher grandes evidências mas, a julgar pelo nível de pedras associadas, poder-se-á presumir uma cobertura de palha ou ramagens sendo o peso das pedras utilizado para os segurar. Nesta fase já é possível identificar alguma especialização nas áreas utilizadas e que se vão manter ao longo das restantes fases.

Numa segunda fase as cabanas identificadas apresentam algumas alterações, no que refere

à construção. No solo é marcado, com pedras, um círculo/anel de 4/5m de diâmetro, sobre o qual se coloca um muro realizado com saibro muito compactado, com larguras que rondam os 40/50cm. Os níveis que poderiam fornecer informação sobre a cobertura destas cabanas desapareceram, numa fase intermédia de destruição destinada a nivelar e que marca o início da petrificação do povoado.

O nível seguinte de ocupação corresponde à construção de cabanas circulares em pedra e lajeado, onde não são visíveis vestígios de utilização de pico. Estas cabanas caracterizam-se por terem diâmetros que variam entre 3/4m, os muros em pedra de 40 cm de largura, terem dupla face e serem colmatados com pequenas pedras e argamassa de saibro. A cobertura seria certamente de materiais perecíveis, dado que em nenhum destes contextos se identificaram telhas. A maior parte destas cabanas foram na fase seguinte muito saqueadas para aproveitamento da pedra tendo ficado como evidências os seus pisos ou lareiras.

Pese o nível de destruição verificado em toda a área intervencionada. Identificaram-se 3 zonas que sugerem a especialização de certos núcleos familiares. Uma onde se concentram evidências relacionadas com o armazenamento e processamento dos cereais, outra relacionada com o processamento de fio e, uma terceira com o processamento de alimentos.

Agradecimento

Para terminar a equipa gostaria de agradecer ao Sr. Amândio Braga e família as facilidades concedidas para os trabalhos no local.

Bibliografia

DINIS, A. P., 1989. Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Famalicão - O Megalitismo. *Boletim Cultural-Vila Nova de Famalicão*, 9, pp. 41-65.

DINIS, A. P., 1993. *Ordenamento do Território do Baixo Ave no I milénio a.C.*. Tese de Mestrado policopiado ed. Porto: FLUP (diss. mestrado, policop.).

MONTENEGRO de Andrade, M. e. N. F., 1986. *Carta Geológica de Portugal, à escala 1: 50 000, Folha 9B (Guimarães)*. Lisboa: Serviço Geológico de Portugal.

MOREIRA, M., 2009. Escavações arqueológicas na Mamoa I de Mar de Água. *Boletim Cultural Vila Nova de Famalicão, III série, n° 05*, pp. 37-40.

NEIVA, M. A. P., 2009. Vale (S. Cosme) Memórias de um passado. Em: Vale (S. Cosme) Vila Nova de Famalicão: s.n.

PAMPLONA, J., VALENTE, T. & BRAGA, M. A., 2016-17. Caracterização e Proveniência dos Materiais de Construção e dos Fragmentos Cerâmicos do Povoado da Idade do Ferro do Outeiro do Castro da Bóca (Vila Nova de Famalicão). *Boletim Cultural - IV Série- nº 10 e 11*, pp. 387-395.

QUEIROGA, F., 2015. As cabanas do Castro de Penices, e a evolução da arquitectura doméstica dos castros. *Portvgalia, Nova Série, vol. 36*, Volume 36, pp. 263-276.

QUEIROGA, F. R., 1992. *War and castros. New approaches to the northeastern Portuguese iron Age.* (= 2003, Oxford: *British Archaeological Reports International Series, 1198*). Oxford University (policop.): s.n.

SILVA, A. C. F., DINIS, A. P., OLIVEIRA, F. & QUEIROGA, F., 2005. Vila Nova de Famalicão do Neolítico à Idade Média. Em: *História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, pp. p.11-61.

2.

CARTAS

Vila Nova de Famalicão

2. O marco miliário da Quinta do Vinhal, Vila Nova de Famalicão

Resumo

Tal e qual os marcos quilométricos atuais, que indicam a distância percorrida numa determinada estrada, os marcos miliários romanos indicavam a distância percorrida numa via romana em milhas romanas, o equivalente a mil passos, ou seja, aproximadamente 1480 metros. O estudo dos marcos miliários permitem-nos identificar o trajeto das vias romanas, bem como os imperadores responsáveis pela construção ou pelo reparo de um trajeto.

No caso específico deste surgiu a necessidade do emprego de novas tecnologias, mais especificamente fotogrametria e análise de modelos tridimensionais para a sua leitura.

Palavras-chave: Marco miliário, Imperador Caio Messio Quinto Trajano Décio, Via romana Bracara.

2.1 O marco miliário da Quinta do Vinhal

Este marco miliário já havia sido identificado posteriormente pelos serviços técnicos da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão na Casa do Vinhal, um imóvel de interesse público, cuja construção é do século XVIII.

A sua localização, que não deve ser a original, parece indicar que faria parte do itinerário XVI, que ligava *Bracara Augusta* (Braga) a *Olisipo* (Lisboa). Mais concretamente estaria localizado entre o trajeto que ligava *Bracara Augusta* a *Cale* (Porto).

A identificação de orifícios, com cerca de 77cm de distância na face virada a norte parece indicar que o marco foi reutilizado ao longo do tempo para fins vários, entre os quais servir de suporte a um portão.

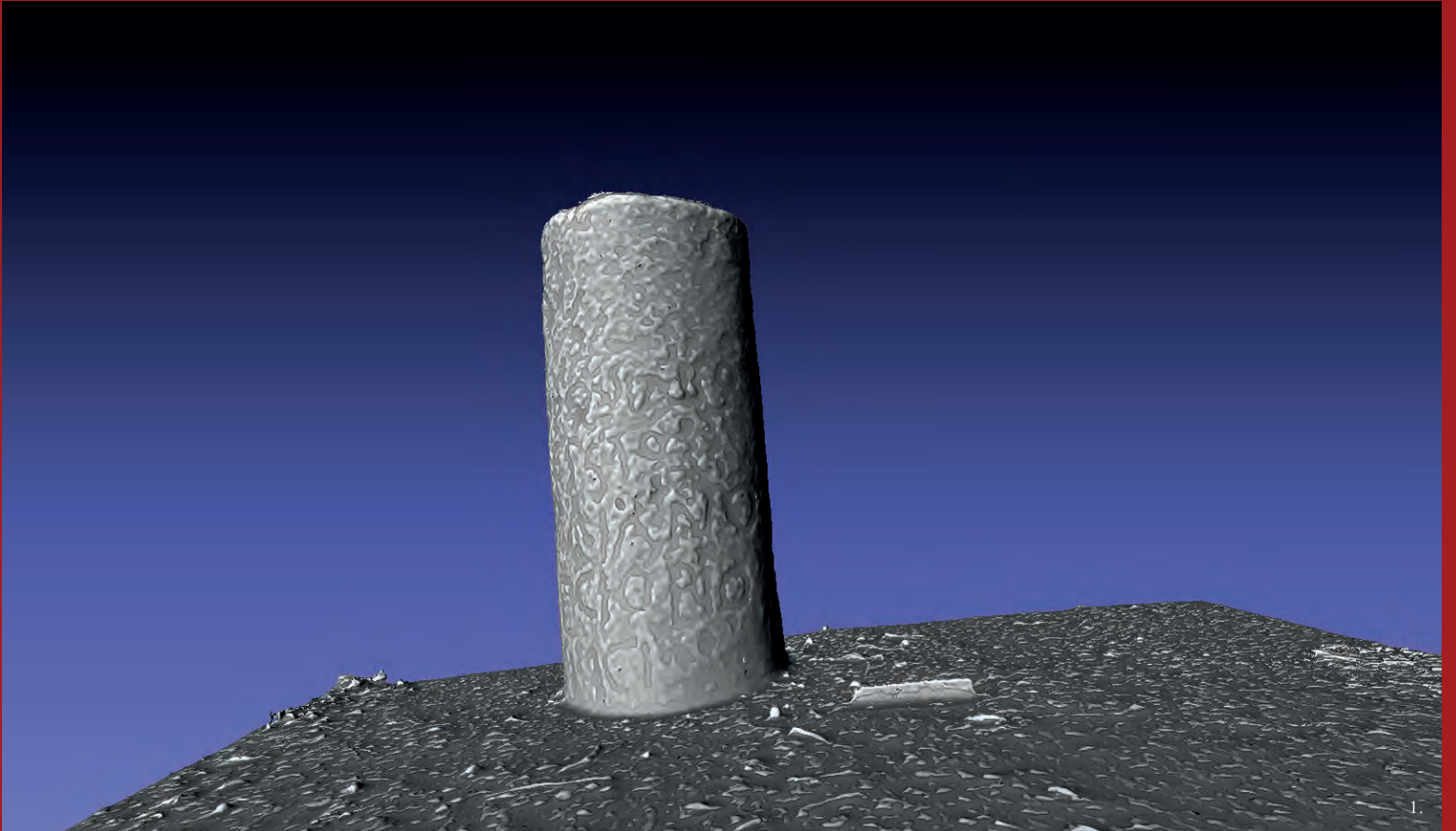
Também a sua face sul foi lavrada de forma a ser afeiçoada, possivelmente para ser encostado a um edificado.

Na face virada a norte o marco aparentava ter em tempos albergado uma inscrição pois são visíveis algumas marcas que aparentam ser letras.

2.1.1 Fotogrametria e Análise Morfológica

As dificuldades na leitura do texto inscrito neste marco levaram a que este fosse alvo de um

1. Modelo 3D do marco sem informação relativa à textura ou pigmentação.



levantamento fotogramétrico, utilização de fotografias para a construção de um modelo 3D. Imediatamente após a sua construção, foi retirada ao modelo toda a informação relativa à textura e pigmentação (figura 1).

Foi também aplicado um *shader*, *Radiance Scaling*, para realçar as concavidades e convexidades na superfície.

Esta análise permitiu evidenciar a existência de texto nesta face do marco. No canto inferior direito é possível visualizar claramente “PIO”.

Contudo, para melhor identificar o texto o marco foi escalado para as suas dimensões originais, em seguida foi aplicado um algoritmo de modo a polir a superfície até nenhum vestígio de texto ser visível, e de seguida foi calculada a diferença entre a superfície polida e a original. Por fim foram calculadas as curvaturas existentes na superfície, e aumentados os valores obtidos em 5%. Posteriormente foram coloridas de negro as gamas de curvatura maiores e as restantes gamas foram coloridas de branco.

O resultado (figura 2), permitiu a leitura da inscrição existente no marco.

2.1.2 Análise da inscrição

Trata-se de um marco em granito grosso, de forma cilíndrica, com cerca de 1,55m de altura e um diâmetro sul-norte de 67cm e um diâmetro este-oeste de 78cm. A altura total do marco poderá ainda ser maior pois não foi possível concluir até que ponto se encontra soterrado.

O campo epigráfico ocupa a face voltada a norte do miliário e tem uma dimensão de aproximadamente 97cm de altura e 70cm de largura.

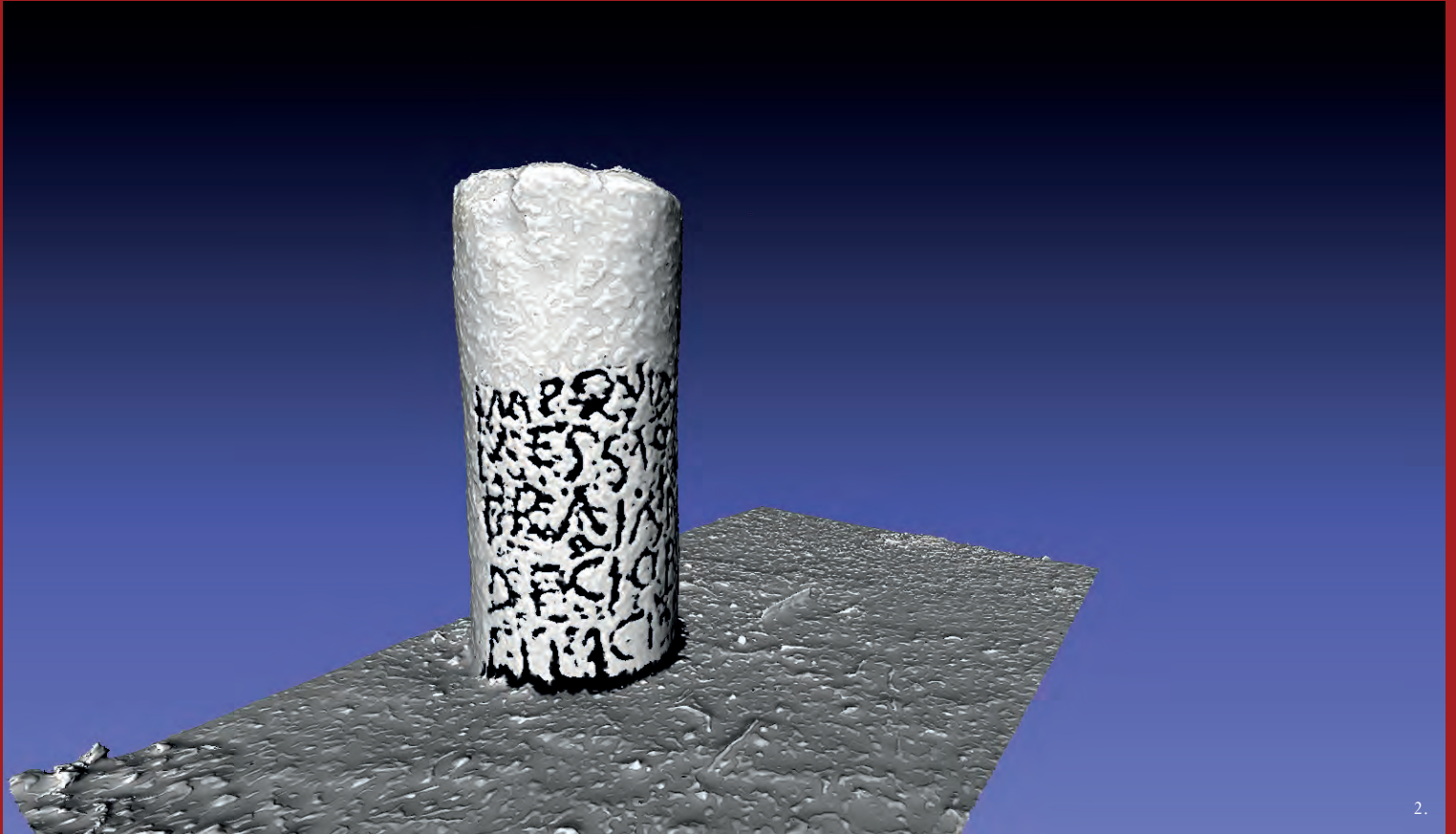
IMP(eratori) QVINTO / MESSIO C / TRAIANO [AVG] / DECIO PIO / [FELI]CI++

O imperador Quinto Messio Gaio Trajano Decio Pio Augusto Felix...

Altura das letras (cm): 1. 1: 10/11,8 (Q = 15,5, O = 8,5); 2: 10,6/11,6 (S = 16,5, I = 13,1, O = 9); 3: 12,6/14,8; 4: 12,8/15,3 (O = 11,2); 4: 12/13,7.

Espaços: 1. 1: 10; 2: 7; 3: 9,7; 4: 4.

Nesta inscrição a paginação não é muito cuidada, não havendo um eixo de simetria. O tamanho das letras também é muito variável. O tamanho dos espaços entre as linhas também é variável,



notando-se especialmente pouco espaço entre as linhas 4 e 5.

Na 3ª linha as últimas letras levantaram dúvida, mas aparenta tratar-se do nexu AVG (Augusto).

A 5ª linha apresenta letra que levantam ainda mais dúvidas, mas a análise de outros marcos miliários, juntamente com as letras que foram restauradas, apontam para a leitura de FELICI.

É provável que existam mais linhas epigrafadas abaixo do nível do solo.

O nome do imperador, Quinto Messio Trajano Decio apresenta-se no caso nominativo, indicativo que este terá estado envolvido na execução ou reparação do troço, mas não na sua construção (teria sido usado o caso ablativo nesse cenário). Uma análise a outros miliários, sobretudo na Grã-Bretanha, indicam que a fórmula de apresentação do nome deste imperador varia muito (Roman Inscriptions of Britain, 2020).

Este imperador reinou entre setembro de 249 e junho de 251.

A localização do marco parece indicar que se trataria de um miliário no troço entre Bracara Augusta (Braga) e Cale (Porto) do itinerário XVI que ligava Bragacara Augusta (Braga) a Olisipo (Lisboa).

Em conjunto com os miliários de Cabeçudos, da Quinta da Devesa e de Santiago Antas ajuda-nos a perceber que Famalicão era um ponto de travessia desta importante via romana.

2.2 Bibliografia

BUNN, Christer; EDMONSON, Jonathan - **The Oxford Handbook of Roman Epigraphy**. Oxford : Oxford University Press, 2015

ENCARNAÇÃO, José D' - **As Pedras que Falam**. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010

ENCARNAÇÃO, José De - **Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina**. Coimbra : Faculdade de Letras | Departamento de História, Arqueologia e Artes Secção de Arqueologia | Instituto de Arqueologia, 2013

MANTAS, Vasco - Os Miliários de Adriano da Via BracaraCale Portygalia. **Nova Série DCTP-FLUP**. 36:2015) 231–248.

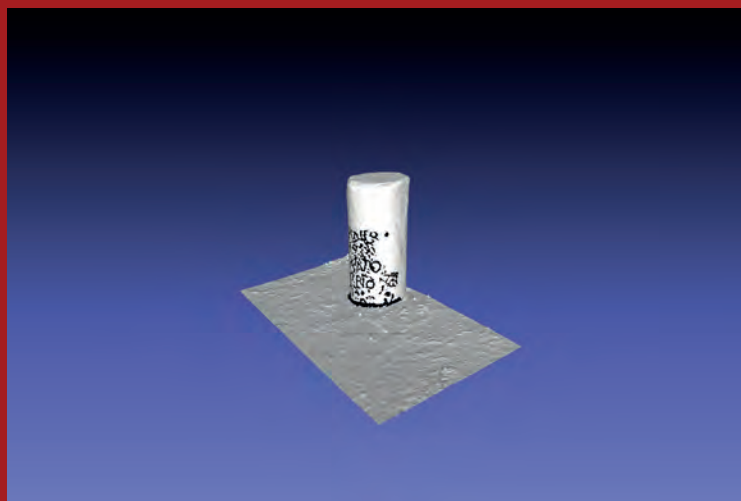
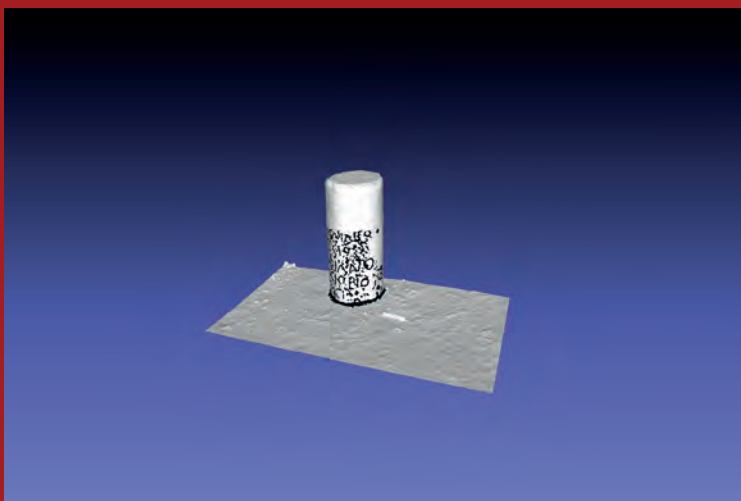
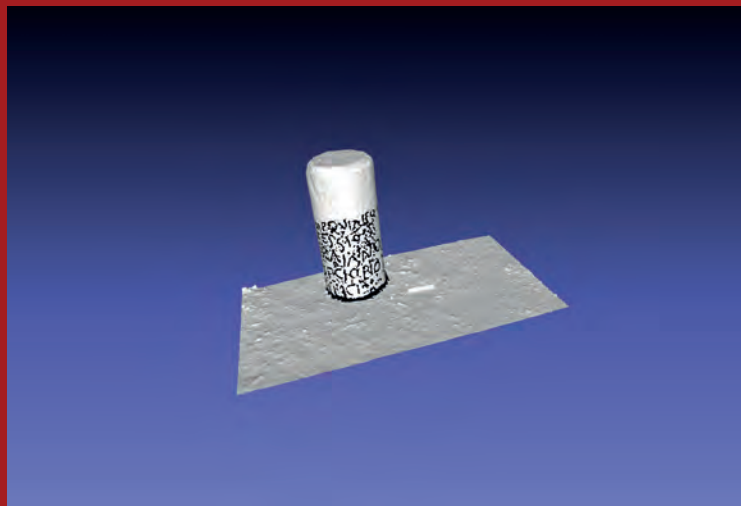
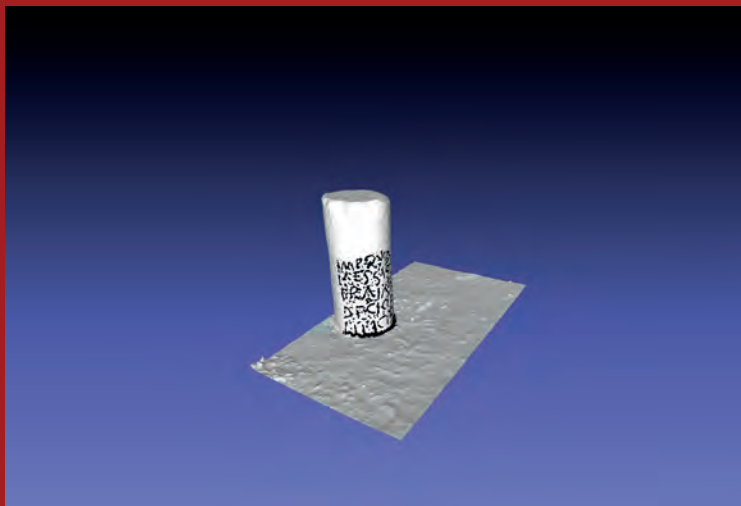
RIB 2273. Milestone of Decius - [Em linha], atual. 2020. [Consult. 13 out. 2020].

Disponível em WWW:<URL:<https://romaninscriptionsofbritain.org/inscriptions/2273>>.

RIB 2276. Milestone of Decius - [Em linha], atual. 2020. [Consult. 13 out. 2020].

Disponível em WWW:<URL:<https://romaninscriptionsofbritain.org/inscriptions/2276>>.

SARMENTO, Franscisco Martins - Marcos milários no concelho de Vila Nova de Famalicão. **Nova Alvorada, Famalicão**. ano 1:9 (1892) 89.



3.

173

CORREIO

Lagoa

3. Reabilitação do Moinho de S. Marçal e Reconstituição do Pisão

O Moinho de São Marçal localiza-se na freguesia de Esmeriz no município de Vila Nova de Famalicão. Encontra-se implantado na margem esquerda do rio Pelhe entre a recente ponte da rua do Pisão (de acesso à estação ferroviária de Esmeriz) e a antiga ponte da rua dos Moinhos.

Em 2016 quando a junta de freguesia de Esmeriz tomou posse do Moinho de São Marçal este encontrava-se em avançado estado de degradação correndo o risco de ruir. Apresentava inúmeras patologias estruturais, quer nas alvenarias de suporte, quer na estrutura do telhado. Além disto, as infraestruturas hidráulicas, nomeadamente o açude encontrava-se parcialmente destruído.

Os três engenhos de moagem existentes apresentavam um avançado estado de degradação e encontravam-se incompletos. As pontes de suporte do engenho, os *rodízios*, as *hastes* e os *lobetes* tinham desaparecido. Apenas restavam os casais de mós e algumas peças em madeira das moegas do “Moinho da Porta” e do “Moinho Elétrico”.¹ A moega do “Moinho Negroiro” encontrava-se totalmente destruída.

[1] De acordo com as indicações dos familiares o “Moinho Elétrico” foi instalado na década de 1980, em substituição da primitiva roda da azenha existente na fachada norte do edifício.

[2] R. Bruno Matos. *Património | Projeto e obra para a Reabilitação do Moinho de São Marçal no Rio Pelhe, Esmeriz, Vila Nova de Famalicão* in «Vilanovaonline». 2010. Disponível em: <https://vilanovaonline.pt/2019/01/06/patrimonio-projeto-e-obra-para-a-reabilitacao-do-moinho-de-sao-marcal-no-rio-pelhe-esmeriz-vila-nova-de-famalicao/>. Consultado a: 14/10/2020.

[3] O Alargamento da ponte destina-se a criar condições de utilização em segurança por parte dos peões com a introdução de um novo passeio pedonal. Esse novo passeio permitirá, simultaneamente, ocultar o ducto de saneamento atualmente visível.

Em 2017 iniciou-se o “Projeto para a Reabilitação do Moinho de São Marçal e Requalificação do Espaço Público Envolvente”.² Este projeto desenvolvido com base numa metodologia específica foi estruturado em quatro dossiers técnicos que integraram o processo de licenciamento:

1) *Enquadramento geográfico, histórico e territorial*; 2) *Levantamento arquitetónico, construtivo e molinológico*; 3) *Relatório de inspeção e diagnóstico das Anomalias*; e, por último, 4) *Proposta de Intervenção arquitetónica*.

Relativamente à obra de reabilitação foi planeada em duas fases. A primeira fase, atualmente em conclusão, englobou: 1.1) A reabilitação da estrutura arquitetónica do edifício; 1.2) A recuperação do açude; e, 1.3) A reconstrução dos engenhos hidráulicos. Quanto à segunda fase prevê-se a intervenção no espaço público envolvente contemplando: 2.1) A requalificação da Ponte e o seu alargamento;³ 2.2.) A reabilitação da Fonte de São Marçal; 2.3) O ordenamento da rua do Moinho; e, 2.4) A criação do novo “Largo do Moleiro”. O objetivo desta segunda fase é, requalificar a zona ribeirinha, envolvente ao Moinho de São Marçal, criando um renovado espaço de contacto com o rio Pelhe, para a população usufruir, bem como, promover novas dinâmicas locais recebendo novos visitantes em ações pedagógicas realizadas no moinho.

3.1 Reabilitação da estrutura arquitetónica do edifício

Em 2018, iniciou-se a primeira fase da intervenção com a obra de reabilitação da estrutura arquitetónica do edifício, de modo, a evitar o desmoronamento da cobertura que, apresentava

sinais de grande fragilidade. Nesta fase foram realizados os trabalhos de remoção da telha e estrutura em madeira da cobertura, bem como, o desmonte da fachada poente do edifício. Esta última operação ocorreu devido às fissuras das padieiras localizadas nas bocas de escoamento do moinho que, provocaram um assentamento da parede, originando uma grave deformação em toda a fachada, pondo em causa a segurança do edifício. As fissuras nas padieiras ocorreram devido à elevada carga provocada pela parede e pela ausência de arcos embutidos a encimar as padieiras para aliviar essas mesmas cargas. Perante esta análise no processo de obra optou-se por: 1 - desmontar a totalidade da fachada; 2 - reparar as padieiras originais com recurso a varões de aço inoxidável chumbados com calda; 3 - recolocar as padieiras como estavam originalmente; 4 - introduzir novos arcos, em granito cinzento,⁴ embutido na parede para evitar a mesma anomalia no futuro; e, por último, 5 - reconstruir novamente a fachada com as pedras originais.

As restantes alvenarias em pedra foram alvo de uma intervenção ligeira. Optou-se por: 1 - lavar as paredes com jato de água; 2 - remover as argamassas de cimento; e, por último, 3 - rachear as paredes pelo exterior e interior utilizando somente argamassa de argila. Os topos das paredes foram impermeabilizados com capas em ardósia e argamassa hidrófuga.

A estrutura da cobertura existente em madeira encontrava-se em avançado estado de degradação tendo sido necessária a sua total reconstrução. O desenho da nova estrutura em madeira, reproduziu a forma original, aproveitando as localizações dos vigamentos existentes, as pernas das asnas, o número dos caibros e os frechais. Introduziu-se uma forra em painéis de madeira “OSB”, chapa ondulada “subtelha”, ripado em pinho tratado e telha cerâmica de meia cana.⁵ Optou-se ainda por reconstruir o beirado sobre a porta de entrada no moinho.

O pavimento existente no interior do moinho, introduzido numa obra realizada na década de 1980, é constituído por uma laje aligeirada com vigotas pré-esforçadas e camada de compressão como acabamento do piso.⁶ Por razões de contenção de custos e devido à condição do edifício, sujeito a cheias periódicas, optou-se por manter a laje aligeirada existente melhorando o acabamento do pavimento com a aplicação de “microcimento”.⁷ Por outro lado, a constituição da laje aligeirada permitia a fácil abertura do pavimento, para criar pontos de visualização dos caboucos e canais hidráulicos que, atravessam transversalmente as fundações do edifício. Deste modo, foi possível introduzir pequenas áreas envidraçadas no pavimento para, permitir observar no interior do moinho, a totalidade do engenho de moagem e os canais de condução de água que acionam o rodízio.

As infraestruturas elétricas foram concebidas totalmente de novo e executadas a partir de um projeto de iluminação e distribuição da rede elétrica. O projeto incluía a definição de um local estratégico para instalação dos quadros elétricos no interior e no exterior. O desenho dos

[4] Optou-se pelo mesmo tipo de pedra utilizado na nova construção do passeio, escada e apoios do passadiço de visualização dos engenhos. Esta opção permite compreender claramente que os arcos são elementos novos introduzidos durante a obra de reabilitação.

[5] A telha marselha existente foi introduzida na obra realizada na década de 1980. Presumimos que a telha original da cobertura foi do tipo “meia cana” devido aos beirados do moinho ainda preservem este tipo de telha.

[6] Esta laje corresponde a uma intervenção recente. Tudo indica que o piso original seria em soalho de madeira.

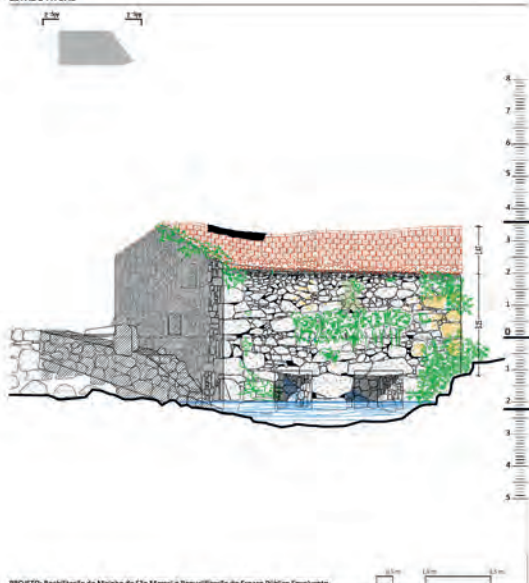
[7] Optou-se pela aplicação deste tipo de acabamento pelas suas características técnicas. Não apresenta juntas e é de fácil lavagem. É especialmente preparado para o contacto frequente com a água.

1. Estado de Conservação do Moinho de São Marçal.
R. Bruno Matos, (2017).

2. Alçado Poente e Planta do Rés-do-chão do Moinho
de São Marçal. À esquerda desenhos do levantamento
do existente e à direita proposta de Intervenção.
R. Bruno Matos, (2018).



ESTADO ATUAL



PROJETO: Reabilitação do Molinho de São Marçal e Requalificação do Espaço Público Envolvente

FASE: Levantamento Arquitetónico do Existente

DESENHO: Alípio Poente [Alc. 2]

ESCALA: 1:100

AUTOR: R. Bruno Matos, Arquiteta Mestra em Metodologia de Intervenção no Património Arquitectónico

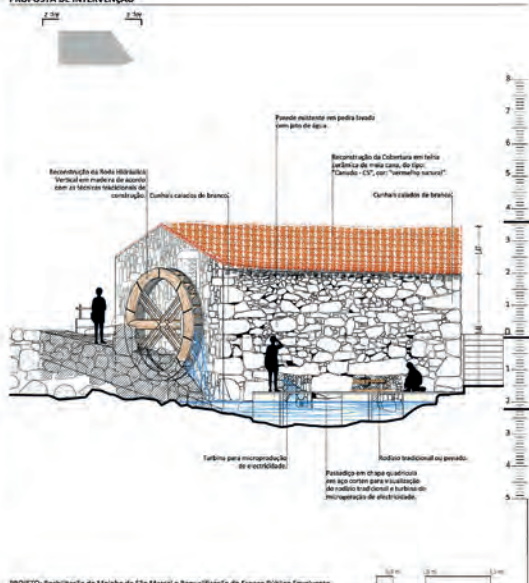
LOCALIZAÇÃO: Margem esquerda do rio Pelhe, Esmiz, Vila Nova de Famalicão

DATA: Junho de 2017

REQUERENTE: Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

COLABORAÇÃO: Joana Couto, Arquitecta

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



PROJETO: Reabilitação do Molinho de São Marçal e Requalificação do Espaço Público Envolvente

FASE: Proposta de Intervenção Arquitectónica

DESENHO: Alípio Poente [Alc. 2]

ESCALA: 1:100

AUTOR: R. Bruno Matos, Arquiteta Mestra em Metodologia de Intervenção no Património Arquitectónico

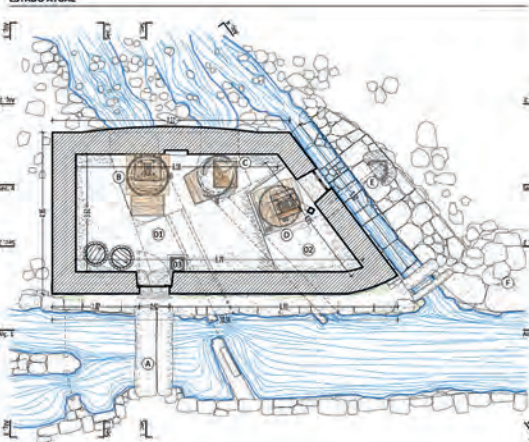
LOCALIZAÇÃO: Margem esquerda do rio Pelhe, Esmiz, Vila Nova de Famalicão

DATA: Fevereiro de 2018

REQUERENTE: Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

COLABORAÇÃO: Joana Couto, Arquitecta

ESTADO ATUAL



LEGENDA:

Designação - (A) Pavão em granito [existente]; (B) «Moinho da Porta» [existente]; (C) «Moinho Negro» [existente]; (D) Molinho Eléctrico [existente];

(E) Pedra onde se apoia o eixo horizontal do eixo da Asarria [existente]; (F) Açude [existente];

Materiais Existentes - (G) Tipo de pavimento formado por argila pré-colorada e adibulilha cerâmica revestida por argamassa de betão; (H) Molho em betão para acionar motor eléctrico; (I) Tempo para escoamento da água e limpeza após as cheias.

PROJETO: Reabilitação do Molinho de São Marçal e Requalificação do Espaço Público Envolvente

FASE: Levantamento Arquitetónico do Existente

DESENHO: Alípio Poente [Alc. 2]

ESCALA: 1:100

AUTOR: R. Bruno Matos, Arquiteta Mestra em Metodologia de Intervenção no Património Arquitectónico

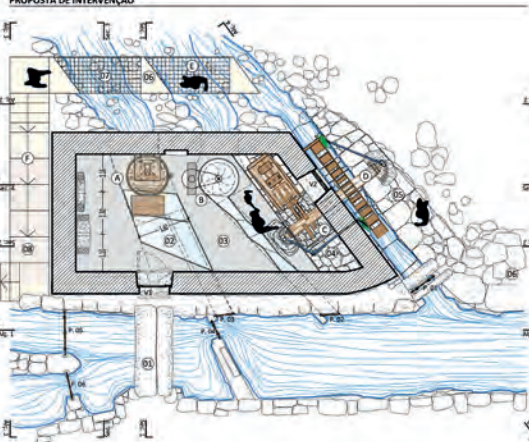
LOCALIZAÇÃO: Margem esquerda do rio Pelhe, Esmiz, Vila Nova de Famalicão

DATA: Junho de 2017

REQUERENTE: Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

COLABORAÇÃO: Joana Couto, Arquitecta

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



LEGENDA:

Designação - (A) Restauro do «Moinho da Porta»; (B) Turbina para microprodução de energia eléctrica; (C) Reconstrução do pilão documentado nas Memórias Paroquiais de 1766; (D) Reconstrução da roda hidráulica vertical; (E) Passadizo para visualização exterior do engenho de moagem e da turbina;

(F) Alçada exterior de novo acaçoalado P. 01, 02, 03, 04; (G) Passadizo em madeira;

Materiais Propostos - (H) Preservação do pavimento em granito; (I) Abertura do pavimento existente para visualização do engenho de moagem em funcionamento e turbina a gerar energia; (J) Revestimento da tija existente com micocimento, Cor: cinzento escuro; (K) Pavimento irregular com pedras de granito; (L) Consolidação do pavimento onde assenta o eixo da roda; (M) Pilar do passadizo em pedra de granito; (N) Passadizo em grelha metálica tipo quadrada em aço cortado; (O) Degraus em lajado de granito.

PROJETO: Reabilitação do Molinho de São Marçal e Requalificação do Espaço Público Envolvente

FASE: Proposta de Intervenção Arquitectónica

DESENHO: Alípio Poente [Alc. 2]

ESCALA: 1:100

AUTOR: R. Bruno Matos, Arquiteta Mestra em Metodologia de Intervenção no Património Arquitectónico

LOCALIZAÇÃO: Margem esquerda do rio Pelhe, Esmiz, Vila Nova de Famalicão

DATA: Fevereiro de 2018

REQUERENTE: Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

COLABORAÇÃO: Joana Couto, Arquitecta

3. Imagens virtuais da proposta de Reabilitação do Moinho de São Marçal. Em cima requalificação do espaço público envolvente com a criação do novo "Largo do Moleiro". Em baixo Alçado Poente com novo passadiço para visualização do engenho de moagem e alargamento da ponte. R. Bruno Matos, (2018).

4. Obra de intervenção para a reabilitação do Moinho de São Marçal. R. Bruno Matos, (2017 / 2018 / 2019).

5. Evolução da obra de intervenção para a reabilitação do Moinho de São Marçal. Alçado Poente. R. Bruno Matos, (2017 / 2018 / 2020).

Projecto para a reabilitação do Moinho de São Marçal e requalificação das margens do rio Pelhe

Município de Vila Nova de Famalicão - Freguesia de Esmeriz

Peça 01



Projecto para a reabilitação do Moinho de São Marçal e requalificação das margens do rio Pelhe

Município de Vila Nova de Famalicão - Freguesia de Esmeriz

Peça 04





armários elétricos e a pormenorização da calha técnica interiorinha como objectivo definir a iluminação do espaço e ocultar a distribuição dos cabos elétricos da microturbina de produção de electricidade. Deste modo, localizou-se os quadros num armário autónomo desenhado para essa função, sem interferir na estrutura existente do moinho evitando rasgos nas paredes para a colocação de caixas, que se tornariam elementos dissonantes para o edifício.

3.2 Recuperação do açude

As infraestruturas hidráulicas do Moinho de São Marçal são constituídas pelo açude, muros de contenção das margens, canal de derivação, *gola*, *cales* de condução da água ao rodízio e levadas de rega. Todas estas infraestruturas encontravam-se desreguladas devido ao grau de degradação do açude. Apresentavam vários pontos destruídos que originavam relevantes perdas de água que impossibilitavam a gestão dos caudais do rio, especialmente durante o verão, quando a água é mais precisa para acionar os engenhos hidráulicos. A construção da roda vertical que aciona o *Pisão de Panos* exige o contacto permanente com a água para garantir a sua durabilidade. Para conduzir com eficácia a água para a roda procedeu-se à reconstrução das zonas degradadas do açude respeitando os mesmos materiais e preservando as cotas altimétricas do mesmo, de modo a garantir os caudais naturais do rio. Integrada nesta intervenção refizeram-se as bocas de escoamento, incorporadas no açude, com pedras talhadas para receberem duas comportas em madeira, que permitem a gestão dos níveis da água do rio, e, conseqüentemente, o fluxo no canal de derivação que aciona os engenhos instalados no moinho.⁸

[8] Esta fase da obra ocorreu durante o verão, quando o caudal do rio permitiu a execução de uma ensecadeira provisória para o desvio da água na zona onde decorriam os trabalhos de reconstrução e consolidação do açude.

[9] Mais informações sobre o processo de construção e montagem da roda hidráulica vertical estão disponíveis no artigo intitulado *Projeto e Obra de Reabilitação do Moinho Hidráulico de São Marçal, Esmeriz - Vila Nova de Famalicão* publicado na revista «*Al madan - Arqueologia - Património - História Local*». Dossier Conservar e Reabilitar o Património Edificado, II Série, 2020.

3.3 Reconstrução dos engenhos hidráulicos

O projeto de Reabilitação do Moinho de São Marçal contemplou: 1) a recuperação do *Engenho de Moagem* para produção de farinha artesanal para iniciativas pedagógicas; 2) a reconstituição do *Pisão de Panos*; 3) a reconstrução da *Roda Hidráulica Vertical*⁹ para acionar o *Pisão*, respeitando as técnicas e materiais tradicionais de construção, bem como, 4) a introdução de uma turbina para microprodução de electricidade, destinada a iluminar o moinho e a ponte. De seguida iremos destacar o processo que envolveu a execução do *Pisão* e a *Roda Hidráulica Vertical*, isto é, a metodologia utilizada no projeto de pormenorização que serviu de apoio à construção dos engenhos, bem como, as experiências adquiridas ao longo do acompanhamento e assistência técnica prestados na execução dos trabalhos.

3.3.1 Reconstituição do *Pisão de Panos*

A reconstituição do *Pisão de Panos* teve por base uma preliminar análise histórica, realizada durante a fase de projeto,¹⁰ que remete para a existência de um antigo *Pizam* no rio Pelhe, na freguesia de Esmeriz, revelada a partir dos dados documentais

expressos nas *Memórias Paroquias de 1758*.

Na freguesia de Esmeriz: «Nam constam de virtude que tenham suas agoas e tem algumas asudes para tirar agoa para rega dos campos e moer alguns moinhos que há e hum pizam que só trabalham de Inverno por serem lemitadas as agoas[...]».¹¹

A toponímia do lugar remete-nos para o lugar do Pisão. A estação de comboios de Esmeriz, localizada a escassos metros do Moinho de São Marçal, chamou-se durante muitos anos a Estação do Pisão.¹² A partir destas referências, realizou-se uma análise no rio Pelhe sobre estruturas molinológicas que poderiam eventualmente comportar um *Pisão* deste tipo. Tendo em conta a análise da tipologia dominante dos Moinhos instalados no rio Pelhe, na freguesia de Esmeriz, verificamos que a grande maioria não reúne as características arquitetónicas, nomeadamente, área e infraestruturas hidráulicas, capazes de comportar um *engenho de pisar*. Por outro lado, o Moinho de São Marçal apresenta uma estrutura arquitetónica singular, diferente da tipologia dominante, com características próprias passíveis de comportar um *engenho de pisar*, nomeadamente, área disponível e existência de uma *gola* para instalação da roda vertical, indispensável para acionar este tipo de engenho.

A partir dos dados históricos,¹³ da análise arquitetónica e das evidências construtivas do edifício, simulamos três hipotéticos engenhos para o Moinho de São Marçal.

A 1ª hipótese consistiu na simulação de um *Engenho de Moagem* acionado pela roda vertical. A localização do eixo horizontal da roda, que sabemos que ocuparia exatamente aquele local e cota altimétrica, implicava que todo o mecanismo composto pela *antrosa*, *carrinho* e *veio* estivesse localizado a uma cota sobrelevada relativamente ao nível do pavimento. Este facto, elevaria ainda mais a moega tornando desconfortável a descarga dos sacos de cereais, dada a proximidade com a estrutura do telhado. Deste modo, com base nas evidências construtivas do edifício, nomeadamente a localização do vão onde gira o eixo horizontal da roda, o pé direito do edifício e a configuração da estrutura do telhado, leva-nos a considerar que embora possa ter existido um engenho de moagem acionado pela roda vertical naquele local, não teria uma utilização prática para o moleiro, permanecendo a dúvida sobre o tipo de engenho instalado originalmente.

A 2ª hipótese incidiu sobre a reconstituição de um *Pisão de Pancada Horizontal*. Com este ensaio verificamos que o *Pisão de Pancada Horizontal* exigia a execução de uma estrutura complementar, ao nível superior, que atravessaria a janela existente impedindo o seu acesso e abertura. Este constrangimento gera um conflito com

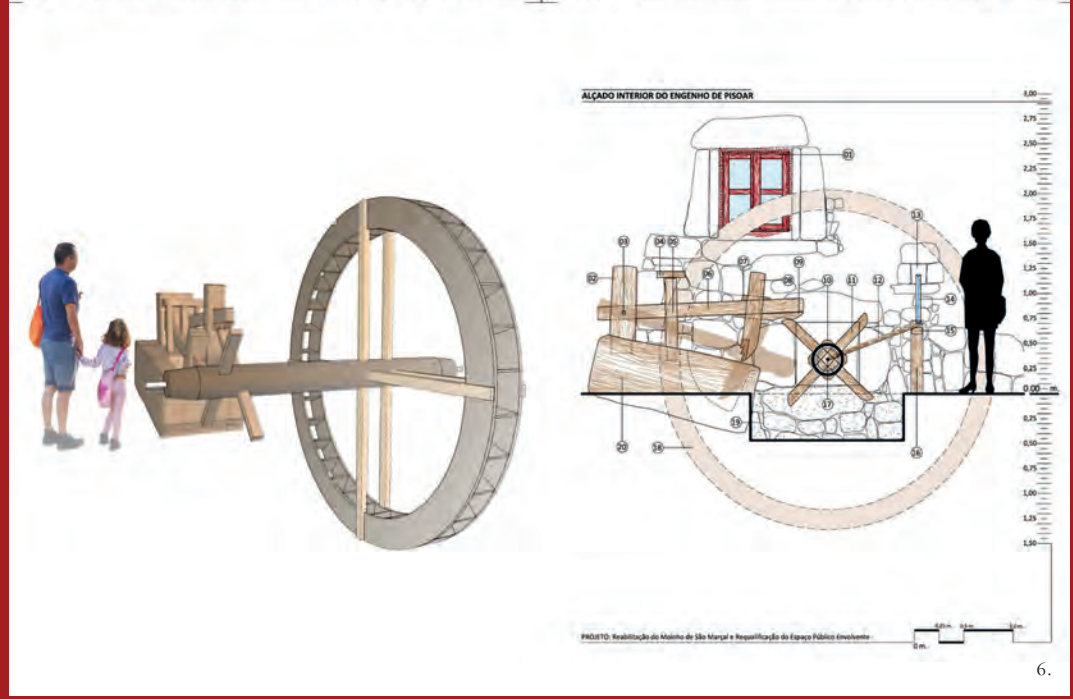
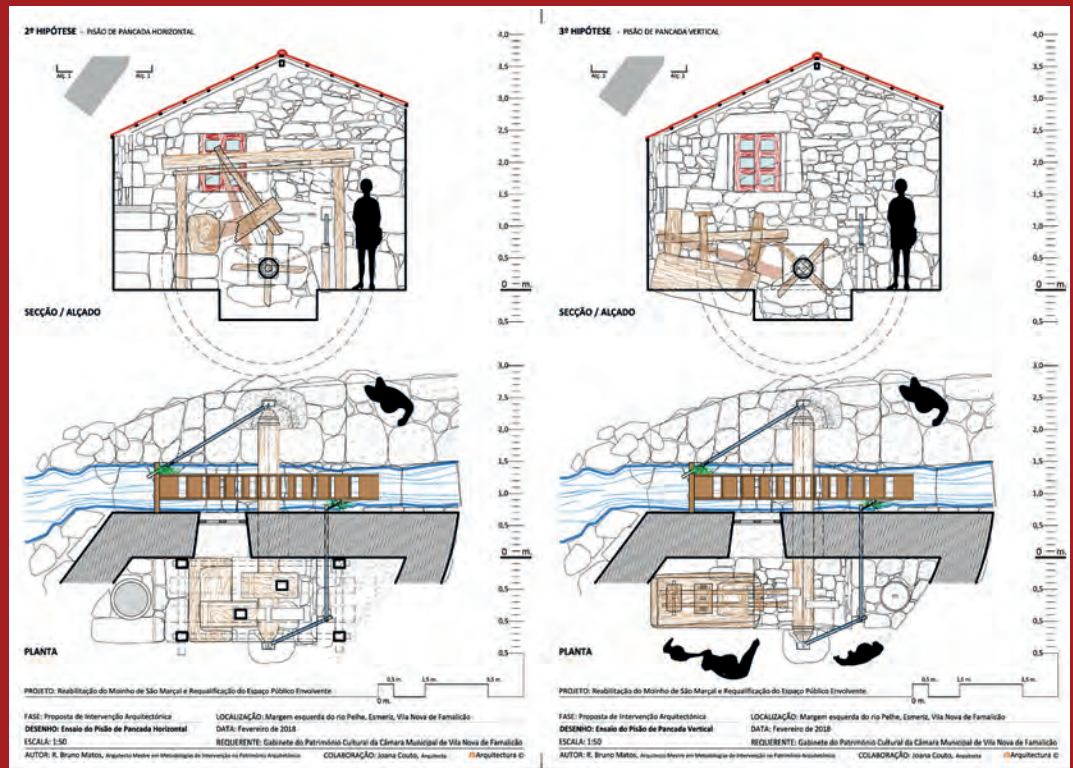
[10] A análise histórica encontra-se no Dossier Técnico nº1, intitulado «*Enquadramento geográfico, histórico e territorial*» que integrou o processo de licenciamento da obra de reabilitação do Moinho de São Marçal.

[11] José Viriato Capela e António Joaquim Pinto da Silva. «Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758». Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão, 2001, p. 154.

[12] Esta designação foi alterada recentemente para Estação de Esmeriz.

[13] Sobre a história e evolução dos moinhos hidráulicos do rio Pelhe consultar o artigo intitulado *Moinhos do Rio Pelhe - Património dos "Nossos Rios"* in «Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão», IV Série, nº 10/11. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2017, pp. 355-378.

6. Desenhos de ensaio sobre as diferentes hipóteses do tipo de engenho existente no Moinho de São Marçal. Em cima: Alçado e planta com simulação da hipótese 2 - *Pisão de Pancada Horizontal* (à esquerda) e hipótese 3 - *Pisão de Pancada Vertical* (à direita). Em baixo: Simulação virtual 3D do *Pisão de Pancada Vertical* (à esquerda) e desenho técnico de pormenorização do *Pisão de Pancada Vertical* (à direita). R. Bruno Matos, (2018).



a estrutura arquitetónica original do edifício, o que nos colocou algumas reticências sobre a instalação deste tipo de engenho no Moinho de São Marçal.

A 3ª hipótese debruçou-se sobre a reconstituição de um *Pisão de Pancada Vertical*. Através deste ensaio verificamos que o *Pisão de Pancada Vertical* encaixava na área disponível e o seu funcionamento não apresentava qualquer constrangimento para o espaço arquitetónico existente. Por outro lado, de acordo com os estudos realizados pelo Padre Agostinho de Azevedo no artigo intitulado «A indústria das baetas e os Pisões em Santo Tirso»,¹⁴ e, mais tarde por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano no trabalho intitulado «Tecnologia Tradicional - Pisões Portugueses»¹⁵ os *Pisões de Pancada Vertical* foram uma tipologia utilizada na região do *baixo Ave*, nomeadamente na freguesia de Guidões, no município da Trofa.

Após este ensaio técnico, fruto de um processo de investigação sobre património molinológico e tecnologia tradicional, partimos para a opção de reconstituição do *Pisão de Pancada Vertical*. O processo de construção do *Pisão* implicou a aquisição do tipo de madeira exigido na execução tradicional deste engenho, o corte das peças na serração, a mão de obra do carpinteiro e a montagem no local. Estas diferentes fases exigiram um acompanhamento técnico permanente, apoiado com a execução de desenhos de pormenorização realizados durante a evolução de todo o processo.

A escolha da madeira adequada - carvalho nacional - implicou a seleção de um carvalho com um tronco, no mínimo de 0,70m de diâmetro, que seria abatido para a execução de todas as peças necessárias para o *Pisão*. Deste modo, foi reservada a zona do pé da árvore para a construção do suporte onde encaixam todas as peças que compõem o engenho. Esta peça é formada pelo tronco seccionado a $\frac{2}{3}$ de modo a incorporar a *masseira*. Este elemento do *Pisão* consiste numa zona concava, escavada no tronco com o auxílio de uma enxó, criando uma bacia onde irão bater os *maços* de pancada vertical. Os *maços* foram reproduzidos com base num antigo escantilhão à escala real fornecido pelos proprietários da antiga Quinta do Pisão localizada em Guidões. Todas as peças que compõem o *Pisão* foram executadas em madeira de carvalho nacional. Destacamos as seguintes peças: as *hastes* que amarram os *maços*, o *toiral* onde apoia a rótula das *hastes*, as *virges* que alinham as *hastes* no movimento vertical, a *mesa* que fixa as *virges*, os *chaços* que apertam os *maços* nas *hastes*, as *línguas* que recebem as *dobadoiras* no movimento elevatório, as duas *dobadoiras* que atravessam o eixo horizontal da roda e que levantam os *maços* alternadamente.

[14] Padre Agostinho de Azevedo. «A indústria das baetas e os Pisões em Santo Tirso» in *Separata do «Douro Litoral»*, Fascículo VII, Porto, 1943.

[15] Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano. *Tecnologia Tradicional - Pisões Portugueses*. Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 1977, p. 40.

7. Processo de execução, montagem e instalação do Pisão de Pancada Vertical do Moinho de São Marçal. R. Bruno Matos, (2019).

8. Processo de execução, montagem e instalação do Roda Hidráulica Vertical do Moinho de São Marçal. R. Bruno Matos, (2019).





3.3.2 Reconstrução da *Roda Hidráulica Vertical*

A reconstrução da *roda hidráulica vertical*, respeitando os materiais e técnicas tradicionais de construção, implicou um intenso acompanhamento técnico e a reunião de uma equipa específica constituída por um madeireiro, um pedreiro, um carpinteiro experiente, um moleiro e um arquiteto. Uma das dificuldades encontradas no decorrer do processo foi arranjar a matéria prima adequada para execução da roda. Foi necessário contactar diretamente com diversas serrações no intuito de adquirir carvalho nacional para executar o eixo horizontal e pinheiro verde para a execução das restantes peças da roda. Por exemplo, as *abaduras* que formam os *aros da roda* eram tradicionalmente concebidas em pinho verde torto, para o veio da madeira acompanhar a curvatura do *aro*. Este pormenor é de relevante importância porque possibilita o corte da peça na direção do veio, sem o cortar transversalmente, conferindo-lhe maior resistência e durabilidade. Por esta razão foi necessário procurar diretamente nos madeireiros um pinheiro com a curvatura desejada para a execução dos *aros da roda*. Foi escolhido um pinheiro torto para abater e serrar com o objetivo de obter as peças com o veio curvado em função do aro da roda. Este processo exigiu uma persistente procura da madeira adequada no intuito de garantir uma execução com recurso aos materiais tradicionalmente usados e respeitando as técnicas de execução utilizadas pelos antigos moleiros.¹⁶

[16] O madeireiro da serração de Parada transmitiu-nos que antigamente as serrações guardavam os pinheiros tortos submersos num tanque com água para venderem aos construtores de rodas e barcos. Atualmente as serrações excluem a madeira torta para serrim porque apresentam um baixo aproveitamento e não podem ser utilizadas nas máquinas automáticas de corte.

A roda hidráulica foi executada totalmente em madeira sem recurso a um único prego ou parafuso metálico. Para isso foram necessários 96 *tornos grandes*, 96 *cunhas*, 96 *cavilhas pequenas*, 8 *cavilhas grandes* e 8 *tornos pequenos* para travar as *cavilhas*. Todas estas peças foram concebidas em madeira de pinho semi-seco e realizadas com uma configuração específica que possibilita o entalhe de forma eficaz e segura.

Para além disto, o corte das *abaduras* foi definido com recurso a um *cintarel* cravado no solo, que permitiu descrever uma circunferência com o diâmetro à escala real, de modo a delinear as dimensões exatas das *abaduras*, criando assim, um molde, no auxiliar do corte das peças. Com este processo foram marcadas as dimensões das 16 *abaduras* e de todas as furações, por forma a garantir que nenhuma furação coincidissem com a junta da *abadura*. Para execução da roda com 3,2m de diâmetro foram necessárias 8 *abaduras* para formar o primeiro aro. Cada *aro* era composto por duas fiadas de 8 *abaduras*, com 0,025m de espessura cada, sobrepostas em mata-junta, perfazendo no final um *aro* com 0,05m de espessura. Assim foram formados dois *aros*, cada um com 16 *abaduras*, posteriormente ligados por 24 *penas*. As *penas* apresentam a largura de 0,60m correspondendo à largura final da roda.¹⁷

Quanto ao eixo horizontal foi concebido a partir de um tronco de carvalho, com 0,35m de diâmetro e 3,20m de comprimento, usando unicamente a madeira do cerne. Neste *eixo* depois de aplanado e cortado à medida foram executadas seis furações de secção retangular.¹⁸ Duas do lado de dentro, onde encaixaram as *dobadoiras* do *Pisão*, e quatro do lado exterior, atravessadas pelos *braços* que estruturam a roda. Os *braços* foram fixados por 2 *fechos reais* e 6 *teixelos* em madeira de carvalho. Em ambas as extremidades do eixo foram executados dois furos. Cada furo foi realizado em dois momentos: primeiro com recurso a um trado fino, e segundo com recurso a um trado grosso. Estes furos foram executados para introduzir à pressão os dois *aguilhões* em aço maciço com cerca de 0,90m de comprimento. Após a introdução dos *aguilhões* os topos do eixo em carvalho foram cingidos por duas argolas em aço, previamente aquecidas, com o objetivo de comprimir a madeira de modo a evitar que o eixo rache e o *aguilhão* saia do sítio. Era imperativo que estes *aguilhões* ficassem perfeitamente alinhados entre si e descrevessem um ângulo de 90 graus com o topo do eixo para que a roda gire calibrada e sem empenos.

3.4 Considerações Finais

O processo desencadeado ao longo da reabilitação do Moinho de São Marçal que incluiu projeto, investigação e prática construtiva resultou na aquisição de experiências fundamentais para a salvaguarda, preservação e valorização do património molinológico.

Um dos problemas que se levanta na salvaguarda deste património é a perda do *saber fazer* respeitando as técnicas e os materiais tradicionais, seja ele para a execução de um engenho de moagem, ou outro tipo de engenho mais complexo, como um pisão, uma serra hidráulica, um engenho de fabricar papel, entre outros. Estes engenhos hidráulicos pelo seu valor cultural, histórico e patrimonial, bem como, pela sua singularidade são cada vez mais valorizados pelas comunidades, associações, juntas de freguesia e câmaras municipais. Em muitos casos revelam-se um património diferenciador potenciando dinâmicas territoriais relacionadas com a preservação das tradições, a salvaguarda da memória, atividades pedagógicas no património e no ambiente, o turismo cultural, entre muitas outras.

Na generalidade das intervenções recentes realizadas em moinhos e azenhas, sejam elas no âmbito arquitetónico, ou na reconstrução do engenho, verificamos recorrentemente a adoção de procedimentos distantes das boas práticas construtivas, o que revelam desconhecimento das técnicas e materiais tradicionais, contribuindo para a descaracterização deste património.

Deparamo-nos com rodas em ferro, alumínio, ou mesmo, em betão armado, muito diferentes das rodas tradicionais, executadas com base numa cultura construtiva, passada de geração em

[17] Esta medida é predefinida pela dimensão da *gola* existente no moinho.

[18] As dimensões das furações são definidas pela espessura das *obadoiras* e dos *braços* da roda incluindo as cunhas de fixação - *fecho real* e *teixelo*.

9. *Roda Hidráulica Vertical* que aciona o *Pisão de Pancada Vertical* do Moinho de São Marçal. Em cima: Fotografia de grupo após conclusão dos trabalhos de reconstrução da roda. Em baixo: O Avô e o neto a observarem a roda a girar. R. Bruno Matos, (2019).



geração, ao longo dos séculos.

Estes casos ocorrem essencialmente devido ao desaparecimento progressivo, e cada vez mais acentuado, da última geração de moleiros. Estes guardavam o conhecimento, o *saber fazer* tradicional, as técnicas de execução, bem como, os procedimentos de conservação e manutenção dos engenhos que sabiamente manuseavam.

Felizmente, o processo de reconstrução da roda hidráulica do Moinho de São Marçal, contou com o precioso acompanhamento do Senhor Américo Gonçalves Ferreira, antigo moleiro de profissão nas Azenhas de Ponte d’Ave, onde dedicou toda a sua vida profissional. A sua sabedoria foi preciosa para a construção da roda hidráulica vertical, respeitando as técnicas e os materiais tradicionais. O Senhor Américo quando voltou a rever a roda hidráulica a girar, no Moinho de São Marçal, em Maio de 2019, emocionou-se dizendo: «nunca imaginei voltar a ver uma roda a andar». Infelizmente faleceu, em Agosto de 2020, ficando aqui a nossa sentida homenagem, com a responsabilidade acrescida de preservarmos este precioso legado patrimonial, em honra da memória dos muitos moleiros da região.

3.5 Bibliografia

AZEVEDO, Padre Agostinho de. *A indústria das baetas e os Pisões em Santo Tirso* in Separata do «Douro Litoral». Fascículo VII, Porto, 1943.

CAPELA, José Viriato e SILVA, António Joaquim Pinto da. «Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758». Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão, 2001.

MATOS, R. Bruno e COUTO, Joana. Dossiers técnicos: 1) *Enquadramento geográfico, histórico e territorial*; 2) *Levantamento arquitetónico, construtivo e molinológico*; 3) *Relatório de inspeção e diagnóstico das Anomalias*; e, 4) *Proposta de Intervenção arquitetónica* in Processo de Licenciamento do «Projeto para a Reabilitação do Moinho de São Marçal e Requalificação do Espaço Público Envolvente». Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2017 e 2018.

MATOS, R. Bruno. *Património | Projeto e obra para a Reabilitação do Moinho de São Marçal no Rio Pelhe, Esmeriz, Vila Nova de Famalicão* in «Vilanovaonline». Disponível em: <https://vilanovaonline.pt/2019/01/06/patrimonio-projeto-e-obra-para-a-reabilitacao-do-moinho-de-sao-marcal-no-rio-pelhe-esmeriz-vila-nova-de-famalicao/>. Consultado a: 14/10/2020.

MATOS, Rogério Bruno Guimarães. *Moinhos do Rio Pelhe - Património dos “Nossos Rios”* in «Boletim

Cultural de Vila Nova de Famalicão». IV Série, nº 10/11, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2017, pp. 355-378.

MATOS, R. Bruno e COSTA, Aníbal. *Projeto e Obra de Reabilitação do Moinho Hidráulico de São Marçal, Esmeriz - Vila Nova de Famalicão* in «*Al madan - Arqueologia - Património - História Local*». Dossiê Conservar e Reabilitar o Património Edificado, II Série, Centro de Arqueologia de Almada, 2020.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga e GALHANO, Fernando. «Tecnologia Tradicional - Pisões Portugueses». Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 1977.

4.



4. Três Retábulos Rococó da “Sala da Capela de Delães” do Museu de Santa Maria de Lamas

Memória, sob forma de Talha dourada, da demolida “Igreja Velha” do Divino Salvador de Delães (Vila Nova de Famalicão)

Resumo

Existe na coleção de *Henrique Amorim* (1902-1977) e por conseguinte no acervo do *Museu de Lamas*, numa área denominada de “*Sala da Capela de Delães*”, um conjunto retabular completo, de Retábulo-mor e dois Retábulos laterais de séc. XVIII e gramática própria do *Rococó* minhoto, cujo conhecimento da sua origem será possível de traçar. Tornando-os casos singulares neste contexto colecionista. Através de fontes escritas e imagéticas publicadas ou arquivadas, articuladas com pequenos registos de “tradição oral” delaense, é plausível afirmar que estes três Retábulos advieram, decerto a partir de 22 de abril de 1960, da demolida “*Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães*” (V. N. de Famalicão). Uma Igreja Matriz (também denominada na gíria local pelo termo “Igreja Velha”), com a aurora da sua construção aferida a partir de 21 de janeiro de 1745 e abertura inscrita a 30 de novembro de 1746. Adaptada nas décadas e séculos subsequentes, mas demolida em 1960 e substituída por nova edificação.

Palavras-chave

Talha dourada; Rococó; “Igreja Velha” de Delães; Colecionismo; Museu de Lamas.

Abstract

There is in the collection of *Henrique Amorim* (1902-1977) and therefore in the collection of the *Museu de Lamas*, in an area called “*Delães Chapel Room*”, a complete altarpiece set, of main altarpiece and two side altarpieces from the 18th century and grammar proper to *Rococo* of portuguese *Minho* region, whose knowledge of its origin will be possible to trace. Making them unique cases in this collecting context.

Through published and archived written and photographic sources, associated with small records of *Delães* “oral tradition”, it is plausible to say that these three altarpieces came, certainly from April 22, 1960, from the demolished “Parish Church of the Divine Savior of *Delães*” (*V. N. Famalicão*). A Mother Church (also known as “Old Church” of *Delães*), with the dawn of its construction measured from January 21, 1745 and opening inscribed on November 30, 1746. Adapted in the decades and subsequent centuries, but demolished in 1960 and replaced by a new building.

Keywords

Gold carving; *Rococo*; “Old Church” of *Delães*; Collecting; *Museu de Lamas*.

De Delães para Santa Maria de Lamas

Na grande maioria do espólio de Arte Sacra, tal como noutras tipologias expositivas do *Museu de Lamas* (St.^a M.^a de Lamas, St.^a M.^a da Feira, Aveiro), a possibilidade de conhecimento exato da proveniência de determinado núcleo de três peças artísticas, especificamente de um conjunto retabular, caso dos três Retábulos provindos de Delães em estudo é, à luz do entendimento atual deste acervo e do procedimento colecionista de *Henrique Amorim* (1902-1977)¹ (vd. Fig. 03), algo deveras excepcional. Votado ao “coleccionismo compulsivo” o Fundador do Museu, ao longo de toda a ação de recolha preconizada – estabelecida sensivelmente de 1950 a 1977 - privilegiou a quantidade de objetos em detrimento do arquivo e difusão de qualquer descritivo concreto. Ou memorial das funcionalidades e precedência dos bens adquiridos e expostos. Histórica e maioritariamente referida como transacionada num hiato cronológico de 1950 a 1953 (Casa do Povo de St.^a M.^a de Lamas, 1985, pp. 14-16; Cleto e Faro, 2000, pp. 21-22; Botelho e Ferreira, 2005, pp. 15-19; Moncada, 2005, p. 33) a coleção de Arte Sacra do *Museu de Lamas*, derivada de diferentes geografias nacionais e aplicada, em diversas variantes, no perímetro expositivo das divisórias arquitetónicas resultantes da primeira de múltiplas fases construtivas deste complexo museológico – concluída até 5 de março de 1959 - encontra na especificidade da abordagem à Retabulística delaense algumas particularidades.

Desde logo, estes três Retábulos de programa plástico *Rococó*, identificados como os únicos provenientes de Delães na “*Sala da Capela de Delães*” do *Museu de Lamas* (vd. Figs. 01, 02 e 04), pela possível compra e transladação operada no ano de 1960 demonstram que o historial de aquisição de património religioso por parte de *Henrique Amorim* não foi tão linear quanto se pensaria. Transpondo a tal barreira de 1953 e, inclusive, o ano de 1959 (no qual conclui a primeira fase do seu edificado museológico). É certamente com a chegada dos três Retábulos delaenses no desenrolar de 1960, após 22 de abril, que a própria sala acolhedora, preexistente antes de 5 de março de 1959 e identificada na imprensa de época pelo termo “*Capela funda*”², passa ao desígnio renovado de “*Sala da Capela de Delães*”. Impreciso na mensagem veiculada³, mas vigente até à contemporaneidade.

Segundo documentação histórica, escrita e imagética - parca até ao momento nalguns segmentos, mas plausível - e pequenos registos de “tradição oral” e/ou “memória popular”, estes três Retábulos de Talha dourada advieram da demolida “*Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães*”. Uma Igreja Matriz de cronologia setecentista, erigida de raiz entre 1745 e 1746⁴, mas com por menores visíveis de determinadas atualizações estruturais e artísticas desenvolvidas nas décadas e séculos subsequentes até à ocorrência da sua demolição, em 1960 (vd. Figs. 05, 06, 07, 08, 09 e 10) - passível de datar a partir de abril desse mesmo ano, em virtude do anúncio de venda da sua Retabulística publicado num periódico local, mas com superior incidência no desenrolar dos meses de maio e junho (vd. Figs. 32 a 34). Sendo que apenas a 8 de julho, prevalece no

[1] Vd. *História da Indústria em Portugal*, 1961, [s. p.]. & Santos, 1997.

[2] Cf. *União. Mensário de Santa Maria de Lamas*, 1978, p. 8.

[3] Errática na “memória popular” e “tradição oral” de locais e transeuntes, mas inclusive da parte da tutela do próprio Museu que numa publicação, em 1985, de um Guia de visita ao espaço, sem documentação complementar, afirmava que a totalidade do recheio de Talha dourada ensamblado na “*Sala da Capela de Delães*” proviria da antiga Igreja Paroquial delaense (Casa do Povo de St.^a M.^a de Lamas, 1985, p. 24). Tese que a pesquisa atual desmistifica – através do estabelecimento das devidas correspondências estéticas entre estruturas retabulares e documentação aferida – pois, de facto, a “*Sala da Capela de Delães*” contém a totalidade da Retabulística da demolida “*Igreja do Divino Salvador de Delães*”, restrita à numeração de apenas três elementos. O seu Retábulo e Altar-mor e os dois Retábulos e altares laterais, que na passagem para a sala do Museu que os recebe foram associados a dezenas de fragmentos de Talha e Imaginária de origens díspares da sua.

[4] Cf. Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), 1745-01-21. ; A. D. B., 1746-11-30.

1. “Sala da Capela de Delães”, 2020. Ao centro, o antigo Retábulo-mor *Rococó* da demolida “Igreja do Divino Salvador de Delães” (1745 / 1746-1960). Museu de Lamas (M.S.M.L.), S. M. Lamas. Fotografia de Arquivo do Museu.

2. “Sala da Capela de Delães”, 2020. À esquerda do observador, delimitado através de retângulo de sinalização, um dos dois Retábulos laterais *Rococó* da demolida “Igreja do Divino Salvador de Delães” (1745 / 1746-1960) - incorporado no Museu de Lamas em 1960, numa datação posterior a 22 de abril desse mesmo ano. M.S.M.L., S. M. Lamas. Fotografia de Arquivo do Museu.

3. Henrique Amorim (1902-1977) numa visita oficial, de dignitários locais, regionais e nacionais, captado em plena exposição oral e circulação no interior do Museu de Lamas, na quarta sala do Piso superior deste edifício – a “Sala dos Presépios”. Fotografia de autoria desconhecida, cronologicamente votada ao intervalo que medeia 1959 e o primeiro mês de 1977. M.S.M.L., S. M. Lamas. Documento imagético arquivado no Museu.

4. “Sala da Capela de Delães”, 1970. Perspetiva interior de uma das paredes da Sala, captada na década de 1970 – anterior ao procedimento de estudo, intervenção de reorganização museológica e museográfica, conservação e restauro que o Museu de Lamas recebe desde 2004 - com destaque, através de retângulos de sinalização, para aqueles que seriam os dois Retábulos laterais de Talha dourada *Rococó* da antiga e demolida “Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães” (remontados no Museu em 1960, numa datação posterior a 22 de abril desse mesmo ano). Registo fotográfico de autoria desconhecida, difundido numa Coleção de postais editada nos anos 1970. M.S.M.L., S. M. Lamas. Fotografia de Arquivo do Museu.

5. e 6. “Igreja Velha do Divino Salvador de Delães” na década de 1930. Registo imagético (geral, à direita e pormenor extraído da mesma imagem, à esquerda), de autoria desconhecida e proveniente de arquivo particular, incluído num Boletim editado pela Junta de Freguesia de Delães - sem referência ao respetivo ano de publicação. Esta fotografia contempla a envolvência e arquitetura exterior da antiga e setecentista (de séc. XVIII – 1745/1746), “Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães”, Matriz da qual advieram para o Museu de Lamas, após 22 de abril de 1960, os seus três Retábulos interiores. Pelo instantâneo captado e informação suplementar, viver-se-ia diante da dita “Igreja Velha” um momento festivo no decurso da década de 1930. Ext. JUNTA DE FREGUESIA DE DELÃES - *Guia turístico / Boletim da Junta de Freguesia de Delães*. Delães: Junta de Freguesia de Delães, [s. d.], Capa e p. 11. – Exemplar em depósito na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco (B.M.C.C.B.), V. N. Famalicão.



Semanário católico regionalista “Notícias de Famalicão” um artigo capaz de aferir, pela primeira vez e de forma irrefutável, a demolição total da antiga Igreja⁵.

Já que desde meados de abril e pela matéria reproduzida na imprensa de época⁶ (nem sempre clara sobre esta temática), os procedimentos de desmembramento da Igreja Paroquial foram graduais e coincidentes com edificações de parcelas do futuro templo. Caso, por exemplo, da sua renovada Capela-mor cujas paredes e amplitude, embora num estado profundamente embrionário, já se encontrariam erigidas e delimitadas aquando da cerimónia presidida no dia 15 de maio de 1960 pelo Arcebispo Primaz em exercício, *D. António Martins Júnior* (1881-1963) (vd. Fig. 17). Na qual benzeu, assinou e levantou solenemente o auto de fundações. E lançou a “Primeira Pedra” do sequente Altar-mor e espaço remanescente da “Igreja Nova” de Delães que viria a inaugurar anos mais tarde, a 8 de setembro de 1963 (vd. Figs. 10 e 19).

Denominada na gíria delaense do século XX pelo termo “Igreja Velha”⁷, este edifício no seu fundamento setecentista (séc. XVIII), sob vontade e tutela do “Abade do Salvador de Delães” (assim referido nas fontes de época), *João Baptista de Azevedo*⁸, substituíra uma “Abadia” precedente⁹. A durabilidade desta construção de cerca de 1745 / 1746 sita no lugar de Loureiro da freguesia de Delães - uma Vila e Paróquia pertencentes ao território concelhio e comarca de Vila Nova de Famalicão (até ao séc. XIX – 1852 - da comarca de Barcelos), e à Arquidiocese de Braga - estendeu-se por cerca de duzentos e catorze anos (1745 / 1746-1960). Na sua génese, a “*Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães*” seguiu uma tipologia de arquitetura regional, cujo decoro interior terá correspondido ao gosto pela “talha gorda” (Smith, 1963, pp. 142-146) que o *Rococó* minhoto preconiza (vd. Figs. 09 e 26 a 29).

Apesar da sua atualização regular¹⁰ e assim como na sua origem esteve a substituição de um edificado de culto que já não corresponderia às diretivas desta comunidade. Também a dita “Igreja Velha” de cariz original *Barroco*, mas sobretudo marcada pelo *Rococó* à “moda do Minho” e de uma só nave, viria a dar lugar, em pleno século XX e na mesma geografia, ao novo Templo de proporção superior. Decorativamente sóbrio, reto e alinhado com os modelos coevos da arquitetura portuguesa sob crivo estético do *Estado Novo* (1926-1974) (vd. Fig. 10).

Em virtude de conversações precedentes, passíveis de situar com maior assertividade nalguns meses de 1959, mas reminiscentes de manifestos, artigos ou alocuções de décadas anteriores (de 1946 por exemplo¹¹ - vd. Fig. 18), o mês de janeiro de 1960 terá demarcado o arranque oficial das novas empreitadas da Paróquia de Delães. Numa etapa inicial dedicadas à execução da nova Residência do Pároco, inaugurada a 15 de maio de 1960 pelo Arcebispo Primaz bracarense, que nesse mesmo dia e tal como supra referido lança simbolicamente, perante as autoridades civis e eclesiásticas da Vila e Paróquia, seu principal benfeitor e comunidade geral, a “Primeira Pedra” do Altar-mor e restante extensão da “Igreja Nova”, em pleno espaço da futura e ampla

[5] Cf. *Notícias de Famalicão*, 08/07/1960, p. 2.

[6] Cf. *Diário do Minho*, 30/05/1960, [s. p.]. ; *O Comércio do Porto*, 08/06/1960, [s. p.]. ; As edições de 22/01; 19/02; 22/04 (p. 3); 06/05 (p. 1 - capa) e 20/05 (pp. 1-3) do ano de 1960 do periódico *Notícias de Famalicão*.

[7] Cf. Junta de Freguesia de Delães, [s. d.], p. 15.

[8] Cf. A. D. B., 1748-01-22.

[9] Cf. A. D. B., 1724-01-08.

[10] Cf. A. D. B., 1748-10-29. ; 1748-01-22. ; 1757-07-30.

[11] Cf. *Notícias de Famalicão*, 07/09/1946, [s. p.].

7. e 8. “Igreja Velha do Divino Salvador de Delães” em 1955. B.M.C.C.B., V.N. Famalicão. Fotografias de Vasco de Carvalho (1888-1961).

9. “Igreja Velha do Divino Salvador de Delães” num momento prévio a 22 de abril de 1960. Digitalização parcial de uma das páginas do Boletim editado pela Junta de Freguesia de Delães, cujas referências acerca do ano de publicação não nos foram possíveis de apurar até à data. A par do parágrafo que sustenta a informação de que a Talha dourada da “Igreja Velha” do Divino Salvador de Delães transitou para o Museu de Lamas, esta página veicula um registo fotográfico precedente a 22 de abril de 1960, representativo do interior, nave única e Capela-mor desse Templo deloense, antes do seu despojamento e demolição. Apesar do foco incidir no matrimónio em curso, o enquadramento capta, com distância acentuada, alguns pormenores do Retábulo-mor e de um dos dois Retábulos laterais da extinta, no formato original setecentista (séc. XVIII), Matriz de Delães. Ext.

JUNTA DE FREGUESIA DE DELÃES - *Guia turístico / Boletim da Junta de Freguesia de Delães*. Delães: Junta de Freguesia de Delães, [s. d.], p. 15. – Exemplar em depósito na B.M.C.C.B., V.N. Famalicão.

10. Inauguração, a 8/09/1963, da “Igreja Nova do Divino Salvador de Delães”. Arquivo pessoal de Carlos Correia (descendente de Augusto Correia de Abreu (1890-1966)), V.N. Famalicão. Fotografia de autoria desconhecida.

11. Digitalização do anúncio de venda dos três Retábulos *Rococó* da “Igreja Velha” de Delães, publicado a 22/04/1960 no Semanário “Notícias de Famalicão”. B.M.C.C.B., V.N. Famalicão.



7.



8.



Igreja Velha

Na memória colectiva dos Deloenses ainda perdura a imagem da Igreja Velha, demolida em 1960 para construção da nova Igreja. Os magníficos altares em talha dourada, podem ser apreciados no Museu de Sta. Maria de Lamas.

9.



10.

<p>Casa do Povo onde foi orga</p> <hr/> <p>Vendem-se</p> <p>Três altares, talha e estilo D. João V, muito lindos e em bom estado.</p> <p>Informa o Pároco de Delães.</p> <hr/> <p>entre nós os srs. dr. Manuel Baptista Dias da Fonseca, António do Mello Correia,</p>	<p>feitos pelo pessoal cantoneiro incumbido desse serviço que, como é fácil de compreender, é de grande importância para o estudo dos problemas que dizem respeito à construção, reconstrução e beneficiação das estradas nacionais.</p> <hr/> <p>pre o melhor acõmmenno.</p> <p>Figura veneranda e das de maior prestígio da freguesia era por todos muito respeitado e em todos tinha um amigo que ele sabia estimar.</p> <p>O saudoso extinto era pai das srs. D. Emilia, Joana, Maria, Amélia e Carolina Alves Carneiro e dos srs. José e Manuel Pereira Alves Carneiro e sogro dos srs. Augusto do Vale, Tomaz Alves Carneiro, Ilídio Pinto, Bernardino de Sá, Evaristo da Costa e Sá e das srs. D. Ernestina Alves de Araújo e Maria da Conceição Pinto de Sá Felgueiras.</p> <p>O funeral realizou-se com gran-</p>	<p>da Costa Correia 8,30, por José Samp Sábado, às 8 Artur Sousa Lopes</p> <hr/> <p>Agente</p> <p>Em todo o País pa junto dos Lavradore bilistas, Comercien tários e Industriais. interesse, trabalh remunerado.</p>
---	--	---

Capela-mor já com as devidas paredes estabelecidas¹². Mas com o derradeiro perímetro por demolir e edificar.

Por certo, mesmo que os alvares de 1960, até ao mês de maio, tenham sido dedicados de forma superlativa à incumbência preliminar da renovada Residência Paroquial que coincide, é certo, com edificações parcelares de dependências da “Igreja Nova”, porém antepassa o início massivo da sua estruturação. Neste hiato ter-se-á verificado o processo de desmembramento de algumas estruturas arquitetónicas, alfaias litúrgicas, objetos e património artístico do recheio da “*Igreja do Divino Salvador de Delães*”. Do qual destacamos os três Retábulos *Rococó* adquiridos por *Henrique Amorim*, após o Pároco *Francisco Alves Pimenta* dar conta da sua disponibilidade para venda a 22 de abril (vd. Figs. 11 a 13).

Com maior exatidão cronológica este despojamento interno, para acomodação / guarnição prévia ao reaproveitamento para a “Igreja Nova”. Ou simplesmente para expedição definitiva de objetos artísticos que, apesar de seculares, a Paróquia delaense não iria incluir na renovada dinâmica religiosa (seja na Matriz ou noutra local de culto sob sua regência), vendendo-os ou, quiçá, destruindo-os, terá decorrido até às cercanias dos meses de maio e junho de 1960. Intervalo mensal passível de datar, de forma documentada, a ocorrência das principais diligências de demolição arquitetónica da dita “Igreja Velha” de Delães¹³ (vd. Figs. 32 a 34). Sendo que apenas a 8 de julho deste mesmo ano, tal como mencionado anteriormente, sobressai o primeiro descritivo jornalístico que comprova o seu derrube total¹⁴.

Tendo por base informações veiculadas nalguns periódicos regionais, datáveis no entremeio cronológico que abrange 1946 e medeia 1959 a 1963, abarcando a circunstância da possível tomada de decisão e o ano de conclusão e abertura ao público do novo edificado (1963), a permuta de estrutura para o culto delaense da “Igreja Velha” para a “Igreja Nova” surge como reflexo de vontade popular e eclesiástica. Por considerarem, na opinião pública (tanto paroquianos como as mais altas instâncias municipais e arquidiocesanas), o espaço disponível na Igreja setecentista cada vez mais exíguo e incapaz de corresponder às necessidades espirituais de uma população em franco crescimento¹⁵.

Neste processo deliberativo, cumprimento de providências, acompanhamento e angariação de fundos para a empreitada em causa evidenciam-se o Pároco titular, à época, as Comissões fabriqueiras subsecutivas. Instaladas e ativas de 1960 a 1963. E, entre dádivas, procedimentos de recolha de fundos e donativos dos habitantes mais ou menos ilustres desta Vila, da sua autarquia (delaense e famalicense), Arquidiocese e Governo Central, salta à vista o empenho e contributo do empresário têxtil e filantropo local *Augusto Correia de Abreu* (1890-1966)¹⁶ (vd. Figs. 14 a 16).

Tal como descrito previamente, a “Igreja Nova” do *Divino Salvador de Delães* foi construída

[12] Cf. *Notícias de Famalicão*, 20/05/1960, p. 3. ; *Diário do Minho*, 30/05/1960, [s. p.].

[13] Com referência cronológica correspondente a 31/05/1960, subsiste um documento de época exposto num Mausoléu do Cemitério Paroquial de Delães, alusivo à trasladação de “*Maria Teresa de Azevedo Carvalho*” (vd. Fig. 33). Benfeitora local e cuja sepultura e respetivo corpo (vd. Fig. 34), nos procedimentos de demolição da “*Igreja do Divino Salvador de Delães*” para edificação da “Igreja Nova”, foi encontrado praticamente incorrupto – cf. *O Comércio do Porto*, 08/06/1960, [s. p.]. – vd. Fig. 32.

[14] Cf. *Notícias de Famalicão*, 08/07/1960, p. 2.

[15] Cf. *Notícias de Famalicão*, 19/02/1960, [s. p.].

[16] Cf. *Notícias de Famalicão*, 20/05/1960, p. 3. ; *Jornal de Riba d’ Ave*, 31/08/1963, [s. p.].

no mesmo lugar da predecessora, demolindo-a no seu imóvel e despojando-se de grande parte do seu interior, sendo inaugurada ao culto a 8 de setembro de 1963 na presença do condecorado benemérito, das autoridades civis e religiosas locais, da população em massa e de altos dignitários políticos, sociais e clericais da região e do país (presididos pelo Arcebispo Primaz bracarense – vd. Fig. 19). Embora no conhecimento genérico da população, durante décadas, a informação de que pouco ou nada tenha sido reaproveitado do formato derradeiro da “Igreja Velha” para a “Igreja Nova” tenha prevalecido, sobretudo pelo desmantelamento total do edifício precursor e ocorrência da venda dos seus três Retábulos de Talha dourada para incorporação no universo museológico lamacense. A realidade, aquando das diligências de investigação e análises propagadas, demonstram precisamente o contrário.

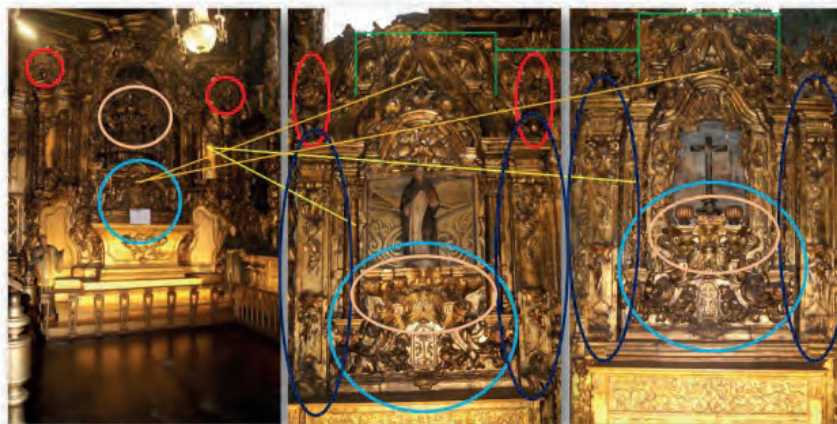
Não obstante a perda (por venda ou até destruição), de alguns elementos artísticos que tal como a Retabulística não prevaleceram no território e culto delanese. A título de exemplo, a par de alguma paramentaria, alfaias litúrgicas, fólhos, ourivesaria, joalheria, prataria, relojoaria, mobiliário ou dos quatro sinos de 1933 e 1936 recolocados na Torre sineira da nova Matriz, grande parte das esculturas de Imaginária internas e externas, balizadas desde o terceiro quartel do séc. XVIII (a partir de 1745 / 1746), à década de 1950, foram preservadas e alocadas, juntamente com elementos atualizados, na “Igreja Nova” do *Divino Salvador de Delães*. E aí permaneceram.

Também a imprensa local dá conta, a 8 de julho de 1960, da possível reutilização de parques despojos da “Igreja Velha” na recuperação de uma capela / ermida local, denominada de “*São Miguel-o-Anjo*”¹⁷.

Os três Retábulos de Talha dourada de século XVIII e gramática própria do Rococó minhoto

Embora não seja única, a exceção mais significativa de desaproveitamento para o novo local de culto delaense e respetiva trasladação, aparentemente por ato comercial, para outra geografia e funcionalidade distinta da sua origem – cujo anúncio de disponibilidade para venda, de 22 de abril de 1960, atesta - está patente na conhecida “viagem” de Delães até Santa Maria de Lamas do Retábulo e Altar-mor (vd. Fig. 20) e dos dois Retábulos e altares laterais (vd. Figs. 21 e 22) que até 1960 figuraram como únicos na dita “Igreja Velha” do *Divino Salvador*. Enquadráveis no terceiro quartel do século XVIII sobretudo – datação que se poderá estender até ao fim da centúria (Smith, 1963, p. 129 ; Ferreira-Alves, 2003, p. 735 ; Lameira, 2006, p. 353) - esses três Retábulos de Talha dourada evidenciam, do ponto de vista estilístico, pormenores gramaticais próprios de um certo *Rococó* do Norte de Portugal. Sob variante regional minhota (Smith, 1963, p. 142 ; Oliveira, 2003, p. 181).

[17] Cf. *Notícias de Famalicão*, 08/07/1960, p. 2.



12.

12. Esquema demonstrativo de correspondência estilística e identificação inequívoca de pormenores decorativos do Retábulo e Altar-mor e dos dois Retábulos laterais da segunda metade do século XVIII, sobretudo do terceiro quartel da centúria, de linguagem *Rococó*, provenientes da demolida “Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães” (os únicos desse Templo prévio). E expostos, sensivelmente desde 1960, após 22 de abril desse mesmo ano, na “Sala da Capela de Delães” do Museu de Lamas. M.S.M.L., S. M. Lamas. Fotografias de José C. Amorim.

13. Esquema demonstrativo de correspondência estilística e identificação inequívoca de pormenores decorativos – tais como fórmulas contracurvadas, motivos antropomórficos (“mascões”), fitomórficos, vegetalista, cartelas assimétricas, festões, “rocalhas”, “concheados”, “flamejantes”, tipologias de estípites, peanhas, pilastras, mísulas, volutas, nichos, sacrários, trono ou camarim - do Retábulo e Altar-mor e dos dois Retábulos laterais da segunda metade do século XVIII, sobretudo do terceiro quartel da centúria, de linguagem *Rococó*, oriundos da demolida “Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães”. M.S.M.L., S. M. Lamas. Fotografias de José C. Amorim.



13.

14., 15. e 16. Em cima: Modelo / Esboço / Estudo preparatório / Molde de gesso para um Busto representativo do filantropo delaense e famalicense Augusto Correia de Abreu (1890-1966). Modelado no ano de 1963 por autoria / sob orientação do escultor gaiense José Fernandes de Sousa Caldas (1894-1965) (tendo por base a assinatura e datação inscritas no reverso – “S. CALDAS / 1963” – vd. Fig. 15, em cima, à direita), este Estudo preparatório / Molde de gesso integra a Coleção de Estatuária contemporânea que Henrique Amorim (1902-1977) incorporou na “Sala dos Escultores” do Museu de Lamas. E antecede, através do ensaio de gesso, a produção final, em bronze, do registo de retratística que impera desde 08 de setembro de 1963 - momento no qual foi descerrado juntamente com a placa honorífica “Ao Comendador Augusto Correia” - nas imediações da “Igreja Nova” do Divino Salvador de Delães (vd. Fig. 16, em baixo). A sua produção resultou de iniciativa da Junta de Freguesia de Delães e homenageou este vulto pela benemerência em prol da construção da “Igreja Nova” e de numerosas valências com as quais dotou a vila delaense. Figuras 14 e 15, M.S.M.L., S. M. Lamas. Fotografias de José C. Amorim. Figura 16, Arquivo e plataforma digital “Famalicão ID” (fundo da Câmara Municipal de V. N. Famalicão). - Ext. <http://famalicao.org/inweb/ficha.aspx?ns=215000&id=400> - 26/07/2020, 11 h 35 m.



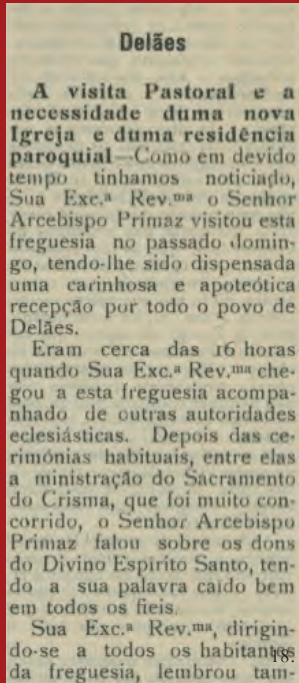
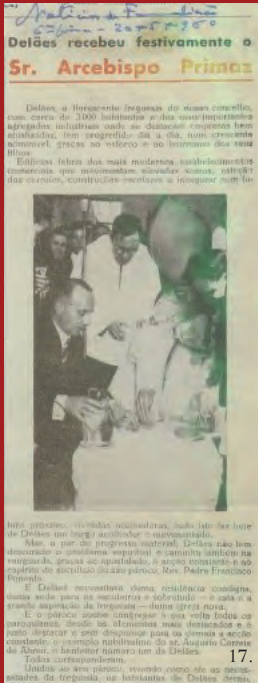
14.



15.



16.



17. e 18. À esquerda, Fig. 17 - Digitalização de parte da primeira página do periódico “Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista”, na sua edição publicada a 20 de maio de 1960. Entre outros aspetos, este número, através do artigo intitulado “Delães recebeu festivamente o Sr. Arcebispo Primaz”, descreveu aprofundadamente a visita oficial de D. António Bento Martins Júnior (1881-1963), na qual, a 15 de maio de 1960, o Prelado inaugurou a nova Residência Paroquial e, no perímetro da já erigida (embora de forma superficial), e delimitada “Capela-mor”, estabeleceu “Auto de fundação” e lançou simbolicamente a “Primeira Pedra” para a obra do futuro Altar-mor e arquitetura remanescente da “Igreja Nova” delaense. À direita, Fig. 18 – Pormenor de uma das páginas da edição de 7 de setembro de 1946 do semanário católico “Notícias de Famalicão”, na qual se evidencia o artigo designado “Delães. A visita pastoral e a necessidade duma nova Igreja e duma residência paroquial”. Mediante abordagem à visita do Arcebispo Primaz braçarense concretizada a 1 de setembro de 1946, este apontamento jornalístico enfatiza as palavras de D. António Bento Martins Júnior que, em plena década de 1940, a par de outras temáticas e referências, elencou como necessidade premente da Paróquia de Delães a construção de uma nova Igreja, de dimensão superior e capaz de suprir, na sua plenitude, as exigências da população local. Figura 17 – Ext. *Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista*. Vila Nova de Famalicão. (Sexta-feira, 20 de maio de 1960), p. 1. Figura 18 – Ext. *Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista*. Vila Nova de Famalicão. (Sábado, 7 de setembro de 1946), [s. p.]. – Ambos os periódicos preservados no fundo próprio da B.M.C.C.B., V. N. Famalicão. 19. Inauguração, a 8/09/1963, da “Igreja Nova do Divino Salvador de Delães”. Arquivo pessoal de Carlos Correia (descendente de Augusto Correia de Abru (1890-1966)), V. N. Famalicão. Fotografia de autoria desconhecida.



Aliás, a época de construção inicial (1745 / 1746) e de algumas melhorias ou ocorrências correspondentes à orgânica e estruturas da Igreja e Paróquia do *Divino Salvador de Delães*, documentadas até 1756, coincidem com a presença à frente dos destinos da Arquidiocese de Braga do icónico Arcebispo Primaz *D. José de Bragança* (1703-1756) – “Senhor de Braga” de 1741 a 1756. Irmão do monarca *D. João V* (1689-1750) e um dos grandes responsáveis pelo acolhimento, gosto e disseminação deste novo estilo setecentista, distinto nesta geografia do *Rococó* que se pratica no resto do país¹⁸, através dos artistas que acolhe, modelos que defende e em parte promove nos territórios sob sua tutela (Oliveira, 2003, pp. 175, 178 e 180 ; Rocha, 2010-2012, p. 340 ; Oliveira, 2013, pp. 66-67).

Mesmo que a sociedade e os artistas coevos, de meados do séc. XVIII, não tenham sido unânimes na compreensão do *Rococó* em Portugal e a própria História da Arte ainda se divida entre correntes que o identificam como estilo próprio e outras apenas como inexistente na sua autonomia e mero declínio / exagero do *Barroco* (Pereira e Pereira, 1989, p. 416 ; Oliveira, 2016, p. 123). É este princípio estético que predomina nos três Retábulos identificados. Cujas escalas permitem perceber, em contraponto, que um deles de maior dimensão, virtuosismo e munido de estruturas capazes de cumprir essa funcionalidade ocuparia o espaço de Retábulo e Altar-mor. Sendo os restantes, de métrica inferior mas equivalentes entre si e com o próprio Altar-mor em pormenores do seu traçado e aparato decorativo original, os dois Retábulos laterais do espaço religioso delaense.

[18] Alguns autores de referência no estudo da Talha em Portugal, tais como *Robert Smith*, designam a Retabulística e a Talha *Rococó* desenvolvida no Minho pelo termo próprio: “*Talha gorda*” – cf. *Smith*, 1963, pp. 142-146.

Sem dúvida um conjunto retabular com hierarquia e propósitos prévios bem definidos e discerníveis, mesmo que hoje em dia os seus três elementos permaneçam “engolidos” por toda a profusão decorativa da sala que os acolhe. Que por si só, não obstante a ensablagem museológica de que foram alvo, a densidade que os envolve não consegue omitir a conformidade entre o programa de cada um destes três Retábulos. Dos quais a observância atenta, destaca diferentes minudências de estilo, influência regional ou quadro produtivo oficial (Ferreira-Alves, 1989, pp. 61-62) em termos de traçado (desenho do “risco”), estrutura, iconografia ou ornato típico do *Rococó* minhoto e que prevalecem intactas na sua extensão. Tais como fórmulas contracurvadas e alguma repetição de motivos antropomórficos (“mascarões”), fitomórficos, vegetalistas, cartelas assimétricas, festões, “rocalhas”, “concheados”, “flamejantes”, tipologias de estípites, peanhas, pilastras, mísulas, volutas, nichos, sacrários, trono ou camarim (Smith, 1949, [s. p.] ; Smith, 1963, pp. 142-146 ; Cardona, 2013, pp. 863-867). Grande parte dos mesmos motivos e pormenores *Rococó* de que a presença em fotografias prévias à demolição da “Igreja Velha” de Delães (vd. Figs. 12, 13, 20 a 22, 30, 31 e 35 a 52) - recolhidas e analisadas em primeira mão neste estudo - permitiu a devida identificação desta Retabulística.

Esta tríade de Retábulo-mor e dois Retábulos laterais contempla aqueles que seriam os únicos elementos deste género no espaço religioso precedente. Aliás, este número de Retábulos



20. Antigo Retábulo-mor de Talha *Rococó* da “Igreja Velha de Delães”, 2.ª metade / 3.º quartel do séc. XVIII. M.S.M.L., S. M. Lamas. Fotografia de José C. Amorim (2020).

21. Um dos dois antigos Retábulos laterais de Talha *Rococó* da “Igreja Velha de Delães”, 2.ª metade / 3.º quartel do séc. XVIII. M.S.M.L., S. M. Lamas. Fotografia de José C. Amorim (2020).

22. Outro dos dois antigos Retábulos laterais de Talha *Rococó* da “Igreja Velha de Delães” (ligeiramente estropeado), 2.ª metade / 3.º quartel do séc. XVIII. M.S.M.L., S. M. Lamas. Fotografia de José C. Amorim (2020).



e Altares está registado documentalmente desde 1758 nas “*Memórias Paroquiais de Delães e Vermoim*” (vd. Fig. 23), como podemos verificar no seguinte parágrafo:

“(...) *Tem trez altares, o principal do Salvador, outro de Nossa Senhora da Purificação, o terceiro de São Sebastião (...)*”¹⁹.

Os arrolamentos posteriores, sobretudo o de 1911 que se estende até 1928²⁰ na sequência da “Lei Republicana de Separação do Estado das Igrejas”, não contém evidências acerca de qualquer aumento do número de Retábulos e Altares da nave única da extinta Igreja. A maioria dos testemunhos de “tradição oral” e/ou “memória popular” dos delãesenses que vivenciaram o culto *in situ* na “Igreja Velha” do *Divino Salvador*, confirmam essa numeração de apenas três Retábulos munidos de Altar até ao momento da demolição desta arquitetura. E, do ponto de vista documental, tanto o manuscrito do historiador famalicense *Vasco de Carvalho* (1888-1961) de 10 de fevereiro de 1955 – descritivo, cinco anos antes da sua demolição, do espaço e património interior e exterior da “Igreja Velha” (vd. Figs. 24 e 25) - como o próprio anúncio de disponibilidade de venda da Retabulística publicado a 22 de abril de 1960 (vd. Fig. 11), ratificam inequivocamente essa mesma quantia:

[19] Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), 1758 - 1722/1832, vol. 13, n.º 11, pp. 61 a 64.

[20] Cf. Arquivo e Biblioteca Digital do Ministério das Finanças (A. B. D. M. F.), 1911-08-28 a 1928-01-26, Liv. 18, fl. 78-82.

[21] Cf. Carvalho, 1955, [s. p.].

[22] Identificativo do *Rococó* nalguma documentação portuguesa, não só de século XVIII mas extensível ao século XX – cf. Rocha, 2010-2012, p. 340.

[23] Cf. *Notícias de Famacção*, 22/04/1960, p. 3.

“(...) *Tem o altar-mor, e no arco do cruzeiro do lado do Evangelho, o altar da S.ra das Candeias, e do lado da Epístola o do Coração de Jesus (...)*”²¹

“(...) *Vendem-se três altares, talha e estilo D. João V²², muito lindos e em bom estado. Informa o Pároco de Delães (...)*”²³

Se as três estruturas de Retabulística em Talha dourada aferidas desde 1758 nas “*Memórias Paroquiais*” seriam as mesmas que chegaram séculos depois, a partir de abril de 1960, ao *Museu de Lamas*, não possuímos, até agora, fundamentos suficientes para o afirmar peremptoriamente. Mas é legítima a suposição executada, especialmente pelo hiato cronográfico que o seu programa plástico *Rococó* sugere, o terceiro quartel do século XVIII, no qual figura o ano de 1758.

Porém, até obtermos evidências que plasmem irrefutavelmente o(s) ano(s) de produção e acabamento destes elementos, mormente o seu “risco” ou contratos de execução caso subsistam, é plausível equacionar que este conjunto retabular chegado a St.ª M.ª de Lamas poderia advir, não só, da construção inicial da “Igreja Velha” de Delães (1745 / 1746), ou de uma data próxima; de um qualquer melhoramento decorrente até 1758. Ou, por fim, de determinada cronologia e intervenção posterior às “*Memórias Paroquiais*” de 1758, balizada desde aí até cerca de 1775, o término do terceiro quartel do século (Ferreira-Alves, 2003, pp. 740-741). Período de maior vigência desta gramática *Rococó* no território minhoto, sem descurar

a hipótese de prolongamento deste marco temporal até ao próprio término de setecentos, dada a permanência da mesma até ao limiar do *Neoclassicismo* oitocentista (Smith, 1963, p. 129).

Aliás *Robert Smith* (1912-1975), pioneiro no estudo da Talha portuguesa, profundo conhecedor do *Barroco* e do *Rococó* bracarense, e por conseguinte minhoto, ao fotografar entre 1962 a 1964 e em contexto de visita(s) ao *Museu de Lamas* (vd. Figs. 30 e 31), dois pormenores de estilo *Rococó* capazes de demarcar o antigo Retábulo-mor delaense (e que se repetem, numa escala inferior, nos dois Retábulos laterais), propôs, apenas pela observância das formas e sem possuir suporte documental, um intervalo de aproximadamente quinze anos para datar estes elementos, de cerca de 1760 a 1775²⁴. Até ao final do terceiro quartel de setecentos portanto.

Todavia, esta estimativa não invalidaria, de todo, a hipótese da Retabulística em causa anteceder nalguns anos a divisa inicial de 1760 que *Robert Smith* sugere. Podendo a sua produção reportar a 1758 ou a algum ano precedente, pela tal referência escrita de três Retábulos nas “*Memórias Paroquiais de Delães e Vermoim*”.

[24] O Arquivo digital da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian identifica da seguinte forma as duas fotografias nas quais *Robert Smith* regista, no *Museu de Lamas*, pormenores do antigo Retábulo-mor delaense: “*Museu de Santa Maria de Lamas, Santa Maria da Feira, Portugal / Retábulo de Famalicão: pormenor, ca. 1760-75, século 18. / Fotografia: Robert Chester Smith (1912-1975). / Data de produção da fotografia original: 1962-1964. / [CFT008.0071.ic] & [CFT008.0072.ic]*”.

[25] Cf. As edições de 22/01; 23/09 (p. 2); 30/09 (p. 7); 7/10 (p. 2); 14/10 (p. 2); 21/10 (p. 2); 28/10 (p. 2); 11/11 (p. 2); 18/11 (p. 2) e 25/11 (p. 2), do ano de 1960 do periódico *Notícias de Famalicão*.

Sobre o procedimento de extração dos três Retábulos delaenses e posterior venda a *Henrique Amorim* – vulto cuja propensão para investimentos, adição colecionista e afeto pela Arte Sacra seria amplamente conhecido na região e no país (Gonçalves, 1959-1981, pp. 85-86) - pouco se sabe. Exceção feita ao já citado anúncio jornalístico de disponibilização para venda desta Talha dourada que *Francisco Alves Pimenta* fez publicar a 22 de abril de 1960.

Em grande medida pelo descuido que o próprio Fundador do Museu sempre demonstrou pelo arquivo, registo ou documentação dos seus atos. Prevalece apenas o pensamento genérico de que esta operação comercial, consumada mediante aquisição direta e não por procedimento de leilão tendo em conta a “peça” jornalística do anúncio de venda, teve como propósito exclusivo assegurar mais uma fonte de rendimento a somar à comparticipação estatal e diocesana, aos leilões, desfiles, cortejos, contributos, atividades, dádivas e peditórios preconizados pelos habitantes dos diferentes lugares da Vila de Delães²⁵. E ao financiamento significativo do benemérito *Augusto Correia de Abreu* para suporte e termo da construção da “Igreja Nova”.

Subsistirá, decerto, alguma especulação até ao devido alcance de documentos diversos ou fontes fidedignas, caso existam, que consigam esclarecer os moldes através dos quais esta Talha foi realmente colocada à venda. Ou seja, apesar de identificarmos o anúncio difundido a 22 de abril de 1960, carece aferir de que jeito *Henrique Amorim* chegou ao seu conhecimento, manifestou interesse, deferiu propostas e rematou a operação.

Perdura a dúvida se esta empatia e interesse derivou, porventura, do cruzamento de informações, recomendação por parte de algum antiquário / comerciante de arte de sua



26.



27.



28.



29.

26. Matrimónio ocorrido na "Igreja Velha" de Delães num mês / ano precedente a 22/04/1960: à esquerda, pormenor visível do Retábulo-mor *Rococó*, hoje e desde 1960 no M.S.M.L.. Arquivo familiar delaense, Delães. Fotografia de autoria desconhecida, recolhida e cedida por José Pereira.

27. e 28. Matrimónio ocorrido na "Igreja Velha" de Delães num mês / ano precedente a 22/04/1960: à direita, pormenores visíveis de um dos seus dois Retábulos laterais *Rococó*, hoje e desde 1960 no M.S.M.L.. Arquivo familiar delaense, Delães. Fotografias de autoria desconhecida, recolhidas e cedidas por José Pereira.

29. Matrimónio ocorrido na "Igreja Velha" de Delães num mês / ano precedente a 22/04/1960: à esquerda, pormenores visíveis de um dos seus dois Retábulos laterais *Rococó*, hoje e desde 1960 no M.S.M.L.. Arquivo familiar delaense, Delães. Fotografia de autoria desconhecida, recolhida e cedida por José Pereira.

30. Pormenores decorativos do antigo Retábulo-mor Rococó da “Igreja Velha” de Delães após ensablagem no M.S.M.L., 1962-1964. Arquivo e Biblioteca Digital de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Fotografia de Robert Smith (1912-1975).

31. Pormenores decorativos do antigo Retábulo-mor Rococó da “Igreja Velha” de Delães após ensablagem no M.S.M.L., 1962-1964. Arquivo e Biblioteca Digital de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Fotografia de Robert Smith (1912-1975).

32. Digitalização de pormenor de uma das páginas do periódico “O Comércio do Porto”, na sua edição difundida a 8 de junho de 1960. Entre outros aspetos, este número, através de artigo intitulado “Um cadáver enterrado na Igreja de Delães há 81 anos está perfeitamente incorrupto”, descreveu aprofundadamente o achado, derivado de diligências de desmembramento e escavação da Capela-mor da “Igreja Velha” do Divino Salvador de Delães, do corpo incorrupto de “Maria Teresa de Azevedo Carvalho” – trasladado para o Cemitério local a 31 de maio de 1960. Ext. *O Comércio do Porto*. Porto. (Quarta feira, 8 de junho de 1960), [s. p.]. – Exemplar em depósito na B.M.C.C.B., V. N. Famalicão.



30.



31.

desta cidade, ao ultrapassar outro veículo, foi embalo por uma bicicleta tripulada por José Alexandr Ribeiro Teixeira, residente na mesma Avenida, tendo resultado do acidente avulsas nos dois veículos ferimentos no pedestre.

UM CADAVER ENTERRADO NA IGREJA DE DELAES HA 81 ANOS

está perfeitamente incorrupto

Delães

RIBA D'AVE, 6 — O facto que vamos narrar é o assunto de todas as conversas — não só da freguesia de Delães, onde ocorreu, mas também em toda esta vasta região. Mas contemos o que se passou: como a igreja paroquial de Delães era bastante pequena, e portanto insuficiente para as necessidades espirituais da freguesia, está a proceder-se à sua demolição, e, simultaneamente, à construção de um templo maior. Como no interior da referida igreja existiam 39 sepulturas, já muito antigas, foi resolvido, pelo pároco e pela Junta de Freguesia, que se procedesse a escavações para recolha de todos os ossos, que a seguir seriam trasladados para o cemitério paroquial. Após serem revolvidas 38 sepulturas, na última, a sepultura n.º 1, que faz parte das três que se encontram na capela-mor, as quais eram destinadas aos padres que faleciam na freguesia, apareceu um caixão de chumbo, intacto e em perfeito estado de conservação, enquanto nas restantes sepulturas apenas se encontraram fragmentos de ossos.

Foi dado conhecimento deste achado ao pároco da freguesia e membros da Junta que, na presença de muitas pessoas, mandaram proceder à abertura do referido caixão. Qual não foi porém, a surpresa de todos ao verificarem que no interior do chumbo se encontrava um outro caixão de madeira, também bem conservado, e dentro deste um cadáver intacto que não apresenta o menor sinal de decomposição, e cujas roupas e calçado se encontram em bom estado.

Depois de consultados os livros da igreja foi ouvida a pessoa mais idosa desta região, que é o sr. Fortunato Pinto Carneiro, residente na freguesia de Delães, e que con-

32. Digitalização de pormenor de uma das páginas do periódico "O Comércio do Porto", na sua edição difundida a 8 de junho de 1960. Entre outros aspetos, este número, através de artigo intitulado "Um cadáver enterrado na Igreja de Delães há 81 anos está perfeitamente incorrupto", descreveu profundamente o achado, derivado de diligências de desmembramento e escavação da Capela-mor da "Igreja Velha" do Divino Salvador de Delães, do corpo incorrupto de "Maria Teresa de Azevedo Carvalho" — trasladado para o Cemitério local a 31 de maio de 1960. Ext. *O Comércio do Porto*. Porto. (Quarta feira, 8 de junho de 1960), [s. p.]. — Exemplar em depósito na B.M.C.C.B., V. N. Famalicão.

33. e 34. À esquerda, Fig. 33 - Documento literário, exposto e arquivado no interior de um Mausoléu situado no Cemitério Paroquial de Delães, coevo, por certo, de algumas das principais diligências de demolição e desmembramento - correspondentes ao regular decurso do mês de maio e alvares de junho de 1960 - da "Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães". Bem como, da construção simultânea e parcelar do futuro Templo. Pelo seu teor inscrito este documento é passível de ser encarado como registo informal e descritivo do processo de transição, a 31 de maio de 1960, da dita "Igreja Velha" para o cemitério local, do féretro incorrupto de "Maria Teresa de Azevedo Carvalho". À direita, Fig. 34 - Destaque para um dos onze registos fotográficos de autoria desconhecida, datáveis de 31 de maio de 1960, conservados sob estrutura emoldurada única, suspensa no interior do mesmo Mausoléu localizado no Cemitério Paroquial de Delães, contemporâneos aos principais empreendimentos de derrube da Igreja Paroquial precedente e consecutiva edificação faseada da "Igreja Nova", e do próprio expediente de trasladação da dita "Igreja Velha" para o cemitério local, do féretro incorrupto de "Maria Teresa de Azevedo Carvalho". Cemitério Paroquial de Delães, Delães (V. N. Famalicão). Captação fotográfica dos dois registos de cronologia original prévia, tanto do elemento documental, como da fonte imagética, ocorrida no ano de 2020 sob lente do cidadão delaense Sr. José Pereira - cujos direitos destes ficheiros foram devidamente cedidos para difusão neste procedimento de ensaio científico.

35. 36. e 37. Inteligibilidade de correspondência estilística e identificação de pormenores decorativos do Retábulo e Altar-mor da segunda metade do século XVIII, sobretudo do terceiro quartel da centúria, de linguagem *Rocaille* (Rococó), provindo da demolida "Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães" e exposto, sensivelmente desde 1960, após 22 de abril desse mesmo ano, no Museu de Lamas. Através da observância cuidada e contraponto efetuado entre estrutura retabular *in situ* (na "Sala da Capela de Delães" do Museu), e uma fotografia predecessora a 22 de abril de 1960, veiculativa de alguns instantes de um matrimónio ocorrido no interior da Capela-mor da antiga "Igreja Velha do Divino Salvador de Delães", na qual vislumbramos o pároco, os nubentes e uma criança na "cabeceira" deste Templo junto ao Retábulo e Altar-mor hoje, e desde 1960, remontado no Museu de Lamas. Não existindo um uma fotografia global do Retábulo em causa, neste documento imagético a percepção de que estamos diante do mesmo Retábulo e Altar-mor da "Sala da Capela de Delães", mas ativo no seu propósito e monumento de origem, advém, à esquerda, de um pequeno pormenor decorativo único que este documento imagético eterniza.



confiança. Ou inclusive, se o apreço pelo património delaense oriundo da demolição em curso e vislumbre do anúncio de venda da Retabulística teve na amizade, conhecimento mútuo, relações privilegiadas e/ou contacto com alguma personalidade local de relevo, afincadamente envolvida no processo de angariação monetária de suporte à construção da “Igreja Nova”, os seus fundamentos.

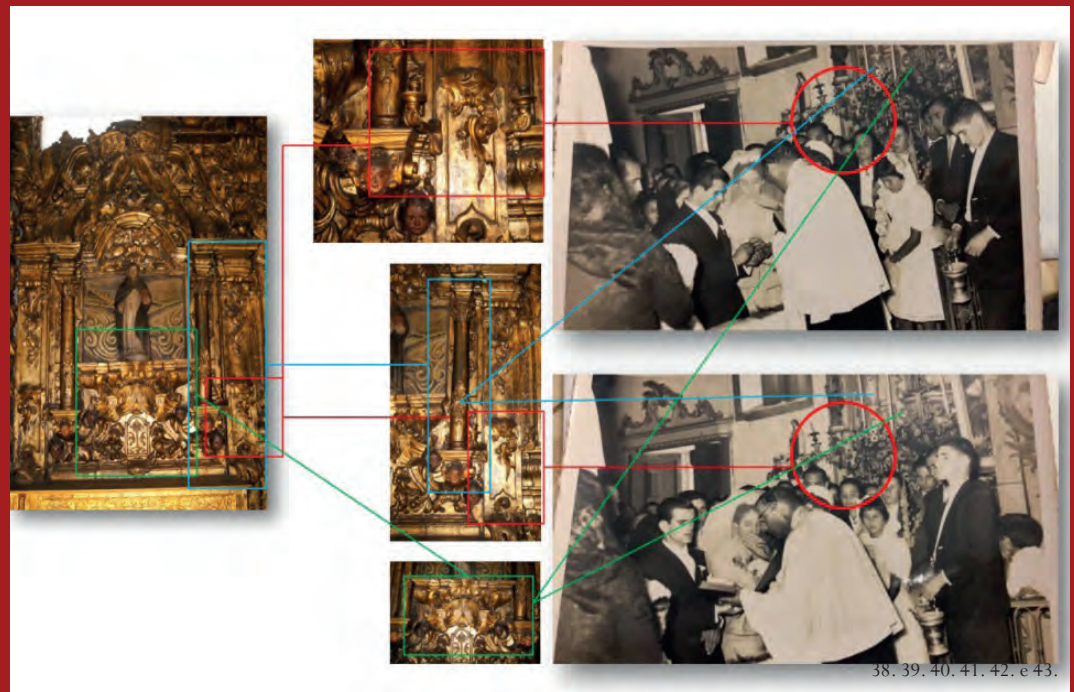
À cabeça, a principal figura passível de associar a esta tese seria *Augusto Correia de Abreu*. Industrial e filantropo coevo, de áreas distintas mas sucesso similar ao seu e, tal como o próprio *Henrique Amorim*, bem posicionado e com contactos vantajosos, fáceis de cruzar e estabelecer, decerto, na sociedade e estruturas do *Estado Novo* português. Curiosamente, na sua coleção de Estatuária contemporânea do *Museu de Lamas*, o Colecionador conserva um Estudo preparatório / Molde de gesso para um busto de bronze no seu formato final, datado de 1963 e modelado sob autoria, ou por orientação, do escultor gaiense *José Fernandes de Sousa Caldas* (1894-1965) - como a assinatura visível no seu reverso sugere - representativo do próprio *Augusto Correia* (vd. Figs. 14 e 15). O segundo registo de estatuária de retratística descerrado em sua homenagem - tal como acontecera previamente a 15 de maio de 1960 – agora na sequência da inauguração da nova e acabada Matriz delaense, a 8 de setembro de 1963 (vd. Fig. 16). Contudo, apesar de peculiar, este facto destituído de outros segmentos comprovativos, testemunhos ou certidões acessórias não pode ser tido como “verdade absoluta”. Abarca somente o cariz de hipótese, tão válida como outra qualquer.

Acerca do transporte e chegada a St.^a M.^a de Lamas do Retábulo-mor e dos dois Retábulos laterais da demolida “*Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães*”, pouco ou nada sabemos até à data. Ainda assim, há aspetos decorrentes da incorporação e ensablagem desta Talha *Rococó* no *Museu* passíveis de abordagem. Concomitantemente, tanto as duas fotografias de parcelas do Retábulo-mor que *Robert Smith* executa entre 1962 e 1964 (vd. Figs. 30 e 31), como os diferentes registos imagéticos anónimos, de século XX (predecessores a 22 de abril de 1960), derivados de arquivos pessoais de cidadãos delaenses e que captam, em momentos cerimoniais, parte do Retábulo e Altar-mor e dos dois Retábulos e altares laterais aquando da sua função religiosa e prevalência na “Igreja Velha” de Delães (vd. Figs. 26 a 29). Não obstante o já sublinhado contributo para a identificação exata desta Retabulística (vd. Figs. 35 a 57), sua linguagem plástica e origem, apesar da sua escala tonal cinza, preta e branca, quando comparadas entre si e com os próprios Retábulos *in loco* no *Museu*, a interpretação destas fotografias permite discernir uma determinada característica visual da Retabulística que se dissipa. Alterando-se, tal como seu desígnio primordial, em virtude da remontagem na “*Sala da Capela de Delães*”.

Deste modo, nos segmentos retabulares suscetíveis de reconhecimento através do fundo imagético aferido, que os recorda em plena “Igreja Velha”, o contraste que se descortina entre zonas de

Especificamente de um “mascarão” típico do *Rococó*, mas bastante singular e restrito na sua forma ao conjunto de Retabulística delaense, passível de o demarcar e identificar com margem de erro praticamente nula. Figuras 35 e 36, difusoras da perspetiva geral e do detalhe de um “mascarão” característico do Retábulo e Altar-mor setecentista, ensablado no seu meio expositivo e função museológica atual. Figura 37, Fotografia de autoria não referenciada, proveniente da recolha derivada de Acervos familiares que o cidadão delaense, Sr. José Pereira, preconizou junto da comunidade local. Cedendo posteriormente estes elementos para a investigação em curso. Ausente de menção cronológica exata, este instantâneo histórico será sempre enquadrável no século XX, num momento anterior a 22 de abril de 1960, precedente, portanto, ao derrube da dita “Igreja Velha” em benefício da posterior “Igreja Nova” da Paróquia de Delães. © José C. Amorim.

38. 39. 40. 41. 42. e 43. Perceção de correspondência estilística e identificação de pormenores, ornato e gramática decorativa de um dos dois Retábulos laterais da segunda metade do século XVIII, sobretudo do terceiro quartel da centúria, de linguagem *Rocaille* (*Rococó*), provindo da demolida “Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães” e exposto, sensivelmente desde 1960, após 22 de abril desse mesmo ano, no Museu de Lamas. Através da análise cuidada e contraponto efetuado entre estrutura retabular *in situ* (na “Sala da Capela de Delães” do Museu), e duas fotografias antecessoras a 22 de abril de 1960, difusoras de fonte histórica alusiva à ocorrência de um matrimónio – o mesmo captado na Fig. 37 - no espaço interior da nave única da antiga “Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães”, nas quais vislumbramos o pároco, os nubentes e diversos familiares neste Templo junto a um dos seus dois Retábulos e Altares laterais hoje, e desde 1960, incorporado no Museu de Lamas. Escasseando registos globais do Retábulo em causa, nestes documentos imagéticos a perceção de que poderemos estar diante do mesmo Retábulo ensablado na “Sala da Capela de Delães”, mas em pleno cumprimento da sua função pristina no seu monumento de origem, advém da sinalização de minudências estruturais e estilísticas únicas. Tais como, o formato e posicionamento de nichos, o trono eucarístico, as colunas / pilastras e a tipologia de castiçal embutido. Elementos nos quais impera um profuso vocabulário decorativo de motivos contracurvados, concheados, fitomórficos e flamejantes típicos do *Rococó* ao “gosto minhoto”, bastante singulares e presentes nos três Retábulos delaenses. À esquerda, Figuras 38 a 41, correspondentes à perspetiva geral e diferentes signos decorativos e identitários do antigo Retábulo





44. 45. 46. 47. 48. e 49.

lateral setecentista, no seu contexto expositivo e função museológica atual. À direita, Figuras 42 e 43, Fotografias de autoria não referenciada, provenientes da recolha derivada de Acervos familiares que o cidadão delaense, Sr. José Pereira, preconizou junto da comunidade local. Cedendo posteriormente estes elementos para a investigação em curso. Ausentes de referências cronológicas exatas, estas fontes imagéticas serão sempre enquadráveis no século XX, num momento anterior a 22 de abril de 1960, prévio, portanto, ao desmembramento da dita “Igreja Velha” em benefício da consequente “Igreja Nova” da Paróquia de Delães. © José C. Amorim.

44. 45. 46. 47. 48. e 49. Estabelecimento de correspondência estilística e identificação de pormenores decorativos de um dos dois Retábulos laterais da segunda metade do século XVIII, sobretudo do terceiro quartel da centúria, de gramática *Rocaille* (Rococó), oriundo da demolida “Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães” e exposto, sensivelmente desde 1960, após 22 de abril desse mesmo ano, no Museu de Lamas. Através da análise cuidada e contraponto declarado entre estrutura retabular *in situ* (na “Sala da Capela de Delães” do Museu), e duas fotografias precedentes a 22 de abril de 1960, alusivas à ocorrência de um matrimónio — o mesmo captado na Fig. 37 - no interior da antiga “Igreja Velha do Divino Salvador de Delães”, nas quais vislumbramos o pároco, os nubentes e diversos familiares na nave única deste Templo junto a um dos seus dois Retábulos e Altares laterais hoje, e desde 1960, incorporado no Museu de Lamas. Não abundando registos globais do Retábulo em causa, nestes documentos imagéticos a percepção de que poderemos estar diante do mesmo Retábulo ensablado na “Sala da Capela de Delães”, mas em pleno culto na sua arquitetura de origem, advém do vislumbre de pormenores estruturais e estilísticos únicos. Tais como, o formato e posicionamento de nichos, o trono eucarístico, as colunas / pilastras e a tipologia de castiçal embutido. Elementos nos quais impera uma profusa gramática decorativa de motivos contracurvados, concheados, fitomórficos e flamejantes típicos do *Rococó* ao “gosto minhoto”, bastante singulares e presentes nos três Retábulos delaenses. À esquerda, Figuras 44 a 47, correspondentes à perspetiva geral, incidências e signos ornamentais e identitários do antigo Retábulo lateral setecentista, no seu contexto expositivo e função museológica atual. À direita, Figuras 48 e 49, Fotografias de autoria não referenciada, provenientes da recolha derivada de Acervos familiares que o cidadão delaense, Sr. José Pereira, preconizou junto da comunidade local. Cedendo posteriormente estes elementos para a investigação em curso. Desprovidos de referências cronológicas exatas, estes documentos imagéticos serão sempre balizáveis no século XX,

num momento anterior a 22 de abril de 1960, antecessor, portanto, ao derrube da dita “Igreja Velha” em benefício da posterior “Igreja Nova” da Paróquia de Delães. © José C. Amorim.

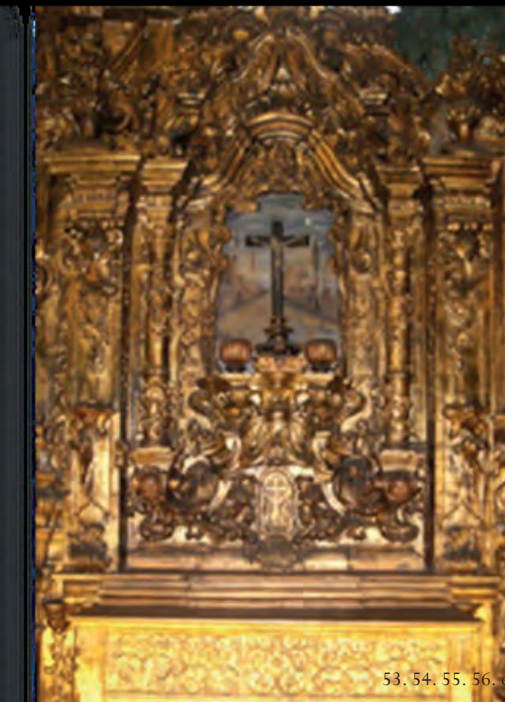
50. 51. e 52. Perceção de concordância estilística e identificação de aspetos típicos do *Rococó* presentes no ornamento regular de um dos dois Retábulos laterais da segunda metade do século XVIII, sobretudo do terceiro quartel da centúria, proveniente da demolida “Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães” e exposto, desde 1960, após 22 de abril desse mesmo ano, no Museu de Lamas. Mediante análise atenta e contraponto estabelecido entre estrutura retabular *in situ* (na “Sala da Capela de Delães” do Museu), e uma fotografia prévia a 22 de abril de 1960, eterniza a ocorrência de um matrimónio — o mesmo captado na Fig. 37 - no interior da antiga “Igreja Paroquial do Divino Salvador de Delães”, na qual vislumbramos os nubentes, algumas crianças e demais familiares na nave única deste Templo junto a um dos seus dois Retábulos e Altares laterais hoje, e desde 1960, incorporado no Museu de Lamas. Não prevalecendo registos globais do Retábulo em causa, neste documento imagético o discernimento de que poderemos estar diante de um dos Retábulos laterais delaenses ensablado na “Sala da Capela de Delães”, mas ativo no seu edificado de origem, resulta do visionamento de pormenores estruturais e estilísticos únicos. Tais como, o formato e posicionamento de um nicho e a tipologia de uma pilastra. Elementos nos quais impera um profuso vocabulário decorativo de motivos contracurvados, concheados, fitomórficos e flamejantes típicos do *Rococó* ao “gosto minhoto”, sobejamente singulares nos três Retábulos delaenses. À esquerda, Figuras 50 e 51, difusoras da perspectiva geral de cada um dos dois antigos Retábulos laterais setecentistas, no seu contexto expositivo e função museológica atual. À direita, Figura 52, Fotografia de autoria não referenciada, proveniente da recolha derivada de Acervos familiares que o cidadão delaense, Sr. José Pereira, preconizou junto da comunidade local. Cedendo posteriormente estes elementos para a investigação em curso. Carecedora de divisa cronográfica concreta, este documento e fonte imagética será sempre enquadrável no século XX, num momento anterior a 22 de abril de 1960, antecessor, portanto, à demolição da dita “Igreja Velha” em benefício da posterior “Igreja Nova” da Paróquia de Delães. © José C. Amorim.



50. 51. e 52.



53. 54. 55. 56. e 57. Evidência de contraste entre o douramento total que os Retábulos delaenses receberam, decerto, após aquisição de Henrique Amorim (1902-1977) e sequente ensablagem na “Sala da Capela de Delães” do Museu de Lamas – numa cronologia posterior a 22 de abril de 1960 (vd. Figs. 56 e 57, em baixo). E a dicromia visível entre zonas de tonalidade branca / pérola (ou de velatura clara), e pormenores decorativos munidos de folha de ouro - num reflexo de correntes de gosto e variantes cromáticas de estilo *Rocaille* (Rococó), ou de intervenções posteriores, sobretudo oitocentistas (de séc. XIX), credoras de plasticismos Neoclássicos - que dinamizavam, porventura até à sua permuta funcional e geográfica de Delães para Santa Maria de Lamas, os Retábulos delaenses durante a sua permanência e ofício de culto no interior da dita “Igreja Velha” (vd. Figs. 53, 54 e 55, em cima). Em baixo, figuras 56 e 57, correspondentes à perspetiva geral de cada um dos dois antigos Retábulos laterais setecentistas, no seu contexto expositivo e função museológica atual. Em cima, Figuras 53, 54 e 55, Fotografias de autoria não referenciada, provenientes da recolha derivada de Acervos familiares que o cidadão delaense, Sr. José Pereira, preconizou junto da comunidade local. Cedendo posteriormente este arquivo para a investigação em curso. Carecedores de referências cronológicas exatas, estes documentos e fontes imagéticas serão sempre delimitáveis no século XX, num momento prévio a 22 de abril de 1960, antecessor, portanto, ao derrube da dita “Igreja Velha” em benefício da posterior “Igreja Nova” da Paróquia de Delães. © José C. Amorim.



tonalidade branca / pérola (ou de velatura clara), e pormenores decorativos munidos de folha de ouro, dicotomia procedente de diretivas próprias do *Rococó* original ou de intervenções estéticas posteriores, quiçá *Neoclássicas* (Cardona, 2013, p. 865 ; Smith, 1963, pp. 146-147). Deu lugar, certamente por indicação de *Henrique Amorim*, a um douramento completo (vd. Figs. 53 a 57). Exceção feita aos “mascarões” *sui generis* que, suportando as colunas de cada um dos três Retábulos, distinguem-se como característica de confluência estética da Talha delaense analisada.

Reflexo do gosto, visão e perfil pessoal bastante peculiar do Colecionador que acolhe a Talha extraída da “Igreja Velha” de Delães, o processo de douramento imposto assinala simbolicamente a permuta de ambiência e propósito que esta Retabulística sofreu abruptamente.

Uniformizando-a com os distintos e diversos elementos presentes na sala que a incorpora desde 1960. Em boa verdade, a busca pela composição de uma “*Domus áurea*” (do latim para português “Casa dourada” (Botelho e Ferreira, 2005, p. 15)), orientou *ab initio* a norma estética que, durante a sua vida e atividade colecionista desenvolvida, o próprio *Henrique Amorim* idealizou e almejou disseminar, quase de forma “vírica”, pela maioria das paredes do Museu lamacense que erigiu de raiz e apetrechou, somente pelo capital próprio, com milhares de objetos de arte e artefactos (Gonçalves, 1959-1981, pp. 85-86).

Conclusão e objetivos futuro

Este estudo encerra a primeira fase de abordagem à Retabulística delaense de cariz *Rococó* que o *Museu de Lamas* acolhe desde 1960. Na investigação, tratamento de dados (inéditos até à data no contexto museológico lamacense, espaço cujo acervo chegou órfão de documentos de suporte à contemporaneidade), e conteúdos produzidos prospeta o esclarecimento fundamentado acerca da quantidade de Retábulos de Delães que esta coleção abarca, sua gramática setecentista. Bem como, o historial do seu extinto monumento de origem. A investigação científica em curso atingiu o seu patamar inicial, mas carece de continuidade.

O procedimento analítico despoletado requer uma pesquisa complementar, atualmente em curso e focada na informação tabeliônica e arquivística passível de granjear e interpretar, com vista a uma segunda etapa descritiva. Capaz de elencar, discernir e abordar com superior profundidade as obras de arte em causa. Nomeadamente a gramática *Rococó* dos três Retábulos, o respetivo ponto de partida da sua existência, autoria(s), “desenhos de risco”, contratos de execução, orçamento(s), intervenções *à posteriori* (em contexto religioso ou museológico), operação de venda, desmembramento, transporte, remontagem, repintes, estropiamento ou adulterações. Ou pelo menos esgotar todas as possibilidades em virtude deste intento.

Agradecimentos

Dr. Hilário Pereira – Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco (V. N. Famalicão); Sr. José Pereira – Delães; Dr. Paulo Correia – Famalicão ID (Câmara Municipal de V. N. Famalicão);

Dr. Leonel Rocha – Câmara Municipal de V. N. Famalicão; Dr. João Paulo Freitas – Junta de Freguesia de Delães; Arquidiocese de Braga e Paróquia de Delães.

Abreviaturas e Siglas

A.B.D.M.F. - Arquivo e Biblioteca Digital do Ministério das Finanças.

A.D.B. – Arquivo Distrital de Braga.

A.N.T.T. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

B.M.C.C.B. – Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

C. – Carlos.

c. – cerca de.

Ca. – Cerca de.

Cf. – Confira.

[coord.]. – coordenação.

[et. al.]. – *et. alli*, e outros.

Ext. – Extraído(a) de(do/da).

Fig. – Figura.

Figs. – Figuras.

Fl. – Folha(s).

h. – horas.

Liv. – Livro.

m. – minutos.

M.^a – Maria.

M.S.M.L. – Museu de Santa Maria de Lamas.

N.^o - Número.

p. – página.

pp. – páginas.

[s. d.]. – sem data.

[s. l.]. – *sine loco*, sem local.

S. M. – Santa Maria.

[s. p.]. – sem numeração de página.

S.ra. – Senhora.

St.^a – Santa.

V. C. – Vasco de Carvalho.

Vd. – *Vide*, veja.
V. N. – Vila Nova.
Vol. – Volume.

Fontes e Bibliografia

Arquivo e Biblioteca digital do Ministério das Finanças (A. B. D. M. F.) - Fundo documental da Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, *Arrolamento dos bens culturais da freguesia de Delães, distrito de Braga, concelho de Vila Nova de Famalicão, constando de: Igreja Matriz de Delães; Capela de São Miguel, 1911-08-28 a 1928-01-26*, Liv. 18, fl. 78-82, PT/ACMF/CJBC/BRA/VNF/AR-ROL/014.

Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), *Título e mandato de capienda possessione da abadia do Salvador de Delães, do termo da vila de Barcelos, a favor de João Batista de Azevedo, natural da cidade de Lisboa e familiar do arcebispo Primaz 1724-01-08*, PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0074/015036.

A.D.B., *Registo de provisão a favor dos moradores da freguesia do Salvador de Delães, deste arcebispado, para poder demolir a igreja da sua freguesia e edificá-la de novo 1745-01-21*, PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0119/025147.

A.D.B., *Registo de provisão de licença a favor do Pároco da freguesia do Salvador de Delães, para na forma do Ritual Romano benzer a igreja da sua freguesia 1746-11-30*, PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0145/031827.

A.D.B., *Provisão a favor de João Batista de Azevedo, Abade da paroquial igreja do Salvador de Delães, para poder benzer o adro da sua igreja 1748-01-22*, PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0171/038701.

A.D.B., *Provisão para que na igreja do Salvador de Delães se possa erigir a Confraria de Nossa Senhora das Candeias 1748-10-29*, PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0071/013918.

A.D.B., *Provisão a favor de João Batista de Azevedo, Abade da paroquial igreja do Salvador de Delães, para colocar o Santíssimo na sua igreja, e estabelecer um legado de 24 missas em cada ano pela alma de Violante Rodrigues 1757-07-30*, PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0114/024071.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Delães, Vermoim 1758/1758, Memórias Paroquiais 1722/1832*, vol. 13, n.º 11, pp. 61 a 64.

BOTELHO, Maria Leonor; FERREIRA, Susana Gomes – O Museu de Santa Maria de Lamas: História de um Museu e do seu relançamento. In FREITAS, Ana [et. al.] – *Imaginária Feminina na Arte sacra portuguesa. Processos de conservação e restauro. Coleção do Museu de Santa Maria de Lamas*. [s. l.]: Multitema, 2005, pp. 15 – 19.

CARDONA, Paula Cristina Machado - A talha da fase final do Barroco e a escola regional do Alto-Minho. O caso da Ordem Terceira de Ponte de Lima. In *VI Seminário Internacional Luso-Brasileiro Os Franciscanos no Mundo Português III. O Legado Franciscano*. Porto: CEPESSE / Setembro de 2013, pp. 863 - 867.

CARVALHO, Vasco de - *Listagem de freguesias de V.N. Famalicão com anotações de V.C.* [Manuscrito]. 1955. Acessível na B. M. C. C. B., V. N. Famalicão, Portugal, BMCCB/FLVC 101.

CASA DO POVO DE SANTA MARIA DE LAMAS – *Guia do Museu de Santa Maria de Lamas*. Santa Maria de Lamas: Casa do Povo de Santa Maria de Lamas, 1985.

CLETO, Joel; FARO, Suzana - Museu de Santa Maria de Lamas, Feira. Um sonho de cortiça. *O Comércio do Porto. Revista Domingo*. Porto. (Janeiro de 2000), pp. 21 e 22.

Diário do Minho. [s. l.]. (Segunda feira, 30 de maio de 1960), [s. p.].

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca (Artistas e Clientela. Materiais e Técnica). Documentos e Memórias para a História do Porto*, Vol. I. Porto: Arquivo Histórico / Câmara Municipal do Porto, 1989.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – Pintura, Talha e Escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto. I Série, vol. 2 (2003), p. 735.

GONÇALVES, A. Nogueira - Coleção do Comendador Henrique Amorim. In *Inventário artístico de Portugal*. Vol. 10. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1959–1981, pp. 85 e 86.

História da Indústria em Portugal. [s. l.]. Fascículo XI (janeiro de 1961), [s. p.].

Jornal de Riba d' Ave. Riba d' Ave. (31 de agosto de 1963), [s. p.].

JUNTA DE FREGUESIA DE DELÃES - *Guia turístico / Boletim da Junta de Freguesia de Delães*. Delães: Junta de Freguesia de Delães, [s. d.].

LAMEIRA, Francisco – O retábulo em Portugal: o Tardobarroco e o Rococó (c. 1746 – c. 1787). *Promontoria*. [s. l.]. Ano 4, n.º 4 (2006), pp. 353 e 355.

MONCADA, Miguel de Cabral - A evolução da escultura sacra portuguesa na colecção de Henrique Amorim. In FREITAS, Ana [et. al.] – *Imaginária Feminina na Arte sacra portuguesa. Processos de conservação e restauro. Colecção do Museu de Santa Maria de Lamas*. [s. l.]: Multitema, 2005, pp. 33 - 35.

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. (Sábado, 7 de setembro de 1946), [s. p.].

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. Ano V (XXIV) (Sexta-feira, 22 de janeiro de 1960), [s. p.].

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. Ano V (XXIV) (Sexta-feira, 19 de fevereiro de 1960), [s. p.].

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. Ano VI (XXV) (Sexta-feira, 22 de abril de 1960), p. 3.

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. (06 de maio de 1960), p. 1.

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. (Sexta-feira, 20 de maio de 1960), pp. 1 e 3.

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. (08 de julho de 1960), p. 2.

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. (23 de setembro de 1960), p. 2.

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. (30 de setembro de 1960), p. 7.

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. (07 de outubro de 1960), p. 2.

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. (14 de outubro de 1960), p. 2.

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. (21 de outubro de 1960), p. 2.

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. (28 de outubro de 1960), p. 2.

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. (11 de novembro de 1960), p. 2.

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. (18 de novembro de 1960), p. 2.

Notícias de Famalicão. Semanário católico regionalista. Vila Nova de Famalicão. (25 de novembro de 1960), p. 2.

O Comércio do Porto. Porto. (Quarta feira, 8 de junho de 1960), [s. p.].

OLIVEIRA, Eduardo Pires de - Os alvares do rococó em Guimarães. In *BARROCO: ACTAS DO II CONGRESSO INTERNACIONAL*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2003, p. 181.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de - André Soares em Guimarães. *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação*. Guimarães. N.º 33 (abril de 2013), pp. 66 e 67.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de - André Soares e a Arte do retábulo. In *GLÓRIA, Ana Celeste [coord.] - O Retábulo no espaço Ibero-americano: Forma, função e iconografia*. Vol. I. Lisboa: Instituto de História da Arte, 2016, p. 123.

PEREIRA, José Fernandes; PEREIRA, Paulo – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. [s. l.]: Editorial Presença, 1989, p. 416.

ROCHA, Manel Joaquim Moreira da – Arquitectura Religiosa Barroca em Braga. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto. Vol. IX-XI (2010-2012), p. 340.

SANTOS, Carlos Oliveira - *Amorim. História de uma Família (1870-1997). 1.º Volume: 1870-1953*. Mozelos: Grupo Amorim, 1997, pp. 33 - 93.

SMITH, Robert - A Arte Barroca de Portugal e do Brasil. *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. [s. l.]. Vol. 7, n.º 38 (1949), [s. p.].

SMITH, Robert – *A Talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1963.

União. Mensário de Santa Maria de Lamas. Santa Maria de Lamas. Ano IV, n.º 39 (fevereiro de 1978), [s. p.].

5.



5. Inquérito ao Arciprestado de Vila Nova de Famalicão de 1845

Brevíssima Introdução

Esta brevíssima introdução serve somente para pequenos esclarecimentos ou constatações que a leitura do presente Inquérito (ou Visitação) mais nos pode revelar. A falta de tempo (por motivos de edição), e também de espaço, para uma mais profunda análise deste documento guardado no Arquivo Distrital de Braga, leva-nos a este pequeno texto introdutório, já que a transcrição livre de minha autoria do próprio original já é demasiado extensa, remetendo-nos quase para uma separata do nosso Boletim Cultural, e aí sim, já poderia desenvolver com mais cuidado, uma análise do conteúdo do Inquérito, e até compara-lo com o famoso Inquérito Paroquial do Padre Luís Cardoso, também conhecido como Memórias Paroquiais de 1758.

Sobre a transcrição propriamente dita, é uma transcrição livre, na qual actualizei a grafia, bem como introduzi ou eliminei alguma pontuação, usada na altura, mas que agora distorcem um pouco a leitura do mesmo. Também, para economia de espaço, pus em algarismos as datas e quantidades diversas, presentes no texto mas sem alterar o sentido das mesmas, utilizei abreviaturas com o mesmo propósito (ex: Sr., Ex.^{cia}, etc.).

No Inquérito ao Arciprestado de Vila Nova de Famalicão realizado no ano de 1845, surgem 55 freguesias, e mais 7 antigas paróquias anexadas, que compunham esta divisão eclesiástica dentro da enorme Arquidiocese de Braga (que se estendia pelos distritos de Braga, Viana do Castelo, Vila Real e a parte oriental do distrito do Porto). Agora as dioceses, vão lentamente adoptar a nova divisão administrativa, saída das reformas liberais, coincidindo hoje em dia, grosso modo, com os actuais distritos (excepto o caso de Lamego), também dentro destas mesmas dioceses, o concelho passa a ser a base das novas divisões da igreja local, findando os velinhos arcediagados, como o nosso de Vermoim, dando lugar ao Arciprestado de Vila Nova de Famalicão, com todas as freguesias do então concelho, e as quatro que pertencendo ao concelho de Santo Tirso, sempre foram da diocese bracarense, porque pertenceram durante muitos séculos ao famoso Couto do Mosteiro de Santa Maria de Landim.

O seu elenco é o seguinte: Abade de Vermoim, Antas, Arnoso Santa Eulália, Arnoso Santa Maria, Arnoso São Salvador, Areias, Avidos, Aves [com as anexas São Lourenço de Romão e Santo André de Sobrado], Bairro [com a anexa Santo Estêvão Fins de Riba d'Ave], Bente, Brufe [com a anexa São Miguel de Gemunde], Cabeçudos, Calendário, Carreira, Castelões, Cavalões, Cruz, Delães, Esmeriz, Ferreiró, Fradelos, Gavião, Jesufrei, Joane, Lagoa, Lama, Landim [com a anexa Santa Marinha de Landim], Lemenhe, Louro, Lousado, Mogege, Mouquim, Nine, Oliveira Santa Maria, Oliveira São Mateus, Outiz, Palmeira, Pedome, Portela, Pousada de Saramagos, Requião, Riba d'Ave, Ribeirão, Ruivães [com a anexa São Simão de Novais], Seide São Miguel,

Seide São Paio, Sequeirô, Serzedelo, Sezures, Telhado, Vale São Cosme e São Damião, Vale São Martinho, Vermoim, Vila Nova de Famalicão [com a anexa Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão], e por fim Vilarinho das Cambas.

Pela leitura deste Inquérito, ou Visitação, vemos que o então concelho de Vila Nova de Famalicão era composto por 51 freguesias, sendo 47 do actual, e mais a de Arnoso São Salvador, anexada posteriormente à de Arnoso Santa Eulália, a de Serzedelo, hoje do concelho de Guimarães, a de São Miguel das Aves, agora do concelho de Santo Tirso por Decreto de 16 de Junho de 1879, e por fim a de Ferreiró, actualmente do concelho de Vila do Conde. A freguesia de Novais aparece integrada na de Ruivães, e a de Gondifelos, que não vem referida neste Inquérito, pertencia ao concelho e arciprestado de Barcelos, e só integra o nosso actual concelho por Decreto de 9 de Dezembro de 1872.

Quanto à Demografia, o Arciprestado tinha o total de 7080 Fogos [6717 no concelho de Famalicão e 363 no de Santo Tirso], e de habitantes ascendia aos 26409 [sendo 25097 de Famalicão e 1312 de Santo Tirso], o que dá uma média de 3,93 habitantes por fogo. As quatro freguesias mais populosas eram: Joane com 1200 habitantes, Requião com 1129, Vila Nova de Famalicão com 950 e Landim com 930; por seu turno as menos habitadas eram Abade de Vermoim com 100 habitantes, Pousada de Saramagos com 103, Bente com 110 e Arnoso São Salvador com 151.

O arcepreste visitador, Bento José de Sampaio Araújo, que era Abade de São Cristóvão de Cabeçudos, fez as visitas a todas as Igrejas Paroquiais, mas foi muito telegráfico nos seus relatórios sobre elas, reparando se estavam seguras e decentes, se tinham o Sacrário com o Santíssimo Sacramento, os paramentos e alfaias necessárias ao culto, se precisavam de obras, não indo ao ponto de as descrever interiormente, falando da quantidade e nome dos altares, como aconteceu no Inquérito Paroquial do Padre Luís Cardoso de 1758, no qual um grande número de párocos, enunciou os ditos altares e respectivas invocações.

Também foi muito parco no que toca às Capelas, só dizendo praticamente o nome dos oragos, locais de implantação e seus proprietários ou fabriqueiros. Neste capítulo são referidas 91 Capelas e mais 6 antigas Igrejas Paroquiais. A par das Capelas, tem atenção também com os Oratórios Particulares erectos canonicamente, preocupando-se se estavam decentes e com os paramentos e se possuíam o Breve Apostólico válido, contando com activos e inactivos havia o total de 13, mas só dizendo os nomes dos proprietários ou indultados dos mesmos, não indo ao pormenor de indicar o nome da propriedade ou o lugar/aldeia onde estavam situados.

Não fala das Confrarias, a não ser se fossem fabriqueiras de alguma Capela, demora-se mais nos Presbíteros, sendo um dos objectivos da Visita o verificar daqueles que poderiam ocupar o lugar

de párocos. Neste campo ficou evidente a pouca preparação de grande parte do clero secular paroquial, roçando a mediocridade no que toca à formação literária, o alcoolismo era frequente, e alguns sacerdotes aproveitavam-se das superstições populares para fazerem pequenas fortunas. Além de falar dos Ordinandos (os futuros sacerdotes), indica um significativo número de Egressos, existentes um pouco por todo o Arciprestado. Os Egressos são os antigos membros das Ordens Monásticas masculinas extintas por Decreto da Rainha Dona Maria II, datado de 28 de Maio de 1834, cujo texto foi redigido pelo Ministro da Justiça Joaquim António de Aguiar, o “Mata-Frades”, cujas casas conventuais foram vendidas e os seus moradores expulsos; deste modo, muitos dos Monges que tinham Ordens de Missa foram colocados como párocos, outros juntaram-se às suas famílias e outros foram para casas de benfeitores. No território do arciprestado famalicense surgem assim antigos membros das Ordens de São Francisco, São Domingos, Carmelitas Descalços, Carmelitas Calçados, São Camilo de Lélis, São Bento, São Jerónimo e Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

O que parece ter sido um dos grandes motivos da Visitação de 1845, foi a preocupação de anexar as pequenas freguesias, com poucos habitantes e logo com poucos rendimentos para os abades, tornando as paróquias mais homogéneas. Temos como exemplo a antiga freguesia de São Miguel de Gemunde que neste ano estava anexa a Brufe e era proposta pelo Visitador a sua anexação a Cavalões, bem como a freguesia de Outiz, porém o que sucedeu foi ser antes reunida à de Santiago de Outiz, não se verificando a anexação desta à de Cavalões. Fica visível que o Visitador, que era Abade de Cabeçudos, queria engrandecer a sua abadia, propondo a anexação da de Esmeriz, mais dois lugares da freguesia da Palmeira (Joane e Carregal) e outros dois da de Lousado (Pé de Prata e Santa Catarina). Outro exemplo é o da freguesia de São Simão de Novais que, em 1845, estava anexada à de São Salvador de Ruivães, mas por vicissitudes várias passou para a de Santiago da Carreira, recuperando há poucos anos a sua independência eclesiástica com a restauração da sua paróquia pelas mãos do actual Arcebispo Primaz de Braga. D. Jorge Ortiga.

Transcrição Livre (a)

Arquivo Distrital de Braga – Visitas e Devassas
Livro 765

[folha A]

Arciprestado de Vila Nova de Famalicão

Ano de 1845

Informações da Visita

[folha A verso]

Index das Freguesias

Arnosos Santa Maria	1
Arnosos Santa Eulália	1v.
Arnosos São Salvador	2
Areias Santiago	2v.
Avidos São Martinho	3
Aves São Miguel	3v.
Bairro São Pedro	4v.
Bente São Salvador	5
Brufe São Martinho	5v.
Cabeçudos São Cristóvão	6
Calendário São Julião	7
Carreira Santiago	7v.
Castelões Santiago	8
Cruz Santiago	8v.
Cavalões São Martinho	9v.
Cerzedelo Santa Cristina	10
Dantas Santiago	10v.
Delães São Salvador	11v.
Esmeriz São Pedro	12
Ferreiró Santa Marinha	13
Fradelos Santa Leocádia	14
Gavião Santiago	14v.
Jesufrei São Miguel	15
Joane São Salvador	15v.
Lagoa São Salvador	16v.
Lama São Miguel	17
Landim Santa Maria	17v.
Lemenhe São Salvador	18v.
Louro Santa Lucrecia	19v.
Lousado Santa Marinha	20v.
Mogege Santa Marinha	21
Mouquim Santiago	21v.
Nine Santa Maria	22
Oliveira Santa Maria	23

Oliveira São Mateus 24
Outiz Santiago 25
Palmeira Santa Eulália 25v.
Pedome São Pedro 26
Portela Santa Marinha 26v.
Pousada São Martinho 27
Requião São Silvestre 27v.
Ribadave São Pedro 29v.
Ribeirão São Mamede 30v.
Ruivães São Salvador 31
Seide São Miguel 32v.
Seide São Paio 33
Sequeirô São Martinho 33v.
Sezures São Mamede 34
Telhado Santa Maria 34v.
Vale São Cosme e São Damião 35v.
Vale São Martinho 36v.
Vermoim Santa Maria d'Abade 37
[Vermoim Santa Maria 37v. – omissão no original]
Vilarinho São Salvador 38v.
Vila Nova de Famalicão 39v.

[folha 1]

Arnoso, orago Santa Maria, tem Fogos 186, Habitantes 619, dista da cidade de Braga 1,5 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado, 1,5 léguas, que é Vila Nova de Famalicão; esta Igreja é central, e deverá continuar a ser Matriz; o Reverendo Pároco tem de cõgrua o proveniente do Passal, e rendas da mesma Igreja, e benesses, que estão calculados em 322.620 [réis]; não tem cura; tem casa de Residência; pertence ao 9º Círculo da Palestra, ou Conferência, que é em Nine.

A Igreja está segura, decente, e tem os paramentos necessários; tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento.

Não há nesta freguesia Capelas, nem Oratórios.

O nome do Abade é Manuel de Gouveia Tovar e Melo tem título de Abade, tem de idade 75 anos, tomou posse, e foi colado nesta Igreja em 1800, nem um emprego serviu, antes ou depois, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, Retórica, e Moral, as suas letras são módicas; tem residido sempre, e a sua conduta Religiosa, Moral e Política não tem sido má; quanto aos

seus livros dos assentos estão limpos, mas é tão embaraçada a sua letra, que custa a ler, e estão numerados, e rubricados, e ainda na sua idade está forte, e tem aptidão para o ministério.

Manuel Joaquim de Tovar e Melo, Abade Coadjutor, tem de idade 62 anos; há 26 anos que foi colado, frequentou as Aulas de Gramática Latina, e Moral; as suas letras são bem módicas; o seu comportamento Religioso, Civil, Político e Moral não te sido mau, não tem servido algum emprego.

Não há nesta freguesia Eclesiástico algum nem Ordinando, nem Egresso.

Esta freguesia pela sua posição, e população, pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 1 verso]

Arnoso, orago Santa Eulália, tem Fogos 77, Habitantes 214, dista da cidade de Braga, 2 léguas, da cabeça do concelho que é Vila Nova de Famalicão 1,5 léguas, que é também cabeça do Arciprestado; esta Igreja já esteve anexada à Igreja de São Salvador de Arnoso, e pela sua posição topográfica pode ser de novo anexada. A côngrua ultimamente arbitrada ao Reverendo Pároco são 100.000 réis; tem Casa de Residência; e pertence ao 9º Círculo da Palestra, ou Conferência que é em Nine.

Não há nesta freguesia Capela alguma, nem Oratório.

A Igreja desta freguesia está segura, decente, e tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e em os paramentos necessários.

O Reverendo Pároco chama-se Manuel de Santa Catarina Pinto, tem o título de Vigário, tem de idade 60 anos, foi colado há 40 anos, antes de ser pároco foi Sacristão em São Victor de Braga; frequentou Filosofia, e Moral; há 3 anos que não reside por indisposição dele, e dos fregueses, tendo recebido dos mesmos vários insultos, vendo em perigo sua vida; esta freguesia abunda em vadios, já antecedentemente o tinham culpado falsamente, tendo os mesmos tirado o badalo ao sino, foram jurar que fora o pároco.

A Igreja é curada por Carta de Encomendação pelo Presbítero José Gomes Pereira Rebelo, natural da mesma freguesia, o qual recebeu a Última Ordem no ano de 1821, frequentou Gramática Latina, Filosofia, Teologia Dogmática e Moral; e antes de ser Encomendado foi 6 anos Capelão de Freiras, é de bons Costumes, e hábil para o Ministério de Pároco, e tem de idade

50 anos. Os Livros dos Assentos estão rubricados, e limpos.

Não há nesta freguesia clérigo algum além do Reverendo Encomendado, nem também

Ordinando, ou Egresso.

Esta freguesia já esteve anexada à do Salvador de Arnoso, e pela sua posição topográfica pode tornar a ser anexada.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 2]

Arnoso, orago São Salvador, tem Fogos 37, Habitantes 151, dista da cidade de Braga 1,5 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado, 1,5 léguas, que é Vila Nova de Famalicão; a esta Igreja esteve anexada a de Santa Eulália de Arnoso, e pode ser outra vez anexada. A cõngrua ultimamente arbitrada ao Reverendo Pároco é 100.000 réis incluindo nesta cõngrua passais, e mais benesses da Igreja; e pertence ao 9º Círculo das Conferências Morais, ou Palestra que é em Nine.

A Igreja está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários, e o Reverendo Pároco tem Casa de Residência.

O actual pároco é José Manuel Pinto Couto, tem o título de Abade, tem de idade 78 anos; é pároco colado desde 1813; foi coadjutor do antecessor, frequentou Gramática Latina, e Moral, tem sempre residido, e os livros dos assentos estão com regularidade, e os seus costumes são bons, e ainda é hábil.

Há nesta freguesia um Presbítero, Joaquim de Castro e Sousa, recebeu a ultima Ordem em Julho de 1844, e esta estudando Moral em Braga para se habilitar para Confessar, é de bons costumes e hábil.

Esta freguesia pela sua pequenez só unida com a de Santa Eulália pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 2 verso]

Areias, orago Santiago, tem Fogos 132, Habitantes 479, dista a cidade de Braga 4 léguas; dista

da cabeça do concelho, que é Santo Tirso $\frac{1}{4}$ de légua, da cabeça do arciprestado meia légua; foi ultimamente arbitrada a cõngrua de 150.000 réis, incluindo nesta quantia o rendimento do Passal e benesses; tem casas de Residência, e pertence ao 2º Círculo da Palestra que é na Carreira.

Há nesta freguesia duas capelas; a de Nossa Senhora da Conceição no lugar de Sande, está decente e segura, e tem os paramentos necessários, é administrada por o Dono da Quinta a que está anexa. A de Nossa Senhora do Ó, sita no lugar da Torre, está segura, decente, e tem os paramentos necessários para nela se celebrar, é administrada pela Junta de Paróquia, nesta freguesia não há Oratório algum.

O actual pároco é o Egresso Manuel António Afonso d'Oliveira, tem o título de Abade Eleito, não está colado, tem de idade 45 anos, é pároco há 11 anos com Carta de Encomendação, e tem exame por três anos, que ainda lhe restam, frequentou as Aulas do seu Colégio, e foi habilitado para receber prestação, é Orador, e os seus costumes não são muito maus. Tem sempre residido.

A Igreja está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, tem os paramentos necessários.

Há nesta freguesia um Presbítero, Joaquim da Silva Carneiro de idade de 26 anos; recebeu a Ordem de Presbítero nas Têmporas do Espírito Santo de 1845, tem Licença para Celebrar por dois meses, frequentou Gramática Latina, Filosofia e Moral, e cuida em estudar para se habilitar, é de bons costumes e é hábil para o Ministério de pároco.

Esta freguesia pela sua posição pode continuar a ser Matriz, e a ele se pode muito bem reunir a de Santa Eulália da Palmeira.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 3]

Avidos, orago São Martinho, tem Fogos 99, Habitantes 275, dista da cidade de Braga 3 léguas, dista da cabeça do concelho a que pertence, que é Vila Nova de Famalicão, meia légua, foi ultimamente arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 160.000 réis incluído nesta quantia o rendimento do Passal, e benesses da Igreja, esta freguesia pela sua posição topográfica pode continuar a ser Matriz, esta freguesia pertence ao 1º Círculo da Palestra que é Cabeçudos.

A Igreja está segura, decente e com limpeza. Tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários, e há boa casa de Residência para o Reverendo Pároco.

O actual pároco é Joaquim Pires da Veiga, tem o título de Abade, tomou posse em Abril de 1842, não tem residido por se achar ocupado no Paço Arquiepiscopal ao serviço do Ex.^{mo} e R.^{mo} Sr. Arcebispo Primaz, no emprego de Secretário, mas a Igreja é curada pelo Presbítero José Manuel Claudino Teixeira com Carta de Coadjutor, que tem de idade 29 anos, e frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia Racional e Moral, e tomou a Ordem de Presbítero em 1800 e qual digo em 1840, e é de bons costumes, sua naturalidade é da Província de Trás-os-Montes.

Há nesta freguesia a Capela do Bom Jesus sita no lugar de Penso está com decência e ornada e tem os paramentos necessários, tem património, e é administrada pela Junta de Paróquia.

Há também a Capela de São João sita no lugar dos Reis, não está muito decente, nem tem paramentos, e é administrada pela Junta de Paróquia.

Há também um Oratório, que findou pelo falecimento do Reverendo Manuel Sampaio Correia, último indultado.

Esta Igreja pela sua posição pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 3 verso]

Aves, orago São Miguel, tem Fogos 221, Habitantes 875, dista da cidade de Braga 4 léguas, da cabeça do concelho que é Vila Nova de Famalicão, também cabeça do arciprestado 2 léguas; deve continuar a ser freguesia, e já a esta estão anexadas, a freguesia de Santo André de Sobrado, e a de São Lourenço de Romão, foi ultimamente arbitrada ao Reverendo Pároco a cõgrua de 280.000 réis, incluído nesta quantia o rendimento do Passal e benesses da Igreja, esta freguesia pertencia ao 4º Círculo da Palestra, e hoje pertence ao mesmo sendo Presidente o Reverendo Abade desta Igreja pelo falecimento do Reverendo Abade de São Pedro de Riba d'Ave.

A Igreja está segura, bem ornada e tem bons paramentos, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e está de novo pintado e dourado.

O actual pároco é João Barroso Pereira Capelo, tem de idade 58 anos, foi colado nesta Igreja no ano de 1837, tinha sido pároco em Santa Eulália de Barrosas por espaço de 19 anos, frequentou Gramática Latina, Filosofia, Teologia e Moral, tem sempre residido e é de bons costumes e muito hábil para o Ministério paroquial.

Nesta freguesia há 5 presbíteros, a saber:

O Padre João Álvares Monteiro e o Padre Manuel Ribeiro estão ambos empregados [= entrevistados] há anos e sem esperança de melhoras pela sua avançada idade, e por isso não tem jurisdição nem a requerem nem posso dizer mais deles por não estarem em termos de poderem dizer alguma coisa.

O Padre Manuel José de Azevedo, Vigário que foi de Santo André de Sobrado, hoje anexa a esta, tem de idade 85 anos, não tem jurisdição para Confessar, mas tem Licença do Ex.^{mo} e R.^{mo} Sr. Arcebispo Primaz para dizer Missa enquanto se não mandar o contrário, é natural da freguesia de Vermoim e reside nesta do Sobrado há mais de 60 anos e está impossibilitado.

O Padre António Álvares Pereira de idade de 75 natural da freguesia de Santa Maria de Ferreiros do Concelho de Amares, reside nesta freguesia há 38 anos, recebeu Presbítero no ano de 1792, tem jurisdição para Celebrar e Confessar até 29 de Março de 1846

[folha 4]

tempo em que finda o seu exame, tem sido Coadjutor e Encomendado na vacatura dos diferentes Párocos, que neste tempo tem havido nesta igreja, frequentou Filosofia, Retorica e Moral, sua conduta é boa, porém em razão da sua idade e queixas que padece, está inabilitado para curar alguma Igreja.

O Presbítero António Joaquim Martins de Sousa natural desta freguesia, de idade de 32 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1840, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar por 2 anos, e exame por 4 anos que findam em 1849, não tem servido emprego algum eclesiástico, frequentou Filosofia e Teologia, a sua conduta é e tem sido boa, e tem forças para qualquer Ministério paroquial e uso de suas ordens; mas é de pequena literatura.

Há nesta freguesia um Ordinando, Basílio de Freitas Machado filho de Inácio de Freitas Machado e D. Ana Belandina natural desta mesma freguesia, frequentou Gramática Latina, e agora frequenta Filosofia em Braga, tem bom comportamento, tem património em sua própria legítima e parece ter vocação, e não tem algum impedimento canónico que o estorve de ordenar-se.

A freguesia de Santo André de Sobrado unida a esta tem Igreja suficientemente segura, e tem os paramentos necessários, não tem nem nunca teve Sacrário com o Santíssimo Sacramento, quando era necessário ia desta aos enfermos, nem tem capela alguma.

A freguesia de São Lourenço de Romão unida também a esta tem Igreja segura, e os paramentos necessários, e não tem nem teve Sacrário com o Santíssimo Sacramento, também ia desta

quando era necessário.

Há nesta freguesia Matriz duas capelas: uma de Nossa Senhora d'Asseca sita no lugar de Laborim está decente, e tem paramentos, e tudo o necessário; outra de Nossa Senhora das Dores sita no lugar da Barca, está decente e tem os paramentos, e tudo necessário; é fabricada por D. Ana Belandina.

Esta freguesia com as suas anexas pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 4 verso]

Bairro, orago São Pedro, tem Fogos 116, Habitantes 473 com sua anexa de Santo Estêvão, dista da cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado, que é Vila Nova de Famalicão 1,5 léguas, a cônica arbitrada ao Reverendo Pároco são 233.295 réis em que importa o rendimento do Passal, sabido, e benesses e fica com o excedente; tem Casa de Residência, e é centro da Palestra sendo o Reverendo Abade Presidente do 3º Círculo.

A Igreja desta freguesia está segura, e decente tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e os paramentos necessários para as funções ordinárias.

Não há nesta freguesia capela alguma mas foi-lhe anexada a freguesia de Santo Estêvão Fins de Ribadave, cuja fábrica é por conta do povo, está decente, e tem os paramentos necessários para nela se celebrar.

Há nesta freguesia um Oratório na casa de António Feliciano Álvares Carneiro, no lugar da Bouça, e está decente; mas não se diz Missa nele porque faleceram os Indultados no Breve.

O actual pároco é Dionísio José Barroso tem o título de Abade e tem de idade 48 anos, tomou posse em 1826 foi Desembargador Vigário Geral na Comarca Eclesiástica de Valença, e Desembargador na Relação Primaz donde passou para esta Igreja onde tem sempre residido. Frequentou os Estudos na Universidade de Coimbra, onde se formou na Faculdade de Cânones

Há nesta freguesia um presbítero Custódio Manuel Rosa natural desta mesma de idade de 69 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1805, frequentou Gramática Latina, Filosofia e Moral, foi coadjutor nesta Igreja e na de Rebordões, é hábil para o Ministério de pároco, mas as suas queixas o impedem, é de boa conduta e tem jurisdição para confessar até o ano de 1847 tempo em que finda o seu exame.

Também reside nesta freguesia desde 1834 o Presbítero Luís Manuel Barroso Cordeiro que é natural da freguesia de Nossa Senhora das Neves da Veiga de Lita deste Arcebispado, Bacharel formado em Cânones na Universidade de Coimbra, foi Desembargador Vigário Geral nas Comarcas Eclesiásticas de Moncorvo e de Valença, e Desembargador Ordinário na Relação Primaz, recebeu a Ordem de Presbítero em 1824, tem de idade 44 anos e tem licença ilimitada para celebrar e confessar do Ex.^{mo} e R.^{mo} Sr. Arcebispo Primaz, e pregar, é de bons costumes e muito hábil.

Não há nesta freguesia Ordinando algum nem Egresso.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 5]

Bente, orago São Salvador, tem Fogos 29, Habitantes 110, dista da cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado 1 légua que é Vila Nova de Famalicão; foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cômgrua de 100.000 réis pago pelos rendimentos do Passal e sabido e benesses, o que tudo excede muito a cômgrua, e fica com tudo; tem boa Casa de Residência, e pertence ao 2º Círculo da Palestra que é na Carreira.

A Igreja desta freguesia está segura, limpa e com decência tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, tem os paramentos necessários, e não há nesta freguesia capelas nem oratórios.

É abade colado nesta freguesia António Joaquim de Souto Monteiro que tomou posse em 1827, de idade de 65 anos, foi suspenso por motivos políticos em 1834, e ultimamente foi-lhe denegado pelo Governo de Sua Majestade a entrada para a mesma; esta igreja é curada pelo Encomendado João da Costa Araújo Barros natural da freguesia de Requião, tem de idade 41 anos, frequentou Gramática Latina, Filosofia, Teologia e Moral, tinha sido Encomendado na freguesia de São Martinho do Vale, é de boa conduta, e hábil, tem jurisdição e exame.

Nesta freguesia não há Presbíteros, Egressos nem Ordinandos.

Esta freguesia pela sua pequena população não está nos termos de continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 5 verso]

Brufe, orago São Martinho, tem Fogos 112, Habitantes 497 contando os da anexa, que

é Gemunde, dista da cidade de Braga 3 léguas e da cabeça do concelho e Arciprestado, $\frac{1}{4}$ de légua que é Vila Nova de Famalicão; foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 200.000 réis; pertence ao 11º Círculo da Palestra que é em Cavalões.

A Igreja desta freguesia está segura e decente tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

Está anexada a esta a freguesia de São Miguel de Gemunde, cuja freguesia muito melhor seria anexada a São Martinho de Cavalões por ser muito mais próxima e de mais comodidade para os povos; pois a distancia para Brufe é mais que o dobro do que para Cavalões com quem está unida nos lugares e é muito dissonante esta anexação para Brufe.

Há nesta freguesia a Capela de São João Evangelista sita no lugar de Serite é venerada pelos povos desde tempos antigos.

Há outra capela, na anexa, de Nossa Senhora do Socorro administrada e fabricada pelo Senhor da Quinta da Torre onde esta sita, está decente, e tem os paramentos necessários para nela se celebrar.

O actual pároco é José António de Castro, tem o título de Abade foi colado nesta Igreja no ano de 1830, tendo recebido a apresentação do ex-Infante Dom Miguel, e por estar na Letra do Decreto foi dela demitido em 1834, não sei a razão porque tornou a entrar para ela e conservar o título de Abade sem nova Graça, foi também culpado no tempo em que esteve fora da Igreja, dizem-me que fora absolvido da culpa, porém tudo isto para mim são mistérios, tem de idade 42 anos e diz que frequentou Filosofia e Teologia, presentemente não se comporta mal.

Não há nesta freguesia Presbítero algum, nem Egresso ou Ordinando.

Esta freguesia pode muito bem reunir-se à de Vila Nova por estar mista.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 6]

Cabeçudos, tem por orago São Cristóvão, tem Fogos 153, Habitantes 435, dista da cidade de Braga 3,5 léguas, da cabeça do concelho e Arciprestado meia légua que é Vila Nova de Famalicão, a cõngrua do Pároco eram 240.000 réis mas desde 1840 por diligencias do Administrador do Concelho que se declarou inimigo do Pároco está reduzida ao rendimento do Passal e benesses da Igreja dando a tudo um rendimento exorbitante sendo que o Passal

no último ano que foi em vacatura arrematado em praça ficou em 150.000 réis, como há-de constar na Câmara Eclesiástica, esta freguesia é centro do 1º Círculo da Palestra.

A Igreja desta freguesia está segura, decente, e é uma das melhores da comarca, dourada de nova e de bela simetria, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários, e a sua posição a faz realçar.

A esta freguesia esteve anexada a freguesia de São Pedro de Esmeriz, que por caprichos do seu Encomendado foi desanexada pelo doloso requerimento que pelos fregueses foi assinado a instâncias do Encomendado; esta freguesia tem quase metade dos moradores que são meeiros, um ano curados pelo Pároco desta freguesia, e outro pelo do de Esmeriz, sendo a maior parte dos ditos meeiros mais próximos a esta de Cabeçudos do que à de Esmeriz, e está a dita de Esmeriz bem nas circunstâncias de ser por uma vez anexada a esta de Cabeçudos, bem como os lugares de Joane e Carregal pertencentes à freguesia da Palmeira que estão mistos com os desta freguesia de Cabeçudos sendo mais comodo para os povos pertencer a esta freguesia do que a da Palmeira para onde tem rio a passar e caminho ingremes e mais longe.

O actual Pároco desta freguesia é Bento José de Sampaio Araújo, tem título de Abade, tomou posse em 1826 sendo colado nela, tem de idade 67 anos, sempre residiu menos os anos de 30 até 34 cujo espaço por ser adoço às Instituições que felizmente nos regem; frequentou Gramática Latina, Filosofia, Teologia Dogmática, Retórica e Moral.

Há nesta freguesia a Capela de Santa Catarina sita no lugar o mesmo nome e está decente; mas não tem paramentos, quando se celebra nela vão da Igreja, é fabricada à custa das esmolas que dão os fiéis.

Há também a Capela de São Paio sita no lugar do mesmo nome está pouco decente, e nela não se celebra, nem tem paramentos, pertence a sua fábrica aos fregueses.

Há no distrito meeiro desta freguesia com a de Esmeriz a Capela de Nossa Senhora das Mercês sita na Quinta de Pereira, é fabricada pelo senhor da Quinta está muito decente, e tem bons paramentos, e nela se celebra muitas vezes não obstante ter-se abolido o Vínculo.

[folha 6 verso]

Há nesta freguesia um Oratório, que foi erigido no tempo do Cisma por Breve executado por Frei António da Falperra, não houve para ele Beneplácito, nem Selo; porém este Oratório está sem uso, e nele não se celebra, é nas casas de Bento Rodrigues, e foi erigido pelo Pe. Roberto Roiz de Sá filho daquele Bento Roiz.

Há nesta freguesia um Presbítero João Roiz de Sá Araújo, de idade de 31 anos, recebeu a última Ordem no ano de 1844, tem licença para Celebrar e jurisdição para Confessar segundo a sua idade até o mês de Fevereiro futuro, tempo em que finda o seu exame, frequentou Gramática Latina, Filosofia e Moral, o seu comportamento é bom, e tem suficiência e é hábil para o

Ministério paroquial.

Esta freguesia pela sua posição topográfica, e população pode continuar a ser Matriz, e a ela se pode reunir a de São Pedro de Esmeriz por ser mais próxima, e ser já metade meeira.

Nesta freguesia não há Egresso, ou Ordinando algum e muito per cosa de quem ajude.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José Sampaio Araújo

[folha 7]

Calendário, orago São Julião, tem Fogos 204, Habitantes 740, dista da Cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado meio quarto de légua, que é Vila Nova de Famalicão, é limítrofe; foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cômgrua de 250.000 réis; esta freguesia pertence ao 7º Círculo da Palestra, que é Santiago d'Antas.

A Igreja desta freguesia está segura e decente e bem ornada, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

O Pároco desta freguesia é o Dr. João António dos Réis, tem de idade 66 anos, tomou posse e foi colado nesta Igreja em 1827, antes foi Reitor em Brim, e Abade em Santa Cruz do Lima, é Doutorado na Faculdade de Cânones; não reside desde 1834 pelas medidas gerais que se tomaram, e de presente porque se queixa de falta de saúde nesta localidade; a freguesia é curada pelo Presbítero Joaquim Álvares da Silva Carvalho por Carta de Encomendação passada do presente ano.

Há nesta freguesia 2 capelas, a de São Miguel Arcanjo sita no lugar do mesmo nome, que em tempos remotos foi Matriz, e a de Santa Catarina sita no monte do mesmo nome, ambas estão decentes e têm os paramentos necessários, há um legado aplicado para veneração de ambas, é administrado pela Junta de Paróquia.

Há um Oratório particular pertencente aos Presbíteros Joaquim Álvares da Silva Carvalho e João Álvares da Silva Carvalho, está decente, e tem bons paramentos.

Há nesta freguesia dois Ordinandos ambos receberam Prima Tonsura nas Têmporas da Santíssima Trindade do presente ano. São ambos filhos de João da Silva e Joana Maria Correia, frequentam Gramática Latina são de bom comportamento, e mostram vontade de se Ordenarem.

Esta freguesia pela sua posição e população pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 7 verso]

Carreira, orago Santiago, tem Fogos 111, Habitantes 514, dista da cidade de Braga 3 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado cinco quartos de légua; o Reverendo Pároco tem de cõngrua, que lhe foi arbitrada 130.000 réis; esta Igreja é cabeça do 2º Círculo da Palestra.

Esta Igreja está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, tem os paramentos necessários, e só precisa de reparos nos telhados.

O actual pároco é o Egresso Manuel António Xavier, tem o título de Abade foi apresentado pelo Governo de Sua Majestade, mas ainda não está colado, é pároco nesta Igreja desde Dezembro de 1834; na sua Ordem foi Mestre de Dogma em Coimbra, e de Moral em Lisboa, frequentou Gramática, Filosofia, Retorica, Teologia Dogmática e Moral, História Sagrada, tem sempre residido, sua conduta é boa, é orador e tem de idade ... (não está completo no original).

Há nesta freguesia 3 capelas, a de Santo Amaro sita no lugar de Paredes, tem paramentos e está adornada com muita decência, e nela há três Confrarias; a do Senhor dos Aflitos junto ao Cruzeiro da Igreja está decente, a de São José no lugar de Segade, é particular e está indecente e não tem paramentos.

Nesta freguesia há um Presbítero o Pe. Joaquim Pereira de Carvalho tem de idade 43 anos, recebeu Presbiterado em 1826, tem licença para Celebrar, e Confessar por dois anos, e que ainda dura o seu exame por nove meses, a sua conduta tem sido algum tanto regular.

Nesta freguesia não há Ordinando algum nem Egresso além do Reverendo Pároco, da Ordem de São Francisco, sua última moradia foi no Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa, está habilitado para prestação e é hábil.

Esta freguesia pela sua posição pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 8]

Castelões, orago Santiago, tem Fogos 109, Habitantes 365, dista da cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão 1 légua, o Reverendo Pároco tem de cômgrua que lhe foi arbitrada 140.000 réis; esta freguesia pertence ao 5º Círculo da Palestra que é cabeça Joane.

Esta Igreja está bem conservada, decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

O actual Pároco é o Egresso Victorino José d'Abreu de idade de 37 anos, o seu título é Encomendado por carta passada por um ano, que ainda dura até 28 de Dezembro, frequentou no Colégio da sua Ordem, que era a Dominica, Gramática Latina, Filosofia e Teologia, sua última residência foi em Lisboa, está habilitado para receber prestação, é de bons costumes e hábil.

Há nesta freguesia uma capela, sendo seu padroeiro Santo António é sita no lugar do Ameal onde está incorporada uma Confraria do mesmo Santo, sua fábrica enquanto ao corpo da capela pertence ao Senhor da Quinta a que está junta, a Sacristia é fabricada pela Confraria por contrato antigo, e em quatro razas de património pagas ao dono da Quinta, está muito decente tem bons paramentos, e tudo o necessário para nela se Celebrar.

Não há nesta freguesia Presbítero, ou Egresso, ou Ordinando algum, e esta freguesia parece estar nos termos de continuar a ser Matriz.

Esta freguesia pela sua posição pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 8 verso]

Cruz, orago Santiago, tem Fogos 139, Habitantes 470, dista da cidade de Braga 2 léguas e da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão, 1 légua, o Reverendo Pároco tem de cômgrua que lhe foi arbitrada a quantia de 190.000 réis, e tem Casa de Residência, e pertence ao 10º Círculo da Palestra, que é centro o Louro.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, apesar de ser antiga, tem Sacrário com

o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

O actual Pároco é José Fernandes d'Oliveira Lima tem o título de Abade, é Pároco nesta Igreja desde o ano de 1842, tem de idade 37 anos, frequentou Gramática Latina, Filosofia Racional, Retórica e Teologia Dogmática e Moral, tem sempre residido, e a sua conduta é boa, e é hábil.

Há nesta freguesia 3 capelas, a primeira é a do Senhor dos Aflitos sita no lugar da Bouça junta à estrada que vai de Vila Nova para Braga, é administrada pela Junta de Paróquia desta freguesia por ser filial da mesma Igreja, sua fábrica é por conta das esmolas que dão os fiéis devotos, porém a Junta nada pode fazer sem autorização do Concelho do distrito, a que ele se recusa porque pretende lançar mão das esmolas, e apesar de estar decente precisa de paramentos para as suas festividades, e de outras muitas coisas bem necessárias para não esfriar a devoção dos fiéis, mas tem paramentos ordinários, e o mais necessário para nela se celebrar.

A segunda é a Capela de Santo António sita no lugar de Pousada, tem uma Confraria com a mesma invocação por conta de quem é a sua fábrica, em os paramentos precisos para os diversos officios e está decente e segura.

A terceira é a de Nossa Senhora da Conceição na Quinta e lugar de Pindela, sua fábrica é por conta do Morgado Vicente Machado, tem os paramentos precisos, e está com decência.

Há nesta freguesia um Oratório que não está canonicamente erecto em casa do Presbítero José Joaquim d'Oliveira Costa no lugar chamado o Cazilho, não me apresentou o Breve nem este Oratório foi jamais visitado, este Oratório foi erecto no tempo do Cisma, não tem Beneplácito, nem pagou o Selo, tem usado dele dizendo Missa nele continuamente só agora interrompeu com a notícia de que se lhe pedia o Breve Apos-

[folha 9]

tólico, e consta ter confessado no dito Oratório mulheres sem que tenha licença especial para isso, este Presbítero, um dos maiores fautores e promulgadores do Cisma, inda hoje abusa da boa ordem e disciplina da Igreja servindo-se do Confessionário para os seus interesses com escândalo notável.

Há nesta freguesia um Presbítero José Joaquim d'Oliveira Costa, tem de idade 41 anos feitos, recebeu Presbítero no ano de 1828. Tem licença para Celebrar e jurisdição para Confessar por um ano, que dura até 19 de Maio de 1846 e exame por quatro anos que findam em 17 de Maio de 1847, não tem servido emprego algum eclesiástico, frequentou Gramática Latina, Filosofia, Teologia Dogmática e Moral mas os seus conhecimentos são algum tanto estranhos à Igreja, dotado de um génio altivo, fautor de intrigas, e pouco escrupuloso nos seus negócios, tem-se

feito excepção dos mais Presbíteros, eu não o posso recomendar para o Ministério de pároco.

Há nesta freguesia um Ordinando Francisco Manuel d'Oliveira filho de Francisco d'Oliveira e Maria da Costa, irmão do Presbítero supra, recebeu subdiácono em Maio de 1845, frequentou Gramática Latina, Filosofia e agora frequenta Teologia Dogmática e Moral, desde que recebeu a Ordem deixou de vir à Igreja, menos quando há alguma coisa de interesse, nem às preces, nem a acompanhar o Senhor quando vai por Viático aos enfermos, mas não tem maus costumes.

Nesta freguesia não há Egressos.

Esta freguesia pode ser central pela sua posição topográfica, mas tem o lugar do Grilo que fica mui distante da Igreja, e mui próximo à de São Martinho do Vale, e parece estar nos termos de ser desmembrado desta freguesia e anexado à de São Martinho do Vale no que tem os povos daquele lugar mais comodidade.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 9 verso]

Cavalões, orago São Martinho, tem Fogos 111, Habitantes 400, dista da cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão meia légua, foi-lhe arbitrada ao Reverendo Pároco a cõgrua de 233.000 réis, tem Casa de Residência, e é centro do 11º Círculo da Palestra.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, tem os paramentos necessários e muitos Santos.

Há nesta freguesia a Capela de São Gonçalo sita na aldeia do mesmo nome, é fabricada pela freguesia, está muito decente, e tem os paramentos suficientes.

Não há nesta freguesia Oratórios particulares.

O actual pároco é Manuel José Álvares Pereira, tem o título de Abade, tem de idade 36 anos, foi colado em Junho do presente ano, foi em antes de vir para esta igreja, Encomendado 4 anos em Santiago de Cerdedo, Comarca de Montalegre, e tem residido sempre, frequentou Gramática Latina, Filosofia, Teologia, Retórica, Moral, Geografia, Cronologia, e História Universal.

Há nesta freguesia um Presbítero António Ferreira Pacheco de idade de 40 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1831, tem licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar

e Pregar por oito meses, e tem exame por 2 anos e 8 meses, não tem tido emprego algum eclesiástico, frequentou Gramática Latina, Filosofia, Teologia e Moral, a sua conduta boa e é hábil.

Há mais um Ordinando Jerónimo da Costa Pereira, recebeu subdiácono há mais de trinta anos, com demissorias fal-falsas (sic) pelo que foi culpado, e por não ter meios, assim ficou até agora, tem de idade 66 anos, está portanto irregular e com muitas queixas pelo que não promete muita duração.

Não há Egressos.

Esta freguesia pela sua posição pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 10]

Crzedelo, orago Santa Cristina, tem Fogos 162, Habitantes 788, dista da cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado 2 léguas, que é Vila Nova de Famalicão, tem de cõngrua o Reverendo Pároco 180.000 réis, tem Casa de Residência, pertence ao 4º Círculo da Palestra, que é centro São Pedro de Riba d'Ave.

A Igreja desta freguesia está segura, decente e adornada, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem paramentos bem suficientes.

Há nesta freguesia quatro capelas, a saber a de São Bartolomeu sita no lugar de Nisca, Igreja Matriz que foi, hoje unida à Igreja, está decente não tem paramentos, quando são precisos vão da Matriz, e os que tinha reverteram para a Igreja, e é administrada pela Junta da Paróquia.

A segunda é a do Bom Jesus do Calvário colocada junta à Igreja, não tem paramentos, mas está decente, é administrada pela Junta de Paróquia.

A terceira é a de Nossa Senhora colocada no lugar de São Pedro do Monte, também foi Igreja Matriz, hoje está unida à Igreja, tem a Irmandade de Nossa Senhora da Bula digo tem Bula Apostólica, tem bons paramentos e está decente, é administrada pelos Mesários da Irmandade.

A quarta é a de Nossa Senhora do Monte sita no alto da Serra, do nascente parte com a freguesia de Santa Eulália de Nespereira, do sul com a freguesia de São Salvador de Gandarela, está decente, mas não tem paramentos, é administrada pela Junta de Paróquia.

Não há nesta freguesia Oratórios particulares.

O actual Pároco (nota da margem esquerda: colou-se em 1846) é Francisco José Gonçalves, que a cura por Carta de Encomendação, em de idade 39 anos, é Encomendado nesta Igreja há oito anos, nem tem servido empregos Eclesiásticos, frequentou Gramática Latina, Filosofia e Moral, e reside desde que é Pároco, o seu comportamento não é mau e é hábil.

Não há nesta freguesia Presbítero, Egresso ou Ordinando algum.

Esta freguesia parece estar nos termos de continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 10 verso]

Dantas, Santiago, tem Fogos 234, Habitantes 534, dista da cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado meio quarto de légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõgrua de 350.000 réis, pagos pelos rendimentos dos Passais, Foros e mais proventos o que tudo rende muito mais, e tudo lhe é adjudicado, tem Casas de Residência, e pertence ao 7º Circulo da Palestra que é em Vila Nova.

A Igreja desta freguesia é segura e está decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários, mas esta Igreja precisa de alguns reparos no pavimento e telhado.

Há nesta freguesia uma capela com a invocação de São Cláudio de que trata uma família que lhe fica vizinha, e cujo terreno lhe pertence por medição do seu Prazo, tem paramentos, está decente e algumas vezes ali se celebra, o lugar onde está sita tomou o nome do orago.

Há também um Oratório particular nas casas do Desembargador Silvério da Silva e Castro, lugar de Vilar, está na forma do Breve, que me apresentou, reformado por falecimento dos Indultados, está decente e tem os paramentos necessários.

O actual Pároco é Rodrigo Joaquim de Menezes, tem o título de Abade foi apresentado nesta Igreja por Régio Decreto do primeiro de Outubro de 1836, colado em 4 de Janeiro de 1837, antes tinha sido Pároco na Igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa, foi Examinador perante a Junta do Melhoramento dos Pretendentes às Igrejas propostos por aquele Tribunal, foi nomeado Desembargador da Relação e Cúria Patriarcal de Lisboa, e serviu até vir para esta Igreja. É bacharel em Teologia pela Universidade de Coimbra. Tem sempre residido, menos o tempo

em que foi Deputado às Côrtes, e algum tempo, que com licença do Ex.^{mo} Sr. Arcebispo Primaz, esteve em Guimarães por motivo de negócios de família, é muito hábil.

Há nesta freguesia um só Presbítero Secular Domingos Rodrigues Salgado, natural de Arentim, e reside nesta freguesia desde 15 de Fevereiro deste ano, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1833, tem licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar até 24 de Janeiro, tempo em que finda o seu exame, é de bons costumes, e é hábil para o Ministério de Pároco, e digo de que se lhe continue licença para o uso de suas Ordens, frequentou Gramática Latina, Filosofia Racional e Teologia Moral.

Há nesta freguesia um Egresso Pascoal António de Brito que em algum tempo do ano reside nesta freguesia em casa d'uma família de quem é hóspede, e não parente, é natural do Concelho de Coura onde tem seus pais a fami-

[folha 11]

lia, é da Ordem dos Carmelitas Descalços, acha-se agora daqui ausente sem se saber onde está, e por isso nada mais posso dizer a seu respeito, sei por informações de outro tempo que está habilitado para receber prestação.

Há nesta freguesia um Aspirante a Ordens Joaquim António Ferreira Brandão natural desta mesma freguesia e filho de José de Sousa Carvalho, e Ana Joaquina d'Azevedo Brandão, de idade de 19 anos, frequenta Gramática Latina em Braga, é de bons costumes, bem-educado, e parece ter vocação para o Estado Eclesiástico.

Há nesta freguesia dois Benefícios Simples com obrigação de entre ambos celebrarem uma missa diária, um é o Reverendo Joaquim Álvares de Carvalho, de presente Encomendado em São Julião do Calendário, o segundo Alexandre Palhares de Mello, Egresso.

Esta freguesia pela sua posição pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 11 verso]

Delães, orago São Salvador, tem Fogos 92, Habitantes 400, dista da cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado cinco quartos de légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 150.000 réis, tem Casas de Residência, e pertence ao 3º Círculo da Palestra que é centro em Bairro.

Tem a Igreja desta freguesia segurança e decente ornamento, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, tem os paramentos necessários.

Nesta freguesia há 4 capelas a saber: a de São Miguel do Monte, que antigamente foi Matriz, e foi in perpetuum a esta, está decente e tem os paramentos necessários, é venerada pela Junta de Paróquia. A de Santa Maria no lugar de Perrelos, está decente e tem os paramentos necessários, é venerada pela Junta de Paróquia. A de Nossa Senhora do Amparo sita na Quinta de Penavila e é venerada pelo dono da Quinta, não está decente, precisa de reparos. A de Santo António sita no lugar de Delães, está reparada de novo mas está nua de adorno e paramentos em razão do litígio que se move entre o dono dos bens a que ela pertence, e outro pretendente e o possuidor dos mesmos.

Não há nesta freguesia Oratório particular.

O actual Pároco desta freguesia é José Lopes Coelho, tem o título de Abade, é Pároco nesta Igreja colado há 7 anos, tem de idade 54 anos, serviu de Pároco coadjutor na freguesia de Gondar, e de Encomendado em São Cristóvão de Cima de Selho, frequentou Gramática Latina, Filosofia, Teologia Dogmática e Moral, tem residido sempre, a sua literatura é ordinária, seus costumes são bons.

Há nesta freguesia um Presbítero Rodrigo da Silva Pereira de idade de 40 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1828, tem licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar, a exame por dois anos, frequentou Gramática Latina, Filosofia, Teologia, é de bons costumes, e hábil para o Ministério de Pároco, e digno de se lhe continuar a Licença para o uso de suas Ordens.

Não há nesta freguesia Egresso, nem Ordinando algum.

Esta freguesia pela sua posição pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 12]

Esmeriz, orago São Pedro, tem Fogos 60, Habitantes 242, dista da cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão meia légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 110.000 réis, paga pelos rendimentos dos Passais e sabidos e benesses; esta freguesia pertence ao 1º Círculo da Palestra que é centro em Cabeçudos.

A Igreja desta freguesia está segura e sofrível decência, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, os paramentos necessários bem que muito usados.

Há nesta freguesia uma capela, seu padroeiro é São Marçal, está sita no lugar do mesmo nome do orago, a sua fábrica faz-se por um pequeno património de duas razas de pão que tem, não tem paramentos, foi reedificada de novo há poucos anos enquanto à armação de madeira, e nesta parte está segura, porém está nua.

Há outra capela no distrito meeiro desta freguesia com Cabeçudos com a invocação de Nossa Senhora das Mercês, é sita na Quinta de Pereira, o Senhor da Quinta é seu fabricante, e está muito decente e tem bons paramentos, e nela se Celebra muitas vezes, não obstante ter-se abolido o Vínculo.

O actual Pároco é o Egresso Rodrigo Ricardo Rodrigues Coimbra com o título de Abade Eleito por Decreto de Sua Majestade de 4 de Outubro de 1842, não está colado e está nesta freguesia desde a sua Eleição, frequentou as Aulas do Colégio da sua Ordem, tem de idade 34 anos, o seu comportamento é bom e é hábil.

Nesta freguesia existe um Presbítero natural da freguesia de São Cosme do Vale, José Rodrigues da Cruz e Freitas de idade de 40 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1833, reside nesta freguesia há nove anos, seis como Encomendado e 3 anos depois, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar por 3 anos, e exame pelo mesmo tempo, não serviu empregos eclesiásticos além da Encomendação desta freguesia, frequentou Gramática Latina e Moral, com bem pouco aproveitamento, a sua conduta é e tem sido uma série não interrompida de indignidades e superstições, lendo Exorcismos por bom dinheiro, vendendo cruzeiros e chaves do Sacrário e alucinando os povos com enganos de maneira que de muito longe o vem procurar, e por estes enganos tem ajuntado boa soma de dinheiro.

[folha 12 verso]

Não aparece nesta Igreja nem a acompanhar o Santíssimo Sacramento quando vai por Viático aos enfermos, nem às preces quando se fazem nem às funções da Igreja não obstante ser convidado, prometendo sim mas faltando sempre, vive em um cortelho, tem o arrendado na distância da Igreja 200 passos, tendo aliás suas casas e património daqui uma légua.

Não há nesta freguesia Ordinando algum nem Egresso além do Reverendo Pároco que foi da Ordem de São Camilo de Lélis, ultimamente conventual em Lisboa e está habilitado para receber prestação.

Esta freguesia pela sua posição topográfica não poderá continuar a ser Matriz, mas sim deverá

*ser unida e anexada à de São Cristóvão de Cabeçudos, como já o foi sendo metade da freguesia meeira com a de Cabeçudos e esta parte mais próxima à de Cabeçudos do que à de Esmeriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 13]

Ferreiró, orago Santa Marinha, tem Fogos 58, Habitantes 196, dista da cidade de Braga 5 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado 2 léguas, foi arbitrado ao Reverendo Pároco 160.000 réis, esta freguesia é centro do 12º Círculo da Palestra por falecimento do Reverendo Abade de Vilarinho.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

Há nesta freguesia uma capela com a invocação da Santíssima Trindade sita no lugar do mesmo nome junto à estrada que vai para Vila do Conde, está decente, mas não tem paramentos, quando são necessários vão da Igreja, a sua fábrica é por conta da freguesia.

Há nesta freguesia um Oratório particular em casa dos Presbíteros Francisco d'Oliveira Leitão e Bernardo António d'Oliveira Leitão, está decente e tem o Breve Pontifício para nele se Celebrar, e são vivos os Indultados, o qual me apresentaram.

O actual pároco é Luís António de Oliveira e Cunha, tem o título de Abade, tem de idade 62 anos, é pároco há 36 anos, não tem servido emprego algum eclesiástico, frequentou as aulas de Gramática Latina, Filosofia, Retorica, Teologia Dogmática e Moral, tem residido sempre e sua conduta não é má, mas padece de queixas crónicas.

Há nesta freguesia dois Presbíteros, o Reverendo Francisco d'Oliveira Leitão, de idade de 56 anos, recebeu presbítero em 1824, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar por um ano, e tem exame até 1847, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Dogmática, e Moral, a sua conduta não é má, mas inclinado ao negócio, as suas letras são muito ordinárias.

O Reverendo Bernardo António d'Oliveira Leitão de idade de 52 anos, recebeu presbítero em 1821, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar e Pregar por 2 anos, e exame até o ano de 1847, frequentou Gramática Latina, Filosofia, Retórica, Teologia Dogmática, e Moral, a sua conduta é boa, e é hábil para o Ministério de Pároco.

[folha 13 verso]

Esta freguesia pela sua pequena população pode ser anexada, mas toda a dificuldade está, a que freguesia deve ser anexada, para Bagunte fica longe, e só para Parada o poderá ser, que é menos distância e fica ao norte desta, e pertence ao Arciprestado de Vila do Conde.

Não há nesta freguesia Egresso, nem Ordinando algum.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 14]

Fradelos orago Santa Leocádia, tem Fogos 175, Habitantes 740, dista da cidade de Braga 4 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão, 5 quartos de légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cômgrua de 250.000 réis, pagos pelos rendimentos do Passal, Sabidos e Benesses da Igreja, e pela derrama feita à freguesia, pertence ao Duodécimo Círculo da Palestra que é centro Ferreiró, tem Casas de Residência.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, está adornada e tem paramentos necessários.

Há nesta freguesia 3 capelas, a saber: a Capela de Santa Bárbara da Povoação, está decente, e tem os paramentos necessários, é fabriqueiro dela Custódio da Silva Carneiro.

A de Santa Catarina sita no lugar de Pedras Ruivas, a Capela está decente mas não tem paramentos, é fabriqueiro dela, José d'Azevedo Cunha.

A do Divino Espirito sita no lugar da Aldeia, está nova, pintada, decente e asseada, e tem paramentos, é seu fabriqueiro Manuel Ferreira da Cruz.

O actual Pároco é Luís de Moura Coutinho, tem o título de Abade, tomou posse desta Igreja no ano de 1796, tem de idade 71 anos, nenhum emprego eclesiástico tem servido, frequentou Gramática Latina, Filosofia Racional, Teologia Dogmática, e Moral, tem residido sempre nesta freguesia, além de 4 anos por crime que lhe imputaram em matérias políticas, é homem de virtude e dos melhores costumes, bem que algumas dúvidas erróneas perturbaram o seu entendimento por algum tempo, e não obstante suas queixas crónicas, é assíduo no Ministério paroquial.

Há nesta freguesia um Presbítero, José da Costa, tem de idade 48 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1827, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar por 2 anos, e exame pelo mesmo tempo, nem um emprego eclesiástico serviu, frequentou Gramática

Latina, e Teologia Moral, as suas letras são mui módicas, os seus costumes não são maus, mas não é hábil para o Ministério de Pároco por estar muito trémulo das mãos em razão de se entregar muito ao vinho, que lhe tem causado a debilidade dos nervos.

Esta freguesia pode pela sua posição topográfica continuar a ser Matriz.

Não há nesta freguesia Egresso, ou Ordinando algum, e bem se precisa de Presbíteros.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 14 verso]

Gavião orago Santiago, tem Fogos 152, Habitantes 620, dista da cidade de Braga 2 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado, que é Vila Nova de Famalicão meia légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cômgrua de 200.000 réis, tem Casas de Residência, pertence ao 7º Círculo da Palestra que é em Vila Nova de Famalicão.

A Igreja desta freguesia está segura, mas precisa de reforma nos telhados, e de uma Tribuna nova, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

Há nesta freguesia uma Capela com a invocação de São João (sic) sita no lugar de Real, está decente, e tem os paramentos necessários, é administrada pela Casa das Quintães, e pertence ao Vínculo, e tem legado de Missas, nos dias de preceito.

O actual Pároco é João José da Cunha Cirne, tem o título de Abade, tem de idade 52 anos, é pároco nesta Igreja há 19 anos, antes foi ocupado no Paço Arquiepiscopal, onde serviu vários cargos eclesiásticos, e foi Mordomo do Ex.^{mo} Arcebispo D. Miguel, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Retórica, Filosofia, Teologia Dogmática no Porto a cuja Diocese pertence por naturalidade, foi suspenso do Ofício Paroquial por espaço de 4 anos por ordem do Governo, e restituído pelo mesmo, e além disto tem sempre residido, a sua conduta é boa.

Há nesta freguesia um Presbítero José Bento da Vinha de idade de 45 anos, natural da freguesia de São Miguel de Chorrente, Arciprestado de Barcelos, e residente nesta desde 1828, tempo em que veio para servir de Coadjutor, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1825, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar até Agosto futuro, e exame até o ano de 1847, foi coadjutor desta Igreja 6 anos, e Encomendado 4, frequentou Gramática Latina, e Moral, não são grandes as suas letras porém é hábil, e os seus costumes não são maus, à fora o grande uso do vinho.

Esta freguesia pela sua posição topográfica pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 15]

Jesufrei, orago São Miguel, tem Fogos 74, Habitantes 290, dista da cidade de Braga 2 léguas, da cabeça do concelho e arceprelado 1 légua, que é Vila Nova de Famalicão; foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõgrua de 100.000 réis, pertence ao 9º Círculo da Palestra, que é centro em Nine, tem Casas de Residência.

A Igreja desta freguesia está segura, decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e os paramentos necessários.

O actual pároco é José Joaquim Barbosa, tem o título de Vigário, tem de idade 56 anos, é pároco nesta Igreja desde o ano de 1826, não serviu antes cargo algum eclesiástico, tem sempre residido; frequentou Gramática Latina, Filosofia e Teologia, a sua conduta é boa, e é hábil, mas as suas queixas o tornam inábil.

Nesta freguesia não há Capela alguma, há sim um Oratório particular na casa do Presbítero Manuel Gomes Ferreira, tem Brave Pontifício, e é o dito Presbítero o último Indultado, o Oratório está decente, e tem os paramentos necessários, o dito Presbítero tem de idade 73 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1799. Tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar até o ano de 147, tempo em que também finda o seu exame, frequentou Gramática Latina, Filosofia e Teologia, foi Encomendado nesta Igreja no tempo da sua vacatura, é de muito boa conduta, é hábil, mas as sua queixas e idade o tornam inábil.

Esta freguesia está cercada de montes, e será mais dificultosa a sua reunião.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 15 verso]

Joane, orago São Salvador, tem Fogos 315, Habitantes 1.200, dista da cidade de Braga 2 léguas, da cabeça do concelho e arceprelado légua e meia, que é Vila Nova de Famalicão, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõgrua de 300.000 réis, tem Casas de Residência, e pertence ao 5º Círculo da Palestra de que é centro esta freguesia.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, tem

bons paramentos, esta Igreja foi em outro tempo Comenda.

O actual pároco é José de Freitas Costa, tem o título de Reitor, tem de idade 34 anos, é pároco nesta Igreja desde 16-12-1842, antes de vir para esta Igreja foi Capelão da Misericórdia em Guimarães, frequentou as Aulas e Gramática Latina, Logica, e Teologia Moral, a sua conduta é boa, e é hábil para o Ministério paroquial.

Nesta freguesia há 3 Capelas, a saber: a de Santo Ovídio sita no lugar de Bemposta está decente, e tem paramentos, é fabricada pelo Senhor da Quinta.

A de Nossa Senhora da Conceição, sita no lugar de Vila Boa, está decente, e tem paramentos, é fabricada pelo Senhor da Quinta.

A de São Bento sita no lugar de ... [está vazio no original], está decente, e tem paramentos, é fabricada pela Junta da Paróquia à custa das esmolos que chegam muito bem.

Não há nesta freguesia Oratório algum particular.

Há nesta freguesia um Presbítero, Domingos José Gonçalves de idade de 59 anos, recebeu a última Ordem no ano de 1818, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar, até o mês de Maio de 1846, tempo em que finda o seu exame; foi Coadjutor desta freguesia, e Encomendado na vacatura, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, a sua conduta é muito boa, e é hábil para o Ministério de pároco e digno de se lhe continuar a Licença para uso de suas Ordens,

Há nesta freguesia um Ordinando, Manuel José Rodrigues, filho de Francisco José Lourenço e sua mulher, de idade de 23 anos, tem Ordens Menores, frequentou a Aula de Gramática Latina na cidade de Braga, é de boa conduta e dá provas de vocação, como informa o Reverendo Pároco.

Esta freguesia pela sua posição, extensão e população pode continuar a ser Matriz, mas tem a freguesia de Pousada, que está em encravada nela, e já esteve anexada a esta de Joane, e o deve ser, assim pela sua pequena população, que não excede 30 fogos, como por estar encravada e misto os fregueses de uma, e outra.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 16 verso]

Lagoa, orago São Salvador, tem Fogos 74, Habitantes 308, dista da cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado, que é Vila Nova de Famalicão meia légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 100.000 réis, esta freguesia pertence ao 1º Círculo da Palestra, cujo centro é Cabeçudos, tem Casas de Residência.

A Igreja desta freguesia está segura, e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e os paramentos necessários.

O actual pároco desta freguesia é Francisco Álvares de Araújo, tem o título de Reitor, é pároco colado há 19 anos, tem de idade 47 anos, não serviu cargo algum eclesiástico, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, e Teologia, as suas letras são poucas, e a sua conduta não é má, e é hábil.

Nesta freguesia não há Capela alguma, nem Oratório particular.

Não há nesta freguesia Presbítero algum, nem Egresso, nem Ordinando.

Esta freguesia, está entrelaçada com a de Santa Maria de Abade, que apenas tem 20 fogos, e não pode continuar a ser Matriz e é muito próxima a distância desta Igreja, a quem se deve unir, pela sua posição, e mui pequena população, e inda melhor seria escolher a de Santa Maria de Abade para Matriz por ser mais central.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 17]

Lama, orago São Miguel, tem Fogos 69, Habitantes 215, dista da cidade de Braga 4 léguas, da cabeça do concelho que é Santo Tirso $\frac{1}{4}$ de légua, à cabeça do arciprestado 1 légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 140.000 réis; pertence ao 2º Círculo da Palestra que é a Carreira, tem Casas de Residência, mas estão em termos de se não poder habitar nelas.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento e paramentos necessários.

O actual Pároco é José Luís Pereira da Silva, título é Encomendado, tem de idade 55 anos, não tem servido emprego algum eclesiástico, é pároco Encomendado nesta Igreja há 11 anos, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, as suas letras são pequenas mas a sua conduta é boa.

Há nesta freguesia a Capela de São Sebastião sita no lugar de Barrimau, está decente, e tem os paramentos necessários, a sua fábrica é por conta do dono da Quinta a que está anexa.

A [Capela] de São Luís sita no lugar do Porto, está decente, e tem os paramentos necessários, a sua fábrica é por conta do dono da Quinta a que está anexa.

Não há nesta freguesia Oratório algum.

Também não há Presbítero algum, nem Egresso, nem Ordinando.

Esta freguesia não pode continuar a ser Matriz, estando metida pela de Sequeirô, e pela de Areias, passando uns pelos outros para a curar, e estando mistos os fregueses e parece ser melhor acomodada sendo unida à freguesia de Areias, deixando para Sequeirô os lugares que são mais próximos a esta Igreja, como é o lugar do Porto.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 17 verso]

Landim, orago Santa Maria, tem Fogos 267, Habitantes 930, incluindo nesta conta a anexa que é Santa Marinha, dista da cidade de Braga 3 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado $\frac{3}{4}$ de légua, que é Vila Nova de Famalicão; foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 200.000 réis, não tem Casas de Residência, e pertence ao 2º Círculo da Palestra, que é centro a Carreira.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários; esta Igreja foi Mosteiro do Convento dos Crúzios.

Há nesta freguesia 3 Capelas, a saber: a de São Brás sita no lugar do mesmo nome, esta tem unida a si mais duas, que são do Senhor das Chagas, e tem uma Confraria, a qual administra estas duas, e estão decentes, e tem paramentos, a de São Brás que é administrada pela freguesia está decente mas não tem paramentos.

A segunda é de Nossa Senhora do Carmo sita no lugar dos Travassos, está decente, e é administrada pela freguesia, está decente e tem paramentos.

A terceira é a de Nossa Senhora das Mercês sita no lugar da Basta e pertence ao dono da Quinta do mesmo nome, está decente e tem paramentos.

Há na de Santa Marinha anexada a esta, a Igreja que foi Matriz, administrada pela freguesia, está

reedificada de novo, mas ainda não tem paramentos, mas está decente.

Há nesta anexa, a Capela de Nossa Senhora das Dores sita no lugar do Outeiro, é venerada por uma família que a edificou, está decente mas não tem paramentos.

Há outra Capela no lugar de Oliveira, também com a invocação de Nossa Senhora, pertence ao Dono da Quinta a que está unida, e é fabricada pelo Senhor da Quinta, está decente e tem paramentos.

O actual pároco é Francisco José da Silva tem o título de Prior, tem de idade 35 anos, é pároco nesta Igreja há 9 anos, não serviu emprego algum eclesiástico, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, tem residido desde que tomou posse, a sua literatura é módica, e a sua conduta não é má.

[folha 18]

Há nesta freguesia 3 Presbíteros, a saber: o Pe. Francisco da Silva, natural da freguesia de Carapeços, de idade de 80 anos, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar enquanto o Ex.^{mo} Sr. Arcebispo não mandar o contrário; frequentou Gramática Latina, Filosofia e Moral, é muito doente, a sua conduta sempre foi, e é boa.

O Presbítero Manuel Bernardo da Silva, também natural de Carapeços, e há muitos anos domiciliário nesta, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar por 2 anos, tempo em que finda o seu exame, tem de idade 60 anos, frequentou as Aulas de Gramática Latina, e Filosofia, e Moral, é também doente, e a sua conduta é boa, mas em razão das suas queixas não está hábil para o Ministério de pároco.

O Presbítero Severino José da Rocha, Capelão de Manuel Baptista de Carvalho e Sousa, natural da Feira, Bispaço do Porto, de idade de 28 anos, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar por um ano, recebeu a Ordem de Presbítero em 1840, sua literatura é módica, e pouco hábil.

Há nesta freguesia um Egresso Presbítero D. Joaquim de Morais da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, tem de idade 85 anos, está habilitado para receber prestação, sua última morada foi em São Vicente de Fora em Lisboa, tem Licença para Celebrar somente enquanto se não mandar o contrário, é de boa vida.

Há outro Egresso Manuel do Rosário, leigo de idade de 70 anos, está habilitado para receber prestação.

Há nesta freguesia um Ordinando, António Correia filho de José Bento Correia, e sua mulher, recebeu Prima Tonsura nos últimos tempos, frequenta Gramática Latina, e parece ter vontade de ser eclesiástico.

Esta freguesia pela sua localidade e população pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio e Araújo

[folha 18 verso]

Lemenhe, orago São Salvador, tem Fogos 102, Habitantes 455, dista da cidade de Braga 2,5 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão $\frac{3}{4}$ de légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cômgrua de 130.000 réis, tem Casas de Residência e pertence ao 10º Círculo a Palestra de que é centro o Louro.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

Há nesta freguesia 2 Capelas, a primeira é de Nossa Senhora do Carmo sita no Monte de Água Levada, a sua fábrica pertence à Confraria, que nela está erecta, está decente, e tem os paramentos necessários e em bom uso.

A segunda é de Santo António, sita no lugar da Anta, a sua fábrica é por conta do dono da Quinta a que está junta, tem alguns paramentos, mas indecentes, assim como a mesma capela está indecente, e até se servem dela para usos profanos os caseiros da mesma Quinta.

O actual pároco desta Igreja é Manuel Soares d'Araújo Monteiro, tem o título de Reitor, tem de idade 45 anos, é pároco colado nesta Igreja há 23 anos, empregos eclesiásticos apenas foi Famulo do Ex.^{mo} Arcebispo D. Frei Miguel, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, com bem pouco aproveitamento, tem residido, menos 4 anos que esteve preso na Relação do Porto por Crime que teve, de se opor ao Governo do Senhor Dom Pedro, a sua conduta não é má ao presente.

Há nesta freguesia 2 Presbíteros, a saber: o Presbítero Luís da Rocha Soares, de idade de 85 anos, está impregado [= entrevado], e não pode exercer Ministério algum.

O segundo é João Roiz de Carvalho Martins, natural desta freguesia, residiu por muito tempo em Braga, e reside nesta freguesia desde o ano de 1843, tem de idade 35 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1842 com Demissorias falsas em Cadis (sic).

[folha 19]

frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, tem Licença para Celebrar por tempo que diz até os primeiros Exames, a sua conduta ao presente não é má, a sua literatura módica, e não posso julga-lo hábil para o Ministério de pároco, assim pelo seu Crime como por a sua pouca literatura.

Há nesta freguesia um Ordinando, Francisco de Carvalho filho de João Rodrigues de Carvalho, e Maria Fernandes de Carvalho, estuda Gramática Latina, a sua conduta não é má, e mostra vontade de se ordenar e não consta tenha impedimento algum canónico que o estorve, seus pais são abonados, e tem com que lhe façam o património.

Não há nesta freguesia Egressos.

Esta freguesia pela sua população e posição pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio e Araújo

[folha 19 verso]

Louro, orago Santa Lucrecia, tem Fogos 204, Habitantes 820, dista da cidade de Braga 3 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão meia légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 280.000 réis, tem Casas de Residência, e esta freguesia é centro do 10º Círculo da Palestra.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento e os paramentos necessários.

Há nesta freguesia 3 Capelas, a saber: a de Santo António circum-vizinha da Igreja, fabricada pela Confraria do mesmo Santo e provida dos mesmos paramentos da Igreja Paroquial por ser filial dela, está venerada e decente.

A de São Pedro Gonçalves Telmo sita no monte chamado o Santo do Monte, filial da mesma Igreja e dela provida de paramentos, e fabricada à custa das esmolos que os fiéis dão ao mesmo Santo, e está decente.

A de Nossa Senhora da Conceição sita na Casa da Torre, fabricada pelo Senhor da Quinta, está decente, e tem paramentos.

Há nesta freguesia 2 Oratórios particulares, um nas Casas e Quinta do Outeiro Levado

pertencente aos Velosos de Braga, o qual estava decente, e nele se celebrava, quando era vivo o Reverendo Joaquim Bernardo Veloso da Costa, mas hoje está sem exercício, a casa fechada, e a sua dona na cidade de Braga, por cuja razão não posso informar nada sobre o Breve deste Oratório. Outro é nas Casas do Pe. Manel da Silva Moreira, que está em efectivo serviço, digo exercício, decente e com os paramentos necessários, e na forma do Breve por ser o dito Presbítero um dos Indultados.

O actual pároco é Domingos Joaquim Pereira tem o título de Abade, foi colado nesta Igreja no ano de 1839, tem de idade 45 anos, antes de ser pároco nesta Igreja foi Capelão do Coro de Santa Maria Madalena da Vila de Barcelos, Tesoureiro, Sacristão-Mor e Mestre-de-cerimónias na Insigne Colegiada da mesma Vila, Encomendado nas Igrejas de Telhado, de São Julião de Passos, de São João da Ribeira, e Arcipreste no Julgado de Ponte de Lima, frequentou Gramática Latina, Filosofia, Teologia Dogmática e Moral, tem sempre residido, é hábil, mas as suas queixas o impedem de qualquer serviço violento, a sua conduta é boa.

[folha 20]

Há nesta freguesia 2 Presbíteros, a saber: Manuel da Silva Moreira, natural desta, de idade de 73 anos, sempre residente nesta freguesia, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1802, te Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar, e exame até Maio do ano futuro, foi algum tempo Encomendado nesta Igreja, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, tem sido, e é de boa conduta é hábil para, e tem aptidão para o uso das suas Ordens, enquanto para pároco está muito adiantado na idade.

O segundo é o Presbítero João Enes de Sousa coadjutor nesta Igreja, natural da freguesia de Santa Maria de Pegarinhos, Comarca de Vila Real, e residente nesta freguesia há 1 ano, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1841, tem de idade 27 anos, tem exame até Dezembro de 1848, e Licença para Celebrar e Confessar até Dezembro de 1846, foi coadjutor do Reverendo Abade de Alvelos na Comarca de Barcelos, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, tem sido e é de boa conduta e tem aptidão para o uso de suas Ordens, e também para o Ministério de pároco.

Nesta freguesia não há Egressos, nem Ordinandos, e tem precisão de Presbíteros.

Esta freguesia pela sua posição e população pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 20 verso]

Lousado, orago Santa Marinha, tem Fogos 86, Habitantes 320, dista da cidade de Braga 4 léguas, da cabeça do concelho e arceprelado que é Vila Nova de Famalicão, 1 légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 160.000 réis, tem Casas de Residência, e pertence ao 1º Círculo da Palestra que [tem] centro em Cabeçudos.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

Há nesta freguesia uma Capela com a invocação de São Lourenço seu Padroeiro, sita no lugar da Garrida junto à Ponte de Lagoncinha, está decente mas não tem paramentos, quando são necessários vão da Igreja, e é fabricada pela Junta de Paróquia.

Há nesta freguesia um Oratório particular, que está caducado por ter falecido o último Indultado, e nela se não diz Missa.

O actual pároco é Francisco Pereira Lino, Egresso, não está colado e cura a freguesia por Carta de Encomendação, tem de idade 39 anos, não tem servido emprego algum eclesiástico, é pároco nesta Igreja há 6 anos, tem residido sempre, frequentou o Colégio da sua Ordem, que foi de São Domingos, e o último convento em que foi conventual, e donde saiu do da cidade de Évora, está habilitado para receber prestação, a sua conduta é boa e é hábil.

Há nesta freguesia um Presbítero, Inácio José de Sá Sampaio e Couto, de idade de 54 anos, é natural desta freguesia, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1817, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar até Junho futuro, tempo em que finda o seu exame, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, Teologia Dogmática e Moral, foi Encomendado nesta Igreja, coadjutor em São Martinho de Bougado, Santo Tirso, Bispado do Porto, e ultimamente em Requião deste Arcebispado, é de bons costumes, e hábil para o uso de suas Ordens, e ainda para o Ministério de pároco.

Não há nesta freguesia Ordinandos, e também esta freguesia é impraticável a anexa-la por estar cercada de montes, a excepção dos lugares de Pé de Prata e Santa Catarina que ficam mais próximos para Cabeçudos.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 21]

Mogege, orago Santa Marinha, tem Fogos 118, Habitantes 380, dista da cidade de Braga 2,5

léguas, da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão 2 léguas, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cômgrua de 142.000 réis, tem Casas de Residência, e pertence ao 5º Círculo da Palestra de que é centro Joane.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, tem os paramentos necessários.

Nesta freguesia não há Capelas nem Oratórios particulares.

O actual pároco é António José da Silva Correia, tem o título de Vigário, mas o actual é Encomendado, e tem de idade 55 anos, e tem sido Pároco em outras freguesias, e em Gondar foi coadjutor, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, Teologia Dogmática e Moral, seus costumes não são maus, e a sua literatura é módica.

Há nesta freguesia dois Presbíteros, a saber: o Reverendo Manuel d'Abreu de perto de 90 anos, cego e entrevado.

O Reverendo Manuel Joaquim d'Abreu de idade de 45 anos, é natural da freguesia de Santa Maria de Abade de Vermoim, e reside nesta há mais de 20 anos com a sua família, estudou Gramática Latina, Filosofia, e Moral, nunca se habilitou, e apenas tem Licença para Celebrar, que requer de meses em meses, a sua conduta não é muito má, entrega-se ao vinho, a sua literatura é mui módica.

Há nesta freguesia um Ordinando, recebeu Ordens Menores no presente ano, é filho legítimo de Manuel d'Araújo Campos e de Maria Rosa de Campos, e o Ordinando chamasse José Manuel de Araújo Campos, tem frequentado Gramática Latina, e frequenta Filosofia na cidade de Braga, tem de idade 26 anos, é de bons costumes, e dá provas de vocação.

Esta freguesia pela sua população e posição pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo.

[folha 21 verso]

Mouquim, orago Santiago, tem Fogos 106, Habitantes 414, dista da cidade de Braga 2 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão uma, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cômgrua de 100.000 réis, tem Casas de Residência, e pertence ao 10º Círculo da Palestra de que é centro o Louro.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, tem alguns paramentos, mas precisa muito de reforma.

Há nesta freguesia 2 Capelas particulares; a primeira é a de Nossa Senhora da Conceição sita na Quinta da Costa, está decente e tem paramentos bons, é obrigado à sua fábrica o Senhor da Quinta.

A segunda é do Senhor dos Aflitos sita na Quinta de Tarrío, está decente e tem paramentos, é obrigado à sua fábrica o Senhor da Quinta.

O actual pároco é o Reverendo João António de Araújo, que a cura por Carta de Encomendação desde o ano de 1834, tem de idade 37 anos, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, tem sempre residido menos no tempo do Cisma, que a desamparou por esta razão, não é de maus costumes, a sua literatura é breve.

Há nesta freguesia um Presbítero Joaquim da Costa Moreira de idade de 26 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1842 em Cádiz (sic) com demissórias falsas, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar por 1 ano, e exame por 2, a sua conduta não é má, é muito doente.

Há nesta freguesia um Egresso, Manuel da Costa Araújo de idade de 35 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no mês de Fevereiro do presente ano, é da Ordem dos Carmelitas Calçados residiu ultimamente no Colégio da Graça em Coimbra, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar conforme a sua idade por um ano, que finda em Setembro futuro com o seu exame, está habilitado para receber prestação frequentou o Colégio da sua Ordem, é de bom comportamento e hábil.

Não há nesta freguesia Ordinando algum.

Esta freguesia pode continuar a ser Matriz, pela sua posição.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 22]

Nine, orago Nossa Senhora da Expectação, tem Fogos 194, Habitantes 850, dista da cidade de Braga 2,5 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão 1 légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 200.000 réis, tem Casas de Residência, e pertence ao 9º Círculo da Palestra de que é centro esta freguesia.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, mas precisam ser pintados o Altar-Mor, e o de São Sebastião, que foram reformados há anos, e estão em madeira o que não está muito decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, que é sustentado de cera e azeite pela Confraria do Senhor, tem os paramentos necessários à excepção de sobrepeliz, e três cíngulos para administrar os Sacramentos, e os cordões para as funções dos actos sagrados, e de um véu de côr branca para cobrir o cálice quando há duas Missas.

Há nesta freguesia cinco capelas, a saber: a do Santo Cristo, ou das Almas que está contigua, sita e pegada no corpo da Igreja, é administrada por conta da Confraria das Almas, está decente, mas precisa ser retelhada, as imagens do Santo Cristo do Senhor do Horto, e do Senhor do Pretório, que estão no Altar desta Capela precisam ser encarnadas de novo para evitar a indecência, esta Capela não tem paramentos alguns.

A Capela de Santo António, que está sita no lugar da Estrada contigua ao Cruzeiro, é fabricada pela freguesia, está decente mas não tem paramentos.

A Capela de São João Baptista, sita no lugar de Fontecova, esta Capela é fabricada pelo dono da Quinta a que está unida, está decente, mas precisa de um crucifixo novo para o Altar e de se tapar a janela por onde a mesma Capela está exposta a insultos, cuja obra já foi capitulada na última Visitação, e até agora se não cumpriu, tem somente uns paramentos, que são de duas côres, fazenda muito antiga, e somente dia do Santo Padroeiro se diz ali Missa havendo sacerdote desocupado.

A Capela de Nossa Senhora da Natividade sita na Quinta das Figueiras no lugar de Vilardeste, está decente e tem os paramentos necessários, cuja fábrica é por conta do dono da Quinta, por estar obrigada a dita Quinta à dita fábrica.

A Capela de Santa Marta sita no lugar de Coura, hoje é a sua fábrica por conta do Reverendo Abade de Farelães João António Miz [Martins] Rodrigues, está decente e tem os paramentos necessários.

[folha 22 verso]

O actual pároco desta Igreja é Manuel José Gonçalves, tem o título de Reitor, foi colado em 1843, tem de idade 46 anos, frequentou Gramática Latina, Filosofia Racional, Retorica, Teologia Dogmática e Moral, tem residido sempre, foi Encomendado na Igreja de São Paio de Perelhal, e nesta mesma Igreja mais de 10 anos, é muito bem comportado, e tem literatura bem suficiente especialmente em Teologia Moral, tem de cônica 200.000 réis.

Residem nesta freguesia actualmente, 3 Presbíteros que são naturais desta mesma freguesia,

o Reverendo António Pinto d'Araújo de idade 40 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1831, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar pessoas d'ambos os sexos por dois anos, atada de 1844, exame que dura até Janeiro de 1848, foi coadjutor em Santiago da Cruz, e Encomendado em Tebosa, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, é e tem sido de boa conduta religiosa civil e moral, tem bastante aptidão física e moral, para ser pároco, e continuar no exercício de suas Ordens e Licenças.

O reverendo José da Costa Pinto, de idade de 50 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1819, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar pelo tempo que lhe resta do seu exame, que era por três anos, que hão-de findar em Maio de 1846, ajuda a servir nas obrigações paroquiais a seu tio Abade do Mosteiro de Arnoso, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, a sua conduta não é má, e tem aptidão para o uso de suas Ordens, e para o Ministério de pároco, mas as suas letras são módicas.

O Reverendo José da Costa Pinheiro de Carvalho, tem de idade 65 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1818, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar pelo tempo que lhe resta do seu exame, que era por 3 anos, que hão-de findar em Maio de 1846, tem servido de coadjutor em Viatodos, e Negrelos, e de Encomendado de Bente, nesta de Nine, e na Póvoa de Varzim, frequentou as Aulas de Gramática Latina e Moral, tem aptidão física, mas a sua literatura é menos que suficiente, a sua conduta não é má.

Não há nesta freguesia Egressos, nem Ordinandos.

Esta freguesia é central, e pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 23]

Oliveira, orago Santa Maria, tem Fogos 179, Habitantes 664, dista da cidade de Braga 3 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado, que é Vila Nova de Famalicão 1,5 léguas, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõgrua de 200.000 réis, a Casa da Residência está inabitável porque se acha em total ruina, esta freguesia pertence ao 3º Círculo da Palestra cujo centro é na de Bairro. Esta freguesia pertenceu aos Cónegos Regulares de Santo Agostinho.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários, esta Igreja foi Mosteiro dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho.

Há nesta freguesia 6 Capelas, a saber: a do Divino Espirito Santo, sita próxima à Igreja, sua

fábrica é por conta da freguesia, está boa em paredes, mas arruinada no tecto, e suspensa das funções eclesiásticas.

A segunda é de São Sebastião, sita no monte chamado de São Sebastião, também pertence à freguesia a sua fábrica, está decente e tem paramentos.

A terceira é de Santa Tecla, sita no monte chamado de Santa Tecla, também pertence à freguesia a sua fábrica, está decente e tem paramentos.

A quarta é de São Cristóvão, sita no lugar do mesmo nome, a sua fábrica pertence ao dono da fazenda à que está unida, não está decente, pois sendo de novo reedificada, nem ainda foi benzida, e nem se conserva.

A quinta é de Nossa Senhora da Soledade, sita no lugar da Levandeira, é fabricada pelo dono da fazenda a que está unida, tem paramentos, mas não está muito decente, nem se celebra há muitos anos.

A sexta é de São Domingos de Gusmão, sita na Quinta de Sima de Oliveira, é fabricada pelo dono da Quinta a que está unida, está decente e tem paramentos.

Não há nesta freguesia Oratório algum, um único que havia acabou pelo falecimento do último Indultado.

[folha 23 verso]

O actual pároco é Francisco Manuel da Fonseca, tem o título de Vigário, colado aos 27 de Setembro de 1798, tem de idade 75 anos, e de pároco 47, não tem servido carrego algum eclesiástico, e tem residido sempre, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, Retórica, e Teologia Moral, e sua conduta é e tem sido boa, a suas doenças e idade, o tem muito inabilitado.

Há nesta freguesia um Presbítero, o Reverendo João da Costa e Sá de idade de 43 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1825, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar por dois anos que tiveram principio em Junho de presente ano, exame até o ano de 1847, é muito pronto em ajudar o Reverendo Pároco nas funções do seu Ministério, frequentou Gramática Latina, Retórica, Filosofia, Teologia Dogmática e Moral, a sua conduta é boa, tem prudência, caridade e de ciência suficiente, é hábil para o Ministério de Pároco, e digno de se lhe continuar a Licença para o uso de suas Ordens.

Há nesta freguesia outro Presbítero, o Reverendo António José de Araújo Campos de idade

de 90 anos, está decrépto, e totalmente inábil, nem Missa pode já celebrar.

Há nesta freguesia um Ordinando com Ordens Menores, António Manuel Dias, achasse na cidade de Braga há mais de 12 anos, aí será contemplado.

Nesta freguesia não há Egressos.

Esta freguesia pela sua posição e população pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 24]

Oliveira, orago São Mateus, tem Fogos 59, Habitantes 200, dista da cidade de Braga, e da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão 1,5 léguas, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cômgrua de 100.000 réis, não tem Casas de Residência, as que havia alagaram-se há anos, pertence ao 3º Círculo da Palestra cujo centro é o Bairro.

A Igreja desta freguesia está segura, mas não tem a decência devida, não tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, quando é necessário para os enfermos vai-se às Igrejas vizinhas, nem tem os paramentos necessários, algum que há estão muito indecentes.

Há nesta freguesia duas capelas, a de São José sita no lugar da Feira deste mesmo nome, está decente e tem alguns paramentos, é fabricada por uma Confraria nela erecta do mesmo Santo.

A de Santa Ana sita no mesmo lugar da Feira, é fabricada pela Junta de Paróquia, está decente e tem alguns paramentos.

O actual pároco é Manuel de Araújo Carvalho, Encomendado, tem de idade 41 anos, é pároco nesta freguesia há 5 anos, e foi pároco na freguesia de Santo Estêvão Fins de Riba d'Ave 12 anos, a Carta de Encomendação dura até o mês de Maio futuro, e tem exame por 4 anos, frequentou Gramática Latina, Filosofia, Retórica, e Teologia Dogmática e Moral, a sua conduta não é má, e é hábil.

Há nesta freguesia um Presbítero, José António da Costa Ferreira, de idade de 52 anos, é natural da freguesia de Santa Comba de Fornelos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1821, tem Licença para Celebrar e Confessar até o mês de Junho de 1847, tempo em que finda o seu exame, foi coadjutor na freguesia de Delães, e Encomendado na freguesia de Bairro, a sua conduta é boa, tem suficiente instrução, e é hábil para o Ministério de pároco.

Há nesta freguesia um Egresso, o Reverendo António do Coração de Jesus

[folha 24 verso]

da Ordem dos Carmelitas Descalços, a sua última morada foi no Convento em Braga, está habilitado para receber prestação, tem de idade 80 e tantos anos, tem Licença para Celebrar e Confessar, e é de boa conduta e tem instrução, mas não está hábil em razão da sua idade.

Nesta freguesia não há Ordinandos.

Esta freguesia pela sua posição e pequena população, não está nos termos de continuar a ser freguesia, mas deverá ser reunida parte para o Salvador de Delães, e parte para Santa Maria de Oliveira, e muito principalmente o lugar de Carrazedo, que está próximo à Igreja de Delães para onde deve pertencer, e nesta anexação tem os povos muita comodidade, e também porque a Igreja está a pôr-se indecente, não tem Casas de Residência, e está falta de paramentos e ornatos.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 25]

Outiz, orago Santiago, tem Fogos 50, Habitantes 220, dista da cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão, $\frac{3}{4}$ de légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cômgrua de 100.000 réis, tem Casas de Residência, e pertence ao 11º Círculo da Palestra de que é centro Cavalões.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e os paramentos necessários.

Há nesta freguesia uma Capela na Quinta que pertence ao Ex.^{mo} Marquês de Santa Iria, e ele mesmo é obrigado à sua fábrica, a sua invocação é de Nossa Senhora da Piedade, não tem paramentos alguns, e está suspensa desde a Visitação de 1831, por não ter cumprido a obras mandadas, e está indecente.

O actual pároco é António José da Cunha, que a cura por Carta de Encomendação datada de 9 de Junho do presente ano, tem 42 anos de idade, é pároco nesta Igreja há 3 anos, foi coadjutor de Cavalões 11 anos, frequentou as Aulas de Gramática, Filosofia, Teologia Dogmática e Moral, tem Dispensa de Residência Material, os seus costumes são bons, e tem instrução suficiente, e é hábil para o Ministério de pároco.

Nesta freguesia não há Presbítero algum, nem Egresso, nem Ordinando.

Esta freguesia já esteve anexa à de São Martinho de Cavalões, e na verdade não pode deixar de se tornar a unir pela sua proximidade e mistura de fregueses de uma e outra freguesia, e ainda a de São Miguel de Gemunde fica mais próxima à de Cavalões do que à de Brufe para onde se anexou, a melhor comodidade dos povos será reunir estas duas, a saber: Outiz e Gemunde, à de Cavalões.

O Abade servindo de Arcipreste

Bento José de Sampaio Araújo

[folha 25 verso]

Palmeira, orago Santa Eulália, tem Fogos 70, Habitantes 326, dista da cidade de Braga 3 léguas, é contígua à cabeça do concelho que é Santo Tirso, e à cabeça do arciprestado 1 légua, foi arbitrada a cômrua de 140.000 réis, tem Casa de Residência, e pertence ao 1º Circulo da Palestra de que é centro Cabeçudos.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e os paramentos necessários.

Há nesta freguesia uma Capela sita no lugar chamado a Capela, tem a invocação da Madre de Deus, está decente e tem os paramentos necessários, é fabricada pelo dono da Quinta à que está unida.

O actual pároco é António Xavier Álvares Pereira, tem o título de Abade, tem de idade 65 anos, é pároco nesta Igreja à 8 anos, tinha sido pároco na Igreja de Quintães, Encomendado na Igreja de Ronfe, coadjutor na de Landim, tem residido sempre nesta da Palmeira desde que tomou posse, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, a sua conduta não é má, a sua literatura apenas suficiente.

Nesta Igreja não há Presbítero algum, nem Egresso, nem Ordinando.

Esta freguesia tem dois lugares ao poente do Rio Pele, que ficam unidos e misturados com os fregueses de Cabeçudos, e muito mais próximos a esta freguesia do que para a Palmeira por aonde tem de passar o rio, que naquele é sítio é caudaloso, e uma subida ingreme, sendo que já de muitos tempos estes dois lugares desejam unir-se à freguesia de Cabeçudos pela comodidade que reconhecem, e quasi sempre vem à Missa a Cabeçudos, estes lugares são Joane e Carregal que ficam ao poente do Rio Pele.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 26]

Pedome, orago São Pedro, tem Fogos 103, Habitantes 428, distada cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão 2 léguas, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 150.000 réis, tem Casas de Residência, e pertence ao 4º Círculo da Palestra que é centro Riba d'Ave.

A Igreja desta freguesia não está muito segura nem decente, tem o Santíssimo Sacramento no Sacrário, tem paramentos para remédio, os fregueses desta freguesia são bastantemente remissos em concorrer com o necessário para a decência e ornato da Igreja.

Não há nesta freguesia Capela nem Oratório.

O actual pároco é Manuel de Mesquita Barros, tem o título de Vigário ad Nutum, tem de idade 80 anos, é pároco nesta Igreja há 32 anos, antes foi Encomendado em Santa Leocádia de Briteiros. Frequentou Gramática Latina, Filosofia, Retórica, e Teologia Dogmática e Moral, tem residido sempre à excepção de um ano, que esteve absente da Igreja por motivos políticos, os seus costumes não são maus, e tinha suficiência, mas está de todo arruinado assim pela sua idade como pelas queixas que padece.

Nesta freguesia não há Presbítero algum, nem Egresso, nem Ordinando, e muito se precisa de quem ajude.

Esta freguesia pela sua posição e população pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste

Bento José de Sampaio Araújo

[folha 26 verso]

Portela, orago Santa Marinha, tem Fogos 65, Habitantes 224, dista da cidade de Braga 1,5 léguas, e da cabeça do concelho a que pertence que é Vila Nova de Famalicão 1,5 léguas, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 100.000 réis, tem Casas de Residência e pertence ao 8º Círculo da Palestra de que é centro Telhado.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

Nesta freguesia não há Capelas nem Oratórios.

O actual pároco é Luís António de Castro, e é Encomendado, mas os Párocos desta Igreja tinham o título de Vigário, é Encomendado nesta Igreja há 10 anos, e foi antes coadjutor em São Lázaro em Braga, capelão da Misericórdia em Guimarães, frequentou Gramática Latina e Filosofia, e Moral, e tem residido nesta freguesia, ao menos aos Domingos, gostando de estar por Braga à semana, os seus costumes não são maus, a sua suficiência é escassa.

Nesta freguesia não há Presbítero algum, nem Egresso, nem Ordinando.

Esta freguesia esteve anexa à de Santa Maria de Telhado com que parte mui proximamente, e está nos termos de o tornar a ser assim pela sua população, como pela pequena população, e ainda para bem dos fregueses, que melhor serão servidos nas suas necessidades espirituais.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 27]

Pousada, orago São Martinho, tem Fogos 32, Habitantes 103, dista da cidade de Braga 2 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão 1,5 léguas, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõgrua de 100.000 réis, tem Casas de Residência, e pertence ao 5º Círculo da Palestra de que é centro Joane.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, tem os paramentos necessários.

Nesta freguesia há uma Capela cujo Padroeiro é Santa Justa, está junta a uma fazenda, cujo dono é obrigado à sua fábrica, está de novo reedificada e está decente, mas ainda não tem paramentos.

O actual pároco é José Pereira de Sá, tem o título de Vigário ad Nutum, tem de idade 58 anos, cura esta Igreja desde o ano de 1833, menos sete anos que esteve dela suspenso por motivos políticos, e se julgar incapaz, até que em 1843 conseguiu entrar para ela, frequentou as Aulas d Gramática Latina, e Moral, a sua conduta não é muito má, a sua literatura é uma inteira insuficiência.

Há nesta freguesia um Presbítero, o Reverendo João Francisco de Carvalho de idade de 75 anos, há 4 anos que se acha empregado [=entrevado] e de todo impossibilitado.

Esta freguesia esteve anexada à freguesia do Salvador de Joane vários anos, e todas as razões

pedem que de novo seja anexada à mesma, assim pela sua proximidade, e mistura de fregueses, como pela sua pequena população.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 27 verso]

Requião, orago São Silvestre, tem fogos 283, Habitantes 1129, dista da cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado, que é Vila Nova de Famalicão, meia légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 300.000 réis, tem Casas de Residência, e é centro do 6º Círculo da Palestra.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem adorno, e os paramentos muito precisam de reforma, assim como o pavimento da Igreja.

Há nesta freguesia 6 Capelas, a saber: a de Santiago sita no lugar de Ninães, celebra-se nela, está decente e bem paramentada, pertence ao dono da Quinta a que está unida, e por ele é fabricada.

A Capela de Santa Luzia sita no monte deste nome, não se celebra nela, só sim no dia da sua festa, não tem paramentos, vão da Igreja, está reparada de novo, não tem rendimentos próprios, a Junta de Paróquia é que a administra com algumas esmolas que os fiéis oferecem.

A Capela de Santo António sita no lugar de Fafião, está decente, e tem paramentos decentes, e celebra-se nela, é obrigado à sua fábrica o dono da Quinta onde está sita.

A Capela de São José sita no lugar da Codiceira, está decente e tem paramentos decentes, celebra-se nela, e é obrigado à sua fábrica o dono da Quinta, a que está unida.

A Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, sita no lugar das Quintães, está decente e tem bons paramentos, e nela se celebra, é obrigado à sua fábrica o Senhor da Quinta a que está unida.

[folha 28]

A Capela de Nossa Senhora das Neves de Pedra Leital, sita no monte de Leital, está em sofrível estado, só se celebra nela em dia de São João Baptista, cuja imagem ali está colocada, isto alguns anos, quando algum devoto quer festejar o santo, e neste caso vão os paramentos da Igreja porque os não tem. Não tem fundos, a junta de Paróquia obrigada à sua conservação e reparos

Não há nesta freguesia Oratórios.

O actual pároco é António Miguel de Sousa e Melo, tem o título de Reitor, e tem sempre residido, não serviu emprego algum eclesiástico, tem de idade 65 anos, frequentou Gramática Latina, Filosofia Racional, e Teologia Dogmática e Moral, tem instrução, e é de boa conduta, exacto no Ministério de Pároco e muito hábil.

Há nesta freguesia 6 Presbíteros, a saber: o Reverendo Manuel José Gonçalves de Araújo, natural da freguesia de Santiago d'Antas e residente nesta há 8 anos, tem de idade 84 ano, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1784, tem Licença para Celebrar e jurisdição da Confessar por tempo ilimitado concedida por Sua Ex.^{cia} R.^{ma} o Sr. Arcebispo Primaz, foi Encomendado em Santiago da Cruz, e em Vairão no Bispado o Porto, frequentou Gramática Latina, Retórica, Filosofia, Teologia Dogmática e Moral, tem boa conduta, está celebrando, mas ditado d'impossibilitar-se.

O Reverendo Bernardo de Sá Correia Araújo, de idade de 74 anos, natural e residente sempre nesta freguesia, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1795, tem Licença para Celebrar, e jurisdição para Confessar sem limite de tempo concedida por Sua Ex.^{cia} R.^{ma} o Sr. Arcebispo Primaz, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, Teologia

[folha 28 verso]

Dogmática e Moral, foi secretário em duas Visitações, presentemente esta inabilitado por suas moléstias, e idade, mas ainda Celebra, sempre foi de boa conduta.

O Reverendo José António Ferreira, de idade de 71 anos, é natural da freguesia de São Pedro de Agostém, Comarca de Chaves, e residente nesta de Requião há mais de 30 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1797, frequentou Gramática Latina, Filosofia e Moral, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar até o ano de 1846, tempo em que finda o seu exame, não tem exercido emprego algum eclesiástica nem o pode exercer em razão das suas moléstias, e idade, é de boa conduta.

O Reverendo Francisco António Álvares, tem de idade 51 anos, é natural desta freguesia onde tem sempre residido, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1821, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar até o mês de Novembro de 1846, exame que dura ainda por dois anos, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Moral, foi Encomendado por dois anos na freguesia de Bente, hoje está inábil para pároco por suas moléstias, tem boa conduta.

O Reverendo Remígio Carneiro d'Araújo, natural e sempre residente nesta freguesia, de idade de 51 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1819 anos, frequentou Gramática Latina, Filosofia e Teologia, nunca foi empregado em cousa alguma, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar sem limitação de tempo por Sua Ex.^{cia} R.^{ma} o Sr. Arcebispo Primaz

concedida, tem e sempre teve boa conduta, mas não pode ser empregado em razão de suas débeis forças.

O Reverendo Joaquim Correia d'Araújo, natural e sempre residente nesta freguesia, tem de idade 47 anos, frequentou Gramática Latina, e Moral, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de mil

[folha 29]

oitocentos e vinte e sete, nunca se habilitou para Confessar, nem o poderá fazer por ter perdido o hábito de estudar, e queixa-se de falta de forças, a cujo por tudo requer Licença para Celebrar, presentemente tem Licença para Celebrar até Agosto de 1846, concedida por Sua Ex.^{cia} R.^{ma} o Sr. Arcebispo Primaz, a sua conduta não é má.

Há nesta freguesia 2 Egressos, a saber: o Reverendo João d'Assunção Carneiro, da Ordem dos Cónegos Regrantos de Santo Agostinho, ex-geral da mesma Congregação, e ultimamente morador no Convento de Santa Cruz de Coimbra, aliás em São Vicente de Fora da cidade de Lisboa, tem de idade 62 anos e reside nesta freguesia há sete, inábil para pároco em razão de suas moléstias habituais, tem jurisdição para Confessar, e Licença para Celebrar e Pregar, sem limitação de tempo, concedida por Sua Ex.^{cia} R.^{ma} o Sr. Arcebispo Primaz, anda cuidando em se habilitar para receber prestação, tem boa conduta.

O Reverendo Francisco de Jesus Maria Salgado, Egresso da Congregação dos Cónegos Regrantos de Santo Agostinho, e sua última morada foi em Santa Cruz de Coimbra, tem de idade 73 anos, frequentou as Aulas do seu Colégio, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar por tempo ilimitado, concedida por Sua Ex.^{cia} R.^{ma} o Sr. Arcebispo Primaz, está inábil por suas moléstias, e está habilitado para receber prestação, tem boa conduta.

Nesta freguesia não há Ordinandos.

Esta freguesia é central, e pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 29 verso]

Riba d'Ave, orago São Pedro, tem Fogos 108, Habitantes 440, dista da cidade de Braga 3 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado 2 léguas, que é Vila Nova de Famalicão, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 150.000 réis, pertence ao 4º Círculo da Palestra de que é centro São Miguel das Aves.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, enquanto a paramentos precisa de reforma.

Há nesta freguesia uma Capela de que é padroeiro São Roque sita no cume do monte desta freguesia, está decente, mas não tem paramentos, é administrada pela Junta de Paróquia, e tem rendimentos das esmolas que oferecem os fiéis, que muito bem chegam para a conservar com decência.

Não há nesta freguesia Oratórios.

O actual pároco desta freguesia é Joaquim Dias Alves Pimenta, tem o título de Abade, foi colado em Dezembro de 1844, tem de idade 40 anos, foi antes de vir para esta Igreja coadjutor na Igreja de Lordelo, Encomendado em Santiago de Castelões, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Dogmática e Moral, tem residido sempre, a sua conduta é boa, e é hábil.

Há nesta freguesia um Presbítero, o Reverendo João José Pereira de Faria, de idade de 37 anos, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar até Setembro de 1846, exame até 5 de Julho de mil

[folha 30]

oitocentos e quarenta e oito, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1833, não tem servido emprego algum eclesiástico, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, e sempre tem residido nesta freguesia, a sua conduta não é muito má, porém pouco hábil para pároco, sendo a sua literatura mui módica.

Não há nesta freguesia Egresso, nem Ordinando.

Esta freguesia pela sua população e posição pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 30 verso]

Ribeirão, orago São Mamede, tem Fogos 180, Habitantes 705, dista da cidade de Braga 4 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão, 1 légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 250.000 réis, tem sempre residido, pertence ao 12º Círculo da Palestra que é centro Ferreiró.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem alguns paramentos, mas precisa de grande reforma, esta Igreja foi roubada e levaram-lhe o Sagrado Vaso, Custódia e outras muitas coisas, que não obstante ter-se ordenado tirar da Igreja aquilo que podia fazer cobiça aos ladrões, o Reitor que é muito senhor da sua vontade, não observou esta ordenação tão útil aos interesses da Igreja e antídoto contra os desacatos, prevalecendo o seu amor-próprio.

Há nesta freguesia uma Capela de que é padroeira Santa Ana sita no lugar deste mesmo nome, está decente e tem alguns paramentos, a sua fábrica está a cuidado da Junta de Paróquia, que a venera com algumas esmolas que dão os fiéis.

O actual pároco é Manuel José Barreira, tem o título de Reitor, tem de idade 45 anos, foi colado no ano de 1841, antes tinha sido Encomendado na freguesia de Esmeriz, e cura nesta mesma Igreja, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Moral, tem residido sempre, a sua conduta não é má, e a sua literatura mui módica.

Não há nesta freguesia Presbítero algum nem Egresso.

Há um Ordinando, António Joaquim filho de Josefa Maria Gomes do Couto, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e frequenta Moral, é de boa conduta e parece se conduz por índole e vocação, tem património, e não tem impedimento algum que o estorve de se ordenar.

Esta freguesia pela sua posição e população pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 31]

Ruivães, orago São Salvador, tem Fogos 201 com a anexa, Habitantes 750, dista da cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão, 1 légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõgrua de 200.000 réis, pertence ao 2º Círculo da Palestra de que é centro a Carreira, tem Casas de Residência.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, tem paramentos e precisa de alguma reforma neles.

Há nesta freguesia 3 capelas, a saber: a de São Pedro no lugar do Monte de Nomães, nela se celebra e está decente, menos o Altar que precisa de reforma, não tem paramentos próprios, é obrigado à sua fábrica Manuel José de Azevedo do mesmo lugar.

A Capela de Santo António sita no lugar de Rebordêlo pertence à Quinta de que é Senhor o Conde de Terena, está decente mas não tem paramentos.

A Capela de Nossa Senhora da Soledade sita no Monte Calvário, nela está erecta a Confraria ou Irmandade da mesma Senhora, esta decente e tem os paramentos necessários, é a Irmandade que tem a seu cuidado a sua fábrica.

Não há nesta freguesia Oratório particular.

O actual pároco é Domingos José Ferreira, tem de idade 66 anos, tem o título de Abade, foi colado nesta Igreja no ano de 1827, antes de vir para esta Igreja foi Vigário colado na Igreja de São Fagundo na Vila da Condeza (sic) Bispado de Coimbra, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral,

[folha 31 verso]

tem residido sempre, a sua conduta é boa, e tem instrução.

Tem esta freguesia três Presbíteros:

O Reverendo José Correia Carneiro, de idade de 66 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1802, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar até 14 de Junho de 1847, tempo em que finda o seu exame, serviu de Encomendado nesta freguesia, e na da Carreira, tem bom comportamento e instrução, e é hábil para o Ministério de Pároco.

O Reverendo Domingos José Dias, tem de idade 41 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1830, tem exame por quatro anos, e Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar até Agosto de 1847, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, e Moral, o seu comportamento não é mau, as suas letras são mediócras, e pouco hábil para o Ministério de Pároco.

O Reverendo Manuel do Nascimento, natural de São Simão de Novais anexa a esta, tem de idade 38 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1842, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar por seis meses, tempo em que finda o seu exame, frequentou Gramática Latina, Filosofia, Retórica, e Teologia Moral, não tem exercido emprego algum eclesiástico, é de bom comportamento, e é hábil para o Ministério de Pároco.

Há nesta freguesia três Egressos:

O Reverendo Luís Clímaco de Sequeira Vilaça, Egresso do Mosteiro da Costa da Vila de

Guimarães, de idade de 42 anos, natural da cidade de Braga, e residente nesta freguesia há mais de 20 anos, não Celebra nem Confessa, mas está habilitado, como doente, para receber prestação.

[folha 32]

O Reverendo António da Soledade, de idade de 58 anos, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar e Pregar até Maio de 1846, e exame até Maio de 1849, e está habilitado para receber prestação como doente, é Egresso do Convento de Santo António de Guimarães em que residiu ultimamente, não é de maus costumes.

O Reverendo Caetano Correia, de idade de 74 anos, sua última morada foi o Convento de Santo António de Guimarães, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar e Pregar até Junho de 1846, está habilitado para receber prestação, não é de maus costumes.

Esta Igreja tem a sua anexa de São Simão que a fez mais central, e pode continuar a ser Matriz, menos o lugar da Saldanha na anexa de São Simão que fica muito mais cómodo para a freguesia da Carreira, ou Delães.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 32 verso]

Seide, orago São Miguel, tem Fogos 57, Habitantes 185, dista da cidade de Braga 3 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado, que é Vila Nova de Famalicão, $\frac{3}{4}$ de légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cômgrua de 100.000 réis, tem Casas de Residência, mas muito más, pertence ao 2º Círculo da Palestra que é centro a Carreira.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

Não há nesta freguesia Capelas nem Oratórios particulares.

O actual pároco é Manuel José Machado, tem de idade 60 anos, o título desta Igreja é Vigairaria, este pároco cura a freguesia por Carta de Encomendação, que dura até Março de 1846, em antes foi Encomendado na Igreja de Santa Maria de Vermoim, tem residido, frequentou as Aulas de Gramática Latina, e Moral, a sua conduta é boa, e é hábil para o Ministério de Pároco.

Nesta freguesia não há Presbítero algum, nem Egresso, nem Ordinando.

Esta freguesia já foi em outro tempo anexa à do Salvador de Bente e ainda o devia ser se também se unisse a de Santa Marinha de Landim, porque são todas mistas e mui próximas.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 33]

Seide, orago São Paio, tem Fogos 70, Habitantes 250, dista da cidade de Braga 3 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado que é Vila Nova de Famalicão, $\frac{3}{4}$ de légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 100.000 réis, tem Casas de Residência, e pertence ao 6º Círculo da Palestra de que é centro Requião.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e os paramentos necessários.

Nesta freguesia não há Capelas nem Oratórios particulares.

O actual pároco desta freguesia é o Reverendo Manuel Ribeiro d'Araújo, tem o título de Vigário, foi colado nesta Igreja no ano de 1824, não serviu antes, nem depois, emprego algum eclesiástico, tem de idade 55 anos, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, tem residido sempre, tem alguma instrução, a sua conduta não é má, e é hábil para o seu Ministério.

Há nesta freguesia um Presbítero, o Reverendo José Lourenço de Queiróz, de idade de 42 anos, recebeu a última Ordem no ano de 1827, tem Licença para Celebrar até 18 de Fevereiro futuro, nunca foi habilitado, nem serviu emprego algum eclesiástico, frequentou Gramática Latina, Filosofia e Moral, mas com pouco aproveitamento, sua literatura mui medíocre, e por isto pouco apto para o Ministério de Pároco, a sua conduta não é má.

Nesta freguesia não há Egresso, nem Ordinando algum.

Esta freguesia está entrelaçada com a da Lagoa, e Santa Maria d'Abade e todas as três tem uma só Cruz que serve para todas, isto de tempos antigos, o que mostra que todas três se deviam unir em uma.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 33 verso]

Sequeirô, orago São Martinho, tem Fogos 92, Habitantes 292, dista da cidade de Braga, 4 léguas, e da cabeça do concelho que é Santo Tirso, $\frac{1}{4}$ de légua, e da cabeça do arceprelado que é Vila Nova de Famalicão, 1 légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 185.000 réis, tem Casas de Residência, pertence ao 2º Círculo da Palestra de que é centro a Carreira.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

Há nesta freguesia a Capela de Nossa Senhora do Amparo sita no lugar de Gomarís, está decente, já teve paramentos, mas agora não os tem, é obrigado à sua fábrica o senhor da Quinta a que está junta.

Não há nesta freguesia Oratórios particulares.

O actual pároco é o Egresso Bento da Soledade Azevedo, da Ordem Beneditina, tem o título d'Abade, entrou para esta Igreja em Janeiro do presente ano, mas não está colado, tem de idade 53 anos, frequentou o Colégio da sua Ordem, a sua última morada foi no Convento de Santo Tirso, está habilitado para receber prestação, é de boa conduta, e hábil para o Ministério de Pároco.

Esta freguesia pela sua posição pode continuar a ser Matriz.

Nesta freguesia não há Presbítero algum, nem Ordinando, ou Egresso e muito se precisa de quem ajude.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 34]

Sezures, orago São Mamede, tem fogos 85, Habitantes 268, dista da cidade de Braga 1,5 léguas, e da cabeça do concelho e arceprelado, que é Vila Nova de Famalicão, 1,5 léguas, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 100.000 réis, tem Casas de Residência, e pertence ao 8º Círculo da Palestra que é centro Telhado.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

Há nesta freguesia a Capela de São Vicente Mártir, está colocada no Monte do mesmo nome, há nesta Capela uma Confraria de que é Padroeiro o mesmo Santo, e está obrigada à sua fábrica,

está decente e tem os paramentos necessários.

Não há nesta freguesia Oratórios particulares.

O actual pároco é o Reverendo Francisco José Vilaça, tem o título de Vigairo, está só eleito e não colado, e vai em dois anos que cura esta Igreja na qualidade de Encomendado, tem de idade 42 anos, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, tem residido sempre, a sua conduta não é má, e é hábil.

Há nesta freguesia um Presbítero, o Reverendo Domingos José Rodrigues, natural da freguesia de Tebosa, reside nesta a melhor de um ano, recebeu a Ordem de Presbítero no ao de 1833, e tem de idade 36 anos, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar por um ano, frequentou Gramática Latina, Filosofia e Teologia, não tem tido emprego algum eclesiástico, a sua conduta não é má, é hábil.

Nesta freguesia não há Egresso algum nem Ordinando.

Esta freguesia é cercada de montes, e será dificultosa a sua reunião.

O Abade Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 34 verso]

Telhado, orago Santa Maria, tem Fogos 196, Habitantes 655, dista da cidade de Braga 1,5 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado, 1,5 léguas, que é Vila Nova de Famalicão, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cômgrua de 235.000 réis, tem Casas de Residência, e é centro do 8º Círculo da Palestra.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, mas nem por isso escapou aos ladrões, que no tempo em estava em Encomendação no ano passado foi roubada, e lhe levaram a Custódia, os Vasos do Sacrário, coroas dos Santos de valor, alguns Cálices, dois da fábrica, e um da Confraria das Almas, e para suprir esta falta a freguesia comprou um vasilho de latão para levar o Santíssimo Sacramento aos enfermos, e a Confraria do Senhor tem prometido comprar um Vaso grande, e nova Custódia, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento e tem paramentos.

Há nesta freguesia a Capela com a invocação de Jesus, Maria e José, está sita no lugar do Sobrado, está decente, e tem bons paramentos, a sua fábrica é por conta do dono da Quinta a que está contígua.

O actual pároco é o Doutor Rodrigo de Sousa Machado, Arcediago do Bago na Sé de Viseu, está curando esta Igreja desde o ano de 1844, tem o título de Abade colado, tem de idade 75 anos, antes de vir para esta Igreja foi Abade em São Martinho de Travassos, foi Lente em Coimbra na Faculdade de Teologia, está jubilado, tem sempre residido desde que veio para esta Igreja, a sua conduta é boa, mas a sua idade e as queixas que padece o inabilitam.

Não há nesta freguesia Presbítero algum, nem Ordinando, nem Egresso, e muito se precisa de Presbíteros.

[folha 35]

Esta freguesia pela sua posição e população pode continuar a ser Matriz, e tem mui próxima a de Santa Marinha da Portela que já esteve anexada a esta, e de novo o deve ser, estando muito contígua, e ter pequena população sendo ambas sitas em uma ribeira.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 35 verso]

Vale, orago São Cosme, tem Fogos 250, Habitantes 894, dista da cidade de Braga 2 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado, que é Vila Nova de Famalicão, 1 légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cômgrua de 350.000 réis, provenientes dos rendimentos do Passal, sabido e benesses, que tudo excede muito, tem Casas de Residência, e pertence ao 8º Círculo da Palestra de que é centro Telhado.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários, e com asseio pelo zeloso (sic) Pároco defunto.

Há nesta freguesia a Capela de São Bento próxima à Igreja, e pertença dela, está decente.

O actual pároco é o Reverendo José Joaquim de Oliveira, tem o título de Abade, tomou posse desta Igreja no ano de 1841, tem de idade 36 anos, diz ele que frequentou os estudos necessários para o Sacerdócio, a sua literatura é muito ordinária, a sua conduta não é má, mas tem residido sempre desde que tomou posse, e não tem servido emprego algum eclesiástico.

Há nesta freguesia três Presbíteros, a saber:

O Reverendo João Baptista da Silva, natural da cidade de Braga, tem de idade 80 anos, recebeu a Ordem de Presbítero há 54 anos, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, Teologia Dogmática, e Moral, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar pelo tempo que

lhe resta do seu exame, e perdura até Junho de 1847, a sua conduta é boa, mas a sua idade o inabilita.

[folha 36]

O Reverendo António Marques, natural desta freguesia, de idade de 48 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1813, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar pelo tempo que lhe resta do seu exame, que finda em Junho de 1847, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, a sua conduta é boa, e é hábil.

O Reverendo António Luís Lopes, natural desta freguesia, tem de idade 27 anos, recebeu a Ordem de Presbítero à oito meses, tem Licença para Celebrar, e está estudando em Braga, Teologia Moral para se habilitar, frequentou as Aulas de Gramática Latina, e Filosofia, a sua conduta é boa.

Há nesta freguesia um Ordinando, Joaquim José da Costa, filho legítimo de Manuel da Costa e Mariana da Costa, desta freguesia, o seu comportamento é bom, mostra desejos de se Ordenar, estudou Gramática Latina em que ainda cuida, seus pais são abonados, e muito bem lhe podem fazer o património, e não tem ao presente impedimento algum que o impeça de se Ordenar.

Nesta freguesia não há Egresso algum.

Esta freguesia é bem central, e pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 36 verso]

Vale, orago São Martinho, tem Fogos 127, Habitantes 430, dista da cidade de Braga 2,5 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado, que é Vila Nova de Famalicão, meia légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a côngrua de 160.000 réis, tem Casas de Residência, e pertence ao 6º Círculo da Palestra de que é centro Requião.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

Nesta freguesia não há Capelas, nem Oratórios particulares.

O actual pároco é o Reverendo Joaquim Teixeira Marinho, que a cura por Carta de Encomendação desde o ano de 1837, e a Carta de Encomendação dura pela reforma até

7 de Outubro de 1846, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, e Moral, não tem servido emprego algum eclesiástico, a sua conduta não é má, a sua literatura módica.

Há nesta freguesia um Presbítero, o Reverendo António de Sousa Macedo, natural da freguesia de Cavalões e residente nesta há 3 anos, tem de idade 41 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1832 em Elvas, frequentou Gramática Latina, Filosofia e Moral, tem Licença para Celebrar, e Pregar, e jurisdição para Confessar até o ano de 1847, tempo em que finda o seu exame, este Presbítero trata muito de induzir as pessoas incautas, o que lhe dão bom dinheiro, e outras cousas a título de ser pobre, horrorizando-as com o Inferno, em Rates conseguiu de uma simples uma doação, nesta freguesia tem o mesmo arranjado, tem abusado da Sagrada Oratória com manifesto escândalo, na freguesia de Fradelos há anos, em Santiago da Cruz o ano passado e em outras mais, quer por força ir pregar, não sendo vontade dos Párocos, que estão em resistência, a sua literatura é muito módica.

Não há nesta freguesia Ordinando algum, nem Egresso, e está esta freguesia em posição de continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 37]

Vermoim, orago Santa Maria d'Abade, tem Fogos 20, Habitantes 100, dista da cidade de Braga 3 léguas, da cabeça do concelho e arciprestado meia légua, que é Vila Nova de Famalicão, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõgrua de 100.000 réis provenientes do bom Passal, sabidos e benesses, que tudo excede muito a cõgrua, pertence ao 7º Círculo da Palestra de que é centro Santiago d'Antas.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários.

Nesta freguesia não há Capela alguma nem Oratório particular.

O actual pároco desta freguesia é o Reverendo Manuel Mendes da Silva, tem o título d'Abade, tem de idade 70 anos, tomou posse e foi colado há 43 anos, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, e Teologia Moral, não reside há mais de 20 anos por moléstias, vivendo em uma apatia, tem cuidado em obter Brave Apostólico de non residendo, mas creio que ainda o não tem, a Igreja é curada pelo Reverendo Roberto Roiz de Sá Araújo que ainda dura 6 meses a Carta de Encomendação, este Encomendado frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia e Moral, a sua conduta é boa, e é hábil.

Não há nesta freguesia Presbítero algum, nem Egresso, nem Ordinando.

Esta freguesia entrelaçada com o Salvador da Lagoa deve ser anexada à da Lagoa, pois não tem população, e a sua posição pede ser anexada, o que talvez já em outro tempo o seria não havendo mais que uma Cruz para as 3 freguesias da Lagoa, São Paio de Ceide e esta de Santa Maria d'Abade.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 37 verso]

Vermoim, orago Santa Maria, tem Fogos 165, Habitantes 570, dista da cidade de Braga 2,5 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado, que é Vila Nova de Famalicão, uma légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngua de 150.000 réis, e pertence ao 5º Círculo da Palestra de que é centro Joane.

A Igreja desta freguesia está segura, e decente, e tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e os paramentos necessários.

Há nesta freguesia duas Capelas, a saber: a de Nossa Senhora do Rosário sita no lugar da Igreja Velha, está com muita decência e tem os paramentos necessários, é fabriqueiro dela o senhor da Quinta à que está contígua.

A de Nossa Senhora do Desterro sita na Quinta da Florida, não tem paramentos, mas está com decência, é seu fabriqueiro o senhor da Quinta o senhor da Quinta (sic) em que está sita.

Há nesta freguesia um Oratório particular nas Casas de Joaquim d'Aguiar Pimenta Carneiro, está decente, e tem os paramentos necessários, e está em conformidade do Breve, estando vivos muitos ainda dos Indultados, como vi no Breve que me apresentaram.

O actual pároco desta freguesia é o Reverendo António José Monteiro, título Vigário ad Nutum, tem de idade 53 anos, entrou para esta Igreja no ano de 1825, antes de vir para esta Igreja foi coadjutor na Igreja de São Miguel das Aves, frequentou Gramática Latina, Filosofia, e Moral com bem pouco aproveitamento,

[folha 38]

tem sempre residido, a sua conduta não é má, porém o demasiado uso do vinho o põe muitas vezes em estado de não poder usar bem da sua liberdade.

Nesta freguesia não há Presbítero algum nem Egresso.

Há um Ordinando, João Inácio d'Aguiar Pimenta Carneiro, filho de Joaquim d'Aguiar Pimenta Carneiro e Dona Quitéria, tem frequentado as Aulas de Gramática Latina, e de presente frequenta Filosofia em Braga, é de bons costumes, e mostra desejos de se Ordenar, e seus pais, que são abonados tem com que lhe façam o património, e não tem impedimento algum que o estorve de se Ordenar.

Esta freguesia pela sua posição e população pode continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 38 verso]

Vilarinho das Cambas, orago São Salvador, tem Fogos 66, Habitantes 307, dista da cidade de Braga 3,5 léguas, e da cabeça do concelho e arciprestado, que é Vila Nova de Famalicão, $\frac{3}{4}$ de légua, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 173.900 réis, pertence ao 12º Círculo da Palestra de que é centro Ferreiró.

A Igreja desta freguesia está segura e decente, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e tem os paramentos necessários, esta Igreja foi dos Templários.

Nesta freguesia não há Capelas, ou Oratórios particulares.

O actual pároco é o Reverendo Joaquim Pereira de Vasconcelos Carneiro, tem de idade 38 anos, colou-se e tomou posse desta Igreja no dia 7 de Setembro próximo passado, não tem servido emprego algum eclesiástico, frequentou as Aulas de Gramática Latina, e Filosofia, Retórica e Moral, é Orador, a sua conduta parece ser boa, mas como não tem residido a título de procurar os seus arranjos, não se pode bem saber, o título que tem é de Abade.

Está curando esta Igreja o Reverendo Manuel José Álvares Pina, natural da freguesia de Nine, que tem de idade 37 anos, e recebeu a Ordem de Presbítero em mil

[folha 39]

oitocentos e trinta e três, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar até o ano de 1848, tempo em que finda o seu exame, foi coadjutor na freguesia de São Martinho de Bougado, Bispado do Porto, e depois Encomendado na mesma Igreja em quanto durou a sua vacatura, e ultimamente Encomendado nesta de Vilarinho, o seu comportamento é bom, e tem suficiência.

Nesta freguesia não há Presbítero algum nem Egresso, nem Ordinando.

Esta freguesia está cercada de montes ásperos, e pinhais embastecidos de maneira que se torna medonho a sua saída para qualquer parte nem tem freguesia para onde se possa reunir, e por isso não há remédio senão continuar a ser Matriz.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha 39 verso]

Vila Nova de Famalicão, orago Santo Adrião, tem anexa Santa Maria Madalena, que foi anexada no ano de 1522, a esta de Santo Adrião que fica fora da Vila, e só goza do título de Igreja Matriz pela sua antiguidade, estando hoje em forma de Capela, sem corpo de Igreja, e assim mesmo está com decência, ambos tem Fogos 244, e Habitantes 950, dista da cidade de Braga 3 léguas, e é cabeça do concelho e arciprestado, e pertence ao 7º Círculo da Palestra de que é centro Santiago d'Antas, tem Casas de Residência em Santo Adrião, em Santa Maria Madalena não tem, foi arbitrada ao Reverendo Pároco a cõngrua de 260.000 réis.

A Igreja de Santa Maria Madalena que hoje serve de Matriz ameaça ruina no corpo da Igreja, a capela-mor feita de novo, e acrescentada ainda que sem prévia licença, não está concluída tem mui pouca decência, e grande falta de paramentos, tem Sacrário com o Santíssimo Sacramento, e há nesta mesma Igreja segunda nave que pertence à Confraria do Senhor por quem é venerado o Santíssimo Sacramento, e esta está decente.

Há nesta freguesia uma Capela cujo orago é São Francisco, está sita na Quinta do Vinhal, está decente, e tem os paramentos necessários, e é fabricada pelo senhor da Quinta.

Há outra Capela da Senhora da Lapa sita no lugar da Rua, está decente, e tem os paramentos necessários, é administrada pela Junta de Paróquia.

Há outra Capela de Santo António sita no lugar da Feira está com decência, e tem os paramentos necessários, é administrada pela Ordem Terceira, que foi erecta na mesma capela.

[folha 40]

O actual pároco desta freguesia e Vila é o Reverendo José Fortunato Pinto Correia, tem o título de Abade, tem de idade 36 anos, está pároco nesta Igreja colado há um ano, desde este tempo tem sempre residido, não tem servido emprego algum eclesiástico, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia Racional, Retórica, Teologia Dogmática, e Moral, o seu comportamento é bom, tem instrução e é hábil.

Há nesta freguesia dois Presbíteros, a saber:

Reverendo José Joaquim Gomes, natural desta mesma Vila, tem de idade 42 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1829, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar por dois anos tempo em que finda o seu exame, frequentou as Aulas de Gramática Latina, Filosofia, Teologia Dogmática e Moral, é de boa conduta e hábil para o Ministério de Pároco.

O Reverendo António José de Carvalho, de idade de 39 anos, natural da freguesia de Minhotães, residente nesta Vila há 5 anos, recebeu a Ordem de Presbítero no ano de 1831, tem tão-somente Licença para Celebrar por 3 meses, e não está habilitado, a sua conduta não é má mas pouco hábil pela sua insuficiência.

Há nesta Vila um Egresso, o Reverendo João Bernardino da Ordem Beneditina, é natural de Durrães, e reside nesta Vila há 11 anos, tem Licença para Celebrar e jurisdição para Confessar e Pregar por um ano, e exame por dois anos, frequentou o Colégio na sua Ordem, e o último Convento onde residiu foi em Santo Tirso, está habilitado para receber prestação o seu

[folha 40 verso]

comportamento é bom e a não ser impedimento a sua falta de saúde, é hábil, e o mostrou em sete a oito anos que foi Encomendado nesta Igreja.

Há nesta Vila um Ordinando filho de José Joaquim Ribeiro de Campos, Ana Joaquina, chama-se António Joaquim Ribeiro de Campos, recebeu Ordens Menores neste presente ano, aplica-se ao estudo, o seu comportamento é bom e promete um bom eclesiástico.

O Abade servindo de Arcipreste
Bento José de Sampaio Araújo

[folha I]

Relação dos Círculos da Palestra

1º Círculo

Cabeçudos, Esmeriz, Lousado, Palmeira, Avidos e Lagoa.

Presidente: o Abade de Cabeçudos, Bento José de Sampaio Araújo
Substituto: o Reverendo Abade da Palmeira, António Xavier Álvares Pereira

[folha II]

2º Círculo

Areias, Lama, Sequeirô, Landim, Seide São Miguel, Bente, Ruivães e Carreira.

Presidente: o Abade Eleito da Carreira, O Reverendo Manuel António Xavier

Substituto: o Reverendo Abade de Ruivães, Domingos José Ferreira

[folha III]

3º Círculo

Bairro, Delães, Oliveira São Mateus, Oliveira Santa Maria.

Presidente: o Reverendo Abade de Bairro, Dionizio José Barroso

Substituto: o Reverendo Abade de Delães, José Lopes Coelho

[folha IV]

4º Círculo

São Miguel das Aves, São Pedro de Riba d'Ave, Cerzedelo, Pedome.

Presidente: o Reverendo Abade de São Miguel das Aves, João Barroso Pereira Capelo

Substituto: o Reverendo Abade de São Pedro de Ribadave, Joaquim Dias Álvares Pimenta

[folha V]

5º Círculo

Vermoim, Castelões, Pousada, Mogege, Joane.

Presidente: o Reverendo Reitor de Joane, José de Freitas Costa

Substituto: o Reverendo Encomendado de Castelões, Victorino José d'Abreu

[folha VI]

6º Círculo

Requião, Seide São Paio, Vale São Martinho.

Presidente: o Reverendo Reitor de Requião, António Miguel de Sousa Melo

Substituto: o Reverendo Padre Bernardo de Sá Correia Araújo, de Requião

[folha VII]

7º Círculo

Santa Maria d'Abade, Sant'Iago Dantas, Vila Nova de Famalicão, Gavião, Calendário.

Presidente: o Reverendo Abade de Sant'Iago Dantas, Rodrigo Joaquim de Menezes

Substituto: o Reverendo Abade de Gavião, João José da Cunha Cirne

[folha VIII]

8º Círculo

São Cosme do Vale, Telhado, Santa Marinha da Portela, Sezures.

Presidente: o Reverendo Doutor Abade de Telhado, Rodrigo de Sousa Machado.

Substituto: o Reverendo Abade de São Cosme do Vale, José Joaquim d'Oliveira

[folha IX]

9º Círculo

Nine, Jesufrei, Arnoso Santa Maria, Arnoso Santa Eulália, Arnoso São Salvador.

Presidente: o Reverendo Reitor de Nine, Manuel José Gonçalves

Substituto: o Reverendo Vigário de Jesufrei, José Joaquim Barbosa

[folha X]

10º Círculo

Louro, Mouquim, Lemenhe, Santiago da Cruz.

Presidente: o Reverendo Abade do Louro, Domingos Joaquim Pereira

Substituto: o Reverendo Abade de Santiago da Cruz, José Fernando d'Oliveira Lima

[folha XI]

11º Círculo

Cavalões, Outiz, Gemunde, Brufe.

Presidente: o Reverendo Abade de Cavalões, Manuel José Álvares Pereira

Substituto: o Reverendo Abade de Brufe, José António de Castro

[folha XII]
12º Círculo

Vilarinho, Fradelos, Ferreiró, Ribeirão.

Presidente: o Reverendo Abade de Ferreiró, Luís António d'Oliveira e Cunha

Substituto: o Reverendo Abade de Vilarinho, Joaquim Pereira de Vasconcelos Carneiro

O Abade servindo de Arcipreste

Bento José de Sampaio Araújo

(a) A numeração das folhas A e A verso, não estava no original, assim como a numeração das páginas em letra romana (cujas folhas também não possuem qualquer identificação), que são assim de minha autoria.

6.



6. A Nova Igreja de Antas

A. Martins Vieira

Introdução

A nascente da Igreja Antiga, encontra-se a Nova Igreja que foi inaugurada em Julho de 2016.

Tem a particularidade de estar geminada na vertical com o Centro Cultural e ainda servir-se do mesmo alicerce, fruto do arranjo de um relevo artificial para que ambos os rés-do-chãos tivessem o acesso, a partir da via pública.

Este facto, talvez considerado único, permite, não só economia de espaços, mas, pelo contrário, alterar a superfície da Igreja, que a pode limitar.

O Centro Cultural, por sua vez, dedica-se a serviços de natureza cívica e a aulas de catequese, uns e outros da área da Cultura - Conhecimento .E a Igreja, como é sabido, à prática da Religião Católica.

E, antes de entrar na descrição da Igreja, pretendo referir alguns itens que são necessários serem conhecidos antes de se iniciar a abertura de alicerces.

-Saber se próximo do local que vai servir para a implantação da Igreja, existe algum monumento que se encontre classificado como Monumento Nacional ou mesmo Imóvel de Interesse Público, porque dentro de 75 ou 50 metros, não pode haver construções; São espaços designados “*Non edificandi*”;

-Saber o número de paroquianos existente;

-Saber que as igrejas têm serviços específicos que requerem espaços próprios.

E só depois, descontados os ditos terrenos, tem de haver espaço para uma igreja que sirva para o presente e para o futuro e não proceder como fizeram os técnicos do séc. XII e XIII que desenharam pontes necessárias para o presente e não para o futuro e, pelo contrário, os romanos, na Península Ibérica e em todo o Império Romano do Ocidente e Oriente, fizeram pontes que ainda hoje permitem viaturas com vários eixos passarem sobre elas. Isto nos princípios do séc. II depois de Cristo.

1ª Parte

6.1 Descrição

6.1.1

Exterior - A Igreja está implantada no sentido nascente – poente, para não ser diferente da Antiga Matriz (fig. 1).

Apresenta uma forma oval, cujas paredes são dotadas de singeleza. No entanto, encontram-se abraçadas por anéis metálicos de alumínio, na forma de tubos quadrangulares, com a largura de 40 cm e o lado interior aberto. Os anéis estão entrelaçados, dando no conjunto, segundo informações, a representação da coroa de espinhos de Cristo (fig. 2).

Tem três portas, sendo uma para a sacristia, outra para saídas, apenas em casos de emergência, com 0,90 m de largura. Ora, depois de conhecer pela História o que aconteceu na cidade do Porto, em 20 de Março de 1888, no teatro Baquet, quando ocorreu um incêndio nos bastidores e fechado o gás da iluminação, sem luz e o pânico, os assistentes, sem a necessária calma, amontoaram-se junto à porta, impedindo a saída, tendo morrido 120 pessoas. A porta foi causa de morte e não de salvação.

A Porta axial ou principal que é de grande volumetria, foi construída com material metálico, em duas folhas, formadas cada uma por dois elementos, sendo o superior de forma quadrangular e o inferior rectangular, cujas juntas apresentam dois vãos de 35 cm de largo e na forma cruzada que configura uma cruz. (fig. 3).

6.1.2 Torre sineira

Peça implantada a poucos metros da porta principal que arrancou na mesma cota do Centro Cultural, apresentando uma altura mais elevada do que a fachada da Igreja. Apresenta uma forma fora do comum, mas não há nada que a desfigure. É, pois, uma torre, em dois lanços, equipada por barras ou maciços constituídos por betão armado, sendo o inferior oblíquo e o superior de posição vertical. Aquele, os maciços estão sobrepostos e no segundo caso, alternados, devido à colocação de 10 sinos que se encontram em duas séries de 3+3 e 2+2. Além disso, os ditos maciços, quer juntos, quer separados, assumem a forma triangular. É de considerar este projecto original e com louvor.

Os 10 sinos constituem um carrilhão, instrumento musical de percussão, para emitir notas que, no seu conjunto podem formar peças musicais.

6.1.3 Interior

Assume a mesma forma oval, havendo a considerar duas séries de bancadas, cujos elementos assumem a forma de arcos abatidos (fig. 4). No centro da nave ou corpo está a coxia que apresenta a largura de 3,10 m (fig.5).

No pavimento e logo na entrada, está assente uma peça cilíndrica, de cerca de um metro de altura por 0,70 cm. de diâmetro, com indicadores de funções baptismas, a qual consta de duas peças sendo a interna acastanhada e a de fora, branca, possivelmente, por folheado e com dois recortes em cruz que nos mostram dois braços igualmente castanhos , cujo autor pretendeu informar a existência de uma cruz (fig 6).

Há ainda a considerar a existência de duas galerias, com a largura de 3 metros, tendo cada uma cinco colunas, de forma trapezoidal, que desceram da sanca e poisaram no pavimento. São de gesso cartonada perfurado, para favorecer a audição, dizem. A sanca e elementos da abóbada são do mesmo material (fig. 7).

A sanca foi executada para servir de refúgio de lâmpadas que executam a iluminação indirecta.

Por último, em relação à nave e na galeria esquerda, existe uma escadaria que comunica com o Centro Cultural.

6.1.4 Presbitério (fig.8)

Numa cota de três degraus, está o presbitério, espaço destinado ao presbítero (sacerdote), ministros e acólitos. É considerado a alma da Igreja. Consta de vários elementos que passo a descrever:

6.1.4.1 Decoração (fig.8)

É, sem dúvida, a peça de arte que “salta aos olhos”, visto referir motivos diferentes, com um material raro e obra a condizer com o local.

a) Começava, então pelo lado direito que nos apresenta seis círculos concêntricos, cujo tímpano tem uma cor dourada. Os círculos significam os seis continentes

e, o tímpano, o mundo (fig.9).

b) A seguir está outro painel cuja figura principal apresenta Nossa Senhora da Conceição, porque está envolvida por elementos que a identificam: a pomba branca, dragão, maçã e duas figuras junto do dragão. Estas, obviamente, representam Adão e Eva, a maçã “desobediência”, o pecado e outras figuras, grandes e pequenas, a humanidade que contraiu o pecado. A pomba branca, símbolo da imaculabilidade (fig.10).

Eis, pois, uma passagem do Génesis, em evidência.

c) No centro dos painéis, mas escondida, está uma ave que pela anatomia descritiva, diz ser o pelicano, ave palmípede, naturalmente aquática, de grande porte, com bico muito comprido e provido de uma bolsa membranosa onde armazena os peixes que apanha.

Foi considerada, na Grécia Antiga, uma ave sagrada, segundo a lenda, que, não tendo peixes para dar aos filhos, perfurou o seu peito, donde saiu sangue que eles beberam e não morreram. Simboliza Cristo, o Redentor. Por isso, o autor da obra, Arq. Tiago Costa, colocou a peça no centro dos painéis (fig.11). Foi pena ter sido escondida! Outra valia, por ser mais volumosa, foi a responsável.

d) A seguir e do lado esquerdo, surge outro painel constituído por dois anjos, considerados mensageiros de Deus, com raios voltados para o mar Mediterrâneo, onde se encontra traçada uma rota e nela uma representação de um barco à vela que surge no sentido da Península Ibérica, pela costa atlântica até ao norte. Os ditos raios referem-se ao apoio da graça de Deus, no auxílio para uma boa viagem do barco e do tripulante (fig.12).

e) Por último, uma figura que apresenta características indicadoras de retratar um caminheiro que é santo, por estar aureolado. Os elementos existentes são o bordão para apoio, defender dos animais e salteadores, cabaça para reserva de água, vieira, concha de um molusco marítimo, para tirar água das fontes de mergulho e as abarcas nos pés.

A auréola, embora não nos indique pertencer a um caminheiro, testemunha santidade. Ora, o artista quis dizer-nos que a personagem apresentada condiz com Santiago Maior, porque não se fez santo depois da morte, mas durante a sua vida, porque foi martirizado, oferecendo a sua vida pela defesa da doutrina do seu Mestre (fig.13).

Este painel quer afirmar que S. Tiago foi caminheiro e evangelizou a Península Ibérica, reproduzindo o que se consta com os caminhos designados de São Tiago. Mas esta é uma obra de arte, porque o autor, Arq. Tiago Costa conseguiu executar a ideia, dando-lhe forma e não afirmar que foi o evangelizador da dita península.

6.1.4.2 Mesa do Altar

Está implantada no lugar certo, centro, formada por três elementos de mármore designado zonado, tendo junto e a acolitá-lo do lado da nave, uma estrutura de

contornos idênticos, uma 2ª mesa, mas de material diferente e mais pobre que aparenta ser um folheado. (fig.14).

Subjacente à Mesa do Altar, estão duas placas igualmente de marmorito, com o comprimento de 4,60 m. de fundo e 1,90 m. de largura, as quais se estendem sobre a nave até 1,30 m., escondendo alguns degraus.

Próximo da Mesa está uma estrutura também metálica que suporta duas representações, sendo uma cruz eléctrica, a qual apresenta a representação de Cristo Redentor, tendo a mão esquerda e o pé do mesmo lado soltos, cujo trabalho foi executado mediante aramados de espessuras diversas, com curvas e contracurvas e até contornos sobre panejamentos, que retratam o Cristo Redentor.

6.1.4.3 Sacrário

Está colocado dentro do Presbitério e do lado direito, no enfiamento do tímpano dos seis círculos, uma estrutura que consta de elementos de tamanhos diferentes, articulados na posição vertical e tamanho diferente, com cavidade cordiforme, donde se observa o monograma IHS (IESUS Hominum Salvator - Jesus Salvador dos homens (fig.15). Ao lado está a cadeira presidencial com duas, cadeiras dos Acólitos. A central distingue-se pelo espaldar que é maior, tendo nele a figura desenhada de uma cruz.

6.1.4.4 Ambão

Do lado esquerdo está o Ambão, com a forma cilíndrica e uma abertura, donde se avista a Cruz de Espada de S. Tiago. O material assemelha-se a folheado. Mas o lado oposto está fechado, não tem abertura (fig.16).

1. Igreja e Torre Sineira.
2. Anéis e a sua Simbologia.





3. Porta Principal e a sua Simbologia.
4. Bancada em duas Séries.



- 5. Coxia, espaço para passagens.
- 6. Pia Baptismal.



5.



6.



7. Galeria.
8. Presbitério e Decoração.



8.

9. 6 Continentes, significado.
10. Painel sobre a Sr.ª da Conceição.





11. Pelicano.
12. Painei sobre Anjos.



12.

13. Pannel sobre S. Tiago.

14. Mesa de Altar, Cruz, O Salvador e placagens.



13.



14.



15. Sacrário.
16. Ambão.



3ª Parte

Nesta vou fazer uma análise explicativa a todos os elementos que foram descritos com o rigor que os assuntos mereciam.

6.3.1

Igreja – Começo pela forma oval que merece a classificação de muito bem, mas a decoração que lhe foi aplicada ou simbolismo, segundo se diz, e que abraça todo o betão armado, não merece boa nota, porque entre dois valores, emblema e os encargos com numerário, este é muito mais pesado que o simbolismo. Além disso, o material aplicado, alumínio, não condiz com o material da construção.

A ornamentação do românico fora feita com material da mesma natureza da construção – granito. É o granito nos capitéis, arquivoltas e modilhões, denunciando ideias mitológicas, figuras geométricas diferentemente combinadas. O estilo gótico tinha decorações com motivos de natureza fitomórfica e animal, feitas com o granito. Pilastras, peças fortes e ricamente feitas com aplicação de contornos que, além de prestar serviços laterais na intercessão de dois muros, são elementos decorativos feitos com o mesmo material da construção.

6.3.1.1

Porta Principal – Aqui, apenas vou referir a suposta representação da cruz. E, antes de prosseguir sobre este assunto, vou dar o conceito de cruz, para melhor compreensão da referida matéria:

A cruz cristã é um símbolo da cruz onde foi morto Cristo. É uma peça sólida, significante, com peso e medida e forma própria. Não é formada por ar atmosférico, água e gases. Significante, porque não é um significado ou retrato. Por exemplo, um cesto de ir à figueira buscar figos é uma peça significante, mas a fotografia do cesto é um significado. Quanto à forma própria, quero informar que uma cruz se cair à água fica sempre a ser cruz. Não muda de forma. A água e os gases assumem a forma dos recipientes.

Ora a dita cruz consta de um vão horizontal e um vão vertical postos numa posição cruzada. Esses vãos têm peso e medida, porque não possuem um vácuo. Têm ar e o ar, numa pressão atmosférica normal (um litro pesa 1,3 gramas). Logo, tem peso e medida, mas não têm forma própria, nem é sólido. É gasoso.

Feita esta explicação, quero afirmar que na porta principal, nem sequer existe cruz como significado.

6.3.1.2

Torre – Pelo facto de vermos as torres estarem adossadas às frontarias das igrejas e na empena, não é regra arquitectónica, porque as igrejas visigóticas do séc. VII, até à Reconquista Cristã, e depois, as Igrejas Românicas do séc. XII e XIII também não tinham torres. O sino era colocado na empena da frontaria principal accionado por um arame ou corda.

Alguém pode, ao ler esta afirmação, estranhar a afirmação referida, porque, dizem, a Igreja Antiga de Antas é românica e tem torre. Sim, tem torre, mas não foi construída no séc. XII ou XIII, mas em 1895, inaugurada no mês de Agosto. E para confirmar, o sino que está no campanário do lado nascente foi lá colocado em 1895, com agravação no bronze e a frase: **“1895 Ano da inauguração da Torre, Agosto”**. Precisamente em 1995 fez esse sino 100 anos.

6.3.1.3

Pia Baptismal – Esta pia não condiz com a importância que em tempos, mais recuados, lhe atribuíam. Mas até a colocavam num lugar próprio que era no fundo da igreja e no lado direito, na dita pia vê-se uma cruz que não tem corpo sólido. Foi executado segundo uma ideia imaginada.

6.3.1.4

Coxia – No pavimento da nave, há a referir a existência da chamada coxia e duas séries de bancadas. Aquela apresenta a largura de 3,10 m, com um espaço muito largo. Relativamente às bancadas, atendendo à sua disposição e forma original, permitem aos fiéis boa participação, com vista e espírito aos actos litúrgicos. No entanto, houve exageros no emprego de madeira e na poupança do espaço.

6.3.1.5

Galerias – Um espaço que passou a não ter utilidade e que fez falta à nave.

Talvez o responsável pelo seu projecto, procurasse arranjar com as galerias, uma decoração na nave, porque não havia. Mas as colunas existentes não são estruturais,

porque foram feitas com placas de gesso cartonado, bem como a sanca que tem o mesmo material. Esta está a esconder as lâmpadas para a iluminação indirecta, havendo uma alternativa para a produção do mesmo efeito, mediante projectores colocados a meia parede e o feixe luminoso voltado para o meio da abóbada. Em Famalicão há exemplos desta iluminação, sem haver colunas.

6.3.1.6

Decoração no Presbitério – Aqui há que relevar o seu autor, Arq. Tiago Costa, pela sua competência, dedicação, feição estética e teimosia, visto ter passado seis meses a partir pedras e assentá-las nos espaços próprios para fazer as necessárias representações - Bem-haja. Mas aqui e agora também um Bem-haja e um Obrigado à devota da Senhora da Conceição que pagou as pesadas despesas da decoração. Mas também aqui uma censura pela ocultação do pelicano, figura que preside às outras representações, sem poder ser admirado pelos assistentes e ainda ser, em parte, causa da diminuição do espaço para a Mesa do Altar. Trata-se da figura atrás descrita que representa, através de uma cruz eléctrica, que não é cruz segundo o conceito da cruz e a representação do Crucificado que, com a mão esquerda e pé, igualmente do mesmo lado, bem como a forma do panejamento, pretendem afirmar o Salvador a iniciar a Ressurreição. Mas também quero informar que a Ressurreição aconteceu a partir do sepulcro e não da cruz.

6.3.1.7

Mesa do Altar – Apresenta-se construída por uma rocha que foi enriquecida pela natureza, mármore ou marmorito, porque foi metamorfoseada, mas na forma e no volume é pobre e está acolitada por uma estrutura de folheado que ainda a inferioriza mais. Além disso, não há supedâneo (pequeno estrado, mesmo junto do altar, onde o celebrante põe os pés, quando celebra), por ter sido substituído por duas placagens, as quais foram aí colocadas como tábuas de salvação para aumentar o reduzido espaço à volta da mesa. Têm 4,60 m. de fundo e 1,90 m. de largura.

Podem ser consideradas como peças de duplo efeito, porque também ocultam uma boa parte da escadaria que dá acesso ao presbitério, a qual, no conjunto total dos degraus, merecia um louvor.

6.3.1.8

Sacrário – Está assente no pavimento do Presbitério e do lado direito. Está constituído por material pobre e sem luz permanentemente acesa.

Não é comum observarem-se casos semelhantes e com tanta simplicidade. Pelo contrário, o Arq. Correia fez questão de colocar o Sacrário no enfiamento do centro dos seis círculos, que significa o orbe, o mundo, e Cristo é Deus e Senhor do Mundo, mas na prática mandou fazer-lhe uma residência pobre.

O Sacrário não tem luz, como já referi, mas a legislação existente regula o contrário. Assim, o papa emérito, Bento XVI a propósito diz o seguinte: “ (...) *que o lugar onde são conservadas as espécies eucarísticas seja fácil de individualizar por qualquer pessoa que entre na igreja, graças, nomeadamente à lâmpada do Santíssimo, permanentemente acesa*”.

Quero referir que bem perto e na igreja românica, o sacrário está no centro do retábulo e apresenta-se decorado com talha idêntica à talha dos finais do séc. XVII, mas o anterior sacrário era todo de prata, segundo o inventário encontrado no arquivo, com a data de 1707. Mas ainda hoje se observam sacrários de prata, caso da Sé do Porto, Sé de Braga e no Sameiro.

6.3.1.9

Ambão – Esta peça litúrgica destina-se a proclamar a palavra de Deus e comunicá-la à Comunidade de Fiéis, mas não serve para dar informações, porque este serviço faz-se através da estante ou atril. Esta é considerada estante, mas tem outra estrutura quanto ao tipo de madeira e contornos. Eram usados nas igrejas dos mosteiros para as leituras durante o exercício das horas canónicas.

E, sobre este assunto, recorro à autoridade de Bernardino Costa, Dom Abade da Ordem Beneditina, em Singeverga e Prof. Doutor na Universidade Católica do Porto, com tese de doutoramento em Liturgia,

“ (...) *Que o ambão exige um espaço que seja seu, suficientemente amplo e adequado à acção que nele se desenrola.*

Este lugar deve ser elevado, mais alto em relação ao presbitério, devido à sua simbologia (...), dotado de conveniente disposição e nobreza que corresponda à dignidade da Palavra de Deus, conforme o número dos Preliminares do Ordenamento das Leituras da Missa, e deseja também que este lugar seja «dotado de conveniente disposição e nobreza que corresponda à dignidade da Palavra de Deus».

O ambão da Nova Igreja não tem as características anunciadas.

É pobre na matéria;

Tem a abertura do lado da nave, quando devia ser do lado do presbitério e com dois ou três degraus para que o leitor esteja numa cota mais elevada do que as pessoas intervenientes no pavimento do presbitério.

Estar implantado no lado direito. Tem no seu interior uma cruz significativa, com forma própria porque é cruz verdadeira, objectiva, mas onde se encontra, ela não tem sentido. Por isso, merece que se escreva um pouco sobre ela:

É chamada Cruz de Santiago de Espada, porque é o símbolo da Ordem Militar de Santiago.

A referida Ordem foi criada a partir de uma lenda, que diz ter S. Tiago Maior participado na Reconquista Cristã e na tomada de Coimbra, onde apareceu em cima de um cavalo branco a perseguir os mouros, matando-os. Daí ser apelidado de «matamoros» (Mata - Mouros).

Nesse sentido, S. Tiago foi considerado também protector do exército português até à crise de 1383 – 1385, altura em que o seu brado foi substituído pelo de São Jorge, trazido pelos ingleses contra as hostes espanholas.

Mas a dita espada de S. Tiago não serve de símbolo para colocar no ambão, visto ser nesse tempo uma arma de guerra.

6.3.1.10

Cadeira presidencial – Está, juntamente com duas dos acólitos. Encontram-se no lado direito e a presidencial apresenta-se, segundo as regras litúrgicas, porque tem o espaldar mais alto, mas tem uma cruz pintada que está a mais, visto a Liturgia, a propósito, dizer que a cadeira do Presidente deve ser diferente da dos acólitos pelo tamanho do espaldar ou pela arte e não refere a existência da dita cruz.

6.3.1.11

Culto das imagens – Também, e a propósito, se faz um comentário sobre imagens, porque a Nova Igreja não tem imagens. Tem imagens/figuras, mas são do culto artístico e não religioso.

O facto de colocar imagens nas igrejas é da competência do Pároco. E não colocar, não é do arquitecto, porque o culto de veneração ainda não foi abolido. O Direito

Canónico, nº 1188 diz o seguinte: “ (...) nas igrejas, as imagens devem ser colocadas em número reduzido, a fim de não dar azo à devoção menos correcta “ e o Concílio de Trento no séc. XVI, dedicou a secção XXV ao culto das imagens, tendo ordenado aos bispos e demais pessoas que “ ensinassem com exactidão os fiéis sobre a intercessão e invocação dos santos e uso legítimo das imagens, segundo o costume da Igreja Católica”.

Todavia há desacertos nesta matéria, porque em algumas igrejas há número exagerado de exemplares. Porém também há igrejas com poucas, e até, só uma. Ainda bem! No entanto, o não haver culto das imagens, é professar doutrina protestante.

A propósito deste culto de veneração, houve na Idade Antiga até ao séc. V, uma intensa iconografia, inspirando-se tanto no Antigo Testamento, como no Novo.

Assim, o Concílio de Trento, refutando o ataque da idolatria feito pelo Protestantismo tentou, disciplinar o movimento artístico cristão.

Nos séculos XVII e XVIII, com o Barroco, produziram-se grandes obras de arte impregnadas de religiosidade.

Também o Concílio Vaticano II nos anos 62-65, na Constituição sobre Liturgia, cap. VII, exortaram-se os artistas contemporâneos a procurar novas e mais equilibradas formas de arte sacra, para edificação dos fiéis.

O protestantismo, em geral, permanece fiel ao princípio que exclui o culto das imagens, mas em alguns círculos nota-se uma redescoberta dessa grande tradição cristã.

No entanto, é de referir que é necessário que os fiéis católicos saibam distinguir os cultos de latría, hiperdulia e dulia, para que não se verifiquem erros sujeitos a críticas.

E, ainda sobre esta matéria, também o Sacrossantum Concilium, no art. 125 diz “Mantenha-se firmemente a prática de expor nas igrejas à `veneração dos fiéis. Sejam, no entanto, em número moderado e numa justa disposição, para não causar estranheza aos fiéis, nem contemporizar com uma devoção menos ortodoxa.

6.3.1.12

A Liturgia a propósito do canto, nos actos do culto diz: “O grupo coral das Igrejas constitui um tesouro de inestimável valor e promove com empenho o canto popular religioso, de modo que, nos exercícios e nas próprias acções litúrgicas haja acordo com as normas e disposições

(sessão n. 118) e ainda refere que todo o instrumento, no acompanhamento dos cânticos é bom para sustentar as vozes e facilitar a participação e tornar mais profunda a unidade da assembleia.”

Mas, a Nova Igreja não dispõe de um espaço próprio para o Grupo

Conclusão

Considero o trabalho concluído. Foi escrito, não para promoção pessoal ou mero benefício material, mas por ter imperado a sensibilidade, dando conhecimento aos paroquianos sobre a Nova Igreja.

Não se tratou de uma simples enumeração acrítica de frases de retórica, Foram afirmações

de louvor e algumas afirmações de censuras. Porém, aquelas não foram adulações, nem estas, sinónimos de maledicência, mas críticas fundamentadas.

Considero ainda que o Arqt.º foi autor de dois tipos de projectos. Projectos sobre valores grandes e projectos sobre valores pequenos.

Quanto àqueles, afirmo que foi feliz, merecendo um Bem-haja. Porém, relativamente aos pequenos, não teve bom êxito. Foram, por exemplo, 4 projectos, fruto da imaginação, porque não condizem com o conceito de cruz. Nesse sentido, estão errados. Porém, a cruz que se encontra dentro do ambão é verdadeira, mas não tem sentido.

No entanto, houve encargos. E, onde devia ter cruz objectiva e de forma própria, não tem. Era no cimo da torre, uma cruz de ferro electrificada e não eléctrica, para indicar a natureza do edifício e informar pilotos de helicópteros que voam a altitudes baixas e também um pára-raios.

Mas ainda se verifica ter existido uma indefinição relativa ao espaço necessário para o presbitério, bem como à forma e natureza dos seus elementos, possivelmente, por ter havido mais actos de vontade do que actos bem melhor pensados.

Mas, por quê, essas falhas? Por não estar dentro do assunto. Por não conhecer. Porque ninguém nasce ensinado! Precisava de aprendizagem ou perguntar a quem soubesse, ou ainda fazer-se acompanhar de um auxiliar, como aconteceu na Igreja do Marco de Canavezes com o Arqt.º Siza Vieira que teve um cônego, Professor da Universidade Católica do Porto que o acompanhou na área da Liturgia, sendo o Arqt.º. considerado um talento em todo o mundo.

Também e ainda o mesmo Siza Vieira, num restauro de raiz efectuado na Igreja Paroquial

de Seide, (S. Miguel), efectuado em 2000, e o coordenador da parte da arquitectura, mas quanto à arte religiosa, não intervinha, porque não sabia e declinou a responsabilidade na pessoa do assessor do Património Cultural da Câmara. Procedem assim as pessoas humildes!

Mas, talvez o Arqt.º Hugo se fundamentasse no Decreto -Lei 176 / 96 de 3 de Julho que regula o exercício profissional do arquitecto e diz “ *terá de cumprir os deveres consignados no Estatuto da Ordem e no Regulamento da Deontologia e todos aqueles que a Lei, usos e costumes lhe impõem na sua acção profissional, com independência e isenção, não atingir objectivos que comprometam a ética profissional, agindo com adequada competência e profissionalismo*”. Porém, aqui, e em alguns casos não o foi.

Mas há ainda a considerar o chamado artigo 45 do Estatuto da Ordem dos arquitectos que diz no nº 2 da alínea a) que os arquitectos têm o direito de exercer a sua profissão, de acordo com a

sua vocação, forma e experiência na sua autonomia técnica, sem concorrência de profissionais, e sem formação adequada.

Ora, fundamentado nestes princípios o Arquitecto Hugo Correia não dava ouvidos a ninguém com responsabilidades na Igreja.

E, a propósito do que aconteceu com a falta de harmonia na ocupação dos espaços, eu recorri à competência do arquitecto jubilado, Fernando Távora, que foi Prof. na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, e que escreveu em 1999, precisamente sobre “Da Organização do Espaço”, onde a certa altura, refere: (...) *os problemas da organização do espaço são de uma amplitude muito mais vasta do que aquela que geralmente se lhes atribui, havendo que ultrapassar os limitados conceitos ou as preconcebidas ideias com que geralmente são focados tais problemas.*

Anima-nos a esperança de que este ensaio torne cada leitor mais consciente do papel que ele próprio desempenha na organização do espaço e bem assim da importância que uma criação de formas mais harmoniosas pode representar na sua vida, quer como indivíduo, quer como elemento da sociedade

E, com este texto, termino o estudo que foi bem medido e bem pesado!

DO LOCAL AO GLOBAL



V

CORREIO

Gavião

1. Raízes famalicenses no Brasil de Setecentos em Minas Gerais: do brilho dos diamantes às luzes da Ciência e das ideias

Resumo alargado

O Minho foi uma região portuguesa, onde no século XVIII, se registou um forte fluxo populacional para o Brasil, nomeadamente para Minas Gerais. Tomando como amostra o actual concelho de Vila Nova de Famalicão, seleccionámos 4 indivíduos com raízes neste território, dois empresários (contratadores de diamantes), um cientista e um político, sobre os quais irá incidir o nosso estudo, utilizando o método prosopográfico: o sargento-mor João Fernandes de Oliveira e o desembargador, seu filho homónimo, Joaquim Veloso de Miranda, botânico e discípulo de Vandelli e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, participante na Inconfidência Mineira.

Ao celebrar em 1740, (em sociedade com Francisco Ferreira da Silva), o primeiro contrato de exploração de diamantes, em Minas Gerais, o sargento-mor João Fernandes de Oliveira, um dos minhotos (natural de Oliveira Santa Maria), que na primeira metade de Setecentos, aportara à região, depois de ter passado pelo Rio de Janeiro, com a ambição de conhecer o sucesso, alcançou o seu objectivo central. A partir daí, tornou-se um homem cada vez mais influente, corresponsável por novos contratos de exploração dessas pedras preciosas, tendo o sexto e último contrato (1762 a 1771), como administrador o filho, quando o sargento-mor já residia em Lisboa¹.

Se o português João Fernandes de Oliveira desenhou uma trajectória ascendente, o filho já nascido no Brasil, teve a oportunidade de usufruir, duplamente, pois, ao dinheiro e à condição social do pai, acrescentou um grau académico na Universidade de Coimbra. Como grande homem de negócios, participou na injeção de capital circulante tão necessário, no período que se seguiu ao terramoto de 1755.

Na casa do Paço, de Famalicão, viveram os ancestrais de Joaquim Veloso de Miranda, neto de Dona Angélica Miranda da Fonseca nascida a 2 de novembro de 1671 e do Dr. Jerónimo da Silva Guimarães, oriundo de uma das freguesias da vila de Guimarães. Seu pai, Francisco Veloso de Miranda, foi também sargento-mor no Brasil, tal como João Fernandes de Oliveira. Joaquim Veloso de Miranda foi sacerdote e, em 1776, obteve o grau de bacharel na Universidade de Coimbra, em 21 de julho de 1778, licenciou-se em artes, e pouco depois, teve o grau de doutor. Na mesma Instituição, exerceu a docência, tendo sido membro da Academia Real das Ciências. Publicou *Brasiliensium plantarum fasciculus descriptio animalium quorundam brasiliensium: plantarum quorundam brasiliensium descriptio botânica* e ainda *Memórias das suas excursões científicas*. Foi aluno de Vandelli, que no livro *Flora lusitanice et brasiliensis* deu o nome de *vellosia* a uma das plantas que

[1] No livro *Diário das contas do sexto contrato*, dos contratadores da “Extracção dos Diamantes” pudemos ver que este contrato iniciado, em 1 de abril de 1762, foi arrematado por 432 contos.

foram estudadas por este seu discente.

Igualmente ligado por laços de sangue ao concelho de Famalicão está Joaquim José da Silva Xavier, nascido na fazenda do Pombal, próximo de Santa Rita do Rio Abaixo, na capitania de Minas Gerais, a 12 de janeiro de 1746, filho de Domingos da Silva Xavier, português. Além de outras actividades, foi minerador. Participou na conspiração designada Inconfidência Mineira e, na sequência, condenado à morte. É o patrono cívico do Brasil.

Palavras-chave: Minho-Vila Nova de Famalicão; Minas Gerais-Brasil; Mobilidade; Setecentos

PERCURSOS

As vias que levaram os quatro migrantes seleccionados, isto é, João Fernandes de Oliveira pai e filho, Joaquim Veloso de Miranda e Joaquim José da Silva Xavier conquanto diversas, conduziram ao mesmo objetivo – o sucesso.

Longe estava nos horizontes dos dois primeiros, de quem vamos falar inicialmente, a ascensão alcançada, no caso do segundo, quase meteórica: o sargento-mor João Fernandes de Oliveira e o seu filho homónimo, o Dr. João Fernandes de Oliveira, já nascido no Brasil.

Alguns dados biográficos e etapas de vida do sargento-mor João Fernandes de Oliveira

Primeiro por veredas, e depois por vias mais largas, foi passando o futuro empresário, o jovem que, de uma pequena aldeia minhota, Oliveira Santa Maria, hoje do concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga, e órfão de mãe, partiu para o Brasil, admitimos que na primeira década do século XVIII. Filho de João Fernandes de Oliveira, natural de Oliveira Santa Maria, concelho de Famalicão, e de Ângela Fernandes, de S. Miguel do Paraíso, termo de Guimarães, seu pai era correio de pé na cidade do Porto, em 31 de agosto de 1708, onde residia e estava viúvo².

O sargento-mor famalicense, chegado ao Rio de Janeiro, segundo Júnia Furtado, na primeira década do século XVIII, já maior de idade, casou em agosto de 1726, aos 29 anos, com Maria de S. José, filha de comerciantes, que viviam no Rio de Janeiro. Nascida em Taubaté, vila da capitania de Santos, de cuja união vieram vários filhos, mas só um rapaz, que virá a ser desembargador, de quem adiante falaremos. Após um percurso ascendente, que passou por cobrador do dízimo, no termo de Mariana, arrematou vários contratos de diamantes no Conselho Ultramarino, sendo contratador do Serro Frio, entre 1740 e [1770?], em 6 dos 7 contratos celebrados. As duas convenções iniciais tiveram duração trienal, coincidentes com

[2] Julgado pelo Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, proc. 8270, acusado de falsificação de documentos e cumplicidade em bigamia, foi preso nessa data, e o auto de fé teve lugar a 18 de novembro de 1708.

os anos civis. Assinou a primeira a 1 de janeiro de 1740, sendo ambas em parceria com Francisco Ferreira da Silva. O terceiro convénio não o teve como contraente³, o quarto (24-12-1751 a 31-12-1758) veio a ser arrematado por ele, os irmãos Torres, Manuel Barbosa e António Martins, alargando-se cerca de 2 anos depois a Manuel Nunes da Silva Tojal e a Domingos Bastos Viana. Em 16 de junho de 1759, o contrato foi de novo prorrogado por mais de um ano, mantendo-se João Fernandes de Oliveira e Domingos Bastos Viana, a que incluíram um novo elemento, António dos Santos Pinto. O quinto contrato (1-2-1760 a 31-3-1762) foi da responsabilidade de João Fernandes de Oliveira, no sexto, com a validade de um ano, já entrou o filho do sargento-mor com o pai. O alvará de 1759 contemplou a prerrogativa da renovação automática anual, mantendo-se a sociedade até 1770, desfazendo-se por óbito do pai, em 7 de setembro desse ano. Até 31 de dezembro de 1771, o desembargador João Fernandes de Oliveira ficou como único responsável do contrato, iniciando-se, a seguir, um novo ciclo, com a instituição da Real Extração, isto é, com a Coroa a assumir diretamente a exploração do Distrito Diamantino, cessando o regime de concessões.

[3] Foi da responsabilidade dos irmãos Caldeira Brandt.

[4] Certidão do Dr. José António Cobeiro de Azevedo, corregedor do cível da cidade de Lisboa, de 14 de agosto de agosto de 1752, *Torre do Tombo, Leitura de Bacharéis*, maço 22, n.º 37, *apud* Manuel da Silveira Cardoso, “O desembargador Manuel Fernandes de Oliveira”, Coimbra, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXVII, 1979, pp. 303-318, ver, especialmente, p. 305, nota 13.

[5] Manuel da Silveira Cardoso, *Op. cit.*, p. 306, notas 15 e 16.

[6] Certidão do Dr. José António Cobeiro de Azevedo, já citada.

Já em segundas núpcias, o sargento-mor veio para Portugal, onde assinou em 1751, o 4.º contrato dos diamantes. Homem de “negócio grosso⁴” e de grande riqueza, que soube capitalizar e também potenciar em bens simbólicos e notabilidade para si e sua família, apesar de não ter passado de sargento-mor, (será bom frisar que as patentes nas milícias eram entradas para estratos sociais mais elevados). É oportuno lembrar que dois sobrinhos foram militares: o tenente coronel da Cavalaria Auxiliar da Nobreza do termo da cidade de Mariana, Ventura Fernandes de Oliveira, que em 1775, morava em Vila Rica de Ouro Preto e o sargento-mor José Dias de Oliveira, domiciliado no Rio de Janeiro, segundo se pode ver no processo da instituição do Morgado de Grijó, pelo desembargador João Fernandes de Oliveira, a 14 de setembro de 1775⁵.

É de recordar que o primeiro matrimónio do sargento-mor foi com Maria de S. José, cuja família vivia da sua “fazenda”⁶. Os pais habitaram primeiro em Taubaté, a seguir, na Ilha Grande, costa do Rio de Janeiro, e depois em Mariana. As filhas foram enviadas para o Convento de Nossa Senhora da Madre de Deus de Monchique, no Porto, e sobre o filho iremos falar.

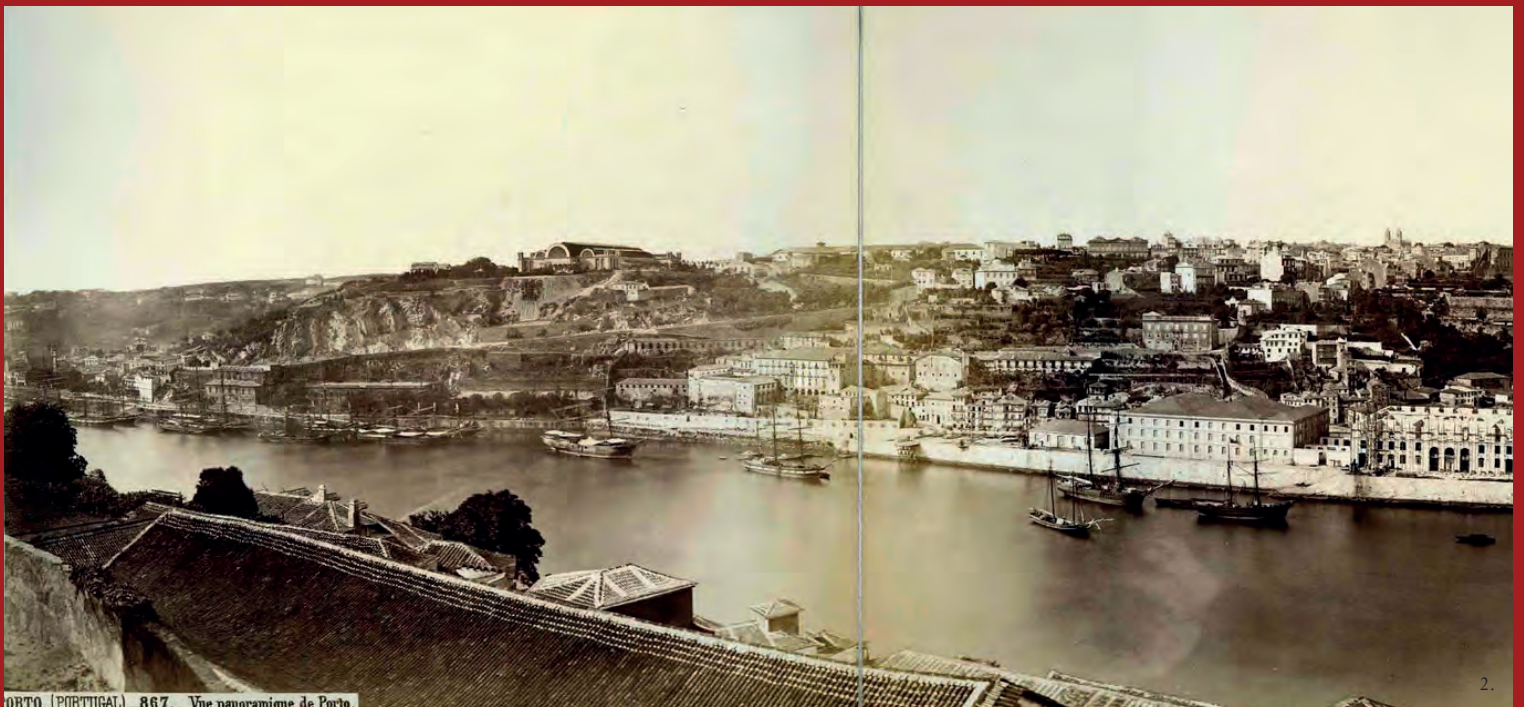


1. Ruínas do Convento de Monchique – foto de Manuel dos Santos – setembro de 2016

Fonte: www.idealista.pt

2. Fotografia do ano de 1867, de J. Laurent, coleção Manuel Magalhães

Fonte: www.grandmonde.blogspot.com



ORTO. (PORTUGAL). 867. Vue panoramique de Porto.

Atentemos no percurso do sargento-mor: se o primeiro casamento o ajudou na integração e na abertura para o êxito, o segundo consolidou-o. Os cônjuges eram viúvos: o sargento-mor de Maria de S. José, cujos pais eram comerciantes, e Isabel Pires Monteiro fora casada com capitão-mor de Pitangui, Luís de Cerqueira Brandão. Consorciaram-se já com filhos do primeiro matrimónio.

É importante termos alguns dados sobre Isabel Pires Monteiro e o seu primeiro marido: Isabel Monteiro, paulista⁷, era cunhada do famalicense João Veloso de Carvalho⁸, capitão-mor de Pitangui e procurador da Câmara da mesma localidade no ano de 1720, por ele estar casado com uma sua irmã Gertrudes de Campos. Este, com raízes diretas em Ponte de Lima, onde nasceu o pai, Atanásio de Cerqueira Brandão, casado no Brasil, (também capitão-mor de Pitangui, além de mestre de campo), foi cavaleiro da Ordem de Cristo. Herdou “a fazenda” de Carinhanha e sido senhor de outras fazendas entre o rio Paraná e S. Francisco.

O sargento-mor João Fernandes de Oliveira deixou o Brasil e instalou-se com a sua segunda mulher, em Lisboa. Em 1757, viviam no sítio de Buenos Aires, atual freguesia da Lapa. Na cidade, iniciaram o processo da criação de uma grande quinta, onde edificaram um “magnífico” palácio. Recebiam a elite da capital e outros elementos da aristocracia do reino, sendo João Fernandes de Oliveira “muito próximo” do Conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal. Morreu em Lisboa, bem como a mulher, que lhe sobreviveu, falecendo Fernandes de Oliveira, em 7 de setembro de 1770, e Dona Isabel Monteiro, em 12 de novembro de 1788. Pedro Taques de Almeida Pais Leme, parente de sua segunda mulher, que com eles viveu algum tempo em Lisboa, (desde o dia do terramoto até 12 de março de 1757), até 12 de março de 1757, escreveu na sua *Nobiliarchia lusitana*, ter sido o sargento-mor “o vassalo mais rico del-rei de Portugal”⁹.

Construção e ampliação do património

A relação do famalicense (de Santa Maria de Oliveira), sargento-mor João Fernandes de Oliveira com outros contratadores e, mesmo anteriormente, as ligações que construiu no âmbito laboral e de amizade ou compadrio, como, por exemplo, com Jorge Pinto de Azevedo, constituem fios de uma teia que muitos deles produziram em conjunto, com padrões mais ou menos mesclados. Sendo ambos oriundos da zona norte de Portugal continental, vão encontrar-se em Minas Gerais, pelo menos, em Vila Rica (núcleo central minerador da capitania de Minas), onde Pinto de Azevedo exercia actividades mercantis, em sociedade com os irmãos, e participando nos contratos régios. Palco privilegiado para uma fase em que os capitais acumulados eram condição de entrada, ambos se posicionaram à boca de cena, primeiro, na licitação de dízimos e, depois, na dos contratos de diamantes. O ano de 1740 trouxe a possibilidade da arrematação dos diamantes, através de um contrato entre a Coroa e terceiros que, no início, se constituíam para o leilão da licença de exploração.

[7] Era parente de Pedro Taques de Almeida Pais Leme, autor de “Nobiliarchia paulistana: genealogia das principais famílias de S. Paulo”, em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, XXXIV, Parte 1, 1871, Rio de Janeiro, I.H.G.B., pp.208 e sgs.
[8] Em 17 de setembro de 1742, obteve carta de sesmaria. Vide “Cartas de sesmaria” em *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 9, Vol. 1, janeiro- junho de 1904, pp. 407-546, em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=282>, acessado a 13-11-2018. Segundo o *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*, de Waldemar de Almeida Barbosa, Belo Horizonte, Saterb, 1971, p. 57, o capitão-mor João Veloso de Carvalho deverá ter-se estabelecido na sua fazenda de Bambuí, cerca de 1720.
[9] Manuel da Silveira Cardoso, *Op. cit.*, p. 309.

João Fernandes de Oliveira (pai) fez parte da sociedade da maioria dos contratos diamantíferos e, dado o quadro que o unia a Jorge Pinto de Azevedo, e a confiança recíproca, não nos surpreende virmos a encontrá-los juntos no negócio do 1.º e 2.º contrato, sendo atores no processo em curso do desenho de um quadro de harmonização entre a administração portuguesa nas Minas Gerais e a elite local em construção¹⁰. Pese embora voltar a Portugal em 1737, onde se manteve sensivelmente 10 anos (até à sua morte), continuou a sua atividade mercantil ligada à região diamantífera, beneficiando da sua proximidade na praça mercantil de Lisboa.

O desembargador João Fernandes de Oliveira

O filho do sargento-mor (1720-1779) respaldado pela trajectória do pai, teve condições materiais que lhe possibilitaram a frequência e conclusão de estudos na Universidade de Coimbra (1750), chegando a ser desembargador. A sua mobilidade social foi menos enviesada que a do progenitor.

Sobre a vida íntima do desembargador João Fernandes de Oliveira com a escrava Francisca da Silva ou Chica da Silva muito se tem produzido. Conquanto não tenham celebrado matrimónio em face da igreja, (atente-se, entre outras razões, nas normas legais que o proibiam), usufruiu de um estatuto idêntico ao das mulheres casadas das elites coloniais da época.

O começo do relacionamento afetivo de Chica da Silva, como é mais conhecida, com o desembargador terá dado origem a que este lhe concedesse a carta de alforria e o seu caminho integra-a numa minoria dourada, apesar de já ter passado pela maternidade antes da sua união com este¹¹, e entrado na rede social do contratador de diamantes do arraial de Tijuco, nas Minas Gerais, como Júnia Furtado nos descreve¹².

A vivência dos dois em concubinato assumido publicamente e o nascimento dos filhos batizados na igreja local fez parte da sociabilidade de Tijuco, que aceitou ou tolerou essa “conjugalidade informal”.

[10] Alexandra Maria Pereira, *Das Minas à Corte, de caixeiro a contratador: Jorge Pinto de Azevedo*, tese de doutoramento em História Económica apresentada à Universidade de S. Paulo, S. Paulo, 2013.

[11] Ainda jovem, tivera amores com Manuel Pires Sardinha, médico português, proprietário de lavras no arraial de Tijuco, de cuja relação nasceu Simão Pires Sardinha. Fora escrava de José da Silva de Oliveira Rolim, tendo-a este libertado, a pedido do desembargador, segundo Manuel da Silveira Cardoso, *Op. cit.*, p. 311.

[12] Júnia Ferreira Furtado, *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 403.

3. Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Tijuco inaugurada em 1754¹³
Fonte: <http://nelioblog.blogspot.com/2012/03/igreja-e-o-clero-diamantinense.html>



[13] Construída a expensas do desembargador João Fernandes de Oliveira.

[14] Ver Rangel Cerceau Netto, *Um em casa do outro: concubinato, família e mestiçagem na comarca do Rio das Velhas (1720-1780)*, S. Paulo, Annablume, 2008, p. 79.

[15] Júnia Ferreira Furtado, *Op. cit.*, p. 22.

O reconhecimento dos filhos e a proteção que deu ao outro descendente de Chica da Silva retratam esta ligação consensual, duradoura e estável, cujo corolário foi os filhos serem os legítimos herdeiros do desembargador.

A riqueza e a influência do amante de Chica da Silva terão cortado barreiras, impedindo bloqueios sociais e levaram a que uma escrava alforriada gozasse do estatuto de senhora, na linha do que Rangel Cerceau¹⁴ defende, quando escreve, ter sido “entre o público feminino que a mobilidade social aconteceu com grande pujança, reflectindo um elevado contingente de mulheres e filhos que, inclusive, por meio do concubinato, conseguiram mudar a condição sócio jurídica de escrava para forra” e do que Júnia Furtado¹⁵ já anteriormente havia afirmado.

Muito embora haja existido entre o desembargador e a sua antiga escrava uma conjugalidade diversa da dos moldes tridentinos, Chica da Silva viveu como se fosse mulher legítima, estatuto de que usufruíram os filhos, num quadro de mobilidade ascendente, cujos traços passaram também pela educação que tiveram. Se não houve a sacralização da união dos pais, os filhos puderam fazê-lo, usufruindo do valor social que este carregava.

Transpondo espaços num quadro social distinto, João Fernandes de Oliveira conferiu benefícios conjugais e sociais a Chica da Silva e ao seu agregado, fruto de uma união consensual e duradoura, na região de Minas Gerais setecentista, embora ela não pudesse usufruir das regalias legais de um enlace consagrado pela igreja, que lhe dariam o estatuto de co-herdeira à morte do desembargador que, na época, era de “carta de a metade”, ou comunhão de bens. Longe do Brasil, na capital portuguesa, para onde veio em missão urgente relacionada com o contrato de diamantes, o desembargador morreu em 21 de dezembro de 1779, alguns anos antes de

Francisca da Silva que, em Diamantina, expirou a 15 de fevereiro de 1796, com o Oceano a separá-los.



4. Pormenor da casa de Chica da Silva
Fonte: www.guia.melhoresdestinos.com.br

O “protocapitalista” desembargador João Fernandes de Oliveira

A vidas empresariais do pai e do filho, quais treliças, estiveram sempre juntas. O desembargador beneficiou da relação próxima que o pai teve com a corte, designadamente, com o marquês de Pombal, condição primordial do êxito destes contratadores.

Ligado primeiro como administrador ao contrato régio da exploração de diamantes através do pai, o filho assumiu parte direta entre 1753 e 1770.

João Fernandes de Oliveira pai e filho estão relacionados a quase todo o período da exploração de diamantes em regime de concessão, através de contratos feitos pela Coroa portuguesa e os negociantes, assinalando a história da demarcação das terras diamantinas. O sargento-mor iniciou a dinastia dos contratadores e o desembargador, seu filho, protagonizou o epílogo, passando as lavras de Serro Frio a serem administradas diretamente pelo poder central.

O desembargador João Fernandes de Oliveira: outros dados

O desembargador João Fernandes de Oliveira nasceu em 1722, na antiga vila de Ribeirão do Carmo, depois Mariana, no ciclo do ouro de lavagem, e foi batizado na capela de Nossa Senhora da Conceição, integrada na fazenda de seus pais. Com preparação no seminário de S. Patrício, em Lisboa, ingressou em Cânones na Universidade de Coimbra, onde concluiu o curso, em 1750. Fez as leituras da praxe, entre 1750 e 1752, nos tribunais da capital do Reino. Foi provido no cargo de juiz desembargador, após a sua nomeação para o Tribunal da Relação do Porto, em 1752, admite-se que com ajuda do conde de Oeiras. No Brasil, em 1763, exerceu a função

de juiz do fisco de Minas Gerais. Cristão-velho, e não sendo oriundo de oficiais mecânicos, em 1748, obteve o alvará de cavaleiro professor da Ordem de Cristo.

Com o pai em Lisboa, usufruindo João Fernandes de uma condição econômica e social privilegiada, ligado à melhor sociedade da capital do Reino, e com interesses no Brasil, não só do contrato de diamantes, como, por exemplo, do patrimônio rural, o desembargador que vivia em frente da casa do Conde de Vila Nova, à Horta Seca¹⁶, em Lisboa, rumou ao Brasil, em 1753, com 31 anos, solteiro, e com todas as condições para alcançar o êxito. Considerado um dos homens mais ricos da época, João Fernandes de Oliveira, intimado por Pombal a prestar contas em Lisboa¹⁷, após o falecimento de seu pai em 1770, não voltou ao Brasil e veio a falecer a 21 de dezembro de 1779, nas “cazas nobres” à Cruz de Buenos Aires, onde se tinha instalado, após um longo pleito contra a madrasta, que terminou em 1772.

O desembargador no Brasil

[16] Manuel da Silveira Cardoso, *Op. cit.*, p. 309.

[17] A vinda para o Reino do desembargador obrigou-o a tomar providências a vários níveis, que passaram pelo registo do seu testamento, a 28 de setembro de 1770, em Vila Rica, pela nomeação do tutor dos filhos, o sargento-mor Manuel Batista Landim, pelos preparativos da viagem para Lisboa, que ocorreu a 24 de dezembro, na nau de guerra Nossa Senhora de Belém.

[18] Manuel da Silveira Cardoso, *Op. cit.*, pp. 313 e 316.

No arraial de Tijuco, Fernandes de Oliveira viveu com Francisca da Silva e os filhos de ambos e também Simão Sardinha, que ela tinha trazido, fruto de uma relação anterior. Não fez distinção na educação que lhes proporcionou, dando a todos uma formação de elite, alguns frequentando a Universidade de Coimbra, como o enteado. O testamento de Francisca da Silva, de 12 de novembro de 1770, refere ter 14 filhos, mas só menciona o grau de doutor do mais velho, Simão. As meninas frequentaram o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, da comarca de Sabará, o primeiro instituto de ensino de Minas Gerais. Admite-se que os 4 rapazes tivessem acompanhado o pai em 1771, quando veio para Lisboa.

A instituição do morgado de Grijó, no ano de 1775, constitui um documento fulcral para o conhecimento de Fernandes de Oliveira e dele iremos extrair algumas notas. O filho mais velho, João Fernandes de Oliveira, foi o primeiro administrador do vínculo instituído em seu nome, com a obrigação de lhe acrescentar Grijó. Outro filho do desembargador, de nome José Agostinho, ordenou-se padre e, “por determinação do pai teria sido pároco da igreja de Grijó, do padroado do morgado”, com a cômputo anual de quatrocentos mil réis em vida do titular do vínculo¹⁸. Sobre Joaquim Luís e António Caetano, conquanto mencionados no instrumento de constituição do vínculo, nada mais sabemos, além de que seriam putativos sucessores, nas condições mencionadas no documento.

João Fernandes de Oliveira Grijó casou, contra as cláusulas estipuladas no instrumento de vínculo, mas obteve o sancionamento régio do seu enlace em 1785, por anulação das mesmas.

Retomemos esse denso e importante documento, a constituição do morgado, que nos mostra a riqueza de um homem de negócios da segunda metade do século XVIII, que ainda seria mais

significativa se referisse a parte respeitante aos bens imóveis.

A cabeça e solar do vínculo era a quinta de Grijó, em Vila Nova de Gaia, que o instituidor comprara [em 1770 ou 1771?], com o padroado da igreja, que pertencera aos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, para além de outras verbas como “um quarteirão de casas na Rua Augusta, em Lisboa, “que consta de 22 janelas em cada andar, de frente para essa rua e 11 para a Rua da Sapataria; uma quinta na enxara do Bispo com 27 casais anexos; todas as fazendas que possuía na capitania de Minas Gerais, distrito de Serro Frio, com a salvaguarda de usufruto vitalício dos filhos; uma quinta no sítio da Portela (caminho de Sacavém); uma propriedade de casas nobres no sítio de Buenos Aires, onde vivia o desembargador; outras casas nobres no fim da Rua da Bela Vista, com uma propriedade térrea anexa; duas propriedades de frente do Convento da Estrela; outra propriedade na Rua do Guarda-mor e outra de tamanho menor na mesma rua. No Brasil, detinha o seguinte património: uma propriedade de casas nobres no Rio de Janeiro; outra propriedade de casas em Vila Rica de Ouro Preto e outra propriedade de casas em Pitangui. Constavam, ainda, como seus bens fazendas de gado e cavalos no sertão de Minas Gerais, a saber: a de Santa Rita, no Paraná, a do Riacho das Areias, a de Jenipapo, a de S. Domingos, a da Povoação do Rio S. Francisco, a de Paracatú, no mesmo rio, a de Jequitáí, a do Rio Formoso, a de S. Tomás, a de Santo Estêvão, a de Santa Clara, a da Ilha, a da Formiga e uma roça na ponte alta de Pitangui. Faziam, também, parte do morgado as dívidas que lhe pertencessem de toda a natureza, o dinheiro amoedado, bens imóveis que se entendesse vender, referindo-se, igualmente, documento a propriedades foreiras que, caso se transaccionassem, reverteriam em favor do morgado, empregando-se em bens livres.

Com a morte do rei D. José e a sucessão de sua filha, Dona Maria I, e todas as alterações que sobrevieram, o respaldo do desembargador deixou de existir, e os seus herdeiros foram muito penalizados. O mosteiro de S. Salvador de Grijó voltou para os monges agostinianos, em 1780, e estes restituíram ao filho mais velho do desembargador a quantia de 36 contos de réis, valor da compra feita pelo pai.

Só em 1793, as partes constituídas pela herdeira de Dona Isabel Monteiro, Dona Caetana Brandão, e João Fernandes de Oliveira Grijó, viram o desfecho do processo, que foi favorável ao último, mas longas disputas se sucederam pelo restante património do desembargador, mormente, entre o primogénito e os descendentes que ficaram no Brasil.



[19] Jorge Miguel Pedreira, “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”, em *Análise Social*, Vol. XXVII (116-117), 1992 (2.º-3.º), pp.407-440.

[20] Júnia Ferreira Furtado, “Fidalgos e laicos”, em Luís Gomes Ferreira e Júnia Ferreira Furtado (org.), *Homens de negócio, erário mineral*, Vol. 1 e 2, Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2002, pp. 29-86. Edição on-line, acedida a 16-11-2018.

Em síntese, na linha do que Jorge Pedreira¹⁹ escreveu acerca dos negociantes da praça de Lisboa, tese subscrita por Alexandra Maria Pereira, em 2013, quando analisa o percurso de um negociante de grosso trato em Minas Gerais e na capital do reino, uma parcela desses empreendedores acumulou enorme riqueza, mantida ou aumentada pela geração seguinte, em certos casos. Os Fernandes de Oliveira, pai e filho, incluem-se neste último segmento e, à riqueza mensurável somaram o capital simbólico, mais expressivo no filho, que beneficiou do título universitário, do cargo de juiz desembargador e da patente de cavaleiro professo da Ordem de Cristo. As dinâmicas dos agentes mercantis em Minas Gerais são igualmente estudadas por Júnia Furtado²⁰, que também se debruça sobre estes dois negociantes.

O processo de acumulação de riqueza de João Fernandes de Oliveira (pai) caracteriza-se pela desconcentração dos sectores em que investiu e por uma trajectória ascendente. Potenciou a sua residência em Minas Gerais e associou-se a homens de negócios com capitais expressivos para a cobrança do dízimo em Mariana, a saber: Manuel Mateus Tinoco, Manuel de Bastos Viana e Francisco Xavier Braga. O primeiro foi o arrematante na capital do Reino e a Fernandes de Oliveira coube a função de representante e caixa em Minas Gerais. Na nova sociedade para a exploração do imposto, coube-lhe representar Jorge Pinto de Azevedo, então em Lisboa, com quem havia tido contratos em Vila Rica. Tornou-se, entretanto, proprietário da fazenda da Vargem, nas imediações do Pico de Itacolomi, e continuou a agregar gente influente, conseguindo organizar redes de referência com quem estabeleceu relações de negócio e de proximidade, que passaram, também, por apadrinhamentos de crianças, papel de testamenteiro e, até, de anfitrião, na sua capela de Nossa Senhora da Conceição, na fazenda da Vargem, onde o filho mais velho foi batizado, a 9 de junho de 1727.

O grande passo foi dado com a constituição da sociedade que arrematou o primeiro contrato de diamantes, em 1740, ano em que o filho foi estudar para o Rio de Janeiro e a família deixou a Vila do Carmo (Mariana) e se fixou no Distrito Diamantino, ou melhor, quando o pai foi para Tijuco. A experiência adquirida no primeiro contrato capitalizou-a no segundo, que foi decisivo, exigindo 4% do montante arrecadado, verba extraordinária, que pôs ao serviço da sua notabilização, alargada à sua família e, com a qual procedeu a largos investimentos em novos contratos régios. Era um homem de negócios em ascensão, prestigiado e reconhecido, que ia entrando nas correntes do poder, como se expressa no segundo casamento em 1747, com a viúva Isabel Pires Monteiro, dona de um significativo património, enlace influenciado por Gomes Freire de Andrade, governador de Minas Gerais.

Na primavera de 1751, na vigência de um novo contrato, o sargento-mor veio para Lisboa, numa condição muito diversa daquela com que havia partido. Senhor de um assinalável património imóvel formado por várias fazendas (a da Vargem, uma sesmaria concedida por Gomes Freire de Andrade, a fazenda da Canastra situada nas margens do rio Araçuaí, 7 casas em Vila Rica e 1 no Rio de Janeiro), a que juntou o da nova consorte (6 fazendas, 36 escravos, 5.500 cabeças de gado e 610 cavalos e éguas), poderia almejar uma vida privilegiada e lograr de um círculo social que encetara em Minas Gerais.

[21] A 18 de outubro de 1817, o seu irmão António Veloso de Miranda, pediu o recebimento da herança de Joaquim Veloso de Miranda.



6. Diamantina – Minas Gerais (igreja matriz)
Fonte: www.infoescola.com

Joaquim Veloso de Miranda

Joaquim Veloso de Miranda nasceu em 1736, na freguesia do Inficionado (atual Santa Rita Durão), Minas Gerais, distrito de Mariana, e faleceu em Ouro Branco, comarca de Vila Rica em 1816²¹, sendo o primogénito de uma família com 4 filhos nascidos na mesma localidade.

[22] Era neta de José Francisco Fonseca, “o Chasco”, da Casa do Foral, e de Dona Ana Velosa, com raízes na Quinta da Juncosa, em Mouquim.

[23] Em 1707, procedeu-se à diligência de habilitação de Jerónimo da Silva Guimarães. Tribunal do Santo Officio, Conselho Geral, *Habilitações Incompletas*, doc. 2306.

[24] Frei José de Santa Rita Durão nasceu em Cata Preta, no ano de 1722, e faleceu na cidade de Lisboa, em 1784. Pertenceu à ordem dos Agostinianos brasileiros. Foi poeta e orador e é visto como um dos antecessores da corrente indianista nacional. Secretário do Bispo D. João Cosme da Cunha, Arcebispo de Évora, que escreveu um documento fundamental, em que Pombal se apoiou para a expulsão dos Jesuítas de Portugal.

É importante fazermos o enquadramento familiar de Joaquim Veloso de Miranda que nos ajuda a seguir o seu *cursus vitae*.

Oriundo de uma das famílias de maior prestígio em Famalicão, da Casa do Paço, Joaquim Veloso de Miranda era neto de Dona Angélica Miranda da Fonseca nascida a 2 de novembro de 1671, em Famalicão, e falecida em Guimarães, a 10 de setembro de 1708²², e do Dr. Jerónimo da Silva Guimarães natural de uma das freguesias da vila de Guimarães²³. Seu pai, Francisco Veloso de Miranda, nasceu a 1 de janeiro de 1704, em S. Sebastião, Guimarães, e faleceu a 28 de junho de 1764, no Brasil. Foi também sargento-mor nesse território, tal como João Fernandes de Oliveira, muito embora, oriundo de outro extrato socioeconómico.

Desconhecemos quando o pai de Joaquim Veloso de Miranda seguiu para o Brasil, sabendo só que ficou órfão de mãe com pouco mais de 3 anos. Casou com Dona Maria Teresa da Nazaré nascida no Inficionado, filha do sargento-mor Paulo Rodrigues Durão, natural da freguesia de Évora de Alcobaça, e de Dona Ana Garcez de Moraes nascida em Nossa Senhora da Assunção da vila de Santos.

A exemplo do tio pelo lado paterno, Frei António das Chagas e pelo materno, Frei José de Santa Rita Durão, autor de *Caramurú*²⁴, Joaquim Veloso de Miranda fez estudos no seminário, tendo frequentado o de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, onde ingressou no ano de 1766, e foi sacerdote. Veio em 1770, para a Universidade de Coimbra. A 18 de junho de 1776, obteve o grau de bacharel, a 21 de julho de 1778, a licenciatura em Artes e a 26 de julho de 1778, o grau de doutor na Faculdade de Filosofia.

7. Capa do livro *Caramurú* de Frei José de Santa Rita Durão

Fonte: infoescola.com



Aluno de Domingos Vandelli, que havia chegado de Pádua a Portugal, em 1764, pela mão do ministro de D. José²⁵, Veloso de Miranda fez parte do grupo da recém-reestruturada Universidade. Sabida a ligação que o paduano teve com vários dos seus discentes, alguns luso-brasileiros, não seria de estranhar que ele fosse indigitado pelo mestre para o coadjuvar na regência de algumas cadeiras de Filosofia Natural, repto que aceitou.

A experiência do Doutor Veloso como lente substituto nas disciplinas de História Natural e de Química, na Universidade de Coimbra, foi curta: a seu pedido, teve licença para tratar de “negócios” de sua casa no Brasil²⁶, comprometendo-se a manter com a instituição correspondência regular sobre os trabalhos de pesquisa que ia desenvolvendo, o que só fez com Vandelli, para o qual endereçava o seu material científico.

Como outros antigos alunos radicados no espaço colonial português, que enviavam para o seu lente amostras de história natural, ainda não estudadas nem catalogadas, o doutor Veloso de Miranda remeteu-lhe em 1781, das Minas Gerais, um conjunto de amostras de que fazia parte um núcleo documental com desenhos de flores da região²⁷. Sujeitou-o à sua análise, num procedimento aceite pela *praxis*, pese embora o seu grau académico e a pertença como sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, praticamente desde a sua fundação²⁸. Seguindo o modelo da sua primeira obra editada em Portugal, *Fasciculus plantarum cum novis generibus et speciebus*, de 1771²⁹, Vandelli classificou e nomeou estes novos espécimes da flora brasileira recebidos, homenageando figuras da elite social próximas do seu entorno e apresentou-o à Academia, em 1787, sob o título *Fasciculus plantarum brasiliensium*. Só a título exemplificativo, escolhemos alguns géneros botânicos com a respetiva associação à casa ou pessoa ilustre³⁰: Quelusia (palácio de Queluz); Davilla (casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira), Correia (abade Correia da Serra), Vellozia (Joaquim Veloso de Miranda) e Orobanchia (relativo ao arraial de Ouro Branco, onde na altura, residia Joaquim Veloso de Miranda). Este critério não foi pacífico, como decorre do manuscrito anónimo atribuído a João de Loureiro: *Notas sobre o Fasciculus plantas do Brasil de Joaquim Velloso de Miranda*, que se encontra em Paris, na Biblioteca do Museu de História Natural, muito embora o valor atribuído ao trabalho científico de Veloso de Miranda.

É interessante conhecermos o desfecho desta polémica no interior da Academia Real das Ciências de Lisboa, que passou pela não inclusão do *Fasciculus plantarum Brasiliensium*, no primeiro tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, publicado em 1797, devido a Vandelli não ter procedido às alterações sugeridas pelo reputado naturalista João Loureiro, sancionadas pela Academia. Será, igualmente, de referir que, em consequência de tal facto, o Doutor Joaquim Veloso de Miranda passou a não constar nos sócios correspondentes da mesma sociedade científica. Domingos Vandelli (1735-1816) publicou anos depois, em 1788, pela Tipografia Académico-Régia de Coimbra, a obra *Florae Lusitanicae et Brasiliensis Specimen [...]*

[25] Nos anos iniciais da reforma pombalina, Domingos Vandelli foi lente proprietário das cadeiras de Filosofia Natural: história natural, zoologia, botânica, mineralogia e química.

[26] Nos anos iniciais da reforma pombalina, Domingos Vandelli foi lente proprietário das cadeiras de Filosofia Natural: história natural, zoologia, botânica, mineralogia e química.

[27] Os desenhos foram enviados para Londres, ao cuidado do naturalista Banks, sendo consultáveis no Arquivo do Jardim Botânico de Kew, em Londres. Ver Gustavo de Oliveira Ferreira, “A Ciência como estratégia social: as atividades científicas de Domingos Vandelli nas redes clientelares de Portugal 1764-1788”, em Ana Cristina Araújo, Fernando Taveira da Fonseca (Coord.), *A Universidade Pombalina Ciência, território e coleções científicas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, University Press, 2017, p. 172, nota 77. Arquivo Kew Gardens, Londres, Joaquim Velloso de Miranda (1785). Autograph letter to Sir J. Banks, consisting of descriptions, with water colour drawings of genera of Plants collected. Foll. 84.º, Minas Geraes.

[28] Admitindo Boschi 2012:125, citado por Gustavo de Oliveira Ferreira, em *Op. cit.* p. 179, nota 71, que foi proposto pelo Doutor Domingos Vandelli e aceite pelo Visconde de Barbacena.

[29] Exemplos de espécimes botânicos classificados descritos e nomeados por Vandelli: *Bragantia*, *Pombalia Ipecacuanha*, *Angeja* e *Balsamona Pinto*, qual quadrado hierárquico.

[30] Gustavo de Oliveira Ferreira, *Op. cit.*, p. 179.

et Epistolae ab Eruditis viris Carolo A Linné, Antonio de Haen ad Dominicum Vandelli scriptae, de que fazem parte os espécimes do *Fasciculus plantarum Brasiliensium* de Veloso de Miranda, baseada no sistema de classificação de Lineu.

O Doutor Joaquim Veloso de Miranda, em Minas Gerais, teve um *cursus vitae* denso, ligado à sua formação académica, à agricultura e à administração pública. Centrados no primeiro vetor, e sempre com o patrocínio da Coroa, salientamos as memórias das suas excursões científicas, a direção das obras do Museu Botânico de Vila Rica de Ouro Preto e a criação e a direção do Horto Botânico dessa localidade.

Transferiu-se, na fase final da sua vida, para a sua fazenda de Mau Cabelo, na freguesia de Ouro Branco, dedicando-se ao fabrico de tecido de lã, cuja matéria-prima era a lã dos carneiros da sua exploração e a tinta também por ele produzida.

Em síntese, Joaquim Veloso de Miranda, doutor em Filosofia Natural pela Universidade de Coimbra e sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, pertenceu a um tempo labiríntico, onde o cientista era chamado à sociabilidade cortesã, o que o doutor Domingos Vandelli fez com mestria, ao mover-se no polígono: corte josefina, corte mariana, Universidade de Coimbra e Academia Real das Ciências, ajustando-se às circunstâncias. Das duas redes axiais clientelares de Vandelli, a científica com Lineu e a política com o conde de Oeiras, Veloso de Miranda foi beneficiário indirecto, prejudicado, contudo, na certificação científica de parte dos seus trabalhos, na sua divulgação e na pertença à Academia Real das Ciências de Lisboa.

Fazendo Veloso de Miranda parte de uma elite de conhecimento ao serviço da Coroa portuguesa, na expressão de Ângela Domingues, caracterizando-a como uma elite ilustrada, que acumula o serviço administrativo com uma atuação relevante no domínio, exploração e controlo da natureza colonial, através do conhecimento científico.

No Brasil, desempenhou a função de secretário do governo da capitania de Minas Gerais (desde janeiro de 1799 a abril de 1805), cujo governador, Bernardo José de Lorena, o encarregou de implantar em 1799, o Jardim Botânico de Vila Rica de Ouro Preto, por ordem do príncipe regente D. João. Foi da sua responsabilidade o planeamento do Horto Botânico Vila Rica de Ouro (o segundo da América portuguesa), situado próximo da Casa dos Contos e da sua residência na Rua de S. José, encontrando-se o mapa topográfico, segundo o autor, no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e que se reproduz.



No Brasil, onde viveu no distrito do Infecionado que fazia parte de Mariana e em Vila Rica, prosseguiu os trabalhos de pesquisa em botânica, mineralogia e química e continuou o intercâmbio cultural e científico com a sede do império. Colaborou no enriquecimento do Real Museu localizado no Jardim Botânico da Ajuda, enviando “coleções de objetos naturais”, cumprindo um desejo de Dona Maria I. Inserido na plêiade de homens ilustrados do seu tempo, percorreu grande parte do território mineiro, objectivando conhecer e estudar espécies de flora, de fauna, e objetos do “quotidiano indígena”, que remeteu à Corte, “em três caixotes e de uma grande parte de pássaros e mais animais que tem sido possível ao dito naturalista adquirir e dessecar³²”. O seu investimento foi, ainda, canalizado para a coleta de sementes, experiências relacionadas com culturas agrícolas e com a reprodução da cochoilha.

O século XVIII está enformado por um curso de revoluções e mudanças: o movimento das Luzes desafiou silêncios herméticos e homens da ciência elegeram a observação e a experimentação, estudaram a natureza, e muitos fizeram do Brasil o laboratório vivo dos seus trabalhos. O poder régio pôde contar com um significativo conjunto de homens que, em missão da ciência beneficiou a Coroa, tal como Veloso de Miranda.

Tomamos de empréstimo o título de um artigo científico que Gustavo de Oliveira Ferreira escreveu, na Imprensa da Universidade de Coimbra, sobre Vandelli: “A ciência como estratégia social: as actividades científicas de Domingos Vandelli nas redes clientelares de Portugal 1764-1788”, que cabe aqui referirmos e enquadrar no nosso estudo, pela ligação com Veloso de Miranda³³.

[31] Autor Manuel Ribeiro Guimarães. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*.

[32] Moacir Rodrigo de Castro Maia, “Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII, em *Hist. cienc. saude-Manguinhos* Vol. 16 n.º 4, Rio de Janeiro, p. 7, em <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000400003>, apud José Ferreira Carrato, *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1968, p. 189.

[33] Ver do autor, em Ana Cristina Araújo, Fernando Taveira da Fonseca (Coord.), *Op. cit., A Universidade Pombalina Ciência, território e coleções científicas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, University Press, 2017.

“Parte dos trabalhos hoje desenvolvidos no âmbito da nova historiografia das ciências tem verificado que os produtores do conhecimento certificado são indivíduos dotados de versatilidade, atuando e interagindo, simultaneamente, em círculos científicos, políticos e culturais”³⁴.

Indigitado Veloso de Miranda para intendente principal do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, o seu *cursos vitae* foi denso e diversificado, com convergências e divergências, na linha do que o autor anteriormente citado afirma.

No universo científico, Veloso de Miranda, ao incluir a espécie botânica *Vellozia*, numa obra em que Vandelli indicou em forma de homenagem, nomes proeminentes, insere-se numa fórmula consagrada vigente na época, o dever de gratidão.

“depois que a Europa inteira foi calcada pelos pés dos botânicos, resta agora somente Portugal, terra próspera que merece a alcunha de Índia da Europa”³⁵”, escreve Lineu a Vandelli.

[34] *Idem, Ib.*, p. 140.

[35] *Op. cit.*, p. 149, *apud* Moura 2008, pp. 58-59.

[36] *Op. cit.*, p. 150, *apud* Moura 2008, pp.88-89.

“Um espécime botânico raro, não classificado, proveniente das ilhas portuguesas no Atlântico rendeu a Vandelli maior prestígio junto do seu patrono científico, que, no diapasão das relações de clientela, demonstrava a sua gratidão homenageando o seu cliente, no batismo de um novo espécime, com o nome *Dracaena Vandelli*, o reconhecido *Dragoeiro*”³⁶”.

9. *Florae lusitanicae et brasiliensis specimen*

Fonte: www.archive.org

10. Estampa de *Florae lusitanicae et brasiliensis specimen*

Fonte: visiteminas.com



Joaquim José da Silva Xavier

Joaquim José da Silva Xavier nasceu na fazenda do Pombal, próximo de Santa Rita do Rio Abaixo, na capitania de Minas Gerais, a 12 de janeiro de 1746, filho de Domingos da Silva Santos, português, e de Antónia da Encarnação Xavier. Pela linha materna era neto de Domingos Xavier Fernandes nascido a 24 de agosto de 1683, em Santiago da Cruz, concelho de Vila Nova de Famalicão, e de Maria de Oliveira Colassa, natural de São Paulo³⁷.

Sobre os avós na linha materna de Joaquim José da Silva Xavier, sabemos que viveram em S. José del Rei, Minas Gerais, onde deixaram descendentes. É interessante verificarmos que sua filha Maria da Conceição Xavier se uniu conjugalmente a José Ferreira de Souza, capitão, filho de Ignacio Ferreira Deça, natural de S. Silvestre de Requião, freguesia do atual concelho de Famalicão e, através dos registos de batismos dos seus descendentes, foi possível verificar que Domingos Xavier Fernandes era alferes, em 18 de outubro de 1753, data de batismo de sua neta Maria, na igreja matriz de S. José del Rei. No mesmo documento, constatamos, ainda, que a menina teve como madrinha sua tia Catarina da Assunção Xavier, mulher do capitão Bernardo Rodrigues Dantas, natural da freguesia dos Prados.

[37] Ver Processo de Habilitação sacerdotal de seu neto Domingos.

Os pais do alferes Joaquim José da Silva Xavier casaram na igreja matriz de Santo António da vila de S. José, a 30 de junho de 1738, onde a mãe nasceu no ano de 1721, sendo seu pai, Domingos Xavier Fernandes, um dos primeiros a habitar o Arraial Velho do Rio das Mortes.

O pai do alferes, além de fazendeiro, foi procurador dos Reais Quintos, em Bichinho, distrito da vila de S. José del Rei, e exerceu o cargo de vereador e de almotacé da Câmara nessa vila. Falecido, prematuramente, em 1757, bem como a mulher (1755), a posição confortável que se previa para o jovem não aconteceu, pois tinha 9 anos, quando se encontrou órfão de mãe e 11 anos, quando ficou sem pai e foi entregue aos cuidados do tio e padrinho Sebastião Ferreira Leitão, cirurgião dentista registado e proprietário de lavras de mineração.

Do inventário da mãe de Joaquim José da Silva Xavier, datado de 1756, retemos, por exemplo, que na fazenda trabalhavam 35 escravos, alguns em mineração, a propriedade possuía senzalas e cozinhas coletivas e que a casa tinha dois pavimentos e um oratório.

Por se admitir ter influenciado a vida profissional de Joaquim José da Silva Xavier, referimos que além de dois irmãos padres, teve vários primos que tomaram ordens religiosas. Ficou célebre Frei José Mariano da Conceição Veloso (1741-1811), filho de sua tia Rita Xavier, irmã de sua mãe, nascido como ele, em S. José del Rei, autor de a Flora Fluminense editada em 1790, obra monumental, em 11 volumes, e a organização do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.



[38] Márcio Jardim, *A inconfidência mineira; uma síntese factual*, Rio de Janeiro, Bibliex, 1989.

As pesquisas de campo de Joaquim José da Silva Xavier tiveram como resultado a classificação de mais de 2000 plantas do vale do Paraíba do sul. Admite-se que, na década de 1780-90, aquando da preparação da sua obra de referência, hajam tido contactos, e o conhecimento que Tiradentes demonstrou sobre plantas medicinais tenha advindo daí, usando-o no seu ofício de prático dentista e na inteligência de cura, na expressão da época. Facetas como a arte da oratória, o domínio caligráfico e da língua escrita são outros elementos a salientar, que abonam no sentido da influência da família alargada na sua formação.

O triângulo da sua vida desenvolveu-se fundamentalmente entre a “arte de curar” itinerante, o comércio por conta própria, em jornadas “com tropas de muars”, (principalmente entre Minas e o Rio de Janeiro), havendo evidências de que já o fazia, por volta dos 19 ou 20 anos, e, a partir dos 29 anos, a carreira militar, entrando diretamente no posto de alferes (Regimento de Cavalaria de Minas Gerais criado em 1775, ano da sua incorporação).

Dotado de uma inteligência técnica polimorfa, conhece-se a sua habilidade de minerador, de joalheiro, as suas noções de economia, entre outras, e o seu interesse pela Revolução Norte-Americana e pelo Iluminismo que o conduziram ao processo da conspiração, a conhecida Inconfidência Mineira³⁸, como um processo entendido por ele de restauração da pátria.

Por último, falemos um pouco sobre S. José del Rei, berço do alferes Silva Xavier, atual cidade de Tiradentes. Esta vila foi um dos mais importantes centros urbanos de Minas Gerais, no século XVIII e um dos eixos no contexto da Inconfidência Mineira. Vários foram os que colaboraram, ativamente, no movimento, além do nosso biografado, entre os quais, o padre vigário Carlos Toledo e Dona Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, mulher do inconfidente Francisco António de Oliveira Lopes. Em trabalho ensaístico coordenado por Bartyra Sette e Regina Moraes

Junqueira, do *projeto compartilhar*, antes de serem elencados os outros participantes, destaca-se este clérigo e o alferes Silva Xavier, pela força do seu caráter e empenho no movimento. Dos 26 condenados, só 24 tinham a ver, diretamente, com o movimento, e 13, ou seja, mais de metade pertencia à comarca de Rio das Mortes e a maioria deles era da freguesia e termo da vila de S. José.

A 6 de dezembro de 1889, a vila de S. José del Rei foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Tiradentes, em homenagem ao alferes mineiro Joaquim José da Silva Xavier. Precursor da independência do Brasil e exemplo de cidadania é considerado o patrono cívico do Brasil.

Em resumo, como um espelho de múltiplas faces, os indivíduos em foco neste estudo conquistaram o poder e notabilizaram-se por formas diversas, muito embora os Oliveira Fernandes se interconectem, pelas razões anteriormente aduzidas, a principal pela exploração de vezeiros, à procura de diamantes. Usando de estratégias subtis ou mais declaradas, como a caridade, o compadrio, a liberalidade, reuniram os 2 primeiros um manto clientelar que os afirmou na sociedade e facilitou a densificação dos laços. Com quadros de referências quase distônicos e processos evolutivos não similares, todos se enquadraram, como faiscadores da História, com a capacidade de resistência do empreendedor, numa sociedade fortemente verticalizada em que as capilaridades de ascensão social permitiram aos quatro refletir a sua imagem.

Bibliografia Essencial³⁹

Boxer, Charles, *A idade de ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

Hora, da Raiza Cristina Canuta, “Escravidão, cor, género e mobilidade social: a trajectória de Antónia Gomes na sociedade da Bahia setecentista”, em *Interfaces científicas-humanas e sociais*, Aracaju, Vol. VI, N.º 2, outubro de 2017, pp.175-186, acedido on line a 13-11-2018, em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23405/1/Dissertação%20de%20Raiza.pdf>.

Pedrosa, Lima Pérciles, *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822*, tese de mestrado, História dos Descobrimentos e da Expansão, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009.

Ferreira, Gustavo Oliveira, *As polémicas flores: Joaquim Veloso de Miranda e a prática científica nas Minas Setecentistas*, dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2013.

[39] No sentido de não sobrecarregarmos o texto, dispensamos inserir neste local, as referências bibliográficas, por estarem contidas no artigo.

2.



Gavião

2. Ângelo Vaz, medicina e neomalthusianismo

Os numerosos textos relativos à “tese inaugural” apresentada no final do curso médico-cirúrgico às Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto (depois Faculdades de Medicina, a partir de 1911) não são trabalhos de grande impacto científico, não correspondem a descobertas, mas sim, na sua maioria, a abordagens temáticas de síntese ou de estudo de casos com vista à produção de um elemento de avaliação escolar indispensável. Trabalhos escolares, obrigatoriamente impressos, apresentavam qualidade muito variável. Ricardo Jorge desdenhava delas, não obstante a sua presença em numerosos júris, função inerente às suas funções de docente, em que eram aprovadas como elemento curricular fundamental para completar a formação do jovem médico e habilitá-lo ao mercado de trabalho. Sobre as teses e suas circunstâncias sobram mitologias várias. Era o último “embate” do estudante de medicina com os seus mestres, a oportunidade para mostrar conhecimento e erudição, mas também de confronto!

Com o distanciamento adequado, podemos valorizar essas teses como documentos interessantes e pertinentes para o conhecimento histórico, que nos revelam o padrão de conhecimentos adquiridos pelos médicos de um dado período, rastreado pelo que dizem e pelo que não dizem, vislumbrando-se ou não o conhecimento da bibliografia, das correntes seguidas, da atenção prestado ao progresso científico, da capacidade ou não para partir de casos reais e enquadrá-los nas teorias vigentes.

Neste quadro, o presente artigo procura visitar uma tese que é reconhecidamente inovadora, na medida em que traz ao seio da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 1902, a discussão de um tema perturbador para a época e para o meio social, a discussão das questões relativas ao controlo da natalidade. Trata-se da tese de Ângelo Vaz — *O Neo-Malthusianismo*.

O médico e político Ângelo Vaz

Quem foi Ângelo Vaz (1879-1962)? Conjugando várias referências¹, podemos anotar alguns tópicos de reconhecimento biográfico. De seu nome completo, Ângelo Alves de Sousa Vaz, nasceu em 16 de fevereiro de 1879, em Lisboa, filho de Júlio Alves de Sousa Vaz e Maria Vitória Brandão. Seu pai era oficial da Marinha Portuguesa, chegando a contra-almirante.

Ângelo era irmão mais novo (menos 18 meses) de Júlio Alves de Sousa Vaz Júnior (1877-1963), que veio a ser um escultor de relevo, formado na Academia Portuense de Belas-Artes, onde ingressou em 1893, seguindo depois para Paris, apurando aí a sua formação transição, para se fixar depois em Lisboa: produziu algumas esculturas públicas de referência com atelier profissional, além de professor no ensino secundário, fixando-se como docente na Escola

[1] Oliveira Marques, A.H. (Org.) - *Parlamentares e ministros da 1ª República (1910-1926)*. Lisboa, Assembleia da República / Ed. Afrontamento, 2000, p. 435.

Industrial Machado de Castro.

Tal como o irmão, também Ângelo Vaz fez a sua formação superior no Porto, na então Escola Médico-Cirúrgica, no âmbito da qual apresentou, em 1902, a tese inaugural – *O Neomalthusianismo*, quando tinha 23 anos. Importa dizer que a tese, além de dedicada aos pais e irmão, é também dedicada ao conselheiro Bernardino Machado e família. Uma carta datada de 26.11.1902, disponível no arquivo digital Casa Comum, da Fundação Mário Soares, evidencia a forte ligação de Ângelo Vaz a Bernardino Machado e família já por esta altura, com o autor a comunicar a este a sua deslocação para Paris para desenvolver uma especialização médica e a congratular-se com o seu interesse pelo tema².

Para ampliar a informação, importa recuperar aqui, do seu livro “A Bem do Povo”, editado em 1946, a dedicatória: “às memórias saudosas de meu Pai, contra-almirante Júlio Vaz e de meu sogro, presidente Bernardino Machado, amigos fraternos desde a infância, ínclitos cidadãos, democratas e patriotas”. Esta memória, para além da lembrança dos laços familiares de republicanos ainda vivos na altura, num tempo de chumbo adverso como era o ambiente do Estado Novo, tem a relevância de nos elucidar sobre a sua ligação a Bernardino Machado. Bernardino, depois de deputado, par do reino e ministro regenerador, aderiu ao Partido Republicano em 1903, vindo a ser ministro, chefe de governo e Presidente da República.

Ângelo Vaz tinha seguido, tal como o irmão, para Paris, logo em 1902, onde se especializou em “doenças de crianças”, sendo discípulo do célebre Adolphe Pinard (1844-1934), como ele próprio afirma num texto posterior, e cujas linhas de puericultura seguiu, nomeadamente a então inovadora “puericultura intra-uterina”, como se pode desde logo ver no seu livro “Às mães – Conselhos para uma boa higiene e alimentação das crianças” (1906), em que se apresenta como médico especialista de doenças de crianças.

Regressando ao Porto em 1904, onde se fixou como médico, filiou-se logo no Partido Republicano, passando a integrar a respetiva comissão municipal no Porto (1905-1908). E casou pouco depois com Maria Manuela Dantas Machado (1881-1967), a filha mais velha de Bernardino Machado e Elzira Dantas Machado, cuja prole constou de 18 descendentes. Do casamento de Ângelo Vaz resultaram apenas dois filhos: Júlio Machado de Sousa Vaz (1909-1999) e Bernardino Machado de Sousa Vaz.

Paralelamente à profissão de médico, Ângelo Vaz desenvolveu acção política local e nacional, sendo eleito deputado à Assembleia Constituinte em 1911 e depois em várias sessões até 1921. Foi ainda secretário de Bernardino Machado em várias alturas da sua vida governamental e presidencial, acompanhando-o, nesta condição, a França, durante a Grande Guerra, à frente de combate das tropas portuguesas, de que resultaria a sua obra *Viagem Presidencial – 1917*

[2] <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06747.154>.

(editada em 1923)³. Foi médico escolar dos liceus do Porto e depois apenas do Liceu Alexandre Herculano, a ele se devendo, como deputado, a iniciativa das propostas para a construção dos novos edifícios desses dois estabelecimentos. Maçon, participava da Loja Luz e Vida, no Porto, onde usava o nome simbólico de *Saint Just*⁴.

Paralelamente à atividade de medicina, desenvolvia trabalho de jornalista, função que decorria da sua participação cívica, conforme se pode ler no prefácio do referido livro “A Bem do Povo” (1946), no qual exprime a sua luta pelo “bem do povo que moureja, sofre e produz nos campos e nas cidades, quer com os braços, quer com os cérebros”, naquilo que considera o seu dever de “médico, cidadão, jornalista e democrata”.

Esse livro representa, aliás, uma breve recolha de artigos que publicou e outros, com relevo para os da conjuntura da segunda guerra mundial, pois evidencia a sua ligação desde o início do conflito aos Aliados, transcrevendo correspondência com o adido de imprensa da Embaixada Britânica em que revela a sua admiração e a sua esperança na ação de Winston Churchill, ao mesmo tempo que sinaliza posições desde 1917 adversas aos alemães. O autor explicita outras relações e preocupações políticas que apontam para a unidade democrática e a resistência à ditadura. Desde logo, a admiração mútua com o Padre Alves Correia, carta em que revela estar a ler o teólogo Jacques Maritain e aponta o equívoco persistente entre “democratas e verdadeiros cristãos”, disponibilizando-se para ser “um dos mais humildes mas mais sinceros colaboradores na reconciliação franca e leal do Cristianismo e da Democracia política, económica e social”, afirmando: “Cristianismo, Ciência e Democracia devem ser os pilares essenciais da Sociedade futura a fraguar”⁵. O volume dá-nos ainda indicações sobre artigos e temáticas abordadas na altura por Ângelo Vaz em periódicos como *O Primeiro de Janeiro* e *O Comércio do Porto*, onde escrevia com pseudónimo, tocando questões como a Saúde Escolar ou tópicos políticos mais amplos. Note-se, todavia, que a sua participação na imprensa acompanha o seu percurso de vida quase desde o início profissional, quer em publicações médicas, literárias (a revista *A Águia*) ou imprensa generalista (*O Norte, Montanha, Pátria, O Mundo*), bem como em alguns jornais regionais.

Politicamente, Ângelo Vaz foi uma figura de relevo na vida política do Porto, primeiro como republicano, pela sua ação e ligações no final da monarquia e durante a I República, tornando-se depois uma figura de referência da Oposição Democrática, no tempo do Estado Novo, ainda que com uma atividade discreta que a situação política adversa impunha⁶. Faleceu no Porto a 6 de dezembro de 1962.

Malthusianismo e neomalthusianistas

Como se infere da designação, o neomalthusianismo procura recriar o malthusianismo,

[3] Para além da obra citada sobre a viagem presidencial, merece relevo outro volume: Vaz, Ângelo – Bernardino Machado. *Sentimentos, ideias e factos do seu tempo*. Porto, ed. de autor, 1950.

Outra correspondência consultável no arquivo digital Casa Comum, da Fundação Mário Soares, permite-nos entrever a proximidade de Ângelo Vaz com Bernardino Machado, ao longo do tempo: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_1363.

[4] Oliveira Marques, ob. cit., p. 435.

[5] Vaz, Ângelo - *A Bem do Povo*. Porto, edição de autor, 1946, p.14.

[6] Da sua experiência política, ficou outra publicação interessante: Vaz, Ângelo – *Homens da República; vida vivida*. Porto, 1954.

ou seja, as teorias sobre o crescimento da população como variável independente da oferta de bens alimentares. Segundo Malthus (*Ensaio sobre o Princípio da População*, 1798), havia um desequilíbrio entre o crescimento da população, que se fazia em progressão geométrica, e o crescimento das subsistências, que se fazia em progressão aritmética. Desse desequilíbrio resultava a pobreza, pois “nem todos podiam ter acesso ao banquete da natureza”, que se explicava, assim, de uma forma naturalista, esquecendo o papel do sistema social na promoção das desigualdades. Em termos breves, digamos que essa leitura malthusiana implicaria um controlo forte e constantemente ativo da população, que, no âmbito da moral religiosa perfilhada pelo autor, deveria recair sobre os pobres, através da restrição moral, ou seja, da prática da abstinência sexual por parte daqueles que não tinham meios para alimentar eventuais filhos. O casamento tardio era a solução mais preconizada, pois, vendo Malthus o casamento como um dispositivo social concebido especificamente para a procriação, só devia casar quem tivesse meios para assegurar a subsistência à sua prole, sob pena de se propagarem os meios naturais do reequilíbrio (fomes, pestes, guerras). Os contraditores de Malthus vieram de várias origens, desde os populacionistas, para quem a população era uma riqueza ao serviço dos sistemas dominantes, aos que, ironicamente, viam nessas posições uma outra lei que Malthus não pronunciava, uma pretensa “lei da utilidade da miséria”, dado que, na sua perspectiva, seriam os pobres a equilibrarem o sistema demográfico, o que não podiam aceitar, procurando por isso outras soluções. Para alguns, porém, a problemática malthusiana tinha pertinência: o problema do desequilíbrio população/subsistências parecia claro face ao crescimento do designado pauperismo no século XIX, apesar do crescimento global da riqueza. Como superar, então, o problema de serem as classes pobres a suportarem o peso da abstinência sexual, contra o instinto vital e o perigo social da “fome de sexo”? Os neomalthusianos, que genericamente aceitam a situação de desequilíbrio, ainda que em vários tons, encontram uma solução: não seguindo a moral religiosa de Malthus e a sua preconizada castidade para os pobres, reconhecem o direito de todos à sexualidade e procuram dissociá-la da procriação, ou seja, esta deve ser conscientemente assumida através de práticas de controlo que hoje designamos de planeamento familiar, assumindo que o ser humano é senhor do seu destino e da sua felicidade. Os neomalthusianos não tiveram vida fácil, apesar dos seus estudos científicos, sendo perseguidos pelas autoridades em vários países e acusados de corrupção dos costumes da juventude, combatidos ideologicamente pelos natalistas. São os movimentos anarquistas e feministas que vão assumir as posições favoráveis ao controlo da natalidade através de métodos contraceptivos a serem usados racionalmente no seio da vida conjugal.

De entre as várias publicações em torno das questões levantadas pelos neomalthusianos, merece uma referência especial uma obra médica inglesa, cuja tradução foi publicada nos finais do século XIX em Portugal. De autor anónimo (identificado como George Drysdale mais tarde, após o seu falecimento), viria a tornar-se uma bíblia para os neomalthusianos, sendo traduzida em várias línguas e com múltiplas edições, sendo também objeto de perseguições e arrestos em

vários países. De qualquer modo, em 1896, a Casa Editora António Maria Pereira, em Lisboa, publicitava a 2.^a edição, dessa obra – *Elementos de Ciência Social, ou religião física, sexual e natural*, que apresentava como “Exposição da verdadeira causa e do único remédio dos três principais males sociais: a pobreza, a prostituição e o celibato, por um doutor em medicina”, traduzida da 31.^a edição inglesa”, ou seja, de uma edição já revista pelo autor, cuja primeira edição em Inglaterra datava de 1854. Esta edição portuguesa surgia num volume de 550 páginas, ao preço de 500 réis, também enviada pelo correio, aqui ao preço de 550 réis⁷. Importa, porém, notar que esta obra já tinha sido publicada em 1.^a edição em Lisboa, em 1876, editada pela Imprensa Democrática.

Esta obra, enquadrada na altura como licenciada, como um contributo para a queda da natalidade, era, no entanto, reconhecida como um contributo científico por outros médicos que a passaram a referir nos seus trabalhos. Com o correr do tempo, pode dizer-se que era a primeira (ou uma das primeiras, conforme o ponto de vista) de um discurso médico que procurava levar a sério a discussão sobre a problemática sexual, ou seja, numa perspectiva respeitável de valorização do corpo humano e do direito à sexualidade, como indissociáveis do direito à liberdade individual, recomendando para isso o uso de meios contraceptivos tanto para prevenir a gravidez como as doenças venéreas.

É no quadro de hostilidade para com as práticas neomalthusianas por parte das forças conservadoras, mas com um interesse crescente por parte da medicina para a sua intervenção neste domínio, que Ângelo Vaz produz a sua “tese inaugural”.

Ângelo Vaz e o neomalthusianismo

Percorrendo as cerca de 120 páginas do texto de *Neo-Malthusianismo*, saltando as dedicatórias já referenciadas em linhas anteriores, podemos ver Ângelo Vaz a socorrer-se de uma epígrafe de Descartes, em que este reivindica para a medicina o papel na solução dos problemas que dizem respeito à felicidade da humanidade. Esta epígrafe constitui a base para o autor apresentar a sua tese e esbater a estranheza que poderia surgir da abordagem do tema do neomalthusianismo, sublinhando a ligação estreita dessas posições com a medicina, através das dimensões da higiene e profilaxia sociais. Sublinha a importância do neomalthusianismo para o campo da saúde e para a existência de uma boa higiene social, pois, “pode transformar intensamente o aspeto da vida, graças a uma seleção consciente e livre”, com efeitos no momento e nas gerações futuras, na medida em que promoveria a sua “perfectibilidade” (p.19).

Seguem-se seis capítulos, ao longo dos quais podemos perceber uma formação intelectual que não se limitou aos manuais de medicina previstos para o curso, mas se espalhou por leituras ecléticas que atravessam tanto os filósofos clássicos como as novas eminências do cientismo

[7] Anúncio in *Branco e Negro*, 1896, n.º 38, p.11.

positivista e, sobretudo, os teóricos anarquistas, convocando alguns desses autores para as epígrafes com que abre os diversos capítulos (Descartes, Rousseau, Diderot, Elisée Reclus, Garnier, Condorcet, Paul Robin, Tardieu). Estamos, assim, perante um autor que, reconhecendo os problemas da desigualdade social não se resigna, como Malthus e tantos dos seus seguidores, a aceitar a explicação naturalista da necessidade da miséria para travar o fosso entre o crescimento geométrico da população e o crescimento aritmético das subsistências. Não se vergando ao naturalismo explicativo da desigualdade, considera a capacidade transformadora do homem para nivelar a sociedade, usar a liberdade e construir a felicidade individual e coletiva aos diversos níveis.

Não será por acaso que inicia o primeiro capítulo, dedicado à miséria, com uma epígrafe de Rosseau que considera a fundação da sociedade civil com o primeiro ato humano de alguém que disse – “isto é meu”, deduzindo a partir os confrontos e as guerras entre humanos, pois antes os bens eram de todos e a terra de ninguém, no horizonte do Éden primordial do bom selvagem. Ângelo Vaz ilustra mas não segue Rosseau, sustentando-se na antropologia e na arqueologia pré-históricas para delinear a evolução de um homem que ascendeu por entre as espécies e se emancipou numa “via dolorosa”, ultrapassando a sua “bestialidade feroz” e, no meio das hostilidades, abandonou a “curvatura servil e deprimente”. Centrando-se nos tempos próximos, considerava, contudo, a distinção de classes, tendo como base a propriedade privada, a origem e a causa da miséria. A excessiva concentração da riqueza nas mãos de alguns originava desprotegidos e explorados, apontando estimativas de milhões de miseráveis, dos quais só alguns, os “pobres oficiais”, viviam da assistência pública, que apontava como “uma das maiores mistificações” do século, tomando as palavras de Kropotkine, que estudara os estabelecimentos de caridade em diversos países, dos quais enuncia as linhas principais.

Se a interpretação evolucionista é a sua visão da formação da humanidade, Ângelo Vaz vai criticar o darwinismo social na forma como equacionava a luta pela existência (“desde que os economistas modernos guindaram às culminâncias de suprema lei da vida social um sofismado princípio de selecção de Darwin, a vitória e a persistência do mais apto”), legitimando a opressão e a desigualdade. Ângelo Vaz derivava daí as patologias sociais, da prostituição ao crime, do suicídio ao alcoolismo, defendendo o resgate destas situações humanas, em liberdade, pela reabilitação, pelo assegurar das condições de sobrevivência, teorizando, com o apoio de vários autores coevos, essas situações, derivadas do duplo “esfalfamento” que caracterizava a vida, na dupla vertente física e mental, o que conduziria à degenerescência da espécie humana, contra a qual era urgente reagir. E acreditava na “religião da solidariedade” proposta pelo geógrafo e anarquista Elisée Reclus: “A humanidade há-de sem dúvida tomar a direcção consciente e livre de toda a sua evolução para um grande ideal de justiça” (p. 48).

As conquistas do homem, tema do segundo capítulo, evidencia as contradições entre

o “amontoado de riquezas incalculáveis” e a miséria do tempo, não obstante o trabalho de crescente dominação da natureza e a produção da tecnologia industrial, criando novos meios de multiplicar a riqueza na produção industrial como na produtividade do solo. A grande transformação da agricultura, caracterizada com o apoio de Kropoktine (“Conquista do Pão”) e do químico Berthelot, não se compadecia com a distribuição da terra, dado o predomínio da grande propriedade na maioria dos países, remetendo, mais uma vez, para a questão da propriedade e sublinhando o apelo de Kropoktine para a expropriação, pois, só quando todos tivessem garantida a subsistência, se poderia falar de “solidariedade perfeita”.

Darwin e o darwinismo biológico dão corpo ao capítulo seguinte, focado na seleção natural e na adaptação às circunstâncias, triunfando o mais apto, processo de luta pela sobrevivência que se generalizou. E, assim, ao darwinismo biológico sucedeu o darwinismo social no campo das interpretações doutrinárias. E Ângelo Vaz interroga-se, questionando “se nas sociedades humanas, a luta pela vida, a concorrência entre os indivíduos, é uma condição de progresso e de evolução; ou se, pelo contrário, a existência dessas mesmas sociedades não é mais do que o protesto e a reação contra essa luta” (p.69). É para isso que busca apoio nos estudos antropológicos que procura expor para concluir que “o estudo minucioso e aprofundado dos diversos momentos históricos veio demonstrar que essa constante e pretendida vitória dos mais aptos era uma falsa noção de evolução da humanidade” (p.71). Não aceita a tese de que as sociedades progredam indefinidamente graças à concorrência, refere autores que se pronunciam pelos ciclos de avanço, estacionamento e queda, pelo que, no longo prazo, “a humanidade não progrediria sensivelmente, mas manter-se-ia sempre ao mesmo nível de civilização”. Mas Ângelo Vaz faz questão de sublinhar que não comunga deste “pessimismo sociológico”, acreditando que “há sempre uma marcha ascensional, embora em determinados momentos haja uma suspensão aparente ou mesmo um retrocesso” (p.72). O esforço intelectual de Ângelo Vaz passa aqui por mostrar que a doutrina da seleção natural no domínio social “é viciada em toda a sua ação”. É no campo social que melhor se vislumbra esse desvirtuamento, pois, à época, “o privilégio económico” aniquilava o “pessoal eugénico, impossibilitando-o de laborar pela realização do progresso” (p.73), uma vez que a superioridade pertencia ao capital que esmagava toda a superioridade moral e intelectual, de forma que a vitória estaria longe de pertencer aos mais aptos, aos melhor dotados física ou mentalmente: “a seleção é feita conforme os capitais”. Assim, na esteira de Reclus, a “entre-luta” deveria dar lugar à solidariedade, à cooperação e ao auxílio mútuo, num “acordo pela vida” que deveria ser a fonte de todo o progresso da espécie humana (p.74). A lei do mútuo auxílio seria também uma lei natural, cuja ação deveria ser mais intensa do que a luta pela vida, diz, seguindo Kropoktine, tanto mais que a vitória de cada um dependerá da mesologia em que se insere, com a variabilidade do meio a alterar as condições de sucesso de cada um, logo, “não há homens superiores e homens inferiores” (p.77).

Um dos temas centrais, o malthusianismo, tem lugar no capítulo quarto, com a ressalva

de incluir a epígrafe de Joseph Garnier a sublinhar que o problema do equilíbrio entre população e subsistência deriva da natureza e não de Malthus, autor tão vilipendiado apenas por ter dado formulação teórica e evidência ao problema. E, alinhando com essa posição, Ângelo Vaz vai carrear contributos precursores de Malthus, com referências a Mirabeau, Montesquieu, Quesnay, Smith, Arthur Young, Say, que se referiram ao condicionamento da população pelos meios de subsistência, entreando o problema, embora sem a “limpidez” que lhe conferiu Malthus, quando procurou racionalizar a questão e sinalizar a necessidade de regularizar a natalidade, apontando o aumento da miséria e da mortalidade ao questionar as posições dos adeptos da perfectibilidade humana, em especial Godwin e Condorcet, que viam a prosperidade no aumento da população. Ângelo Vaz desenvolve com algum detalhe a controvérsia sobre o preceito da “moral restraint” (abstenção sexual) preconizada por Malthus como remédio para “a miséria e o vício”, sugestão com a qual desde logo não concordava, embora convergindo com a problemática levantada do desequilíbrio população/subsistências, cuja oposição atribuía apenas à forma empolada da retórica de pregador eclesiástico usada pelo autor do *Ensaio sobre o Princípio da População* para transmitir a mensagem. A preocupação de Malthus com o excesso de população parecia genuína, embora a demonstração do desencontro entre a lei do crescimento da população em progressão geométrica e da lei do crescimento das subsistências em progressão aritmética carecesse de demonstração, apesar das ilustrações tendenciais usadas por Malthus. Por isso, Ângelo Vaz faz eco de algumas críticas: desde logo o facto de o autor não ter considerado a desigualdade na distribuição das riquezas, factor que contribuiria para a falta de subsistências ao impedir a produção de muitos géneros pela superiorização de outros interesses ou a derivação da riqueza para produtos de luxo, “desnecessários à vida”; ou a distinção de classes que arrastava consigo inércias e inutilidade de muitas energias. Ou seja, a correlação entre população e subsistências arrastava a miséria pela má distribuição que se verificava.

O ponto crítico central da tese de Ângelo Vaz na análise da teoria de Malthus radicava, porém, no ponto da “moral restraint”, assente na “antinomia entre a fome o amor”, em que, para resolver a primeira, Malthus indicava o sacrifício ou a supressão do segundo:

“À fome de nutrição não soube senão contrapor a fome sexual. Os seus preconceitos religiosos e a ausência de conhecimentos bastantes da fisiologia humana impediram-lhe que visse mais longe, que fosse encontrar a suposta terapêutica da miséria noutra solução. Malthus não abstraía da ideia de amor a ideia de procriação. Para ele, todo o contacto amoroso, todas as relações sexuais deviam conduzir à criação dum filho. Logo que houvesse razões de ordem individual ou social que impedissem a concepção dum filho, deviamo-nos abster de toda a relação sexual. Daqui deriva esta conclusão lógica. Só o rico se poderia permitir o amor, visto que o pobre não poderia procrear sem o risco de aumentar a sua miséria. E os famintos, crentes na íntima ligação da voluptuosidade do amor e da procriação, defenderam, mui naturalmente, com entranhada e ciosa paixão, o direito de terem grande número de filhos, de possuírem o que eles chamam

o *pão dos pobres* [...] Necessário era proporcionar à classe proletária um meio que a afastasse da miséria e de todos os seus horrores. Malthus aconselhava-lhes o *moral restraint*, a abstenção das relações sexuais, salvo em condições tais que só resultassem filhos felizes. Era, nem mais nem menos, que castidade absoluta fora do casamento, casamento tardio e, depois deste realizado, grande moderação; e caso fosse atingido o número de filhos suficiente, um rigoroso cuidado em não procrear mais nenhum. Podia por ventura a humanidade aceitar semelhante conduta? Entre morrer de fome e morrer de amor o que seria preferível?” (p.100-101)

Ângelo Vaz responde com o seu alinhamento pelos “espíritos libertos de todo o preconceito religioso, de toda a influência metafísica, e iluminados por um concepção mais larga da fisiologia humana”, os quais encontraram a solução, propondo uma “nova religião sexual”. Tratava-se dos neomalthusianos, que tiveram desde logo a execração que perseguia Malthus, mas “livre e conscientemente orientados”, saberiam enfrentar a campanha e, com eles, “a humanidade poderá, por fim, evitar a fome e manter o amor”, no caminho da emancipação (p.102).

Segue-se então novo capítulo com o objetivo de explicar o papel dos neomalthusianos, que, encarando como fulcral o problema do excesso da população, procuram resolvê-lo de modo diferente de Malthus. Ao contrário deste, não prescreviam a abstinência sexual, porque isso geraria um mal maior, a “fome sexual”, mas propunham-se “conciliar o direito à subsistência com o direito ao amor”. Neste capítulo, o autor em que Ângelo Vaz faz ancoragem é Paul Robin.

A referência propulsora do neomalthusianismo era a obra *Elementos de sciencia social, ou religião sexual, physica e natural*, de autor desconhecido, mas doutor em medicina, que, em 1896, já tinha 31 edições em Inglaterra, com traduções em múltiplas línguas⁸, obra que rapidamente se difundiu e passou a ser a referência neomalthusiana. Propondo como terapêutica a “cópula preventiva” ou “esterilidade voluntária”, os neomalthusianos defendiam substituir a “proliferação ao acaso, inconsciente e irrefletida (...) por uma proliferação voluntária, meditada e consciente”, com processos que, gradualmente, mereceram a atenção de outros médicos e fisiologistas como Condom, Knowlton e outros. Entretanto, eram as classes ricas as que melhor conheciam e praticavam as recomendações neomalthusianas, assumindo Ângelo Vaz, na linha das posições médicas e anarquistas, que era uma missão divulgar junto do proletariado estes processos, como forma de controlar a multiplicação e as suas condições de existência, ou seja, garantir uma “descendência restrita mas melhor”. Não faltam laivos eugenistas neste discurso, conotação que marca todos os neomalthusianos, dado que, num otimismo ainda inicial, preconizavam a qualidade dos nascidos em vez da quantidade, quando refere as aspirações dos neomalthusianos como sendo a de uma formação duma “humanidade nova, vigorosa e pujante na sua vida física e mental, graças a uma seleção conscientemente querida e livremente aceite” (p.107).

E defende que é nesse nexos que o neomalthusianismo se relaciona com a medicina, exigindo

[8] Em Portugal, em 1896, já ia na segunda edição, editado pela Casa Editora António Maria Pereira (ver referência anterior a esta obra).

o estudo criterioso da utilidade dos processos propostos, face ao “modo de ser social” dominante, em que grassava a miséria e as doenças endêmicas, como a tuberculose e outras formas de “degenerescência e decadência orgânicas”, cujas medidas de combate não passavam de paliativos (ex: criavam-se sanatórios para os tuberculosos, mas deixavam-se multidões a viver na miséria, sem transformar a existência econômica causadora da doença!). Seria preciso, antes de tudo, conseguir-se “um bom nascimento”, ou seja, alcançar “a transformação completa da forma irrefletida e inconsciente como são procreadas as crianças que vão constituir as gerações futuras” (p. 110). E, próximo dos ideais anarquistas, Ângelo Vaz defende o “amor livre”, no sentido de afirmar a necessidade de evitar toda a opressão que envolve a constituição da família e da gravidez:

[...] quando a mulher, emancipada para sempre da opressão e do jugo do homem, puder, consciente e livre, escolher o companheiro preferido para uma existência em comum, a livre maternidade será a consequência lógica do amor livre. A mulher terá o legítimo direito e a liberdade de escolher a época em que deseja ser mãe. O amor livre e a livre maternidade são os termos indissolúveis duma concepção bem mais larga da família. Uma vez efetuada uma união sexual, perfeitamente liberta de todos os convencionalismos que dominam e escravizam a atual instituição da família, o homem e a mulher cooperarão, de comum acordo, na gênese de uma descendência mais forte e mais perfeita (p. 111).

Conceber uma criança seria então um processo rodeado de múltiplos cuidados, desde as condições previstas pela ciência para uma boa concepção, com a mulher informada das noções precisas e práticas adequadas, com todas as indicações da boa higiene física e moral, no equilíbrio perfeito para a “eclosão de um novo ser”. E os neomalthusianos iam mais longe, defendendo que não se abandonasse o novo ser aos acasos e perigos da infância, mas preconizavam o seu acampanhamento desde o berço até ao desenvolvimento integral, pois, “uma boa educação será o corolário dum bom nascimento” (p. 113). Vendo as prescrições do neomalthusianismo como um “verdadeiro evangelho de regeneração humana”, Ângelo Vaz considerava a urgência de as difundir e tornar populares, tomando como dogma o princípio de ser “preciso não dar nascimento senão a crianças que tenham as maiores probabilidades possíveis de serem felizes e úteis”, mas tal só poderia acontecer com uma boa organização social (p. 114). E, nesse sentido de expor os grandes princípios do movimento, transcreveu, na íntegra, no francês original, o *Relatório da Liga da Regeneração Humana ao Congresso Libertário de Paris, em setembro de 1901*, que, na verdade, parece constituir o guião para o desenvolvimento da tese de Ângelo Vaz. É este manifesto que indica como uma das suas edições, o panfleto “Meios para evitar as grandes famílias”, tradução para francês da brochura editada pela Liga Neomalthusiana holandesa.

Com uma epígrafe de Tardifu, registando que ao “ministério sagrado da medicina, obrigado

a tudo ver, se lhe permite também tudo dizer”, Ângelo Vaz avança para o último capítulo, dedicado ao neomalthusianismo prático. Adota então os preceitos inscritos na brochura “Meios para evitar as grandes famílias”, da autoria da Liga Neomalthusiana Holandesa, indicando, mais uma vez, que esta Liga era uma sociedade legal, legitimada como entidade civil por decreto régio de 30 de janeiro de 1895. Partindo da questão central, em que para evitar a gravidez será necessário evitar a penetração do esperma no útero, equaciona os meios, desde o disponível para o homem (*coitus interruptus*), pouco eficaz, aos cuidados disponíveis para a mulher (a esponja, o pessário ocluso e irrigação posterior cujo uso deveria ser ensinado pelo médico ou parteira), indicando recomendações e esbatendo preconceitos relativos à procura de informação e uso:

“As mulheres da classe pouco abastada pensam por vezes que o emprego dos meios de prevenção as faz descer ao nível das prostitutas. Nada mais falso! Vemos, com efeito, que na classe burguesa e entre as pessoas de uma sociedade mais alta, o número de filhos é sempre mais restrito que entre os pobres, por causa do emprego dos meios preventivos recomendados pela Liga” (p. 133).

E terminava, registando que as práticas neomalthusianas eram pouco conhecidas em Portugal, sendo que a sua divulgação entre as classes pobres era de absoluta necessidade, sobretudo o uso da esponja e do irrigador, “não só como meio preventivo, mas como indispensável higiene sexual” (p. 133).

Importa dizer que a discussão da “tese inaugural” incluía ainda um conjunto de proposições, referentes a várias disciplinas, para eventual discussão. Deste modo, numa extensão da temática da tese, Ângelo Vaz colocava em Obstetrícia: “Uma boa gestação depende diretamente da prática do neomalthusianismo”; e em Medicina Legal – “Não vem longe o tempo em que fazer um filho será um ato dum grande responsabilidade moral e social” (p. 138).

Esta aproximação e/ou utilização dos teóricos anarquistas, ainda que perpetivados numa posição de conferir qualidade às crianças, propondo a diminuição do número de filhos para apurar os cuidados a prestar, teve os seus custos na avaliação, pois a tese teve uma classificação de *Bom*, o equivalente a um intervalo de 15-17 valores. Não se apresentava impunemente uma tese com uma temática ainda tão inovadora, discutindo questões centrais da vida social e da saúde, mas que fluíam apenas em livros lidos discretamente sem exposição pública, quando as forças do poder político e religioso condenavam formalmente estas posições, contrapondo as suas posições natalistas.

Ângelo Vaz – o médico das crianças

Torna-se, por isso, relevante observar a evolução do autor na sequência da sua ida para França, para efeitos de especialização, frequentando os meios da puericultura, contatando com os grandes nomes da altura, como foi o caso de Adolphe Pinard, o médico ginecologista que introduziu a auscultação sistemática e a apalpação abdominal na gravidez, pioneiro das práticas da perinatalidade⁹, evoluindo depois para os primeiros princípios da eugenia, centrada essencialmente na qualidade de gestação.

O percurso formativo de Ângelo Vaz em França teve um efeito direto no livrinho *Às Mães – Conselhos para uma boa higiene e alimentação das crianças*, um manual popular de cuidados maternos, editado em 1906, ou seja, dois anos após o regresso a Portugal, no qual se apresenta como “médico especialista de doenças de crianças”. O texto prefacial do livro, com data de novembro de 1905, abria com a seguinte afirmação: “A mulher, em geral, chega à maternidade na mais lamentável carência de noções que a guiem na criação dos filhos”. Reagir contra essa ignorância era uma obrigação do médico especialista da área, considerava ele, registando que muitas crianças sucumbiam vítimas da incúria materna, fruto da falta de instrução para os cuidados maternos, que, em França já era ministrada no ensino primário, com noções de puericultura para as raparigas dos 10-14 anos, enquanto em Portugal as futuras mães eram “entregues à própria inspiração”. O livro representava essencialmente uma condensação dos princípios científicos então prevalentes para objetivos de divulgação e orientação no domínio da puericultura, sendo destinado a todas as mães presentes e futuras, nele se observando a inspiração na literatura especializada de França, com múltiplas referências a Adolphe Pinard e às suas lições na Maternidade Baudelocque, bem como a um largo leque de outros especialistas. O manual está estruturado em duas grandes partes – “Puericultura intra-uterina” e “Puericultura extra-uterina”. Pela primeira parte, perpassam os cuidados a ter com a higiene da mulher grávida, desde a alimentação e outros aspetos do quotidiano aos exames médicos; os cuidados a observar com a higiene do parto. Na segunda parte, os cuidados de puericultura extra-uterina corriam todas as fases de crescimento, desde o corte do cordão umbilical e primeiros cuidados ao aleitamento materno, aleitamento por amas e aleitamento artificial, dentição, desmame, vacinação. A terminar o livro, surge a transcrição de uma folha avulsa que, desde 25 de maio de 1905, o médico Ângelo Vaz distribuía pelas suas clientes com “Regras para o aleitamento das crianças”, concluindo com a afirmação de que “não basta o amor maternal a proteger a saúde; é preciso que esse sentimento se oriente pelos preceitos científicos, que anteriormente condensamos. Disso depende o futuro da raça e a felicidade das gerações de amanhã.”

São 184 páginas que trazem a proposta inovadora do acompanhamento médico da mãe na fase da gravidez e os múltiplos cuidados a ter com a criança após o seu nascimento, marcados pelas preocupações higiénicas¹⁰.

[9] Pinard, A. – *Traité du Paper abdominal au point de vue obstetrical*. Paris, H. Laureyans, Libraire-Éditeur, 1878.

Idem – *La puériculture du premier âge*. Paris, A. Colin, 1904. Idem, *De L'eugennétique*. Paris: Steinheil, 1912.

[10] Vaz, Ângelo - *Às Mães – Conselhos para uma boa higiene e alimentação das crianças*. Porto: Empresa Literária e Tipográfica, 1906.

Este tipo de preocupações com a qualidade da criança levam à produção do seu primeiro texto na revista *A Águia*, intitulado “As crianças e a República”, no número 2, publicado em dezembro de 1910. Trata-se dum texto eloquente, onde sublinha que “o grau de civilização nas sociedades modernas se avalia pelos cuidados e carinhos dedicados às crianças”, evocando esta valorização noutros países e revelando a sua esperança na capacidade transformadora do novo regime acabado de instalar. Mostrando que em Portugal muito havia a fazer, defende maternidades, com subsídios pecuniários e uma lei de repouso para as mulheres grávidas, dois meses antes do parto, para proteger o feto e o seu completo desenvolvimento. Defende a assistência pública durante o parto, a garantia “ao filho do pobre do leite materno”, as consultas de amamentados, a criação de “gotas de leite” ou lactários, a criação de creches, de cantinas e mutualidades escolares, o ensino primário obrigatório, laico e gratuito, a que acresceriam outras medidas como a hospitalização infantil, os sanatórios marítimos, os asilos¹¹.

No número 5 da mesma revista, em fevereiro de 1911, novo artigo sobre “Duas leis da República”, a saber, a que gratificava por inteiro as professoras primárias durante dois meses, no período antes e depois do parto e a que prestava assistência às “crianças moralmente abandonadas”. Sublinhando a importância destas leis na perspetiva da saúde, nelas via o início de um novo espírito de solidariedade social que se desenvolveria no futuro, acreditava Ângelo Vaz¹². Entretanto, nomeado para médico dos liceus do Porto, os seus textos sobre saúde passam a focar, naturalmente, as suas reflexões no campo da saúde escolar.

Considerações finais

Ângelo Vaz, médico e político, que voluntariamente se apagou atrás da figura luminosa e prestigiada de Bernardino Machado, tornando-se seu genro e acompanhando-o politicamente de perto, apresenta-se com um percurso interessantíssimo, desde as obras médicas aos textos políticos que publicou na imprensa, quer na fase da República, como republicano ativo, quer na Ditadura / Estado Novo, publicando nesta última fase com pseudónimo. Começamos uma incursão aos textos de Ângelo Vaz pela sua “tese inaugural”, um texto relevante, cuja temática a classe médica não se atrevia a trazer à publicidade, encontrando o autor espaço para o fazer na então Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Obra de juventude, traça-nos um estado da arte da literatura neomalthusiana, que mostra conhecer com detalhe, sendo fácil perceber o seu encantamento com as posições dos mais relevantes autores anarquistas, caldeando essas perspetivas com os mais recentes autores médicos e buscando enquadramento em autores clássicos. Para quem conhece o quadro histórico das “teses inaugurais”, Ângelo Vaz arriscou na sua escolha, pensando essencialmente na posição generosa de querer ajudar os pobres numa dimensão que considerava essencial para a “regeneração humana”, a divulgação das práticas de controlo da natalidade. Ângelo Vaz convocava a medicina a tomar parte nessa problemática,

[11] Vaz, Ângelo - “Duas leis da República”. In *A Águia*, nº 2, 1910, pp. 14-16.

[12] Vaz, Ângelo - “Duas leis da República”. In *A Águia*, nº 5, 1911, pp. 10-11.

ligada à saúde pública e indissociável da felicidade humana, propondo uma profilaxia social indispensável neste domínio, difundindo meios de controlo da natalidade então ainda essencialmente conhecidos e praticados pelas classes mais cultas e divulgados publicamente apenas pelos meios libertários, de que Ângelo Vaz era simpatizante e, na verdade, também um divulgador.¹³

[13] Ver: Freire, João; Lousada, Maria Alexandre – O neomalthusianismo na propaganda libertária. *Análise Social*, Vol. XVIII (72-74), 1982, p. 1367-1397.
Idem – *Greve dos Ventres! Para a história do movimento neomalthusiano em Portugal: em favor de um autocontrolo da natalidade*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.



1.

1. Fotografia, com Ângelo Vaz, no palacete de Mantelães, Paredes de Coura, o 4.º a partir da direita, sentado. Com a devida vénia, extraído de <http://manuel-bernardinomachado.blogspot.com/2012/05/paredes-de-coura-mantelaes-para-o.html>.

2. Cartão de Ângelo Vaz. Extraído de Casa Comum – Fundação Mário Soares: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06726.164>

Angelo Vaz

MEDICO-CIRURGIÃO

ESPECIALISTA DE DOENÇAS DE CRIANÇAS, COM PRÁTICA
NOS HOSPITAES DE PARIS

Consultorio:—R. de Santo Antonio, 223
(Consultas das 2 às 5 horas da tarde)

Residencia:—R. de Malmerendas, 104—PORTO2.

3.



Vila Nova de Famalicão

3. Aprender e Ensinar História: assumir a localidade como laboratório didático

Arminda Ferreira, Isabel Barca
e Luis Alberto Alves

3.1 Abrindo e Explicando

“O tempo, como o mundo, tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, outro inferior e invisível, que é o futuro. No meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são estes instantes do presente que vamos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa” (Padre António Vieira, História do Futuro, 1718)¹

Pensar o futuro é um exercício arriscado e, muitas vezes, fútil. Mas, apesar dos avisos, somos diariamente bombardeados com os visionários de um futuro que só eles conseguem almejar, apresentando-se com uma voz convicta, com argumentos “gostosos para o ouvido”, com certezas que só eles encontraram na profusa bibliografia visível nas estantes que estão por trás das suas cadeiras (poltronas) e onde alguns termos em inglês ajudam a dar consistência e intelectualidade às mensagens que nos querem vender.

Perante figuras tão doutas, naturalmente que precisamos de ter vistas largas, de um pensamento que não se feche nem nas fronteiras do imediato, nem na ilusão de um futuro mais-que-perfeito. À maneira de Reinhart Koselleck (1990), é importante que sejamos capazes de compreender de que modo o passado está inscrito na nossa experiência atual e de que modo o futuro se insinua já na história presente.

Este passado, próximo e distante, temporalmente e espacialmente, deve constituir um conteúdo organizado, investigado, partilhado com diferentes públicos e por diferentes estratégias, no sentido de permanecer no quotidiano de jovens e adultos, inscrevendo-o na sua identidade pessoal e social. Quando projetos como “De Famalicão para o Mundo” surgem de forma organizada, estruturalmente sustentados, com agentes no terreno mobilizados para a sua implementação, com formações que solidificam e clarificam o seu quadro concetual e que rentabilizam, em rede, os diferentes equipamentos culturais, percebemos a dinâmica de um verdadeiro laboratório capaz de testar hipóteses de trabalho, de partilhar experiências e de publicitar resultados. A localidade assume-se como a matéria a trabalhar para garantir que o “horizonte do tempo” permaneça nas memórias de todos aqueles que interiorizaram o seu sentido histórico.

3.2 A Metamorfose necessária para evitar a cristalização

Interiorizar esta perspetiva e assumi-la no quotidiano da prática educativa, obriga necessariamente a uma metamorfose que vá num sentido diferente do comodismo e da

[1] O Padre António Vieira viveu grande parte da sua vida no Brasil, onde faleceu em 1697. A primeira edição da História do Futuro foi publicada em 1718.

cristalização. Para nos incomodarmos, mobilizando-nos, gostamos naturalmente de perceber aonde queremos chegar na companhia dos nossos alunos. Aqui a irreverência consciente obriga-nos a apostar na inovação, na diferença, inicialmente próxima do singular, mas que lentamente nos transporta para um movimento mais coletivo. Edgar Morin ajuda-nos a legitimar esta visão anti-sistema dando-nos de forma clara o caminho a seguir:

“(...) Quando um **sistema é incapaz de tratar os seus problemas vitais**, se degrada ou se desintegra/ ou então é capaz de suscitar um meta-sistema capaz de lidar com seus problemas: ele se metamorfoseia. O que é uma metamorfose? O nascimento da vida pode ser concebido como a metamorfose de uma organização físico-química, que, tendo chegado a um ponto de saturação, cria a meta-organização viva que, embora tendo os mesmos aspectos físico-químicos, produz novas qualidades. **Tudo recomeça por uma inovação, uma nova mensagem desviante, marginal, pequena, muitas vezes invisível para os contemporâneos.**”²

Os professores estão muito habituados a fazer diagnósticos que deixaram de ser um exclusivo das ciências médicas, e passaram a fazer parte do nosso dia a dia. É aí que nós conseguimos identificar os “problemas vitais” da educação, **enquanto meio** (para aceder a uma postura mais humanitária e social), **enquanto conteúdo** (múltiplos saberes que de forma coerente ajudam a perceber o Mundo), **enquanto sistema** (marcado por tensões entre o exógeno e o endógeno, entre o centro e as periferias).

Mas esta capacidade terá de ser articulada e estar muito atenta, aos contextos futuristas que pretendem marginalizar a nossa intervenção, substituindo-a por futurismos de pregadores sem escrúpulos, pensadores neocolonialistas, profetas do “futuro invisível” de que já nos falava o Padre António Vieira. São os arautos da neuropedagogia, são os habilidosos das novas tecnologias, são os defensores da inteligência artificial, são os defensores da primazia do global neutro e indefinido sobre o local identitário.

Morin alerta-nos que “quando consideramos as certezas dos séculos passados, inclusive as científicas, quando consideramos as certezas do século XX, vemos erros e ilusões dos quais acreditamos estar curados. Nada indica, porém, que estejamos imunizados contra novas certezas vãs, novos erros e ilusões”³.

E acrescenta: “ensinar a viver não é apenas ensinar a ler, escrever, calcular, nem apenas ensinar conhecimentos básicos úteis da História, da Geografia, das Ciências Sociais, das Ciências Naturais. Ensinar não é concentrar-se nos saberes quantitativos, nem privilegiar as formações especializadas, é introduzir uma cultura de base que implica o conhecimento do conhecimento”⁴.

[2] MORIN, Edgar (12-01-2010). *Elogio da metamorfose*. Artigo consultado em 29-04-2020 e disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2010/01/12/elogio-da-metamorfose-artigo-de-edgar-morin/>.

[3] MORIN, Edgar (2015). *Ensinar a Viver. Manifesto para mudar a Educação*. Porto Alegre, Editora Sulina, p. 17.

[4] Idem, p. 18.

Se é verdade que os futuristas nos procuram distrair, nós que estamos habituados a lidar com o tempo e a fazer uso da memória, sabemos que já no célebre Relatório Faure de 1997 – *Enseigner et Apprendre vers la société cognitive* – também conhecido pelo Livro branco sobre a Educação e Formação, perante os três choques motores – o da sociedade da informação, o da mundialização e o da civilização científica e técnica - a resposta devia ser centrada na cultura geral (enquanto forma de saber o significado das coisas, enquanto meio para compreender e atingir a criatividade e como forma de permitir um julgamento ou decisão consistente e pertinente).

As vias aí enunciadas para atingir esse desiderato, passavam pela flexibilidade, interdisciplinaridade, cooperação, colaboração, diálogo. Aí eram também já visíveis as preocupações com a aquisição de conhecimentos novos, com a luta contra a exclusão, com a importância de encontrarmos uma linguagem comum, mas não uniformizadora.

Perante estes cenários em permanente tensão, é muito importante a maturidade que a profissionalidade nos confere, a experiência que robustece as nossas decisões, a cultura que nos permite ter sempre várias opções para escolher. Teríamos muitas, e cada um melhor do que ninguém, sabe o caminho que deve seguir, mas será importante partilhar, algumas daquelas que mais nos têm instigado nos últimos tempos, articuladas com as que cada um foi e é capaz de ir proporcionando, fruto do trabalho em rede e assente na infraestrutura segura de um Projeto como o de Famalicão.

Primeira ideia: devemos **evitar o radicalismo transformador** (Edgar Morin) ou a panaceia da inovação proposta pelas reformas, mas potenciar antes a criação de escolas de ensaio e de experimentação (já defendidas por António Sérgio na década de 20 do século passado) centradas na aprendizagem. O contributo de cada centro escolar, cada escola, cada agrupamento, cada um de nós, pode ser um contributo de mudança sem necessariamente assumir ruturas que obstaculizam mais do que promovem.

Segunda ideia: Não precisamos de estar tão preocupados em “dar mais informações mas em **dar mais sentido aos conhecimentos**” na perspetiva de Harari e de Arendt⁵. Para isso será importante ensinar numa lógica de pesquisa, liderar o processo numa perspetiva de orientação, liberdade, colaboração, diálogo e consenso. A tutoria e a supervisão serão mais importantes do que a quantidade de conhecimentos. Não por acaso temos sido mensageiros da importância da aula oficina, do espaço de liberdade do aluno, da urgência de uma liderança segura e clara do educador.

Terceira ideia: Criar uma **escola como um lugar de curiosidade**, como espaço de convivialidade e de cooperação, num quadro de diversidade educativa. François Taddei,

[5] Arendt num debate sobre os “Valores da Sociedade Contemporânea” em 13 de junho de 1972, afirmava que “um problema que precisa verdadeiramente de ser trabalhado é o facto de os professores realmente bons não serem muito considerados no meio académico. Esta coisa de “publicar ou morrer” tem sido uma catástrofe. As pessoas escrevem coisas que nunca deviam ter sido escritas e que nunca deviam ser impressas. Ninguém quer saber. (...) Isto rebaixa toda a vida intelectual. Costumava seguir o princípio que um aluno de pós graduação de um certo nível devia ser independente de mim na medida em que ele também podia, sem a minha intervenção, escolher e definir a sua própria bibliografia. Isto hoje é absolutamente impossível porque existe uma tal quantidade de puro disparate no mercado que não se pode pedir a um aluno que o examine. Ele passará anos na biblioteca até descobrir os poucos livros realmente importantes na área.” ARENDT, Hannah (2019). Pensar sem corrimão. Lisboa, Relógio d’Água, p. 337.

de forma provocatória, diz-nos no seu mais recente livro, que “os alunos aprendem mais uns com os outros do que com os seus professores”⁶. A escola deve sobretudo ser esse espaço público da educação a que já se referia Maxine Green⁷ em 1992. Público porque recebe a diversidade, ajuda a lidar com ela e a compreendê-la e prepara os seus frequentadores para um *regresso diferente* ao espaço social. Como defende Nóvoa, “a escola é, justamente, uma das instituições onde a partilha pode ter lugar, de forma prudente e selectiva, construindo assim uma base sólida e evolutiva para a construção de práticas de vida em comum”⁸.

Quarta ideia: Insistir na diferença e **evitar a normalização ou naturalização do que deve ser diferente**. Daí a importância da liberdade de organização de escolas diferentes, com projetos educativos diferenciados e com definição de percursos escolares e currículos diferenciados. Estes tempos, ajudaram a reafirmar a capacidade de adaptação dos profissionais de Ensino, a sua criatividade, a sua consistência, o seu espírito de serviço público. Isso conseguiu-se não á custa do “chamado professor carismático” que habitualmente é um desastre, mas dos professores que são verdadeiramente dedicados. É um dom muito raro, um dom de alto calibre”⁹. As dificuldades ajudaram a revelar-nos a sua existência e resiliência. Hannah Arendt defendeu que uma crise apenas se tornava catastrófica se lhe respondermos com ideias feitas, isto é, com preconceitos¹⁰. **Temos de ser ousados e criar conceitos novos, mas sobretudo uma cultura escolar diferente**. O pensamento contemporâneo sobre educação tem de ir além do já conhecido e alimentar-se de um pensamento utópico, que se exprime “pela **capacidade não só de pensar o futuro no presente, mas também de organizar o presente de maneira que permita actuar sobre esse futuro**”¹¹ como nos afirmava já em 1970 Pierre Furter.

Para a organização deste presente que permita que os nossos alunos atuem sobre o futuro, partilhamos a proposta de François Taddei, escrita na sua obra “Apprendre au XXIe siècle” e bem explicitada no esquema seguinte:

[6] <https://www.youtube.com/watch?v=BhunNczVNaA> [Apprendre au XXIe siècle]. Visitado em maio 2020.

[7] GREEN, Maxime (1992). Public education and the Public Space. In. (<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/0013189X011006004>) Visitado em maio de 2020.

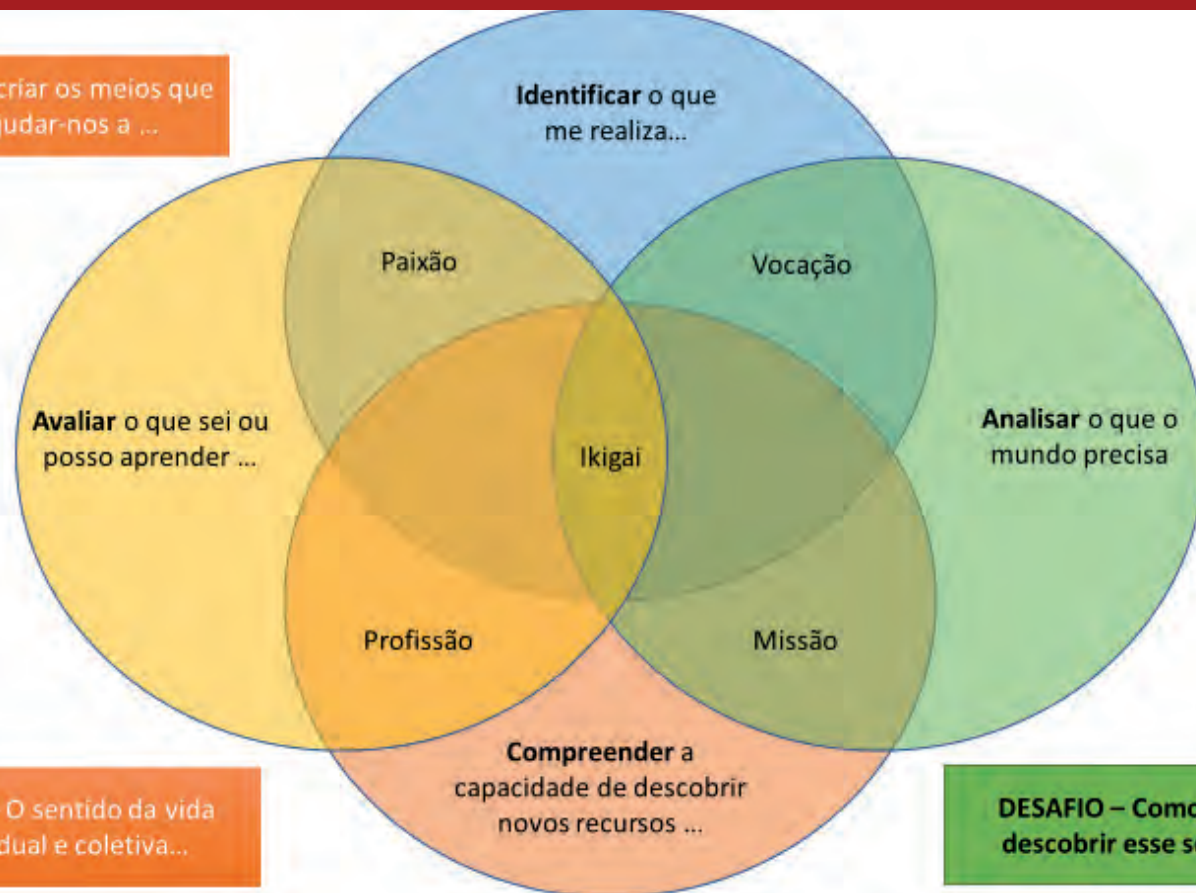
[8] NÓVOA, António (s.d.). *Educação 2021: Para uma história do futuro*. In. [https://repositorio.ul.pt/stre
am/10451/670/1/21232_1681-5653_181-199.pdf](https://repositorio.ul.pt/stream/10451/670/1/21232_1681-5653_181-199.pdf). Consultado em maio de 2020.

[9] ARENDT, Hannah (2019). Pensar sem corrimão. Lisboa, Relógio d'Água, p. 337.

[10] ARENDT, Hannah (2019). *Cultura e Política*. In. “Pensar sem corrimão”. Lisboa, Relógio d'Água, p. 103 a 127.

[11] FURTER, Pierre (1970). Educação e reflexão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 3.ª edição, p. 7.

Podemos criar os meios que
vão ajudar-nos a ...



IKIGAI – O sentido da vida
individual e coletiva...

DESAFIO – Como vamos
descobrir esse sentido?

Como ele nos diz:

“(...) Infelizmente, o sistema educacional não está mais adaptado ao mundo, onde as mudanças estão em grande aceleração. Se a nossa maneira de ensinar é essencialmente focada na memorização, cálculo e competição, como as máquinas memorizam e calculam melhor do que nós (...) elas vão ser melhores do que nós ou os nossos alunos. Devemos inventar outros métodos de ensino e aprendizagem e desenvolver outras habilidades só possíveis nos humanos. (...) **Uma sociedade que aprende** é uma sociedade na qual quando alguém aprende algo, outro pode aprender mais facilmente, porque o primeiro documentou e compartilhou seus conhecimentos ou inovações. (...) Em vez de competir por conhecimento, devemos aprender a partilhar em rede para entretajar, para cooperar, para compartilhar (...). Então essa postura permitirá que possamos progredir e avançar.”¹²

3.3 Cultura e Educação Patrimonial

“El patrimonio es puente que nos permite dialogar con la historia, pero es a la vez ensayo de sensibilidades, laboratorio de sensaciones, campo de radicalidad científica o simplemente humilde veta minera de emergentes industrias culturales. (...) Es obvio que las miradas de la ciencia, la instrucción, la enseñanza y la economía también convergen ahora sobre el patrimonio. Patrimonio es pasado, pero también futuro.”¹³

Todos os projetos que permitam esta ponte de diálogo com a História tornam-nos mais próximos de uma consciência coletiva sobre o Património e a Cultura. Como nos diz Oliveira Martins, “a preservação dos lugares de memória e do património comum apenas poderá ser assegurada se ao ressentimento, à autossatisfação, ao unilateralismo e à absolutização das interpretações soubermos contrapor o respeito, a alteridade, o pluralismo e a diversidade do conhecimento”¹⁴. Na mesma linha, alerta-nos para que só a “compreensão do património cultural nos permite assumir uma cidadania civilizada”¹⁵.

Património, Cultura, Civilização, Cidadania, História e Memória são conceitos que devemos ter muito presentes no processo de metamorfose das práticas educativas, nos recursos, nas didáticas e nos processos de monitorização dos saberes. Não sendo a sequência arbitrária, não devemos assumir uma hierarquização de importância. Como profissionais experientes, conscientes e reflexivos, procuramos o momento apropriado para os incorporar nos exemplos pedagógico-didáticos, na logicidade das faixas etárias para a sua compreensão, nos conteúdos programáticos mais adequados, nas áreas curriculares e disciplinares onde melhor se inscrevem.

Será nesta perspetiva que nos importa olhar com mais pormenor para um Projeto que imbuído neste quadro concetual procura sistematizar e operacionalizar a melhor forma de os pôr

[12] TADDEI, François (2020). Apprendre au XXIe siècle. <https://www.youtube.com/watch?v=BhunNczVNaA>. Visitado em maio 2020.

[13] MASACHS, Roser Calaf (2008). Didáctica del patrimonio: epistemología, metodología y estudio de casos. Gijón, Ediciones TREA, p. 17.

[14] MARTINS, Guilherme Oliveira (2019). Património cultural. Realidade viva. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, p.28-29.

[15] Idem, p. 35.

em prática no contexto educativo e cultural de Vila Nova de Famalicão.

3.3.1 De Famalicão para o Mundo: o laboratório do passado para o futuro

O projeto “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local” foi desenhado ao longo do ano letivo 2018/2019 (concluído em maio de 2019 como experiência-piloto) fundamentado no conceito «Cidade Educadora» e na recente legislação emanada pelo Ministério da Educação. Apresenta um conjunto de propostas e sugestões pedagógico-didáticas com o intuito de se atribuir à História Local mais relevância para os alunos, concedendo-lhe mais visibilidade nos conteúdos programáticos, especialmente em História na sua relação com a História Nacional e Universal. De realçar que, apesar de se assumir um enfoque relevante na História, é desejável que outras disciplinas (Geografia, Línguas, Filosofia, Ed. Visual/Artes Visuais, Matemática, Ciências, ...) colaborem no projeto no sentido de articular conhecimentos sob várias perspetivas e, assim, construir-se uma visão mais abrangente do Mundo (Figura 2).



2. Projeto “De Famalicão para o Mundo: Contributos da História Local”.

Mais concretamente, este Projeto propõe a dinamização de atividades educativas para exploração do património local apoiadas por um conjunto de valências culturais à escala concelhia, a saber: Rede de Museus; Gabinete de Património Cultural (através da plataforma/projeto Famalicão ID); Gabinete de Arqueologia; Arquivo Municipal

Alberto Sampaio; Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco; Galeria Municipal Ala da Frente; Programa Educativo “Viagens pelo Património Cultural”; Labirinto das Artes – A Casa ao Lado; Quinta Pedagógica de Bairro; Hortas do Parque da Devesa.

Pretende-se, assim, oferecer aos agentes educativos, do concelho de Vila Nova de Famalicão, sugestões que integrem um conjunto de fontes históricas de património local, e consequentes ações estratégicas interativas com significado para os alunos, nomeadamente no âmbito de visitas de estudo às diversas unidades culturais (Solé, 2012; Pinto, 2003), assim como em aulas-oficina (Barca, 2004). Este processo pode desenrolar-se a partir de formulações de questões sobre evidências patrimoniais, nomeadamente na perspetiva da evidência histórica (Cooper, 2004; Lee, 2005). Nesta linha de pensamento, ao mobilizar inferências sobre fontes históricas concretas e que, eventualmente, lhes são familiares, os alunos terão oportunidade de aprofundar conhecimentos e outras competências contribuindo-se, assim, para o desenvolvimento do seu pensamento histórico, geográfico, estético, filosófico, em suma, para a sua cultura.

De realçar que o presente projeto não pretende ser um documento fechado, mas sim “De e para Todos”, aberto a propostas e sugestões de natureza pedagógica e científica e envolvendo docentes e estudantes, dos diferentes níveis de ensino. Pretende-se que estes últimos sejam, também, agentes ativos em todo o projeto, e que desde cedo possam desenvolver uma consciência cultural que lhes permita compreender de forma integrada o mundo em que vivem e assumir na sociedade posições fundamentadas. Desta forma, os estudantes têm oportunidade de se debruçar sobre uma realidade dinâmica e de variadas dimensões, em que uma comunidade, pela sua própria e particular expressão de adaptação espaço/tempo, produz simultaneamente convergências e especificidades que a tornam culturalmente distinta, facilitando a construção da identidade dos jovens, no plano individual e coletivo.

Refere Menezes (1985: 33) que “Exilar a memória do passado é deixar de entendê-la como força viva do presente e, como tal, sem memória não há presente humano, nem futuro” e, nesta linha de pensamento, a questão da preservação do património cultural e da memória, testemunho da História entendida como forma de existência social nos diversos aspetos (económicos, políticos, culturais) é uma temática obrigatória nos dias de hoje, pois reveste-se de grande relevância no processo de formação da consciência histórica e da cidadania.

Atribuir significância histórica quer aos acontecimentos históricos locais, quer

às personagens e aos períodos históricos, incentiva os alunos a uma aprendizagem mais relevante e a uma consciência histórica mais ativa e interventiva na sociedade do presente (Solé, 2013). Mas a significância histórica é um dos conceitos estruturais da História em interligação com outros conceitos também inerentes a este saber: interpretação de fontes, explicação (motivos, causas externas e consequências do que se passou), narrativa, temporalidade (continuidades e mudanças, progresso/ desenvolvimento, ciclo, declínio). Por consequência, estes conceitos são as ferramentas intelectuais de que os alunos e professores se auxiliam para poderem pensar sobre a evolução da Humanidade no tempo e espaço e como esta procurou resolver os seus problemas e tomou decisões sobre a vida (Ferreira, 2005: 2). A História relaciona-se com as memórias produzidas coletivamente, ou seja, com a evidência que determinadas sociedades deixam (de forma consciente ou não) e, como tal, a memória é um elemento de recuperação histórica do passado permitindo ao sujeito referenciar esse passado no presente e aí se situar temporalmente. Ora, como o filósofo Rüsen e vários outros afirmam, a necessidade de orientação temporal constitui uma pulsão intrínseca ao ser humano.

Neste sentido, o conhecimento da História Local é insubstituível para a construção da compreensão do passado, numa relação com o presente e hipóteses de futuro. A História visa o estudo da vida humana, num determinado espaço e numa determinada comunidade. É na comunidade circundante que cada um inicialmente se insere e se realiza, integrado numa família e nessa mesma comunidade. A partir dos significados que cada ser humano atribui à sua comunidade mais próxima, ele poderá alargar o seu sentido identitário numa lógica gradual e que se pretende de diálogo entre o local e o global.

Nesta linha de pensamento, e seguindo o conceito de «Cidade Educadora», desenvolvemos um projeto educacional e cultural que promova a educação para a diversidade, considere a qualidade de vida como objetivo alcançável facilitando o intercâmbio a novas experiências e fomente a sua permuta (Pereira, 2005: 88). Um projeto que na medida do possível envolva “Todos” os jovens famalicenses, a partir da Escola/sala de aula, e que, em relação com o espírito de «Cidade Educadora», enquanto espaços/tempos de aprendizagem (formal e não formal), sejam dadas oportunidades de construir conhecimentos e outras aprendizagens relacionadas com a História Local, articulada no sentido transversal e vertical. Transversal porque em diálogo com diversas disciplinas, vertical porque será articulada com a História Nacional e Universal.

Através do contacto direto com a realidade da sua comunidade, os alunos adquirem

mais facilmente uma maior noção da sua importância enquanto agentes de transformação da realidade que o rodeia. Além disso, o estudo da História Local possibilita que se faça frente a problemas de desenraizamento cultural, possibilitando de uma forma mais fácil uma identificação que ajude a construir uma identidade em espaços e grupos mais próximos. Assim, o conhecimento do passado da comunidade local permite às crianças e aos jovens compreender melhor a sociedade em que vivem e participam, preparando-os gradualmente para exercerem uma cidadania consciente (Figuras 3, 4 e 5).

A variedade de contextos educativos que o local promove facilita uma aprendizagem significativa através do desenvolvimento de competências como observação, exploração, curiosidade mental, criatividade, emoção, comunicação, argumentação, próprias e dos outros, pela interação física, intelectual e emocional proveniente de atividades com o património (Melgar & Donolo: 2011). A educação pelo Património Cultural, nomeadamente o «Territorial» entendido como todos os bens, materiais e imateriais, portadores de valor histórico, arqueológico, arquitetónico, documental, artístico, etnográfico, científico, social e económico, refletem valores de memória, autenticidade, originalidade, singularidade e estimula, a par com a educação formal, a construção dos conhecimentos dos alunos, acrescentando, através de situações educativas não formais, competências interdisciplinares e multidisciplinares aos conteúdos programáticos curriculares dos vários níveis de ensino.

Neste sentido e tendo como ponto de partida a exploração do Património Cultural do concelho, o contacto direto com as fontes patrimoniais diversas, materiais e imateriais, poderão proporcionar a interpretação da época a que se reporta, com mais sentido temporal e espacial, promovendo uma compreensão contextualizada. Por esta razão podemos afirmar que o Património é uma «escola viva de História» (e não só nesta disciplina). De realçar que os Serviços Educativos das diversas unidades culturais realizam diversas atividades servindo de mediadores para estreitar a relação entre a cultura e o público, nomeadamente o escolar, e são uma componente fundamental para a concretização da missão das mesmas.

Ao longo do desenvolvimento do projeto “De Família para o Mundo” teve início do ano letivo 2018/2019, professores de várias escolas do concelho, de diferentes níveis de ensino e de várias disciplinas, aderiram e envolveram-se nas atividades educativas do mesmo. Estabeleceu-se desde o início uma dinâmica de colaboração entre todos os intervenientes no projeto, em que professores e turmas constituíram grupos de trabalho em torno de unidades patrimoniais selecionadas sobretudo pelos alunos.

3. Aula História, 9º ano: I República e Bernardino Machado - Museu Bernardino Machado.
4. Visita de Estudo - Claustro do Mosteiro de Santa Maria de Landim.
5. Aula Interdisciplinar de História e Cultura das Artes e Artes Visuais, 11º ano - Galeria Municipal Ala da Frente.



O Projeto desenvolve-se em várias fases. A primeira – experiência piloto – decorreu no ano letivo 2018/2019; a segunda - implementação em tempo de confinamento - no ano letivo 2019/2020; a terceira, no ano letivo 2020/2021 que agora se inicia - Avançando... de Famalicão para o Mundo.

3.3.2 Experiência Piloto

A construção das planificações do projeto (em formato de estudo-piloto) envolveu professores e alunos das escolas públicas e privadas - ACE – Escola de Artes de Vila Nova de Famalicão; Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco; Agrupamento de Escolas D. Maria II; Agrupamento de Escolas D. Sancho I; Agrupamento de Escolas de Gondifelos; Agrupamento de Escolas de Pedome; Agrupamento de Escolas de Ribeirão; Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado; Didáxis – Cooperativa de Ensino, CRL; Escola Profissional CIOR; Escola Profissional do INA – OFICINA; Instituto Nun’ Alvres.

O Projeto envolveu também as unidades culturais do concelho - Arquivo Municipal Alberto Sampaio; Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco; Casa do Território; Gabinete de Arqueologia; Gabinete de Património Cultural (dinamização da plataforma/projeto Famalicão ID); Hortas Urbanas de Famalicão; Labirinto das Artes – A Casa ao Lado; Parque da Devesa; Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão; Quinta Pedagógica do Centro Social de Bairro, que apresentaram sugestões de temas a serem lecionados e propostas de articulações interdisciplinares a serem trabalhadas pelas equipas multidisciplinares, assim como articulação entre as oficinas pedagógicas das unidades culturais com os conteúdos programáticos das diferentes disciplinas e dos vários níveis de ensino.

Os alunos selecionaram vários elementos patrimoniais a investigar, utilizando a plataforma Famalicão ID, as Bibliotecas Digitais da BMCCB e a plataforma Archive, do Arquivo Municipal Alberto Sampaio para aceder a fontes primárias, dando assim início e sentido à pesquisa das temáticas a estudar. Todos os grupos realizaram visitas de estudo para observação direta às unidades patrimoniais que tinham como foco (museus, mosteiros, alminhas, pontes, etc). No final do ano letivo, os estudantes apresentaram aos colegas os seus trabalhos onde foi visível o seu empenho e aprendizagens em relação ao património por eles selecionado. Por sua vez os professores envolvidos no projeto apresentaram, numa sessão final, os trabalhos desenvolvidos pelos alunos sob a sua orientação.

3.3.3 Implementação em tempo de confinamento

No ano letivo 2019/2020 deu-se continuidade ao projeto, aprofundando-se alguns procedimentos para a implementação das atividades dos alunos, que iriam decorrer no terreno durante os dois últimos períodos letivos. Contudo, por força do confinamento, como resultado de pandemia – COVID-19, houve que ajustar o plano e recorrer-se a novas estratégias, adaptadas à situação de «ensino à distância». Por este constrangimento, o Projeto desenrolou-se em três períodos distintos.

No período inicial desta fase de implementação, anterior à manifestação da pandemia, abriu-se uma oferta de formação contínua a professores – ação de formação “De Famalicão para o Mundo: Arte e História Local” em modalidade oficina, com os seguintes objetivos:

- Dotar os educadores e professores dos diversos graus de ensino de instrumentos pedagógicos e didáticos;
- Aproveitar os conteúdos programáticos e disciplinares para reforçar as aprendizagens e a identidade dos alunos;
- Discutir e divulgar o desenvolvimento de projetos escolares relacionados com a História/Património Local;
- Analisar as potencialidades da Arte com o Património Local;
- Identificar conteúdos programáticos com possíveis articulações com a localidade;
- Compreender as possibilidades de incorporar didaticamente os recursos patrimoniais disponíveis em Famalicão;
- Inserir a História Local num contexto nacional e global;
- Elaborar estratégias e recursos específicos em função dos conteúdos das diferentes áreas disciplinares/disciplinas;
- Planificar trabalhos a realizar pelos alunos de acordo com os recursos, as faixas etárias e os conteúdos programáticos;
- Garantir a apresentação pública desses trabalhos favorecendo a componente relacional, de conhecimento e de reforço identitário com o espaço local e de literacia digital;
- Fomentar uma verdadeira reflexão sobre a educação patrimonial, numa perspetiva individual e coletiva.

Esta ação de formação permitiu arrancar com o acompanhamento dos formandos na realização dos projetos de escola, efetivando-se assim uma monitorização mais sistemática. De notar que muitos dos docentes recentemente colocados neste território desconheciam, à partida, as potencialidades patrimoniais do mesmo, e que mesmo

os naturais do concelho consideraram que foi enriquecedor, do ponto de vista histórico”, como relatou uma das participantes. Para facilitar o trabalho dos docentes foram elaborados recursos educativos relacionados com conteúdos científicos do meio local e disponibilizados no site do projeto. Constatou-se, pois, que a experiência de formação contribuiu para dar a conhecer e divulgar de forma mais concreta o património de Vila Nova de Famalicão. Está a assegurar-se a continuidade no ano letivo 2020-2021 a esta mais-valia.

Ainda no ano letivo 2019-2020, com o intuito de se premiar as iniciativas/projetos no âmbito da História Local, centrados no território de Vila Nova de Famalicão, foi criada a **“«Sebenta Digital» - De Famalicão para o Mundo - A História Local como experiência educativa”, alocada no Portal da Educação, na página do Projeto**. Esta iniciativa, orientada para professores e alunos dos estabelecimentos de ensino com oferta formativa do pré-escolar ao ensino secundário da rede pública e privada do concelho, pretende reconhecer e valorizar publicamente, todos aqueles que, em termos educativos, elevam a excelência do nome do Concelho de Vila Nova de Famalicão, constituindo-se, assim, como um importante fator de identidade e de orgulho para as gentes deste território.

Para colmatar algumas dificuldades detetadas ao longo da elaboração da experiência-piloto, perante o estado de pandemia vimo-nos forçados a dar respostas de imediato aos docentes e partimos para a construção de um conjunto de recursos educativos alocados no Portal da Educação em http://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local. Esta medida estava já prevista como proposta para uma 3.ª fase do Projeto a iniciar no ano letivo 2020-2021.

Com o período do confinamento, as Visitas de Estudo previstas para o 2.º e 3.º período do ano letivo 2019-2020 foram, entretanto, canceladas, levando à adoção de novas metodologias. As visitas de estudo presenciais foram colmatadas por visitas virtuais, elaborando-se uma listagem de vídeos existentes relacionados com a história e património de Vila Nova de Famalicão e, então, docentes e estudantes deram continuidade aos seus projetos inovando e reinventando novas formas de ensinar e novas formas de aprender. O acompanhamento dos trabalhos pela equipa formadora foi então realizada digitalmente, incluindo uma sessão à distância para uma discussão intermédia, com carácter formativo, do processo das atividades em curso.

3. No Final do ano letivo de 2019-2020, foi já possível efetuar a apresentação oral de cada projeto, em sessão presencial. Os docentes envolvidos nesta ação de formação e interação entre pares, consideraram, tal como disse uma formanda, que “tiveram

a possibilidade de enriquecer o conhecimento pessoal, mas também a formação profissional, partilhando, por exemplo, experiências pedagógicas ao mesmo tempo que se tomou contacto com a metacognição, que visa melhorar a prática docente”.

3.3.4 Avançando... de Famalicão para o Mundo

No ano letivo 2020-2021, o Projeto “De Famalicão para o Mundo”, arrancou com uma ação mais ambiciosa, a de efetivamente dar sentido à ligação de Famalicão com o Mundo. Nesta linha de pensamento, era de todo importante desencadear, no início do ano letivo 2020-2021, um Encontro que mobilizasse o maior número possível de educadores para que, ao longo deste ano escolar, se procurasse planificar atividades que se pudessem inscrever neste desiderato. Numa primeira fase de motivação, esclarecimento e desafios temáticos, era também importante evidenciar exemplos de famalicenses que, de alguma forma, participaram em momentos cruciais na História ao nível mundial, e que pudessem incorporar propostas de valores de Humanidade a eleger no quadro educativo.

Tendo surgido o Despacho nº 3687/2020 que criou um grupo de trabalho para elaborar um Programa nacional em torno da Memória do Holocausto e, mais tarde, em 25 de junho de 2020, a Resolução do Conselho de Ministros nº 51/2020, que aprovou as linhas estratégicas do “Projeto Nunca Esquecer – Programa Nacional em torno da Memória do Holocausto”, delineou-se um Programa para o evento / ação de formação “Encontro – De Famalicão para o Mundo: em torno da Memória do Holocausto e a ajuda Humanitária”, que veio a concretizar-se em 25 e 26 de setembro, no pequeno auditório da Casa das Artes. Para tal, desde o início estabeleceu-se, em parceria com o CITCEM, um grupo de trabalho criado para o efeito, com representantes das seguintes instituições – Galeria Municipal Ala da Frente, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova (IHC-NOVA), Associação de Professores de História (APH) e Centro de Formação dos Agrupamentos de Escolas de Vila Nova de Famalicão (CFAEVNF).

Visto que a promoção de valores humanistas e cívicos é fundamental na formação de jovens segundo os atuais paradigmas educacionais, o Encontro, acreditado com 13 horas, pelo CFAEVNF, para os grupos disciplinares 200, 240; 300; 310;320; 290, 400, 410, 420, 600, pretendeu consciencializar para a necessidade de preservar a Memória do Holocausto e promover os valores consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Visou, não só, dotar os professores dos conhecimentos necessários para a compreensão e reflexão crítica relacionados com a temática do Holocausto como também fomentar a construção de instrumentos

pedagógicos e didáticos relacionados com os conteúdos curriculares, para reforçar as aprendizagens e a identidade dos alunos, a várias escalas - desde a local, regional e nacional, até ao mundo mais vasto.

Em suma, o Encontro teve como finalidades inserir a História Local num contexto nacional e global; incrementar a participação de Portugal na ação internacional em prol da memória do Holocausto, do combate ao antissemitismo, à xenofobia, da promoção da liberdade religiosa e do respeito por todos os seres humanos; refletir sobre a importância da temática para a consecução do “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”; identificar temas que possam ser abordados em trabalho de projeto (de acordo com o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular); planificar trabalhos de acordo com os recursos, as faixas etárias e os conteúdos programáticos, valorizando a criatividade, a originalidade e o sentido estético; garantir a apresentação pública dos projetos escolares, favorecendo a componente relacional, de conhecimento e de reforço identitário com o espaço local e de literacia digital.

O Encontro contou com o registo de 230 inscrições, de várias partes do país e do estrangeiro e realizou-se em formato híbrido. O excelente naípe de comunicações que foi possível reunir presencialmente, associado ao facto de dezenas poderem acompanhar por via digital, são evidências da boa seleção (que consideramos feliz) realizada pela comissão organizadora (Leonel Rocha – CMVNF; Arminda Ferreira – CMVNF; Isabel Barca – CITCEM; Luis Alberto Alves – FLUP-CITCEM; Filipa Lopes – IHC/NOVA; António Gonçalves – Galeria Municipal Ala da Frente; Miguel Barros da APH; Aurora Marques do CFAEVNF).

O registo gravado, com posterior disponibilização das intervenções que autorizaram essa divulgação, garantem que, muito para além do que foi dito, a base de dados do Projeto “De Famalicão para o Mundo: Contributos da História Local” saiu enriquecida com excelentes recursos, que podem agora ser incorporados nos projetos educativos de diferentes estabelecimentos e/ou agrupamentos.

Da avaliação realizada pelos docentes inscritos salientamos algumas considerações:

- “As minhas expectativas concretizaram-se tendo em conta a qualidade dos temas abordados pelos conferencistas, mas foi sobretudo na apresentação e divulgação de diversos projetos inovadores que me prenderam a minha atenção pelas suas pertinências no enfoque dado em torno da memória do Holocausto. O projeto *Nunca Esquecer*, apresentado por Luiz Barreiros; a originalidade do projeto inserido na raia transfronteiriça, Museu de Vilar Formoso, *Memórias de Aristides*, dinamizado por

Margarida Magalhães Ramalho e do Projeto N.O.M.E.S. inserido no *O ensino e memória do Holocausto em Portugal*, dinamizado pela professora Sandra Costa, da Escola Secundária da Maia, que fui refletindo nas diversas estratégias que posso aplicar na sala de aula e dinamização nos Domínios de Autonomia Curricular (DAC)” (professor do grupo disciplinar 400, do AEIDH);

- “As comunicações foram ao encontro das expectativas que apresentava inicialmente, aliás superaram as mesmas, uma vez que aumentei os meus conhecimentos sobre o tema e também tomei conhecimento de uma série de projetos que estão a ser levados a cabo, bem como de recursos, como museus e páginas de internet que facilitam a busca pela informação por docentes ou alunos.(...)” (professor do grupo disciplinar 420, do AET);

- “Para ser sincero não tenho grandes sugestões de melhoria, dada a situação limitativa em que nos encontramos a viver, podermos participar num encontro como este é já em si muito positivo. Destaco, como ponto forte, o papel do encontro em fomentar a participação da sociedade civil, realçando o papel dos professores na recordação de um momento que nunca deverá ser esquecido, o Holocausto (...)” (professor do grupo disciplinar 420, do CA).

Dando continuidade a este Projeto “De Famliação para o Mundo”, vai realizar-se uma outra ação de formação, em colaboração com a FLUP- CITCEM, em modalidade oficina – acreditada com 50h: “De Famliação para o Mundo: Arte e História Local”.

3.4 Reflexões Finais

Reiterando o que afirma François Taddei (2019):

“Uma sociedade que aprende é uma sociedade na qual quando alguém aprende algo, outro pode aprender mais facilmente, porque o primeiro documentou e compartilhou seus conhecimentos ou inovações. (...) Em vez de competir por conhecimento, devemos aprender a partilhar em rede para entreatujadar, para cooperar, para compartilhar (...). Então essa postura permitirá que possamos progredir e avançar.”

Nesta linha de pensamento, o meio só poderá potenciar aprendizagens quando profissionais em conjunto, formadores, professores, educadores, alunos, famílias, ... conseguirem partilhar os recursos que vão produzindo, as ideias que forem pensando, as estratégias que foram experimentando. As escolas ou os espaços educativos potenciarão uma comunidade de aprendentes quando ousarem inovar e partilhar, experimentar e validar iniciativas que tiveram,

como é o caso das experiências que tiveram o espaço identitário de Vila Nova de Famalicão como laboratório de aprendizagem.

Disponibilizar meios para desenvolver competências transversais, e promover uma cidadania mais consciente e interventiva (mais fundamentada e autónoma) é um objetivo crucial para o sucesso deste compromisso educativo e social. A página do projeto “De Famalicão para o Mundo: Contributos da História Local”, alocada no Portal da Educação, já referido, é um espaço virtual que tem identidade. Foi construído por todos quantos se sentiram interessados em ajudar a dinamizar o conhecimento da realidade local na sua História e Património. Tem a generosidade de quem partilha e o desejo de “progredir e avançar” coletivamente, aproveitando a força dos que nos têm acompanhado nesta procura do melhor para crianças e jovens estudantes.

O Projeto “De Famalicão para o Mundo: Contributos da História Local” continua neste ano letivo de 2020-2021. Numa articulação da História Local com a Nacional e Mundial, realizou-se o “Encontro – De Famalicão para o Mundo: Em torno da Memória do Holocausto e a ajuda Humanitária”. A este Encontro / Ação de formação, que constituiu a primeira iniciativa do presente ano letivo, segue-se a ação de formação “De Famalicão para o Mundo: Arte e História Local”. Pretende-se com estas e outras ações que se seguirão promover a capacitação docente com conteúdos científicos e pedagógicos relacionados com a História e o Património Local, numa perspetiva interdisciplinar, e do local ao global.

Para além do Programa de formação contínua, o Projeto dará continuidade à construção de recursos didáticos locais e ao fomento de experiências educativas nas escolas em torno do Património Local, sempre que possível a nível interdisciplinar.

Esperamos que este Projeto seja um porto de sucesso, enquanto contributo para uma compreensão mais profunda da realidade em que vivemos.

3.5 Bibliografia

- ALVES, Luís Alberto Marques; PINTO, Helena (2019). Educación histórica con el patrimonio: desafiando la formación de profesorado. REIFOP - Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado Vol. 22 N°. 1 p. 71-81.

-ALVES, Luís Alberto Marques (2019) (Coord.). Cruzar Fronteiras sobre o ensino de História: II Oficinas Luso-Afro-Brasileiras. Porto, CITCEM.

- ALVES, Luís Alberto Marques; MOREIRA, Ana Isabel; DUARTE, Pedro (2019). Enseñar y aprender didáctica de las ciencias sociales: la formación del profesorado desde una perspectiva

sociocrítica, p. 81 a 89. file:///C:/Users/laalves/Downloads/luis_alberto_da_consciencia.pdf (Consultado em setembro de 2020).

-ARENDDT, Hannah (2019). Cultura e Política. In. “Pensar sem corrimão”. Lisboa, Relógio d’Água, p. 103 a 127.

- ARENDDT, Hannah (2019). Pensar sem corrimão. Lisboa, Relógio d’Água.

- BARCA, Isabel (2004) - Aula Oficina: do projeto à avaliação. in: Para uma educação histórica de qualidade. Actas das IV Jornadas internacionais de Educação Histórica. Braga (PT): Ed. Universidade do Minho.

- COOPER, H. (2004) – O pensamento Histórico das crianças. In I. Barca (Org.). Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica – Para uma Educação Histórica de Qualidade (pp. 55-74), Braga: Universidade Minho.

- FERREIRA, Arminda (2005) - Ideias de Significância Histórica e Pedagógica em contexto de interação: um estudo com professores estagiários. Universidade do Minho: Dissertação de Mestrado em Supervisão Pedagógica do Ensino da História

- FERREIRA, Arminda.; BARCA, Isabel; ALVES, Luís Alberto. (Coord.) (2019) – “Projeto De Famalicão para o Mundo: Contributos da História Local”, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

- FURTER, Pierre (1970). Educação e reflexão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 3.ª edição, p. 7.

- GREEN, Maxime (1992). Public education and the Public Space. In. (<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/0013189X011006004>) Visitado em maio de 2020.

- MARTINS, Guilherme Oliveira (2019). Património cultural. Realidade viva. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- MASACHS, Roser Calaf (2008). Didáctica del patrimonio: epistemología, metodología y estudio de casos. Gijón, Ediciones TREA.

- MORIN, Edgar (2015). Ensinar a Viver. Manifesto para mudar a Educação. Porto Alegre, Editora Sulina, p. 17.

- Jornal “Expresso”, 25-04-2020, caderno 1, p. 4.


- MORIN, Edgar (12-01-2010). Elogio da metamorfose. Artigo consultado em 29-04-2020 e disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2010/01/12/elogio-da-metamorfose-artigo-de-edgar-morin/>.
- NÓVOA, António (s.d.). Educação 2021: Para uma história do futuro. In. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/670/1/21232_1681-5653_181-199.pdf . Consultado em maio de 2020.
- PINTO, Helena (2003) - Guimarães, Centro Histórico: Património e Educação. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho, Braga.
- SOLÉ, Maria Glória (2003) - A consciência histórica e a significância histórica em alunos portugueses: um estudo de caso longitudinal com alunos portugueses. Universidade do Minho: Revista de Educação Histórica-Reduh. (Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29942/1/artigo-%20Conci%3%aaancia%20hist%3%b3rica%20e%20signific%3%a2ncia%20hist%3%b3rica%20em%20alunos.pdf>).
- TADDEI, François (2019) Apprendre au XXIe siècle. Paris, Calmann-Lévy.
- TADDEI, François (2020). Apprendre au XXIe siècle.
- <https://www.youtube.com/watch?v=BhunNczVNaA>. Visitado em maio 2020.



HISTÓRIA DO PRESENTE



CTT
Linha CTT
707262626
www.ctt.pt

Hora de Abertura
Dias úteis 4524
09H00 ID - 

CORREIO

1. Armando Bacelar – O Democrata intransigente¹

Armando Bacelar é uma das personalidades famalicenses mais marcantes, influentes e sedutoras, a nível local e nacional, da segunda metade do século XX. ‘Democrata intransigente’, como se autodefiniu, (Memórias de Tempos Idos, Separata do Boletim Cultural, nº 13, III série, Câmara de Famalicão) esteve sempre na linha da frente das trincheiras que a Oposição Democrática ergueu, no combate à ditadura do Estado Novo, sobretudo no pós-guerra com a derrota do Nazi/ Fascismo na Europa, aos quais Salazar desafortunadamente sobreviveu. Figura multipolar concentra em si, várias áreas de saber: a Política, o Direito, a Crítica e o Ensaísmo Literário, a Poesia. Esta constelação de interesses constitui um denominador comum do seu labor intelectual e das suas diversificadas atividades, em que se desdobrou no seu longo percurso de vida: a Advocacia, a Luta Antifascista, a atividade Literária, e já no regime democrático, nos cargos de Deputado, de Ministro, e Membro do Conselho Superior de Justiça. Todas convivem harmoniosamente entre si, e foram sempre instrumentos de luta nas causas que perfilhou: as liberdades públicas, a democracia, os direitos humanos, o Estado de Direito.

Como poucos, esteve à altura do seu tempo, interpretando os sinais de um país pobre, analfabeto e amordaçado, que Portugal então era, onde o medo e a repressão aprisionavam o povo. Bacelar fez uma opção de vida, que durou até ao fim dos seus dias – antes de tudo o mais, combater a ditadura do Estado Novo, e instaurar em Portugal a liberdade e a democracia. Tudo sacrificou a este ideal: a vida pessoal e profissional e o bem-estar da própria família.

Descendente de uma família de políticos progressistas ligados ao PRP (Partido Republicano Português), nasceu em 25 de Setembro de 1919, na quinta de Stº Adrião V. N. de Famalicão, cedo vislumbrou e aprendeu a palmilhar os difíceis e imprevisíveis caminhos da liberdade. O avô materno Manuel Gonçalves Dias Cerejeira, nascido em Calendário, ainda estudante em Coimbra, envolveu-se, no final do século XIX, na propaganda republicana, tendo colaborado na “Cartilha do Povo” de José Falcão, que os “Democratas de Braga” reeditaram (actualizando-a) na campanha eleitoral de 1969. Seu pai, Carlos Filipe Pereira Bacelar, deposto da presidência da câmara municipal de V. N. de Famalicão, pelos militares golpistas do 28 de Maio de 1926, contou-lhe, mais tarde, que em vão tentou, numa reunião no Hotel Efigénia, com os comandantes das tropas sublevadas e as governamentais, travar as forças sediciosas, acampadas no Campo da Feira, da então Vila Nova de Famalicão. Foi de imediato afastado do cargo, perseguido e preso.

Este caminho da “longa trajetória” da sua vida, para usar as suas palavras, é uma escolha pessoal, amadurecida, sendo fruto de muito estudo e reflexão. Ele próprio conta esse percurso, nas “Memórias de Tempos Idos”, que apresentou em 1992, nas II Jornadas de História local, organizadas pelo departamento de cultura da câmara municipal. “Datam já desses recuados

[1] Intervenção no colóquio consagrado ao Centenário de Nascimento de Armando Bacelar, Arquivo Histórico Alberto Sampaio, 4 de Abril de 2019.

tempos os meus primeiros contactos muito vagos com aquilo a que mais tarde havia de chamar política, como uma dimensão do mundo nova para mim”. Diga-se que foi uma dádiva dos deuses. E por duas vezes! Quando aceitou de imediato e com satisfação o convite para participar naquelas jornadas, revelando as suas apaixonantes memórias, e pouco depois ao doar a sua biblioteca pessoal e o seu espólio ao município de V N de Famalicão, que integram o Fundo da Oposição Democrática, da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

Bacelar recorda os tempos de estudante liceal na Póvoa de Varzim e depois em Braga, onde fez, segundo diz, o “batismo de fogo revolucionário”, e estabeleceu a primeira ligação “intelectual” com o PCP, ao começar a receber e a ler o “Avante!” Foram tempos de rebeldia estudantil consequentes, já diretamente dirigidas à contestação do regime político vigente. E não apenas no plano intelectual, ao fundar o quinquenário académico “Alma Nova”, mas com ações diretas de desafio e confronto com as autoridades políticas, como a que ocorreu em 1936, na festa do 1º de Maio, organizada pelo Governo, quando a delegação de estudantes de capa e batina, incorporada no cortejo, irrompe, em frente à tribuna governamental “por minha iniciativa em vivas à República e à Democracia”. Todavia, será em Coimbra, fora da Universidade envelhecida e decrepita, que solidificará a sua formação intelectual e cívico-político. Nas recordações memorialistas, Bacelar enfatiza a importância das leituras que fez no verão de 1934, antes de ir frequentar a Universidade de Coimbra, e nas férias grandes, de livros que foi buscar à biblioteca municipal de V N de Famalicão, nomeadamente dois, a “Ressureição” de Leon Tolstoi e o “Capital” de Marx, que “marcaram fundo na minha formação”. Com estas leituras, e outras anteriores, de Guerra Junqueiro e Tomás da Fonseca (Sermão da Montanha), as raízes familiares de tradições católicas ficam abaladas. Bacelar é um leitor compulsivo desde a adolescência, onde procura desvendar novos caminhos, lendo autores portugueses e estrangeiros, que traduzia, representativos das novas correntes de pensamento, designadamente o Marxismo. Quando cheguei a Coimbra “o Marxismo andava no ar como nova orientação cultural”. Bacelar enumera uma lista de autores Franceses, Soviéticos, Ingleses, Brasileiros, Norte Americanos, Espanhóis (...) e de clássicos do Marxismo que eram “os nossos livros de cabeceira”. E recorda que logo no primeiro ano “começamos a ler e a traduzir aos serões de fio a pavio em voz alta eu e o Lino Lima no quarto deste” (Memorandum, Democratas de Braga, Testemunhos Evocações, 2015). Nesta cidade, entre 1937 e 1942 forja a alternativa, que o leva ao Marxismo e à filiação no PCP. Ele próprio descreve esses anos: “Foram anos de muito labor de formação intelectual, de enriquecimento cultural, de intensa atividade política e literária, de colaboração em publicações das maiores cidades e em jornais de província e sobretudo de amadurecimento”. Aí integra o grupo da geração neorrealista, que teoriza esta nova corrente literária e política, funda com outros companheiros, entre os quais Fernando Namora, Joaquim Namorado, João José Cochofel, a revista “Vértice,” e editam, entre outras, a coleção de poesia “Novo Cancioneiro”. É naquela revista que Armando Bacelar faz (mesmo após a vida académica) regularmente crítica literária, e publica ensaios, que hoje são referência na história do neorrealismo, entre os quais

1. e 2. Centenário de nascimento de Armando Bacelar - colóquio.



1.



2.

“Sobre o neorrealismo”, que selecionamos em 1996 para a “Antologia de Autores Famalicenses”.

Esta inclinação literária acompanha-o sempre. No regresso à terra, após a conclusão da licenciatura, inicia uma colaboração com o semanário Estrela do Minho, de José Casimiro. Para trás ficava o Notícias de Famalicão de Rebelo Mesquita. Assina os artigos com o nome próprio e com pseudónimos. Ficou famoso o pseudónimo Inês Gouveia, que serviu para escrever temas femininos. Alarga a sua colaboração a outros jornais do país, nomeadamente, ao Comercio da Póvoa de Varzim, onde dirige uma página literária (Amadeu Gonçalves, O neorrealismo em Vila Nova de Famalicão, Separata do Bol. Cultural, V.N. de Famalicão, III série nº5, 2009).

Em 1944, abre escritório de advogado em Famalicão, na casa de família, na Rua Alves Roçadas, trabalhando com o pai. Bacelar não teve dúvidas em optar pela advocacia, apesar de o pai o achar mais talhado para a magistratura, antevendo os obstáculos que a ditadura lhe iria colocar, mas essencialmente porque “preservei a minha liberdade”, sentencia. Dediquei-me, de “alma e coração à advocacia”, acentuando “sem prejuízo das atividades que me eram solicitadas pela minha vocação de democrata intransigente e preocupações culturais”. Foram 30 anos de intensa atividade, alcançando prestígio entre os seus pares e notoriedade como defensor dos presos políticos nos tribunais plenários. Foi advogado do Prof. Ruy Luís Gomes, de Álvaro Cunhal, Victor de Sá, Palma Inácio, Alberto Martins, Dias Lourenço, Filipe Machado, entre muitos outros, tendo participado em importantes julgamentos políticos que abalaram o regime e mostraram a sua face repressiva e autoritária. Entre outros, esteve no julgamento dos líderes do Movimento Nacional Democrático (MND) e do mediático assalto ao Banco de Portugal, na Figueira da Foz. Foi aí na barra dos tribunais políticos que evidenciou, além da competência profissional, o carácter destemido, a coragem e a combatividade, com que enfrentava os juízes e os agentes da PIDE. Nas suas “Memórias” relembra alguns episódios desta página negra da justiça portuguesa, e uma das facetas mais indecorosas e repugnantes do Salazarismo.

Além do mais, estes julgamentos, com as suas reiteradas arbitrariedades e atropelos à lei do próprio regime, acrescido do conhecimento das péssimas condições das instalações das cadeias políticas, que bem conhecia das visitas que fazia para falar com os presos, e da própria experiência de preso político, levaram Armando Bacelar a apresentar queixa do Estado Português à Comissão dos Direitos Humanos da ONU. O resultado foi a prisão, desta vez no Aljube. Esta preocupação pelos direitos dos presos políticos e das suas miseráveis condições de vida acompanharam Bacelar desde sempre. Um exemplo disso está expresso no projeto de lei que elaborou e ofereceu a Sá Carneiro, no tempo da Ala Liberal, que o deputado Marcelista aproveitou. No seu espólio, depositado na Biblioteca Municipal, encontra-se a carta de Sá Carneiro a agradecer-lhe. (Fundo da Oposição Democrática, Biblioteca Digital Camilo Castelo Branco).

Armando Bacelar sabia o que o esperava quando escolheu a advocacia. É a via profissional preferida. Mas não é uma forma para triunfar e enriquecer. Acontece que a atividade política intensificou-se e vieram as prisões que o afastaram sucessivamente longos meses do escritório. Além da chamada ‘luta legal’, cujas portas se abriam nas crises do regime, ou quando este procurava a legitimidade nas eleições, Bacelar desenvolvia atividade clandestina como membro do PCP. O historiador Pacheco Pereira afirma na “Biografia Política de Álvaro Cunhal” (vol. II) : “Armando Bacelar, Lino Lima foram os pilares da atividade partidária na região”. E explicita: “Armando Bacelar levou o partido para Famalicão e, a partir daí, irradiou para Braga, Riba d’Ave, Guimarães”. Pacheco Pereira esclarece que, estes dois advogados famalicenses, de regresso às suas terras, após a obtenção do curso de direito, “ambos tiveram um papel no apoio às atividades dos funcionários clandestinos numa altura da ‘reorganização’ em particular para Pires Jorge e mesmo Cunhal. Jorge e Cunhal usaram as casas do Minho, a que Bacelar e Lino Lima tinham acesso e utilizaram-nas, entre outras coisas, para o trânsito dos militantes Espanhóis que acompanhavam à fronteira”. Nas “Memórias” Bacelar relata alguns casos em que deu abrigo temporário e apoio a alguns amigos de passagem, na sua Quinta de Reguengo, junto a Vila Verde, entre os quais, Joaquim Pires Jorge e Álvaro Cunhal. Esta opção de vida foi tomada quando adere ao PCP em 1941, e reafirmada no ano seguinte no I Congresso da Geração de 1940 – 41, realizado num fim-de-semana, na casa de Armando Bacelar, em Vila Verde, que junta o grupo de jovens licenciados de Coimbra, e outros intelectuais da região, como Victor de Sá e suas mulheres. Foram dois dias de debate, e de convívio, envolvendo os casais, que selaram um pacto geracional e de sangue, que valeu para toda a vida.

Armando Bacelar participa nos movimentos políticos clandestinos ou legais fomentados pela Oposição Democrática ou pelo PCP, com destaque para o MUNAF, em 1949, nas eleições presidenciais do General Norton de Matos, e no MUD, em 1945, que dinamiza em Famalicão, criando uma Comissão Concelhia, e organizando um comício no cinema Olímpia, onde apresenta o relatório político “Unidade Política”, chamando a atenção para que “não nos eludíssemos pelo entusiasmo da hora” (Estrela do Minho, 4 de Novembro, 1945). O MUD é a resposta da Oposição à explosão popular, após a derrota no nazismo e do fascismo na Europa, a exigir mudanças no regime Salazarista, reclamando, nomeadamente que o ditador cumpra a palavra de realizar eleições livres: “Tão livres quanto na livre Inglaterra”, que prometeu perante a ameaça dos ventos da liberdade soprados pela vitória dos Aliados. Ora, Salazar atropelou os compromissos, antecipando em um ano as eleições, inviabilizando que elas fossem efetuadas em condições de seriedade e de igualdade. Bacelar tinha plena consciência da importância da realização de eleições e expressa o seu pensamento num artigo que publica (Estrela do Minho, 18 de Novembro, 1945): “Nunca como na hora presente, uma doutrina, uma aspiração estiveram tanto na linha da continuidade dos nossos interesses vitais da Nação como a Democracia para os Portugueses de 1945. Ser antidemocrata é hoje ser antinacional”. O MUD Nacional lançou um abaixo-assinado a pedir o adiamento das eleições. O sucesso obtido

pela adesão popular levou Salazar a instaurar um inquérito e a exigir a entrega das assinaturas. Bacelar, ao contrário da Comissão Central recusou-se a fazê-lo evidenciando uma vez mais a sua coragem. O desfecho era inevitável. A Oposição apelou à abstenção, recusando-se a participar numa farsa eleitoral. Porém, deve sublinhar-se que o MUD, e em particular a Comissão Concelhia, foi o embrião de uma estrutura de suporte para as atividades futuras da oposição, que vai ampliar-se nas candidaturas presidenciais de Norton de Matos e de Humberto Delgado. É um núcleo heterogéneo que agrega várias correntes ideológicas e independentes, que num primeiro momento se fraciona na candidatura de Delgado, mas que acabam juntos na hora da ida às urnas.

Na candidatura de Humberto Delgado integra a Comissão Distrital do Porto, mas encontra-se em Famalicão no dia 1 de Junho de 1958, data da vinda a Braga do General sem medo. Assume a responsabilidade de falar à multidão, num mar de gente que enche as ruas do centro da cidade, que aguardava a chegada de Humberto Delgado, na Rua Adriano Pinto Basto, em frente à sede da candidatura, na passagem por Famalicão, informando-a que Delgado foi impedido pelas autoridades governamentais de se deslocar ao Minho. A Comissão Concelhia e alguns membros da Distrital encontravam-se na sede da candidatura, mas foi Armando Bacelar a tomar as rédeas da situação. Desloca-se para o edifício da Câmara Municipal, a funcionar na Rua Conselheiro Santos Viegas, na sequência do incêndio em 1952 nos Paços do Concelho e fala à multidão da varanda, anunciando o cancelamento imposto pelas autoridades e lavrando um protesto.

Participa nos três Congressos de Aveiro e é candidato às eleições legislativas de 1962, 1965 e 1969, pelo distrito do Porto, para onde foi residir em 1952, mantendo o escritório de advocacia em Famalicão. Vem a propósito sublinhar um aspeto curioso da sua personalidade, de grande importância para a ação política. Bacelar tinha enorme facilidade de relacionamento com as personalidades políticas e intelectuais oposicionistas, cultivando a amizade e os laços de proximidade. Foi uma constante no seu percurso de vida. Começou logo nos tempos de juventude, quando frequentava o Liceu em Braga, conhecendo então os Republicanos Oposicionistas (Major Miguel Ferreira, Mariano Felgueiras, Daniel Rodrigues) e outras figuras da região, como Victor de Sá; em Coimbra construiu uma rede de contactos na área cultural e política, que rasgaram o horizonte a nível nacional; quando cumpria o serviço militar em Braga monta uma teia distrital de contactos, e já como advogado e líder oposicionista estende o arco a Braga, Porto e a todo o País.

Bacelar manteve-se ligado aos movimentos unitários da Oposição até 1973, ano em que se afasta e participa na fundação do PS. Em 1954 já tinha sido suspenso do PCP: “por discordância surgida quando o XX Congresso revelou a verdadeira face de Staline”, (carta que me endereçou). Para a história política das oposições, encimando o tema dos conflitos e divisões que a percorreram, sobressai a polémica travada com Mário Soares no rescaldo do II Congresso

da Oposição Democrática em 1969. A orientação propugnada era alcançar a unidade de ação, nomeadamente, na ida às urnas nas eleições legislativas previstas para o final desse ano. Para tanto, as várias correntes políticas e ideológicas reuniram-se em S. Pedro de Moel. Bacelar redigiu, o que ficou conhecido pela Plataforma de S. Pedro de Moel, travando-se a discussão em torno desse documento. Quando tudo apontava para a unidade, com listas conjuntas no ato eleitoral, irrompe na imprensa uma polémica entre Soares e Bacelar. Durante várias semanas os jornais e em particular a Revista “A Vida Mundial” alimentaram uma acesa e fratricida rutura. Mário Soares em carta pública afirma: “As nossas relações pessoais e políticas terminam neste momento”. Armando Bacelar responde, perguntando: “Não lhe tremeu a mão quando teve a ousadia de negar-me o que de viva voz e claramente disse?” (Vida Mundial, Setembro e Outubro, 1969). O resultado é conhecido. A Oposição apresentou-se nas urnas dividida, em três distritos, com duas candidaturas, a CDE e a CEUD. Uma vez mais as ilusões esfumaram-se. Nunca mais as relações pessoais entre os dois líderes socialistas se recompuserem!

Armando Bacelar pertence a uma geração que deu de frente com a entronização de Salazar e assiste à consolidação do Estado Novo. Entre a passividade e a resignação, enfrenta o ditador e combate o regime autoritário, marcando uma fronteira de liberdade que defendem de forma corajosa e persistente, deitando mão de todos os meios legais e ilegais. A linha vermelha da trincheira que traçaram separa dois mundos antagónicos, o da liberdade e o da barbárie totalitária.

Diz a historiografia que a Oposição Democrática não derrubou diretamente a ditadura, nem despoletou outros, nomeadamente o exército, a fazê-lo. Não se cumpriu “o levantamento popular”, a utopia revolucionária. Deixou-se escapular as manifestações populares do pós-guerra e do “Terramoto Delgado”, que Salazar ultrapassou.

Sabemos que foram os Capitais de Abril que devolveram ao povo português a liberdade. Porém, uma vez alcançada a vitória, logo chamaram os líderes oposicionistas, tendo incorporado no programa do MFA as suas propostas programáticas. Como afirma Fernando Rosas: “Os homens do MFA vão voltar-se, naturalmente para os quadros dos partidos da esquerda oposicionista e para os seus aliados”. E Rosas enfatiza: “Por ironia da História, as esquerdas tradicionais portuguesas – O PS, o PCP e os seus amigos e aliados políticos – chegaram ao poder pela mão de um golpe militar” (Pensamento e Ação Política, Portugal Século XX, 1890-1976, Notícias editorial, 2003). Deve sublinhar-se: a Oposição Democrática deu o seu contributo de forma persistente ao longo do tempo. Afirmou o que muitos calaram. Derrotou o medo, venceu a passividade e manteve aceso o farol da liberdade, que triunfou em Abril. Em 27 de Abril já se encontrava reunida num Encontro Nacional em Lisboa, sobre a presidência de Lino Lima, para aprovar um programa político a pedido do presidente da Junta de Salvação Nacional General Spínola.

Como remate, destaco três episódios que evidenciam alguns traços do caráter e da personalidade de Armando Bacelar, assim como as qualidades de liderança do democrata destemido, corajoso e intransigente.

No tempo em que liderou em Famalicão o MUD, Armando Bacelar foi notificado pela câmara municipal para entregar as listas de assinaturas recolhidas a pedir o adiamento das eleições e a demissão do governo, após o golpe de Salazar em antecipar as eleições, defraudando as expectativas criadas. Ao contrário da Comissão Central daquele movimento, Bacelar e os seus companheiros da “Concelhia” recusaram-se a entregá-las, optando por as queimar. Desafiou e desobedeceu habilmente ao vice-presidente da câmara. Como deixou dito: “Resolvi divertir-me”. Foi chamado à PSP e insistiu que não o podia fazer. As listas” Não nos pertenciam e a nossa Comissão era mera detentora”. Eram do povo. E queimou-as! A afronta sobrou para o presidente Álvaro Marques. Este mandou prender os dois engraxadores que andavam em nome da Comissão Concelhia a colar cartazes do MUD. Logo que Bacelar e os seus companheiros souberam, foram à câmara falar com Álvaro Marques, que recusou recebê-los. De imediato dirigiram-se ao Governador Civil de Braga a quem expuseram o assunto. Os coladores de cartazes foram prontamente soltos. Álvaro Marques ainda tentou antecipar-se, mas teve que esperar no hall pelo final da audiência!

Na campanha de Humberto Delgado, e perante a multidão que encheu o centro da cidade, no dia apazado (1 de Junho) para a vinda do General a Famalicão, Armando Bacelar assumiu a responsabilidade de informar a multidão das razões do impedimento da sua deslocação. Falou da varanda da Câmara Municipal, sem deixar de lavrar um protesto em livro que um funcionário lhe forneceu. Nas “Memórias” Bacelar não resiste a uma nota de ironia a propósito deste episódio: “As circunstâncias de ter sido preso pela PIDE, à porta da casa do General, e ter sido encarcerado em Caxias fizeram com que ficasse satisfeito de não ter sido levado para o Porto e não me terem acusado dessa invasão de edifício público”. Foi preso dias depois à entrada na casa do General Humberto Delgado, numa emboscada montada pela PIDE. Em Famalicão, quando “invadiu” a Câmara Municipal, todas as autoridades políticas e policiais primaram pela ausência! A câmara municipal vivia uma crise “dinástica”, com a morte de Álvaro Marques. O sucessor Armindo Alves adoeceu e a gestão do município estava entregue ao vi-presidente José Luís Pacheco e ao vereador José Machado Ruivo.

Nas eleições legislativas, em 1973, num Comício da Oposição, em Braga, quando falava da guerra colonial, o agente de autoridade presente gritou e proibiu-o de prosseguir. Bacelar continuou e só depois de um polícia da PSP lhe ter retirado o microfone é que a sessão acabou, já com a sala às escuras.

Na sombra, andou sempre o poeta, o ensaísta, o crítico literário. Que, aliás, ainda aí

permanecem. Louvor seja feito a Amadeu Gonçalves que mergulhou fundo nesta faceta literária e ensaísta, e deixou para publicar um volume de artigos e ensaios que intitulou “(Pré)-Textos”. Realce-se que a Academia não o ignora, estudando os seus contributos teóricos sobre o Neorrealismo (Carlos Reis, *Textos Teóricos do neorrealismo português*, Seara Nova, 1981; *O Discurso Ideológico do Neorrealismo Português*, Almedina, Coimbra, 1983).

Desde os tempos de juventude que Armando Bacelar publicou poesia nos jornais e revistas, mas nunca ousou publicá-la em livro. Numa carta que me endereçou, remeteu uma “Coletânea” de poemas intitulada “EU ETU SÓ, POESIA”, confessando: “nunca me aventurei a publicar um volume, porque sempre o meu sentido crítico me segredou, em confronto com outras, que estes versos, ocorridos como os sentia, eram vertidos em formas passadistas e carecidos de verdadeira modernidade”. Em todo o caso, Armando Bacelar afirma que “não desejo que de todo se percam, pois são o testemunho vivo do que talvez seja o mais recôndito da minha sensibilidade”, acrescentando: “cedo todos os direitos de autor à câmara municipal da minha terra e sua depositária para todos os fins que tiver por mais convenientes”. Numa carta posterior afirma: “sobre a coletânea que enviei, autorizo também a publicação mas não a peço, isso fica ao v/critério se acharem que vale a pena.”

Não subsistem dúvidas, nem hesitações, estes versos têm que ser publicados!

Será um ponto alto do Centenário de Nascimento que hoje iniciamos.

É tempo de divulgarmos – publicando – “O mais recôndito”, da sua sensibilidade!

A melhor forma de terminar esta sessão e homenagear Armando Bacelar é ler um dos poemas mais significativos e de grande simbolismo, que consta da referida “Coletânea”, escrito em 1947, na cadeia da PIDE, na Rua do Heroísmo Porto, por ocasião da sua primeira prisão.

“Apodrecendo e Florindo”

“Aqui estamos lentamente/apodrecendo e florindo, /semente dos tempos que vão passando/para a seara dos que vêm vindo. /Há quem nos diga com voz dolente:/ - A vida é um sonho que breve é findo. /Não vale a pena sonhá-la a gente/por uma imagem fugindo. /Mas nós vamos lentamente apodrecendo e florindo. /Nós cá vamos. Que ninguém/nos diga que recuamos. /A nossa árvore tem/raízes, um tronco e ramos. / Cárceres, látegos, lutos/são-nos seiva do alento/que hoje nos dá sofrimento/mas que amanhã dará frutos”.

2.

CORREIO

2. “Conta-me a História” Armando Bacelar - o político

O presente artigo, resulta de uma pesquisa mais ampla sobre a Oposição à Ditadura em Vila Nova de Famalicão e, foi apresentado nas Comemorações do Centenário do nascimento de Armando Bacelar, que decorreram no Arquivo Municipal Alberto Sampaio, no dia 24 de abril de 2019¹.

O ato de recordar a atividade política de Armando Bacelar, durante o período do regime ditatorial português, não pode ser apenas a enumeração de um conjunto de ações praticadas por um destacado oposicionista mas, deverá ser um tributo à sua atitude corajosa, persistente e determinada, com que enfrentou os mais variados mecanismos de repressão e dedicou a sua vida a uma intensa atividade política pela Liberdade e Democracia. Neste sentido, procuraremos hoje ao longo destas linhas prestar-lhe o agradecimento público.

Nascido no seio de uma família republicana, a 25 de setembro de 1919, foi durante a sua infância e com apenas 6 anos, que Armando Bacelar seguiu de perto o Golpe Militar que viria a alterar o destino do país e o seu percurso de vida. Iniciado em Braga o levantamento militar, a 28 de Maio de 1926, foi em Famalicão, na Vila onde vivia, que as tropas sob o comando do general Gomes da Costa pernoitaram, tendo seu pai, Carlos Filipe Pereira Bacelar², Presidente da Câmara à data, lutado quanto “pôde para que os oficiais republicanos se mantivessem fieis à Constituição”. Com o triunfo do movimento militar, o jovem Armando Bacelar, percebeu desde cedo os riscos da luta contra o novo Regime ao acompanhar a demissão de seu pai de Presidente da Câmara, bem como a sua prisão em 1926 e, mais tarde, em 1927, após a revolta de 3 de fevereiro desse ano, sob a acusação de ter ido à estação dos caminhos de ferro da Vila “para saber notícias desse levantamento em curso e de se ter, na sua casa e na companhia de amigos, regozijado com ela”³.

A sua adolescência será marcada fundamentalmente por dois acontecimentos: o primeiro, o que Armando Bacelar denominou como o seu “baptismo de fogo «revolucionário»”, aconteceu por altura da Revolução da Madeira de 1931 e das manifestações académicas. A frequentar o 2º ano, no Liceu Eça de Queirós, na Póvoa de Varzim, juntamente com os estudantes entrou em greve e “bombardeou” a porta de entrada do liceu, com foguetes lançados estrategicamente através de velhos canos⁴. E, o segundo, o que irá delinear o seu percurso político, ocorreu por volta dos seus 15 anos, quando nas férias de verão frequentou a Biblioteca Municipal de Vila Nova de Famalicão e após a leitura de várias obras, que irão marcar a sua formação “já abalada nas suas raízes tradicionais católicas por leituras anteriores”, ingressou no liceu de Sá de Miranda em Braga, e se aproximou do PCP pela leitura do *Avante!*, obtido através da ligação com Nelson Pereira Cardoso que o pôs em contacto com o motorista das camionetes de Braga - Arcos de Valdevez⁵.

[1] Filipa Sousa Lopes, *Momentos da Oposição em Famalicão (1945-1958)*, Vila Nova de Gaia, Editora Ausência, 2004 e *Momentos da Oposição em Famalicão, 1959-1973 (II Parte)*, Vila Nova de Gaia, Editora 7 Dias 6 Noites, 2009.

[2] Carlos Filipe Pereira Bacelar, nascido na Casa de Tavarede, freguesia de São Salvador de Padreiro, concelho de Arcos de Valdevez, a 2 de junho de 1890, faleceu a 13 de maio de 1944. Coursou Direito em Coimbra, formando-se em 1915, ano em que veio para Vila Nova de Famalicão como administrador do concelho. Republicano, filiado na Maçonaria, foi além de advogado, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

[3] Armando Bacelar, “Memória dos Tempos Idos”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, n.º 13 (Separata), Vila Nova de Famalicão, 1994/95, p. 5.

[4] Armando Bacelar, *Memorandum*, junho de 1992, in Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco - Arquivo de História Local - Espólio da Oposição Democrática - Armando Bacelar, p. 3.

[5] Ainda em Braga, quando da participação no cortejo da Festa do 1º de Maio, organizado pelo Estado Novo, a delegação de estudantes da academia do liceu que frequentava desfilou pelas ruas da cidade, e “quando passou perante a tribuna, onde estavam pomposamente em destaque as autoridades os estudantes irromperam «em Vivas à República e à Democracia» acabando por cantar em coro a «Portuguesa». Armando Bacelar, “Memória dos Tempos Idos”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, n.º 13 (Separata), Vila Nova de Famalicão, 1994/95, p.7.

De regresso a Famalicão, após terminar o 7º ano em Braga, a reprovação no seu primeiro exame de aptidão para acesso à Universidade, levou-o a permanecer na Vila, mais tempo do que o esperado, tornando-se frequentador assíduo da Biblioteca Municipal. As suas tardes foram dedicadas a aprofundar as suas leituras e ao debate de ideias com jovens com idênticos ideais políticos tanto em Famalicão como no Porto, como era o caso de Virgínia Moura, Lobão Vital, Afonso e José de Castro, Carlos Barroso, Soares Lopes, Dilermando Marinho, João Cupertino de Miranda, Natalina e Abel Salazar.

Os anos da Faculdade, marcados pela Guerra Civil Espanhola e pelo início da II Guerra Mundial, foi o convívio com vários jovens, entre eles Joaquim Namorado, Pinto Loureiro, Álvaro e Rui Feijó, Álvaro de Castro e o famalicense Lino Lima, assim como as leituras dos livros da nova literatura e da nova filosofia, todos eles imbuídos de marxismo, que irão moldar o seu pensamento político, do qual fez parte do Bloco Académico Antifascista e em 1938 tornou-se membro do PCP até ao ano 1954⁶. Terminado o curso de Direito, ingressou em 1941 no Curso de Oficiais Milicianos, em Mafra, o que lhe possibilitou deslocar-se a Lisboa aos fins-de-semana e, nos encontros clandestinos com Pedro Soares e Fernando Piteira Santos, participar nos trabalhos da reorganização do PCP, que decorriam sob a direção de Álvaro Cunhal⁷. Será resultado desta proximidade ao PCP que, pelas mãos de Armando Bacelar e de Lino Lima, chegaram as primeiras células do Partido Comunista ao Minho e à área têxtil do Vale do Ave, nomeadamente a Vila Nova de Famalicão. Desempenhando os dois famalicenses, um papel significativo no apoio a atividades dos funcionários clandestinos, numa altura crucial da “reorganização” do Partido, tornando-se “os pilares da atividade partidária na região”⁸.

A militar no Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF) desde a sua criação e tendo sido decidido no Conselho Nacional, com os militantes ligados aos setores militares, lançar os Grupos Antifascistas de Combate (GACs), com o fim de organizar “os portugueses anti-fascistas e patriotas não integrados nas organizações políticas nacionais” com vontade de participar na luta ativa contra o Regime⁹, participou quando cumpria o serviço militar no Quartel de Regimento de Infantaria 8, em Braga, num Grupo Antifascista de Combate, que esteve prestes a integrar um movimento insurreccional entretanto desconvocado¹⁰.

Já casado com Elisa Amado Bacelar e com uma filha, regressou a Famalicão por volta de 1944, à Rua Alves Roçadas, à casa de seu pai e terminado o estágio de advocacia candidatou-se ao lugar de Bibliotecário da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Considerado “partidário de ideias avançadas” tanto políticas como económicas e religiosas¹¹, foi chamado a prestar declarações na Subdirectoria da PVDE, do Porto a 24 de abril de 1945. Com a informação de que era defensor de uma democracia, contrário à política atual e que desejava ver aberto o caminho para a implantação do referido regime, sem transição violenta¹² e, a confirmação de que era “declaradamente desafecto ao Estado Novo”¹³ o Conselho de Ministro considera-o

[6] *Correspondência de Armando Bacelar para Agostinho Fernandes*, 12 de outubro de 1993, in Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco - Arquivo de História Local - Espólio da Oposição Democrática - Armando Bacelar, p.7.

[7] Armando Bacelar, *Memorandum*, junho 1992, in Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco - Arquivo de História Local - Espólio da Oposição Democrática - Armando Bacelar, p. 9.

[8] José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal - Uma biografia política. «Duarte»*, o *Dirigente Clandestino (1941-1949)*, Vol. 2, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2001, p. 144.

[9] “Novos organismos de Unidade Nacional. Formemos milhares de G.A.C.!” in *Avante!*, VI série, n.º 68, 2ª quinzena de dezembro de 1944, pp. 1- 4.

[10] Com as greves, resultantes da fome e da contenção dos salários que assolavam o país inteiro, foi incumbido de dar com os seus soldados uma volta de intimidação sobre as zonas mais populosas de trabalhadores da cidade de Braga o que colocava-o em conflito com a sua ideologia, daí que, como referiu: “fingi que me enganei e fui dar com o meu pelotão esse «passeio» mas em direcção diametralmente oposta, para norte de Enfiás, zona rural onde não habitava ninguém”. Armando Bacelar, “Memória dos Tempos Idos”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, n.º 13 (Separata), Vila Nova de Famalicão, 1994/95, p. 8.

[11] *Correspondência Confidencial da Direcção Geral de Administração Política e Civil para o Governador Civil de Braga*, 28 de fevereiro de 1945, in Arquivo da secretaria do ex-Ministério do Equipamento, Caixa de 1945.

“incurso”¹⁴. Foi durante este processo que recebeu a notícia da rendição da Alemanha e, apesar de doente, juntou-se à manifestação no centro da Vila e dali foi para o Porto, para participar “na enorme manifestação que nesse dia percorreu vitoriosa e livremente as ruas dessa cidade, com palavras de ordem exigindo a demissão do Governo e a extinção da PIDE e da censura, a reinstauração da democracia em Portugal”¹⁵. De norte a sul do país a população saiu à rua. O dia 8 de maio não significava apenas o fim da Guerra na Europa, para a oposição ao regime ditatorial era o início de uma nova era: a da Liberdade. Ninguém acreditava que Salazar pudesse resistir à derrocada do nazi-fascismo. Mas, atento aos ventos de mudança que sopravam na Europa, o Governo modificou a Lei Eleitoral, depois de aprovadas as emendas à Constituição relativamente à Assembleia Nacional, e, a 7 de Outubro, anunciou a realização de eleições “tão livres como na livre Inglaterra”¹⁶, ao possibilitar a participação de indivíduos a concorrerem com lista própria. Mas, a estes, que por facilidade lhes chamou “de oposição”, fez-lhes apenas um apelo: “que se dispam do seu facciosismo, se o têm, do seu espírito de partido, se o conservam, das suas ideias feitas, porque nada disso interessa ao País, ou, melhor, ao País interessa decisivamente que nada disso ressuscite”¹⁷.

[12] *Cópia do Auto de Declarações da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado*, 24 de abril de 1945, in Arquivo da secretaria do ex-Ministério do Equipamento, Caixa de 1945.

[13] *Correspondência da Subdirectoria da PVDE, do Porto para o Director Geral de Administração Política e Civil*, 12 de junho de 1945, in Arquivo da secretaria do ex-Ministério do Equipamento, Caixa de 1945.

[14] *Correspondência da Presidência do Conselho para o Director Geral de Administração Política e Civil*, 2 de julho de 1945, in Arquivo da secretaria do ex-Ministério do Equipamento, Caixa de 1945.

[15] Armando Bacelar, *op. cit.*, p. 9.

[16] Títulos das entrevistas de Salazar ao *Diário de Notícias e O Século*, 14 de novembro de 1945. Com as alterações à Lei Eleitoral, pelo Decreto-Lei n.º 34.938, de 22 de setembro de 1945, foram determinadas novas condições de elegibilidade dos candidatos à Assembleia Nacional e regulamentado o exercício do direito eleitoral. As eleições deixaram de ser feitas por lista única, passando o sufrágio ser feito sobre listas de círculos distritais ou coloniais, em que cada círculo eleitoral deveria conter tantos nomes quanto os deputados a eleger, mantendo-se, todavia, o método de atribuir à lista mais votada a eleição da totalidade dos candidatos. Em todo o território português surgiram trinta círculos eleitorais - 18 no continente europeu, 4 nas ilhas adjacentes 8 nas colónias - nos quais seriam eleitos 120 deputados.

[17] António Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas (1943-50)*, vol. IV, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1951, p. 185.

[18] O Movimento de Unidade Democrática (MUD) foi um movimento cuja existência legal foi, mais ou

Autorizados pelo Governo a realizarem uma reunião pública para o dia 8 de outubro, os diversos setores oposicionistas organizaram-se num movimento de unidade contra o Regime, nascendo de um modo totalmente espontâneo o Movimento de Unidade Democrática, mais conhecido pelo MUD¹⁸. Por todo o país a Oposição organizou-se, e passados sete dias da reunião no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, em Lisboa, os famalicenses Armando Bacelar, Joaquim Malvar, Daniel Rodrigues, António Cleto Malvar, Álvaro Marinho, Álvaro Simões, Abílio da Costa Oliveira e Augusto Cerejeira da Faria, assinaram um requerimento a solicitar ao Governador Civil, Henrique Cabral de Noronha e Menezes, autorização para a realização de uma reunião com o objetivo, de “explanar qual a posição a tomar pelas pessoas que não prestam o seu acordo à orientação política e administrativa do Governo, em face das leis eleitorais vigentes e em vista das próximas eleições gerais para Assembleia Nacional”¹⁹. Autorizada a reunião para o dia 24 de outubro, no Salão Olímpia, foi posteriormente constituída a Comissão Concelhia do MUD, da qual fazia parte Álvaro Ribeiro Marinho, António Cleto Malvar, Augusto Cerejeira de Faria, António Pimenta Lobo, Fernando Ferreira Cruz, Manuel da Silva Araújo e presidida por Armando Bacelar.

O desenrolar dos acontecimentos pareciam levar a crer que se poderia esperar uma liberalização gradual e pacífica do Regime, a oposição entendia que estavam reunidas as condições necessárias para obrigar Salazar a abandonar o poder. Surpreso com a amplitude de apoios ao MUD, o governo exigiu a entrega das listas de adesão, a fim de inquirir sobre a autenticidade das mesmas. Quando o Governador Civil de Braga, através do Administrador do concelho, Joaquim Lacerda, notificou Armando Bacelar, para que as listas fossem entregues no prazo de oito dias, este na presença de duas testemunhas da sua confiança, Álvaro Simões e o Eduardo Valongo,

ditou para a certidão “que recebeu a notificação, mas **não** ficou ciente”. Chamado de novo ao posto policial, para esclarecimentos da sua posição, Armando Bacelar, entregou uma carta na qual considerava, que a entrega das listas “era um impossível jurídico”, já que estas não pertenciam à Comissão, por isso legalmente não era possível “dar-lhe outro destino que não fosse aquele para que os seus signatários tinham posto nelas as suas assinaturas. Ou seja, fazê-las seguir para o Governo a quem a respetiva petição se dirigia. Mas até lá, as listas eram apenas propriedade dos seus signatários”²⁰. Desta forma destemida e irreverente que Armando Bacelar conseguiu que as listas assinadas por muitos famalicenses não chegassem às mãos das autoridades, protegendo assim a identidade de vários opositores e acabando estas por serem queimadas. Assim como, ainda no rescaldo das eleições de 1945 e perante o aumento da repressão, ao iniciar-se a procura dos responsáveis pela afixação de cartazes e a distribuição do panfleto da Comissão Concelhia do MUD, dirigido ao *Povo de Famalicão!* apelando à abstenção, Armando Bacelar, António Malvar e Augusto Cerejeira de Faria em nome da Comissão, dirigiram-se ao Presidente da Câmara e, seguidamente, ao Governador Civil, declarando que foram eles os responsáveis e solicitando a libertação dos dois jovens engraxadores que haviam sido presos pela PSP local²¹. Mas se, neste caso, foi instaurado um processo-crime que foi arquivado, pois as testemunhas ouvidas não puderam confirmar a distribuição efetiva desse panfleto²², o mesmo não sucedeu em 1947, quando da homenagem à memória dos combatentes da Grande Guerra. Marcado o encontro junto do monumento ao Soldado Desconhecido, na Praça 9 de Abril, Armando Bacelar, juntamente com Daniel Rodrigues, após proferirem um discurso foram levados pela PIDE, para o Porto, onde permaneceram sob prisão e incomunicáveis. Já em 1946, fruto da mesma homenagem, o Governador Civil de Braga informava o acto de “desobediência manifesto”, por parte de Daniel Rodrigues e Armando Bacelar que estavam “prevenidos oficialmente de que lhes era vedada a distribuição de quaisquer prospectos ou manifestos para que não estivessem autorizados e muito menos reuniões públicas sem as mesmas condições”²³, referindo que “pela sua audácia e pela sua insistência, esses indivíduos e, particularmente, o sr. Dr. Armando Filipe Pereira Bacelar, embaraçam permanentemente as autoridades, deixando-as, como agora, em mais que equívoca situação de prestígio, por virtude da impossibilidade própria de muitas vezes lhes evitarem os intuitos ou os punir pela abusiva execução”²⁴. No ano da sua detenção a Subdirectoria da PIDE, do Porto, informava que Armando Bacelar foi “a pessoa que mais actividade desenvolveu no que respeita à manifestação”²⁵. Libertado a 19 de junho de 1947, a sua coragem, determinação e lealdade aos princípios pelos quais combatia não seriam postos em causa e mesmo considerando que as eleições seriam mais uma vez um “um mero simulacro”²⁶, estará presente na Comissão distrital e na concelhia do Movimento de Apoio à Candidatura de Norton de Matos à Presidência da República, para as eleições de fevereiro de 1949. Decorrendo a campanha eleitoral sobre o lema “Sem eleições livres, Não votes” e conhecendo os riscos que corria, envolveu-se diretamente em diversas atividades ao longo do período que antecedia as eleições, organizando e discursando na reunião que se realizou no Salão Olímpia, em Vila Nova de Famalicão, na sessão de Braga,

menos, tolerada pelo Regime até à sua definitiva ilegalização em 1948.

[19] *Requerimento ao Governador Civil do distrito de Braga*, 15 de outubro de 1945, in Arquivo do Governo Civil do distrito de Braga (AGCDB) - 1ª Repartição - Correspondência recebida e expedida - 1945. Lino Lima apesar de convidado por Armando Bacelar, não fará parte deste grupo, pois acabava de sair da prisão e receava as consequências. Apesar disso, Armando Bacelar fez de conta que não o ouviu e, de facto, mobilizou-o para diversas tarefas. José Ricardo, *Romanceiro do Povo Miúdo. Memórias e confissões*, Lisboa, Edições Avante, 1991, p. 135.

[20] Armando Bacelar, *op. cit.*, p. 11 (Bold no original).

[21] Armando Bacelar, *op. cit.*, p. 12.

[22] Não existe documentação referente a este processo em virtude do incêndio no edifício da Câmara em 1952.

[23] *Correspondência Confidencial do Governador Civil de Braga para o Sub-Director da PIDE*, 10 de abril de 1945, in AGCDB - 1ª Repartição - Correspondência recebida e expedida - 1945.

[24] *Correspondência Confidencial do Governador Civil de Braga para Ministro do Interior*, 10 de abril de 1945, in AGCDB - 1ª Repartição - Correspondência recebida e expedida - 1945.

[25] *Correspondência Confidencial da Subdirectoria da PIDE, do Porto para o Governador Civil de Braga*, 3 de julho de 1947, AGCDB, 1ª Repartição, *Correspondência recebida e expedida de 1945*.

[26] *O Século*, 25 de outubro de 1945, Ano 65, n.º 22.839, p. 8.

assim como na gigantesca manifestação de propaganda eleitoral no Porto e participando na elaboração do número único *Eleições Livres*, publicado em Braga, pela Comissão distrital²⁷.

Mas, a divisão do mundo em dois blocos antagónicos refletiu-se no seio da oposição. Na Europa sentia-se o sopro da Guerra Fria e nas eleições seguintes não se tratava só de escolher um de entre dois candidatos, mas um de entre dois regimes: comunista e não-comunista. Norton de Matos, perante tal estratégia, viu-se impossibilitado de fazer uma declaração claramente anticomunista, pois tal representaria a divisão pública do Movimento. Após as dificuldades postas e impostas à candidatura de Norton de Matos (como censura à imprensa, recusa da consulta dos cadernos eleitorais, represálias e pressão policial sobre os opositoristas) começou a surgir a ideia da desistência do candidato da oposição e o apelo à abstenção. A poucos dias das eleições, a 7 de fevereiro, na sessão da Comissão Central e dos quadros nacionais do Movimento, presidida por Mário de Azevedo Gomes, no Centro Republicano António José de Almeida, as opiniões dividiram-se. A atmosfera adensa-se cada vez mais e participando na reunião Armando Bacelar defenderá a abstenção, visto que as reivindicações que constituíam a plataforma eleitoral não foram conseguidas²⁸. A decisão pela abstenção foi tomada num clima de desmobilização e conflitualidade, agravada pela intensificação da repressão e das prisões em massa. Em abril de 1949, Armando Bacelar, sofrerá a sua segunda prisão, pois segundo os autos para além de ser o “responsável do «sector intelectual» do «partido comunista português» em Vila Nova de Famalicão”, tinha ainda a “missão de doutrinador de elementos responsáveis pelo «comité regional» da região de Santo Tirso e Riba de Ave – Caniços, o que parece mostrar que era o orientador e dirigente desse «comité regional», pelo menos na sua parte doutrinária”²⁹. Assim como o seu apoio à candidatura de Ruy Luís Gomes em 1951, candidato apresentado na continuidade da ação desenvolvida pelo MUD e pela candidatura de Norton de Matos, com o apoio do Movimento Nacional Democrático (MND), movimento ligado ao PCP, levará à acusação juntamente com Lino Lima de fazerem parte do PCP e de difundirem propaganda clandestina.

Dividindo a sua atividade política entre Famalicão e o Porto, após a mudança de residência para o Porto, a partir do ano de 1952, das suas ações individuais ou conjuntas contra a Ditadura há a salientar o envio de cartas ao Embaixador dos Estados Unidos, protestando contra a execução de Julius e Ethel Rosenberg³⁰, mensagens pela extinção imediata da Censura, o apoio a manifestos *Pela Paz Entre as Nações*, protestos perante o agravamento da situação dos presos políticos e a incomunicabilidade ilegal a que alguns estavam sujeitos. Colaborou, ainda, na imprensa com diversos artigos como no *República*, no *Diário de Lisboa*, no *Diário de Notícias*, no *Portugal Socialista*. E, como, advogado colocou a sua profissão na defesa de presos políticos no Porto e em Lisboa participando em processos políticos nos Tribunais Plenários, destacando-se o de Filipe Machado, o de António Dias Lourenço da Silva, o de Álvaro Cunhal, e o da CC do MND, contra Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura, José Cardoso Morgado, Albertino Duarte Macedo

[27] Da Comissão Concelhia dos Serviços de Candidatura de Norton de Matos de Famalicão fazia parte Armando Bacelar, Augusto Cerejeira de Faria, Álvaro Marinho, Luís Pinto, Manuel Ferreira da Cruz Loureiro, Alcino Rodrigues de Freitas e Francisco Carneiro Sá.

[28] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) /PIDE - DGS - Armando Bacelar - 485/GT - NP 1414, p.10.

[29] ANTT/PIDE - DGS - Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar - DEL. Porto - Cadastro n.º 9321.

[30] ANTT/PIDE - DGS - Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar - SR - 670/45 - NP 2467, p. 400.

e António Lobão Vital. Participou também no processo político do MUD Juvenil e do Movimento Nacional da Paz, chegando mesmo a conseguir dois “habeas corpus” para José Augusto da Silva Martins e o operário José Teixeira de Sousa, da Marinha Grande. Privou de perto com Álvaro Cunhal e na sua Quinta perto de Vila Verde, dava abrigo temporário a alguns amigos de passagem, assim como, em Vila Nova de Famalicão abriu as portas de sua casa para ajudar quem o procurava. A sua colaboração com os democratas de Braga nas eleições de 1957, do apoio prestado à lista da oposição pelo círculo de Braga o jornal *Diário da Manhã* identificou-o como comunistas juntamente com os famalicenses Lino Lima e José Salgado Lobo³¹.

Ainda, no rescaldo das eleições de 1957 e gorada a hipótese da unidade da oposição às eleições Presidenciais de 1958, a oposição dividiu-se entre dois candidatos - Arlindo Vicente e Humberto Delgado, mas perante a célebre frase OBVIAMENTE, DEMITO-O, Humberto Delgado arrastou consigo toda a oposição. O Regime, apanhado de surpresa pelo levantamento espontâneo, tomou medidas de emergência e a programada vinda a Braga de Humberto Delgado para o dia 1 de junho não chegou a realizar-se. Inconformados os famalicenses, dirigiram-se para a sede dos Paços do Concelho³², onde Armando Bacelar proferiu “breves palavras para os presentes a anunciar o cancelamento e a protestar contra as razões determinantes dele”³³, decidindo posteriormente ir para Braga, onde decorreram uma série de confrontos com a PSP. Preso a 3 de junho, quando da deslocação a Lisboa, para participar numa reunião nacional da candidatura de Humberto Delgado em casa do candidato, foi solto mediante caução passados três meses³⁴. Indignado com o resultado das eleições de 1958, o seu nome voltará a surgir no Manifesto *Aos Portugueses*, o qual, terminava com o apelo, ao Presidente do Conselho, para que abandonasse “voluntariamente o poder”³⁵.

Na década de sessenta, por volta de 1962, adere à *Frente Patriótica de Libertação Nacional*, participando em reuniões e encontros com elementos vindos clandestinamente do estrangeiro. Como membro do núcleo do Porto redigiu manifestos e documentos clandestinos e envolvido no processo das *Juntas Patrióticas*, juntamente com Fernando Ferreira Correia, Manuel Guedes Pinheiro, Virgínia Moura e Lino Lima, esteve cerca de 9 meses refugiado em diferentes casas, aguardando o resultado do julgamento dos seus companheiros, “durante os quais recusou a expatriação no estrangeiro que lhe tinha sido preparada”³⁶. Perante a absolvição destes, decide ir para o seu escritório onde foi imediatamente preso³⁷.

Realizadas as eleições de 1961, de 1965 e as de 1969, para a Assembleia Nacional sobre os “ecos” da Guerra Colonial, Armando Bacelar aparecerá nas listas da oposição como candidato a Deputado à Assembleia Nacional pelo Círculo do Porto. Pensadas as eleições do ano de 1969 no II Congresso da Oposição Democrática³⁸, foi na reunião, de 15 de junho, em S. Pedro de Moel, que foi aprovado por unanimidade o texto da sua autoria, a conhecida *Plataforma de Acção*

[31] *Correio do Minho*, 1 de novembro de 1957, Ano 30, n.º 9.580, p. 1.

[32] José Ricardo, *op. cit.*, p. 234.

[33] Armando Bacelar, *op. cit.*, p. 18.

[34] *Jornal de Notícias*, 19 de outubro de 1992.

[35] *Aos Portugueses*, 14 de janeiro de 1959, in Arquivo da família Hilário Carvalho.

[36] *Correspondência de Armando Bacelar para Agostinho Fernandes*, 12 de outubro de 1993, in Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco - Arquivo de História Local - Espólio da Oposição Democrática - Armando Bacelar, p. 6.

[37] Armando Bacelar, *op. cit.*, pp. 18 - 19 e ANTT/ PIDE - DGS - Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar - Del. P. - PC 2/63 - NP 3177.

[38] O I Congresso realizou-se a 6 de outubro de 1957, na cidade de Aveiro que para além das habituais críticas ao Regime, saiu daqui a estratégia que havia de conduzir à candidatura de Humberto Delgado.

*Comum da Oposição Democrática*³⁹, na qual foram apresentados os princípios e reivindicações essenciais com vista ao próximo ato eleitoral considerando a coligação das forças democráticas como o meio mais fecundo para servir os anseios do Povo Português. Mas, a união das forças da oposição não foi possível, por um lado surgiu a Comissão Democrática Eleitoral – a CDE onde a influência comunista era maior e por outro lado, a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática – a CEUD dirigida por socialistas⁴⁰. Armando Bacelar, pela CDE, e Mário Soares, pela CEUD, através da imprensa, travaram uma longa e dura batalha, quando Armando Bacelar denunciou os oportunismos políticos da CEUD. Os confrontos prolongaram-se por vários dias e, em agosto de 1969, o Governo tomava conhecimento que a cisão da oposição era uma realidade ao intercetar a carta na qual Mário Soares acusava Armando Bacelar de deformar a conversa que tiveram e de omitir aspetos essenciais, imputando aos socialistas o propósito de se afastarem da Unidade quando, segundo Mário Soares, foram os primeiros a lançar a ideia de uma Frente Ampla Democrática. Por tudo isto e fruto da campanha de calúnia e de difamação, Mário Soares comunica a Armando Bacelar que as suas “relações políticas e pessoais terminaram neste momento”⁴¹.

[39] *Correspondência de Armando Bacelar a Sá da Costa*, 26 de novembro de 1993, in Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco - Arquivo de História Local - Espólio da Oposição Democrática - Armando Bacelar - Caixa 1.

[40] A cisão não era de agora, já desde a intervenção Russa na Checoslováquia, que se verificava a desagregação do Partido Comunista. Muitos militantes cortaram relações pois discordaram com a posição da União Soviética quando, na noite de 21 de agosto de 1968, os tanques do Pacto Varsóvia entraram em Praga, deparando com uma encarniçada resistência por parte da população. Na reunião de S. Pedro de Moel, a rutura tornava-se inevitável, segundo Mário Soares: “O Congresso de Aveiro foi ainda uma iniciativa unitária de toda a Oposição. Uma das últimas, visto que não foi possível compatibilizar mais as nossas discordâncias, que passavam pela estratégia a adoptar e pela tática que, quanto a nós, socialistas, deveria ser seguida (...) A recusa dos socialistas, quanto ao acordo negociado em S. Pedro de Moel – onde também não estive presente, tendo os socialistas sido representados por Salgado Zenha –, começou a marcar a nossa clara autonomia estratégica relativamente ao PC. Conseguimos mobilizar a opinião de esquerda e de centro esquerda no país e pudemos contar com o apoio, pela primeira vez explícito, de social-democracia europeia”, in Maria João Avillez, *Soares: Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 224.

[41] *Correspondência Confidencial da PIDE para o Governador Civil do Distrito de Braga*, 1 de agosto de 1969, in AGCDB - Caixa 2 - 1969 -71-72. Grande parte desta correspondência pode ser consultada na

As eleições de 1969 serão as últimas em que Armando Bacelar aparecerá como candidato, pois, Marcello Caetano através do Decreto-Lei, n.º 471/73, de 21 de setembro, tornou inelegíveis para a Assembleia Nacional os candidatos que, em eleições anteriores, tivessem desistido ou feito declaração pública de incitamento dos eleitores à abstenção. Mas, a sua voz não se calará e na comemoração do *31 de Janeiro* no Teatro Circo em Braga, Armando Bacelar falou declaradamente do problema das colónias, referindo-se aos jovens que foram atirados para as guerras de Angola, Moçambique e Guiné. Chamado atenção pelo Comandante da PSP, continuou o discurso apesar do Comandante mandar descer o pano do palco, só sendo interrompido quando lhe foi retirado o microfone, ouvindo-se da assistência gritos “fascistas... fascistas...”⁴². Retomando ao assunto da Guerra Colonial nas legislativas de 1973, de novo o representante da autoridade interrompeu-o, proibindo-o em altos gritos de continuar mas, mais uma vez, Armando Bacelar ignorou o aviso e cortada a eletricidade, foi-lhe retirado o microfone das suas mãos, acabando a sessão já com a sala às escuras.

Ainda no ano de 1973 afastou-se da CDE, devido à manipulação desse Movimento no Porto por membros do PCP, e como um dos fundadores do Partido Socialista colaborou na redação da declaração de princípios e no programa. Assim como, participou não só nas reuniões clandestinas que se realizaram em Lisboa, bem como, a título de delegado da facção interna do PS, juntamente com Alberto Arons de Carvalho e Francisco Marcelo Curto, esteve presente na reunião em Bruxelas, que se realizou nos dias de Carnaval de 1974, em que ficou concluída a fundação do PS⁴³.

Combatente pela Liberdade e a Democracia no período da resistência ao fascismo, após a

Revolução do 25 de Abril, Armando Bacelar, manteve-se sempre ativo não só no campo político em defesa das conquistas e dos valores de Abril como no campo da cidadania, incentivando e colaborando em iniciativas em prol da memória da Resistência. Assim, num momento tão conturbado a nível mundial, em que o Estado Democrática é posto em causa, relembrar os que lutaram pela Liberdade pela Democracia não é apenas uma homenagem mas é, um ato de cidadania, para que não se apague a memória da sua luta, e um compromisso cívico com as gerações mais novas, pois como refere o escritor Mia Couto “É o esquecimento e não a morte que nos faz ficar fora da vida”⁴⁴.

BMCCB/FL – Espólio da Oposição Democrática - Armando Bacelar - Caixa 1.

[42] Telegrama assinado por: Lino Lima, Humberto Soeiro, Eduardo Ribeiro, Santos Simões, Luís Fernandes e Eugénio do Vale, in ANTT/PIDE - DGS - Eduardo Ribeiro Martins - SC - CI (1) 98, NP 1152, p. 35. Armando Bacelar alertou que caso discursasse em primeiro lugar na sessão do *31 de Janeiro* esta terminaria de imediato, pois no seu discurso iria refletir a sua posição relativamente à Guerra Colonial e a polícia não o deixaria continuar, por isso a intervenção de Armando Bacelar aparece encerrar a sessão. Entrevista a Joaquim Loureiro, 19 de janeiro de 2007.

[43] Também estiveram presentes nesta reunião, mas vindos dos diversos países do estrangeiro em que se encontravam exilados, Francisco Ramos da Costa, Mário Soares, Manuel Alfredo Tito de Morais, José Neves, Jorge Campinos, Fernando Loureiro e Bernardino Gomes. *Correspondência de Armando Bacelar para Agostinho Fernandes*, 12 de outubro de 1993, in Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco - Arquivo de História Local - Espólio da Oposição Democrática - Armando Bacelar.

[44] Mia Couto, *Venenos de Deus, Remédios do Diabo*, Lisboa, Editorial Caminho, 2012, p.17.

3.



Vila Nova de Famalicão

3. Pinheiro Braga - O Artista por detrás do Cidadão e do Democrata¹

Artur Sá da Costa

O que está perante o nosso olhar, nesta exposição significativamente intitulada “O Engenheiro, regressa a casa” – foi nesta sala, no então Palacete Barão de Trovisqueira, atualmente Museu Bernardino Machado, que António Pinheiro Braga (1917-1986) trabalhou, durante anos, no seu gabinete de engenharia – dizia, que as imagens/fotos das casas de habitação e dos objetos de arte nelas incorporadas, concebidas e construídas por Engenheiro Civil António Pinheiro Braga, falam-nos do Engenheiro artista, do espírito sensível, inventivo e criativo, que desenha projetos de arquitetura, faz cálculos matemáticos, inova os cânones tradicionais de arquitetura, cria harmonia e beleza no espaço público, pensa nas pessoas (no seu habitat doméstico, no seu conforto), que vão viver nas casas que constrói, e, não menos importante, oferece à cidade e aos seus habitantes, uma nova paisagem estética e arquitetónica, revolucionando, partir do final da década de 50, a urbe de V.N. Famalicão. Os seus projetos de engenharia/arquitetura, não se restringem à cidade e arredores, espriam-se para fora do concelho, e contemplam outras tipologias de edifícios, nomeadamente, na área industrial e no domínio religioso, que o edifício dos Missionários Combonianos bem exemplifica. Todavia, esta exposição fotográfica cuida essencialmente das habitações projetadas e construídas por Pinheiro Braga na nossa cidade, onde se concentra boa parte do seu trabalho criativo e profissional.

[1] Intervenção na abertura da exposição “O Engenheiro Regressa a Casa”, Museu Bernardino Machado, 22 Setembro 2017.

Poucos conhecem esta faceta artística de António Pinheiro Braga, e menos ainda imaginam a dimensão criativa, inovadora e pioneira do Engenheiro Civil, aliás, até hoje ignorada da opinião e do debate públicos. Como disse Olga Dias, a arquitetura moderna entra em Vila Nova de Famalicão, nos anos 50, pelo génio criativo de Pinheiro Braga.

A ideia que nos ocorre, a perceção que está projetada na esfera pública, aquela que, porventura, a generalidade dos famalicenses comungam, é que Pinheiro Braga foi um cidadão ativo, interveniente e participativo na res publica, um político de esquerda, um antifascista, que combateu a ditadura do Estado Novo, e que, uma vez conquistada a liberdade em 25 de Abril de 1974, lutou pelo aprofundamento da revolução e pela consolidação da democracia. Os 17 meses que esteve à frente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal e, sobretudo, o novo rumo e a dinâmica que imprimiu nas políticas municipais atestam isso mesmo. Alguns sabem, que foi um militante cooperativista, fundador da Cooperativa Novos Pioneiros, em Braga, e seu Presidente entre 1970 e 1978, e uns poucos – até porque foram seus alunos – conhecem o Professor de matemática nos anos 60, no Externato Camilo Castelo Branco. Esta dimensão da personalidade de Pinheiro Braga já foi objeto de reconhecimento público. O seu nome está inscrito na Galeria dos Presidentes de Câmara e na Toponímia do Município. Por seu lado, os Novos Pioneiros eternizaram em bronze, esculpido por Jorge Ulisses, o seu busto.

Um olhar mais próximo, o testemunho dos que tiveram o privilégio de o conhecer e com

1. e 2. Exposição “O Engenheiro Regressa a Casa”,
Museu Bernardino Machado.



ele conviver, por exemplo, visitando-o aqui no seu gabinete de trabalho, a memória que os seus familiares e amigos guardam nos seus corações, devolve-nos, sem dúvida, o perfil do democrata corajoso, frontal e acutilante e, paradoxalmente, tolerante e aberto ao diferente e ao outro, defensor acérrimo da unidade de ação, no combate à ditadura, dos diversos campos político/ideológicos. Porém, o retrato só fica completo se lhe adicionarmos o homem simples, afável e bondoso, o político idealista e pragmático, autêntico e genuíno, desprendido dos bens materiais, e com um sentido ético irrepreensível de serviço público. Um Homem de corpo inteiro, bom, solidário; um cidadão exemplar, altruísta, que sofre com a dor alheia, e que a combate, acreditando na transformação dos homens e na mudança da sociedade, pela educação, com a ação política, através do trabalho coletivo, sustentado em organizações de base popular, enfim, colocando no centro da sua vida o combate à pobreza, a luta contra as discriminações e as desigualdades, eliminando as injustiças sociais, projetando no futuro a esperança de uma sociedade mais justa e fraterna. Este foi o chão que suportou e envolveu os passos da sua vida

Num dos poucos textos que nos legou – afinal a arte foi a sua forma de expressão por excelência – cujo manuscrito se encontra no Centro de Documentação da Oposição Democrática, na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, Pinheiro Braga, ainda jovem, exprime em 1961, num comício da Oposição Democrática de Braga, no Teatro Circo, uma crítica impiedosa ao Salazarismo, evidenciando ao mesmo tempo a sua formação humanista e as suas preocupações sociais: “Não esquecerei os clamores de angústia de todo o povo Português, o olhar triste e suplicante das crianças que pedem pão, a miséria, a apatia e a passividade dos trabalhadores sem esperança, nem a ansiedade da juventude em busca da verdade”, acrescentando de imediato a solução: “Para que a Pátria sobreviva, torna-se necessária uma guerra total e sem tréguas contra a incultura, criando escolas vivas, onde se formem homens e mulheres livres, onde, todos, sem exceção, sem dependências económicas, sem discriminações desenvolvam as suas diferentes aptidões”, para terminar: “ O problema base na nossa Pátria é o problema da educação” (estas palavras têm mais de meio século)!

Surpreendente e interessante é verificar que Pinheiro Braga vai manter-se fiel, ao longo da vida, a estes princípios e valores de juventude, forjados nos combates contra a Ditadura, ao lado dos “Democratas de Braga”, herdados da tradição republicana familiar. Seu pai, Augusto de Sá Pinheiro Braga integra a primeira vereação republicana famalicense, em 1910, após a implantação da República, sendo presidente o Senador Joaquim Sousa Fernandes.

Pinheiro Braga, não escondia, o que era raro acontecer, o orgulho que sentia por ter sido nomeado Presidente da Comissão Administrativa da Câmara de V.N. de Famalicão, após a Revolução de Abril. Comovia-se com o facto do acaso da história ter-lhe proporcionado a mesma oportunidade que teve seu pai: ambos serem protagonistas e líderes nas duas grandes revoluções do século XX em Portugal!

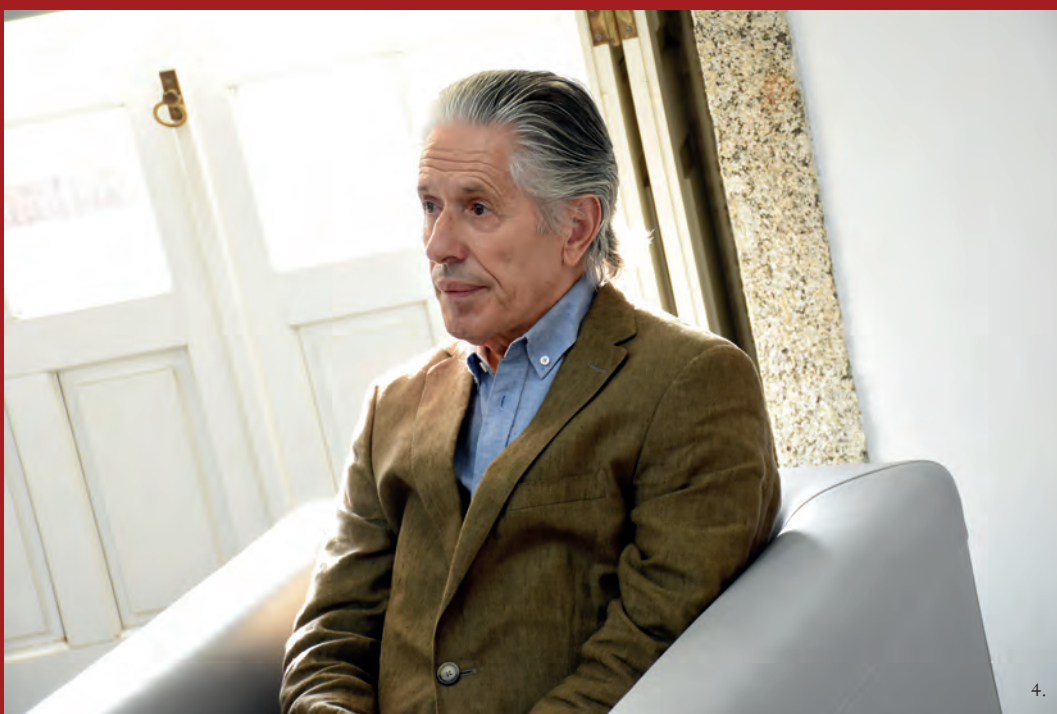
O mais gratificante é constatar que os seus traços de carácter estão sempre presentes, nas múltiplas e diversidades atividades desempenhadas. Na vida profissional, como cidadão e homem público. António Pinheiro Braga nasceu em Braga a 22 de Setembro de 1917, para onde o pai, emigrante de torna-viagem, foi residir. Meses depois, concluída a casa familiar em Gavião, Vila Nova de Famalicão, seus pais e Pinheiro Braga, ainda bebé, fixaram aí residência. É nesta freguesia e na residência que construiu, no lugar de Campos, que faleceu a 26 de março de 1986.

Os registos históricos atestam que deu cedo a cara ao fascismo, fazendo uma opção arriscada – uma serventia para toda a vida – com riscos e prejuízos incalculáveis, para a vida profissional e familiar. Ainda estudante de engenharia, na Universidade do Porto, dá apoio público em 1949 à candidatura presidencial de Norton de Matos. Em 1958 (tinha iniciado o exercício profissional de Engenheiro civil em 1952, após ter obtido a licenciatura no ano anterior) apoia as candidaturas presidenciais de Arlindo Vicente e, após a desistência desta, de Humberto Delgado. O seu empenhamento político contra a Ditadura recrudescer nas eleições legislativas para a Assembleia Nacional em 1961 e 1965, ao candidatar-se a deputado pela Oposição Democrática de Braga. Nestas últimas, foi impedido de concorrer pelas autoridades fascistas, que o consideraram inelegível, tendo sido substituído por José Alberto Rodrigues. Já na primeira candidatura, o Supremo Tribunal de Justiça revogou a decisão do Governador Civil que o excluía. É então que profere o discurso no Teatro Circo – um auto-retrato vincado a traço forte – onde por entre denúncias e proclamações, faz um vigoroso ataque ao regime autoritário, invetivando a pobreza e a arbitrariedade, citando o caso das bolsas de estudo para alunos, concedidas pela câmara municipal de Famalicão, condicionadas “ao comportamento moral e político dos alunos e de seus pais ou encarregados de educação”. Pinheiro Braga proclama: “Uma vergonha” (Os “Democratas de Braga,” Testemunhos e Evocações, J. Viriato Capela, Henrique B. Nunes, Artur Sá da Costa, 2014). A sua participação nas lutas da Oposição Democrática prossegue nos anos seguintes. Em 1969 preside à Assembleia Geral dos “democratas de Braga”, que elege a Comissão Executiva da CDE, com vista às Eleições Legislativas. Integra o “Grupo secreto, o “verdadeiro motor da ação política “legal” dos “Democratas de Braga” (Romanceiro do Povo Miúdo, José Ricardo, 1996, pág. 148, nota de rodapé de Lino Lima).

Também na profissão é o mesmo Homem, coerente, vertical. Foi o primeiro Engenheiro Civil a montar Gabinete em Vila Nova de Famalicão, repartindo-o sempre com outros técnicos. Como é sabido, os primórdios da sua atividade profissional iniciada em 1952 (não aqui, mas num gabinete na Rua São João de Deus, e posteriormente na Avenida 25 de Abril) estão ligados à remodelação, na década de 50, da Igreja Matriz (Velha). Monsenhor Joaquim Fernandes entregou-lhe a obra de Engenharia, que Pinheiro Braga executou em colaboração com o mestre-de-obras José Rosendo. Esta parceria, entre o então jovem pároco de Santo Adrião prosseguiu nos anos seguintes, na construção de Casas para Pobres, em várias freguesias do



3. e 4. Exposição "O Engenheiro Regressa a Casa",
Museu Bernardino Machado.



4.

concelho, promovidas pelo Património dos Pobres, que Monsenhor Joaquim Fernandes dirigia. Pinheiro Braga fez os projetos e coordenou a execução das obras. Num caso e noutro trabalhou pro bono, sem qualquer tipo de constrangimento, deixando transparecer o seu espírito solidário (Memórias do Senhor Arcipreste, Artur Sá da Costa, Luís Paulo Rodrigues 2013). Vem a propósito referir a confiança que Monsenhor Joaquim Fernandes me fez sobre Pinheiro Braga, com quem colaborou em muitas outras ocasiões e projetos, (por exemplo na deslocação da Capela de S. Vicente, com frente para a nacional 14, para o Bairro de S. Vicente) nomeadamente, quando Pinheiro Braga foi Presidente da Câmara: “Nunca conheci um homem tão simples e prático”. Poder-se-ia acrescentar, nem um espírito tão aberto, solidário e tolerante.

A nomeação de Pinheiro Braga pelo MDP/CDE – ao qual sempre se manteve fiel - para Presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Vila Nova de Famalicão, após a Revolução de Abril não foi surpresa, nem obra do acaso. Assenta no seu prestígio profissional e social, ficando a dever-se ao seu empenhamento político nos combates travados contra a Ditadura. A revolução apanha-o em plena maturidade profissional e política. Não hesitou. Aceitou a indigitação dos seus companheiros do MDP/CDE, ratificada pelo Plenário Concelhio de 18 de maio de 1974, realizado no Cine Teatro Augusto Correia. Tomou posse a 22 desse mês. Já em 1973, tinha ido ao III Congresso da Oposição Democrática apresentar uma tese, em coautoria com Eduardo Ribeiro, intitulada ‘Urbanismo e Habitação - Perspetiva do Distrito de Braga’. Eis um assunto que o absorve e preocupa, tanto no plano profissional, como no político, antes e depois de Abril. A habitação social foi uma das suas grandes prioridades enquanto Presidente da Câmara.

É justamente na presidência da Comissão Administrativa Municipal, com a revolução em marcha acelerada, que vai mostrar a fibra do seu carácter e a força das suas convicções políticas. Uma oportunidade única para pôr em prática o ideário político que forjou, ao longo de décadas, com os seus companheiros da Oposição Democrática. Foi também uma excelente ocasião para rentabilizar a experiência profissional acumulada. As palavras proferidas na tomada de posse “A cadeira mantêm-se vazia,” repetidas na primeira reunião do executivo municipal: “A cadeira da presidência da Câmara está vaga e continuará vaga até que seja eleita a pessoa que legitimamente a irá ocupar” marcam a diferença entre Ditadura e Democracia, fixando uma linha vermelha com os seus antecessores, evidenciando uma consciência democrática madura, e definindo com rigor e clareza a natureza transitória do poder que assumira, ao vincar que só o voto popular, em eleições livres o pode legitimar. Já o seu antecessor, nomeado pela ditadura, Dinis D’Orey proclamou “Não me demito”, e desafiou o poder revolucionário, afirmando que a sua câmara tinha-se “antecipado de 1 ano ao Movimento do 25 de abril” (História de Vila Nova de Famalicão, J. Viriato Capela, José Marques Artur Sá da Costa, 2005).

Uma vez mais, não traiu os seus princípios e os valores que perfilhava e em que acreditava. Imprimiu uma linha política de diálogo, com os trabalhadores, que quis presentes na primeira reunião camarária (recusou qualquer saneamento político, apesar de ter sido pressionado para o fazer). E teve a lucidez de fazer do seu mandato a urgência de uma revolução, abrindo as portas da Câmara a todos; lançando um plano de emergência para atacar as carências crónicas e gritantes do concelho, e acima de tudo as dos mais desfavorecidos; apelando ao apoio e à participação popular; elegendo como prioridade a educação e a habitação social; fazendo do diálogo e da tolerância as suas armas preferidas. Em suma, libertou energias, deu a iniciativa à população, às Comissões de Moradores, ao Associativismo Popular, deixando-lhes nas mãos a consolidação e o futuro da revolução. Eis um legado que enche todos de orgulho, que foi suporte para homenagens que lhe foram prestadas, designadamente a promovida pela Junta de Freguesia de Riba D’Ave, selada pela colocação de uma placa no edifício da Autarquia com a inscrição do slogan de Abril “O Povo è Quem Mais Ordena”, que aliás já tinha colocado no Salão Nobre dos Paços do Concelho, após a sua posse, e que misteriosamente desapareceu. Demite-se em 27 de outubro de 1975, já com a contrarrevolução no horizonte. Porém, não desiste. Pelo contrário, encabeça a candidatura às eleições autárquicas de 1976 para a Câmara Municipal pela coligação FEPU, conquistando o lugar de Vereador. Deixou o balanço do seu mandato num relatório “Dezassete (17) meses na Administração do Concelho”, onde afirma “Vamos comparar o que realizamos com o que foi feito pelos fascistas e dentro de 16 meses voltaremos a comparar” (O Poder Local, das comissões administrativas às eleições autárquicas de 1976, Catálogo da exposição, Artur Sá da Costa, A. Joaquim Pinto da Silva, 1999).

E o artista, e a arquitetura moderna, razão primeira que nos trouxe aqui? Perguntam.

Convivem bem com a sua personalidade, sendo uma emanção, por assim dizer, natural do seu perfil humano e da sua personalidade voltada para o futuro, com uma crença inabalável no progresso e na transformação da sociedade. É o seu pensamento a afirmá-lo: “O povo demolirá o velho – forte do fascismo, sem provocar vítimas, os ocupantes desistiram da sua teimosia e, então, será construída, com a colaboração de todos, sem exceções, uma Pátria livre e alegre, com grandes janelas voltadas ao sol e com lugar para todos”.

O que descobrimos hoje, é que por trás do sorriso doce e amável do Amigo/Engenheiro, debruçado sobre o seu estirador, que largava de imediato, para saudar-nos e perscrutar o que nos levava a ir ao seu encontro, estava escondido o génio criador de beleza.

A partir de agora vamos percorrer as ruas da cidade com outra atenção e curiosidade, orgulhosos do nosso amigo/artista, e contemplar o património artístico e os objetos de arte que nos legou, vangloriando-nos do contributo inestimável que deu para a construção da identidade urbanística e arquitetónica da cidade. Os exemplos são muitos. Entre outros, os da Rua Barão

da Trovisqueira, onde podemos ainda observar uma fase mais tradicional do seu processo criativo, e o da Rua Vasconcelos e Castro, que nos oferece um caso exemplar – o edifício da Confeitaria Bom Gosto – da arquitetura moderna. Muitos outros casos podem ser contemplados (por exemplo, nas ruas Francisco Alves e Manuel Pinto de Sousa) ,que nos surpreendem com traços inovadores, incorporando uma nova linguagem e estética. Eis um roteiro inesperado com raízes no futuro. Para tanto basta honrar a memória dos nossos antepassados, e cuidarmos da preservação da nossa identidade coletiva.

Já tínhamos razões de monta para celebrar a memória e o exemplo de Pinheiro Braga. A partir de hoje, somos obrigados a adicionar ao cidadão ativo e ao político exemplar, o artista pioneiro da Arquitetura Moderna em Vila Nova de Famalicão.



5.



6.

5. e 6. Exposição “O Engenheiro Regressa a Casa”,
Museu Bernardino Machado.

4.



Outiz

4. Lino Lima – Uma Vida pela Liberdade¹

Artur Sá da Costa

A Câmara Municipal, sobre a presidência do Dr. Paulo Cunha, na sua pluralidade partidária, deliberou por unanimidade, comemorar o Centenário de Nascimento de Lino Carvalho de Lima (1917 – 2017), associando a esta celebração o Partido Comunista Português, no qual Lino Lima militou mais de meio século – praticamente toda a vida!

Se estivesse entre nós, Lino Lima, falecido a 7 de Janeiro de 1999, faria hoje justamente 100 Anos!

Lino Lima, pertence a um núcleo restrito de eleitos, que por “Obras Valorosas” vencem o esquecimento dos homens, impõem-se como referência, e tornam-se exemplos inspiradores da cidadania ativa e da democracia participativa.

De Lino Lima se poderá dizer que “viveu” (como o poeta confessou), com alegria e intensidade os prazeres da vida, como qualquer outro cidadão. Ele próprio o reconhece: “Quando posso, aí vou eu até Vila do Conde passear à borda do mar. Homem comum, acho-me também no direito de gozar o que é belo, parar na praia do Castelo, olhando os areais do Mindelo, lembrando os dias passados ali ao lado, na praia do Forno, ainda nesse tempo deserta, mesmo no mês de agosto”.

Porém, viveu para concretizar as opções e os caminhos que escolheu, umbilicalmente ligados aos valores da justiça social, da liberdade e da democracia, que paulatinamente foi amadurecendo, numa primeira fase, no seio duma família de classe média, católica e conservadora, num diálogo enternecedor com a mãe, aprendendo a catequese em casa com a Laurindinha, ou acompanhando o pai nas lides da fábrica de malhas ‘Silma’; e já depois em Coimbra, nas lutas estudantis, da década de 30/40, e com o grupo de colegas de curso e amigos, como Joaquim Namorado, que reuniam no quarto de Armando de Castro, e na casa do poeta João José Cochofel, onde se encontrava, entre outros, com Fernando Namora e Carlos de Oliveira. Uma geração de ouro, que revolucionou o pensamento político, económico e literário, criando a corrente estética do neorrealismo, que se tornará hegemónica nas décadas seguintes, a partir da revista “Vértice” que criaram, e de outras publicações como o “Novo Cancioneiro”.

Mais importante: a prática política em que se envolveu ao longo da vida manteve-se fiel aos princípios e valores livremente assumidos, sem cedências, com coragem e persistência, mesmo em situações limite de grande sofrimento, como quando esteve 90 dias incomunicável, na cadeia da Pide, no Porto, durante a primeira prisão, (de quatro) de que foi vítima.

Não podemos esquecer que se atravessavam por essa altura tempos sombrios, de extrema

[1] Intervenção na sessão solene do “Centenário de Nascimento de Lino Lima”, Salão Nobre da Câmara Municipal, 21 Fevereiro de 2017

dificuldade e incerteza, em Portugal e na Europa, com a ascensão ao poder do Nazismo e dos Fascismos Italiano e Franquista, e em Portugal com a ditadura militar, imposta pelo golpe do General Gomes da Costa, em 28 de maio de 1926, a perpetuar-se no poder, no regime do Estado Novo, após o plebiscito da Constituição de 1933. Os cidadãos estavam impedidos do exercício da dimensão nobre da política, um exclusivo dos apoiantes da União Nacional, partido único, e a liberdade de expressão e de associação banidas, com a censura e a PIDE sempre presentes, e o medo instalado dentro das pessoas, na própria família, e nos círculos de amizade.

É tempo de perguntar: Quem ousa desafiar e combater esta violência repressiva “Que atuava mesmo antes de atuar”, na impressiva expressão de Fernando Rosas, que lugar ocupa nos nossos corações? E, já agora, quem assim procede que reconhecimento merece, ou lhe devem os Portugueses? E, desde logo, os Famalicenses? O município de V.N. de Famalicão já o agraciou com a medalha de ouro e a República com a Grã-Cruz do Infante. Porém, uma figura pública com uma folha de serviços tão relevante em prol da liberdade e da democracia exige de nós uma atenção e reconhecimento capaz de evidenciar e resgatar para a geração atual e as futuras a exemplaridade do seu comportamento cívico e político. É este o sentido desta homenagem que se inicia aqui, tendo como ponto alto a inscrição do seu nome na toponímia da terra que tanto amou.

Se hoje evocamos, a memória de Lino Lima, e exaltamos a exemplaridade do seu percurso de vida, fazemo-lo porque ele venceu a apatia e a passividade que tomaram conta da população; derrotou o medo, recusando para o seu país a fatalidade da pobreza e das desigualdades sociais, percecionadas ainda era um jovem adolescente, e mais tarde, já com uma consciência política formada, dando combate ao regime ditatorial, usurpador e castrador dos direitos humanos, com esta particularidade: fez da sua vida um todo coerente, compaginando, ou sacrificando a vida privada e familiar, às lutas pela liberdade e democracia, colocando sempre o interesse coletivo e público acima daquelas. Como ele conta, quando Armando Bacelar em 1941 o convida para aderir ao Partido Comunista “Respondi logo com um ‘sim` do coração”. E acentua: “Estava ideologicamente preparado para esse ato, cuja importância, responsabilidade e perigo compreendia e aceitava sem leviandade”.

Eis a maturidade e a determinação de um jovem de 24 anos!

Se bem interpreto o significado desta evocação, creio que estamos a escrever uma página gloriosa da nossa história, enquanto comunidade e País, dando testemunho do reconhecimento e da gratidão para com o cidadão Lino Lima, evidenciando o ato educativo exemplar, do seu comportamento cívico-político, lembrando-o às gerações atuais, e dando-lhe sentido e futuro.

E se alcanço, com esta atitude pública e coletiva, inscrevemos os combates de Lino Lima e

da Oposição Democrática, na luta dos Famalicenses, ao longo da história, pela liberdade e democracia, com assento nos alicerces da Fundação do Concelho, moderno e liberal, restaurado em 1835, após um movimento popular autonomista. São esses valores e princípios que nortearam os movimentos reivindicativos que alcançaram a autonomia e a independência do nosso município, e se encontram gravados no Foral de D. Maria II de 1841, por si reafirmados na visita Real ao Concelho em 1852: “Folgo de ver os frutos da liberdade brotarem e reverdecerem, dando brilho ao meu reinado constitucional”.

Não bastam as condecorações e as medalhas, apesar de serem relevantes e traduzirem o apreço e o reconhecimento do município e do Estado Português. É nosso dever inscrever no espaço público o nome daqueles que dedicaram a vida a lutar pela liberdade, proclamando com o poeta: *Tanto sangue // Tanta dor, Tanta angústia, um dia // Não hão-de ser em vão.*

A história do município de V.N. de Famalicão é a história da liberdade e da democracia, que a ditadura do Estado Novo interrompeu. Neste contexto, maior importância assume esta consagração, evidenciando a substância e o significado profundo das lutas da Oposição Democrática, nas quais Lino Lima teve um papel determinante.

Não é difícil conhecer a personalidade de Lino Lima. Difícil é conta-la em poucas palavras e, muito mais, num curto espaço de tempo. A sua vida é um livro aberto de muitas páginas, amalgamadas em geografias distantes, onde a alegria se mistura com a dor e a tristeza, e a tragédia convive com a comédia, perscrutando-se nelas as pegadas de um cavaleiro romântico moderno que leva inscrito no seu estandarte as palavras de Bernardino Machado: “A história da Humanidade é a história da Liberdade”. Percorrer um caminho em contra mão, pejado de armadilhas e de perigos, é tarefa arriscada, só acessível a destemidos. Lino Lima tinha plena consciência do que o aguardava e não desistiu.

“Tenho vivido nestes lugares alegrias e tristezas. Muitas. Porque a minha vida não tem sido serena. Na profissão e na política não conheço águas mansas. Nesta terra tenho sofrido tempestades. Mas estou confiante em que nenhuma ventania me dobrará”, escrevia em 1991. A prova de que triunfou é a nossa presença aqui!

Lino Lima, extrovertido e de fácil relacionamento social, otimista e bem-humorado, com um pensamento positivo e transparente, deixa em todos, uma relação de empatia, que não raro transforma-se em amizade. Fez amigos em todos os setores políticos e camadas sociais. Ninguém escapou à força contagiante das suas ideias, nem foi indiferente à energia do seu pensamento. A sua casa, para não referir o seu escritório, era um porto franco de abrigo, onde se procurava apoio e aconselhamento, mas onde também se auscultava o pulsar do tempo e se oferecia alento. Pela razão simples: os heróis também necessitam de apoio e conforto.

Estes traços de caráter e de personalidade acompanham Lino Lima na ação política. Como sabemos, a luta contra a ditadura do Estado Novo não teve tréguas. Iniciou-se logo na primeira hora, e nunca desfaleceu, assumindo as mais diferentes formas, desde o *putschismo* do revirralho à luta clandestina e à designada “luta legal”, tendo como protagonistas as mais diversificadas personalidades políticas, que preenchem um arco amplo, plural e variado de opções e correntes políticas e ideológicas.

Não se pode dizer que o envolvimento de Lino Lima na ação política tenha sido precoce e muito menos fruto de uma opção repentista e imatura. Pelo contrário, é um processo contínuo de amadurecimento, onde numa primeira fase no seio da família descobre as desigualdades sociais e vislumbra a pobreza da classe operária, e no Liceu, o levam a gritar “Vivas à Democracia” e “Morras ao Fascismo”, num confronto com os ultras de Rolão Preto. Só no segundo ano do curso de direito, quando entra para o grupo do quarto de Armando de Casto é que a aprendizagem política se acelera. Até então ele próprio se definia como “liberal, republicano (...) adversário do regime de Salazar, partidário da democracia formal”. A rutura acontecerá em Coimbra em convívio e diálogo com a “Geração Portuguesa Que Nasceu Enquanto a Europa Ardia”, na expressiva síntese de Piteira Santos.

Uma vez regressado a Famalicão, após a conclusão do curso de direito em 1941, Lino Lima monta escritório de advogado, e inicia simultaneamente a carreira política ativa, exercitando os conhecimentos teóricos dos lentes e das sebtas da Faculdade de Direito, e a experiência adquirida nas lutas académicas, bem como o apetrechamento intelectual resultante do estudo e da discussão, no quarto de Armando de Castro, com os colegas de curso e os amigos que ali se reuniam, onde estavam Armando Bacelar, Joaquim Namorado, Álvaro Feijó, João José Cochofel, Egídio Namorado, entre outros. Lino Lima sentia-se preparado, sendo irreversível a opção tomada. Afirma ele uma vez mais: “Tinha-me feito político, seguindo apaixonadamente, vivendo dia a dia a tragédia e a lição da guerra civil de Espanha”.

A importância deste grupo de intelectuais é imensa no reacender da ofensiva contra a ditadura no pós-guerra, quer na ‘reorganização’ do PCP, quer na luta “legal” da Oposição Democrática. Escreve Pacheco Pereira: “No Norte, toda a ‘reorganização’ é feita com base em intelectuais com relevo para os antigos estudantes de Coimbra, que regressam às suas terras”. E acrescenta: “É igualmente através dos recrutamentos de Coimbra que o PCP chega ao Minho e à área têxtil do Vale do Ave, com núcleos importantes em Famalicão, Guimarães e Viana do Castelo” (Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, vol. nº2). João Madeira (Os Engenheiros de Almas, o Partido Comunista e os Intelectuais, Estampa, 1996) confirma: Lino Lima “Passa a desenvolver trabalho de organização em Famalicão, em ligação com José Augusto da Silva Martins, nessa altura já no Porto. Mais tarde juntar-se-lhe-á então Bacelar”. E acrescenta: “Nas suas memórias Pires Jorge reconhece que, por exemplo, na zona de Famalicão/Guimarães, de início, a

organização assentava em três intelectuais – Lino Lima, Armando Bacelar e Flávio Martins”.

Lino Lima começa pelo mais difícil e arriscado. Aceita a tarefa proposta pelo PCP, por intermédio de Pires Jorge para realizar “Trabalho clandestino”. Fica incumbido do controlo das organizações do partido de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim. Fê-lo uma única vez. Foi preso passado pouco tempo, na véspera do natal de 1944, tendo sido acusado de pertencer ao PCP, o que nunca confessou. Foi amnistiado no final da guerra e libertado. Antes disso, ainda ouviu, dentro da cadeia, os ecos de alegria, vindos dos manifestantes a celebrarem a rendição de Hitler.” “Começamos a ouvir o ruído de uma multidão que se aproximava cada vez mais”. Já em liberdade confessa: “Sinto uma alegria muito grande. Fui posto em liberdade, posso andar pelas ruas, encher os pulmões de ar puro (...). Estou outra vez junto da minha mulher e dos meus pais. Vou procurar os meus amigos e falo com os meus camaradas de olhos nos olhos. Sim, de olhos nos olhos, o mais importante de tudo é não ter de baixar os olhos diante deles”.

Porém, a violência prisional deixa marcas, obrigando Lino Lima a uma profunda reflexão. “Passei duas noites neste escritório, sozinho, a recordar a minha prisão”. E confessa: “Não quero ter de vestir a pele de mártir”.

O partido desloca-o para o “Trabalho legal”, onde, como ele diz, se “dá a cara”, se enfrentam as autoridades. E remata: “Deram-me essa nova tarefa, mais apropriada para um advogado. E nela fiquei até hoje”. Ou seja, até ao fim da vida!

O País vivia em plena euforia, com a explosão de manifestações populares, a saudar a vitória dos Aliados, e ninguém duvidava que a derrota do nazi-fascismo na Europa conduziria inexoravelmente ao fim da ditadura. Salazar faz um número de ilusionismo, promete eleições “Tão livres quanto na livre Inglaterra”, ganha tempo, antecipa as eleições, monta uma farsa eleitoral. A oposição responde com o MUD que se expande pelo País, exigindo o adiamento das eleições. Armando Bacelar organiza uma sessão no cinema Olímpia e cria a Comissão Concelhia do MUD. Lino Lima pede escusa e diz-lhe que não está preparado. Não demorou muito a procura-lo. (dentro de poucos dias, mesmo muito poucos, estava de novo senhor de mim e assim fiquei até hoje). A partir de então, com a oposição a apelar à abstenção eleitoral, acentua-se a repressão política, com a ditadura a tentar por fim ao MUD, a prender os aderentes deste movimento antifascista, tentando controlar a situação, utilizando como sempre a máquina repressiva. Será assim durante décadas até ao golpe militar do 25 de abril de 1974.

Lino Lima está em todas as frentes. Depois do MUNAF integra o MND; participa nas eleições presidenciais de Norton de Matos, Ruy Luís Gomes, Arlindo Vicente e Humberto Delgado, nas candidaturas da oposição democrática da distrital de Braga, com particular destaque nas eleições legislativas de 1957, quando defende com Victor de Sá a ida à ‘boca das urnas’, em

rutura com a posição dominante dos abstencionistas, e nas eleições Marcelistas de 1969 como candidato; participa nos Congressos Republicanos de Aveiro de 1957 e 1969, onde apresenta a comunicação Unidade Política e Ação Política, e no Congresso da Oposição Democrática de 1973, fazendo intervenções políticas, redigindo documentos, além de integrar as respetivas Comissões Nacionais e Executivas.

É nestes combates que a faceta do intelectual e do analista político se evidenciam, ao redigir sozinho ou em coautoria documentos que marcaram o percurso da resistência à ditadura, e são hoje referência na história do pensamento político. Em 1949 redige em coautoria com Armado de Castro “Política Económica do Governo de Salazar”, que segundo Armando Bacelar é um notável estudo económico-político, e em 1959 em coautoria com Victor de Sá o documento “Aos Portugueses”, subscrito por mais de uma centena de democratas, o qual apelava a Salazar para “Abandonar o Poder”, provocando a fúria do ditador. Esta será uma das linhas de ação política mais acutilante dos “democratas de Braga” ao publicarem, a par do material político, estudos temáticos, fazendo deles uma arma política. É neste contexto que surge o seu estudo “A Crise da Indústria Têxtil Algodoeira”.

E impõe-se como líder dos “democratas de Braga”, ao lado de Victor Sá, Humberto Soeiro, Santos Simões e Eduardo Ribeiro, granjeando notoriedade nacional, com iniciativas próprias que arrastam as outras distritais, acabando por conquistar uma autonomia organizativa e estratégica, que a singularizaram no conjunto das oposições.

O peso político de Lino Lima na luta contra a ditadura fica incompleto se não for visto em todas as dimensões da intervenção política. Por exemplo, o seu prestígio revela-se quando em 1968 se encontra, por mero acaso, em Paris, com Jorge Sampaio, na altura em que o presidente da República se dirige a um quiosque para comprar o “Le Monde”. Para surpresa de ambos, aguardavam transporte para uma reunião clandestina, algures nos arredores de Paris, com a participação de duas dezenas de oposicionistas de vários setores ideológicos, entre os quais Álvaro Cunhal, Piteira Santos e Sottomayor Cardia. E já depois da revolução de abril vem a consagração. Em 28 de abril, realiza-se um Encontro Nacional, a dois passos da sede da Junta de Salvação Nacional, do Movimento Democrático Português, com vista a preparar um memorandum para entregar ao General Spínola. Por indicação de José Tengarrinha, Lino Lima preside à reunião “Em representação de um distrito que, com enorme perseverança, sempre tinha combatido o fascismo”, enfatiza o líder da CDE de Lisboa, que viria a ser presidente do MDP/CDE.

Lino Lima escreveu não um, mas dois livros. O da sua vida pessoal e política, cujo passos e marcas conhecemos, repartidos por múltiplas e diversificadas atividades, em geografias diversas, ao longo de dezenas de anos, que estão indelevelmente gravados para sempre, e agora

revisitados, legando-nos ainda as suas memórias (*Romanceiro do Povo Miúdo, Memórias e Confissões, 1991*), um livro encantador, divertido e fascinante, escrito numa linguagem simples e direta, transbordante de ironia, que cativa o leitor, donde emerge o homem culto e o escritor.

Adotou uma forma engenhosa e criativa para dar forma às suas memórias. Emprestou a caneta com “ponta de feltro preto” ao seu amigo da clandestinidade José Ricardo, reservando para si as funções de anotador e editor. A cumplicidade é total, mas cada um assume a sua função de forma autónoma e distinta, contando os devaneios juvenis, a luta política clandestina, as prisões, e os contributos teóricos e práticos dos seus combates na Oposição Democrática, não esquecendo a terra natal, afinal a mesma – Vila Nova de Famalicão – “A terra onde me criei”, onde ambos viveram e faleceram.

Existe, porém, outro registo, que nos ajuda a desenhar este retrato robot, que nos é oferecido pelos testemunhos produzidos pelos seus amigos, correligionários e adversários políticos, que traçam o seu perfil humano e político, e recordam a sua figura de cidadão ativo, corajoso e coerente com os seus princípios e ideais políticos. Afirma Mário Soares: “Homem íntegro, corajoso, sem quebras, combateu a ditadura com persistência e desassombro. Em Famalicão e no Distrito de Braga, foi uma referência constante para os que diziam não ao regime de Salazar e Caetano”. De Victor de Sá registamos: “Com ele estivemos no eixo da mudança qualitativa que se operou no Distrito, por volta de 1948/1949, por alturas da candidatura do General Norton de Matos”. José Manuel Mendes proclama: “A inteligência e a intrepidez, o rasgo, o saber, a coragem, um sentido de doação à margem do cálculo, uma conduta de trato que se tecla pelo afetos e bonomia. A inteireza moral, a veemência das convicções”. Por seu lado, Santos Simões atesta: “A profunda admiração pela capacidade de análise política que todos reconheciam ao Lino Lima. E também a coragem, a par destas suas qualidades inegáveis coexistia (coexiste) nele um inveterado romantismo que o levava a endeusar permanentemente o nosso povo”. Jorge Sampaio afirma: “Lino Lima foi um combatente de todas as horas pela democracia, nunca a sua presença faltou, antes sempre marcou, de forma indelével, quantos se batiam pela liberdade”. E prossegue “Homem vertical, de convicções, generoso e solidário soube granjear o respeito e admiração de correligionários e adversários e foi protagonista de muitos dos mais brilhantes e enriquecedores debates de que a Assembleia da República foi palco”. João Amaral, seu colega de bancada na Assembleia da República escreveu: “O discurso contundente, a rigorosa escolha das palavras justas, as ideias do nosso pensamento expressas com a frescura de quem as sente e vive intensamente e com a qualidade e a criatividade de quem lhes dedica muito estudo e muito saber”. Por seu turno, Álvaro Cunhal escreveu no prefácio – o mais desejado, (vivi com ele esse momento “Não diga a ninguém, o Álvaro aceitou escrever o prefácio”, ciciou-me ao ouvido) que alguma vez terá sido escrito – para o livro “*Discursos e Debates na Assembleia da República*”: “O deputado Lino Lima tem particular autoridade para falar de liberdade e de democracia. Porque lutou dedicadamente por ela nos tempos da ditadura, porque sofreu

as perseguições e as prisões da PIDE”.

No voto de pesar aprovado na Assembleia da República, em 8 de janeiro de 1999, todos os grupos parlamentares expressaram a sua homenagem. Destacam-se as palavras de Barbosa de Melo, seu amigo e colega da Comissão que elaborou o anteprojeto da Lei Eleitoral: “De Lino Lima fica-me esta ideia muito clara: Era um homem culto, mesmo muito culto, um homem que desfrutava de um bem-estar material significativo, mas que nunca tergiversou na defesa, na luta pelos seus ideais políticos próprios. É isto que faz um grande cidadão!” E antes da votação, Almeida Santos, o Presidente da Assembleia da República afirma: “Fui dos raros privilegiados que conheceram de perto, que foram amigos e tiveram a sorte de ter a amizade do Dr. Lino Lima”, acrescentando: “Depois assisti ao brilho das suas intervenções neste parlamento e habituei-me a ver nele, não apenas um ser humano perfeito, mas um perfeito cidadão, um cidadão exemplar”, para enfatizar: “A liberdade tem uma história, todos nós sabemos que Lino Lima faz parte dessa história”.

Sim, Lino Lima faz parte da história da liberdade, da história da construção da democracia, conquistadas em 25 de Abril de 1974!

5.



5. Homenagem a Lino Lima

Homenagear Lino Lima, é homenagear um homem de convicções e de carácter que desde cedo fez opções, colocando-se do lado dos injustiçados, dos mais fragilizados, do lado da democracia e da liberdade.

É homenagear um homem que tendo em conta a sua origem e vivência familiar e profissional poderia não ter feito essa opção.

Mas fez.

Nascido no Porto, veio, ainda criança para Vila Nova de Famalicão onde cresceu, viveu e trabalhou.

Veio tornar-se um dos advogados mais importantes quer da Comarca, quer na defesa dos presos políticos nos Tribunais Plenários, mantendo simultaneamente uma intensa actividade política, inicialmente na clandestinidade e no final da Segunda Guerra Mundial na luta legal, ligando-se aos movimentos políticos como o MUNAF e o MUD, integrando as suas Comissões.

Apoiou activamente as candidaturas presidenciais de Rui Luís Gomes e Humberto Delgado, participou nas eleições legislativas para a Assembleia Nacional de 1957 e 1969, nos Congressos Republicanos desses mesmos anos e Congresso da Oposição Democrática em 1973.

A sua adesão ao PCP aconteceu em 1941, ano em que o Partido encetou a tarefa da sua reorganização e se transformou num partido de dimensão nacional.

Preso por quatro vezes pela polícia política voltou sempre ao seu posto de combate na luta antifascista.

A maior alegria da sua vida foi a revolução libertadora de Abril. Imediatamente foi na sua casa que se começou a tratar da organização do Partido, concretizando o aluguer de uma casa para o funcionamento do Centro de Trabalho de Famalicão.

Como prova do seu prestígio, Lino Lima integra em Junho de 1974 com mais seis personalidades de diversos partidos, a Comissão Eleitoral que haveria de produzir a Lei Eleitoral para a Assembleia Constituinte, com a celeridade que se exigiu.

A revolução de Abril foi sem dúvida a sua maior alegria. A sua maior tristeza e mágoa foram os actos de terrorismo de Agosto de 1975 na sua terra, o assalto ao Centro de Trabalho do

1. Jerónimo de Sousa nas Comemorações do Centenário de Nascimento de Lino Lima.



PCP e o incêndio e destruição total do seu escritório, dos papéis e acervo de documentos que testemunhavam a sua vida apaixonante.

Tristeza e mágoa maior por ver a sua companheira de sempre, a Júlia, profundamente abalada e a sua saúde afectada de forma irreversível.

O que é espantoso é como um homem com perdas tão grandes foi capaz de manter convicções e ideal, com uma determinação imensa, bem expressa na sua actividade parlamentar, sempre acompanhada por um humor e ironia certeiros e demolidores.

O Lino era um homem de carácter, um homem sério. Tinha da política uma concepção de servir e não de se servir.

Haveria inúmeros episódios e acontecimentos reais que testemunhariam as suas qualidades e forma de estar. Na impossibilidade de os relatar todos, deixo apenas uma de entre muitas:

O Lino, na altura deputado, foi de viagem para Lisboa, levando o seu carro no comboio. Quando chegou à Assembleia da República dirigiu-se aos serviços de tesouraria para ser ressarcido do título de transporte.

A funcionária, com alguma desconfiança, perguntou ao Lino Lima se era mesmo assim, se tinha trazido realmente a viatura, mas lá acabou por fazer o pagamento devido.

O Lino veio, e já na sala do Grupo Parlamentar parou, pensou e saiu de novo direito à tesouraria, chamou a senhora e disse-lhe: “Minha senhora quero dar-lhe os parabéns! Porque pela primeira vez na vida alguém desconfiou da minha honestidade! Fique lá com o dinheiro como prémio”.

É justa a homenagem ao homem íntegro, ao homem de coragem, que lutou muito pela liberdade e a democracia, que tomou como suas dores as injustiças e o sofrimento do povo a que pertencia, como tão bem descreve no seu livro “Romanceiro do povo miúdo”. Faz parte daqueles homens que sempre acharam que valia a pena lutar para transformar as coisas e a vida na procura intensa de uma vida melhor para o seu povo e o seu País.

É justa a homenagem ao homem, ao comunista, com quem tive o privilégio de trabalhar, militar, lutar, aprender e conviver.

2. Jerónimo de Sousa nas Comemorações do Centenário de Nascimento de Lino Lima.



6.



6. Homenagem a Lino Lima - Vila Nova de Famalicão

José Manuel Gonçalves de Aguiar

Evocar o nascimento e o centenário do nascimento de Lino Lima, é um exercício de memória, de manter vivo e de saber que está sempre presente nas nossas vidas quem não é esquecido. É também celebrar a vida e os seus protagonistas.

Lino Lima era um amante da vida e tal tem também expressão na sua participação cívica e política empenhada na defesa de direitos individuais e coletivos em múltiplas dimensões que permitam projetar um futuro melhor, nomeadamente o que temos hoje como nosso património. A liberdade.

Foi um lutador pela liberdade, num País que a escondeu e mal tratou, e que finalmente a pode celebrar a 25 de Abril de 1974, um dos dias mais felizes da vida de Lino Lima.

Esta homenagem, Lino Lima senti-la-ia como homem gregário e solidário que era, como sendo uma evocação e celebração de toda uma geração de mulheres e homens, que como ele e com ele lutaram pela liberdade, pela democracia, pelos direitos cívicos e políticos de um povo.

O que recorde e posso partilhar, numa esfera pessoal e íntima, do nosso Tio Lino?

Um homem muito culto, de grande e intensa experiência de vida, com um grande humor e enorme capacidade de contar histórias e falar de assuntos vários que cativavam sempre a atenção dos seus (pequenos, depois jovens e mais tarde adultos) ouvintes e interlocutores, numa inesgotável vontade de viver e de celebrar a vida só quebrada pela perda da sua companheira de sempre (a Tia Júlia), um homem de inabaláveis princípios procurando “pontes” possíveis e uma imensa tolerância às ideias e opções dos seus “sobrinhos-filhos”.

Esta homenagem, acredito, seria uma celebração do agrado de Lino Lima, porque a sentiria para além de pessoal como também de muitos outros e por ser promovida e realizada na sua sempre querida Vila Nova de Famalicão.

7.

179

7. Fazer existir uma ideia.

Dar corpo a uma ideia resulta num extenso desafio. O primeiro momento é um acontecimento cerebral e daí até à sua existência podem seguir-se muitas etapas. Com a sua origem no grego antigo *idéa* ou *idea*, de raiz etimológica em *eidos* – imagem, remeto-nos para a imagem primeira, que projectamos na mente. A vontade da sua concretização traz uma energia extraordinária que irá conferir uma convicção capaz de mobilizar o necessário para ver a materialização da ideia. Querer aceder a essa imagem primeira é uma instigação ao indivíduo para tornar possível e real uma existência mental. Na acção originária irão ser convocados os parceiros que se integrem nos propósitos preliminares, trazendo para a execução uma mais valia de pensamento e energia.

Quando em 2014, o Presidente do Município, Dr. Paulo Cunha, avançou com a proposta da criação de um espaço que permitisse mostrar arte contemporânea, entendeu-se, sem arrogância, mas como serviço público, que faltava fazer despertar na comunidade Famalicense uma maior atenção à criação artística em Portugal, e, assim, estávamos perante uma ideia desafiante e de elevada responsabilidade.

Que resposta dar perante um desafio destes e que soluções poderiam ser encontradas para que o projecto a desenvolver se tornasse singular e prenda a atenção do público? A resposta ao desafio foi projectar uma programação cuidada que pudesse trazer a Vila Nova de Famalicão o que de inovador e de referência se está a desenvolver em Portugal no âmbito da criação artística. Poder dar a ver obras de Artistas com percursos consolidados e de relevo no avanço da História da Arte.

Para se concretizar e dar corpo à ideia foi necessário encontrar o espaço físico que lograsse acolher as exposições e permitisse desenvolver toda a programação com coerência e condição física para receber as obras e o público.

Uma sala com pouco mais de 50m² inserida no espaço do Museu Bernardino Machado acabou por ser o sítio eleito e que cumpre com os requisitos necessários ao considerado anteriormente. Esta sala está no centro da cidade e num local de bom acesso, o que em muito contribui para uma maior aproximação do público em geral e integrar a estrutura do edifício do Museu Bernardino Machado traz uma articulação de convivência dos públicos que nas diferentes intenções de visita poderão acabar a ter inter-relação de conteúdos e experiências do qual sairão beneficiados certamente.

O projecto da Galeria Municipal trazia a necessidade da atribuição de uma designação para o mesmo. Que nome usar para que o propósito da ideia se tornasse mais consolidado e firmado?

Ala da Frente, foi o nome que veio responder ao desígnio que se procurava neste projecto. Num sentido mais objectivo estamos a usar uma sala na ala da frente do edifício, mas que não se fica nesse plano tão terreno, pois propõe-se uma outra abrangência e reflexão, contribuir na divulgação da obra de arte. E na valorização da criação artística como contributo para o desenvolvimento da sociedade e do indivíduo.

A “Ala da Frente” traz ao seu espaço o trabalho desenvolvido por aqueles que se dedicam a tornar visível as mais diversificadas formas de sermos e de existirmos. Os que corporizam ideias e partilham as inquietações de forma tão sensível que nos possibilitam dedicados momentos de contemplação, nos oferecem ampliações dos sentidos e nos confrontam com o entendimento da nossa vida.

O crescimento e desenvolvimento de uma comunidade faz-se com a sua capacidade de organização, sentido de equilíbrio e inovação, onde todos são convocados a contribuir com dedicado empenho. Não há, contudo, uma comunidade que possa estar equilibrada e em progresso se não estiver consciente da sua necessidade de educação e de uma sensibilidade criativa e artística. Alcançar uma maior amplitude no momento de gerar ideias, implica um lastro de vida, de liberdade e de sensibilidade, esta, a sensibilidade, não deverá nunca ser restringida ou, inexplicavelmente, amputada quando parte da comunidade a não entende ou dela pouco ousa saber ou experienciar.

O trabalho desenvolvido com cada artista e em cada exposição resulta num livro que tornará o acontecimento da exposição num objecto de continuidade e de memória, para além da sala de exposição e para além das obras expostas. Estas memórias, estes livros, são em si um prolongamento no tempo e no espaço do projecto da Ala da Frente, assim como do trabalho desenvolvido pelos artistas. São também uma fonte de estudo para todos aqueles que se interessam ou venham a interessar pela arte e as suas questões. Uma forma de dar existência ao sentido de génese da nossa comunidade.

As formas práticas da ideia.

A 30 de Maio de 2015 inaugurou-se a Ala da Frente com a exposição “Un Dimanche...” de Jorge Molder. Um momento especial, quer porque se via concretizada a ideia, quer porque tínhamos entre nós Jorge Molder a expor uma série de fotografias que nos permitiam aceder ao seu misterioso universo de trabalho.

A primeira exposição foi ainda uma forma de podermos ter consciência do espaço da sala através do modo como Jorge Molder dispôs as suas fotografias desafiando-nos a uma imprevista e cuidada atenção.

1. Exposição "Un Dimanche...", Jorge Molder.
2. Exposição "Exúvia", Rui Chafes.
3. Exposição "Encaústicas", João Queiroz.
4. Exposição "Prova de Estado", José Pedro Croft.



Esta resposta, o modo como nos foi dado experienciar a relação com as fotografias, representou também o modo como Jorge Molder respondeu ao convite e acarinhou o projecto tornando-se o maior estímulo para a sua continuidade.

A exposição “Exúvia” de Rui Chafes, inaugurou-se a 17 de Outubro de 2015 com esculturas de grande dimensão que nos confrontaram com a matéria de trabalho do artista, o ferro. Estávamos perante a presença do silêncio e da poesia, manifestados nestas formas que habitaram o espaço. Uma obra feita da inquietação e interrogação do tempo, numa ordem do corpo, não na sua convenção tradicional, mas através do domínio da matéria por intermédio do fogo, assumindo outras formas e outros movimentos.

Com a exposição “Encaústicas”, de João Queiroz, é inaugurada a 6 de Fevereiro de 2016 a terceira exposição do então emergente projecto da Ala da Frente, uma exposição que permitiu ver a pintura de João Queiroz e a sua capacidade de nos levar pelo universo da paisagem reduzida aos seus elementos mais simples ou mesmo os mais invisíveis. Uma capacidade de simplificação notável perante uma subtileza cromática singular, onde os contrastes alcançados nos convocam a uma contemplação morosa.

José Pedro Croft, veio inaugurar a sua exposição “Prova de Estado” no dia 4 Junho de 2016, com um núcleo de gravuras que nos mostra um trabalho intenso, numa contínua procura e entrega laboriosa, o processo revelado em cada prova, em cada consequência desse fazer, para se atender e afectar a atenção a cada resultado, a cada nuance a cada detalhe que toma a autenticidade do todo.

“Ridi Paglaccio” é a exposição que Pedro Cabrita Reis inaugura na Ala da Frente a 15 de Outubro de 2016. Um trabalho que tem em si uma tónica do humor, como o próprio Pedro Cabrita Reis afirmou, “Há uma tónica comum a todas elas: o humor. Em todas há uma história e uma intenção de brincar com ela, de desfazer o mito do artista enquanto herói, desmistificando aquela pose heroica que nos habituamos a ver em todos os autorretratos de artistas, poetas e músicos”.

Uma exposição que nos levava a uma observação de maior proximidade ao universo mais íntimo de Pedro Cabrita Reis e nos deixava a reflectir sobre a figura do autor, dos seus mundos, das suas questões feitas a partir da simplicidade das vivências.

Com a exposição “Desordem Vertical”, Pedro Casqueiro inaugurou no dia 4 de Março de 2017, a quinta exposição. Observaram-se pinturas que nos desafiavam a atenção demorada de forma a assentirmos ao corpo da pintura. Um trabalho de cuidadas pesquisas, num recurso atento à cor, com uso das formas geométricas que constroem universos de reflexão, de ironia

5. Exposição "Ridi Paglaccio", Pedro Cabrita Reis.
6. Exposição "Desordem vertical", Pedro Casqueiro.
7. Exposição "Natureza dentro", Alberto Carneiro.
8. Exposição "Uma certa quantidade", Jorge Queiroz.



e de profundidade de observação. Pedro Casqueiro tem tido um percurso singular, coerente e com uma prática exigente do exercício da pintura. A sua investigação é formada pelo aprofundamento do fazer pictórico, explorando formas, registos, diagramas, estruturas mentais e visuais que denunciam uma pintura de pendor abstratizante. Não se propõe fazer uma representação do abstracto, mas aprofunda a concepção do abstracto. A pintura como forma de pensamento.

“Natureza dentro” uma exposição da obra de Alberto Carneiro que inaugurou no dia 10 de Junho, já sem a presença do autor que nos havia deixado em Abril, sendo esta a primeira exposição que se realiza após a sua partida.

A natureza é a via por onde se chega à obra de Alberto Carneiro, a mesma natureza que lhe serve de base de trabalho e com a qual revela de forma sensível a autenticidade dos espaços que nos rodeiam e que muitas das vezes não notámos. Uma atenção apurada e um estudo elaborado levam a articulações muito equilibradas no uso dos elementos que constituem a sua obra, elementos esses obtidos no espaço natural. Um campo amplo que se percorre, onde o corpo se insere, se agrega e toma parte do todo reflexivo.

Como nos tornamos observadores? Como despertamos os sentidos para atendermos ao mundo que nos rodeia e ao que nele está contido como complexo universo de fragmentos? Uma cuidada atenção será por si a base para iniciarmos a observação, que, na verdade, se atenta com a sensibilidade presente nos sentidos. Esta será a forma de podermos chegar à obra de Alberto Carneiro, prestando-lhe tempo e atenção, seguindo o seu curso, indo na corrente do seu leito. Vaguear a floresta e nela sorver o sentido de cada árvore, de cada ramo, de cada folha e perceber que cada detalhe é em si um ensinamento, uma experiência, uma memória. Esta exposição permitiu apresentar o universo de Alberto Carneiro, um universo íntimo revelado por “Pequenos objectos estéticos” e “Peças orientais”, onde nos era permitido aproximar do exercício de pensamento realizado ao longo dos anos através destes objectos que se apuravam na exploração do sentido da simplicidade e da poesia.

Com a exposição “Uma certa quantidade” de Jorge Queiroz, inaugurada a 7 de Outubro de 2018, foi-nos dado a ver uma selecção muito particular das obras deste artista.

Formas que se adivinham, registos, inscrições e texturas asseguram as composições de Jorge Queiroz. Um trabalho desenvolvido com o desenho como principal meio para asseverar o seu processo criativo. Em cada um dos seus trabalhos vamos sendo surpreendidos por formas que se pronunciam com sugestões de espaços e de eventuais seres que os habitam, sem que esta espécie de narrativa se exponha de forma evidente, mas levando-nos por uma incursão no espaço. Há um uso da linguagem do desenho pela exploração dos seus meios técnicos, conjugando-os

e deles retirando soluções capazes para assegurar que cada linha, cada mancha, cada textura consolide uma possibilidade de articulação da composição e nos revele um imaginário desafiante, surpreendente. A exposição permitiu-nos acercar do trabalho que tem vindo a desenvolver, desafiando a atenção e o exercício de observação, para potenciar uma contemplação e fruição muito particulares.

Miguel Branco inaugurou a 3 de Fevereiro de 2018 a exposição intitulada “Cratera”, uma exposição de pintura na sua maioria e uma única escultura.

A obra de Miguel Branco provoca um desafio à nossa presença no espaço da exposição. Estamos perante uma obra muito cuidada, suportada por um elaborado estudo transversal à História da Arte. A pintura e escultura são usadas com uma singular atenção e as escalas reduzidas da pintura conferem um carácter intimista que nos atrai para uma fruição mais apurada. Miguel Branco tem uma dedicação particular com o espaço para que o resultado possa ser o mais completo possível e nos leve à contemplação, à visão cuidada de cada uma das obras. Estreitam-se laços de silêncio na nossa observação, a dimensão promove uma concentração delicada, minuciosa, precisa. Somos levados a ampliar a nossa percepção, há um espaço que se amplia e propõe outras dimensões. A exposição trouxe um singular trabalho de articulação das obras com a sala de exposição, redimensionando-a, tornando-a parte complementar à fruição da obra, onde podemos encontrar um conjunto de pinturas em que a “cratera” era o pretexto para se reflectir e aprofundar a nossa concepção do tempo.

A exposição intitulada “Outside In” apresentou obras de Gil Heitor Cortesão e foi inaugurada a 9 de Junho de 2018.

Gil Heitor Cortesão tem vindo a traçar um percurso muito singular, inserindo-se no núcleo dos artistas que aprofundam o estudo e reflexão da pintura. Desenvolve um trabalho onde a pintura se assume como um corpo capaz de fazer rever e pensar a imagem. Demonstra-nos que a pintura mantém um mistério que vai para além do plano da imagem, aprofunda possibilidades e instiga o conhecimento. A arquitectura ocupa um lugar de especial atenção, define algumas das estratégias de composição das obras, faz-nos observar os interiores e objectos que os ocupam. Mas é a noção do espaço que está subjacente às suas pesquisas e que nos resultados técnicos da pintura nos é apresentado por uma técnica menos habitual, em que a pintura é feita no verso de vidro ou acrílico, numa superfície lisa, sem texturas, de que resulta uma visão e sensação muito particular da obra. A exposição foi uma excelente oportunidade para ver as suas obras e usufruir da relação espacial nelas criada.

“Fantasmagoriana” foi o título escolhido por Adriana Molder para a exposição que inaugurou a 22 de Setembro de 2018.

9. Exposição "Cratera", Miguel Branco.

10. Exposição "Outside In", Gil Heitor Cortesão.



9.



10.

A literatura e o cinema têm sido uma constante fonte de inspiração para o trabalho de Adriana Molder. Partindo de contos ou romances e usando como modelos imagens pré-existentes, na sua maioria do cinema, mas também da História da Arte ou dos media, Adriana Molder tem desenvolvido um corpo de trabalho de desenho e pintura, focado essencialmente no retrato.

Na Galeria Ala da Frente, Adriana Molder apresentou uma série de sete pinturas de 2015 intitulada “Fantasmagoriana”, que deu o nome à exposição. Estas pinturas, todas elas retratos, tiveram como inspiração a colectânea de contos alemães, na sua maioria retirados dos primeiros volumes do *Gespenserbuch* de Johann August Apel e Friedrich Laun, que inclui também contos de Johann Karl August Musäus e Henrich Clauren, com o título “Fantasmagoriana”. Foi esta compilação de contos, traduzidos anonimamente por Jean Baptiste Benoît Eyriès, que Mary Shelley leu na Villa Diodati, e que a inspiraram a escrever *Frankenstein*. No ano em que se cumpriam duzentos anos da primeira edição do clássico de Mary Shelley, foi publicada esta compilação em português, no livro que acompanha esta exposição. O conjunto das pinturas de “Fantasmagoriana”, todas elas a acrílico sobre tela solta, de cores fortes, embora com um componente bastante sombrio, tal como os contos da colectânea, é habitado por espectros, fantasmas e histórias de amor. É também notório nestes trabalhos a contínua pesquisa e o fascínio da artista pelas fotografias de filmes. Todos estes retratos estão envoltos num ambiente predominantemente obscuro, fantasmagórico e cinematográfico.

Estas sete pinturas são sete momentos inspirados nos contos, aos quais Adriana Molder procurou dar aquilo que mais procura para os seus retratos, a intensidade. E é assim que o público pode conseguir reconhecer-se em rostos que, tal como os fantasmas destes contos, não são mais do que vestígios de emoções passadas.

A exposição “ANIMA MEA” de Alexandre Conefrey inaugurou a 9 de Fevereiro de 2019. Apresenta 28 desenhos que nos remetem para um universo da pintura de Brueghel, pintor Flamengo do Séc. XVI. O uso da linguagem do desenho e a exploração das expressividades do carvão suscitam uma particular atenção para as formas que surgem e se organizam em cada plano da folha de papel. Formas que partem das estruturas da torre e dos moinhos. Alusões, parecenças, revelações, aproximações, são repostas que se propõem nas manchas, nas linhas, nas texturas que Alexandre Conefrey plasma na folha de papel. É a partir das quais que somos levados ao universo da simbologia, da presença do fazer histórico, em que cada autor, pela via da imaginação, deu sentido às formas que nos são familiares, mas nem sempre perceptíveis.

Uma exposição que propôs uma atenção à simplicidade do gesto e às suas potencialidades de expressão e investigação enquanto meio para reter as possibilidades da representação.

Um convite para que no lugar da galeria se prolongue o tempo, se amplie os espaços da nossa

11. Exposição "Fantasmagoriana", Adriana Molder.
12. Exposição "ANIMA MEA", Alexandre Conefrey.



11.



12.

compreensão e estímulo da nossa sensibilidade.

“O Rei Peste” foi o título da exposição de Francisco Tropa que inaugurou a 1 de Junho de 2019, com a apresentação de uma escultura.

A nossa percepção leva-nos a questionar a realidade, a expandir o entendimento e a usar a experiência para obter uma maior possibilidade de fruição. Na exposição “Rei Peste”, Francisco Tropa, vai ao encontro do conto com o mesmo nome de Edgar Allan Poe, para, por meio da escultura, nos interpelar a coexistirmos com um espaço presente na história. Não se propõe aqui uma representação desse espaço, mas um desafio à nossa percepção, ao nosso papel de espectador, que se vê perante o objecto escultórico, convivendo com ele e reflectindo a experiência. Se ainda não conhecermos o conto, a ele teremos curiosidade de chegar, assim como, se já o conhecermos, revisitá-lo e encontramos nesta obra possibilidades de expansão da leitura e um desafio à descoberta da criação artística, enquanto modo de congregação de ideias, hesitações, investigações, reflexões, que levam à existência de cada obra como um processo infindo.

Manuel Rosa veio inaugurar no dia 28 de Setembro de 2019 a exposição “primeiro os pés depois a cabeça”, apresentando esculturas.

O poema de «pena capital» da autoria de Mário Cesariny, está na base desta exposição. Nos primeiros versos podemos ler:

*O Poeta, exorcizando no seu atelier nos astros:
das páginas do livro jovialmente aberto primeiros os pés depois a cabeça sais tu
não estás nada parecido
mas és sem dúvida o que se pôde arranjar*

Manuel Rosa confronta-nos com fragmentos do corpo, como se a partir destes pudéssemos acercar-nos do nascimento das formas e do sentido que se dá à existência destas. Como nos reinterpreta o corpo numa referência ancestral é a presença da morte que nos alude à perecibilidade e desaparecimento. Pés, torços, crânios, os corpos desmembrados como memórias de seres, como memórias de tempo, que, no entanto, a arte não resgata, mas ensina a reflectir a nossa condição.

A exposição intitulada “Desterrado”, inaugurada a 8 de Fevereiro de 2020, dá continuidade ao trabalho desenvolvido por António Olaio numa reflexão iniciada em 2017. Uma performance apresentada a 20 de Setembro de 2017 no Museu Soares dos Reis no Porto, levou Olaio a estabelecer uma relação com a escultura *O Desterrado* de Soares dos Reis, onde aparecia de

13. e 14. Exposição "O Rei peste", Francisco Tropa.
15. Exposição "primeiro os pés depois a cabeça",
Manuel Rosa.
16. Exposição "Desterrado", António Olaio.



fraque numa oposição à nudez da escultura e num questionar dos territórios e das relações que se estabelecem neste meio com as obras. Na Bienal Anozero'19, em Coimbra (2 Novembro a 29 Dezembro de 2019) veio dar seguimento ao percurso iniciado com a performance no Museu Soares dos Reis com a apresentação de uma instalação intitulada “Desterrado: Floating over my own ground” onde, num mesmo espaço, uma pintura e um vídeo deixavam-nos numa ambivalência da imagem em movimento com a imagem da pintura que pela sua verticalidade e posição elevada nos adensava a inquietação da nossa presença naquele espaço. Os sentidos procuravam ajustar-se, estávamos a flutuar. António Olaio tem a sua formação em Pintura, mas o seu trabalho vem-se pautando por uma abrangente exploração de linguagens e territórios criativos. Performance, a música (em 1986 forma e integra os “Repórter Estrábico”), o vídeo, o desenho, a pintura permitem-lhe uma abrangência de meios onde vai aprofundando reflexões sobre a representação e o seu sentido no objecto de arte. Expor num mesmo espaço diferentes suportes e linguagens é levar o observador a ajustar-se, a encontrar soluções de potencial equilíbrio, em resposta à instigação de desassossego que António Olaio lança. Uma provocação que oscila entre linhas ténues e linhas de força evidenciam unicidade no trabalho desenvolvido por Olaio.

Na exposição tivemos a presença da pintura, do vídeo e do desenho, num possível equilíbrio que nos levou a questionar o espaço e a nossa presença nele, assim como a nossa relação com o entendimento da arte. Quem observa quem? Quem fica desterrado?

O ano de 2020 veio mostrar-se um ano anómalo pela pandemia que a todos veio inquietar, no entanto, a Ala da Frente prossegue com a sua programação e apresenta a exposição “Lusco-Fusco” de Jorge Martins.

O desenho tem sido uma vigorosa prática de trabalho e pensamento ao longo do extenso percurso de Jorge Martins. Há um explorar constante das possibilidades que materiais tão simples como a grafite, o carvão, a sanguínea, tinta da china, entre outros lhe conferem, permitindo um complexo domínio, para através deles nos demonstrar e revelar formas e universos muito singulares.

“Lusco-Fusco” é o momento no qual a luz se esvanece para dar lugar à escuridão, o momento onde os limites e as definições das formas ficam em suspenso, espaço de transição, que em certa medida será o espaço de fusão da realidade com a ilusão. Neste espaço a projecção das formas acontece. Jorge Martins, tem essa aptidão de perscrutar o desenho para dele nos expor desafios de exploração das formas, das possibilidades de compreensão e aprofundamento de sensibilidades. A selecção de desenhos, aqui apresentada, aliciou a nossa curiosidade para indagar resoluções, desvendar sentidos e esperar que este espaço de lusco-fusco seja de intenso estímulo para a contemplação. As eventuais deambulações que assistem o realizar dos desenhos de Jorge

17. Exposição "Lusco-Fusco", Jorge Martins.



Martins são jogos de equilíbrio dos elementos que vão surgindo, na investigação das linhas, das manchas, dos planos accionados na prática do desenho e na exploração dos materiais implicados.

Acasos que se tornam objectivos, formas que se estruturam em organizações delineadas e uma concepção rigorosa que não põe em causa limites ou liberdades.

O saber que Jorge Martins vai conquistando, mostra-nos a singularidade expressiva da sua obra e nela encontrarmos incitações ao nosso sentido de percepção.

A Galeria Ala da Frente, em parceria com a editora Documenta, tem vindo a editar, em articulação com os artistas, um livro referente a cada uma das exposições, daí resultando uma edição singular e muito cuidada. Com estas edições prolonga-se a exposição para além do espaço físico da sala e fica um registo histórico que ajudará a estudos futuros.

Capas das edições:

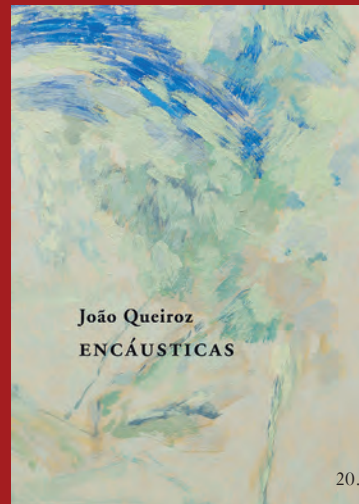
18. "Un Dimanche...", Jorge Molder.
 19. "Exúvia, gelo e morte", Rui Chafes.
 20. "Encaústicas", João Queiroz.
 21. "Prova de Estado", José Pedro Croft.
 22. "Ridi Paglaccio", Pedro Cabrita Reis.
 23. "Desordem Vertical", Pedro Casqueiro.
 24. "Natureza dentro", Alberto Carneiro.
 25. "Uma certa quantidade", Jorge Queiroz.



18.



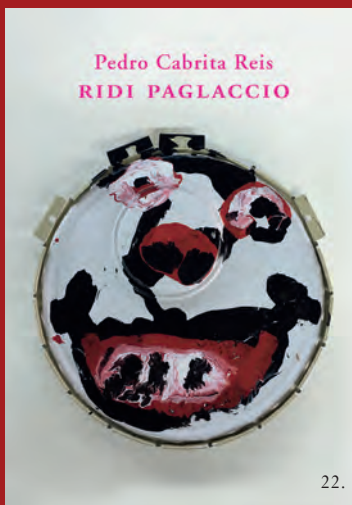
19.



20.



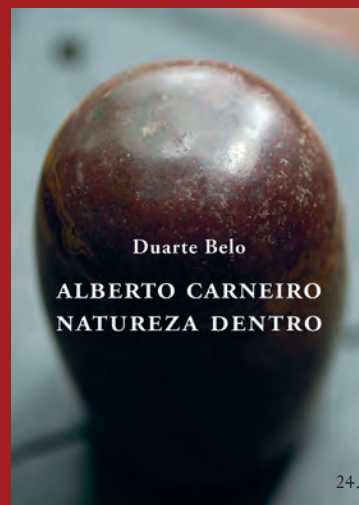
21.



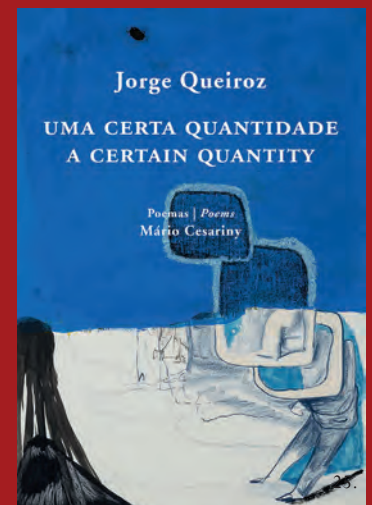
22.



23.

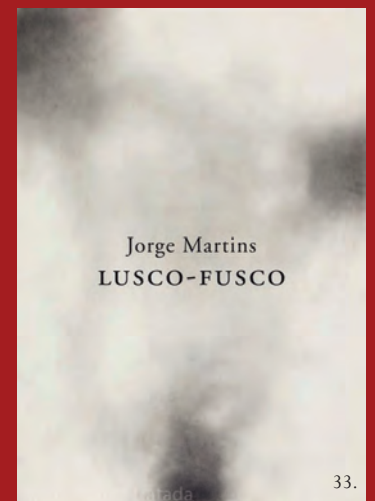
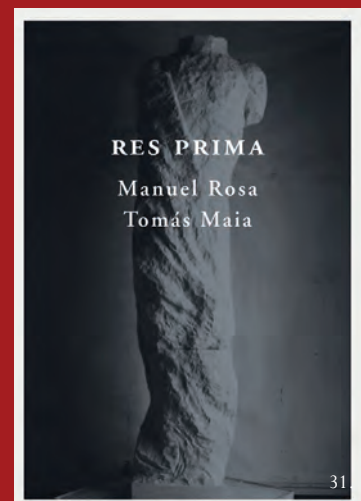
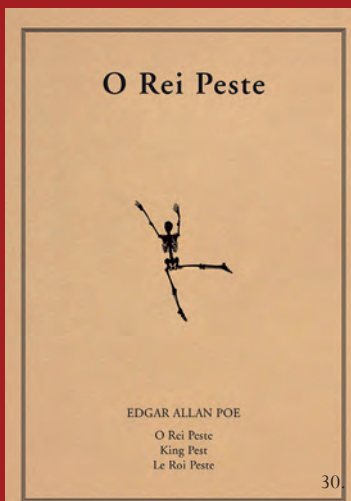
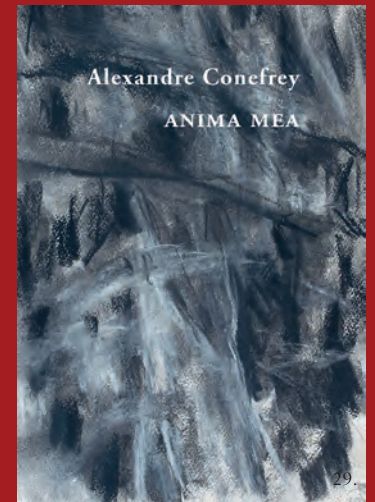
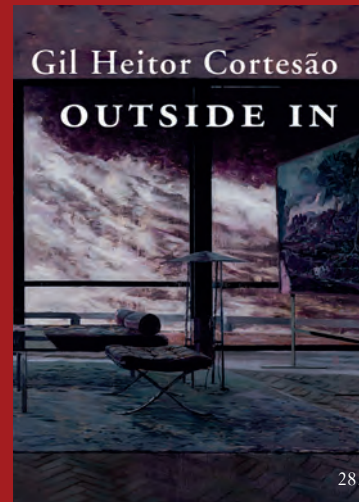
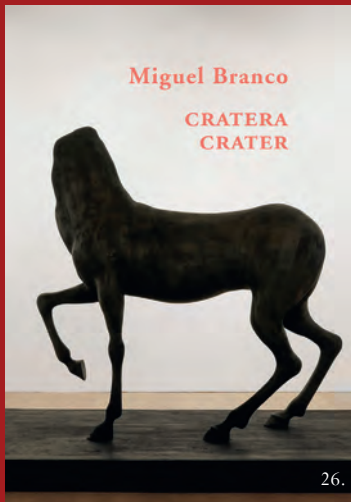


24.



25.

26. "Cratera", Miguel Branco.
 27. "Fantasmagoriana", Adriana Molder.
 28. "Outside In", Gil Heitor Cortesão.
 29. "ANIMA MEA", Alexandre Conefrey.
 30. "O Rei Peste", Francisco Tropa.
 31. "Res Prima", Manuel Rosa.
 32. "Desterrado", António Olaio.
 33. "Lusco-Fusco", Jorge Martins.



8.

CORREIO

8. Arquivo Municipal Alberto Sampaio

O Arquivo Municipal Alberto Sampaio tem tido uma atuação multifacetada, tendo como objetivos estratégicos a valorização da identidade da comunidade famalicense e a salvaguarda e divulgação do património arquivístico.

O Arquivo Municipal Alberto Sampaio deu uma atenção especial à promoção do Prémio de História que tem o nome do seu patrono.

O Prémio de História Alberto Sampaio, instituído como resultado da cooperação entre a Academia das Ciências de Lisboa, os Municípios de Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão e a Sociedade Martins Sarmento, tem como finalidade galardoar um estudo de investigação científica, no âmbito da história económica e social portuguesa, ou no âmbito de outros domínios historiográficos associados ao legado de Alberto Sampaio.

Neste contexto, privilegiou-se a prossecução do processo de revisão do Regulamento do Prémio de História Alberto Sampaio, que foi aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal e a divulgação do referido Prémio junto da comunidade académica e científica nacional.

De modo a promover o conhecimento da história local, mediante a disponibilização ampla de atividades para diversos públicos, contribuindo para a valorização da memória coletiva, foi encetada um conjunto diversificado e abrangente de conferências, nomeadamente as seguintes: conferência “Eça de Queirós e a Geração de 70; itinerários de amizade, pensamento e ação”, no dia 23 de maio de 2019, proferida pelo Prof. Doutor Gonçalves Guimarães; conferência “Conde de Arnoso (1855-1911): a “heroica personificação” da Honra e da Fidelidade”, em 19 de setembro de 2019, proferida pelo Dr. Abel Rodrigues; sessão de lançamento do 2.º volume da “Correspondência de José de Azevedo e Menezes, o escritor e genealogista famalicense, senhor da Casa do Vinhal”, realizada na Sala da Assembleia Municipal, em 21 de setembro de 2019.

Neste contexto, o Arquivo Municipal Alberto Sampaio participou nas comemorações municipais do centenário do nascimento de Armando Bacelar, nomeadamente na conferência especialmente dedicada a esta individualidade relevante da história local, no dia 24 de abril de 2019, inserida no ciclo de conferências “Conta-me a História”, que o Município tem vindo a promover em torno da história local e das principais figuras. A iniciativa foi também integrada no âmbito das comemorações municipais do 45.º aniversário da revolução de 25 de abril de 1974.

Igualmente colaborou nas comemorações dos 150 anos do nascimento de Júlio Brandão. Produziram-se os textos para a exposição sobre o comércio local, a inaugurar ainda em 2020.

Em termos de tratamento arquivístico tem-se continuado a magna tarefa da descrição do Arquivo da Casa de Pindela e de outras instituições, nomeadamente o Rotary Clube de Famalicão.

O Serviço Educativo do Arquivo Municipal Alberto Sampaio tem assumido um compromisso forte com a realização de atividades especialmente dedicadas à comunidade educativa, nomeadamente as seguintes iniciativas: teatro de marionetas “Histórias do Tio Alberto”, baseado na apresentação de episódios da vida de Alberto Sampaio; oficina “Vamos brincar aos jornalistas”; 5.ª edição da iniciativa Biblioteca Assombrada, que visa assinalar o Dia das Bruxas (Halloween).

9.



9. Entre, a casa é sua!

A Casa do Território tem como missão ser “um espaço de diálogo, participação, prospectiva e aprendizagem sobre o território de V.N. de Famalicão e da sua região envolvente”. Com uma localização privilegiada, no Parque da Devesa, e dotada de diversos espaços que permitem realizar diferentes tipos de eventos e atividades, procura-se que a sua programação estimule a participação ativa de todos os públicos, promovendo o debate de ideias, a partilha de conhecimento e a mobilização para a construção de uma cidadania ativa, participativa e crítica. Enquanto projeto estruturante e alinhado com a estratégia municipal de desenvolvimento do território, nas suas distintas vertentes, pretende-se que o modelo de programação contribua, ainda, para a construção e valorização de um território cada vez mais diferenciador, inclusivo e sustentável.

Sendo a Casa do Território um equipamento cultural, procuramos que esteja sempre subjacente à nossa atuação o princípio da universalidade da cultura, da sua abertura e acessibilidade a todos, acreditando, como Sophia de Mello Breyner, que com ela nos tornamos seres mais livres, mais conscientes e mais justos. O seu poder é transformante!

Contribui para este modelo de pensamento e ação, desde logo, a Exposição permanente da Casa do Território, com o título “*Tempo, Espaço & Ser - Território | V.N. de Famalicão*” que pretende conduzir os visitantes pelas principais áreas estruturantes da construção do território famalicense, desde a sua origem até aos nossos dias. Uma viagem de descoberta e interpelação que atravessa os domínios territorial, cultural, económico e social.

Estruturada em torno de três grandes temas - Linha da Água (ambiente, recursos naturais), Linha das Vias e Fluxos (sistema urbano, construção e formação do território, atividades agrícola e industrial) e Linha das Pessoas e Relações (o potencial territorial do “capital” humano, Instituições, personalidades, identidade patrimonial) este projeto expositivo possibilita a realização de inúmeras ações diversificadas, das quais se sublinham as atividades integradas no Serviço Educativo do Parque da Devesa para Escolas e Instituições, integradas no Plano de Atividades Educativas do Município.

Destaca-se a potencialidade desta exposição para a sensibilização da população para a importância do conhecimento da nossa História Local, da identidade famalicense e do património cultural, industrial e natural do concelho.

O modelo de programação assenta, também, na realização de exposições temporárias, patentes por largos períodos, nas quais são explorados e retratados temas não só diretamente relacionados com o território famalicense, mas também, de interesse cultural universal.

São exemplos, e apenas reportando-nos ao período temporal mais recente: a Exposição “*A Minha Casa é a tua Casa – Imagens do Doméstico e do Urbano na Coleção de Serralves*” realizada em parceria com a Fundação/Museu de Serralves e que trouxe a V.N. de Famalicão um conjunto de obras de destacados artistas de arte contemporânea; a Exposição de Arqueologia “*6 Mil das Origens a Famalicão*” sobre a singularidade do património arqueológico do concelho e a nossa longa história identitária; e a Exposição “*Rotary: 50 anos em Famalicão*” (patente no momento em que se escreve este artigo) que apresenta o percurso do movimento rotário em Famalicão, desde a sua criação no ano de 1970.

Em pleno processo de preparação está já a próxima exposição, cujo tema é dedicado ao Comércio de Famalicão, prevendo-se que a sua abertura ao público aconteça no próximo mês de outubro.

De referir que, paralelamente a cada projeto expositivo, é construído um amplo programa de atividades, colocado em prática ao longo do tempo da sua permanência, permitindo explorar de forma mais direcionada e específica os temas retratados. Atividades como visitas guiadas, palestras, conversas, oficinas, visitas ao território, são disponibilizadas para que os diversos públicos possam participar de forma ativa nestes projetos.

Para além da programação alicerçada nas exposições destacamos que a Casa do Território é parte integrante do Parque da Devesa, sendo dinamizada pela mesma Equipa Multidisciplinar (EMGPD), e como tal, o seu serviço educativo e cultural está integrado nas dinâmicas do Parque da Devesa, designadamente nos programas Devesa em Família, Férias na Devesa, Ambientar-se, Memórias da Devesa, e outros projetos promovidos pela EMGPD ou dinamizados em parceria com outras entidades ou serviços, para os quais este espaço é peça fundamental.

Importante é, também, o facto de estar localizada na Casa do Território a Livraria Municipal, único espaço que reúne todas as publicações editadas pelo Município de V.N.de Famalicão, bem como outras obras relacionadas com o concelho. Da responsabilidade da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, a Livraria disponibiliza, para venda, uma série de artigos promocionais do município, como por exemplo, postais, catálogos, esculturas e serigrafias.

Por último, uma referência ao facto deste equipamento acolher inúmeras iniciativas levadas a cabo pelos diversos Departamentos do Município, numa lógica de parceria, rentabilização e partilha de espaços e recursos.

Terminámos, fazendo referência ao título escolhido para este texto – “Entre, a casa é sua!” com a convicção de que a Casa do Território se apresenta como um lugar de todos e para todos os famalicenses onde, esperamos, se sintam como nas suas próprias casas.

10.



Antas

10. Gabinete do Património Cultural

O Gabinete do Património Cultural é um gabinete técnico dependente da Divisão de Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, com atribuições na área da gestão de Património Cultural. Das inúmeras tarefas empreendidas no biénio 2018-2019 (e que enquadrámos em três grandes eixos: inventário/investigação; proteção/regulamentação e divulgação/promoção), destacamos as seguintes:

Inventário/Investigação

Património Material

O Gabinete do Património Cultural, assume-se, desde a sua génese, como um gabinete com competências técnicas muito específicas, nomeadamente no contexto do estudo dos elementos materiais existentes por todo o território do concelho de Vila Nova de Famalicão. Entendemos que o reconhecimento destes elementos contribui para uma noção mais completa da sua história, levando ao incremento do sentido identitário do famalicense. Neste contexto, além dos trabalhos contínuos de atualização e investigação, a sistematização da informação foi promovida por projetos, entre os quais:

Edifícios Escolares de Instrução Primária

Os Edifícios Escolares de Instrução Primária existentes no concelho de Vila Nova de Famalicão são resultado de quase 200 anos de ensino oficial em território famalicense. Embora sejam caracterizados pela sua heterogeneidade e dispersão territorial, podem ser inseridos em três grandes áreas ou limites temporais: Edifícios particulares alugados pela Câmara Municipal ou em funcionamento nas Residências Paroquiais [Século XIX - Década de 1950]; Edifícios construídos por iniciativa camarária ou por beneméritos [Décadas de 1900 a 1970] e edifícios construídos no âmbito do “Plano dos Centenários”, de iniciativa estatal, representando a maioria dos edifícios inseridos neste projeto [1935-1969].

Foram desenvolvidas um conjunto diverso de ações (inventário, pesquisa, georreferenciação e documentação), para um universo de cerca de uma centena de edifícios (onde se incluem também edifícios de apoio escolar, como por exemplo cantinas escolares).

Expressões Artísticas e Evocativas

Sistematização dos espécimes existentes no território de Vila Nova de Famalicão, no contexto das expressões/manifestações artísticas e evocativas. Do universo dos espécimes inventariados contam-se elementos da designada “Arte Pública”, da “Arte Urbana”, assim como expressões que tenham surgido no contexto de comemorações, evocações e memórias.

Património Ferroviário

Vila Nova de Famalicão sempre ocupou uma posição privilegiada no território. As vias de comunicação (das quais a ferrovia é uma parte importante) mereceram uma elevada preponderância na sua história e no desenvolvimento do território. Dada esta importância, tornou-se imperativo sistematizar toda a informação relativa aos elementos que compõe esta tipologia, nas quais se incluem, por exemplo linhas e estações e apeadeiros (alguns dos quais já desaparecidos).

Arquitetura Moderna e Contemporânea

A arquitetura moderna surge inicialmente no contexto do Modernismo, um movimento transversal a todos os campos da arte (literatura, pintura, escultura, etc.) que tinha como principal objetivo romper com a chamada “arte convencional”. A arquitetura moderna tem novas premissas e pretende aproximar as novas formas de construir às novas formas de viver, numa Europa que se encontra em mudança. Surgem novas linguagens, formas e princípios. É usualmente dividida em 2 partes: a primeira geração e a segunda geração. Apesar de ambas romperem com os antigos cânones, são distintas nos princípios mais alargados e consequentemente isso reflete-se na forma e imagem. Em Portugal a arquitetura moderna inicia-se por volta de 1920 e estende-se até à década de 1970.

Em Vila Nova de Famalicão este tipo de arquitetura faz-se representar por inúmeros exemplos, entre os quais: Casa Dr. Lobo (Delães); Casa do Doutor Morgado Pires (Cruz) e Teatro de Riba de Ave.

Por outro lado, já no contexto da arquitetura contemporânea, o território de Vila Nova de Famalicão é marcado por obras de arquitetura contemporânea assinadas por autores de referência nacionais e internacionais. Na globalidade do conjunto destacam-se os projetos do arquiteto Álvaro Siza Vieira, Graça Correia e Roberto Ragazzi, José Gigante, Carvalho Araújo, entre outros.

Património Molinológico

Identificação e estudo (articulado com outros trabalhos) do património molinológico existente no concelho de Vila Nova de Famalicão. Este projeto realça e valoriza o papel destas construções no contexto de outros projetos, nomeadamente ambientais.

Brasões

Investigação e sistematização de informação respeitante à heráldica existente na área do concelho de Vila Nova de Famalicão. O projeto prevê o seu enquadramento arquitetónico, assim como um enquadramento genealógico.

Corpus de Azulejaria

Identificação dos revestimentos cerâmicos existentes no concelho de Vila Nova de Famalicão (com especial incidência na Área de Reabilitação Urbana). Os diversos trabalhos surgem também enquadrados ao abrigo do protocolo de cooperação (2014) para o estudo da azulejaria do concelho de Vila Nova de Famalicão, celebrado entre o Município de Vila Nova de Famalicão, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e pelo ARTIS - Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A entrada em vigor de nova legislação (nomeadamente a Lei n.º 79/2017 de 18 de Agosto “Protege o património azulejar, procedendo à décima terceira alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação”), reforçou a aposta na sistematização dos levantamentos a concretizar nesta área específica.

Património Imaterial

O domínio do Património Cultural Imaterial é uma área crucial para o entendimento da identidade local. Desde que o Gabinete do Património Cultural passou a incorporar competências no âmbito do estudo e inventário do Património Imaterial (a partir de 2016), foram iniciadas diversas ações sistemáticas de inventariação/documentação destas manifestações.

Festas Antoninas

Processo intensivo de documentação desta expressão imaterial, para fins da candidatura das “Festas Antoninas” à “Lista Nacional de Inventário do Património Cultural Imaterial”. Neste contexto, foi também realizado e apresentado, um documentário sobre a temática.

Polifonia Tradicional

Através deste projeto pretende-se amostrar a riqueza da cultura popular e a forma como o povo usa magistralmente os poucos recursos de que dispõe, neste caso a voz, para interpretar o seu quotidiano, estados de alma e afins.

Das diversas tarefas com vista à recolha de polifonias tradicionais do concelho de Vila Nova de Famalicão conta-se a gravação/registo, a cargo de Tiago Pereira (do projeto “A Música Portuguesa a Gostar Dela Própria”) e disponibilização/acesso público (imediato, de forma a assegurar um compromisso assumido para com os participantes, e disponibilizados através dos diversos canais do projeto “A Música Portuguesa a Gostar Dela Própria” e através da plataforma FAMALICÃO ID.

Neste contexto, as ações desenvolvidas enquadram-se também enquanto parceiros da candidatura nacional do Canto Polifónico.

Devoções e Cultos

Identificação e sistematização das diversas devoções e cultos existentes pelo concelho de Vila Nova de Famalicão. Estes processos têm-se mostrado de enorme complexidade, tanto ao nível da sua extensão como ao nível da sua documentação. Neste contexto foram realizadas diversas recolhas, com destaque para a Procissão dos Santos Passos (Ruivães).

Móvel e Documental

O Património Móvel e Documental, como parte integrante do Património Imóvel, é essencial para o entendimento, caracterização e estudo dos imóveis.

Os trabalhos de inventário e documentação constituem também uma das partes mais importantes do processo técnico e científico, testemunhando/comprovando/suportando/justificando as diversas afirmações. Destacam-se nesta área os seguintes projetos levados a cabo pelo Gabinete do Património Cultural:

Inventário do Arquivo Histórico da Casa da Igreja (Cindinha, Joane)

Trabalhos de inventário, caracterização e documentação do Arquivo Histórico da Casa da Igreja (Cindinha, Joane). O arquivo foi cedido ao Gabinete do Património Cultural para estudo (e integração da demais informação pertencente à Casa da Igreja), e representa um fundo documental importantíssimo, com uma barreira cronológica que se situa entre o século XVII e o século XX.

Inventário de Bens Móveis da Casa-Museu Soledade Malvar

Realização do inventário e documentação do acervo da Casa-Museu Soledade Malvar. Dos trabalhos realizados contam-se, a normalização do inventário e realização de registo fotográfico. Os trabalhos desenvolvidos permitiram a disponibilização dos primeiros registos e sua documentação anexa, através da plataforma FAMALICÃO ID.

Inventário de Bens Móveis do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave

Realização do inventário e documentação de acervo do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave. Dos trabalhos realizados contam-se, a normalização do inventário e realização de registo fotográfico. Os trabalhos desenvolvidos permitiram a disponibilização dos primeiros registos e sua documentação anexa, através da plataforma FAMALICÃO ID.



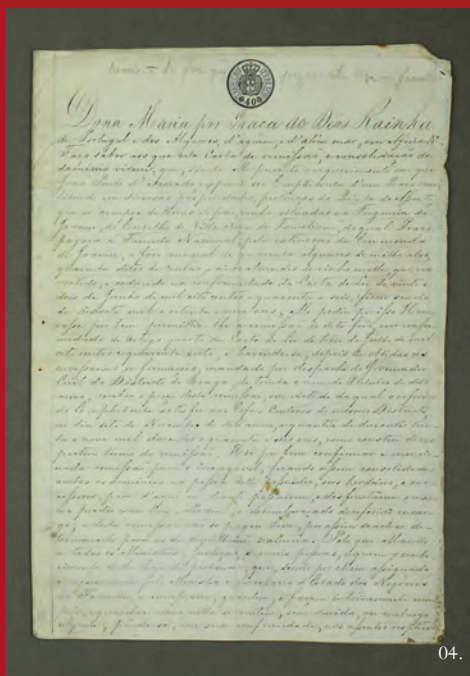
01.



02.



03.



04.



05.



06.

01. Recolha de polifonia tradicionais. Registo em Gondifelos em colaboração com "A Música Portuguesa A Gostar Dela Própria".

02. Recolha de polifonias tradicionais. Registo em Fradelos, com o Lino Fonseca a demonstrar os toques da Buzina (búzios) para os Galheiros" (em colaboração com "A Música Portuguesa A Gostar Dela Própria").

03. Idem.

04. Inventário do Arquivo Histórico da Casa da Igreja (Cindinha, Joane). Aspetto de um dos documentos.

05. Inventário de Bens Móveis da Casa-Museu Soledade Malvar. Aspetto final do registo de um dos objetos

06. Inventário de Bens Móveis do Museu da Industria Têxtil da Bacia do Ave. Aspetto final do registo de um dos objetos.

Comunidade

As comunidades famalicenses, enquanto indivíduos (“Pessoas”) ou organizadas em grupos (“Instituições”), são as responsáveis pela produção das expressões (materiais e imateriais) que

vão surgindo por todo o território. Elas são as autoras, produtoras, detentoras de vastíssimos patrimónios, sobre os quais nos debruçamos. O conhecimento destas diversas realidades, ajudam-nos a construir uma mais clara análise antropológica e a perceber aquilo que nos define/identifica enquanto famalicenses.

Pessoas

Estudo e sistematização sobre os indivíduos famalicenses (nascidos em Vila Nova de Famalicão ou “adotados” pela terra) postos em relação com a marca que por este território deixaram. Procuramos traçar, de uma forma imparcial, os seus perfis biográficos e integramos todo o seu percurso com as demais expressões (materiais e imateriais).

Instituições

Estudo e sistematização sobre os grupos/associações de indivíduos com “sede” em Vila Nova de Famalicão. Procura-se demonstrar, qual o seu papel/destaque na sociedade famalicense (cultura, desporto, política, etc.), tanto no passado como na atualidade. De igual forma, a informação é sempre integrada com as demais expressões/manifestações.

Proteção/Regulamentação

Estabelecimentos com História (Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação)

Na sequência dos trabalhos de revisão geral dos Códigos Regulamentares e da publicação da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, foram criadas normas relativas ao reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local. Estas normas, dado que o objetivo é a fusão dos vários regulamentos num único Código, encontram-se inseridas no Título III – Estabelecimentos com História, do Livro IV – Urbanização e Edificação, artigos 121.º e seguintes. O reconhecimento deste tipo de estabelecimento permitirá ao seu proprietário aceder a benefícios fiscais legalmente previstos (art.º 59.º - H do Estatuto dos Benefícios Fiscais).

Classificação de imóveis com valor cultural como de INTERESSE MUNICIPAL (Regulamento interno)

No âmbito das competências atribuídas aos municípios, designadamente as constantes na alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ainda o

n.º 1 do artigo 94.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que define as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, procura-se enriquecer o inventário do património existente no concelho de Vila Nova de Famalicão, que permita, para além de proteger os bens, promovê-los e manter viva a memória e identidade do território, designadamente pela classificação de bens imóveis isolados, conjuntos ou sítios considerados de interesse municipal.

As regras definidas, que visam regulamentar o procedimento interno de classificação de um bem imóvel como de interesse municipal, resultam da articulação das disposições legais aprovadas pela Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro, com o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural e regime jurídico das zonas de proteção aprovado pelo Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro.

O presente Regulamento Interno visa estabelecer prazos e definir o percurso interno do procedimento de classificação, de forma a torná-lo mais célere e eficaz.

Divulgação/Promoção

FAMALICÃO ID 2.0: Acesso Online ao Património

O projeto FAMALICÃO ID (lançado em 2014, numa parceria entre o Município de Vila Nova de Famalicão e a empresa Sistemas do Futuro – Multimédia, Gestão e Arte, Lda., acessível em www.famalicaoid.org), nasceu da necessidade de se criar uma ferramenta de divulgação, que permitisse a todos os interessados (professores, alunos, investigadores, público em geral) encontrar, de forma fácil e integrada, informações sobre aspetos da cultura e identidade famalicenses. Preconizava-se, por intermédio desta ferramenta, dar a conhecer o património cultural local, reforçando também deste modo a identidade do concelho e por inerência dos próprios famalicenses.

De forma a tentar alcançar um público mais diversificado, o projeto foi alargado, abrangendo hoje, outras formas de acesso à informação, tanto por intermédio das redes sociais (com a criação da página de facebook FAMALICÃO ID), como de diversos outros recursos: FAMALICÃO ID 3D; History Pin | Vila Nova de Famalicão; #PassadoemFamalicão. Tendo assim em conta o contexto inicial, o projeto entrou numa nova fase - o FAMALICÃO ID 2.0 (Figura 7).

Na criação desta nova versão procurou-se “mostrar” de forma mais evidente o que nos caracteriza enquanto famalicenses – o que fomos e o que somos. Para tal utilizou-se um discurso onde nós (indivíduos), enquanto seres sociais e culturais (produtores de bens materiais e imateriais), nos situamos segundo a dicotomia – “Espaço” e “Tempo”.

A anterior versão, que contava já com milhares de registos, focava-se tendenciosamente numa leitura do território baseada maioritariamente nos vestígios materiais, distribuídos entre bens imóveis (edifícios, monumentos, expressões artísticas, etc.) e bens móveis (objetos). A documentação (fotografias, material gráfico e bibliografia) auxiliava e complementava o entendimento de todo o conjunto. Nesta nova versão, passamos a disponibilizar, novas áreas de informação que ajudam numa leitura ainda mais completa e integrada do território, com destaque para as informações que se relacionam com Património Cultural Imaterial (lendas, tradições, festas e romarias, etc.) e Comunidade (Personalidades e Instituições Famalicenses). O reforço na componente audiovisual mereceu também especial atenção, contribuindo para a construção de um novo layout, totalmente remodelado, mais moderno, intuitivo e apelativo.

Preconiza-se que este projeto venha a ser, cada vez mais, uma referência na divulgação e disseminação da cultura e identidade famalicense.

FAMALICÃO ID: Página no Facebook

Foi criada a página oficial de facebook do projeto “Famalicão ID”. Esta página tem por missão complementar e tornar a informação presente na plataforma “Famalicão ID” mais acessível usando de uma das ferramentas sociais mais utilizadas – o Facebook. Esta ferramenta constitui uma mais-valia para o serviço e património famalicense, uma vez que constitui uma forma de comunicação mais imediata, apelativa e acessível.

FAMALICÃO ID 3D

Como forma de documentação e divulgação de elementos patrimoniais com recurso a ferramentas tecnicamente rigorosas, lançou-se o projeto “FAMALICÃO ID 3D”. Este projeto realiza e disponibiliza (através dos canais FAMALICÃO ID), por intermédio de levantamentos fotogramétricos (Figura 8), modelos 3D de elementos patrimoniais. Estes modelos, além de cumprirem, com excelência, propósitos relacionados com a comunicação/divulgação (proporcionam uma experiência virtual ao passado, sem contacto com o original), possibilitam também que, em caso de perda, se possa recuperar a memória destes elementos através da execução de réplicas/reproduções tridimensionais desses elementos.

HISTORY PIN Famalicão

O “Historypin” (Figura 9) é um arquivo digital de fotos históricas, vídeos, gravações de áudio e lembranças pessoais, gerado pelos utilizadores da web. Os utilizadores podem usar a localização e a data de seu conteúdo para “fixá-lo” no Google Maps. Onde o Google Street View está disponível, os usuários podem ainda sobrepor fotografias históricas e compará-las com o local contemporâneo. Este conteúdo pode ser adicionado e explorado online e por meio de uma série de aplicativos para smartphones. O projeto foi criado por uma empresa sem fins lucrativos, como parte de seu trabalho inter-geracional, com financiamento e apoio do Google, como

- 07. FAMALICÃO ID 2.0: Aspeto geral da plataforma.
- 08. Projeto FAMALICÃO ID 3D: fases do processamento de um elemento patrimonial.
- 09. HISTORY PIN Famalicão: Estação de caminho-de-ferro.



parte de uma série de compromissos com a inclusão digital. O site tem mais de 200.000 ativos e lembranças “fixados” no mapa Historypin ao redor do mundo, com elevadas contribuições do Reino Unido, EUA e Austrália.

Vila Nova de Famalicão, junta-se assim também a este projeto, contribuindo com “imagens históricas” da Estação do Caminho-de-Ferro; Hospital da Misericórdia e Capela da Lapa, etc., e contrapondo-as com o seu estado atual, evocando assim a memória e identidades destes locais. As informações disponibilizadas surgem de forma integrada com as demais ferramentas, remetendo, sempre que possível, para a sua relação os canais FAMALICÃO ID: plataforma e página de facebook.

#PassadoemFamalicão

“Resgata uma fotografia antiga, tira uma nova no mesmo local com a antiga na mão e partilha a tua foto no Facebook” (Figura 11).

Iniciativa integrada no Festival Visão 25, nas Jornadas Europeias do Património Cultural 2018 e no Ano Europeu do Património Cultural. A iniciativa contou com 51 participações (repartidas por 14 entidades).

“Festas Antoninas. Vila Nova de Famalicão” – Documentário

O filme foi produzido pela autarquia famalicense, conta com locução de Eduardo Rego (a voz do programa “Vida Selvagem”), e constitui suporte à candidatura das Festas Antoninas ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. As imagens são referentes às Antoninas de 2016 e o documentário procura demonstrar não só o lado visível das festividades, como também o lado que habitualmente não se vê, dedicado à preparação das principais iniciativas do programa: bênção e distribuição do Pão de Santo António e Procissão Solene, Marchas Antoninas, Marchas Infantis, Cascatas e Fogueiras, entre outras. O documentário foi ainda enriquecido por um conjunto alargado de entrevistas a membros da comunidade com responsabilidades na organização e participação das várias iniciativas das Festas Antoninas (Figura 12 e 13).

Azenha/Moinho de São Marçal: Recuperação e valorização

Desde 2016 que vêm sendo encetadas diversas ações (reuniões, trabalhos de campo e processos jurídicos), com vista à recuperação e valorização da Azenha/Moinho de São Marçal (freguesia de Esmeriz) e área envolvente, envolvendo as populações locais pela responsabilização/ comprometimento das mesmas para com o seu património. O projeto conta com uma equipa multidisciplinar e envolve diversas entidades (entre as quais uma equipa especializada na área da recuperação de património molinológico, dos quais o Arq. Bruno Matos) e incide não só a reabilitação do imóvel (novo programa e uso previsto na revitalização), mas também na requalificação da margem envolvente do rio Pelhe (Figura 14 e 15).



16SET - 27OUT
#PASSADOEMFAMALICAO
 PARTILHA NAS REDES SOCIAIS AS
 TUAS MEMÓRIAS DE VILA NOVA
 DE FAMALICÃO!

REGIÃO SUA FOTOGRAFIA ARTÍSTICA COM UMA ALEGORIA GOVERNAR	URA SUA FOTOGRAFIA ARTÍSTICA NO LOCAL COM A FOTOGRAFIA ARTÍSTICA NA SUA	RECORRER SUA ESCURVA SUA SÉRIE FOTOGRAFIA	FAMALICÃO NO RELEVO DO FACEBOOK COM O OUTRO REDES SOCIAIS COM O HASHTAG #PASSADOEM FAMALICAO

COM O HASHTAG #PASSADOEMFAMALICAO
 E O TAG #PASSADOEMFAMALICAO
 NO FACEBOOK, TWITTER, PINTEREST, INSTAGRAM E LINKEDIN

FAMALICÃO VISÃO **FAMALICÃO VISÃO**

12.

11. #Passadoemfamicao: postal de divulgação da iniciativa.
12. Festas Antoninas: exibição pública do documentário no Parque da Devesa.
13. Festas Antoninas: material promocional relativo à exibição pública do documentário.
14. Azenha/moinho de São Marçal: aspeto do imóvel já em fase de recuperação e valorização.
15. Azenha/moinho de São Marçal: aspeto do imóvel já em fase de recuperação e valorização.



FESTAS ANTONINAS
 Vila Nova de Famalicão

DOCUMENTÁRIO

19 JULHO
 22h00
 PARQUE DA DEVESA: ANFITEATRO
 Entrada Gratuita

13.



GALHEIROS DE FRADELOS

A “Queima do Galheiro na aldeia de Fradelos – Vila Nova de Famalicão” é um projeto do Município de Vila Nova de Famalicão (no âmbito do “Programa de Qualificação e Animação Económica, Turística e Cultural das Aldeias de Portugal”) em concertação com a Associação Juvenil Koklus e outras entidades locais, que pretende exponenciar uma festividade popular que ocorre anualmente no Carnaval, em diversas localidades da Aldeia de Fradelos, concelho de Vila Nova de Famalicão.

A “Queima do Galheiro” surge como uma tradição pagã identitária local, consistindo essencialmente numa queima de um enorme monte de ramos das árvores - Galheiro - assinalando inícios e fins de ciclos religiosos e das colheitas.

Com o projeto “Queima do Galheiro na aldeia de Fradelos – Vila Nova de Famalicão”, pretende-se documentar o evento no primeiro ano do projeto e valorizá-lo na edição seguinte, com recurso a criações artísticas contemporâneas, trazendo um novo olhar sobre este património.

Como metodologia, assume-se o princípio da co-construção do projeto por uma equipa de trabalho multidisciplinar (das quais o Gabinete do Património Cultural faz parte), constituída por instituições locais e entidades convidadas nas áreas das artes de rua, artes visuais/design, cinema documental e música. Esta equipa articulará ainda a inventariação dos recursos gastronómicos locais. Como resultado, o processo colaborativo culminará com diversos momentos de cocriação, de base comunitária, e que se estruturam em 3 importantes ações:

- . Design participativo com um artista gráfico convidado, que desenvolva uma nova identidade gráfica para a tradição em colaboração dos agentes locais, e que possa ter como resultados a elaboração de um elemento gráfico identificador (cartaz) e de uma brochura que contenha uma rota gastronómica local;
- . Espetáculo de artes de rua anual com direção e produção artística profissional de base participativa, que seja uma abordagem contemporânea à tradição da Queima do Galheiro, e que simultaneamente valorize o fogo como elemento principal;
- . Registo multimédia da tradição e do processo criativo associado ao projeto, a ser apresentado em formato “cinemusical”.



17.

17. Queima do Galheiro na aldeia de Fradelos – Vila Nova de Famalicão.

18. Queima do Galheiro (Fradelos, Vila Nova de Famalicão): espetáculo de artes de rua.



18.

“Bens Culturais.Vila Nova de Famalicão” - Apresentação e entrega de dossiers

No âmbito das comemorações do “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios” e assinalando o “Ano Europeu do Património Cultural 2018”, o Município de Vila Nova de Famalicão promoveu a partilha e recolha de informação acerca do Património Cultural, através do envolvimento das juntas de freguesias e da população local.

Com esta iniciativa pretende-se incrementar na comunidade uma maior consciência do vasto património cultural existente nas suas freguesias, e envolvê-las ativamente nos processos de identificação, documentação, promoção e salvaguarda dos bens culturais (Figura 19).

Neste âmbito decorreu uma reunião com todos os autarcas locais tendo em vista a divulgação do projeto e a sensibilização para a sua importância. O encontro pretendeu promover a partilha do conhecimento, mostrando quais os recursos existentes e como podem ser potenciados.

Colóquio “A Linha do Tempo e o Tempo de Reabilitar”

Colóquio organizado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (Gabinete do Património Cultural – Divisão de Cultura e Turismo; e Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística), com o apoio do Centro de Estudos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, decorrido no dia 26 de outubro de 2018, no Centro de Estudos Camilianos. As áreas tratadas foram a arquitetura, o património edificado e a reabilitação.

“A Linha do Tempo e o Tempo de Reabilitar” dividiu-se em dois momentos distintos: “A Linha do Tempo”, na parte da manhã e “O Tempo de Reabilitar”, na parte da tarde.

“A Linha do Tempo” abordou, por ordem cronológica, os tipos de edificações que foram marcando a paisagem, desde a cultura castreja até à arquitetura contemporânea, passando pelas “Casas de Brasileiro” e pelo Regionalismo Crítico. Para o efeito estiveram presentes convidados ilustres, designadamente Lino Tavares, Domingos Tavares, João Machado, João Luís Marques e Sergio Fernandez. No segundo momento “O Tempo de Reabilitar”, contou-se com a presença de arquitetos com obras de referência no âmbito das boas práticas de reabilitação: Carlos Castanheira, José Gigante, Nuno Valentim e Graça Correia.

Entre os dois momentos referidos, procedeu-se à entrega do Prémio de Reabilitação Januário Godinho (Figura 20), que premiou o Palácio da Igreja Velha pelas intervenções de reabilitação, consideradas pelo júri uma referência nas boas práticas a tomar neste tipo de obra.

Houve ainda espaço para uma homenagem ao Professor Catedrático Doutor Francisco Barata Fernandes, arquiteto, investigador e docente na área da reabilitação, falecido em agosto e que estava também ativamente envolvido na organização deste evento (Figura 21).

19. “Bens Culturais, Vila Nova de Famalicão”: Aspeto dos dossiers distribuídos aos autarcas locais.

20. Colóquio “A Linha do Tempo e o Tempo de Reabilitar”: momento da entrega do Prémio Januário Godinho.

21. Colóquio “A Linha do Tempo e o Tempo de Reabilitar”: Poster.

22. Colóquio “A Linha do Tempo e o Tempo de Reabilitar”.



19.



20.



21.



22.

O evento contou com cerca de 107 participantes (Figura 22) e esteve integrado no Festival Visão 25, nas Jornadas Europeias do Património Cultural 2018 e no Ano Europeu do Património Cultural.

11.

CORREIO

11. Ligados em rede: os Museus de Vila Nova de Famalicão

Resumo

Ser Museu no século XXI é uma realidade desafiante atendendo às demandas da sociedade atual. Considerando esta premissa, é imperativo criarem-se estratégias que permitam dar resposta aos novos desafios que os museus enfrentam na atualidade. Uma dessas estratégias passa pela criação de redes de trabalho que permitam uma ação participada e colaborativa dos seus membros. A Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão (RMVNF) é disso exemplo.

Tendo como visão ser o alicerce para a atuação dos museus, promovendo ligações e partilhas, e potenciando sinergias entre museu, pessoa e território, a RMVNF assume como missão, desde 2019, constituir-se como uma estrutura de cooperação, comunicação e apoio aos museus, que contribua para a compreensão e para o desenvolvimento sustentado do território. Desenvolve, nesse sentido, uma programação colaborativa e representativa de todos os seus membros para que a comunidade compreenda e usufrua do seu território sentindo-se parte dele.

No presente artigo procurou-se apresentar uma súmula da programação representativa da ação da RMVNF no contexto de diferentes funções museológicas.

Introdução

“Ser museu no séc. XXI não é o mesmo que ser museu no séc. XX, ou no séc. XIX. Os museus de hoje são mais do que simples repositórios de memórias. Às tradicionais funções de colecionar, classificar e conservar objetos ou vestígios de um passado, somam-se outras tarefas e outros desafios. Os museus de hoje são lugares de aprendizagem ativa, de cidadania, de entretenimento, de identidade e memória, onde o público tem relevante importância, assim como a coleção” (Cunha, 2019, pp. 5-6).

Atendendo a esta premissa, é imperativo criarem-se estratégias que permitam dar resposta aos novos desafios que os museus enfrentam na atualidade. Uma dessas estratégias passa pela criação de redes de trabalho que permitam uma ação participada e colaborativa dos seus membros. A Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão (RMVNF) é disso exemplo.

Fundada em 26 de novembro de 2012, através da assinatura de uma Declaração de Princípios, a Rede de Museus é coordenada pelo Município de Vila Nova de Famalicão através da sua Divisão de Cultura e Turismo. A Declaração de Princípios determinou como compromisso os seguintes objetivos: “a) prestar apoio mútuo, partilhar experiências e permutar meios técnicos e recursos humanos; b) promover iniciativas e ações conjuntas; c) fazer intercâmbio de exposições

e a cedência temporária de objetos e peças dos acervos; d) realizar uma gestão partilhada e articulada dos museus da Rede; e) respeitar a identidade de cada um ou da rede nacional, onde se inserem, criar uma imagem comum para a Rede Museológica Municipal, que seja o seu rosto e a identifique; uma imagem de marca, que se torne num destino turístico/cultural de V. N. de Famalicão; f) colaborar na promoção e valorização, no plano interno e externo, deste novo cartaz turístico” (Declaração de Princípios, 2012, pp. 384).

À luz da Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, pp. 5379-5380), esta Rede de Museus é composta por museus e coleções visitáveis do concelho, com diferentes tutelas, atualmente num total de doze: Casa de Camilo – Museu. Centro de Estudos; Museu Bernardino Machado; Museu da Fundação Cupertino de Miranda – Centro Português do Surrealismo; Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave; Museu de Cerâmica Artística da Fundação Castro Alves; Museu do Automóvel; Museu da Guerra Colonial; Casa-Museu Soledade Malvar; Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa; Museu da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe e Museu Cívico e Religioso de Mouquim.

Desde 2018, foi implementado um diagnóstico que contribuiu para a criação de um processo de reflexão interna e consciencialização sobre o papel e a relevância desta Rede no seu território. Com as doze unidades museológicas, através de uma metodologia de mediação, participada e colaborativa, lançou-se o desafio de refletir sobre o papel que cada museu desempenha, a sua missão e os desafios para o futuro que enfrenta no território onde está inserido. Este processo permitiu compreender que seria necessário iniciar uma mudança de paradigma de atuação partindo do pensamento sobre o que somos e o que queremos ser, ou seja a missão, entendida como o coração e a alma de um museu. Foi proposto, e levado a efeito, um processo de reflexão para uma nova declaração de missão da RMVNF e de todos os seus membros.

Tendo como visão ser o alicerce para a atuação dos museus, promovendo ligações e partilhas, e potenciando sinergias entre museu, pessoa e território, a RMVNF assume como missão, desde 2019, constituir-se uma estrutura de cooperação, comunicação e apoio aos museus, que contribua para a compreensão e para o desenvolvimento sustentado do território. Assumindo como palavras inspiradoras Identidade; Cooperação; Diálogo; Mediação e Diversidade, selecionou, entre vários possíveis, cinco objetivos a desenvolver a médio prazo - 1) Promover a cooperação para a utilização integrada e descentralizada de recursos humanos, materiais e financeiros; 2) Fomentar a adoção e desenvolvimento de padrões de rigor, qualidade e ética no exercício das práticas museológicas; 3) Potenciar a troca de experiências e conhecimentos entre profissionais dos museus; 4) Divulgar os museus e aproximar a respetiva oferta cultural aos diferentes públicos; 5) Valorizar o diálogo e explorar conexões entre as coleções e o território, respeitando a identidade e a missão de cada museu – e cinco ações respetivas – 1) Incrementar

a colaboração entre o município e os museus, públicos e privados, através da criação e implementação de instrumentos de gestão e de consultoria para o desenvolvimento e exercício das diferentes funções museológicas; 2) Apoiar a elaboração de candidaturas comuns a programas de apoio técnico e/ou financeiro, bem como a aplicação de medidas concertadas no domínio da qualificação dos museus de forma articulada com as políticas locais, nacionais e internacionais; 3) Proporcionar oportunidades de formação interna e divulgar a formação externa, para permitir o desenvolvimento de capacidades e competências adequadas ao desempenho profissional, à atualização de conhecimentos e à valorização profissional e pessoal; 4) Criar, executar e avaliar uma estratégia de comunicação, quer numa perspetiva interna (entre os museus), quer numa perspetiva externa (junto dos seus diferentes públicos); 5) Conceber e dinamizar uma programação museológica transversal, descentralizada e inclusiva – privilegiando relações e parcerias com diversos agentes do território –, que promova, através de experiências significativas e transformadoras, o pensamento crítico e criativo.

11.1 Destaque da programação museológica em rede

11.1.1 Função museológica Estudo e Investigação

A RMVNF procura estabelecer, desde a sua criação, parcerias com estabelecimentos de ensino que ministrem cursos nas áreas da museologia e de outras áreas disciplinares relacionadas com a sua vocação, disponibilizando ainda oportunidades de prática profissional. São disso exemplo os protocolos criados com o Mestrado em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o Mestrado em Património Cultural da Universidade do Minho, o Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural da Escola Superior de Educação, entre outros.

Ao nível da cooperação científica são também vários os exemplos de parcerias com instituições como o Conselho Internacional de Museus (ICOM), o Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM), a Acesso Cultura, entre outras entidades, conforme refletem os projetos abaixo.

a) Encontros Anuais

Na sua primeira edição, em 2016 no Museu Bernardino Machado, contou com a presença de Maria Vlachou e Ana Braga com as conferências “Trabalhar em equipa: o papel de cada um na promoção da missão da Instituição” e “Participação cultural: motivações e barreiras”, respetivamente, terminando com uma visita à Fundação Cupertino de Miranda e à Casa de Camilo. Foi neste encontro que se iniciou a reflexão em torno do que constitui o coração dos museus - a missão.

Em 2017, na segunda edição, foi efetuado o lançamento do livro “Ligados em Rede” e

realizadas duas Jornadas de reflexão - “Serviços Educativos: pontes de acesso” e “Comunicação acessível: Linguagem clara e design de comunicação” - que contaram, respetivamente, com a participação e orientação de Samuel Guimarães e Maria Vlachou.

Com o III Encontro da RMVNF, em 2018, retomou-se o tema das missões com o “Laboratório para pensar Museus”, sob orientação científica da Professora Doutora Alice Semedo (Faculdade de Letras da Universidade do Porto-Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Centro de Investigação Transdisciplinar “Culturas Espaço e Memória”), que resultou na criação de uma metodologia de trabalho que se desenvolveu entre novembro de 2018 e novembro de 2019, e que, acompanhando o processo de trabalho e de reflexão do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) na preparação de uma nova definição de museu, permitiu refletir sobre o papel que cada unidade museológica da RMVNF desempenha, a sua missão e os desafios que enfrenta no território onde está inserido. Os resultados deste processo foram apresentados no IV Encontro da RMVNF, que decorreu nos dias 25 e 26 de novembro de 2019, com o tema “Ser Museu” (Fig. 1, 2 e 3).

Esta edição contou com um dia de trabalho interno em formato *team building* e, pela primeira vez, um dia aberto ao público com o debate “Ser Museu no século XXI”, a apresentação do livro “Definir a Missão...da necessidade ao desafio” (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2019), o primeiro número da coleção monográfica “Ser e fazer museu no século XXI”, e o vídeo “Museu é um lugar de...”, bilingue, acessível a diferentes públicos (Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, 2019). Ambos os produtos se encontram disponíveis gratuitamente online.

b) Debates Acesso Cultura

A Acesso Cultura é uma associação, sem fins lucrativos, de profissionais da cultura e de pessoas interessadas nas questões de acesso. Considerando que a verdadeira igualdade de oportunidades pressupõe um acesso direto, imediato, permanente e o mais autónomo possível, tem como missão promover o acesso - físico, social e intelectual – à participação cultural.

Desde 2016 que a RMVNF e a Acesso Cultura têm um histórico de cooperação através de ações de formação no âmbito dos Encontros da Rede de Museus (2016, 2017, 2019), coordenação dos Debates Acesso Cultura em Vila Nova de Famalicão (desde 2018), participação na Semana Acesso Cultura – Portas Abertas (desde 2018) e consultorias técnicas para diferentes atividades.

01. IV Encontros da RMVNF, 25 de novembro de 2019. @Rede de Museus.

02. IV Encontros da RMVNF, 26 de novembro de 2019. @Rede de Museus.

03. IV Encontros da RMVNF, 26 de novembro de 2019. @Município de Famalicão.

04. Debate Acesso Cultura, 19 de junho de 2018. @Município de Famalicão.



A Acesso Cultura organiza debates abertos aos profissionais do sector cultural e a todas as pessoas interessadas para podermos refletir em conjunto sobre questões ligadas à acessibilidade – física, social e intelectual – que têm um impacto no nosso trabalho e na nossa relação com pessoas com variados perfis.

Atualmente, os debates acontecem simultaneamente em 13 cidades diferentes: Angra do Heroísmo, Aveiro, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Lisboa, Ponta Delgada, Porto, Torres Novas, Vila Nova de Famalicão e Vila Real. Em Vila Nova de Famalicão realizaram-se na Galeria Municipal Ala da Frente (Fig. 4).

Debates Acesso Cultura 2018 – 2020

Data	Tema
20.02.2018	Design de comunicação elitista? Resumo: https://accessoculturapt.files.wordpress.com/2018/04/20180220_design-de-comunicacao-ELITISTA.pdf
17.04.2018	Podem as organizações culturais fazer política? Devem? Resumo: https://accessoculturapt.files.wordpress.com/2018/06/20180417_debate_politica.pdf
19.06.2018	Acessibilidade: O que impede as boas práticas? Resumo: https://accessoculturapt.files.wordpress.com/2018/07/20180619_boas-praticas_resumo.pdf
20.11.2018	Programar nas periferias: O quê? Para quem? Com quem? Resumo: https://accessoculturapt.files.wordpress.com/2019/01/20181120_periferias.pdf
19.02.2019	O politicamente correcto: uma forma de incluir ou uma nova barreira? Resumo: https://accessoculturapt.files.wordpress.com/2019/03/20190219_politicamente-correcto.pdf
09.04.2019	Quem faz de quem? Polémicas em relação à interpretação de personagens com deficiência, negros ou de origem asiática, LGBT no teatro e no cinema. Resumo: https://accessoculturapt.files.wordpress.com/2019/06/quem-faz-de-quem.pdf
18.06.2019	Como viver juntos? Da tolerância ao relativismo cultural. Resumo: https://accessoculturapt.files.wordpress.com/2019/09/resumo_como-viver-juntos.pdf

19.11.2019	“Porte-se como deve ser!” Tensões entre públicos tradicionais e novos. Resumo: https://accessoculturapt.files.wordpress.com/2019/12/resumo_porte-se-como-deve-ser.pdf
18.02.2020	Municipalização da cultura? Resumo: https://accessoculturapt.files.wordpress.com/2020/03/resumo_municipalizacao_cultura.pdf
21.04.2020	Ahhh... o tempo! Da quantidade e da qualidade Resumo: https://accessoculturapt.files.wordpress.com/2020/04/20200421_resumo_debate_o-tempo-1.pdf
16.06.2020	Públicos que se criam a si próprios Resumo: https://accessoculturapt.files.wordpress.com/2020/06/20200616_debate_publicos.pdf

11.1.2 Função museológica Interpretação e Exposição

A interpretação e a exposição constituem formas de dar a conhecer os acervos museológicos que integram a RMVNF de forma a valorizar o diálogo e explorar conexões entre as coleções dos museus, através de temas interpretativos com relevância para o território, bem como contribuir para divulgar os museus e aproximar a respetiva oferta cultural aos diferentes públicos. Desde a criação da RMVNF, têm sido criadas algumas ações que refletem estes objetivos:

a) Exposição temporária “Lugares (In)visíveis”

Esta exposição nasceu da vontade conjunta dos elementos da RMVNF se articularem na construção de uma narrativa que, através de um diálogo partilhado, procurou contribuir para uma reflexão sobre o tema do Dia Internacional dos Museus 2017 “Museus e histórias controversas: dizer o indizível em museus”. A exposição esteve patente ao público na Casa do território do Parque da Devesa entre 1 de abril e 3 de setembro de 2017 (Fig. 5).

Este projeto aportou inovação de processo através da metodologia em rede, constituindo a primeira exposição em que as unidades museológicas participaram de forma conjunta, criando ligações entre as suas coleções. Testemunhou ainda uma mudança de paradigma na metodologia desenvolvida para a produção de conteúdos - perspectiva contemporânea onde “dar a ver” equivale a “dar a pensar”. O percurso expositivo, construído de forma criativa, permitiu o desenvolvimento de uma relação afetiva com os públicos através de uma narrativa que procurou expor diferentes vozes



através da introdução de citações (textos e poemas), informações de caráter especializado e pequenas histórias que desafiavam a criação de novos significados e conexões. As unidades museológicas organizaram-se no espaço expositivo explorando diferentes tipos de relações:

O Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado e o Museu do Automóvel formavam um eixo que remetia para o território cruzado por uma rede rodoviária e ferroviária que foi, e continua a ser, estratégica no desenvolvimento do concelho. Por outro lado, o Museu Bernardino Machado acrescentava a este discurso uma dimensão política e de abertura ao mundo. O Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, assumindo-se como um elemento mediador, estabelecia a ligação para o diálogo entre os vários museus como uma metáfora do que se quer projetar/tecer no futuro quanto ao trabalho em rede. Já o Museu da Fundação Cupertino de Miranda – Centro Português do Surrealismo, o Museu de Arte Sacra da Igreja de São Tiago de Antas e o Museu Cívico e Religioso de Mouquim aportavam uma dimensão de controvérsia através de um módulo expositivo com caráter de instalação artística que provocava os restantes diálogos, num jogo de luz e sombra que perfazia um círculo, o qual procurava simbolizar e destacar os contrastes da vida como um processo. O Museu de Cerâmica Artística da Fundação Castro Alves e a Casa-Museu Soledade Malvar: partida, início, nascimento; o Museu da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe e o Museu da Guerra Colonial: emigração, guerra, religião, trabalho, amor; a Casa de Camilo – Museu . Centro de Estudos e o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa: chegada, fim, morte, eternidade.

b) Exposição itinerante “Ligados em Rede”

Esta exposição, com catálogo, resultou do projeto “Ligados em Rede: Museus de Vila Nova de Famalicão”, da Fundação Cupertino Miranda, vencedor da iniciativa “Programar em Rede” promovida pelo Município de Vila Nova de Famalicão, em 2016.

O projeto foi desenhado a pensar na criação de um produto uniformizado com uma informação acessível, atrativa e cativante de todos os museus e coleções visitáveis da RMVNE, levando o conhecimento do património cultural famalicense a todos os públicos a nível municipal e nacional. Aqui, a imagem é responsável por transmitir a essência das unidades museológicas, sendo a protagonista na divulgação do nosso património. Foram criadas imagens originais e inéditas pensadas especificamente para este projeto pelas mãos de 13 ilustradores nacionais: Alberto Faria, Alex Gozblau, André Carrilho, Bárbara R., Cátia Vidinhas, Cristina Sampaio, Esgar Acelerado, Mantraste, Mariana - A Miserável, Marta Madureira, Nicolau, Patrícia Figueiredo e Tiago Manuel (Fig. 6).

06. Exposição "Ligados em Rede: Museus de Vila Nova de Famalicão", na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, 2020. @Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.



O objetivo maior deste projeto é divulgar a RMVNF a nível municipal e nacional de forma original, conseguindo uma aproximação aos diferentes públicos através da ilustração.

Histórico das itinerâncias da exposição “Ligados em Rede: Museus de Vila Nova de Famalicão” 2017-2020.

Data	Local
29.11.2017 a 30.12.2017	Fundação Cupertino de Miranda, V. N. Famalicão
09.02.2018 a 16.02.2018	Abysmo Galeria, Lisboa
18.05.2020 a 02.08.2019	Galeria da Casa-Museu Soledade Malvar, V. N. Famalicão
02.01.2020 a 31.01.2020	Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, V. N. Famalicão
01.07.2020 a 05.08.2020	Museu Bernardino Machado, V. N. Famalicão
11.08.2020 a 18.10.2020	Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado, V. N. Famalicão

11.1.3 Função museológica Educação

Não são os objetos, mas sim as atividades de mediação de um museu que definem a sua relevância para a sociedade. A programação educativa pode aportar uma pluralidade de propostas de atividades para diferentes públicos consoante o contexto, os objetivos e os modelos de funcionamento da instituição.

Aprender a partir dos objetos - é isso que distingue os museus de outras valências culturais - desenvolve as capacidades de reflexão e análise através de processos de comparação, recordação, associação, classificação, interrogação e relacionamento - de observações concretas com conceitos abstratos; do conhecido com o desconhecido; do particular com o geral; do passado com o presente. Contudo, a construção de significados ou atribuição de sentido está sempre dependente dos conhecimentos prévios, crenças e valores - vemos em função do que sabemos e atribuímos sentido às coisas em função do que vemos.

Entre 2018 e 2020 deu-se continuidade e criaram-se novos programas educativos transversais à Rede de Museus, orientados por algumas premissas-base, tais como a utilização de metodologias

construtivas nas quais os visitantes participam ativamente através de ações que proporcionam a possibilidade de relacionamento com diferentes perspetivas; a criação de espaços de encontro (físico e emocional) que promovem o questionamento e a curiosidade, provocando a transformação e a mudança – não se limitando a proporcionar um aumento do conhecimento, mas contribuindo verdadeiramente para a construção de experiências perduráveis no tempo e para o desenvolvimento do pensamento criativo.

a) Parceria Projeto “Marka... A tua identidade – Brasileiros de Torna-viagem”

O “Marka... A tua identidade” é um projeto educativo da responsabilidade do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco que tem como objetivo principal uma articulação do currículo nacional com o património local, tendo como público-alvo o primeiro ciclo. No ano letivo 2018/19 a RMVNF foi escolhida como entidade parceira para o desenvolvimento do conteúdo local “brasileiros de torna-viagem”, envolvendo treze unidades museológicas e treze turmas do 4.º ano do Ensino Básico do Agrupamento, num total de 273 alunos.

Tendo como ponto de partida o tema “brasileiros de torna-viagem” e a obra “A Brasileira de Prazins” estabeleceu-se a articulação com o “O passado do meio local”, integrado no currículo nacional de Estudo do Meio. Esta articulação teve como objetivo fomentar o conhecimento de personalidades locais associadas ao conceito do “brasileiro de torna-viagem” e o conhecimento do património cultural local, com especificidade para as coleções museológicas.

Desenvolveram-se diversas ações de capacitação dos docentes, alunos e mediadores; uma programação de atividades de mediação educativa nos museus (1 oficina viagem-jogo; 1 oficina escrita criativa; 1 oficina de genealogia; 1 oficina de tratamento documental; 5 visitas-oficina; 1 roteiro; 2 oficinas artísticas – cerâmica e desenho; 1 curta-metragem (com o apoio do Curso Profissional de Técnico de Audiovisuais); e a criação de um trabalho artístico coletivo com orientação do Centro Artístico A Casa ao Lado (Fig. 7, 8 e 9).

A parceria assentou na premissa de que a aprendizagem em museus é um processo inspirador, motivador e entusiasmante e procurou contribuir para potenciar experiências pessoais e educacionais produtivas, que promovessem aprendizagens diversas e significativas.

Representa o primeiro projeto da RMVNF, no âmbito da função museológica Educação, criado a partir de uma metodologia de mediação, participada e colaborativa

07., 08. e 09. Momentos do Projeto Marka...a tua identidade, ano letivo 2018-2019 @Rede de Museus.



que envolveu a totalidade das unidades museológicas que nesse ano letivo integravam a Rede de Museus.

Do projeto resultou, como recurso disponível *online* para toda a comunidade escolar, um livro digital (Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco, 2019) com todos os conteúdos desenvolvidos relativos à formação, aos trabalhos realizados pelos alunos no Desafio I e respetivo processo de avaliação, aos resultados artísticos do Desafio II, e ainda, um glossário e as fontes que fundamentam cientificamente os trabalhos desenvolvidos. E ainda se encontra disponível *online* a curta metragem “Adeus até ao meu regresso” (Curso Profissional de Técnico de Audiovisuais do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco, 2019).

b) De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local

Projeto direcionado para as questões educativas e culturais do concelho de Vila Nova de Famalicão, a partir do Património e História Local, enquadrado no conceito de Cidade Educadora e da legislação vigente (Decreto-Lei n.º 54 e n.º 55 de 2018 de 6 de julho). O Projeto, publicado em maio de 2019 (Ferreira, 2019), tem continuidade anual e é coordenado por Arminda Ferreira com orientação científica dos Professores Doutores Isabel Barca e Luís Alberto Alves (CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» da FLUP. A Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão é um dos parceiros do Projeto que agrega uma extensa rede colaborativa de entidades da área da educação, cultura, artes, ambiente, entre outros de carácter local e nacional.

O Projeto apresenta um conjunto de propostas e sugestões pedagógicas, dirigido a professores e facilitador do desenvolvimento de ações motivadoras para os alunos, que podem desenvolver-se de forma autónoma ou enquadradas em equipas multidisciplinares, tendo como público-alvo do 1º CEB ao Ensino Secundário. Define-se por uma metodologia participada “De e para todos”, assumindo-se aberto a propostas e sugestões de natureza pedagógica e científica, já que na sua construção se envolveu os docentes dos diferentes grupos e níveis disciplinares a lecionar no concelho de Vila Nova de Famalicão, quer da Rede de Escolas Públicas, quer Privadas, e se auscultou, oralmente, estudantes de diferentes anos de escolaridade sobre sugestões de temas que gostariam de abordar relacionados com a História/Património Local. Finalmente, destacam-se alguns dos objetivos do projeto: 1) articular a História/Património Local com os conteúdos programáticos Nacionais e Universais; 2) fomentar a partir da História/Património Local abordagens de natureza inter e transdisciplinar nos processos de ensino e aprendizagem; 3) dinamizar a História/Património Local e os recursos disponibilizados para incentivar a capacidade e autonomia na pesquisa

por parte dos alunos, reforçando a sua identidade com o espaço onde habitam;
4) mobilizar inferência sobre fontes históricas concretas que são familiares aos alunos para consolidar conhecimentos individuais e coletivos.

O Famalicão para o Mundo propõe anualmente um conjunto de ações de formação para capacitação de professores e partilha de boas práticas no âmbito da flexibilidade curricular. Propõe ainda um conjunto de sugestões de recursos educativos, de apoio à sala de aula, alocados no Portal da Educação em http://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local.

c) “Viagens pelo Património Cultural: à descoberta...”

Projeto de Educação Patrimonial dinamizado pelo Município de Vila Nova de Famalicão que tem como objetivos dar a conhecer aos mais jovens o valor dos bens culturais, materiais e imateriais, para a construção do conhecimento do território, da comunidade e da sua identidade através da articulação dos conteúdos programáticos lecionados na disciplina de Estudo do Meio, do 1.º Ciclo do Ensino Básico; reconhecer a importância do património e da história local; incentivar os participantes a serem promotores junto das suas famílias e outras pessoas, das temáticas e dos espaços apresentados.

O projeto realiza-se em duas partes: a primeira, em contexto de sala de aula, com a exploração de uma maleta pedagógica efetuada com a deslocação de um técnico do município; na segunda parte, os alunos deslocam-se em visita de estudo às seguintes unidades culturais: Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado (MNF-Lousado); Casa de Camilo – Museu. Centro de Estudos (CC-M. CE); Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave (MIT); Museu Bernardino Machado (MBM); e ainda à Estação Arqueológica de Perrelos (EAP) (Fig. 10).

Ainda no âmbito do programa educativo foi elaborado um conjunto de sugestões de recursos educativos alocados no Portal da Educação, em http://www.famalicaoeducativo.pt/_viagens_pelo_patrimonio_cultural_a_descoberta.

11.1.4 Efemérides

A RMVNF organiza e participa em diversas efemérides ao longo do ano, destacando-se em 2019 os seguintes eventos:

a) Dia Internacional dos Museus e Noite Europeia dos Museus | 16 a 19 de maio



O Conselho Internacional de Museus (ICOM) é a maior organização internacional de museus e profissionais de museus dedicada à preservação e divulgação do património natural e cultural mundial, do presente e do futuro, tangível e intangível. É uma organização não-governamental (ONG), criada em 1946, que mantém relações formais com a UNESCO e tem estatuto consultivo no Conselho Económico e Social das Nações Unidas. O ICOM promove, desde 1977, o Dia Internacional dos Museus (DIM). O tema é selecionado anualmente a partir de assuntos que estão no centro das preocupações da sociedade. Em 2019, o tema selecionado foi “Museus como Núcleos Culturais: o Futuro da Tradição”.

Desde a sua criação, a RMVNF é responsável pela organização do DIM e da Noite Europeia dos Museus em Vila Nova de Famalicão apoiando a realização e promoção de diversas atividades pelas unidades museológicas que a compõem. Em 2019, foram realizadas cerca de meia centena de atividades de diferentes tipologias como o teatro, cinema, workshops, exposições, concertos, lançamentos de livros, entre outras. Destacam-se as atividades transversais promovidas pela RMVNF: Conferências “Ser MuSeu”; o Roteiro com carros clássicos “13 museus 1 viagem” e os percursos pelas unidades museológicas em bicicleta “De duas rodas aos museus” com vários níveis de dificuldade (Fig. 11 e 12).

Neste período, todos os museus e coleções visitáveis da RMVNF estiveram abertos ao público com o mesmo horário, tendo-se realizado 72 atividades com um alcance de cerca de 5061 participantes.

b) Dia Mundial da Criança | 31 de maio a 2 de junho

A RMVNF integrou o programa comemorativo do Dia Mundial da Criança organizado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão no Parque da Devesa com o tema Parque dos Sonhos – “Ser Família”. A RMVNF, em articulação com - a Casa de Camilo - Museu. Centro de Estudos; Museu Nacional Ferroviário - Núcleo de Lousado; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave; Museu Bernardino Machado; Casa-Museu Soledade Malvar -, desenvolveu a atividade “Viaja Connosco” com o objetivo de criar uma viagem onde cada museu se transformava numa Estação Ferroviária e onde as famílias eram desafiadas, de forma lúdica, a viajarem ao Mundo dos Museus, à História de Famalicão e ao Ser Família (Fig. 13). A atividade teve um alcance de cerca de 2200 utilizadores.

c) “Festa de Outono” - parceria com a Fundação de Serralves | 28 e 29 de setembro

A RMVNF participou pela primeira vez na Festa de Outono que é promovida

11. Dia Internacional dos Museus, 2019. @Mcs.
12. Dia Internacional dos Museus, 2019. @Oficina.
13. Dia Mundial da Criança 2019. @Fundação
Cupertino de Miranda.



anualmente pela Fundação de Serralves. Foi concebida para o efeito a atividade “Descobre uMseu: Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão” que teve como objetivo dar a conhecer as 12 unidades museológicas que a compõe e desafiar os sentidos através de um jogo que explora relações entre os objetos escondidos e os seus significados (Fig. 14). Partindo desta experiência, e num segundo momento dinamizado pela Fundação Castro Alves, convidava-se a criar diferentes representações sobre SerMuseu, através da arte milenar de moldar o barro, uma matéria-prima sustentável e inclusiva.

A atividade alcançou, atendendo à distribuição de recursos, cerca de 5 800 utilizadores, sendo o público-alvo as famílias.

11.1.5 Acreditamos nas pessoas...

A RMVNF tem vindo a desenvolver uma estratégia que assenta no princípio do primado da pessoa, seja ao nível da capacitação e valorização dos seus recursos humanos, seja na promoção da cidadania responsável, através da valorização pessoal, para a qual os museus constituem instrumentos indispensáveis no domínio da fruição e criação cultural, estimulando o empenho de todos os cidadãos na sua salvaguarda, enriquecimento e divulgação, conforme os princípios da política museológica nacional, presentes na Lei Quadro dos Museus Portugueses. Desta estratégia são exemplo os seguintes projetos:

a) Parceria com o Banco de Voluntariado:

A RMVNF constitui um projeto com objetivos educativos, sociais e culturais onde os seus museus/coleções visitáveis têm como visão alargar a sua função de lugar de memória em espaço de encontro social, transformando-se em atores sociais privilegiados junto da comunidade que os envolve, tornando-se também lugares de criação e de parcerias estratégicas para o desenvolvimento social e cultural. Ser Voluntário(a) nos museus constitui uma oportunidade única para adquirir conhecimento, desenvolver competências e vivenciar novas experiências e emoções, fomentando, simultaneamente o sentido de pertença ao território de Vila Nova de Famalicão e a valorização do património cultural e das suas unidades museológicas. E foi com esse propósito que, a 30 de novembro de 2018, nasce a parceria da Rede de Museus com o Banco Municipal de Voluntariado (Fig. 15).

b) Parceria com o Centro Qualifica de Vila Nova de Famalicão

Numa estratégia cultural em que se coloca as pessoas em primeiro lugar, o profissionalismo, a competência e a capacidade das equipas é elemento fundamental para garantir a eficácia e eficiência dos museus. Conscientes que os profissionais dos museus representam o presente e o futuro destes lugares de memória, a RMVNF tem



14. Festa de Outono, Fundação de Serralves, Porto, 2019. @Rede de Museus.

15. Folheto do Programa “Voluntariado nos Museus”, 2018. @Município de Famalicão.

QUERES SER VOLUNTÁRIO NOS NOSSOS MUSEUS

como um dos seus principais objetivos a valorização dos recursos humanos. Foi neste âmbito que se estabeleceu uma parceria com o Centro Qualifica de Vila Nova de Famalicão proporcionando, entre 2018 e 2020, oportunidades de validação e reconhecimento de competências profissionais e de formação interna com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de capacidades adequadas ao desempenho profissional, à atualização de conhecimentos e à valorização profissional e pessoal, totalizando assim a certificação de 18 profissionais da RMVNF, em duas edições do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissional, na qualificação Técnico/a de Museografia e Gestão do Património, nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações e do Quadro Europeu de Qualificações.

c) Vídeo Museu é um lugar de...

Vídeo que tem o objetivo de valorizar os profissionais que tornam possível a existência da RMVNF através da seleção de 100 palavras que completam a frase “Museu é um lugar de...”. O vídeo tem duas versões adaptadas com legendas em português e língua gestual portuguesa e legendas em inglês e gesto internacional. Disponível online em: PT <https://www.youtube.com/watch?v=HZB5a2CZr-4&feature=youtu.be> e EN https://www.youtube.com/watch?v=vH7wpzv_Wws&feature=youtu.be.

11.1.6 “Quem não é visto, não é lembrado: divulgar para conhecer

A RMVNF tem como um dos seus principais objetivos potenciar a informação, através da recolha e divulgação sistemática de dados sobre as suas unidades museológicas, com a finalidade de contribuir para a difusão o mais alargada possível e o intercâmbio de conhecimentos, a nível nacional e internacional.

Lembrando o provérbio português acima referido fomos assistindo, nos últimos anos, ao empoderamento do online, mas o ritmo de consciencialização deste assunto foi ditado um pouco por cada um. A crise pandémica da COVID-19 acelerou esta consciencialização, e as instituições culturais, públicas e privadas, viram-se, pela primeira vez, forçadas a responder a uma pandemia que se manifesta à escala global. Como tal, o recurso aos serviços online e às redes sociais foi imperativo e incontornável, bem como a criação de novos conteúdos digitais necessária. A esse desafio juntou-se um outro, a nova organização laboral (o teletrabalho), o que elevou o esforço de adaptação de todos os colaboradores. Tornou-se necessário comunicar de uma forma mais regular e intensa com os nossos seguidores; pensar e criar estratégias de abordagem (as rubricas), e explorar novas ferramentas digitais como nunca antes. O sentido de serviço público e de responsabilidade social dos museus dependia disto. A criatividade, a agilidade, a multidisciplinariedade e, claro, a responsabilidade foram, e são, atributos essenciais para esta comunicação. Temos agora a certeza que os recursos online e os conteúdos digitais

vieram para ficar (segundo estudo do OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais realizado entre abril e junho de 2020) e que será através da comunicação digital e das redes sociais que melhor chegaremos ao nosso público, antes, durante e depois de uma situação deste tipo e dimensão.

A RMVNF tem comunicado e potenciado a informação através de diferentes meios de divulgação:

a) Publicação “Rede de Museus Vila Nova de Famalicão – A nossa identidade o nosso futuro”

A publicação “Rede de Museus Vila Nova de Famalicão – A nossa identidade o nosso futuro”, propriedade da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, tem como objetivo a divulgação dos museus e coleções visitáveis que integram a RMVNF. Disponibiliza para cada unidade museológica informações gerais sobre a sua criação, edifício, coleções, peça em destaque, curiosidade e contactos. Atualmente, existem versões em português (desde junho de 2015), inglês (desde junho de 2018) e espanhol (desde setembro de 2019). Esta publicação está disponível gratuitamente em versão impressa e em versão digital nos três idiomas no issue da Câmara Municipal: https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/rede_museus_brochurapt.

b) Facebook da RMVNF

A página do Facebook da RMVNF foi lançada em 14 de maio de 2019, no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Museus, com o objetivo de promover a divulgação *online* dos eventos/atividades da RMVNF e das suas unidades museológicas.

Juntamente com o objetivo, foram definidos a respetiva estratégia e plano de ação da página. Foram produzidos conteúdos e desenhadas rubricas temáticas para dinamização da página, a saber: “1 mês, 1 museu”, em que durante um mês dedicamos duas publicações semanais a cada UM; “Pensar museus”, rubrica semanal, com uma publicação em que partilhamos com os nossos seguidores assuntos que estão na ordem do dia no mundo da Museologia; “Genius loci”, um espaço dedicado à recolha de testemunhos sobre os nossos museus; “O mundo secreto dos museus” onde partilhamos, sensibilizando, o dia-a-dia dos bastidores dos museus: as (des)montagens, o inventário, ações de conservação, entre outros.

A 20 de setembro de 2020 a página @rededemuseusdevilanovadefamalicao contava com 3129 seguidores orgânicos. As estatísticas da página do facebook indicam-nos que os nossos seguidores, são maioritariamente mulheres (53%) entre os 35 e os 54 anos.

A Responsividade, a Qualidade da Página (uma espécie de registo criminal da página que nos indica as violações dos Padrões da Comunidade, ou seja, conteúdos removidos referentes a políticas de discurso de ódio, violência e conteúdo explícito, assédio e bullying, produtos controlados e apoio ou glorificação de organizações ou indivíduos) e a avaliação das Críticas e Recomendações são indicadores importantes e que fazem parte da nossa estratégia de facebook, com o objetivo basilar de construir uma relação de confiança, e de referência, com os nossos seguidores. À data, a página tem uma taxa de resposta de 100% com um tempo médio de resposta de 1 hora; a Qualidade da Página está irrepreensível; tal como a avaliação por parte dos nossos seguidores, com a recomendação máxima de 5.0 e críticas muito positivas.

Este tem sido o caminho que, conscientemente, a RMVNF delineou e tem percorrido. Um caminho nem sempre fácil de percorrer, mas os momentos de construção conjunta são promissores e todos acreditamos no potencial desta nossa Rede de Museus. Na verdade, talvez o papel social mais importante que os museus podem desempenhar seja a sua própria transformação em organizações conscientes do seu potencial de contribuir para mudar o mundo e a vontade de o fazer.

Bibliografia

Cunha, P. (2019). O lugar do museu no século XXI. Definir a missão... da necessidade ao desafio. Número 1, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 5 – 7. Acedido em 14 de setembro de 2020, em https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/redemuseu_livro.

Declaração de Princípios (2012). Aprovada pela Câmara Municipal na reunião de 25 de julho. [Em linha] In Boletim Cultural, III série, nº 6/7. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 381- 390. Disponível em https://www.famalicao.pt/_boletim_cultural.

Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto. Diário da República, n.º 195 de 19 de agosto de 2004 - I série. Lisboa: Assembleia da República.

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (editor). (2019). Definir a missão... da necessidade ao desafio. Número 1, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Acedido em 14 de setembro de 2020, em https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/redemuseu_livro.

Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco. (2019). Brasileiros de torna-viagem. Acedido

em 14 de setembro de 2020, em https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/livrodigital_os_brasileiros_torna-viagem.

Curso Profissional de Técnico de Audiovisuais do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco. (2019). *Adeus até ao meu regresso* (Vídeo). Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=7vqLy9Xcg2g>.

Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão (2019). *Museu é um lugar de...* (Vídeo). Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=HZB5a2CZr-4>.

Decreto-Lei n.º 55 de 2018 de 6 de julho. Diário da República, 1.ª série — N.º 129 — 6 de julho de 2018. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho. Diário da República, 1.ª série — N.º 129 — 6 de julho de 2018. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Ferreira, A. (2019). Projeto “De Famalicão para o mundo: contributos da história local”. Acedido em 14 de setembro de 2020, em http://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local.

O Museu é um lugar de...Município de Famalicão, 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HZB5a2CZr-4&feature=youtu.be> (PT) e em https://www.youtube.com/watch?v=vH7wpzv_Wws&feature=youtu.be (EN).

Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão (2018). *A nossa identidade o nosso futuro*. Disponível em https://issuu.com/municipiodefamalicao/docs/rede_museus_brochurapt.

11.2 Museu Bernardino Machado

2019

Ciclo de Conferências

Foi promovido o XXII Ciclo de Conferências, subjacente ao tema “As Relações Portugal e Brasil na I República 1910-1926”, num total de 8 conferências entre 25 de janeiro e 18 de outubro, a saber: “A Lei fundamental brasileira e a Constituição Portuguesa de 1911”; “A I República Portuguesa no Brasil: do 5 de outubro ao 28 de Maio de 1921”; “Luso-brasileirismo – algumas referências de um movimento cultural”; “Encontros e desencontros luso-brasileiros no primeiro quartel do século XX”; “O projeto cultural luso-brasileiro da revista Atlântica”; “Carlos Malheiro Dias e a ideia de um mar atlântico”; “A viagem aérea ao Brasil de Gago Coutinho e Sacadura

Cabral”; “Veiga Simões e os interesses de Portugal na Amazónia”.

Colóquio – Revisitar António Sérgio – cinquenta anos depois – Segunda Jornada: Educação e Instrução

No dia 24 de maio, o Museu Bernardino Machado, recordou a ação do ensaísta António Sérgio, uma das figuras mais destacadas da cultura portuguesa do século XX, com um colóquio que assinalou o cinquentenário da sua morte.

Encontros de Outono

“As Relações entre Portugal e o Brasil: da I República à Democracia Pós Abrilista” foi o tema que reuniu, em Vila Nova de Famalicão, investigadores e historiadores especialistas em relações internacionais. Tratou-se da XXII edição dos Encontros de Outono, que decorreram nos dias 22 e 23 de novembro, na Fundação Cupertino de Miranda, no centro da cidade.

Exposições Temporárias

Foram realizadas 9 exposições temporárias entre janeiro e dezembro, a saber: “50 Anos da Primavera de Praga” que deu a conhecer temas como a Atmosfera da Liberdade, as Atividades Reformistas e as Migrações por motivos políticos, numa parceria entre a Embaixada da República Checa em Portugal, o Consulado Honorário do Porto e o Pelouro da Internacionalização do nosso Município; “Arte Vicentina” com o apoio da União das Freguesias de Arnoso Santa Maria, Arnoso Santa Eulália e Sezures; “Assembleia da República – Imagens do Parlamentarismo”; “Arte no Parque” que reuniu 17 trabalhos realizados no Parque da Devesa, durante a primeira edição da iniciativa Arte no Parque por um conjunto de artistas plásticos das áreas da pintura, escultura, desenho e fotografia, retratando temas relacionados, maioritariamente, com o território de V.N. de Famalicão, nas vertentes do património, personalidades e paisagem; “Voz do Silêncio – Prisões Políticas Portuguesas”, de Pedro Medeiros, que retratava o medo da liberdade e a perseguição feroz e sistemática como um dos aspetos mais trágicos da história do Estado Novo; “João Penha e a Sua Obra – Amigo de Bernardino Machado”; “Exposição 23 Grupos – 23 Olhares sobre a Etnografia do Concelho”; “VII Maratona Fotográfica de Vila Nova de Famalicão – 2018” que permitia conhecer, através do olhar do fotógrafo, a cidade e o concelho; “Bernardino Machado e o Brasil (1910 – 1926)” que permitia conhecer alguns aspetos da vida e obra de Bernardino Machado.

Plano de Edições

Foram efetuadas duas publicações: a “Obra – III – Política – Tomo 7 – 2ª parte” e o catálogo “Bernardino Machado e o Brasil (1910-1926)”, ambas coordenadas por Professor Doutor Norberto Cunha.

2020

Ciclo de Conferências

Iniciou-se um novo Ciclo de Conferências com o tema “Conspirações, Revoltas e Revoluções 1891-1926” com a realização de duas conferências em fevereiro, a saber: “O 31 de janeiro de 1831” comunicação proferida pelo Professor Doutor Norberto Cunha (Universidade do Minho) e 28 de fevereiro, “O Regicídio (1881)” pelo Professor Doutor António Ventura (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

11.3 Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave

2019

Exposições Temporárias

Foram realizadas e dinamizadas, respetivamente, a 18 de abril e de 17 a 29 de novembro, as exposições temporárias “FASHION PEOPLE” e “Neo Barroco”. Inserida no festival BINNAR, esta exposição coletiva, com curadoria de Bunioso e Gatilho, juntou diferentes “visões, idades humanas e formas de apreender a arte”.

Ciclo de Conferências com visitas guiadas “Percurso e memórias da indústria têxtil da Bacia do Ave”

Foram realizadas e dinamizadas 3 conferências acompanhadas de visita guiada a espaços externos da Unidade Museológica, mobilizando diferentes públicos:

- . Conferência “Paternalismo industrial do Vale do Ave. O caso da Fábrica do Ferro” proferida pela Doutora Luísa Sousa Ribeiro com visita à Fábrica do Ferro, Fafe a 12 de outubro;
- . Conferência “A Fábrica de lanifícios do barão da Trovisqueira, a têxtil inaugural de Riba de Ave” proferida pelo Doutorando Mário Bruno Pastor com visita à Fábrica, em Riba de Ave a 16 de novembro;
- . Conferência “O contributo da Revista Guimarães para a mudança de paradigma industrial local” proferida pela Doutora Paula Ramos Nogueira com visita ao Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães a 14 de dezembro.

Plano de Edições

Publicação do primeiro número da Coleção Monográfica Arqueologia Industrial, no âmbito do Ciclo de Conferências, numa parceria entre o Município e a APPI – Associação Portuguesa para o Património Industrial. Fundada em 1987 como publicação periódica, foi lançada este ano, no formato de livro constituindo-se como uma coleção monográfica nas áreas da Arqueologia,

Património e Museologia Industrial, procurando acompanhar o desenvolvimento destas áreas no país e no estrangeiro.

2020

Ciclo de Conferências com visitas guiadas “Percurso e memórias da indústria têxtil da Bacia do Ave”

Iniciou-se um novo ciclo de conferências a 26 de setembro, com a conferência “A importância dos rios para a atividade industrial em Vila Nova de Famalicão: um contributo histórico geográfico a partir dos trabalhos dos Serviços Hidráulicos”, proferida pelo Doutor Francisco da Silva Costa, seguida de visita guiada à Central Hidroelétrica de Santa Rita.

12.



Antas

12. Destaques de projetos / atividades culturais desenvolvidas

2018

Projeto “EnvolvAr-te” – inclusão através da arte

Entre setembro e dezembro de 2018, foi dinamizada mais uma edição do projeto EnvolvAr-te. Trata-se de um trabalho de inclusão com instituições do concelho com respostas sociais para pessoas com deficiência. Promovido em parceria com o INAC - Instituto Nacional de Artes do Circo, na edição de 2018 participaram as seguintes instituições: AFPAD, APPACDM, ATCACIP, Centro Social Paroquial de Ribeirão e Centro Social Paroquial de Landim. Mereceu destaque a realização do espetáculo final de apresentação do projeto, a 4 de dezembro, no grande auditório da Casa das Artes.

“Teatro na Aldeia” – Descentralizar e promover o teatro

Com a dinamização da atividade Teatro na Aldeia, a autarquia pretende promover a descentralização da oferta teatral no território. De 27 de outubro até 15 de dezembro, esta atividade chegou às localidades de Castelões, Oliveira S. Mateus, Fradelos, Riba de Ave, Mogege Gavião, Ruivães, Avidos, Esmeriz, Vale S. Martinho e Arnoso Santa Maria. Com a apresentação de peças de teatro das seguintes entidades: GRUTACA – Grupo de Teatro Amador Camiliano, ACV– Núcleo de Teatro da Associação Cultural de Vermoim e GRECULEME – Grupo Recreativo e Cultural de Lemenhe.

2019

Queima do Galheiro de Fradelos – Património imaterial único

A tradição ancestral da “Queima do Galheiro” na freguesia de Fradelos, foi reconhecida em 2019, como uma ação turística do Minho, no âmbito do programa Minho Inovação. A iniciativa popular, que surge como uma tradição identitária local, tem atraído cada vez mais visitantes e curiosos a Fradelos.

Neste contexto o Município de Vila Nova de Famalicão em concertação com a Associação Juvenil Koklus e outras entidades locais, pretende preservar e documentar esta festividade popular que ocorre anualmente no Carnaval.

Projeto “Sobre o Palco” uma plataforma colaborativa para o sector artístico

No dia 8 de outubro de 2019, aconteceu na Casa das Artes, uma reunião com diferentes instituições culturais e artísticas de Vila Nova de Famalicão, dando assim início a um trabalho conjunto que tem entre outros objetivos a criação de uma plataforma colaborativa tendente à cocriação artística e à educação pela arte.

Este trabalho de reflexão e partilha entre os diferentes parceiros, procura promover a interdisciplinaridade entre agentes e expressões artísticas como o circo contemporâneo e as artes de rua, a dança, os vários estilos de música, o teatro, as artes plásticas, entre outras expressões e áreas artísticas.

O projeto “Sobre o Palco” agrega um conjunto de instituições de referência do concelho, tais como: ARTAVE, Arteduca - Associação de Ensino e Artes, Estrelas e Pelicanos - Associação Cultural e Recreativa (Festival BINNAR), CAISA C.R.L., Centro Artístico A Casa ao Lado, Eixo do Jazz- Associação Luso Galaica Para Promoção do Jazz, Fértil - Associação Cultural, Fundação Cupertino de Miranda, INAC - Instituto Nacional de Artes do Circo CRL, Momento - Artistas Independentes, O Cão Danado Associação Cultural, Teatro da Didascália.

2020

“Há Cultura em Casa” – programação cultural online

Em reação às limitações provocadas pela pandemia do vírus COVID19, a autarquia tomou a iniciativa desde o início do mês de abril até ao final do mês de junho, de promover o acesso a atividades culturais neste período de isolamento, valorizando os artistas locais e preservando a dinâmica cultural do concelho, através da criação de uma agenda regular de espetáculos online através da página oficial de Facebook do programa Famalicão Comunitário.

As transmissões decorreram às quartas, entre as 10h00 e as 11h00, para crianças e seniores; às sextas e sábados à noite, às 21h30, para jovens e adultos, e ao domingo à tarde, entre as 16h30 e as 17h00, para toda a família.

Esta iniciativa inserida no programa Famalicão Comunitário, enquadra-se na perspetiva de contribuição da cultura para a alavancagem do desenvolvimento integrado do território, o “Há Cultura” é desenvolvido em parceria com os agentes e coletividades culturais presentes no seio das 10 Comissões Sociais InterFreguesias do concelho.

“Anima-te” – Programação cultural no Parque da Devesa

De 3 de julho a 13 setembro, no âmbito do programa de animação sociocultural de verão “Anima-te”, num recinto específico criado para esse efeito no Parque da Devesa, com lotação para 882 pessoas, foi dinamizado um programa cultural muito diversificado.

De referir que o espaço em causa com a certificação do selo “Clean and Safe”, cumpria todas as condições impostas pela Direção-Geral da Saúde.

Foram dezenas de espetáculos e iniciativas onde sobressaíram nomes como Sílvia Pérez Cruz,

Katia Guerreiro, Noiserv, Salvador Sobral, Samuel Úria e Daniel Pereira Cristo, entre muitos outros.

De referir que um dos objetivos foi também envolver outros agentes e parceiros culturais do concelho na programação a apresentar ao público, possibilitando a realização e enquadramento de eventos com realização anual regular, como foram o caso do Devesa Sunset, o Mel – Piquenique das Artes, o Jazz na Caixa, o Germinal, o Festival de Fado, assim como o cinema ao ar livre, numa programação que procurou ir de encontro a um público vasto e transversal, que compareceu de forma regular, possibilitando assim a fruição cultural e a deslocação ao concelho de muitos visitantes e turistas que no período em causa (de pouca oferta cultural devido às restrições da pandemia) tinham em Vila Nova de Famalicão um espaço cultural seguro.



CURRÍCULOS



A close-up photograph of a dark, weathered metal plaque. The word "REIO" is embossed in large, bold, serif capital letters across the top of the plaque. The metal shows signs of age and wear, with some surface corrosion and a rough texture. The plaque is mounted on a stone surface covered in green moss. A thin, reddish-brown vine with a few green leaves is draped over the top edge of the plaque. The background is a textured stone wall with patches of moss and lichen.

REIO

1. Breves Currículos

A. Martins Vieira

Professor aposentado. Historiador.

António Gonçalves

Licenciatura de Artes Plásticas – Pintura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. Doutoramento em História de Arte, na Universidade de Les Illes Balears, Palma de Maiorca, Espanha. Pintor. Curador da Galeria Ala da Frente.

António Joaquim Pinto da Silva

Técnico Superior do Município de Vila Nova de Famalicão.

António José Queiroz

Historiador. Investigador do CEPESE (Porto).

Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira

Mestre em Educação, Supervisão Pedagógica em Ensino da História; Pós-graduação em Relações Históricas, Portugal, Brasil, África e Oriente pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Licenciada em Ciências Históricas - Ramo Científico e Ciências Históricas - Ramo Educacional, pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique; Professora do Ensino Básico e Secundária, em Mobilidade Estatutária na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Artur Sá da Costa

Gestor Cultural. Investigador.

Felisbela Oliveira Leite

Arqueóloga. Técnica Superior do Município de Vila Nova de Famalicão.

Filipa Sousa Lopes

Docente de História do Ensino Básico e Secundário. Doutorada em História, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, pela Universidade do Minho. Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa. Desenvolve pesquisas na área do Estado Novo, oposições bem como descolonização e lutas de libertação.

Gonçalo Ferreira

Licenciado em Engenharia de Sistemas e Informática pela Universidade do Minho; Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutorando em Linguística

na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ao longo da sua vida profissional junta a sua principal área de estudo a Engenharia de Sistemas e Informática às suas maiores paixões, a arqueologia e a epigrafia.

Isabel Barca

Professora Associada com Agregação pela Universidade do Minho (aposentada), é investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM) e coordenadora científica do projeto educativo e cultural “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local”.

Jerónimo de Sousa

Secretário-geral do PCP.

João Afonso Machado

Escritor. Investigador. Advogado.

Jorge Fernandes Alves

Professor Catedrático da FLUP/CITCEM.

José Carlos de Castro Amorim

Historiador de Arte Licenciado em História da Arte e Mestre em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Historiador de Arte / Técnico Superior de História da Arte no Museu de Lamas.

José Manuel Gonçalves de Aguiar

Médico. Sobrinho de Lino Lima.

José Manuel Lages

Licenciado em História pela Faculdade de Letras, da Universidade do Porto. Mestre em História da Colonização Portugal-Brasil, pela Universidade do Minho. Coordenador Científico do Museu da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe; Coordenador Científico do Museu da Guerra Colonial.

Luís Alberto Alves

Professor Associado com Agregação do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras do Porto. Investigador do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Coordenador científico do projeto “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local”.

Luís Gonzaga Cardoso de Almeida

Licenciado em História pela Universidade Aberta.

Nelson Pereira

Chefe de Divisão de Cultura e Turismo.

Norberto F. Cunha

Professor Catedrático aposentado da Universidade do Minho. Coordenador Científico do Museu Bernardino Machado.

Odete Paiva

Doutorada em História e investigadora do CITCEM da Faculdade de Letras do Porto.

Rogério Bruno Guimarães Matos

Licenciado em arquitetura, mestre em MIPA - Metodologias de Intervenção no Património Arquitetónico na FAUP e investigador do CEAU/FAUP.

2.



Vermoim

1. Ficha técnica

Boletim Cultural V série nº 12/13

Edição

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Diretor

Paulo Cunha, Presidente da Câmara Municipal

Coordenador editorial

Artur Sá da Costa

Conselho Consultivo

António Joaquim Pinto da Silva, António José Queiroz, Armando Coelho Ferreira da Silva, Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira, Artur Sá da Costa, Daniel José Ribeiro de Faria, José Agostinho Pereira, Norberto Ferreira da Cunha.

Colaboram neste número

A. Martins Vieira, António Gonçalves, António Joaquim Pinto da Silva, António José Queiroz, Arminda Ferreira, Arquivo Municipal Alberto Sampaio, Artur Sá da Costa, Casa do Território, Felisbela Oliveira Leite, Filipa Sousa Lopes, Gabinete do Património Cultural, Gonçalo Ferreira, Isabel Barca, Jerónimo de Sousa, João Afonso Machado, Jorge Fernandes Alves, José Carlos de Castro Amorim, José Manuel Gonçalves de Aguiar, José Manuel Lages, Luís Alberto Alves, Luís Gonzaga Cardoso, Nelson Pereira, Norberto F. Cunha, Odete Paiva, Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão, Rogério Bruno Guimarães Matos.

Secretariado

Arminda Ferreira

Design Gráfico

Raquel Bragança

Fotografia das Caixas de Correio de Famalicão

Diana Correia

Execução Gráfica

Mota & Ferreira, Lda. – Artes Gráficas

Tiragem

500 exemplares

ISSN

0871-3308

Depósito Legal

412746/90

Isento de registo na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 09 de junho, art.º 12º
nº1, alínea b)

